

Maria José Fernandes | Pedro Camões | Susana Jorge



Ficha Técnica

Título

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018

Autores

Maria José da Silva Fernandes

Pedro Jorge Sobral Camões

Susana Jorge

Colaboradores

Ana Teixeira e Ana Rita Abreu, Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade do IPCA

Edição

Ordem dos Contabilistas Certificados, outubro 2019

Capa e paginação

DCI, Ordem dos Contabilistas Certificados

Impressão: Recicaixas, Lda.

ISSN: 2182-5564

Depósito Legal: 228599/05

Índice de abreviaturas

ATU - Apoio Transitório de Urgência	PAM - Programa de Ajustamento Municipal
CCF - Conselho de Coordenação Financeira	PIB - Produto Interno Bruto
CRP - Constituição da República Portuguesa	PMP - Prazo Médio de Pagamentos
DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais	POC - Plano Oficial de Contabilidade
Dim - Dimensão	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization	PPTH - Programa Pagar a Tempo e Horas
EEL - Entidades Empresariais Locais	PREDE - Programa de Regularização Extraordinária das Dívidas do Estado
FAM - Fundo de Apoio Municipal	RAA - Região Autónoma dos Açores
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	RAM - Região Autónoma da Madeira
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais
IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis	SEE - Setor Empresarial do Estado
INE - Instituto Nacional de Estatística	SEL - Setor Empresarial Local
IUC - Imposto Único de Circulação	SMS - Serviços Municipalizados
LCPA - Leis dos Compromissos e Pagamentos em Atraso	SNC - Sistema de Normalização Contabilística
LFL - Lei das Finanças Locais	SPA - Setor Público Administrativo
M€ - Milhões de euros	
MLP - Médio e Longo Prazo	
NCP - Norma de Contabilidade Pública	
NCRF - Norma Contabilística de Relato Financeiro	
PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira	
PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	



Homenagem ao Professor Doutor João Carvalho

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2018 é o primeiro a ser publicado sem a presença física daquele que foi o seu principal mentor e impulsionador ao longo dos seus 15 anos de existência: o Professor Doutor João Carvalho!

O Professor Doutor João Carvalho foi, é e será sempre o criador, o rosto deste Anuário, e a ele se deve o seu enorme sucesso.

Assumiu a coordenação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses desde a sua primeira edição, no ano 2005, com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e do à data Bastonário, António Domingues de Azevedo. Uma obra que se afirmou ao longo dos anos, sendo, hoje, considerada uma referência pelo poder local e também pelos investigadores que usam os dados recolhidos neste anuário para os seus trabalhos de investigação.

Apesar de não estar fisicamente entre nós no lançamento do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018, não podemos deixar de afirmar convictamente que este é mais um legado que o Professor João Carvalho nos deixa. É um trabalho que honra a academia, orgulha os profissionais da contabilidade, e orienta os atores da gestão pública e local. Cabe-nos a nós o compromisso de dar seguimento à sua Obra e ao seu trabalho que muito nos honra!

Como muitas das coisas que fez ao longo da sua vida o Anuário é uma obra que tem o caminho traçado e que nos obriga a continuar pela sua importância para a gestão pública e para o bem da sociedade. Este Anuário é mais uma obra contínua, como muitas das obras que o Professor João Carvalho deixou à sociedade, que, no seu estilo

e forma de ser, gostava de iniciar e fazer: projetos e obras que se tornassem eternos, que continuassem com novos atores, mas sempre na busca da perfeição.

Cabe-nos agora homenagear este Homem, honrando o seu trabalho e continuando a sua Obra. Foi ele que há anos atrás nos desafiou a integrar este projeto; foi ele que paulatinamente foi construindo e alicerçando o mesmo em bases seguras e fiáveis; foi ele que alargou a intervenção inicial do documento, começando com os municípios, alargando posteriormente ao setor empresarial local e aos grupos autárquicos; foi ele que decisivamente contribuiu para a mudança de atitude das últimas gerações, quer de investigadores, quer de autarcas, sensibilizando-os para a importância da transparência das contas públicas e da accountability, bem como do papel da investigação em contabilidade pública local na promoção do conhecimento e do saber nestas áreas.

Com a publicação da edição 2018 do anuário, temos por certo de que estamos a fazer aquilo que o Professor João Carvalho queria que fosse feito. Dar seguimento à Obra

E é isto que hoje fazemos, continuando com a publicação de mais uma edição do Anuário Financeiros dos Municípios Portugueses, sempre com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados.

É isto que caracteriza um GRANDE HOMEM!

A coordenadora do Anuário Financeiro 2018

Maria José Fernandes

Agradecimentos

Para a publicação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, publicação de caráter anual, editada desde 2005, muito tem contribuído a colaboração e apoio de um conjunto de individualidades e entidades, que de diversas formas se têm associado a este projeto, e a quem os autores entendem manifestar publicamente o seu reconhecimento e agradecimento, nomeadamente:

- Ao Presidente do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro Vítor Caldeira;
- À Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados, Paula Franco;
- Ao Diretor-Geral do Tribunal de Contas, Juiz Conselheiro José Tavares;
- À Juíza Conselheira Maria dos Anjos Capote;
- Ao Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Fernando Flor de Lima;
- À Subdiretora-Geral da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, Mafalda Morbey;

- Aos Presidentes e Responsáveis Financeiros das Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados que enviaram as contas para o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do IPCA;

- Ao colaborador do Departamento de Comunicação e Imagem da OCC, Duarte Camacho.

Entendemos ser nosso dever de continuar a realçar o papel fundamental da Ordem dos Contabilistas Certificados em todo este processo, no suporte financeiro para a recolha de dados, publicação e distribuição do anuário, permitindo a continuação de um projeto que consideramos de extrema relevância para a evolução da investigação da Contabilidade Pública em geral, e da Contabilidade das Autarquias Locais em especial.

A coordenadora do Anuário Financeiro
Maria José Fernandes

Índice

CAPÍTULO 1. O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES	23
1.1. O Setor Local	23
1.2. Freguesias	23
1.3. Municípios	24
1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu	27
1.5. Grupos Municipais	29
1.6. Alterações Administrativas versus Finanças Locais	30
1.7. Independência financeira	33
CAPÍTULO 2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS	41
2.1. Introdução	43
2.2. Receitas Municipais	43
2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita	44
2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal	56
2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos	56
2.2.2.2. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios	63
2.2.2.3. Evolução das principais componentes da Receita Fiscal	64
2.2.2.4. Venda de bens e serviços correntes e venda de bens duradouros	90
2.2.2.5. Passivos Financeiros (empréstimos obtidos)	97
2.3. Despesas Municipais	104
2.3.1. Classificação económica das Despesas	104
2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa	104
2.3.4. Despesas por natureza económica	118
2.3.4.1. Despesas com Pessoal	118
2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes	125
2.3.4.3. Despesas pagas com Investimentos (aquisição de bens duradouros)	128
2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos	132
2.3.4.6. Despesas com juros e outros encargos financeiros	142
2.4. Situação Orçamental Global	148
2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga	148
2.4.2. Equilíbrio Orçamental	158
2.4.3. Saldos Orçamentais	162

CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS	167
3.1. Introdução	167
3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos	167
3.3. Ativo	169
3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos	181
3.5. Passivo	183
3.5.1. Composição, estrutura e variação do passivo	183
3.5.2. Passivo exigível	183
3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões para riscos e encargos e acréscimos de custos	206
3.5.4. Endividamento das Autarquias	207
3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do Artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	210
3.5.4. Prazo Médio de Pagamentos	216
3.6. Custos, Proveitos e Resultados económicos	221
3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos	221
3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos	224
3.6.3. Evolução dos Resultados Económicos	226
3.6.4. EBITDA	232
CAPÍTULO 4. O SETOR EMPRESARIAL LOCAL e GRUPOS AUTÁRQUICOS	239
Nota introdutória	239
4.1. Setor Empresarial Local	240
4.1.1. Introdução	240
4.1.2. Grandes Agregados do Balanço das Entidades do SEL: Entidades Empresariais (EEL's) e Empresas Municipais (EM's)	242
4.1.2.1. Estrutura e Evolução do Ativo Não Corrente	244
4.1.2.2. Estrutura e Evolução do Ativo Corrente	248
4.1.2.3. Estrutura e Evolução do Capital Próprio	250
4.1.2.4. Estrutura e Evolução do Passivo	251
4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL	259
4.1.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas	259
4.1.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais	261
4.1.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto	264
4.2. Serviços Municipalizados	266
4.2.1. Estrutura do Ativo	267
4.2.2. Passivo dos SM'S	270
4.2.3. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados	273
4.2.3.1. Custos dos Serviços Municipalizados (SM's)	273
4.2.3.2. Proveitos dos SM'S	276
4.2.3.3. Resultados económicos dos SM'S	278
4.3. Grupo autárquico	281

CAPÍTULO 5. RANKING GLOBAL	303
5.1. Enquadramento e Metodologia	303
5.2. Indicadores do Ranking Global	303
I. Índice Liquidez	305
II. Razão entre o Resultado Operacional (deduzido de amortizações e provisões) e os Proveitos Operacionais	306
III. Peso do Passivo exigível no Ativo	307
IV. Passivo por habitante	308
V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida	308
VI. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	310
VII. Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	311
VIII. Índice de Dívida Total	312
IX. Índice de Superavit	313
X. Impostos diretos por habitante	315
XI. Peso do Passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios	316
5.3. Ranking Global dos municípios	317
Municípios com melhor eficiência financeira comparativa	318
CAPÍTULO 6. RESUMO E CONCLUSÕES	327
1. Independência Financeira:	327
2. Orçamento e execução orçamental	328
3. Informação patrimonial e Resultados económicos	332
4. Setor empresarial Local (SEL)	335
5. Serviços Municipalizados	336
6. Ranking global	337
ANEXO I. DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2018	339
ANEXO II. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)	359

Índice de quadros, gráficos, rankings e figuras

QUADROS	
Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios	25
Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada	27
Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local	29
Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2018	38
Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios	39
Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal	44
Quadro 2.02 – Previsão e Execução da Receita	44
Quadro 2.03 – Variação da Receita (valores absolutos)	45
Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita	45
Quadro 2.05 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50% em 2018*	47
Quadro 2.06.A - Grau de execução da receita cobrada em 2018 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores	49
Quadro 2.06.M – Grau de execução da receita cobrada em 2018 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira	49
Quadro 2.07 – Montante de Receita Cobrada por natureza económica	56
Quadro 2.08 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total	57
Quadro 2.09 – Variação da Receita cobrada por natureza económica entre 2008 e 2018 – valores absolutos	57
Quadro 2.10 – Taxa de Variação da Receita cobrada por natureza económica entre 2008 e 2018	58
Quadro 2.11 – Evolução das principais receitas entre 2008 e 2018	59
Quadro 2.12 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2008 e 2018	59
Quadro 2.13 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2018 por grupo de municípios	62
Quadro 2.14 – Principais transferências recebidas pelos municípios	63
Quadro 2.15 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios	63
Quadro 2.16 – Valor das componentes da receita fiscal cobrada entre 2008 e 2018	65
Quadro 2.17 – Grau de execução da receita fiscal em 2018	65
Quadro 2.18 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos entre 2008 e 2018	69
Quadro 2.19 – Municípios com redução do valor de taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2018	72
Quadro 2.20 – Municípios com redução do valor de taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2018	73
Quadro 2.21 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%	74
Quadro 2.22 – Número de municípios com descida de IMI e IMT	86
Quadro auxiliar da leitura dos quadros R15	92
Quadro 2.23 – Municípios que em 2018 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM	97
Quadro 2.24 - Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização do capital em dívida em 2018	101
Quadro 2.24.A - Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores	101
Quadro 2.24.M – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira	101
Quadro 2.25 – Classificação económica da Despesa municipal	104

Quadro 2.26 – Despesa Orçada, Comprometida e Paga. Graus de execução da Despesa	104
Quadro 2.27 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	105
Quadro 2.28 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga	105
Quadro 2.29. A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores	108
Quadro 2.29. M – Graus de Execução da Despesa considerando a globalidade dos Municípios da Madeira	109
Quadro 2.30 – Despesa Comprometida desagregada pelas diferentes componentes económicas.	111
Quadro 2.31 – Despesa Paga desagregada pelas diferentes componentes económicas.	111
Quadro 2.32 – Taxas de Variação da Despesa Paga por diferentes componentes económicas.	112
Quadro 2.33 – Estrutura da Despesa Paga por natureza económica .	112
Quadro 2.34 – Peso da Despesa Paga em relação aos Compromissos Assumidos por natureza económica .	113
Quadro 2.35 – Excesso da Despesa sobre a Receita	148
Quadro 2.36 – Indicadores da Despesa e da Receita	153
Quadro 2.37 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações	154
Quadro 2.38 – Equilíbrio orçamental	158
Quadro 2.39 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos pagamentos)	163
Quadro 2.40 – Saldos na Base de Compromissos (liquidações versus compromissos)	164
Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica	168
Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço	169
Quadro 3.03 – Variação das componentes dos investimentos financeiros	172
Quadro 3.04.A – Municípios com maior diferença positiva entre o Saldo de Investimentos Financeiros e o Saldo de Ativos Financeiros	174
Quadro 3.04.B – Municípios com maior diferença negativa entre o Saldo de Investimentos Financeiros e o Saldo de Ativos Financeiros	175
Quadro 3.05 – Composição das Dívidas a Receber	177
Quadro 3.06 – Municípios com maior volume de Dívidas a Receber em 2018	178
Quadro 3.07 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos concedidos a terceiros	180
Quadro 3.08 – Disponibilidades e disponibilidades reais	181
Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios – Património Líquido	182
Quadro 3.10 – Componentes do Passivo Exigível	184
Quadro 3.11.A – Variação em valor absoluto das Componentes do Passivo Exigível	184
Quadro 3.11.B – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível	185
Quadro 3.12.A – Municípios que recorreram a Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)	187
Quadro 3.12.B – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)	187
Quadro 3.12.C – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	188
Quadro 3.12.D – Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)	191
Quadro 3.12.E- Empréstimos do Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH)	194
Quadro 3.13 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo entre 2015 e 2018	195
Quadro 3.14 – Componentes do Passivo eventualmente exigível	206
Quadro 3.15 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 M€	207
Quadro 3.16– Limite à dívida total	210
Quadro 3.17 – Indicadores de sinalização de alerta precoce, de saneamento financeiro e de recuperação financeira	211

Quadro 3.18 – Outros Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira	211
Quadro 3.19 – Variação do PMP de 2008 a 2018	218
Quadro 3.20 – Evolução dos Custos, no período de 2008 a 2018	222
Quadro 3.21 – Evolução dos Proveitos, no período de 2008 a 2018	224
Quadro 3.22 – Evolução dos Resultados Económicos no período entre 2008 a 2018	227
Quadro 3.23 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2018	228
Quadro 3.24 – Evolução do indicador EBITDA	233
Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2018	241
Quadro 4.02 – Entidades que se dissolveram em 2018	241
Quadro 4.03 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2018	242
Quadro 4.04 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 158 entidades do SEL em 2018 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias	243
Quadro 4.05 – Evolução do Ativo não Corrente das 151 Entidades Empresariais analisadas	245
Quadro 4.06 – Entidades que apresentam valores superiores a 50 M€ em Ativos Fixos Tangíveis no ano de 2018	246
Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores superiores a 10M€ no Ativo Intangível em 2018	246
Quadro 4.08 – Entidades com Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2018	246
Quadro 4.09 – Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2011 e 2018	247
Quadro 4.10 – Evolução do ATIVO CORRENTE das Entidades Empresariais	248
Quadro 4.11 – Entidades Empresariais com variações negativas superiores a 1 M€ em Caixa e Depósitos Bancários em 2018	248
Quadro 4.12 – Entidades Empresariais com diminuição mais significativa de valor no ativo Clientes em 2018	249
Quadro 4.12 A – Entidades Empresariais com diminuição mais significativa de valor em Outras Contas a Receber em 2018	249
Quadro 4.13 – Evolução do Capital Próprio	251
Quadro 4.14 – Estrutura e variação do Passivo entre 2011 a 2018	252
Quadro 4.16 – Entidades com maior descida de valor em Financiamentos Obtidos de MLP em 2018	254
Quadro 4.18 – Entidades com maior aumento na rubrica financiamentos obtidos de curto prazo entre 2017 e 2018	256
Quadro 4.19 – Desagregação dos Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais pelas suas diferentes componentes	260
Quadro 4.20 – Total dos Rendimentos e Gastos antes dos impostos das Entidades Empresariais	260
Quadro 4.21 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais	261
Quadro 4.22 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local	261
Quadro 4.23 – Entidades em processo de dissolução	264
Quadro 4.24 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	265
Quadro 4.25 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012	265
Quadro 4.26 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)	265
Quadro 4.27 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)	265
Quadro 4.28 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d)	265
Quadro 4.29 – Mapa dos SMs e respetivas competências	266
Quadro 4.30 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados, dos municípios a que correspondem e do universo dos municípios	267
Quadro 4.31 – Evolução do Ativo dos Serviços Municipalizados entre 2011 e 2018	268
Quadro 4.32 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados, dos Municípios que os tutelam e do universo municipal	269

Quadro 4.33 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados	269
Quadro 4.34 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados, dos Municípios a que correspondem e do universo municipal	270
Quadro 4.35 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados	271
Quadro 4.36 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados	273
Quadro 4.37 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	274
Quadro 4.38 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados	275
Quadro 4.39 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados, dos Municípios a que correspondem e do universo dos municípios	276
Quadro 4.40 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados	277
Quadro 4.41 – Informação sobre estrutura económica	279
Quadro 4.42 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados	279
Quadro 4.43 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos	281
Quadro 4.44 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos	281
Quadro 4.46 – Principais componentes do Ativo 2018	282
Quadro 4.47 – Principais componentes do Património Líquido	286
Quadro 4.48 – Principais componentes do Passivo	290
Quadro 4.49 – Principais componentes dos gastos (custos)	294
Quadro 4.50 – Principais componentes dos rendimentos (proveitos)	298
Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios	304
Quadro 5.02 – municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos	310
Quadro 5.03 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global	317
Quadro 5.04 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente	321

GRÁFICOS

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II	25
Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções	28
Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios	33
Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores	35
Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira	35
Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão	36
Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão	36
Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão	37
Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2008 a 2018)	37
Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas	45
Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores	47
Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira	48
Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2008 e 2018	59
Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada em 2008, 2017 e 2018	60
Gráfico 2.02.A – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2008 e 2018	61
Gráfico 2.02.M – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2008 e 2018	61

Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios	64
Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2008 e 2018	70
Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2008 e 2018	70
Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2008 e 2018	70
Gráfico 2.05 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2008 e 2018	106
Gráfico 2.06 – Taxas de Execução das Despesas – 2008 a 2018	107
Gráfico 2.05.A – Evolução da Despesa Municipal- nas suas diferentes fases- nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2008 e 2018	107
Gráfico 2.06.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2008 e 2018	108
Gráfico 2.05.M – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2008 e 2018	109
Gráfico 2.06.M – Taxas de Execução da Despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2008 e 2018	109
Gráfico 2.07 – Estrutura da despesa paga em 2008, 2017 e 2018	117
Gráfico 2.08 – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga entre 2008 e 2018	150
Gráfico 2.08.A – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga entre 2008 e 2018 nos municípios da R.A. dos Açores	150
Gráfico 2.08.M – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga entre 2008 e 2018 , nos municípios da R.A. da Madeira	151
Gráfico 2.09 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada em 2018 Milhões	151
Gráfico 2.09.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores 2018	152
Gráfico 2.09.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira 2018	152
Gráfico 2.10 – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos	165
Gráfico 2.10.A – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. dos Açores	166
Gráfico 2.10.M – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. da Madeira	166
Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2018	170
Gráfico 3.02 – Valor das componentes de Bens de Domínio Público	171
Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes do Imobilizado Corpóreo	172
Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo exigível	185
Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias	217
Gráfico 3.06 – Evolução das componentes dos Custos	222
Gráfico 3.07 – Estrutura dos Custos em 2018	223
Gráfico 3.08 – Evolução das componentes dos Proveitos	225
Gráfico 3.09 – Estrutura dos Proveitos em 2018	225
Gráfico 3.10 – Evolução dos Resultados Económicos	227
Gráfico 3.11 – Evolução do EBITDA	233
Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do Balanço do SEL (151 entidades)	243
Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2018	244
Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital Próprio entre 2011 e 2018	250
Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2011 a 2018	252
Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados	267
Gráfico 4.06 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados	272
Gráfico 4.07 – Comparação da dívida e do ativo circulante entre SM´s e Municípios c/ SM´s	272
Gráfico 4.08 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	274

Gráfico 4.09 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados	275
Gráfico 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem	276
Gráfico 4.11 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados	278
Gráfico 4.12 – Evolução dos Resultados Económicos	280

RANKINGS

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2018	40
R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2018	41
R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada em 2018	51
R3.A – Volume da receita cobrada* pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018	53
R3.M – Volume da receita cobrada* pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2018	53
R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada em 2018	55
R5 – Municípios que em 2018 apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada	66
R5.A – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores	68
R6 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2018	75
R6.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018	77
R6.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2018	77
R7 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2018	78
R8 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2018	79
R9 – Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2018	80
R10 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2018 e respetivo peso na receita total	82
R10.A – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018 e respetivo peso na receita total	83
R10.M – Receita de IMT cobrada pelos Municípios Região Autónoma da Madeira em 2018 e respetivo peso na receita total	83
R11 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2018 e respetivo peso na receita total	85
R12 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2018	87
R13 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2018	88
R14 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2018	89
R15 – Municípios com maior volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2018	91
R15.A – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2018 pelos municípios dos Açores	93
R15.M – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2018 pelos municípios da Madeira	93
R16 – Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2018	95
R16.A - Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2018 pelos municípios dos Açores	96
R16.M - Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2018 pelos municípios da Madeira	96
R17 – Municípios com maior volume de Passivos Financeiros (utilização de empréstimos bancários) em 2018	98
R17.A – Volume de Passivos Financeiros registado em 2018 pelos municípios dos Açores	99
R17.M – Volume de Passivos Financeiros registado em 2018 pelos municípios da Madeira	99
R18 - Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos	102
R19 - Municípios com maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos	103
R20 – Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2018	114

R21 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2018	116
R22 – Municípios com maior peso de pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais	119
R23 – Municípios com menor peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total	120
R23.A – Peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total nos municípios da Região Autónoma dos Açores	122
R23.M – Peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total nos municípios da Região Autónoma da Madeira	122
R24 – Municípios com maior volume de despesa com pessoal paga no ano de 2018	123
R25 – Municípios com menor volume pago em despesa com pessoal em 2018	124
R26 – Municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2018	126
R27 – Municípios com menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2018	127
R28 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2018	129
R29 – Municípios com menor volume de investimento pago em 2018	131
R30 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas em transferências correntes de capital e subsídios em 2018	133
R31 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em transferências correntes de capital e subsídios em 2018	134
R32 – Municípios com maior volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital período de 2006 a 2018	136
R33 – Municípios com maior volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2018	138
R33.A – Montante de amortizações pagas - passivos financeiros - pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018	140
R33.M – Montante de amortizações pagas - passivos financeiros - pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2018	140
R34 – Municípios com menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos - passivos financeiros - em 2018	141
R35 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2018	144
R36 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2018	145
R37 – Municípios com maior volume de despesa paga em juros e outros encargos financeiros nos últimos quatro mandatos	146
R38 – Municípios com menor volume total de despesa paga em juros entre 2006 e 2018 e simulação desse custo por habitante	147
R39 – Municípios com maior diferença negativa entre o grau de execução de receitas liquidadas* e o grau de execução de despesas comprometidas	155
R39.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. dos Açores	156
R39.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. da Madeira	156
R40 – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de Receita Liquidada e o Grau de execução da Despesa Comprometida	157
R41 – Municípios com maior equilíbrio orçamental	159
R42 – Municípios com menor equilíbrio orçamental	160
R43 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º da LFL, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei	161
R44 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5pp das receitas correntes	161
R45 – Municípios com menor passivo exigível referenciados pelo valor de 2018	196
R46 – Municípios com maior Passivo Exigível referenciado ao valor de 2018	198
R46.A – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2018	200
R46.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2018	200
R47 – Municípios com aumento do Passivo Exigível, em 2018	202
R48 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2018	203
R47.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018	205
R47.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2018	205
R48 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2018	203

R49 – Municípios com melhor índice de dívida total	213
R50 – Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores	214
R50.A – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores	215
R50.M – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira	216
R51 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos	218
R52 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos	220
R53 – Municípios com maiores Resultados Económicos em 2018	229
R54 – Municípios com menores Resultados Económicos em 2018	230
R55 – Municípios com melhor EBITDA em 2018	234
R56 – Municípios com pior EBITDA em 2018	236
R65 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível* em 2018	257
R66 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível em 2018	258
R67 – Entidades com melhor Resultado Económico em 2018	262
R68 – Entidades com mais fraco Resultado Económico em 2018	263
R.69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez	305
R.69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional	306
R.69.C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo	307
R.69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante	308
R.69.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas	309
R.69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos	311
R.69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município*	312
R.69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos	314
R.69.I – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante	315
R.69.J – 20 municípios com menor peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios	316
R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhor classificados globalmente	318
R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhor classificados globalmente	319
R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente	320
R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro com melhor pontuação global	322
R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja com melhor pontuação global	322
R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga com melhor pontuação global	322
R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança com melhor pontuação global	322
R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global	322
R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra com melhor pontuação global	322
R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora com melhor pontuação global	322
R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro com melhor pontuação global	322
R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda com melhor pontuação global	323
R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leira com melhor pontuação global	323
R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa com melhor pontuação global	323
R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre com melhor pontuação global	323

R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto com melhor pontuação global	323
R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém	323
R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal com melhor pontuação global	323
R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo com melhor pontuação global	324
R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real com melhor pontuação global	324
R71.R – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global	324
R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores com melhor pontuação global	324
R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global	324

FIGURAS

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes	26
Figura 2- 100 municípios com melhor eficiência financeira (a verde)	325

Introdução

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses agora publicado apresenta uma análise económica e financeira das contas dos 308 municípios relativas ao exercício económicos de 2018, incluindo ainda uma análise detalhada do setor empresarial local e quadros ilustrativos dos Ativos, Passivos e Capital Próprio de 135 grupos autárquicos.

Com esta publicação concretiza-se o décimo quinto anuário financeiro dos Municípios Portugueses, completando o período de 2003 a 2018, envolvendo três mandatos dos órgãos eleitos.

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses resulta de um trabalho em equipa que envolve atualmente dois centros de investigação onde estão integrados os autores: o Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e o Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) da Universidade do Minho.

Este 15.º Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2018 analisa as contas da totalidade dos municípios (308), de 158 empresas municipais (de um total de 163), da totalidade dos serviços municipalizados (24) e de 135 grupos autárquicos.

Os dados foram obtidos através da consulta dos websites das entidades, onde nos termos da lei devem ser disponibilizados, dos documentos de prestação de contas disponibilizados pelo Tribunal de contas, que há vários anos colabora nesta publicação e cujo apoio tem sido fundamental, e dos documentos de prestação de contas enviados diretamente pelos municípios e serviços municipalizados. O Anuário encontra-se organizado em seis capítulos.

- NO CAPÍTULO 1 apresenta-se o setor local, seguindo-se a caracterização geral dos municípios portugueses, sua tipologia, e efetua-se uma análise comparada do peso dos municípios portugueses com vários países da União Europeia. Neste capítulo é ainda apresentada a análise da independência financeira dos 308 municípios.
- NO CAPÍTULO 2 procede-se à análise da execução orçamental,

apresentando-se um conjunto de rankings sobre a execução da despesa e da receita, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com os anos anteriores.

- No CAPÍTULO 3 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos municípios apresentando-se a sua evolução nos últimos 11 anos. São também apresentados alguns rankings, estabelecendo-se, em alguns casos, comparações com o posicionamento em anos anteriores. É também analisado o limite à dívida total dos municípios, nos termos da legislação em vigor.
- No CAPÍTULO 4 procede-se à análise da situação financeira, económica e patrimonial dos serviços municipalizados e das empresas do setor empresarial local, estabelecendo-se comparações com os anos de 2011 a 2018, sendo também analisado o impacto da aplicação do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto ao período em análise. São ainda apresentados dados financeiros das contas consolidadas de 135 municípios.
- No CAPÍTULO 5 é apresentado um ranking dos municípios melhor posicionados considerando a perspetiva da gestão acumulada, tendo sido utilizados 11 indicadores que resultaram na apresentação do Ranking Global.
- No CAPÍTULO 6 apresentam-se as principais conclusões às contas dos municípios e do setor empresarial local para os exercícios económicos de 2018.

O presente documento termina com uma secção composta por dois anexos:

- ANEXO I – Dados económicos e financeiros do Municípios, Empresas Municipais e Serviços Municipalizados, 2018
- ANEXO II – Evolução da situação financeira por município (entre 2006 a 2018), com a apresentação de um gráfico considerando diversas variáveis (orçamento, despesas comprometidas, receitas cobradas líquidas, dívidas a pagar totais e resultado operacional antes de amortizações e provisões).

CAPÍTULO 1

O SETOR LOCAL E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

1.1. O Setor Local

O setor público português assegura a sua missão de produção, prestação e alocação de bens e serviços aos cidadãos por recurso a vários subsectores, ou formas organizacionais, com diferentes enquadramentos jurídico-institucionais. O Setor Público Administrativo (SPA) – o Estado no sentido lato – corresponde à maior componente do setor público e assegura as funções de redistribuição de rendimentos, afetação de recursos e estabilização macroeconómica, através da provisão de bens e serviços públicos.

A organização democrática do Estado português compreende a existência de autarquias locais. O princípio da autonomia do poder local está consagrado no art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), indicando as coordenadas em que o mesmo se materializa na parte respeitante à organização do poder político e sob a epígrafe “Poder Local”. Assim, “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais” (art.º 235.º), definindo-as como “pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas” (art.º 236.º), especificando ainda que, “no continente, as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas”, enquanto “as regiões autónomas compreendem freguesias e municípios”¹.

A atuação das autarquias locais rege-se, segundo o quadro de atribuições e competências (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), por um conjunto de princípios que garantem a sua autonomia jurídica e institucional na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. A CRP preconiza, no seu art.º 6.º, o prin-

cípio da autonomia do poder local e a Carta Europeia de Autonomia Local define-o no art.º 3.º como a “*capacidade efetiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, e sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos*”. As autarquias locais são responsáveis, perante diversos destinatários, pela gestão dos recursos públicos locais visando os interesses das respetivas populações.

1.2. Freguesias

A freguesia é a autarquia local de menor dimensão que, através de órgãos representativos eleitos, visa a prossecução de interesses próprios da população residente numa subdivisão do concelho (circunscrição concelhia). Não obstante a sua grande importância histórica, a relevância do ponto de vista político, económico, administrativo e financeiro da freguesia não equivale à do município. A reorganização administrativa territorial autárquica, através da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, resultou num processo de extinção e/ou fusão pela criação de uniões de freguesias, em que desapareceram 1 068 das 4 159 até então existentes, passando o país ter 3 091 freguesias ou união de freguesias. Legalmente, “*a freguesia criada por efeito da agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial, dispõe de uma única sede e integra o património, os recursos humanos, os direitos e as obrigações das freguesias agregadas*” (art.º 9º, nº2).

Assim, atualmente existem em Portugal 3.091 freguesias das quais 2.882 no Continente, 155 nos Açores e 54 na Madeira². As freguesias possuem atribuições nos seguintes domínios (art.º

¹ Considerando que as regiões administrativas ainda não foram criadas, as autarquias locais em Portugal Continental são compostas da mesma forma que nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, compreendendo apenas as freguesias e os municípios.

² <https://appls.portalautarquico.pt/portalaautarquico/Home.aspx>.

7.º, n.º 2 do Anexo I à Lei n.º 75/2013³, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Abastecimento público;
- Educação;
- Cultura, tempos livres e desporto;
- Cuidados primários de saúde;
- Ação social;
- Proteção civil;
- Ambiente e salubridade;
- Desenvolvimento;
- Ordenamento rural e urbano;
- Proteção da comunidade.

A mesma lei (art.º 5.º) define que os órgãos de governo da freguesia são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia.

A Assembleia de Freguesia corresponde ao órgão deliberativo, ou seja, o órgão que define as orientações de plano e execução relativas à freguesia. Entre outras, compete-lhe acompanhar a atividade da Junta de Freguesia, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 9.º). A Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia, isto é, o órgão responsável pela gestão corrente dos seus assuntos. Entre outras funções compete-lhe executar as deliberações do órgão deliberativo, elaborar e executar as opções do plano e a proposta de orçamento e elaborar e aprovar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 16.º).

1.3. Municípios

Legalmente definidos como autarquias locais que visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia mediante órgãos representativos eleitos, os municípios adquiriram ao longo do tempo uma grande importância histórica, política, económica, administrativa, financeira e jurídica, revelando-se de primordial importância no contexto das políticas públicas locais. Atualmente os municípios possuem atribuições nos seguintes do-

³ Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição.

mínios (art.º 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013⁴, de 12 de setembro):

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;
- Tempos livres e desporto;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Proteção civil;
- Ambiente e saneamento básico;
- Defesa do consumidor;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;
- Polícia municipal;
- Cooperação externa

A definição destas atribuições tem subjacente a concretização de um conjunto de princípios de onde se releva o **princípio da subsidiariedade** (art.º 4.º)⁵, ou seja, a prossecução das funções de interesse local pelo nível de governo mais próximo da população que, naturalmente, conhece melhor os seus problemas e necessidades, o qual sustenta a crescente transferência de atribuições e competências da Administração Central para os municípios.

Nesse sentido, tendo em conta a organização dos municípios e o respetivo quadro de competências, a lei prevê a existência de órgãos locais próprios: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A **Assembleia Municipal** constitui o órgão deliberativo do município, ou seja, o órgão que define as orientações do respetivo município. Entre outras, compete à Assembleia Municipal acompanhar a atividade da Câmara Municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, e apreciar o relatório de atividades e os documentos de prestação de contas que refletem o comportamento financeiro do município (art.º 25.º).

⁴ Com as alterações de Lei n.º 69 2015, de 16/07

⁵ Artigo 4.º - Princípios gerais - “A prossecução das atribuições e o exercício das competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais devem respeitar os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado.”

A **Câmara Municipal** é o órgão de execução das políticas públicas decididas pela Assembleia Municipal. Entre outras funções e para além de executar as deliberações do órgão deliberativo, elabora e executa as opções do plano e o orçamento e é responsável pela elaboração e apresentação à Assembleia Municipal do relatório de atividades e os documentos de prestação de contas (art.º 33.º). A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da Câmara e por Vereadores cujo número varia consoante o número de eleitores do respetivo município. De modo análogo ao que ocorre na Administração Central, na Administração Local coexiste um setor administrativo com outros subsectores, como os serviços municipalizados e, mais recentemente, o Setor Empresarial Local (SEL). Este último é composto essencialmente por empresas públicas municipais e intermunicipais que são sociedades comerciais de direito privado (Lei n.º 50/20126, de 31 de agosto) mas de utilidade pública.

Atualmente, existem em Portugal 308 municípios dos quais 278 no Continente e 30 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. O critério mais usado para classificar os municípios quanto à sua dimensão é ainda o que tem em conta o número de habitantes. Tal como nas edições anteriores, para efeitos de análise, os municípios portugueses foram agrupados em três categorias distintas quanto à sua dimensão em número de habitantes:

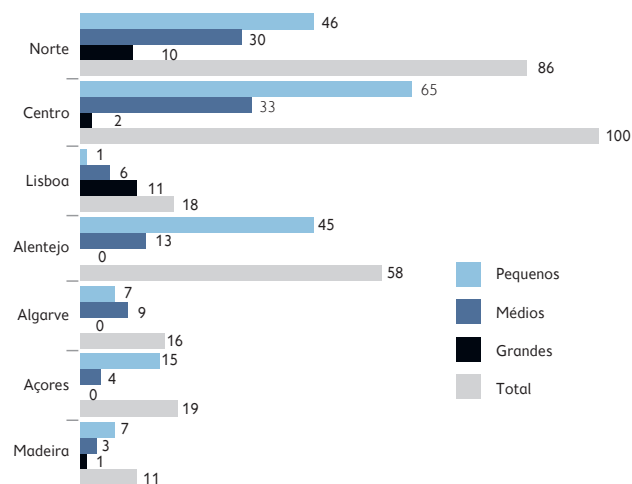
- Municípios Pequenos – com população inferior ou igual a 20 000 habitantes;
- Municípios Médios – com população superior a 20 000 habitantes e inferior ou igual a 100 000 habitantes;
- Municípios Grandes – com população superior a 100 000 habitantes.

Considerando esta categorização, o número de municípios portugueses em 2018 distribuiu-se da seguinte forma:

Pequenos < 20 000	Médios >20 000 <100 000	Grandes > 100 000
186 Municípios	98 Municípios	24 Municípios
Corvo (465 habit.)		Lisboa (507 220 habit.)

⁶ Com as alterações fundamentais das leis : Lei n.º 71/2018, de 31/12; Lei n.º 114/2017, de 29/12; Lei n.º 42/2016, de 28/12; Lei n.º 7-A/2016, de 30/03; Lei n.º 69/2015, de 16/07 e Lei n.º 53/2014, de 25/08.

Gráfico 1.01 – Os Municípios Portugueses, por dimensão e região NUTS II



Quadro 1.01 – Caracterização das regiões NUTS II, considerando a dimensão dos municípios

%	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Pequenos	53%	65%	6%	78%	44%	79%	64%
Médios	35%	33%	33%	22%	56%	21%	27%
Grandes	12%	2%	61%	0%	0%	0%	9%

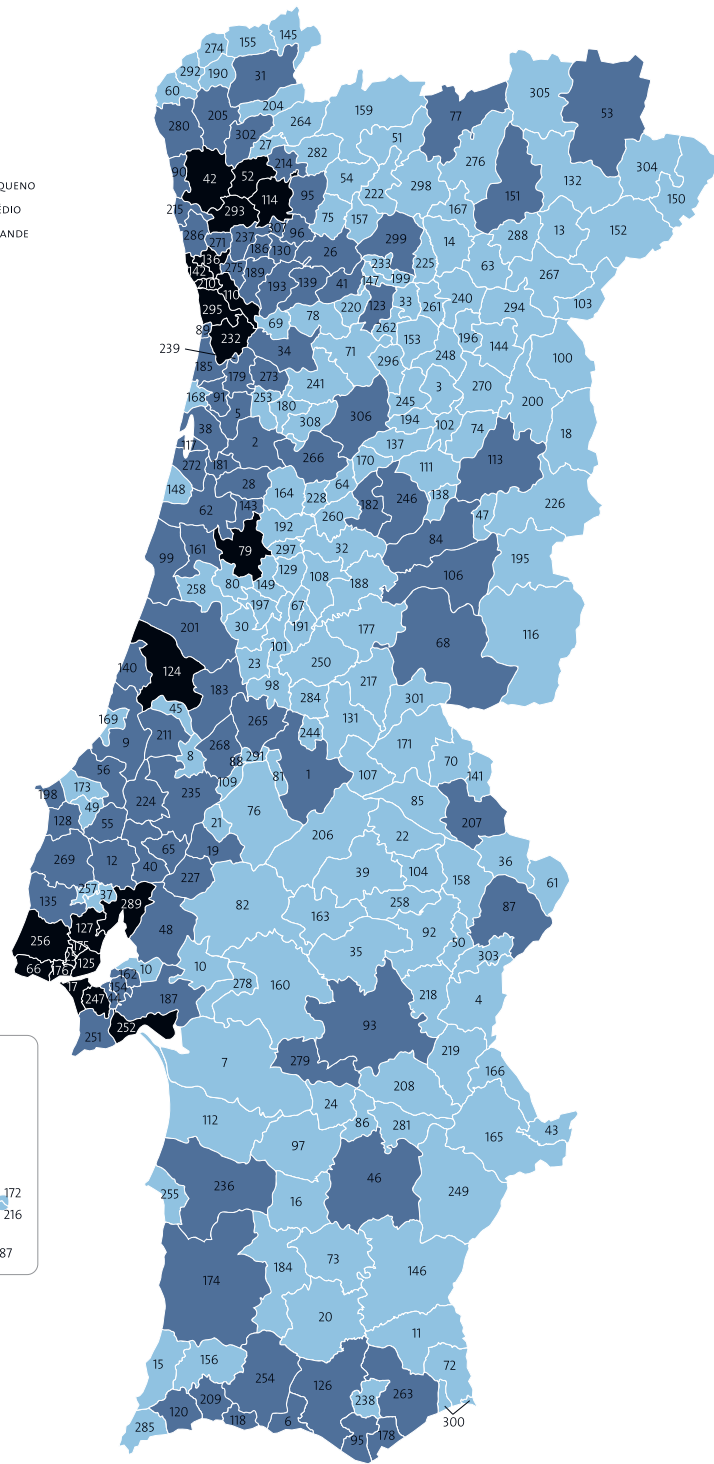
A análise conjunta dos Gráfico 1.01 e Quadro 1.01, permite verificar que é no Alentejo, no Centro e nas ilhas que os municípios de pequena dimensão têm maior peso. De facto, 64% (7 em 11) dos municípios da Região Autónoma da Madeira e 79% (15 em 19) dos municípios da Região Autónoma dos Açores são de pequena dimensão, assim como 78% (45 em 58) dos municípios do Alentejo e 65% (65 em 100) dos municípios do Centro. Em contrapartida, na Região de Lisboa os pequenos municípios representam apenas 6% (1 em 18) dos municípios da região.

Na Figura 1 apresenta-se a tipologia dos municípios distribuídos geograficamente pelo país.

Figura 1 – Distribuição dos municípios por dimensão, medida em nº de habitantes

- | | | | |
|-------------------------|---------------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| 1 Abrantes | 87 Elvas | 173 Óbidos | 259 Souсел |
| 2 Águeda | 88 Entroncamento | 174 Odemira | 260 Tábua |
| 3 Aguiar da Beira | 89 Espinho | 175 Odivelas | 261 Tabuа |
| 4 Alandroal | 90 Esposende | 176 Oeiras | 262 Tarouca |
| 5 Albergaria-a-Velha | 91 Estarreja | 177 Oleiros | 263 Távira |
| 6 Albufeira | 92 Estremoz | 178 Olhão | 264 Terras de Bouro |
| 7 Alcácer do Sal | 93 Évora | 179 Oliveira de Azeméis | 265 Tomar |
| 8 Alcanena | 94 Fafe | 180 Oliveira de Frades | 266 Tondela |
| 9 Alcobaca | 95 Faro | 181 Oliveira do Bairro | 267 Torre de Moncorvo |
| 10 Alcochete | 96 Felgueiras | 182 Oliveira do Hospital | 268 Torres Novas |
| 11 Alcúitím | 97 Ferreira do Alentejo | 183 Ourém | 269 Torres Vedras |
| 12 Alenquer | 98 Ferreira do Zêzere | 184 Ourique | 270 Trancoso |
| 13 Alfândega da Fé | 99 Figueira da Foz | 185 Ovar | 271 Trofa |
| 14 Aljô | 100 Figueira de Castelo Rodrigo | 186 Paços de Ferreira | 272 Vagos |
| 15 Aljezur | 101 Figueiró dos Vinhos | 187 Palmela | 273 Vale de Cambra |
| 16 Aljustrel | 102 Fornos de Algodres | 188 Pampilhosa da Serra | 274 Valença |
| 17 Almada | 103 Freixo de Espada à Cinta | 189 Paredes | 275 Valongo |
| 18 Almeida | 104 Fronteira | 190 Paredes de Coura | 276 Valpaços |
| 19 Almeirim | 105 Funchal | 191 Pedrógão Grande | 277 Velas |
| 20 Almodôvar | 106 Fundão | 192 Penacova | 278 Vendas Novas |
| 21 Alpiarça | 107 Gavião | 193 Penafiel | 279 Viana do Alentejo |
| 22 Alter do Chão | 108 Gois | 194 Penalva do Castelo | 280 Viana do Castelo |
| 23 Alvaiázere | 109 Golegã | 195 Penamacor | 281 Vidigueira |
| 24 Alvito | 110 Gondomar | 196 Penedono | 282 Vieira do Minho |
| 25 Amadora | 111 Gouveia | 197 Penela | 283 Praia da Vitória |
| 26 Amarante | 112 Grândola | 198 Peniche | 284 Vila de Rei |
| 27 Amares | 113 Guarda | 199 Peso da Régua | 285 Vila do Bispo |
| 28 Anadia | 114 Guimarães | 200 Pinhel | 286 Vila do Conde |
| 29 Angra do Heroísmo | 115 Horta | 201 Pombal | 287 Vila do Porto |
| 30 Ansião | 116 Idanha-a-Nova | 202 Ponta Delgada | 288 Vila Flor |
| 31 Arcos de Valdevez | 117 Ílhavo | 203 Ponta do Sol | 289 Vila Franca de Xira |
| 32 Arganil | 118 Lagoa (Algarve) | 204 Ponte da Barca | 290 Vila Franca do Campo |
| 33 Armamar | 119 Lagoa (R.A.A.) | 205 Ponte de Lima | 291 Vila Nova da Barquinha |
| 34 Arouca | 120 Lagos | 206 Ponte de Sor | 292 Vila Nova de Cerveira |
| 35 Arraiolos | 121 Lajes das Flores | 207 Portalegre | 293 Vila Nova de Famalicão |
| 36 Arronches | 122 Lajes do Pico | 208 Portel | 294 Vila Nova de Foz Coa |
| 37 Arruda dos Vinhos | 123 Lamego | 209 Portimão | 295 Vila Nova de Gaia |
| 38 Aveiro | 124 Leiria | 210 Porto | 296 Vila Nova de Paiva |
| 39 Avis | 125 Lisboa | 211 Porto de Mós | 297 Vila Nova de Poiares |
| 40 Azambuja | 126 Loulé | 212 Porto Moniz | 298 Vila Pouca de Aguiar |
| 41 Baião | 127 Lourdes | 213 Porto Santo | 299 Vila Real |
| 42 Barcelos | 128 Lourinhã | 214 Póvoa de Lanhoso | 300 Vila Real de Santo António |
| 43 Barrancos | 129 Lousã | 215 Póvoa de Varzim | 301 Vila Velha de Ródão |
| 44 Barreiro | 130 Lousada | 216 Povoação | 302 Vila Verde |
| 45 Batalha | 131 Mação | 217 Proença-a-Nova | 303 Vila Viçosa |
| 46 Beja | 132 Macedo de Cavaleiros | 218 Redondo | 304 Vimioso |
| 47 Belmonte | 133 Machico | 219 Reguengos de Monsaraz | 305 Vinhais |
| 48 Benavente | 134 Madalena | 220 Resende | 306 Viseu |
| 49 Bombarral | 135 Mafra | 221 Ribeira Brava | 307 Vizela |
| 50 Borba | 136 Maia | 222 Ribeira de Pena | 308 Vozela |
| 51 Boticas | 137 Mangualde | 223 Ribeira Grande | |
| 52 Braga | 138 Manteigas | 224 Rio Maior | |
| 53 Bragança | 139 Marco de Canaveses | 225 Sabrosa | |
| 54 Cabeceiras de Basto | 140 Marinha Grande | 226 Sabugal | |
| 55 Cadaval | 141 Marvão | 227 Salvaterra de Magos | |
| 56 Caldas da Rainha | 142 Matosinhos | 228 Santa Comba Dão | |
| 57 Calheta (R. A. A.) | 143 Mealhada | 229 Santa Cruz | |
| 58 Calheta (R. A. M.) | 144 Meda | 230 Santa Cruz da Graciosa | |
| 59 Câmara de Lobos | 145 Melgão | 231 Santa Cruz das Flores | |
| 60 Caminha | 146 Mértola | 232 Santa Maria da Feira | |
| 61 Campo Maior | 147 Mesão Frio | 233 Santa Marta de Penaguião | |
| 62 Cantanhede | 148 Mira | 234 Santana | |
| 63 Carrizada de Ansiães | 149 Miranda do Corvo | 235 Santarém | |
| 64 Carregal do Sal | 150 Miranda do Douro | 236 Santiago do Cacém | |
| 65 Cartaxo | 151 Mirandela | 237 Santo Tirso | |
| 66 Cascais | 152 Mogadouro | 238 São Brás de Alportel | |
| 67 Castanheira de Pêra | 153 Moimenta da Beira | 239 São João da Madeira | |
| 68 Castelo Branco | 154 Moita | 240 São João da Pesqueira | |
| 69 Castelo de Paiva | 155 Monção | 241 São Pedro do Sul | |
| 70 Castelo de Vide | 156 Monchique | 242 São Roque do Pico | |
| 71 Castro Daire | 157 Mondim de Basto | 243 São Vicente | |
| 72 Castro Marim | 158 Monforte | 244 Sardoal | |
| 73 Castro Verde | 159 Montalegre | 245 Sátão | |
| 74 Celorico da Beira | 160 Montemor-o-Novo | 246 Seia | |
| 75 Celorico de Basto | 161 Montemor-o-Velho | 247 Seixal | |
| 76 Chamusca | 162 Montijo | 248 Sernancelhe | |
| 77 Chaves | 163 Mora | 249 Serpa | |
| 78 Cinfaes | 164 Mortágua | 250 Sertã | |
| 79 Coimbra | 165 Moura | 251 Sesimbra | |
| 80 Condeixa-a-Nova | 166 Mourão | 252 Setúbal | |
| 81 Constância | 167 Murça | 253 Sever do Vouga | |
| 82 Coruche | 168 Murtosa | 254 Silves | |
| 83 Corvo | 169 Nazaré | 255 Sines | |
| 84 Covilhã | 170 Nelas | 256 Sintra | |
| 85 Crato | 171 Nisa | 257 Sobral de Monte Agraço | |
| 86 Cuba | 172 Nordeste | 258 Soure | |

PEQUENO
MÉDIO
GRANDE



1.4. Caracterização geral e importância financeira dos Municípios portugueses no contexto europeu

Como se mostra no Quadro 1.02⁷, a dimensão média dos municípios portugueses não é inferior à da maioria dos países europeus,

é até ligeiramente superior. Em termos de população, a média portuguesa (33,5 mil habitantes) é aproximada aos valores da Grécia, Suécia e Holanda sendo largamente ultrapassada apenas, pela Dinamarca, Irlanda e Reino Unido.

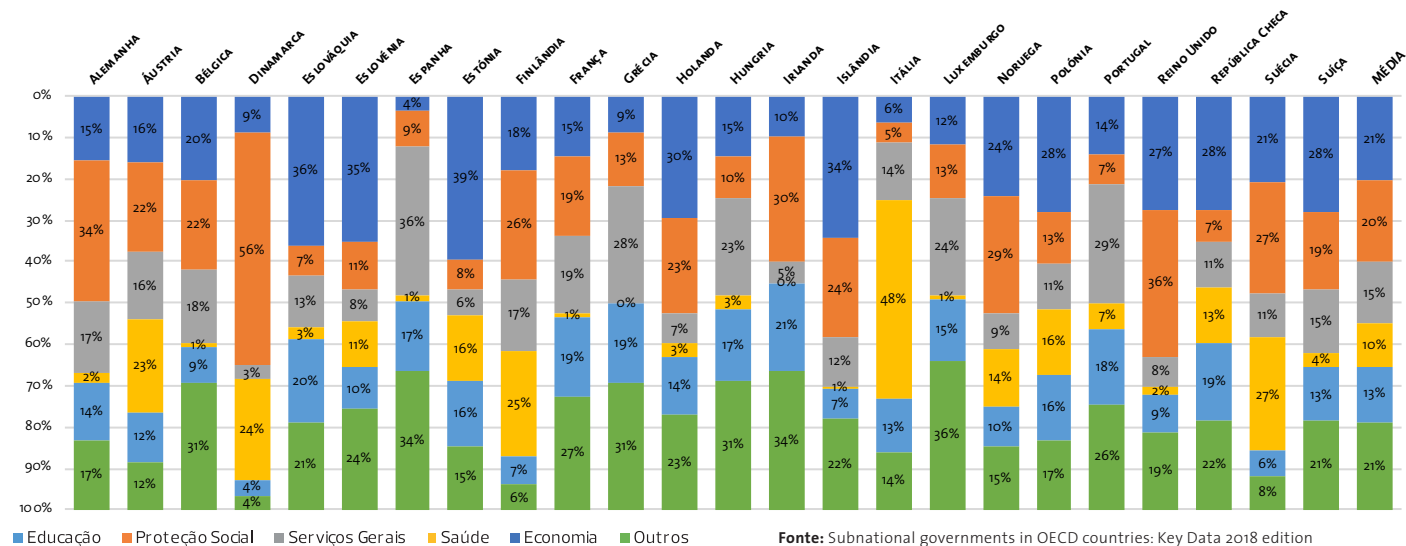
⁷ Os dados disponíveis continuam referenciados a 2016, pelo que se mantendo o texto interpretativo deste quadro igual ao do anuário precedente.

Quadro 1.02 – Caracterização dos Municípios Portugueses em perspetiva comparada

País	População média	PIB per capita (\$)	N.º Municípios	% Munic. ≤ 2000 habit.	% Munic. ≥ 20000 habit.	Despesa Municipal (% Despesa Pública)	Investimento Municipal (% Investimento Público)	Receita Municipal (% Receita Público)
Alemanha	7 449	48 947	11 054	54%	6%	18,0%	33,1%	18,1%
Áustria	4 166	50 503	2 098	55%	1%	16,8%	27,6%	17,2%
Bélgica	19 177	46 607	589	1%	26%	13,3%	27,8%	14,3%
Dinamarca	58 459	49 021	98	1%	93%	65,0%	40,4%	66,1%
Eslováquia	1 854	30 460	2 930	85%	2%	15,8%	19,6%	18,1%
Eslovénia	9 739	32 730	212	12%	8%	18,2%	40,9%	19,4%
Espanha	5 720	36 318	8 124	72%	5%	13,7%	25,0%	16,9%
Estónia	16 657	29 741	79	5%	9%	23,1%	23,7%	23,6%
Finlândia	17 670	43 378	311	14%	18%	40,2%	54,3%	40,7%
França	1 885	41 364	35 357	86%	1%	19,8%	55,2%	21,3%
Grécia	33 181	26 746	325	7%	54%	7,1%	18,5%	7,7%
Holanda	44 816	50 540	380	1%	69%	31,7%	47,8%	31,6%
Hungria	3 088	26 701	3 178	76%	2%	12,9%	27,6%	14,1%
Irlanda	151 078	72 485	31	0%	100%	7,6%	15,3%	8,1%
Islândia	4 541	50 012	74	72%	4%	27,2%	35,0%	21,5%
Itália	7 617	38 370	7 960	44%	6%	28,9%	52,6%	31,0%
Luxemburgo	5 727	102 019	102	37%	3%	11,7%	35,8%	12,0%
Noruega	12 408	58 792	422	22%	13%	33,2%	41,6%	30,1%
Polónia	15 507	27 058	2 478	1%	14%	31,3%	35,7%	34,0%
Portugal	33 524	30 606	308	2%	41%	12,6%	52,0%	14,2%
Reino Unido	167 898	42 622	391	0%	100%	24,2%	34,8%	25,1%
República Checa	1 688	34 753	6 258	89%	1%	25,8%	41,2%	27,9%
Suécia	34 218	48 905	290	0%	42%	50,6%	50,3%	48,5%
Suíça	3 768	63 889	2 222	61%	2%	21,6%	31,4%	21,3%
Média	27 576	45 107	3 553	33%	26%	23,8%	36,1%	24,3%

Fonte: *Subnational governments in OECD countries: KEY DATA 2016 edition* – Dados relativos a 2016

Gráfico 1.02 – Distribuição das despesas locais por funções



Fonte: Subnational governments in OECD countries: Key Data 2018 edition

A análise do Quadro 1.02 salienta uma outra característica relevante da Administração Local portuguesa em perspetiva comparada: o elevado grau de centralização financeira do Setor Público Administrativo – as duas últimas colunas. As despesas locais dos municípios portugueses correspondem apenas a 12,6% do total das despesas públicas, valores que são dos mais baixos, quando comparados com a média europeia (23,8%). No que diz respeito ao peso do investimento local no total de investimento público, Portugal apresenta um valor superior (52,0%) à média europeia (36,1%), o que sugere, claramente, uma maior intervenção dos municípios portugueses nas atividades de investimento público⁸. Contudo, as receitas locais dos municípios portugueses correspondem a 14,2% do total das receitas públicas, valores muito abaixo da média europeia (24,3%).

⁸ A razão essencial deste facto deve-se à inexistência das Regiões Administrativas às quais caberiam competências mais amplas, de intervenção territorial mais alargada e que absorveriam algumas competências municipais. Assim o facto de aparentemente os municípios portugueses aparecerem com o maior investimento financeiro, não será uma vantagem, mas pode ser antes uma desvantagem se comparado com o investimento total que os países organizados por regiões e municípios realizam. Estarão nesta situação a maioria dos países referidos no quadro em apreço,

O Gráfico 1.02⁹ mostra a composição funcional das despesas locais do mesmo grupo de países, o que permite perceber as áreas de atividade local com mais peso nas despesas locais. No que diz respeito à **função de educação**, cuja média europeia é cerca de um quarto das despesas locais (20,5%), o peso em Portugal é muito inferior (14%). De forma ainda mais acentuada, o mesmo se passa com as despesas em **proteção social e saúde**¹⁰, em que intervenção dos municípios portugueses é bastante reduzida (7% nos dois casos) e inferior à média europeia, respetivamente, de 19,5% e 10,5%. Ao invés, no caso das despesas relacionadas com as **atividades económicas**, o peso em Portugal (18%) é claramente superior à média (13,5%) europeia. Finalmente, mais de metade das despesas municipais portuguesas são consumidas com **funções gerais** (26%) e **outras despesas** (29%), ao contrário da média dos países europeus, em que o peso somado destas duas funções totaliza os 36,2%.

⁹ Gráfico, obtido do mesmo estudo do quadro anterior, “Subnational governments in OECD Countries: Key Data 2018 edition” com dados relativos ao ano económico de 2016.

¹⁰ Estas são duas funções que em 2018 ainda se encontravam muito centralizadas no Governo Central Português.

1.5. Grupos Municipais¹¹

Nos últimos 20 anos assistiu-se à implementação de um variado conjunto de reconfigurações da forma organizacional de prestação de serviços públicos do setor autárquico, nomeadamente a partir de 2006, ano da publicação do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local - Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro. Um dos aspetos mais salientes dessa tendência foi a transferência da prestação de bens e serviços para outras entidades do setor público através da criação de empresas municipais ou empresas mistas com forte participação municipal, constituindo-se o SEL (Setor Empresarial Local) que passou a integrar os serviços municipalizados com autonomia administrativa e financeira. O Quadro 1.03 apresenta o número de autarquias que tinham, à data de 2018, constituído empresas municipais e/ou serviços municipalizados.

Pela análise do Quadro 1.03 verifica-se que, enquanto 50 municípios detêm apenas numa empresa municipal, 34 municípios detêm duas ou mais empresas municipais, sendo que apenas 7 municípios detêm 4 ou mais empresas. Ao mesmo tempo, 168 municípios participam pelo menos numa empresa intermunicipal

(118 apenas numa, 44 em duas e 6 em três). No cômputo geral, dos que descentralizam, a maioria dos municípios tem apenas uma empresa municipal e, ou, participam em apenas uma empresa intermunicipal.

Ao invés, 225 municípios (157 pequenos, 60 médios e 8 grandes) não possuem empresas municipais, 140 municípios (86 pequenos, 39 médios e 15 grandes) não participam em empresas intermunicipais e 282 municípios não possuem serviços municipalizados (185 pequenos, 83 médios e 14 grandes).

A atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) impõe, no seu art.º 75º, que os municípios apresentem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo eles a entidade mãe ou consolidante. É ainda referido que o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, definindo-se controlo como o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da outra entidade, a fim de beneficiar das suas atividades.

¹¹ Situações que visam ultrapassar a inexistência de Regiões Administrativas

Quadro 1.03 – Número de serviços municipalizados e Entidades do Setor Empresarial Local

	Total	N.º de municípios com:												
		Serviços Municipalizados*		Empresas Municipais						Empresas Intermunicipais				
		0 SMs	1 SM	0 EMs	1 EM	2 EMs	3 EMs	4 EMs	5 EMs	6 EMs	0 EIMs	1 EIM	2 EIMs	3 EIMs
Municípios Pequenos	186	185	1	157	24	3	1	1	0	0	86	67	30	3
Municípios Médios	98	83	15	60	21	13	3	1	0	0	39	42	14	3
Municípios Grandes	24	14	10	8	5	6	1	2	2	1	15	9	0	0
Total de municípios	308	282	26	225	50	22	5	4	2	1	140	118	44	6
Total de Empresas e SMs	193		24 *				141						22	

* Existem dois Serviços Intermunicipalizados pertencente aos municípios de Loures e Odivelas e Oeiras e Amadora

1.6. Alterações Administrativas versus Finanças Locais

No âmbito da implementação da designada Reforma da Administração Local, em 2012 foram introduzidas diversas reformas legais que alteraram significativamente o enquadramento financeiro, de controlo e de prestação de contas dos municípios portugueses. Algumas dessas alterações resultaram diretamente do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, em cujos memorandos de entendimento consta a menção explícita da necessidade de reorganizar as Administrações Local e Regional e a prestação de serviços da administração a nível local. Relativamente à Administração Local, o PAEF impunha um conjunto de compromissos que a seguir se resumem:

- Reduzir, em pelo menos 175 milhões de euros, as transferências para as Administrações Local e Regional, no âmbito do contributo deste subsetor para a consolidação orçamental;
- Submeter à Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei das Finanças Locais, com vista a promover a sua adaptação aos princípios e normas adotadas pela nova Lei do Enquadramento Orçamental, nomeadamente no que se refere (i) à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro das Administrações Local e Regional; (ii) ao enquadramento plurianual das regras de despesa, saldos orçamentais e regras de endividamento, e de orçamentação de programas; e (iii) à interação com as funções do Conselho das Finanças Públicas;
- Preparar uma avaliação abrangente da estrutura de tarifas das empresas públicas, incluindo das do SEL, a fim de reduzir o grau de subsidiariedade, bem como rever o seu nível do serviço público prestado;
- Avaliar os planos em curso de redução de custos operacionais, até ao final de 2011, em pelo menos 15% em média face a 2009, propondo cortes específicos por empresa pública, incluindo nas do SEL, que sejam consistentes com uma avaliação económica e financeira realista;
- Aplicar limites de endividamento mais restritos ao Setor Empresarial do Estado (SEE), extensíveis ao SEL;
- Elaborar um plano para reforçar a governação do SEE e do SEL, de acordo com as melhores práticas internacionais, que inclua uma avaliação da função acionista, dotando o Ministério das Finanças e da Administração Pública de um papel decisivo quanto a questões de ordem financeira do SEE.

Diplomas com alterações legislativas de maior impacto na organização administrativa e do sistema financeiro dos municípios, no quadriénio 2012/2018:

- Lei n.º 22/2012, de 30 de maio – Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;
- Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto – Aprova o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL);
- Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto – Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local;
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (vulgo Lei das Finanças Locais);
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais, estatuto das Entidades Intermunicipais e da transferência de competências (vulgo Lei das Autarquias Locais);
- Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal.
- Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro – Regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais
- **Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto** – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais¹². Este diploma revoga o Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro e os artigos 132.º a 136.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
- **Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro**¹³ - Concretiza o qua-

¹² Disposições transitórias e finais: “Artigo 42.º- Áreas metropolitanas: Até à criação de outras formas de organização territorial autárquica, em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 236.º da Constituição, nas áreas de Lisboa e Porto as competências transferidas para as entidades intermunicipais são exercidas pelas áreas metropolitanas respetivas.” “Artigo 43.º- Entrada em vigor . 1 - A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. 2 - A transferência das competências previstas na presente lei efetua-se nos termos do disposto no artigo 4.º”

Artigo 44.º- Produção de efeitos. 1 - A presente lei produz efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial, acordados com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. 2 - O disposto no número anterior tem que ser concretizado de forma a permitir a aplicabilidade e eficácia do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º da presente lei.

¹³ Só aplicável aos municípios a partir de 2019 por isso sem efeitos financeiros no

dro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde.¹⁴

Do ponto de vista da atividade financeira do setor público local, a mais importante reforma foi a publicação do Novo Regime Financeiro (Lei n.º 73/2013 – RFALEI), que revoga a Lei n.º 2/2007, e cujo objetivo é “ajustar o paradigma das receitas autárquicas à realidade atual, aumentar a exigência e transparência ao nível da prestação de contas, bem como dotar as finanças locais dos instrumentos necessários para garantir a efetiva coordenação entre a Administração Central e Local, contribuindo assim para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade financeira” (Preâmbulo da Lei). O Novo Regime Financeiro aprovado em 2013 procura, assim, intervir fundamentalmente sobre o controlo e prevenção do desequilíbrio financeiro.

Dado que a autonomia financeira municipal deve ser exercida no contexto do equilíbrio financeiro global do setor público, os princípios constantes da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro), passaram a estar também plasmados na nova LFL (art.º 3.º); princípios: da estabilidade orçamental; da solidariedade nacional recíproca; da transparência orçamental; da equidade intergeracional; além dos princípios da legalidade, da tutela inspetiva, da autonomia financeira e da justa repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais.

Neste âmbito, merece destaque ainda o princípio da coordenação entre finanças locais e finanças do Estado (art.º 11.º), a realizar através de um Conselho de Coordenação Financeira

presente anuário

¹⁴ Com a presente legislação “não se transferem para os municípios apenas competências de gestão, prevenindo-se também o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os municípios e o SNS relativa aos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo. Trata-se de uma antiga reivindicação dos municípios, prevenindo-se assim que estes possam vir a participar e influenciar o plano das políticas de saúde a nível dos respetivos territórios” (...) “De salientar, ainda, que, nos termos do artigo 33.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, também se transfere competências neste âmbito para as entidades intermunicipais, designadamente para participar na definição da rede de unidades de cuidados de saúde primários e de unidades de cuidados continuados de âmbito intermunicipal.” “O presente decreto-lei prevê finalmente a criação de uma comissão com o intuito de acompanhar, numa lógica de proximidade, o desenvolvimento e a evolução das competências transferidas.”

(CCF) (art.º 12º), que prevê a audição dos municípios antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento de Estado. Esta coordenação estabelece-se tendo por base um quadro orçamental plurianual (art.º 44.º) que defina os limites, elaborados numa base móvel e atualizados anualmente, para a despesa e as projeções da receita de cada município no médio prazo. Este documento deverá ser elaborado em “articulação com as Grandes Opções do Plano”, submetido à Assembleia Municipal e ter natureza vinculativa.

O Novo Regime Financeiro introduz ainda mecanismos que se destinam a garantir o alerta precoce de desvios sinalizados por indicadores financeiros (art.º 56.º) e, se necessário, de recuperação financeira municipal (art.º 57.º). Entre outros instrumentos de regularização financeira, prevê-se a participação dos municípios num Fundo de Apoio Municipal (FAM), com contribuição obrigatória dos municípios (através do Fundo de Equilíbrio Financeiro – FEF), bem como do Governo Central, e que se traduz num mecanismo de solidariedade e coresponsabilidade financeira por parte da totalidade dos municípios.

Em 2012 foi também alterado o enquadramento do SEL. A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (alterada/aditada pelas Leis n.º 42/2016, de 28/12, Lei n.º 7-A/2016, de 30/03, Lei n.º 69/2015, de 16/07, e Lei n.º 53/2014, de 25/08) aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, revogando o anterior regime que datava de 2006¹⁵. Em termos gerais, é substancialmente alterada a configuração jurídica do SEL, passando a ser inserido na agora designada “atividade empresarial autárquica”. O diploma legal atualmente ainda em vigor:

- i. Estabelece o regime geral aplicável aos serviços municipalizados;
- ii. Regula a atividade das empresas locais, que são genericamente as sociedades sujeitas à influência dominante dos municípios e das associações de municípios (ambos designados por “entidades públicas participantes”);
- iii. Disciplina a aquisição e detenção de participações locais, que se traduzem nas participações sociais detidas

¹⁵ Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro.

pelas entidades públicas participantes noutras sociedades comerciais e, bem assim, a aquisição de outras participações, tais como em Fundações, em Cooperativas ou em Associações de direito privado.

Em primeiro lugar, introduz-se a imposição de significativos deveres de reporte de informação institucional e económico-financeira das entidades públicas participantes à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). O incumprimento destes deveres de informação é sancionado com a retenção de 10% do duodécimo (sendo de 20% em caso de reincidência) das transferências correntes do Fundo Geral Municipal, no caso dos municípios, sendo sancionado com a suspensão imediata e automática das transferências financeiras do Estado, se o incumprimento for por parte de associações de municípios (art.ºs 42º e 44º).

Em segundo lugar, passam a estar sujeitos ao controlo prévio do Tribunal de Contas quaisquer atos de constituição ou de participação em empresas locais, assim como de aquisição de participações sociais, pelas entidades públicas participantes. A fiscalização prévia do Tribunal de Contas incidirá, ainda, sobre quaisquer processos de fusão de empresas locais (art.ºs 54º e 56º).

Em terceiro lugar, passa a prever-se a possibilidade de integração de empresas locais em serviços municipalizados, assim como de fusão de empresas locais, bem como a mera internalização da atividade destas empresas nos serviços das respetivas entidades públicas participantes (art.ºs 64º e 65º).

Por último, destaca-se a criação de novas regras de dissolução das empresas locais, com a obrigatoriedade de extinção das mesmas, sempre que, nos últimos três anos: i) as respetivas vendas e prestações de serviços não cubram, pelo menos, 50% dos custos totais dos correspondentes exercícios; ii) o peso contributivo dos subsídios à exploração tenha sido superior a 50% das receitas; iii) o valor do resultado operacional subtraído do valor correspondente às amortizações e depreciações tenha sido negativo; ou ainda quando iv) o resultado líquido tenha sido negativo. O prazo para a deliberação de dissolução é de seis meses a contar da verificação de uma destas situações elencadas (art.º 62º).

Em alternativa à decisão de dissolução da empresa local, poderão as entidades públicas participantes alienar integralmente as res-

petivas participações detidas nas empresas locais. Quando se trate de meras participações locais, a alienação das participações, nos casos supra descritos, é obrigatória (art.º 66º).

A referida lei entrou em vigor a 1 de setembro de 2012, sendo que as entidades de natureza empresarial criadas ou constituídas ao abrigo de legislação anterior e sob a influência dominante das entidades públicas participantes, a par das sociedades comerciais participadas já existentes, ficaram obrigadas a adequar os seus estatutos no prazo de seis meses a contar daquele dia. É também de seis meses o prazo para as entidades públicas participantes determinarem a dissolução das empresas locais, ou, em alternativa, procederem à alienação integral das participações sociais que detenham nessas empresas, quando ocorram as circunstâncias enunciadas acima (art.º 62º)¹⁶.

Com a **Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto**, reforça-se o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos serão concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecerão disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.

A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais prevê-se que se efetue ao longo de 2019, havendo a possibilidade de a transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais se poder fazer de forma gradual até 2021.

A transferência das novas competências será objeto de monitorização permanente e transparente da qualidade e desempenho do serviço público, promovendo a adequada participação da comunidade local na avaliação dos serviços descentralizados.

¹⁶ Não existe divulgação, até à data, qualquer avaliação sobre o nível de cumprimento destas diretrizes. Assim, apenas se pode concluir das alterações ocorridas, através da comparação entre as empresas existentes em 2016 e as existentes em 2012 (Capítulo 4 deste Anuário)

1.7. Independência financeira¹⁷

No presente Anuário mantém-se a análise do **rácio que relaciona as receitas próprias com as receitas totais** para se aferir o grau de independência financeira dos municípios. **Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias¹⁸ representam, pelo menos, 50% das receitas totais.**

Para melhor compreender a evolução deste indicador apresenta-se, de forma comparada para os anos compreendidos entre 2008 e 2018 e por grupos de municípios, o peso das receitas próprias, das transfe-

rências e dos passivos financeiros, nas receitas totais. A análise será sempre realizada considerando os respetivos valores cobrados.

O Gráfico 1.03 mostra a **média do índice de independência financeira dos 308 municípios** calculada nos termos atrás referido e para cada um dos municípios.

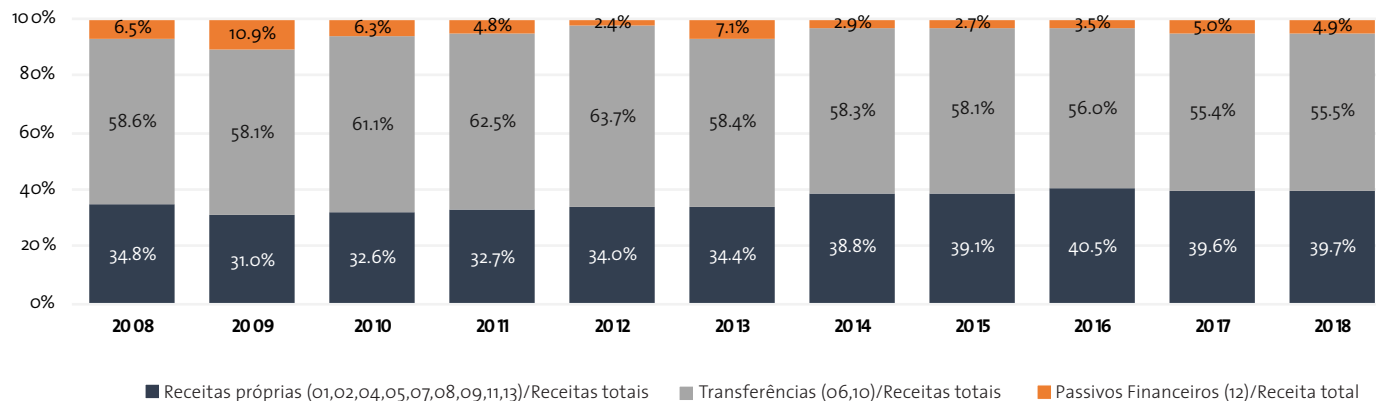
Relativamente ao ano de 2018, o índice médio de independência financeira atingiu o valor médio¹⁹ de 39,7%, o que significou um crescimento de +0,1% pp.

¹⁷ Este conceito não deve ser confundido com o de Autonomia Financeira, referido no art.º 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais. Autonomia financeira refere-se ao princípio de que os municípios dispõem de finanças e património próprio, cuja gestão compete aos seus órgãos.

¹⁸ Tal como nas edições anteriores do Anuário, considera-se que receitas próprias do município são as receitas totais deduzidas das transferências e dos passivos financeiros.

¹⁹ Este índice é a média dos índices obtidos para cada um dos 308 municípios. Difere do peso médio das receitas próprias nas receitas totais apresentado no capítulo 2, pois nesse caso foi calculado o quociente do total das receitas auferidas por todos os municípios deduzidas dos empréstimos utilizados no ano e das transferências obtidas, pela mesma receita total.

Gráfico 1.03 – Evolução da Independência Financeira dos 308 Municípios*



* Os valores percentuais são arredondados ao valor inteiro. Por essa razão, em alguns casos, a soma das três parcelas pode não ser igual a 100%.

No que concerne aos municípios das Regiões Autónomas (Gráficos 1.03A e 1.03M) a independência financeira tem-se apresentado com valores relativamente baixos, predominantemente nos municípios de pequena dimensão. No período entre 2008 e 2018, na R.A. dos Açores a média deste indicador foi de 22% e na R. A. da Madeira foi de 33%, devido ao excessivo peso das transferências no total da receita arrecadada, que representaram, respetivamente, 72,7% e 62,3%. **Contudo, neste período, observou-se, em geral, um crescimento do índice de independência financeira nos municípios das regiões, mais acentuado na R.A. da Madeira (+10,3 pp) que na região dos Açores (+9,5pp) atingindo em 2018, respetivamente, os valores de 35,8% e de 27,4%.** Tal reforço apareceu associado, em ambas as regiões, à redução do peso das transferências (-6,7% nos Açores e -5,6% na Madeira) e também à redução da receita de passivos financeiros, respetivamente em -2,8% e em -4,7%. Contudo, em 2018, destacou-se um aumento significativo do peso dos passivos financeiros nas regiões autónomas em +3 pp nos Açores e, +5 pp na Região Autónoma da Madeira.

Analisando a evolução deste indicador por grupos de municípios de acordo com a dimensão, **verifica-se que as receitas próprias assumiram um maior peso relativo nos municípios de grande dimensão (Gráfico 1.04)²⁰**; representando estas, no período de 2008 a 2018, um valor médio de 64,2% das receitas totais, isto é, + 28 pontos percentuais que o da média geral. A descida em -1,5% do nível de independência financeira em 2018 ao passar para de 68,9% para 67,5%, esteve associada, essencialmente, à subida do peso das receitas creditícias em +1,9% conforme se poderá constatar pela leitura dos dados apresentados no Capítulo 2 deste Anuário.

Nos **municípios de média dimensão** (Gráfico 1.05), no mesmo período, as transferências do Estado e as receitas próprias contribuíram quase em partes iguais para a receita total, com o peso médio, respetivamente, de 47,3% e 46,7%. Neste grupo de muni-

cípios, o aumento do peso das receitas próprias, em 2018, em + 0,7pp esteve associado à descida de peso das transferências em -0,7pp, não contribuindo para este equilíbrio de pesos a variação da receita creditícia.

Os recursos financeiros dos **municípios de pequena dimensão** (Gráfico 1.06) dependeram significativamente das transferências recebidas através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)²¹, as quais representaram neste período, em média, 68,6% das receitas totais. O peso médio dos recursos próprios nas receitas totais foi de 27%, o que significa pouco mais que ¼ da totalidade dos recursos financeiros gerados, traduzindo uma independência financeira muito reduzida nesta categoria de municípios. **Em 2018, o indicador de independência atingiu os valores de 30%** mantendo o nível verificado em 2017.

O Gráfico 1.07 evidencia a evolução do peso relativo das receitas próprias na receita total autárquica no período de 2008 a 2018, por grupos de municípios. O valor do rácio médio da independência financeira cresceu após 2013 devido, fundamentalmente, à descida das transferências do Estado e à descida do volume de empréstimos de médio e longo-prazo.

Atentas às razões apresentadas para a variação global do indicador da independência financeira, no Quadro 1.04, discrimina-se a amplitude de variação dos níveis de independência financeira em 2018.

²⁰ Peso justificado pelo maior volume de receita fiscal auferida, nomeadamente, a proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Relewa-se, ainda, o peso significativo, nos grandes municípios, do produto das cobranças das derramas lançadas sobre o lucro tributável das empresas (através do IRC).

²¹ Transferências do OE e provenientes da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios (nos termos do art.º 25.º da LFL, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), cujo objetivo, é exatamente providenciarem, através de subvenção criteriosa, o equilíbrio financeiro horizontal e vertical entre o exercício do poder central e dos poderes locais.

Gráfico 1.03.A – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. dos Açores

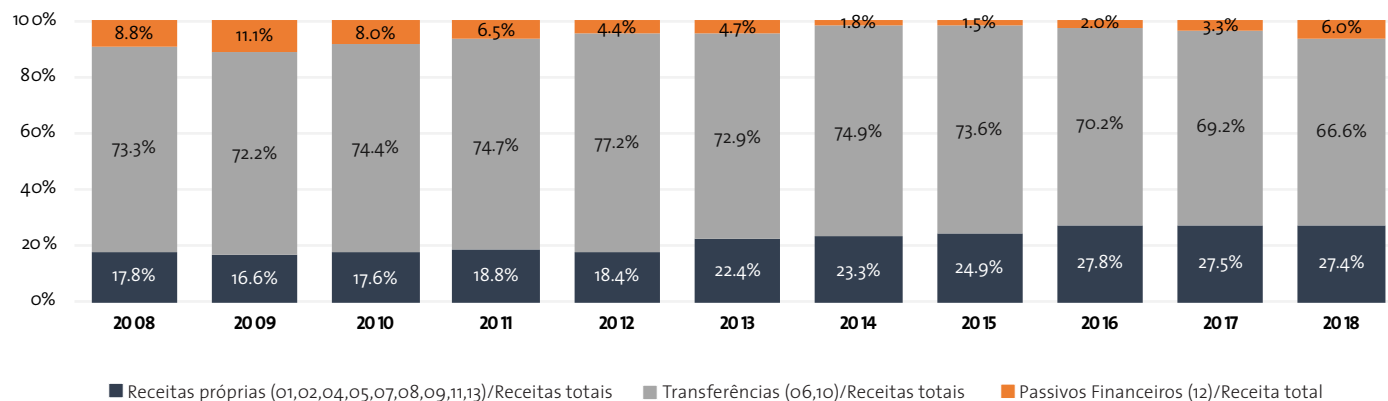


Gráfico 1.03.M – Evolução da Independência Financeira dos Municípios da R.A. da Madeira

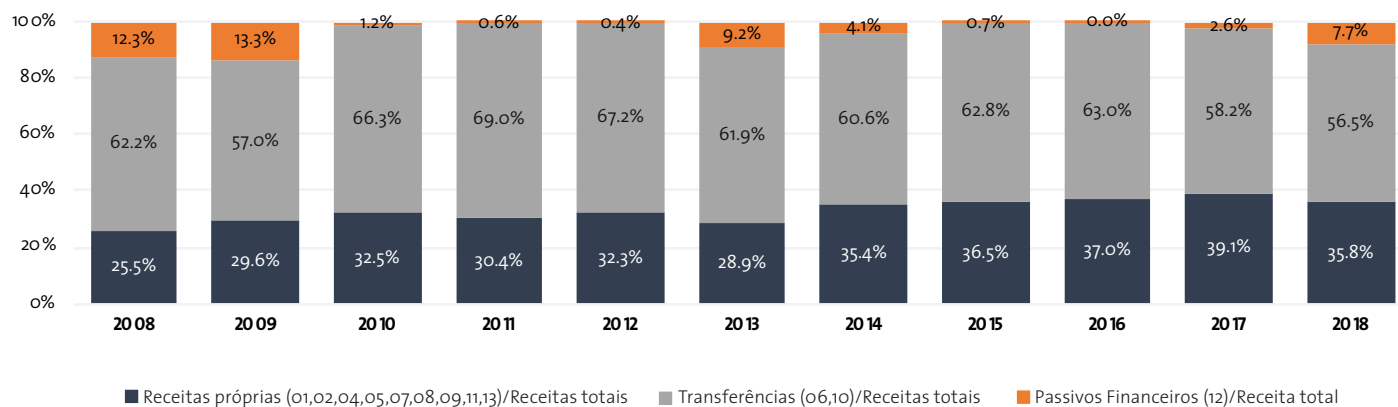


Gráfico 1.04 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Grande Dimensão

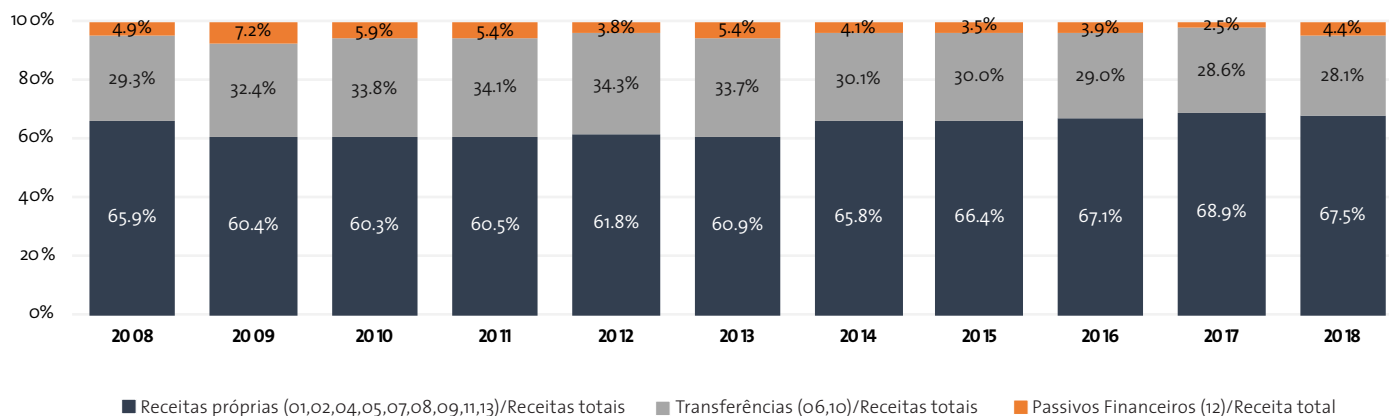


Gráfico 1.05 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Média Dimensão

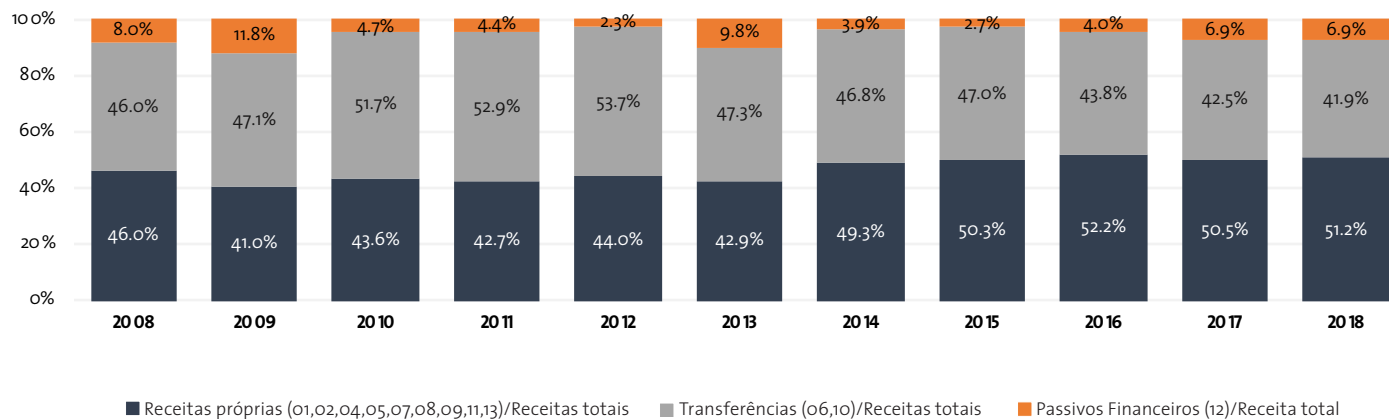


Gráfico 1.06 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios de Pequena Dimensão

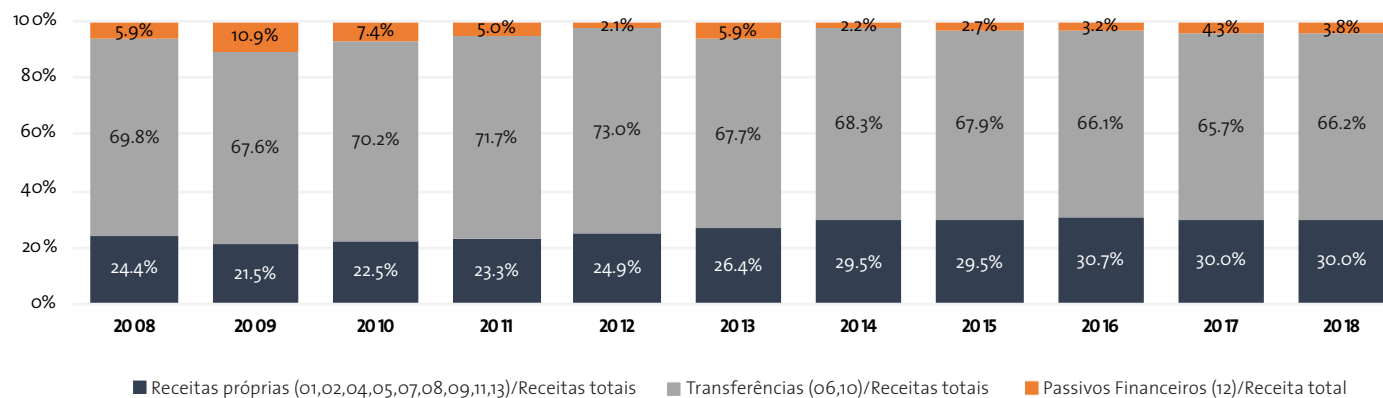
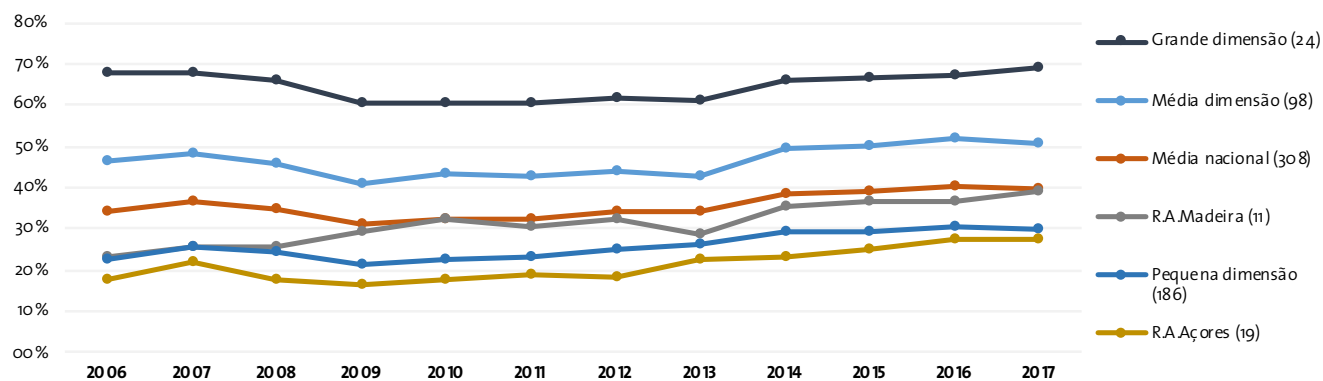


Gráfico 1.07 – Evolução da Independência Financeira dos Municípios (2008 a 2018)



Quadro 1.04 – Independência Financeira em 2018

	Pequenos	Médios	Grandes	Total
N.º de municípios existentes	186	98	24	308
N.º de municípios analisados	186	98	24	308
Receitas próprias (01,02,04,05,07,08,09,11,13)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências+ Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	30,0%	51,2%	67,5%	39,7%
% Mínima Corvo	3,5%	16,3%	49,0%	3,5%
	Seia	Barcelos		
% Máxima Vila Real de Santo António	81,8%	90,4%	92,1%	92,1%
	Lagoa (Algarve)	Lisboa		
Transferências (06, 10)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
Média dos 308 municípios	66,2%	41,9%	28,1%	55,5%
% Mínima Nazaré	17,3%	9,6%	5,7%	5,7%
	Lagoa (Algarve)	Lisboa		
% Máxima Corvo	96,5%	70,4%	51,0%	96,5%
	Câmara de Lobos	Barcelos		
Passivos Financeiros (12)				
Receitas Totais (Receitas próprias + Transferências + Passivos Financeiros)				
% Média dos 308 municípios	3,8%	6,9%	4,4%	4,9%
% Mínima 114 municípios	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	48 municípios	12 municípios		
% Máxima Nordeste	63,7%	62,8%	27,8%	63,7%
	Seia	Seixal		

- Da observação do Quadro 1.05 constata-se que em 2018, **82 municípios apresentaram uma independência financeira igual ou superior a 50%**. Destes, 23 foram municípios de grande dimensão, 43 de média dimensão e 16 de pequena dimensão.
- **34 municípios** (menos dois que em 2017) **tiveram receitas próprias com níveis inferiores a 20% das receitas totais**, sendo que, 32 eram municípios de pequena dimensão e 2 de média dimensão.
- Foram identificados, também, 22 municípios com grande dependência das transferências para o equilíbrio do seu orçamento, ao representarem esta receita com um valor superior a 80% das receitas totais, sendo que, todos eles pertenciam ao grupo de municípios de pequena dimensão.
- Em 2018 houve mais 6 municípios que não recorreram a empréstimos bancários. Este número foi balanceado por +8 muni-

cípios de pequena dimensão, +1 município de grande dimensão e -3 municípios de média dimensão.

No Ranking R1 são apresentados os 35 municípios com maior independência financeira no ano de 2018 mostrando também o valor do indicador para os dez anos anteriores. São municípios cujos recursos financeiros provêm mais das receitas próprias, onde os impostos e taxas têm papel central e, onde as transferências do Estado e empréstimos bancários se repercutem menos na estrutura da receita.

Ao confrontar este ranking com os rankings relativos à receita apresentados no Capítulo 2, nomeadamente os quadros: R7, R8 e R11, verifica-se que se referem, essencialmente, aos municípios de grande e média dimensão que apresentaram maior peso das receitas fiscais na receita total municipal ou, apresentaram maior receita de IMI e IMT ou, ainda, descida de empréstimos bancários.

Quadro 1.05 – Outros indicadores relevantes para os Municípios

	Dimensão	Mandato 06-09				Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N.º de municípios com receitas próprias superiores ou iguais a 50% das receitas totais	Pequenos	7	11	13	5	9	7	8	9	14	14	16	17	16
	Médios	36	44	41	27	30	28	29	29	35	38	48	41	43
	Grandes	22	22	20	17	17	19	22	19	22	22	23	23	23
	Total	65	77	74	49	56	54	59	57	71	74	87	81	82
N.º de municípios com receitas próprias inferiores a 20% das receitas totais	Pequenos	98	74	90	97	89	81	64	54	33	35	28	35	32
	Médios	1	2	1	5	3	4	2	3	0	0	0	1	2
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	99	76	91	102	92	85	66	57	33	35	28	36	34
N.º de municípios que não recorreram a empréstimos bancários	Pequenos	43	55	53	42	61	82	99	102	134	130	124	105	113
	Médios	26	26	19	16	31	36	47	37	56	59	57	51	48
	Grandes	5	9	6	4	6	3	5	7	12	10	10	11	12
	Total	74	90	78	62	98	121	151	146	202	199	191	167	173
N.º de municípios com receitas provenientes das transferências, superiores a 80% da receita total	Pequenos	46	37	47	35	50	56	57	37	25	27	21	22	22
	Médios	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	Grandes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	47	38	48	35	50	57	57	37	25	27	21	22	22

Em 2018, o município de **Lisboa lidera o ranking, com o rácio de independência financeira de 92,1%, pese embora tenha apresentado um ligeiro decréscimo de -1,6%**. Pela observação deste ranking, detetam-se outros municípios com variações significativas do valor deste indicador em 2018, entre os quais se destacam de forma positiva: Portimão (+50,9%), Caldas da Rainha(+20,5%), Faro (+20,6%), Aveiro (+32,7%), Lourinhã (+17,9%), Vila do Conde (+20,6%) e Guarda(+15,1%) . Com variação negativa aponta-se o município de Funchal (-16,3%).

No Ranking R2 figuram os 35 municípios com menor independência financeira, ou seja, com menos captação de receitas próprias, nomeadamente impostos e taxas e mais dependentes das transferências do Estado. Tratam-se de municípios de pequena dimensão com orçamentos pequenos, o que implica, também, que os empréstimos bancários, quando utilizados, apresentem peso relevante na estrutura da receita, pese embora, em termos de volume tenham menor relevância. De 2008 a 2016 este ranking foi liderado pelo Corvo, passando a ser liderado pelo município

de Fornos de Algodres em 2017. Em 2018 passa a ser novamente liderado pelo Corvo ao apresentar o valor de apenas 3,5% de independência financeira.

Analisada a estrutura da receita dos municípios destacados neste ranking, verifica-se que em **alguns casos a independência financeira baixou abruptamente em 2018**, designadamente em Seia (-28,5%), Fundão (-25,8%), Nelas (-24,3%), Celorico da Beira (-18,5%) e Ribeira Brava (-14,3%), Nordeste (-10,6%).

Relativamente à Região Autónoma dos Açores, o município com maior índice de independência financeira em 2018 foi Ponta Delgada (55,6%) que tem liderado o ranking desde 2008. A maior variação deste indicador ocorreu no município de Nordeste ao baixar o índice de autonomia financeira em -10,6%.

Na Região Autónoma da Madeira o líder do ranking em 2018 foi o Porto Santo (66,9%) face à descida deste indicador no município do Funchal (-16,3%). Também, os municípios de Santa Cruz e Ribeira Brava apresentaram descida acentuada deste índice, respetivamente, em -17,9% e em -14,3%.

R1 – Municípios que apresentam maior Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2018

	Município	Dim.	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Lisboa	G	86,2%	71,9%	86,3%	78,9%	88,8%	75,3%	83,1%	87,2%	91,7%	93,7%	92,1%
2	Lagoa (Algarve)	M	82,1%	78,8%	78,8%	81,6%	83,6%	73,3%	85,6%	88,2%	88,7%	87,0%	90,4%
3	Albufeira	M	85,6%	69,7%	76,9%	83,1%	84,7%	75,1%	81,2%	89,5%	88,2%	90,9%	89,7%
4	Lagos	M	83,4%	67,9%	75,8%	78,0%	83,5%	65,3%	85,1%	84,1%	86,9%	86,6%	88,1%
5	Loulé	M	81,7%	67,3%	66,6%	69,3%	68,6%	62,9%	82,3%	80,2%	78,5%	84,2%	85,5%
6	Cascais	G	79,5%	69,9%	70,2%	66,7%	65,2%	79,0%	81,5%	86,4%	84,7%	82,0%	84,8%
7	Portimão	M	63,2%	55,8%	73,3%	77,0%	76,1%	77,3%	80,6%	82,7%	49,2%	33,1%	84,0%
8	Sesimbra	M	81,0%	73,2%	76,5%	71,3%	66,0%	57,3%	75,3%	80,8%	80,1%	81,8%	82,9%
9	Porto	G	78,7%	72,2%	76,8%	75,5%	76,7%	77,7%	80,8%	75,9%	84,5%	82,1%	82,3%
10	Vila Real Sto. António	P	74,9%	60,2%	86,7%	77,9%	74,5%	69,4%	21,4%	81,1%	69,2%	61,3%	81,8%
11	Oeiras	G	74,8%	80,9%	81,4%	77,6%	79,7%	81,3%	84,1%	79,5%	77,3%	76,8%	78,5%
12	Alcochete	P	71,1%	56,5%	68,5%	55,4%	59,3%	67,0%	73,7%	76,6%	78,0%	76,0%	78,2%
13	Almada	G	71,8%	71,2%	64,8%	69,4%	68,7%	68,9%	74,8%	71,9%	76,2%	73,6%	76,7%
14	Palmela	M	73,9%	60,1%	62,9%	70,2%	66,3%	69,1%	78,1%	78,7%	76,4%	77,6%	75,7%
15	Tavira	M	63,3%	56,7%	61,4%	56,6%	60,7%	58,1%	63,7%	66,1%	71,8%	71,6%	74,3%
16	Vila do Bispo	P	59,4%	42,8%	57,7%	53,6%	52,5%	57,6%	68,4%	65,8%	65,7%	70,1%	73,5%
17	Faro	M	59,4%	52,6%	60,8%	67,8%	64,6%	63,6%	44,2%	71,5%	73,3%	52,8%	73,4%
18	Mafra	M	75,7%	75,9%	55,6%	68,4%	65,1%	60,8%	70,2%	72,9%	76,4%	72,0%	73,3%
19	Montijo	M	70,4%	57,3%	56,3%	59,0%	59,7%	58,8%	65,0%	65,0%	66,4%	68,6%	72,7%
20	Maia	G	76,6%	61,8%	66,9%	69,2%	72,1%	72,0%	70,6%	60,1%	76,7%	74,7%	72,1%
21	Loures	G	72,9%	54,7%	66,2%	63,4%	62,1%	62,8%	64,4%	63,4%	66,6%	66,5%	71,5%
22	Vila Franca de Xira	G	63,5%	62,8%	61,2%	58,5%	56,7%	58,3%	64,0%	68,9%	66,6%	62,3%	71,2%
23	Coimbra	G	65,9%	62,3%	60,0%	60,7%	55,7%	60,9%	72,5%	71,3%	69,8%	75,2%	71,0%
24	Leiria	G	52,6%	49,1%	55,9%	58,0%	56,6%	61,0%	63,1%	65,0%	64,2%	67,1%	70,9%
25	Marinha Grande	M	58,0%	63,6%	61,2%	62,0%	57,9%	55,8%	66,1%	68,1%	66,0%	69,4%	70,5%
26	Sintra	G	64,9%	59,5%	45,5%	60,1%	63,3%	61,5%	66,8%	68,0%	68,5%	69,2%	68,9%
27	Odivelas	G	64,7%	63,7%	56,6%	59,6%	62,1%	60,2%	67,2%	65,5%	66,1%	69,5%	68,8%
28	Barreiro	M	57,3%	62,8%	66,5%	68,2%	69,3%	53,2%	71,4%	71,3%	54,4%	71,1%	68,5%
29	Ovar	M	54,7%	65,5%	63,2%	57,7%	47,5%	58,1%	64,9%	60,7%	62,2%	62,2%	68,1%
30	Óbidos	P	72,1%	61,8%	58,8%	68,5%	72,6%	52,8%	65,9%	64,1%	67,6%	66,6%	67,9%
31	Matosinhos	G	62,4%	60,4%	55,2%	50,0%	53,9%	57,5%	64,1%	63,3%	55,5%	58,3%	67,4%
32	Aveiro	M	33,4%	54,7%	76,2%	65,4%	67,9%	68,2%	60,4%	71,6%	78,8%	34,4%	67,0%
33	Silves	M	66,8%	44,5%	57,8%	58,6%	60,9%	61,7%	64,5%	64,9%	68,6%	59,5%	67,0%
34	Porto Santo	P	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%	53,9%	55,2%	66,9%
35	Azambuja	M	62,6%	52,0%	48,6%	43,9%	48,8%	41,0%	57,0%	56,5%	47,4%	61,5%	66,9%

R2 – Municípios que apresentam menor Independência Financeira (receitas próprias / receitas totais) – 2018

	Município	Dim.	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Corvo	P	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%
2	Nordeste	P	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%
3	Pampilhosa da Serra	P	15,9%	8,0%	8,6%	7,8%	8,5%	10,1%	13,2%	10,2%	10,7%	11,5%	9,2%
4	Barrancos	P	6,3%	4,8%	5,4%	8,7%	8,3%	9,2%	9,5%	8,7%	11,6%	10,5%	10,3%
5	Celorico da Beira	P	16,6%	19,7%	13,1%	23,8%	20,9%	24,9%	27,9%	29,5%	31,0%	30,2%	11,7%
6	Santa Cruz das Flores	P	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%
7	Lajes das Flores	P	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%
8	Arronches	P	12,9%	13,8%	14,5%	12,3%	14,4%	18,2%	17,8%	13,7%	17,5%	15,0%	13,3%
9	Alcoutim	P	7,6%	9,8%	10,1%	9,8%	10,9%	9,8%	10,4%	10,6%	11,5%	12,6%	14,6%
10	Monforte	P	10,9%	8,9%	11,7%	10,1%	10,6%	11,5%	15,6%	13,8%	17,0%	14,6%	14,8%
11	Santana	P	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%	15,0%
12	Tabuaço	P	10,1%	8,9%	9,0%	10,4%	18,0%	22,7%	23,4%	20,6%	22,7%	21,6%	15,5%
13	Figueira Cast. Rodrigo	P	14,6%	12,3%	10,8%	13,5%	18,8%	19,6%	20,5%	23,1%	19,4%	19,7%	15,8%
14	Vinhais	P	10,8%	11,2%	10,2%	12,7%	9,3%	16,5%	16,3%	15,4%	16,4%	14,7%	16,0%
15	Seia	M	33,0%	32,7%	31,6%	12,4%	35,5%	39,1%	42,7%	44,2%	45,0%	44,8%	16,3%
16	Vimioso	P	6,2%	7,1%	6,2%	13,0%	11,2%	13,9%	14,8%	14,4%	17,0%	15,5%	16,7%
17	Vila de Rei	P	13,5%	10,0%	11,1%	9,5%	15,9%	16,1%	17,3%	16,7%	16,0%	16,5%	16,7%
18	Freixo Espada à Cinta	P	8,9%	6,7%	8,0%	7,8%	9,8%	6,8%	13,7%	16,5%	17,9%	16,7%	17,3%
19	Mértola	P	10,6%	8,9%	11,1%	10,3%	12,9%	14,4%	17,0%	18,3%	17,4%	16,6%	18,0%
20	Ourique	P	16,3%	10,2%	11,7%	15,2%	16,0%	15,1%	19,3%	16,9%	16,3%	15,0%	18,1%
21	São Vicente	P	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%	19,0%	16,4%	18,1%
22	Cinfães	P	16,0%	10,9%	8,5%	9,9%	10,7%	13,9%	14,6%	14,3%	27,9%	21,2%	18,2%
23	Oleiros	P	27,5%	18,4%	17,4%	16,2%	20,5%	25,4%	27,9%	20,0%	25,1%	18,4%	18,6%
24	Fundão	M	33,1%	28,7%	39,0%	38,0%	39,0%	14,7%	46,7%	43,5%	43,2%	44,6%	18,8%
25	Mondim de Basto	P	11,7%	10,3%	4,0%	10,9%	13,8%	15,8%	18,7%	18,1%	17,7%	17,7%	18,9%
26	Trancoso	P	15,6%	16,7%	12,4%	15,5%	17,5%	15,0%	16,7%	20,7%	21,9%	18,1%	19,0%
27	Murça	P	12,2%	11,2%	10,2%	9,2%	15,8%	17,0%	23,5%	18,5%	20,2%	18,5%	19,1%
28	Almodôvar	P	15,4%	10,3%	14,4%	15,9%	14,3%	15,7%	16,2%	18,6%	17,6%	17,3%	19,6%
29	Carrazeda de Ansiães	P	13,5%	9,2%	19,2%	14,7%	12,4%	16,9%	19,1%	16,9%	18,7%	23,0%	19,6%
30	Vila Flor	P	13,6%	19,5%	19,3%	16,4%	15,9%	18,6%	24,0%	19,6%	21,2%	20,7%	19,6%
31	Ribeira Brava	P	15,4%	13,1%	24,2%	21,5%	20,9%	19,4%	20,8%	29,6%	26,4%	34,2%	19,9%
32	Portel	P	12,8%	15,7%	12,9%	16,2%	18,9%	16,5%	22,5%	19,5%	18,4%	22,9%	19,9%
33	Paredes de Coura	P	16,1%	16,9%	16,5%	15,3%	15,0%	15,2%	20,7%	22,1%	26,0%	27,1%	19,9%
34	Sardoal	P	19,2%	14,1%	20,9%	23,7%	30,2%	23,8%	28,1%	24,9%	24,2%	21,1%	20,0%
35	Mação	P	22,1%	21,1%	22,2%	19,6%	24,0%	25,1%	24,6%	27,1%	23,9%	23,0%	20,1%

R2.A – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. dos Açores – 2018

Município		Dim.	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Ponta Delgada	M	39,7%	50,4%	48,4%	49,9%	45,0%	49,3%	46,0%	50,2%	53,4%	57,8%	55,6%
2	Lagoa (R.A.A)	P	35,8%	27,1%	31,7%	25,2%	30,9%	38,4%	42,7%	45,2%	49,1%	49,1%	49,8%
3	Vila Franca do Campo	P	19,6%	32,2%	28,2%	11,3%	15,7%	30,9%	36,2%	35,5%	42,2%	42,1%	41,8%
4	Horta	P	29,8%	24,3%	29,1%	30,4%	32,8%	31,5%	29,3%	35,1%	40,6%	37,6%	40,6%
5	Ribeira Grande	M	20,6%	16,5%	19,7%	27,5%	25,4%	37,7%	37,4%	37,2%	39,3%	41,5%	40,5%
6	Angra do Heroísmo	M	24,6%	22,8%	22,2%	19,5%	29,6%	31,9%	32,7%	28,9%	37,4%	36,0%	38,7%
7	Povoação	P	20,6%	17,0%	13,2%	31,1%	20,3%	28,9%	22,0%	26,7%	29,2%	28,1%	31,0%
8	Vila da Praia da Vitória	M	25,8%	16,4%	20,9%	27,6%	16,6%	25,8%	29,8%	25,6%	26,1%	24,0%	28,3%
9	Vila do Porto	P	17,7%	13,2%	14,7%	16,8%	15,4%	20,9%	20,5%	26,2%	30,7%	26,7%	26,3%
10	Madalena	P	14,0%	12,5%	17,6%	19,0%	19,8%	23,1%	19,4%	21,6%	24,8%	26,6%	23,1%
11	Lajes do Pico	P	9,1%	13,0%	4,8%	14,0%	13,2%	9,1%	13,5%	21,7%	21,3%	20,9%	22,9%
12	Velas	P	15,0%	14,1%	12,3%	18,8%	15,7%	17,8%	24,0%	22,8%	26,7%	23,3%	22,9%
13	Sta. Cruz da Graciosa	P	14,1%	13,9%	11,6%	13,2%	11,3%	18,3%	18,1%	23,2%	23,4%	22,9%	22,1%
14	São Roque do Pico	P	13,6%	8,6%	9,7%	11,0%	17,0%	19,5%	22,1%	19,6%	21,5%	22,0%	21,0%
15	Calheta (R. A. A.)	P	12,3%	5,8%	14,3%	15,9%	16,1%	19,6%	20,2%	18,6%	21,9%	21,6%	20,6%
16	Lajes das Flores	P	9,5%	5,0%	21,2%	12,8%	9,4%	8,3%	11,7%	9,6%	8,9%	8,8%	12,9%
17	Santa Cruz das Flores	P	7,0%	15,3%	7,2%	6,0%	8,9%	8,2%	6,5%	8,6%	11,0%	10,6%	12,6%
18	Nordeste	P	5,3%	4,4%	5,6%	5,4%	4,8%	2,9%	7,4%	14,4%	16,8%	16,4%	5,8%
19	Corvo	P	4,8%	3,8%	2,0%	1,1%	1,2%	3,5%	2,8%	2,6%	4,1%	6,7%	3,5%

R2.M – Independência financeira (receitas próprias/receitas totais) dos Municípios da R.A. da Madeira – 2018

Município		Dim.	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Porto Santo	P	55,1%	51,8%	54,2%	43,4%	53,7%	53,8%	61,4%	64,0%	53,9%	55,2%	66,9%
2	Funchal	G	61,6%	66,9%	66,5%	68,7%	67,0%	52,3%	72,9%	78,2%	77,0%	77,5%	61,1%
3	Santa Cruz	M	33,7%	53,6%	49,1%	52,8%	63,2%	57,3%	34,1%	60,6%	67,1%	66,6%	48,7%
4	Ponta do Sol	P	16,9%	21,6%	29,2%	25,5%	31,5%	28,9%	34,2%	27,1%	32,9%	36,9%	39,1%
5	Calheta (R. A. M.)	P	16,3%	22,5%	25,4%	20,2%	21,8%	20,4%	27,7%	27,3%	31,9%	36,9%	37,0%
6	Machico	M	24,1%	37,7%	40,2%	29,6%	32,1%	30,1%	61,0%	32,7%	33,4%	34,9%	36,1%
7	Porto Moniz	P	10,1%	9,4%	7,8%	9,8%	14,7%	12,8%	22,1%	21,9%	23,2%	29,4%	28,0%
8	Câmara de Lobos	M	27,3%	33,9%	35,0%	37,0%	27,0%	15,1%	23,4%	30,1%	29,5%	23,7%	23,7%
9	Ribeira Brava	P	15,4%	13,1%	24,2%	21,5%	20,9%	19,4%	20,8%	29,6%	26,4%	34,2%	19,9%
10	São Vicente	P	6,9%	8,1%	12,8%	12,7%	11,1%	17,0%	18,2%	16,5%	19,0%	16,4%	18,1%
11	Santana	P	13,1%	7,3%	13,2%	13,5%	12,7%	11,0%	13,4%	13,4%	12,3%	18,6%	15,0%

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1. Introdução

No presente capítulo evidencia-se a execução orçamental dos Municípios²², apresentando referenciais financeiros reportados a 2018 para o universo dos 308 Municípios portugueses. São analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentando-se a sua evolução e privilegiando-se para o efeito, o período entre 2008 e 2018.

Este Anuário mantém, no essencial, a metodologia adotada nos últimos anos, pelo que, em relação à receita se analisam: a previsão orçamental, a liquidação²³, a cobrança e os saldos orçamentais.

Relativamente à despesa, os factos financeiros objeto de análise e de comparação são as despesas previstas²⁴, os compromissos assumidos (no exercício e para exercícios futuros), os pagamentos efetuados e os compromissos assumidos por pagar.

Os montantes são examinados, globalmente, considerando o universo dos 308 municípios, por natureza económica, tanto no que respeita à receita como à despesa, com especial atenção para a respetiva estrutura e evolução, quer em termos absolutos quer em termos relativos.

²² A informação orçamental apresentada neste capítulo agrega apenas a atividade financeira desenvolvida pela estrutura administrativa dos municípios em sentido estrito, sem inclusão da atividade financeira do sector empresarial local ou de outras entidades com participação municipal. Num capítulo autónomo, Capítulo 4, e no anexo I, constará a informação económico-financeira considerada mais relevante que relaciona os municípios com as suas participadas.

²³ Corresponde à receita liquidada, reportando-se ao momento da constituição do direito a cobrar ou a receber (por regra através de uma nota de liquidação ou de cobrança).

²⁴ Também correntemente referidas como Despesas Orçadas.

Sempre que possível é prestada informação organizada por agrupamentos de municípios de acordo com a sua dimensão, mantendo-se os critérios, adotados nos anteriores anuários, de subdivisão dos municípios em grupos de grande, média e pequena dimensão²⁵. Sempre que a situação o justifique, apresenta-se informação discriminada por conjunto de municípios, hierarquizados de acordo com critérios apresentados e/ou indicadores aferidos para análise.

Com as referidas listagens hierarquizadas de municípios (rankings) relativas a rácios ou indicadores da receita e da despesa, pretende-se, essencialmente, facilitar a perceção de diversas problemáticas do sector municipal relacionadas com a gestão orçamental, através de elementos concretos e contáveis.

2.2. Receitas Municipais

De acordo com os documentos constantes da prestação de contas dos municípios, a inscrição orçamental e registo contabilístico da receita municipal obedeceu, na sua generalidade, ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo sido agregada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos a receita foi classificada por capítulos, conforme se apresenta no Quadro 2.01.

²⁵ Conforme classificados no Capítulo 1 do presente Anuário.

Quadro 2.01 – Classificação económica da Receita orçamental municipal

Receitas correntes	Receitas de capital	Outras receitas
01- Impostos diretos 02- Impostos indiretos 04- Taxas, multas e outras penalidades 05- Rendimentos de propriedade 06- Transferências correntes 07- Venda de bens e serviços correntes 08- Outras receitas correntes	09- Venda de bens de investimento 10- Transferências de capital 11- Ativos Financeiros 12- Passivos Financeiros 13- Outras receitas de capital	15- Reposições não abatidas nos pagamentos 16- Saldo da gerência anterior

2.2.1. Execução global do Orçamento da Receita

No Quadro 2.02 apresentam-se os montantes globais de receita prevista, liquidada e cobrada pelo total dos municípios entre 2008 e 2018. Conforme referido supra, a análise evolutiva das diferentes componentes orçamentais desenvolver-se-á por comparação dos

últimos dez anos de atividade dos municípios, identificados por períodos de mandato municipal, sendo que em relação ao mandato 2006/2009 apenas se relevam, neste anuário, os seus últimos dois anos²⁶ (2008 e 2009).

Quadro 2.02 – Previsão e Execução da Receita²⁷

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas previstas corrigidas (a)	11 572,3	13 002,0	12 995,1	12 595,6	11 674,3	10 855,5	9 323,9	8 784,0	8 802,2	9 276,5	9 486,9
Receitas liquidadas** (b)	7 789,8	8 291,3	7 978,1	7 887,7	7 699,3	7 769,7	7 465,9	7 525,0	7 799,4	8 389,0	8 711,1
Receitas por cobrar no início do ano (c)	558,8	612,9	651,3	713,5	789,2	778,4	750,1	858,2	809,2	834,7	738,4
Diferença entre receita prevista e receita cobrada (a-d)	3 825,4	4 804,0	5 135,6	4 824,1	3 990,8	3 049,1	1 986,8	1 265,5	1 064,2	965,0	947,3
Diferença entre receita prevista e a receita liquidada (a-b)	3 782,5	4 710,7	5 017,0	4 707,9	3 789,0	3 085,8	1 858,0	1 259,0	1 002,8	887,5	775,8
Receita por cobrar no final do ano (b+c)-d	601,7	706,3	770,0	829,7	805,1	741,8	878,8	864,8	870,6	912,2	909,9
Receitas cobradas/(receitas liquidadas + receitas por cobrar no início do ano (d/(b+c))	92,8%	92,1%	91,1%	90,4%	90,5%	91,3%	89,3%	89,7%	89,9%	90,1%	90,4%
Receitas liquidadas/Receitas previstas (b/a)	67,3%	63,8%	61,4%	62,6%	66,0%	71,6%	80,1%	85,7%	88,6%	90,4%	91,8%
Grau de execução da receita cobrada (d/a)	66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,9%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%

* Montantes de receita prevista englobando todas as alterações ou revisões orçamentais realizadas no ano económico.

**Montantes deduzidos das liquidações anuladas

²⁶ No anuário de 2017 apresentou-se a evolução da receita entre 2006 e 2017 permitindo a comparabilidade da execução orçamental nos três mandatos. Não será essa a nossa intenção com este anuário, mas tão só mostrar sempre que possível a evolução das contas entre 2008 e 2018.

²⁷ Os valores apresentados, neste quadro, para a receita prevista, liquidada e cobrada, não incluem o saldo da gerência anterior. Essa informação será incluída aquando da comparação entre a receita obtida e a despesa assumida ou paga.

Nos Quadros 2.03 e 2.04 apresentam-se as variações das receitas supra referidas, para o período considerado em análise.

O Gráfico 2.01 complementa a informação prestada nos Quadros

2.03 e 2.04, permitindo uma melhor perceção da evolução da receita prevista, liquidada e cobrada entre 2008 e 2018.

Quadro 2.03 – Variação da Receita (valores absolutos)

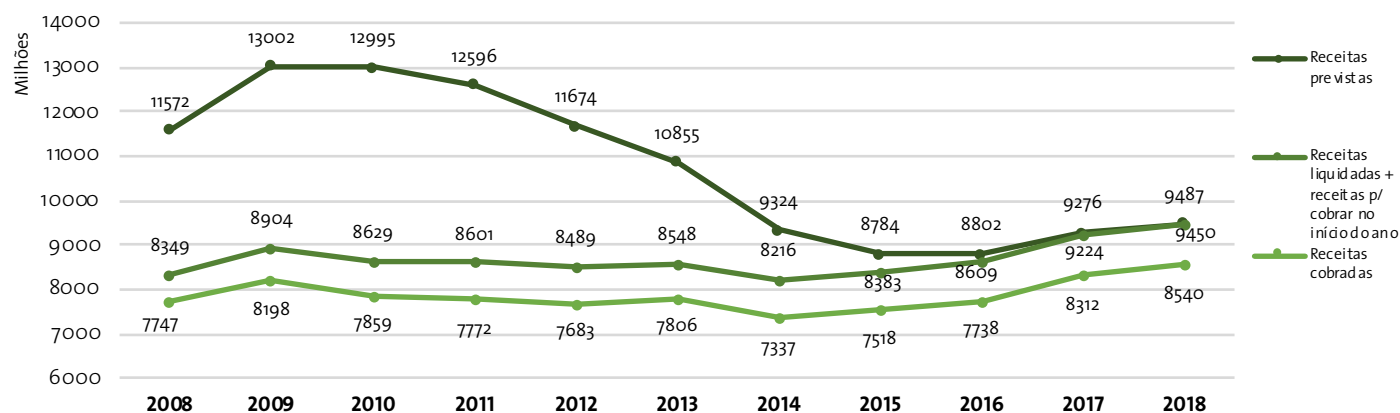
Unidade: milhões de euros

Variação das Receitas	08-09	09-2010	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
Variação da Receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais	1 429,6	-6,8	-399,4	-921,4	-818,8	-1 531,5	-540,0	18,2	474,3	210,4
Variação da Receita liquidada ²⁸	501,6	-313,2	-90,4	-188,4	70,3	-303,8	59,1	274,4	589,6	322,1
Variação da Receita cobrada	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	122,9	-469,1	181,3	219,6	573,5	228,1

Quadro 2.04 – Taxas de Variação da Receita

Taxas de Variação das Receitas	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
Variação da Receita prevista corrigida ²⁹	12,4%	-0,1%	-3,1%	-7,3%	-7,0%	-14,1%	-5,8%	0,2%	5,4%	2,3%
Variação da Receitas liquidadas	6,4%	-3,8%	-1,1%	-2,4%	0,9%	-3,9%	0,8%	3,6%	7,6%	3,8%
Variação da Receitas cobradas	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,6%	-6,0%	2,5%	2,9%	7,4%	2,7%

Gráfico 2.01 – Evolução das Receitas³⁰



²⁸ Deduzidas das anulações de liquidações.

²⁹ Corrigida das alterações e revisões orçamentais efetuadas ao longo do ano económico em apreço.

³⁰ Não incluem o saldo da gerência anterior.

Da observação dos quadros e gráficos anteriores, entende-se que no ano económico de 2018 se confirma, na globalidade, a melhoria do comportamento orçamental da receita já verificado no ano transato, realçando-se os seguintes dados:

- O montante global de receita liquidada foi de 8.711,1 M€, ou seja, +322,1 milhões de euros (+3,8%) que em 2017;
- A receita cobrada cresceu 2,7% (+ 228,1 milhões de euros que em 2017) atingindo o montante de 8.539,6 milhões de euros;
- Entre 2008 e 2018 a cobrança líquida da receita aumentou 10,2%, isto é +792,7 milhões de euros;
- O ano de 2018 registou o maior grau de execução da receita cobrada³¹ nos últimos dez anos, com o rácio de 90%, superando o de 2017 em +0,4%. O aumento progressivo do valor deste rácio acima dos 70% a partir de 2013 demonstra a procura de maior rigor na elaboração dos orçamentos e o afastamento de orçamentos inflacionados de receita;
- Também, em 2018 se verificou o maior rácio de execução da receita liquidada³² ao faturar-se 91,8% do orçamento estimado (+1,4% que em 2017 e +24,5% que em 2008);
- Em 2018 o montante de receita estimada e não liquidada foi de 775,8 milhões de euros (-111,7 M€ que em 2017) enquanto, em 2008, essa diferença tinha sido de 3 782,5 milhões de euros³³. Anota-se que em 2010 o montante de receita orçada e não liquidada atingiu o valor mais elevado ao totalizar 5 017 milhões de euros;
- Em 2018, ao aumento da receita prevista de +2,3% (+210,4 M€) correspondeu um crescimento ligeiramente superior de receita cobrada em +2,7% (+228,1M€).

³¹ Peso da receita cobrada na receita prevista corrigida de alterações e revisões orçamentais.

³² Razão entre a receita prevista e a receita liquidada. O nível crescente deste indicador revela um maior controlo orçamental exercido pelos municípios e um melhor cumprimento das regras orçamentais de previsão das receitas, pois de outra forma não seria possível reduzir tão drasticamente a diferença entre os três níveis de receita: prevista, liquidada e cobrada. A diminuição drástica de excedente orçamental da receita, indicia a continuidade de novo período de vida na gestão financeira municipal, verificada a partir de 2014 e mais acentuadamente depois de 2016, com maior atenção dada à sustentabilidade financeira e um maior esforço de redução de um dos principais fatores indutores do desequilíbrio da mesma – a inflação do orçamento.

³³ O montante de receita orçada e não liquidada atingiu o valor mais elevado em 2010, ao totalizar 5,017 milhões de euros.

Um único município, Nazaré, continuou a apresentar um grau de execução da receita cobrada inferior a 50% da receita orçada³⁴, situação constatada desde 2006. Analisando as contas relativas a 2018, verifica-se que contribuíram para a sua reduzida execução orçamental da receita (39,8%9), uma baixíssima taxa de execução das transferências de capital e uma fraca concretização do volume estimado de empréstimos. De facto, este município apresentou apenas uma execução de 9,9% do montante previsto de transferências de capital (-5,9 milhões de euros que o orçado) e uma execução de receitas creditícias de apenas 25,9%, ficando por contratualizar 30,3 milhões de euros previstos em orçamento.

³⁴ Em 2016 estiveram nesta situação seis municípios e, em 2017, os municípios da Nazaré e de Celorico da Beira

Quadro 2.05 – Municípios com grau de execução da receita cobrada igual ou inferior a 50% em 2018*

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Nazaré	P	38,7%	42,2%	34,4%	28,7%	29,6%	27,3%	22,7%	48,6%	30,6%	27,9%	39,8%

* Não incluem o saldo da gerência anterior.

Retomando a análise global do universo autárquico municipal e comparando as receitas autárquicas de 2008 com as homólogas de 2018 reafirma-se:

- Uma diminuição significativa do total de receita prevista que, em dez anos, reduziu 2,1 mil milhões de euros, isto é -18%;
- Um aumento significativo da receita cobrada, que cresceu, no mesmo período, +792,7 milhões de euros (+10,2%);
- Uma diminuição significativa da diferença entre a receita orça-

da e a receita cobrada, a qual passou de um diferencial de 3,8 mil milhões de euros, em 2008, para um de 947,3 milhões de euros em 2018. Isto é, nestes dez anos, a diferença entre a receita orçada e a receita cobrada diminuiu 75,2% (-2,9 mil milhões de euros)

Os Gráficos 2.01.A e 2.01.M mostram a evolução da receita orçada, liquidada e cobrada, no período entre 2008 e 2018, nas Regiões Autónomas, permitindo apreciar a evolução dos seus indicadores homólogos.

Gráfico 2.01.A – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma dos Açores

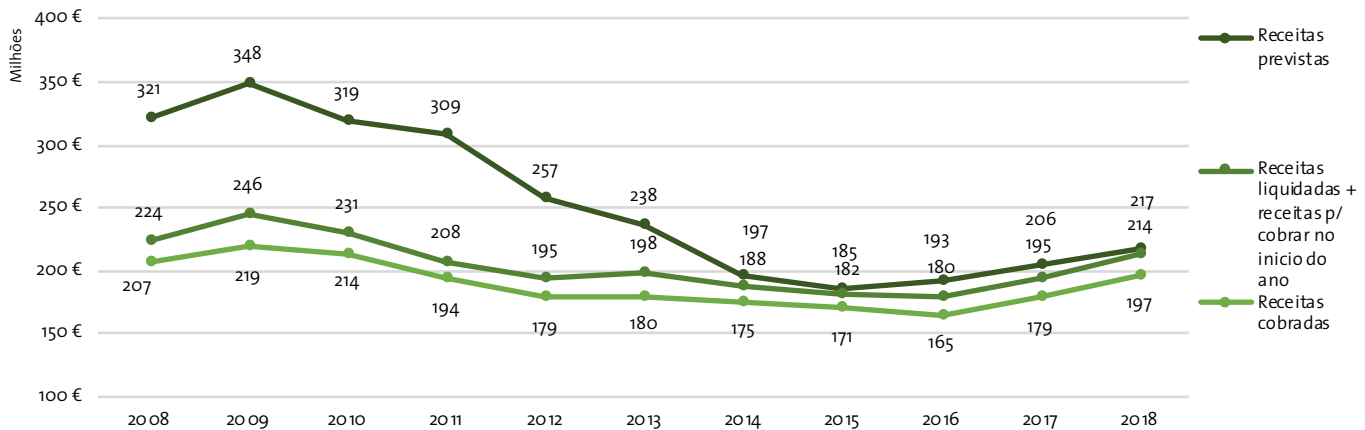
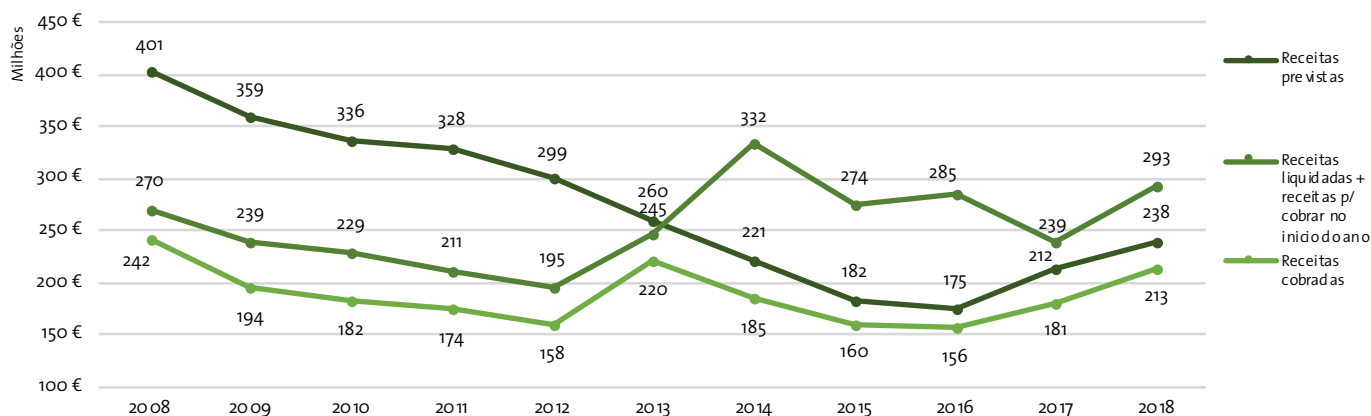


Gráfico 2.01.M – Evolução das Receitas dos Municípios da Região Autónoma da Madeira



da e aumentando o montante de receita cobrada, em comparação com a obtida no ano anterior.

Também a Região Autónoma da Madeira, Gráfico 2.01.M, revela continuidade de esforço dos seus municípios no ajustamento da previsão das receitas à possibilidade de cobrança das mesmas. Embora, na globalidade, tenha aumentado o volume de receita prevista, a mesma correspondeu a uma subida significativa de receita cobrada, pelo que, o indicador de execução orçamental da receita melhorou, significativamente, nesta região autónoma.

Da análise do grau de execução da receita dos municípios açorianos resultou o quadro 2.06.A, do qual se observa:

- Na Região dos Açores, onze dos dezanove municípios apresentaram grau de execução superior a 90%;
- Apenas um município apresentou um grau de execução da receita inferior a 70%, o município de Vila do Porto com execução de 62,4%.

Relativamente aos municípios da região da Madeira apresenta-se quadro homólogo (Quadro 2.06-M) com o **grau de execução das receitas**.

Quadro 2.06.A - Grau de execução da receita cobrada em 2018 pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

Município		Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Ribeira Grande	M	57,9%	63,8%	66,0%	59,5%	68,7%	91,4%	106,6%	102,3%	92,7%	101,4%	103,5%
2	Nordeste	P	48,9%	41,6%	42,6%	31,6%	40,4%	77,2%	104,8%	99,7%	95,1%	79,4%	100,1%
3	Velas	P	61,4%	60,7%	56,9%	71,6%	73,5%	88,4%	100,7%	104,8%	96,1%	79,9%	99,0%
4	Calheta (R. A. A.)	P	35,4%	79,4%	76,3%	75,8%	81,7%	50,9%	98,6%	101,6%	106,1%	87,5%	98,5%
5	Angra do Heroísmo	M	65,2%	54,5%	73,0%	76,1%	79,9%	83,5%	84,3%	96,0%	90,4%	87,5%	98,3%
6	Vila Franca do Campo	P	59,9%	57,5%	52,3%	48,5%	76,7%	90,0%	86,4%	101,1%	98,6%	92,9%	98,0%
7	Lagoa (R.A.A)	P	64,6%	62,1%	57,2%	71,3%	77,6%	83,1%	86,8%	93,9%	95,6%	94,9%	97,8%
8	São Roque do Pico	P	56,7%	59,6%	68,6%	64,8%	58,9%	62,2%	100,4%	97,5%	92,7%	71,0%	97,0%
9	Lajes das Flores	P	83,3%	62,0%	94,0%	80,5%	60,1%	52,4%	79,5%	85,5%	85,4%	89,8%	96,2%
10	Ponta Delgada	M	74,9%	76,6%	66,7%	64,0%	70,9%	73,2%	91,2%	93,9%	91,5%	101,5%	95,7%
11	Santa Cruz das Flores	P	84,9%	62,6%	83,3%	99,1%	89,2%	70,0%	88,8%	89,5%	83,9%	87,6%	90,5%
12	Santa Cruz da Graciosa	P	80,6%	74,1%	76,1%	72,8%	79,5%	68,8%	91,2%	89,6%	83,1%	92,5%	88,7%
13	Povoação	P	50,9%	52,0%	67,4%	70,1%	61,5%	75,1%	76,7%	81,1%	94,4%	95,0%	88,0%
14	Praia da Vitória	M	74,7%	55,3%	73,7%	69,9%	68,6%	82,9%	89,2%	91,7%	86,6%	85,6%	80,6%
15	Madalena	P	66,2%	75,9%	62,7%	54,9%	56,2%	62,0%	69,4%	78,1%	76,4%	62,3%	76,3%
16	Lajes do Pico	P	56,2%	34,9%	73,3%	57,8%	50,6%	82,3%	71,5%	83,5%	76,2%	77,3%	74,7%
17	Corvo	P	66,2%	77,6%	70,4%	72,7%	79,4%	63,7%	97,0%	83,8%	74,5%	74,1%	74,5%
18	Horta	P	78,5%	69,5%	68,3%	65,3%	69,1%	67,2%	83,3%	82,6%	71,3%	74,1%	71,6%
19	Vila do Porto	P	72,9%	82,3%	86,4%	74,8%	92,5%	94,6%	99,4%	69,9%	42,0%	57,6%	62,4%
Grau execução Receita - Açores			64,3%	63,0%	67,1%	62,8%	69,5%	76,0%	89,0%	92,2%	85,6%	86,9%	90,6%
Grau execução Receita - Nacional			66,9%	63,1%	60,5%	61,7%	65,8%	71,8%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%

Quadro 2.06.M – Grau de execução da receita cobrada em 2018 pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

Município		Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Calheta (R. A. M.)	P	54,7%	46,7%	48,0%	46,80%	46,70%	73,9%	89,6%	98,4%	63,9%	99,3%	106,4%
2	Machico	M	64,7%	46,1%	46,2%	46,50%	36,10%	89,9%	93,6%	92,4%	96,7%	101,3%	103,9%
3	Santa Cruz	M	62,9%	47,4%	47,3%	44,50%	47,10%	74,1%	64,8%	74,9%	95,0%	100,0%	101,7%
4	Porto Santo	P	61,8%	44,7%	36,1%	55,80%	52,00%	84,9%	99,1%	106,0%	96,0%	94,9%	101,4%
5	Ponta do Sol	P	64,1%	51,0%	51,7%	65,30%	75,90%	96,4%	98,6%	93,5%	80,4%	78,0%	100,1%
6	Santana	P	72,9%	81,3%	57,2%	52,20%	64,10%	83,0%	102,0%	102,4%	89,0%	86,7%	93,3%
7	São Vicente	P	52,3%	52,4%	51,8%	47,20%	54,00%	56,6%	70,5%	94,1%	94,5%	96,2%	89,5%
8	Funchal	G	70,1%	68,5%	72,8%	71,80%	66,90%	97,4%	88,7%	88,4%	93,9%	79,4%	85,7%
9	Câmara de Lobos	M	52,8%	40,3%	41,4%	34,40%	34,00%	74,0%	101,6%	82,6%	79,0%	88,3%	85,1%
10	Ribeira Brava	P	39,8%	46,9%	32,0%	30,50%	37,30%	50,2%	63,3%	83,9%	90,3%	69,7%	76,1%
11	Porto Moniz	P	35,5%	33,2%	50,7%	57,20%	52,30%	94,3%	91,3%	99,8%	84,4%	71,7%	71,7%
Grau execução Receita - Madeira			60,2%	54,2%	54,3%	54,3%	53,0%	84,5%	83,3%	88,2%	89,2%	85,2%	89,6%
Grau execução Receita - Nacional			66,9%	63,1%	60,5%	60,5%	65,8%	71,8%	78,7%	85,6%	87,9%	89,6%	90,0%

Da observação do quadro anterior releva-se:

- A taxa média de execução do orçamento da receita, em 2018, para municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) foi de 89,6%;
- Apenas um município apresentou uma execução da receita inferior a 75% da receita prevista, o município de Porto Moniz.

Antes de se passar para a análise da estrutura da receita desagregando-a pelas suas diferentes componentes orçamentais, **dada a forte discrepância do montante de receita recebida entre os municípios de grande dimensão e os restantes**, bem como o elevado diferencial entre o município de Lisboa e os outros municípios, apresenta-se **o Ranking R3 relativo aos 35 municípios com maior volume de receita cobrada em 2018, com informação relativa aos anos anteriores. Nesta listagem encontram-se todos os municípios de grande dimensão.**

Reportando ao Ranking R3 e relativamente ao ano de 2018, poder-se-á observar:

- A amplitude da receita recebida entre o primeiro e o trigésimo quinto município foi superior a 749,3 milhões de euros. O trigésimo quinto município deste ranking - Município de Barcelos – arrecadou apenas 7% da receita cobrada por Lisboa. Anota-se que a população residente de Barcelos representa 23 % da população residente de Lisboa;
- A diferença de receita cobrada entre o primeiro município do ranking R3 (Lisboa) e o segundo (Porto) foi de 580,4 milhões de euros, sendo que, no ano anterior, a diferença homóloga foi manifestamente superior, totalizando 603,1 milhões de euros. A receita cobrada pelo Porto representou 28% da receita arrecadada por Lisboa. No entanto a população residente no Porto representa 43,4% da população residente em Lisboa;
- Após um crescimento da receita em 2017³⁵ em +23,9% (+157,5 milhões de euros), a receita cobrada por Lisboa, em 2018, apresentou uma diminuição de 11,6 milhões de euros (-1,4%). Anota-se, contudo, que a receita cobrada por Lisboa representou 9,4% da receita cobrada pela totalidade dos municípios;

³⁵ Foi o aumento da coleta fiscal em +105 milhões de euros a principal causa deste acréscimo de +23,9%, sendo, ainda, de assinalar o acréscimo de receita resultante do aumento do produto da venda de serviços correntes e de bens de capital, em +28,8 milhões de euros.

- O município do Porto apresentou em 2018 o maior volume de receita auferida nos últimos dez anos, ao arrecadar 225,2 milhões de euros, traduzindo um acréscimo de 11,1 milhões em relação ao ano precedente³⁶, isto é, e +5,2% de receita da auferida no ano anterior.

Da análise do Ranking 3 anterior pode-se, ainda, concluir:

- Dos 35 municípios hierarquizados com maior volume de receita, doze apresentaram, em 2018, decréscimo de receita cobrada, sendo que destes, para além da situação de Lisboa já supra referida, há que anotar, pelo **peso e volume assinalável de descida de receita**, os municípios de: **Portimão** (-80,7 milhões de euros, -57,7% da receita); **Aveiro** (-36,9 milhões de euros, -31,8% de receita); **Matosinhos** (-13,5 milhões de euros, -10,6% de receita); **Albufeira** (-8 milhões de euros, -9,6% de receita) e **Loulé** (- 5,6 milhões de euros, -5,1% de receita).

Analisando as contas dos municípios referidos no parágrafo anterior verifica-se que :

- Portimão e Aveiro tinham apresentado em 2017 um acréscimo acentuado de receita, derivado de um aumento extraordinário de empréstimos bancários assumidos nesse ano, respetivamente +51,7 M€ e + 64,5M€³⁷, situações que não se repetiram em 2018, com as receitas registadas em passivos financeiros a baixarem, respetivamente, -84,9M€ e -50,9M€;
- O município de Matosinhos apresentou, em relação ao ano precedente, diminuição de receita em transferências de capital (-11,4 M€) e em passivos financeiros (-4,8 M€);
- O município de Albufeira apresentou descida de receita fiscal, com diminuição de impostos diretos (-3M€) e de taxas, multas e outras penalidades (-2 M€), bem como decréscimo de receita proveniente da venda de bens e serviços (-2,3 M€);
- O município de Loulé apresentou diminuição de receita em transferências de capital (-1.6M€).

³⁶ Em 2017 o município do Porto tinha registado uma descida de receita no total de 9,5 milhões de euros, isto é, -4,3% que em 2016.

³⁷ Estes acréscimos deveram-se à contração de empréstimos ao abrigo do FAM

R3 – Municípios com maior volume da receita cobrada³⁸ em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13			Mandato 14-17					Mandato 18-21	Δ 17-18 %	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Lisboa	G	528 448 107	669 602 387	600 698 240	579 701 291	832 666 402	546 365 853	623 142 075	710 672 378	659 639 515	817 137 507	805 585 216	-1,4%
2	Porto	G	198 578 614	204 290 585	193 838 411	190 929 393	164 847 332	189 546 233	176 337 104	169 516 522	223 596 824	214 065 558	225 199 501	5,2%
3	Cascais	G	145 129 468	142 716 141	159 762 402	153 953 892	142 244 106	129 649 858	143 391 161	149 473 597	160 779 651	215 120 348	219 372 109	2,0%
4	Sintra	G	142 231 815	152 564 279	201 524 211	160 095 417	167 535 394	157 458 501	147 526 734	155 295 805	158 331 191	168 112 165	173 164 829	3,0%
5	Oeiras	G	135 191 666	130 106 832	113 261 373	111 162 197	109 570 322	107 509 349	116 634 387	119 639 044	127 621 156	151 246 286	148 588 244	-1,8%
6	V. N. Gaia	G	141 079 572	138 828 159	119 690 440	133 914 620	123 619 408	138 673 073	129 121 724	123 231 383	162 967 720	131 585 597	147 466 624	12,1%
7	Seixal	G	92 444 556	82 570 434	81 606 977	74 581 783	79 245 204	80 835 117	110 988 443	81 133 474	119 995 532	92 609 459	126 113 295	36,2%
8	Matosinhos	G	95 040 902	107 260 324	105 491 076	117 087 294	110 137 105	101 641 884	86 592 708	108 244 567	121 813 021	127 347 319	113 818 670	-10,6%
9	Loures	G	119 859 086	128 572 351	107 313 332	103 021 209	109 517 801	104 454 727	100 216 564	104 619 446	104 996 997	114 221 872	112 255 836	-1,7%
10	Loulé	M	98 619 778	105 059 899	97 991 915	89 377 818	91 120 229	111 290 200	95 727 486	105 481 768	112 091 586	109 341 104	103 711 923	-5,1%
11	Funchal	G	91 245 473	78 650 681	83 147 721	77 748 406	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	33,5%
12	Braga	G	80 946 856	96 847 915	92 572 702	87 573 099	84 166 068	99 302 205	86 282 035	85 646 061	84 357 269	90 343 199	99 253 851	9,9%
13	Almada	G	79 355 981	76 217 778	88 612 752	82 854 306	78 593 908	77 445 956	76 922 784	83 085 546	81 532 714	87 748 867	96 876 284	10,4%
14	V. N. Famalicão	G	76 698 456	78 322 402	82 949 392	82 439 666	86 571 160	63 124 314	71 988 888	71 680 267	88 620 604	86 468 808	89 113 004	3,1%
15	Setúbal	G	64 488 214	62 419 209	57 809 844	61 968 623	66 324 518	63 932 384	64 507 413	81 429 935	83 277 495	81 115 194	88 766 607	9,4%
16	Amadora	G	80 992 275	87 620 203	84 784 404	90 626 292	84 526 479	74 200 232	77 341 786	76 357 139	78 728 326	84 280 082	88 161 710	4,6%
17	Guimarães	G	70 228 478	83 238 717	85 554 241	101 099 635	91 654 325	78 095 383	76 515 936	86 156 289	84 355 525	85 196 727	83 311 414	-2,2%
18	Coimbra	G	86 571 821	96 230 562	88 310 921	97 785 788	94 017 940	87 122 861	78 971 387	77 996 805	87 200 186	83 992 826	81 612 065	-2,8%
19	Aveiro	M	75 856 521	57 740 719	46 797 981	39 058 422	40 175 129	42 909 858	48 046 087	52 805 662	54 039 391	116 014 516	79 110 073	-31,8%
20	Leiria	G	75 197 755	68 262 538	57 562 353	61 070 182	57 981 088	60 475 151	63 505 479	64 474 204	69 461 292	68 089 790	78 455 407	15,2%
21	Odivelas	G	57 737 666	63 311 077	69 343 358	64 281 981	61 892 911	57 892 182	65 176 852	65 748 421	64 396 095	72 240 739	78 148 019	8,2%
22	Albufeira	M	73 443 721	76 463 197	61 213 140	58 974 432	61 037 177	78 750 705	79 429 527	87 033 773	78 340 890	83 313 575	75 343 902	-9,6%
23	Maia	G	77 279 694	77 407 007	68 355 866	61 814 950	61 200 579	55 655 128	55 563 240	74 488 712	66 584 618	66 299 132	73 980 309	11,6%
24	Gondomar	G	74 550 180	81 796 116	72 476 247	86 729 131	70 390 999	77 240 134	58 023 031	63 815 799	65 472 443	68 638 720	73 151 072	6,6%
25	Paredes	M	45 035 343	52 291 618	44 924 378	62 155 994	51 763 983	74 479 865	43 368 997	45 282 790	52 582 860	41 327 028	68 925 759	66,8%
26	Mafra	M	47 606 916	53 300 862	55 236 080	49 095 697	50 240 535	47 542 538	51 999 270	56 340 133	57 506 913	62 145 533	66 637 727	7,2%
27	V. Franca Xira	G	70 573 092	66 487 758	69 433 941	69 109 435	67 718 373	64 142 072	59 538 460	54 441 425	57 632 774	68 493 648	65 603 844	-4,2%
28	V. Castelo	M	50 425 389	55 259 419	54 048 327	54 695 299	50 757 348	55 543 588	48 329 520	61 076 345	55 354 154	63 932 864	64 295 931	0,6%
29	Valongo	M	34 400 673	43 550 262	41 063 942	37 011 999	30 902 998	48 118 839	31 597 680	31 903 575	33 210 410	33 440 112	61 381 177	83,6%
30	S.ta Maria Feira	G	72 325 127	68 511 958	61 896 612	63 978 681	57 386 848	76 760 634	63 821 043	58 896 465	59 289 187	62 703 329	60 720 680	-3,2%
31	Portimão	M	59 445 409	56 410 806	46 740 761	45 596 590	38 730 473	42 996 870	45 033 466	51 033 342	82 670 958	139 994 530	59 267 914	-57,7%
32	Fundão	M	32 286 770	35 280 679	26 788 337	29 316 426	28 915 882	75 737 945	24 753 441	26 110 413	25 759 820	24 752 711	58 862 733	137,8%
33	Santarém	M	44 286 759	62 859 011	38 592 178	38 397 354	37 246 462	64 768 976	45 839 937	36 634 452	50 747 532	38 351 120	57 992 374	51,2%
34	Seia	M	21 453 922	21 986 740	20 454 769	63 532 355	21 636 369	21 085 859	20 546 504	20 169 561	21 264 146	20 407 127	57 945 314	183,9%
35	Barcelos	G	54 383 745	52 931 857	59 373 748	53 357 653	56 165 224	60 971 630	59 187 087	54 261 876	52 688 127	52 846 643	56 289 476	6,5%

³⁸ Não inclui saldos de gerências anteriores.

Observando este mesmo ranking, constata-se o aumento significativo de receita de alguns municípios, a saber : Seia (+37,6 M€, +183,9%); Fundão (+34,1M€ ,+137,8%); Valongo (+27,9M€, +83,6%); Paredes (+27,6M€, +66,8%); Santarém (+19,6M€, +51,2%); Seixal (+33,5M€, +36,2%); Leiria (+10,3M€, +15,2%); Vila Nova de Gaia (+15,8M€, +12,1%); Maia (+7,6M€, +11,6%); Almada (+9,1M€, +10,4%) e Braga (+8,9M€, +10%).

– O acréscimo de receita dos primeiros seis municípios assinalados no parágrafo anterior com maior taxa de crescimento, deveu-se, essencialmente, ao aumento de utilização de empréstimos bancários e, deste modo, ao aumento do seu passivo financeiro. Em alguns destes municípios ao aumento de receita creditícia, acresceu um aumento da coleta de impostos diretos (Valongo, Paredes, Santarém e Seixal). No caso de Fundão e Valongo verificou-se, ainda, um aumento relevante das transferências de capital.

– Vila Nova de Gaia e Maia, apresentaram, também, acréscimo de passivo financeiro embora com diferente relevância. O acréscimo verificado no município de Vila Nova de Gaia foi de +12,1M€ e no município da Maia de + 4M€. Em relação estes dois municípios anota-se um aumento significativo da receita fiscal em impostos diretos, respetivamente, +5,3 M€ e +4,6M€, sendo que Vila Nova de Gaia registou, ainda, um aumento relevante do montante de transferências de capital (+1,1M€).

– Em relação aos restantes três municípios com aumento assinalado e receita: Braga registou aumento significativo em transferências de capital (+3,9M€), em transferências correntes (+1,7M€) e em impostos diretos (+2,7M€); Almada, apresentou acréscimo na coleta de impostos diretos (+6,8M€) e na venda de bens e serviços (+3,6M€) e Leiria beneficiou de acréscimo de receita no conjunto dos impostos diretos e indiretos em +7M€, na venda de bens de capital e de serviços em +3,6M€ e em transferências correntes com +1M€.

Seguindo a metodologia adotada já no último Anuário, apresenta-se a situação hierarquizada pelo volume de receita dos municípios das Regiões Autónomas reportada ao ano de 2018, embora com o histórico dos nove anos anteriores.

Da análise ao quadro do Ranking R3.A, verifica-se que em 2018:

– A receita dos municípios dos Açores aumentou 18 milhões de euros (+10%), mantendo a tendência de crescimento já apresentada em 2017. Nos últimos dez anos a maior receita obtida pela Região dos Açores ocorreu em 2009 ao arrecadar o total de 219,3M€, sendo que entre 2013 e 2016 apresentou um decréscimo de -8,5% (-15,4 M€);

– Houve três municípios da Região dos Açores que apresentaram um aumento significativo de receita, sendo de realçar a situação do município de Nordeste que registou uma taxa de crescimento de 193,1% (+10,4M€) devido, essencialmente, à contratação de um empréstimo bancário no valor de 10M€. Em relação aos outros dois municípios - Angra de Heroísmo, com um acréscimo de 20,2% (+3,4M€) e Madalena com +20,8% (+1,5M€) - verificou-se que contribuiu mais para o aumento das suas receitas, o acréscimo de transferências de capital, respetivamente, em +1,8M€ e +0,7M€, sendo que, no caso de Angra de Heroísmo, se conjugou com o aumento de impostos diretos e indiretos (+0,9 M€), o aumento de rendimentos de propriedade (+0,4M€) e com o aumento de venda de bens de investimento e de ativos financeiros (+0,7M€). No caso do município da Madalena o referido aumento foi reforçado com o acréscimo de empréstimos bancários em + 0,6M€;

– Ainda com aumentos assinaláveis de receita, relevam-se os municípios açorianos de S. Roque do Pico (+18,2%) devido ao acréscimo de passivos financeiros (+0,8M€) e de Povoação (+11,6%) e Calheta (+ 9,6%) que, não tendo recorrido a empréstimos financeiros, aumentaram as suas receitas, essencialmente, no primeiro caso, à custa do aumento da venda de bens e serviços e das transferências correntes e de capital e, no segundo caso, devido ao acréscimo de transferências de capital;

– Anotam-se, finalmente, os seis municípios açorianos cujas receitas baixaram em 2018: Santa Cruz das Flores (-9%); Praia da Vitória (-7,2%); Ponta Delgada (-4,2%); Corvo (-2,6%); Velas (-0,9%) e Lajes do Pico (-0,02%). A descida de receita dos dois primeiros municípios, decorreu, fundamentalmente, da diminuição do recurso ao crédito e da descida das transferências de capital.

O Ranking R3.M mostra a evolução da receita total, nos últimos dez anos, dos municípios da Região da Madeira.

R3.A – Volume da receita cobrada* pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	Δ 17-18 %	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Ponta Delgada	M	40 665 605	42 904 296	35 689 580	33 147 869	33 694 117	31 748 683	34 236 559	33 108 780	31 749 454	38 271 620	36 659 871	-4,2%
2	Ribeira Grande	M	28 007 872	32 471 637	29 062 571	21 460 188	20 386 492	17 795 784	18 629 750	20 382 617	19 996 674	20 274 843	21 583 409	6,5%
3	Angra Heroísmo	M	18 391 288	17 766 888	21 468 923	19 098 785	16 878 471	17 363 073	17 296 146	19 404 607	17 186 013	17 018 154	20 463 303	20,2%
4	Nordeste	P	5 699 928	6 774 162	6 793 037	5 116 734	5 666 058	15 888 935	8 273 802	5 159 304	5 289 012	5 388 742	15 794 216	193,1%
5	Praia da Vitória	M	16 968 019	17 696 566	23 608 549	14 195 835	11 383 376	12 207 504	10 409 738	11 523 037	12 068 128	14 405 784	13 364 334	-7,2%
6	Horta	P	11 235 993	13 349 415	10 914 913	10 562 819	9 193 258	10 319 075	11 639 617	10 433 501	9 975 866	10 945 522	11 036 392	0,8%
7	Lagoa (R. A. A.)	P	13 687 420	12 906 117	11 932 821	13 586 149	11 266 521	9 441 816	9 589 844	9 918 050	9 924 215	10 314 151	10 957 961	6,2%
8	V.F. Campo	P	18 052 595	8 130 274	7 145 897	21 528 256	21 664 464	9 517 390	8 652 197	9 211 891	8 050 211	8 497 704	9 080 313	6,9%
9	Madalena	P	7 750 984	8 851 625	6 200 271	5 910 486	5 317 535	6 923 218	7 192 593	6 870 391	7 248 784	7 301 001	8 817 788	20,8%
10	Velas	P	6 226 326	6 504 304	6 471 109	5 682 203	5 300 271	5 061 339	5 650 309	6 030 869	6 090 414	7 276 052	7 210 911	-0,9%
11	Povoação	P	5 444 255	6 075 509	7 181 076	7 447 351	5 015 675	5 796 545	6 511 186	5 978 985	6 034 548	6 280 177	6 927 614	11,6%
12	Vila do Porto	P	5 290 482	7 052 794	5 135 706	4 875 758	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	9,4%
13	São Roque do Pico	P	4 508 568	7 316 243	7 747 663	6 139 237	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	18,2%
14	Lajes do Pico	P	6 430 949	5 196 457	12 686 312	5 232 151	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	-0,02%
15	Calheta (R. A. A.)	P	5 348 421	11 100 366	4 674 843	4 094 239	3 853 750	4 057 999	4 751 019	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	9,6%
16	S.C. Graciosa	P	4 389 904	4 836 117	5 413 398	5 555 483	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	7,2%
17	Lajes das Flores	P	3 910 560	5 453 166	6 473 194	3 344 670	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	7,0%
18	S.C. Flores	P	2 714 472	3 292 258	3 787 483	3 650 257	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	-9,0%
19	Corvo	P	1 871 189	1 660 471	1 732 211	3 225 308	2 474 129	2 436 674	1 996 330	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	-2,6%
Total - Açores			206 594 830	219 338 664	214 119 555	193 853 775	178 818 351	180 433 956	175 361 794	170 855 989	165 054 962	178 955 473	196 929 630	10,0%
Açores/Total Nacional (%)			2,67%	2,68%	2,72%	2,49%	2,33%	2,31%	2,39%	2,27%	2,13%	2,15%	2,31%	0,2%

* Não inclui saldo das gerências anteriores.

R3.M – Volume da receita cobrada* pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira, em 2018

Unidades: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	Δ 17-18 %	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Funchal	G	91 245 473	78 650 681	83 147 721	77 748 406	74 229 100	112 045 280	72 875 418	70 363 786	73 141 379	76 665 052	102 376 008	33,5%
2	Santa Cruz	M	32 905 549	19 885 038	19 813 548	17 515 589	17 220 539	18 344 290	32 902 855	20 236 621	19 056 181	25 534 188	33 379 323	30,7%
3	Câmara de Lobos	M	26 498 020	18 282 193	18 651 019	13 852 328	11 960 007	23 488 586	16 142 877	12 772 572	11 411 363	20 548 032	15 352 022	-25,3%
4	Calheta (R. A. M.)	P	15 384 436	8 550 408	9 081 274	10 502 044	9 687 450	13 907 407	10 535 260	11 812 304	9 656 879	11 682 316	10 837 751	-7,2%
5	Ribeira Brava	P	14 388 602	16 138 936	8 581 231	9 360 217	7 169 777	8 822 929	8 599 404	6 764 956	7 021 408	7 907 274	10 623 474	34,4%
6	Machico	M	21 334 697	12 520 729	11 992 574	14 474 197	10 877 578	11 091 147	16 282 812	9 442 406	9 152 818	9 640 308	9 861 271	2,3%
7	Santana	P	8 154 256	12 310 656	7 068 672	7 061 092	6 222 041	6 619 184	6 961 512	6 278 542	6 119 572	6 760 780	7 141 533	5,6%
8	Ponta do Sol	P	10 031 233	6 921 284	6 838 762	7 130 649	5 479 942	6 243 218	5 428 654	7 058 393	6 118 376	6 296 308	6 842 908	8,7%
9	São Vicente	P	9 079 052	10 104 417	5 769 083	5 714 182	6 766 456	5 432 329	5 361 290	6 081 231	5 353 158	5 889 263	6 601 439	12,1%
10	Porto Moniz	P	5 577 956	5 443 128	6 435 301	5 501 838	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	5 341 443	5 316 452	-0,5%
11	Porto Santo	P	7 207 271	5 430 597	4 810 763	5 512 045	4 315 548	8 641 445	4 841 989	4 785 945	4 345 608	4 296 364	5 116 315	19,1%
Total - Madeira			241 806 545	194 238 068	182 189 947	174 372 586	158 416 994	220 087 800	184 581 837	160 446 496	156 188 746	180 561 326	213 448 496	18,2%
Madeira/Total Nacional (%)			3,12%	2,37%	2,32%	2,24%	2,06%	2,82%	2,52%	2,13%	2,02%	2,17%	2,50%	0,3%

* Não inclui saldo das gerências anteriores.

Quanto ao Ranking R3.M relativo à Região da Madeira haverá a referir com reporte ao ano económico de 2018:

- A receita global dos municípios da Região da Madeira cresceu +32,8 milhões de euros (+18,2%) reforçando a tendência de crescimento assinalada em 2017 (+24,4 M€, +15,6%), após descidas consecutivas entre 2013 e 2016. Mais se verifica que 29M€ de acréscimo de receita se deveu ao aumento de empréstimos bancários;
- O montante de 213,4M€ arrecadado em 2018 pela totalidade dos municípios madeirenses ficou aquém da receita realizada em 2008, a qual registou 241,8M€ - o maior montante arrecadado nos últimos dez anos. A diferença do total da receita auferida no intervalo destes dez anos, foi de -28,4 milhões de euros a desfavor do ano 2018, apresentando-se como razão principal, a descida do volume de transferências de capital em -46,6M€, pese embora, neste mesmo período, tivessem crescido as transferências correntes (+9,7M€) e os impostos diretos (+11,7M€). Também o recurso ao crédito, em 2018, foi inferior em -1,1 M€, ao verificado em 2008;
- A receita de cinco dos onze municípios da Madeira cresceu mais que 10%, assinalando-se o aumento registado nos municípios de Ribeira Brava (+34,4%, +2,7 M€); Funchal (+33,5%, +25,7M€) e Santa Cruz (+30,7%, +7,8 M€). Da análise das suas contas, constata-se que estes aumentos se deveram, essencialmente, ao acréscimo de empréstimos bancários;
- A descida de receita do município de Câmara de Lobos em -25,3% (-5,2M€) resultou, fundamentalmente, da diminuição de empréstimos bancários (-3,01 M€), de impostos indiretos (-1,11 M€) e de transferências de capital (-0,9 M€). Também o município da Calheta, viu a sua receita baixar -7,2% (-844,6 milhares de euros) devido à conjugação da diminuição das transferências de capital (-840 milhares de euros) com a descida dos impostos indiretos (-557 milhares de euros), apesar do aumento dos impostos diretos (+340 milhares de euros) e das transferências correntes (+290,9 milhares de euros).

Retomando a análise em termos nacionais, apresentam-se no Ranking R4 os 35 municípios com menor volume de receita arrecadada em 2018, assinalando-se aos montantes arrecadados nos nove anos anteriores. Assim, da observação do mesmo, há a assinalar:

- Todos os municípios que constituem este ranking são de pequena dimensão, sendo que o município com menor receita (Corvo) arrecadou, para realizar as suas atividades, um montante que representou, apenas, 0,2% do montante coletado por Lisboa;
- Doze destes trinta e cinco municípios apresentaram, em 2018, diminuição de receita. As descidas mais significativas em termos percentuais foram protagonizadas pelos municípios de Fornos de Algodres (-79,0%%), Mesão Frio (-33,9%) e Fronteira (-15,6%). No primeiro e no segundo caso devido à diminuição dos passivos financeiros e no terceiro caso, devido à diminuição das transferências de capital e dos passivos financeiros.

R4 – Municípios com menor volume da receita cobrada³⁹ em 2018

Unidades: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	Δ 17-18 %	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Corvo	P	1 871 189	1 660 471	1 732 211	3 225 308	2 474 129	2 436 674	1 996 330	1 937 375	1 833 187	2 000 462	1 948 036	-2,6%
2	Santa Cruz das Flores	P	2 714 472	3 292 258	3 787 483	3 650 257	2 777 221	3 259 363	4 108 749	2 963 327	2 687 459	3 353 792	3 052 025	-9,0%
3	Lajes das Flores	P	3 910 560	5 453 166	6 473 194	3 344 670	3 633 699	4 995 508	5 031 119	2 995 512	2 980 556	3 050 748	3 264 878	7,0%
4	Barrancos	P	4 616 334	5 459 700	5 070 890	4 018 765	3 571 423	3 735 480	3 522 046	3 760 321	3 954 952	4 055 636	3 833 793	-5,5%
5	S.C. Graciosa	P	4 389 904	4 836 117	5 413 398	5 555 483	5 331 475	4 649 323	4 757 998	3 868 861	3 891 615	4 592 947	4 925 900	7,2%
6	Fronteira	P	6 057 902	5 456 359	5 501 315	6 694 000	5 036 169	5 382 803	5 238 131	4 744 481	5 284 370	5 886 891	4 969 959	-15,6%
7	Porto Santo	P	7 207 271	5 430 597	4 810 763	5 512 045	4 315 548	8 641 445	4 841 989	4 785 945	4 345 608	4 296 364	5 116 315	19,1%
8	Calheta (R. A. A.)	P	5 348 421	11 100 366	4 674 843	4 094 239	3 853 750	4 057 999	4 751 019	5 525 414	4 607 713	4 714 417	5 166 487	9,6%
9	Castanheira de Pera	P	5 277 855	4 648 745	4 613 140	8 045 361	8 825 154	4 324 786	4 372 517	4 565 782	4 789 443	5 010 359	5 221 571	4,2%
10	Mesão Frio	P	4 585 237	5 631 423	11 737 501	6 227 663	6 703 842	5 272 943	4 936 438	5 204 366	4 991 318	7 992 644	5 280 048	-33,9%
11	Manteigas	P	6 685 940	6 876 084	6 461 330	5 409 101	5 997 370	5 914 082	5 508 470	8 053 996	5 450 233	5 293 698	5 296 038	0,0%
12	Porto Moniz	P	5 577 956	5 443 128	6 435 301	5 501 838	4 488 553	5 451 984	4 649 765	4 849 741	4 811 824	5 341 443	5 316 452	-0,5%
13	Lajes do Pico	P	6 430 949	5 196 457	12 686 312	5 232 151	5 845 914	9 991 931	7 105 046	5 628 008	5 296 504	5 393 586	5 392 617	0,0%
14	São Roque do Pico	P	4 508 568	7 316 243	7 747 663	6 139 237	3 980 574	4 161 828	4 027 472	4 493 405	4 537 790	4 573 710	5 406 039	18,2%
15	Marvão	P	6 269 269	6 080 112	5 806 644	7 246 552	5 736 877	4 979 928	4 905 966	4 907 469	5 598 729	5 961 141	5 463 731	-8,3%
16	Penedono	P	5 217 609	5 537 497	5 585 694	6 511 136	5 249 414	5 641 789	6 158 095	5 310 597	5 602 792	5 651 348	5 679 832	0,5%
17	Alvito	P	4 675 893	5 470 263	4 875 876	5 814 518	4 614 460	4 255 170	4 240 368	4 466 326	4 989 585	4 755 699	5 710 052	20,1%
18	Vila do Porto	P	5 290 482	7 052 794	5 135 706	4 875 758	5 155 353	4 817 965	5 502 319	5 422 055	5 606 820	5 374 060	5 877 538	9,4%
19	Mourão	P	5 843 056	11 240 757	5 679 307	4 651 168	4 840 155	6 314 851	5 216 331	5 329 835	5 438 367	5 636 392	5 883 650	4,4%
20	Cuba	P	5 916 207	6 157 248	6 160 196	6 055 557	6 027 925	5 037 066	4 904 064	5 815 323	5 676 279	6 285 334	5 944 485	-5,4%
21	Arronches	P	6 856 552	6 762 336	5 991 635	6 840 696	5 500 774	5 438 472	5 711 708	6 569 663	6 016 893	5 814 133	6 022 907	3,6%
22	Castelo de Vide	P	5 924 874	5 567 254	5 570 177	6 134 772	5 971 015	5 491 663	6 183 475	5 744 243	5 784 022	5 962 253	6 186 725	3,8%
23	Vila Nova de Paiva	P	6 521 185	6 210 109	6 751 690	6 758 603	6 583 956	7 093 141	6 248 838	7 179 404	6 131 281	6 546 858	6 380 664	-2,5%
24	Constância	P	5 620 133	5 904 846	7 063 577	6 797 557	7 510 150	6 225 364	5 091 034	5 345 900	5 739 846	6 403 905	6 420 983	0,3%
25	Vila de Rei	P	6 506 404	7 333 360	6 025 904	7 715 221	5 207 575	5 084 308	5 205 686	5 479 296	5 894 840	6 068 414	6 478 410	6,8%
26	Sta. Marta Penaguião	P	8 055 515	9 300 031	8 373 357	9 126 225	6 709 584	6 788 428	6 899 495	9 465 428	6 895 788	6 851 299	6 554 255	-4,3%
27	São Vicente	P	9 079 052	10 104 417	5 769 083	5 714 182	6 766 456	5 432 329	5 361 290	6 081 231	5 353 158	5 889 263	6 601 439	12,1%
28	Alter do Chão	P	6 339 769	6 896 572	5 769 605	7 439 703	7 483 201	5 773 928	5 876 246	6 135 963	5 989 207	6 286 772	6 677 356	6,2%
29	Murça	P	6 562 834	8 200 513	8 964 473	11 957 242	7 410 128	7 116 807	6 487 995	7 588 806	6 382 410	7 071 170	6 795 992	-3,9%
30	Ponta do Sol	P	10 031 233	6 921 284	6 838 762	7 130 649	5 479 942	6 243 218	5 428 654	7 058 393	6 118 376	6 296 308	6 842 908	8,7%
31	Pedrógão Grande	P	7 422 255	6 602 035	5 857 701	7 552 753	6 590 592	5 391 756	5 864 007	5 538 342	5 391 036	5 907 553	6 883 828	16,5%
32	Povoação	P	5 444 255	6 075 509	7 181 076	7 447 351	5 015 673	5 796 545	6 511 186	5 978 985	6 034 548	6 208 177	6 927 614	11,6%
33	Freixo Espada à Cinta	P	10 654 458	12 301 117	9 664 474	9 639 987	8 576 028	13 962 792	9 379 042	7 427 040	7 322 275	6 502 369	6 961 812	7,1%
34	Fornos de Algodres	P	7 418 678	6 689 876	40 089 622	7 100 310	5 794 570	6 241 513	5 405 984	5 757 730	5 798 113	33 484 665	7 030 624	-79,0%
35	Penela	P	7 055 811	8 124 456	7 978 766	8 778 539	8 950 903	7 204 051	6 248 142	7 165 169	6 264 504	6 884 341	7 051 755	2,4%

³⁹ Não inclui saldos de gerências anteriores.

2.2.2. Estrutura e Evolução da Receita Municipal

2.2.2.1. Estrutura e Evolução da Receita Municipal, por capítulos económicos

Neste ponto pretende-se observar o comportamento das diferentes rubricas orçamentais, por natureza económica, com atenção para o seu peso no total da receita autárquica, as taxas de variação

e pontos de inflexão mais significativos.

Os Quadros 2.07 e 2.08. apresentam, respetivamente, a receita cobrada entre 2008 e 2018 por rubricas económicas e o respetivo peso na receita total. Nos Quadros 2.09 e 2.10. apresentam-se as correspondentes variações dos montantes de receita cobrada para o mesmo período.

Quadro 2.07 – Montante de Receita Cobrada por natureza económica

Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Impostos e taxas	2 739,1	2 537,6	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2 452,1	2 716,5	2 876,4	2.995,0	3.329,2	3.470,2
Rendimentos de propriedade	238,7	252,2	258,4	259,5	266,3	250,2	271,1	253,5	295,0	274,0	255,0
Transferências correntes	1 960,9	2 182,0	2 228,9	2 137,3	2 071,8	2 393,5	2 411,9	2 501,8	2.551,5	2.593,9	2.644,0
Vendas de bens e serviços	724,2	709,4	710,2	704,7	738,6	749,8	752,2	809,6	861,1	885,4	911,4
Outras receitas correntes	67,1	64,6	67,0	62,0	62,0	62,3	63,1	75,1	73,3	71,9	73,1
Total receitas correntes	5 730,0	5 745,8	5 824,8	5 645,6	5 564,3	5 907,9	6 214,8	6 516,4	6.775,9	7.154,5	7.353,7
Venda de bens duradouros	134,9	92,1	117,1	84,2	68,8	52,1	81,2	108,4	67,5	93,6	98,2
Transferências de capital	1 289,1	1 323,8	1 359,7	1 522,6	1 512,3	977,4	604,7	585,8	426,1	461,8	514,9
Ativos financeiros	33,6	31,8	10,8	14,0	18,6	15,7	5,1	11,5	26,0	8,2	4,1
Passivos financeiros	528,8	965,0	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7	538,2
Outras receitas de capital	19,0	33,5	21,5	17,8	290,4	32,0	29,8	22,5	48,6	28,2	24,4
Total receitas de capital	2 005,3	2 446,2	2 025,5	2 112,9	2 110,2	1 853,5	1 113,6	991,9	956,4	1.148,5	1.179,8
Reposições ñ abatidas aos pagamentos	11,6	6,0	9,2	13,1	9,0	13,5	8,8	10,1	5,7	8,5	6,0
Receita total	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7.738,0	8.311,5	8.539,6
Receita total efetiva	7 184,5	7 201,1	7 332,3	7 283,2	7 444,7	6 982,8	6 939,3	7 243,2	7.323,7	7.746,7	7.997,3
Receita total efetiva - Açores	179,9	192,2	193,8	171,9	161,3	166,7	171,8	167,0	159,9	172,9	180,6
Receita total efetiva - Madeira	204,4	165,5	176,0	169,5	154,8	176,7	169,9	158,9	155,9	173,4	176,7

Quadro 2.o8 – Estrutura da Receita Cobrada, por natureza económica: peso de cada componente em relação à receita total

Receitas	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Impostos e taxas	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%
Rendimentos de propriedade	3,1%	3,1%	3,3%	3,3%	3,5%	3,2%	3,7%	3,4%	3,8%	3,3%	3,0%
Transferências correntes	25,3%	26,6%	28,4%	27,5%	27,0%	30,8%	32,9%	33,3%	33,0%	31,2%	31,0%
Vendas de bens e serviços	9,3%	8,7%	9,0%	9,1%	9,6%	9,6%	10,3%	10,8%	11,1%	10,7%	10,7%
Outras receitas correntes	0,9%	0,8%	0,9%	0,8%	0,8%	0,8%	0,9%	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%
Total receitas correntes	74,0%	70,1%	74,1%	72,6%	72,4%	76,0%	84,7%	86,7%	87,6%	86,1%	86,1%
Venda de bens duradouros	1,7%	1,1%	1,5%	1,1%	0,9%	0,7%	1,1%	1,4%	0,9%	1,1%	1,2%
Transferências de capital	16,6%	16,1%	17,3%	19,6%	19,7%	12,6%	8,2%	7,8%	5,5%	5,6%	6,0%
Ativos financeiros	0,4%	0,4%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%	0,3%	0,1%	0,0%
Passivos financeiros	6,8%	11,8%	6,6%	6,1%	2,9%	10,0%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%
Outras receitas de capital	0,2%	0,4%	0,3%	0,2%	3,8%	0,4%	0,4%	0,3%	0,6%	0,3%	0,3%
Total receitas de capital	25,9%	29,8%	25,8%	27,2%	27,5%	23,8%	15,2%	13,2%	12,4%	13,8%	13,8%
Reposições ã abatidas aos pagamentos	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Receita total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Receita efetiva*	92,7%	87,8%	93,3%	93,7%	96,9%	89,8%	94,6%	96,3%	94,6%	93,2%	93,6%

* Peso da receita efetiva na receita total

Quadro 2.o9 – Variação da Receita cobrada por natureza económica entre 2008 e 2018 – valores absolutos

Unidade: milhões de euros

Receitas	Variação da receita em M€									
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
Impostos e taxas	-201,5	22,8	-78,4	-56,3	26,4	264,4	159,9	118,6	334,2	141,0
Rendimentos de propriedade	13,5	6,2	1,2	6,8	-16,1	20,9	-17,6	41,5	-20,9	-19,1
Transferências correntes	221,1	46,8	-91,6	-65,5	321,7	18,5	89,9	49,8	42,4	50,1
Vendas de bens e serviços	-14,8	0,8	-5,5	33,8	11,2	2,4	57,4	51,4	24,4	26,0
Outras receitas correntes	-2,5	2,4	-4,9	-0,1	0,4	0,8	12,0	-1,9	-1,4	1,2
Total receitas correntes	15,8	79,0	-179,2	-81,3	343,6	306,9	301,7	259,4	378,6	199,2
Venda de bens duradouros	-42,8	25,0	-32,9	-15,4	-16,7	29,1	27,2	-40,9	26,1	4,7
Transferências de capital	34,7	35,9	162,9	-10,3	-534,9	-372,6	-18,9	-159,7	35,7	53,1
Ativos financeiros	-1,8	-21,0	3,2	4,6	-2,9	-10,7	6,5	14,4	-17,8	-4,1
Passivos financeiros	436,3	-448,7	-42,1	-254,2	556,2	-383,5	-129,1	124,6	168,4	-18,5
Outras receitas de capital	14,5	-12,0	-3,7	272,6	-258,5	-2,2	-7,3	26,1	-20,4	-3,8
Total receitas de capital	440,9	-420,7	87,4	-2,7	-256,7	-739,9	-121,7	-35,5	192,0	31,4
Reposições ã abatidas aos pagamentos	-5,6	3,2	3,9	-4,1	4,6	-4,7	1,2	-4,4	2,9	-2,5
Receita Total	451,1	-338,5	-87,9	-88,1	91,4	-437,7	181,3	219,6	573,5	228,1
Receita efetiva	16,6	131,2	-49,0	161,5	-461,9	-43,5	303,9	80,5	422,9	250,6

Quadro 2.10 – Taxa de Variação da Receita cobrada por natureza económica entre 2008 e 2018

Receitas	Variação da receita em M€									
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
Impostos e taxas	-7,4%	0,9%	-3,1%	-2,3%	1,1%	10,8%	5,9%	4,1%	11,2%	4,2%
Rendimentos de propriedade	5,6%	2,5%	0,4%	2,6%	-6,1%	8,3%	-6,5%	16,4%	-7,1%	-7,0%
Transferências correntes	11,3%	2,1%	-4,1%	-3,1%	15,5%	0,8%	3,7%	2,0%	1,7%	1,9%
Vendas de bens e serviços	-2,0%	0,1%	-0,8%	4,8%	1,5%	0,3%	7,6%	6,4%	2,8%	2,9%
Outras receitas correntes	-3,8%	3,7%	-7,3%	-0,1%	0,6%	1,2%	19,1%	-2,5%	-1,8%	1,6%
Total receitas correntes	0,3%	1,4%	-3,1%	-1,4%	6,2%	5,2%	4,9%	4,0%	5,6%	2,8%
Venda de bens duradouros	-31,7%	27,1%	-28,1%	-18,3%	-24,2%	55,8%	33,5%	-37,8%	38,7%	5,0%
Transferências de capital	2,7%	2,7%	12,0%	-0,7%	-35,4%	-38,1%	-3,1%	-27,3%	8,4%	11,5%
Ativos financeiros	-5,3%	-66,0%	29,9%	32,9%	-15,6%	-67,9%	127,8%	125,3%	-68,4%	-49,4%
Passivos financeiros	82,5%	-46,5%	-8,2%	-53,6%	252,7%	-49,4%	-32,9%	47,3%	43,4%	-3,3%
Outras receitas de capital	76,3%	-35,7%	-17,1%	1529,8%	-89,0%	-6,9%	-24,5%	116,3%	-41,9%	-13,4%
Total receitas de capital	22,0%	-17,2%	4,3%	-0,1%	-12,2%	-39,9%	-10,9%	-3,6%	20,1%	2,7%
Reposições ã abatidas aos pagamentos	-48,1%	52,8%	42,6%	-31,6%	50,8%	-34,5%	14,1%	-43,6%	50,2%	-29,4%
Total	5,8%	-4,1%	-1,1%	-1,1%	1,2%	-5,6%	2,5%	2,9%	7,4%	2,7%
Receita total efetiva	0,2%	1,8%	-0,7%	2,2%	-6,2%	-0,6%	4,4%	1,1%	5,8%	3,2%

Da observação dos quadros antecedentes relativos ao ano de 2018 conclui-se:

- O total de 8 539,6M€ de receita cobrada corresponde a um aumento de 228,1 milhões de euros da receita municipal (+2,7%) em relação ao ano precedente, para o qual contribuiu, fundamentalmente, o acréscimo da receita fiscal de impostos e taxas em +141,0 milhões de euros (+ 4,2%). O aumento de valor das transferências correntes e de capital em +103,2M€ (+3,4%), bem como o aumento da receita proveniente da venda de bens e serviços (incluindo bens de investimento) em +30,7 M€ (+ 3,1%), reforçaram a tendência para o crescimento gradual da receita municipal verificado desde 2015 e com maior impacto em 2107;
- Dada a diminuição global da receita proveniente dos empréstimos bancários, a receita efetiva⁴⁰ cresceu 250,6 milhões de euros (+3,2%). O montante de 7 997,3M€ de receita efetiva assinalado em 2018 traduziu-se no maior volume de receita efetiva cobrada desde 2008 e representou 93,6% da receita total auferida pelos municípios, reforçando a sustentabilidade do sector autárquico considerado na sua globalidade;

⁴⁰ Receita total deduzida de passivos financeiros

- Observando as rubricas orçamentais que apresentaram diminuição do volume de cobrança, anotam-se os já assinalados passivos financeiros, que registaram -18,5M€ (-3,3%) e os rendimentos de propriedade que apresentaram decréscimo de -19,1M€ (-7%);
- Observando a evolução dos dois grandes grupos em que a receita se agrega: receita corrente e receita de capital, constata-se que em 2018, apresentaram uma taxa de crescimento semelhante, uma vez que, sendo negativa a taxa de de evolução dos passivos financeiros, os mesmos não foram determinantes para a evolução da receita de capital. Assim, a receita corrente cresceu +2,8% (+ 199,2M€) e a receita de capital cresceu +2,7% (+31,4M€);
- Entre 2008 e 2018, a receita total dos municípios cresceu +10,2% (+792,7 M€) e a receita efetiva aumentou +11,3% (+812,8M€).

Principais grandes grupos de receita

O comportamento das receitas compreender-se-á melhor através da análise mais particularizada das suas componentes económicas, leitura proporcionada pelos quadros a seguir apresentados. Agregando as receitas correntes e de capital da mesma natureza económica, obtém-se os seguintes dois quadros evolutivos das diferentes tipologias de receita e da estrutura das mesmas.

Quadro 2.11 – Evolução das principais receitas entre 2008 e 2018

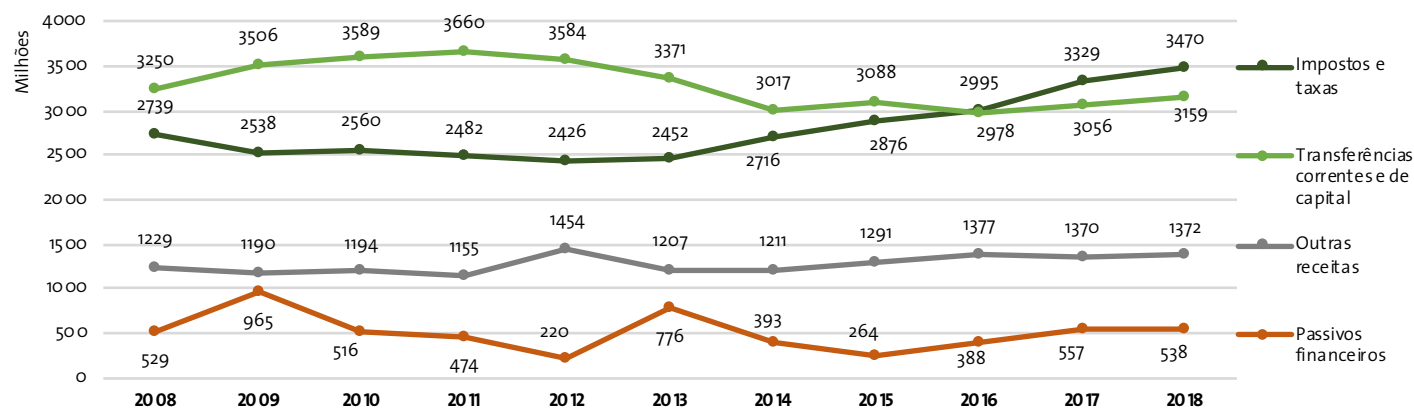
Unidade: milhões de euros

Receitas	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	Δ 17-18 %
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Receitas Fiscais	2 739,1	2 537,6	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2 452,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	3 329,2	3 470,2	4,2%
Transferências Totais	3 250,0	3 505,8	3 588,6	3 659,9	3 584,0	3 370,9	3 016,7	3 087,6	2 977,7	3 055,7	3 158,9	3,4%
Passivos Financeiros	528,8	965,0	516,4	474,3	220,1	776,3	392,8	263,7	388,3	556,7	538,2	-3,3%
Outras Receitas	1 229,0	1 189,5	1 194,1	1 155,4	1 453,6	1 175,6	1 211,2	1 290,7	1 377,1	1 369,9	1 372,3	0,2%
Total	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 774,8	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6	2,7%

Quadro 2.12 – Evolução do peso das principais receitas na receita total entre 2008 e 2018

Receitas	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	Δ 17-18 %
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Receitas Fiscais	35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%	0,5%
Transferências Totais	42,0%	42,8%	45,7%	47,1%	46,6%	43,4%	41,1%	41,1%	38,5%	36,8%	37,0%	0,2%
Passivos Financeiros	6,8%	11,8%	6,6%	6,1%	2,9%	10,0%	5,4%	3,5%	5,0%	6,7%	6,3%	-0,4%
Outras Receitas	15,9%	14,5%	15,2%	14,9%	18,9%	15,1%	16,5%	17,2%	17,8%	16,5%	16,1%	-0,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	0,0%

Gráfico 2.02 – Evolução do volume de cobrança das diferentes componentes da receita entre 2008 e 2018



Da observação dos Quadros 2.11 e 2.12 e do Gráfico 2.02 constata-se em relação ao ano de 2018, que:

- As receitas provenientes de Impostos e Taxas continuaram a superar o montante total de Transferências Correntes e de Capital. A diferença foi de +311,3M€ apesar das transferências, no seu conjunto, terem apresentado um acréscimo de +3,4% , isto é, superior em +0,8% ao verificado no ano anterior;
- As receitas fiscais no total de 3 470,2M€ mantiveram a tendência de crescimento, com uma coleta superior em +141M€ (+4,2%) à verificada no ano anterior, embora a um ritmo menos acelerado, uma vez que em 2017 a taxa homóloga de crescimento foi de +11,2%;
- As receitas fiscais continuaram a apresentar o maior volume de receita autárquica, aumentando o seu peso para 40,6% da receita total e mantendo, assim, em segundo lugar a receita proveniente das transferências totais. Estas, com o peso de 37% (+0,2% que o verificado em 2017) na receita total, tinham passado de primeira para segunda receita municipal já em 2016;
- O peso dos passivos financeiros (empréstimos obtidos) na receita total foi de 6,3%, apresentando uma descida relativa de -0,4%,

em relação ao ano anterior.

Seguindo o procedimento de Anuários anteriores, apresenta-se desagregada por natureza económica, a receita das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente, nos Gráficos 2.02.A e 2.02.M.

Os Gráficos 2.02.A e 2.02.M mostram a evolução das componentes da receita das Regiões Autónomas, podendo-se constatar a diferença de comportamento dos diferentes grupos de receita entre as duas regiões, nomeadamente no que se refere à variação dos passivos financeiros.

Da observação daqueles gráficos assinala-se:

- Aumento das transferências do Orçamento de Estado quer para os municípios Açorianos, quer para os municípios da Madeira, com maior taxa de crescimento para a Região dos Açores;
- Aumento das receitas fiscais próprias na Região dos Açores e diminuição das mesmas na Região da Madeira;
- Acentuado aumento do volume de empréstimos bancários na Região da Madeira e ligeiro aumento na Região dos Açores.

Gráfico 2.03 – Estrutura da receita cobrada em 2008, 2017 e 2018

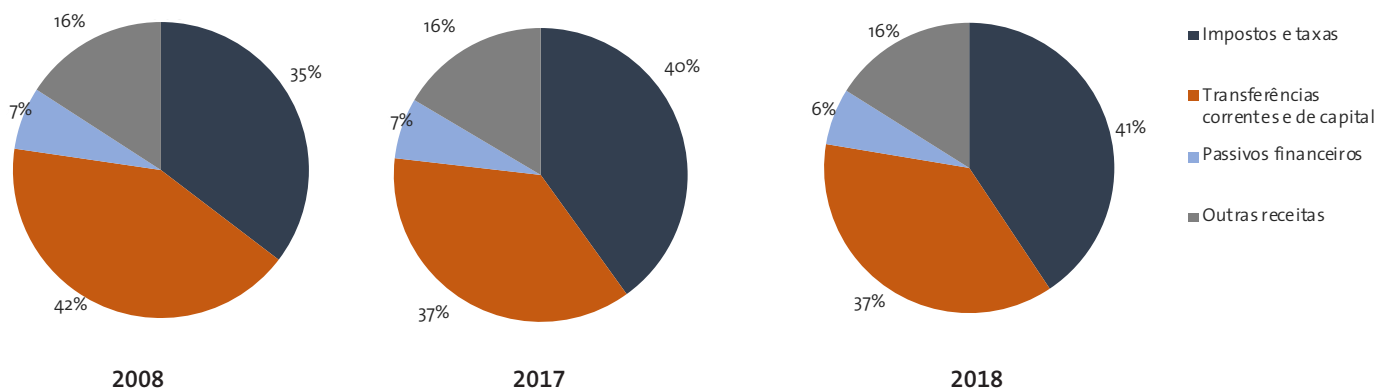


Gráfico 2.02.A – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2008 e 2018

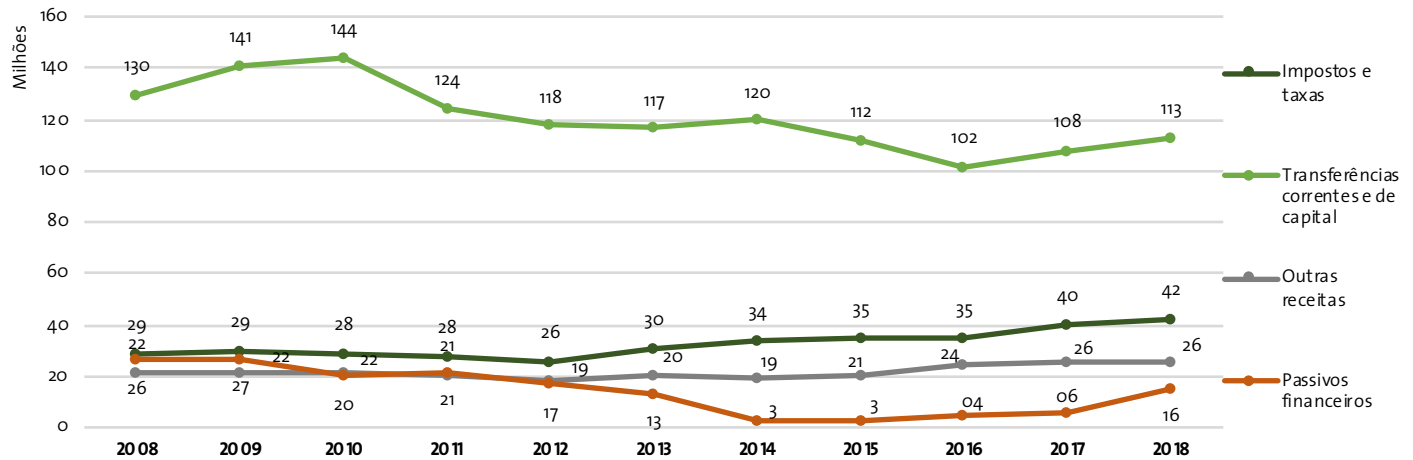
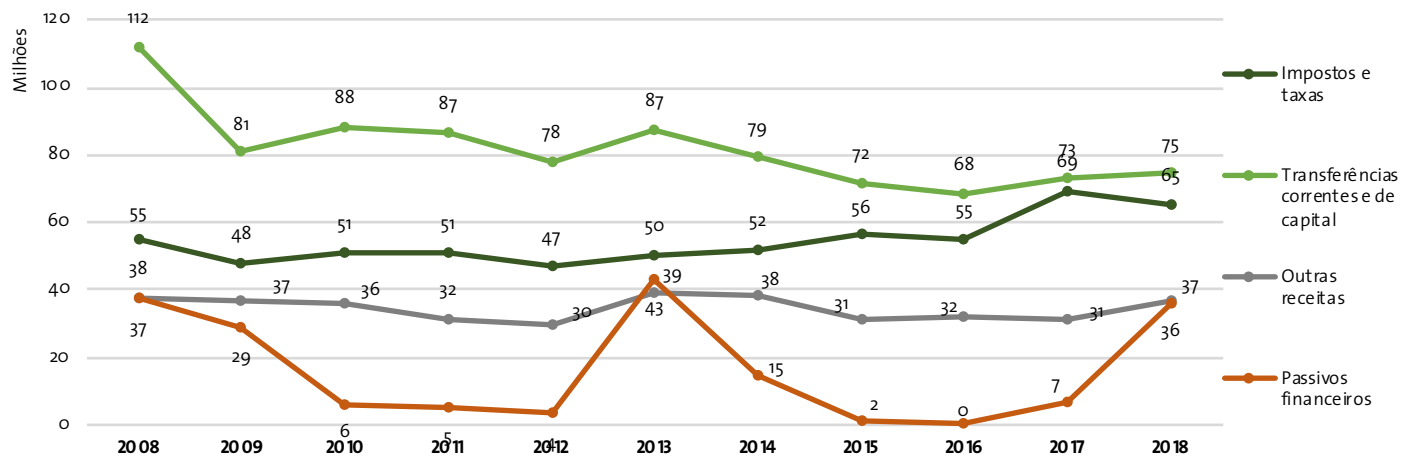


Gráfico 2.02.M – Volume de cobrança das diferentes componentes da receita dos Municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2008 e 2018



Quadro 2.13 – Estrutura das Receitas Cobradas no ano de 2018 por grupo de municípios

Unidade: milhões de euros

Receitas	Pequenos		Médios		Grandes		Todos os municípios	
Nº de municípios	186	–	98	–	24	–	308	–
Impostos e taxas	347,9	17,4%	1 211,6	37,2%	1 910,7	58,1%	3 470,2	40,6%
Rendimentos de propriedade	65,9	3,3%	98,7	3,0%	90,3	2,7%	255,0	3,0%
Transferências correntes	1 024,8	51,3%	998,7	30,7%	620,6	18,9%	2 644,0	31,0%
Vendas de bens e serviços	199,3	10,0%	377,4	11,6%	334,7	10,2%	911,4	10,7%
Outras receitas correntes	13,4	0,7%	26,9	0,8%	32,8	1,0%	73,1	0,9%
Total de Receitas Correntes	1 651,3	82,6%	2 713,2	83,4%	2 989,2	90,9%	7 353,7	86,1%
Venda de bens de investimento	10,5	0,5%	24,5	0,8%	63,2	1,9%	98,2	1,2%
Transferências de capital	227,3	11,4%	202,1	6,2%	85,5	2,6%	514,9	6,0%
Ativos financeiros	0,6	0,0%	1,0	0,0%	2,6	0,1%	4,1	0,0%
Passivos financeiros	104,9	5,2%	300,1	9,2%	133,1	4,1%	538,2	6,3%
Outras receitas de capital	2,5	0,1%	11,0	0,3%	10,9	0,3%	24,4	0,3%
Total de Receitas de Capital	345,7	17,3%	538,7	16,6%	295,4	9,0%	1 179,8	13,8%
Reposições não abatidas aos pagamentos	1,4	0,1%	1,9	0,1%	2,8	0,1%	6,0	0,1%
Total de Receitas	1 998,3	100%	3 253,9	100%	3 287,4	100%	8 539,6	100%
% do Total da Receita Autárquica	23,4%	–	38,1%	–	38,5%	–	100%	–
Total das Receitas Efetivas	1 892,9	94,7%	2 952,8	90,7%	3 151,6	95,9%	7 997,3	93,6%
% do Total da Receita Autárquica	23,7%	–	36,9%	–	39,4%	–	100%	–
Saldo da Gerência anterior	183,3		398,5		544,5		1 126,3	
Total	2 181,6		3 652,4		3 831,9		9 665,9	

Estrutura das receitas cobradas por grupos de municípios, em termos nacionais

O Quadro 2.13 mostra o peso da receita registada em cada rubrica económica no total da receita cobrada, por grupo de municípios, revelando a importância que cada uma dessas receitas reveste em cada um desses agrupamentos.

Analisando os dados constantes do Quadro 2.13 verifica-se, em relação à receita total autárquica do ano de 2018:

– A principal fonte de receita dos **municípios de pequena dimensão** são as **transferências correntes e de capital** que, agregadas, representaram 63% da receita cobrada por estes municípios. Neste grupo de municípios a **receita fiscal representou apenas 17,4%** do valor total arrecadado e os **passivos financeiros 5,2%**;

– Situação inversa ocorreu com os **municípios de grande dimensão**: **58,1% da sua receita proveio da receita fiscal e 21,5% do conjunto das transferências**;

– Relativamente aos municípios **de média dimensão** constata-se que o **peso das receitas fiscais foi superior ao peso da totalidade das transferências em +0,2%**, com as primeiras a representarem 37,2% da receita auferida pelo conjunto destes municípios e, as segundas, a representarem 37%;

– **A comparação do peso das duas principais componentes da receita, impostos e taxas e transferências correntes e de capital, entre os municípios de grande dimensão e os de pequena dimensão, revela a grande diferença de autonomia financeira existente entre eles.** Efetivamente, enquanto o peso da receita proveniente do total das transferências representou para os municípios de pequena dimensão 63% da receita total, para os municípios de grande dimensão representou apenas 21,5%, sendo que para os primeiros o montante das receitas fiscais representou 17,4% da receita total e para os segundos 58,1% da mesma;

– No conjunto dos municípios de média dimensão, o peso das

transferências no volume de receitas totais (37%) foi semelhante ao peso das receitas fiscais (37,2%). Esta estrutura financeira torna este grupo de municípios mais dependente do recurso ao crédito, como atesta o facto do volume de empréstimos bancários ter representado, em média, 9,2% da receita total, apesar do decréscimo global do recurso ao crédito em 2018.

Ainda se poderá concluir dos dados apresentados, que:

- Os 24 municípios de grande dimensão contribuíram para 38,5% da receita total autárquica, sendo o peso da sua população residente 43,7% da população total. Participaram, ainda, para 39,4% do total das receitas efetivas;
- Os 98 municípios de média dimensão obtiveram 38,1% da receita total autárquica, quando o peso da sua população residente é de 46,6% da população total. Contribuíram para 36,9% das receitas efetivas;

– Os 186 municípios de pequena dimensão auferiram 23,4% de toda a receita municipal, sendo que o peso da sua população residente representa 15,7% da população total. Relativamente às receitas efetivas, auferiram de 23,7% das mesmas.

2.2.2.2. Estrutura e evolução das transferências recebidas pelos municípios

Sendo as **transferências** essencialmente compostas por **transferências do Orçamento de Estado (OE)** e por **Fundos Comunitários**, entende-se pertinente apresentar o desdobramento destas duas componentes, analisando também a sua evolução e respetivas taxas de variação.

O Quadro 2.14 mostra a evolução das Transferências do Orçamento de Estado e as Comunitárias entre 2008 e 2018, sendo que o Quadro 2.15 mostra as respetivas variações.

Quadro 2.14 – Principais transferências recebidas pelos municípios

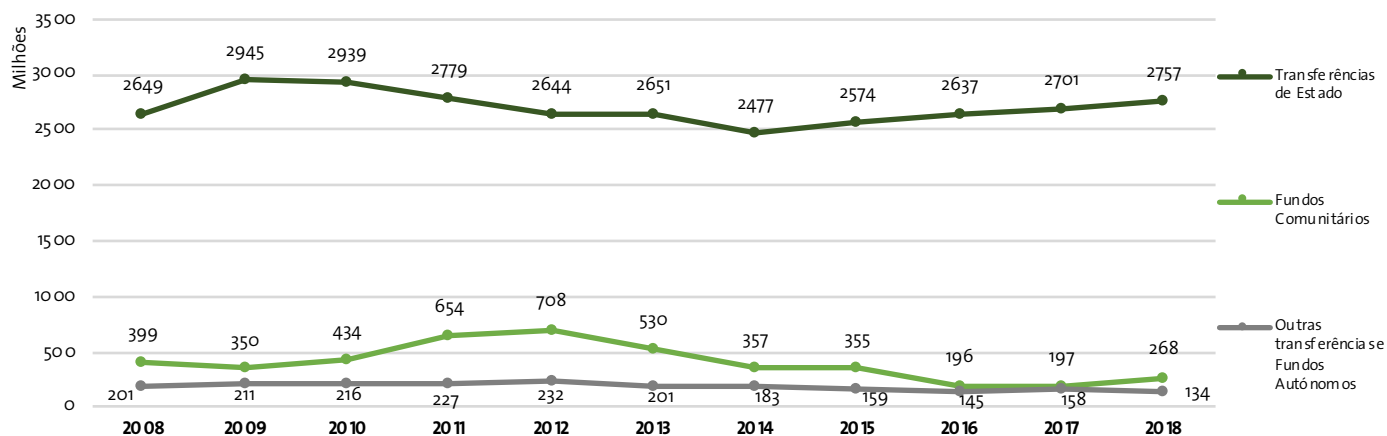
Unidade: milhões de euros

Transferências Totais	Montantes Recebidos (M€)										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Transferências do Estado	2 649,5	2 945,0	2 938,6	2 779,2	2 644,0	2 650,6	2 477,0	2 574,2	2 637,0	2 700,6	2 757,5
Fundos Comunitários	399,1	350,2	434,0	653,5	707,9	530,2	357,1	354,6	195,9	197,5	267,6
Fundos Autónomos	74,4	88,4	84,8	77,1	66,5	64,1	72,3	58,0	56,6	56,7	64,3
Outras transferências	127,0	122,3	131,3	150,1	165,6	126,0	110,3	100,8	88,1	101,0	69,5
Total Transferências	3 250,0	3 505,8	3 588,6	3 659,9	3 584,0	3 370,9	3 016,7	3 087,6	2 977,7	3 055,7	3 158,9

Quadro 2.15 – Variação das principais transferências recebidas pelos municípios

Transferências totais	Variação da receita em M€									
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
Transferências do Estado	295,5	-6,4	-159,3	-135,2	6,5	-173,5	97,2	62,9	63,5	56,9
Fundos Comunitários	-48,9	83,8	219,5	54,4	-177,8	-173,1	-2,5	-158,7	1,6	70,1
Fundos Autónomos	14,0	-3,6	-7,7	-10,6	-2,4	8,2	-14,2	-1,4	0,1	7,6
Outras transferências	-4,7	9,0	18,8	15,5	-39,6	-15,8	-9,5	-12,7	12,9	-31,4
Total Transferências	255,8	82,8	71,3	-75,9	-213,2	-354,2	70,9	-109,9	78,1	103,2
Transferências totais	Taxa de variação da receita									
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
Transferências do Estado	11,2%	-0,2%	-5,4%	-4,9%	0,2%	-6,5%	3,9%	2,4%	2,4%	2,1%
Fundos Comunitários	-12,3%	23,9%	50,6%	8,3%	-25,1%	-32,6%	-0,7%	-44,8%	0,8%	35,5%
Fundos Autónomos	18,8%	-4,1%	-9,1%	-13,7%	-3,6%	12,8%	-19,7%	-2,4%	0,2%	13,4%
Outras transferências	-3,7%	7,3%	14,3%	10,3%	-23,9%	-12,5%	-8,6%	-12,6%	14,6%	-31,1%
Total Transferências	7,9%	2,4%	2,0%	-2,1%	-5,9%	-10,5%	2,4%	-3,6%	2,6%	3,4%

Gráfico 2.04 – Evolução das principais transferências recebidas pelos municípios



Em relação aos quadros e gráfico apresentados pode-se concluir:

- As transferências do Orçamento de Estado (OE) na sua globalidade apresentaram uma forte descida em 2011 (-5,4%), em 2012 (-4,9%) e em 2014 (-6,5%). Têm crescido desde 2015 até ao ano presente económico, respetivamente às taxas de: +3,9%, +2,4%, +2,4% e 2,1%;
- As transferências provenientes dos Fundos Comunitários baixaram intensamente em 2013 e 2014 (-25,1% e -32,6%), menos em 2015 (-0,7%), registando-se em 2016 a menor receita de Fundos Comunitários desde 2008, ao totalizar apenas 196 milhões de euros⁴¹. Em 2018 manteve-se a subida desta receita já iniciada no ano anterior, ao registar-se, pelo conjunto de municípios, 267,6M€ de fundos comunitários, isto é, um acréscimo de +35,5%;
- As restantes transferências provenientes de Outras Transferências e de Fundos Autónomos associadas, essencialmente, ao desenvolvimento de projetos municipais subsidiários das competências do Estado, baixaram, em conjunto, -15,1%, isto é, -23,8M€. Na totalidade foi auferido pelos municípios nestas duas rubricas, em 2018, a verba de 133,9M€.

⁴¹ Em 2012 registou-se um total de 708 milhões de euros de apoios comunitários, o maior volume de transferências desta natureza verificado nos últimos dez anos.

2.2.2.3. Evolução das principais componentes da Receita Fiscal

Sendo a Receita Fiscal a segunda maior categoria de receita autárquica para a globalidade dos municípios e, em alguns casos, a maior receita, importará verificar também como se comportaram as suas principais variáveis, sendo que, em pontos subsequentes deste Anuário procederemos à análise da evolução dos impostos diretos que mais têm contribuído financeiramente para a atividade municipal, dando-se especial destaque ao IMI e IMT.

O Quadro 2.16, a seguir apresentado, mostra a evolução das receitas fiscais desagregadas pelas suas três componentes: impostos diretos⁴²; impostos indiretos⁴³ e taxas multas e outras penalidades. O Quadro 2.17 realça o valor da diferença entre o montante orçado e o cobrado em 2018, nas três rubricas económicas que compõem a receita fiscal.

⁴² Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC), Impostos Municipais sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Derrama, Impostos abolidos e Impostos diretos diversos.

⁴³ Impostos indiretos específicos das autarquias locais, são taxas e licenças aplicadas a empresas e outras entidades coletivas. Tratam-se de taxa relativas a: mercados e feiras, loteamentos e licenças de obras, ocupação da via pública, publicidade, saneamento, utilização da rede viária municipal ou arrendamento urbano (...)

Quadro 2.16 – Valor das componentes da receita fiscal cobrada entre 2008 e 2018

Unidade: milhões de euros

	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mand. 18-21	Δ 17-18 %
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Impostos diretos	2 278,8	2 167,9	2 177,5	2 113,7	2 088,9	2 144,5	2 424,2	2 566,0	2 664,1	2 897,9	3 100,3	7,0%
Impostos indiretos	229,5	162,5	158,4	134,1	134,9	128,0	107,1	121,6	118,8	132,3	149,8	13,2%
Taxas, multas e outras penalidades	230,7	207,2	224,5	234,2	201,9	179,6	185,1	188,7	212,0	299,0	220,1	-26,4%
Total	2 739,1	2 537,6	2 560,4	2 482,0	2 425,7	2 452,1	2 716,5	2 876,4	2 995,0	3 329,2	3 470,2	4,2%

Quadro 2.17 – Grau de execução da receita fiscal em 2018

Unidade: milhões de euros

Receita fiscal	Receita prevista	Receita cobrada	Diferença	Grau de execução
Impostos diretos	2 815,3	3 100,3	285,0	110,1%
Impostos indiretos	129,1	149,8	20,7	116,1%
Taxas, multas e outras penalidades	239,2	220,1	-19,2	92,0%
Total	3 183,6	3 470,2	286,6	109,0%

– Para a generalidade dos municípios, **o ano de 2018 foi um bom ano de receita fiscal** pois apresentou, na globalidade, **uma execução orçamental de 109%, arrecadando na totalidade 3 470,2M€, isto é, +286,6 M€ que o previsto.** Para esta boa realização fiscal, contribuíram, essencialmente, **os impostos diretos que ao registarem a coleta de 3 100,3M€ cresceram +202M€ (+ 7%)** e **os impostos indiretos que com o total de 149,8 M€ cresceram +13,2% (+18 M€).** **Ambas estas receitas fiscais apresentaram uma taxa de execução superior a 100%, isto é, 110,1% e 116,1%, respetivamente.** Anota-se que o volume de taxas multas e outras penalidades baixou -79M€, apresentando uma taxa de variação de -26,4%, sendo que, mesmo nestas circunstâncias, apresentou uma execução orçamental de 92,0%.

– Já em pontos anteriores se referiu a importância da receita fiscal no total da receita autárquica ao contribuir, em média, para 40,6% da mesma, pese embora este peso varie com a dimensão do município. Nos municípios de pequena dimensão esta média situou-se em 17,4% da receita total, nos municípios de média dimensão 37,2% e nos de grande dimensão para 58,1%. São situações, como se

pode apreciar, fortemente díspares, que diferenciam bastante os municípios quanto à sua autonomia e sustentabilidade financeira, acentuando a desigualdade de oportunidades de oferta de serviço público.

– Analisando a estrutura da receita fiscal, os impostos diretos contribuíram para 89,3% da mesma (3 100,3M€), tendo os impostos indiretos pesado, apenas, 4,3% (149,8M€) e as taxas, multas e outras penalidades 6,3% (220,1M€). Face a esta situação interessará analisar mais pormenorizadamente as componentes dos impostos diretos.

O Ranking R5 hierarquiza os 35 municípios que, em 2018, apresentaram maior peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças na receita total cobrada.

R5 – Municípios que em 2018 apresentaram maior peso de receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada

	Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Portimão	M	56,1%	47,0%	51,8%	54,8%	60,2%	64,3%	67,2%	64,9%	41,4%	28,0%	72,9%
2	Porto	G	60,9%	51,4%	55,2%	54,2%	56,9%	51,6%	61,9%	58,7%	52,8%	58,9%	70,0%
3	Cascais	G	71,3%	61,3%	61,1%	57,9%	57,4%	70,1%	75,7%	81,2%	79,5%	72,2%	69,7%
4	Lisboa	G	69,8%	57,2%	68,5%	63,4%	42,0%	52,8%	58,5%	58,8%	68,4%	68,1%	67,7%
5	Loulé	M	67,3%	55,0%	54,1%	55,8%	55,2%	51,6%	68,7%	67,7%	63,5%	65,9%	66,4%
6	Oeiras	G	61,2%	69,3%	66,5%	66,0%	61,6%	67,7%	67,7%	62,9%	59,2%	62,3%	66,4%
7	Faro	M	45,6%	39,6%	51,7%	45,0%	53,0%	51,6%	38,1%	57,1%	62,2%	42,8%	64,9%
8	Maia	G	58,4%	53,6%	56,0%	57,9%	62,2%	61,2%	59,9%	51,6%	66,2%	64,8%	63,3%
9	Tavira	M	51,8%	35,7%	50,1%	40,7%	47,5%	45,5%	51,3%	51,9%	56,8%	56,8%	63,0%
10	Porto Santo	P	44,1%	39,7%	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%	51,5%	62,7%
11	Coimbra	G	47,6%	45,0%	48,7%	45,5%	43,9%	49,7%	57,8%	58,8%	58,2%	66,5%	61,5%
12	Lagos	M	61,3%	40,4%	44,5%	50,5%	54,3%	42,2%	58,5%	57,9%	59,8%	61,7%	61,5%
13	Montijo	M	59,7%	42,2%	47,7%	47,9%	50,1%	48,5%	49,6%	49,1%	49,9%	52,3%	61,2%
14	Sintra	G	61,3%	55,6%	43,6%	54,7%	50,8%	53,5%	56,7%	59,8%	58,5%	60,7%	60,0%
15	Almada	G	54,6%	51,0%	45,7%	49,4%	52,1%	51,7%	55,7%	53,8%	56,8%	59,0%	59,9%
16	Azambuja	M	24,8%	34,5%	29,2%	30,3%	32,3%	31,1%	44,7%	43,2%	38,2%	51,0%	58,5%
17	Mafra	M	58,2%	41,5%	41,7%	44,9%	45,1%	42,4%	51,4%	53,6%	55,3%	56,8%	57,8%
18	Alcochete	P	53,9%	39,0%	48,9%	35,8%	37,5%	44,4%	46,6%	54,5%	49,4%	51,8%	57,7%
19	Lagoa (Algarve)	M	54,8%	49,4%	51,5%	53,5%	52,6%	41,3%	50,7%	55,7%	53,3%	52,1%	56,7%
20	Vila Nova de Gaia	G	41,2%	40,4%	51,1%	44,6%	46,3%	43,4%	49,8%	54,8%	42,6%	60,5%	56,4%
21	Vila Real Sto. António	P	27,7%	26,3%	17,4%	33,1%	41,4%	48,1%	13,4%	50,9%	38,7%	48,2%	56,3%
22	Loures	G	58,8%	43,5%	53,1%	48,4%	44,6%	45,4%	48,5%	47,9%	51,6%	52,0%	55,8%
23	Albufeira	M	63,7%	49,2%	47,8%	48,8%	46,3%	43,6%	52,6%	60,3%	51,0%	56,5%	55,4%
24	Odivelas	G	57,0%	55,6%	49,8%	51,8%	48,4%	53,2%	49,5%	52,2%	52,1%	52,3%	54,9%
25	Grândola	P	40,0%	44,6%	55,1%	29,6%	35,5%	40,0%	46,8%	45,1%	40,1%	58,8%	54,7%
26	Leiria	G	40,0%	39,1%	44,1%	43,7%	44,6%	46,8%	50,0%	50,4%	48,7%	53,2%	54,3%
27	Caldas da Rainha	M	44,0%	33,0%	40,3%	43,6%	41,9%	44,1%	39,5%	44,4%	48,9%	48,6%	54,2%
28	Matosinhos	G	52,2%	44,7%	46,2%	40,5%	43,8%	47,7%	50,3%	51,7%	43,4%	46,3%	53,6%
29	Vila Franca de Xira	G	49,6%	46,7%	45,4%	38,0%	38,9%	37,0%	43,5%	46,4%	46,7%	46,3%	53,3%
30	Palmela	M	59,1%	43,2%	46,4%	48,6%	45,5%	48,9%	55,6%	54,7%	52,3%	53,4%	52,9%
31	Sesimbra	M	50,1%	47,4%	48,7%	41,8%	36,5%	33,0%	45,1%	48,1%	46,9%	49,2%	52,2%
32	Ovar	M	41,6%	36,4%	30,7%	31,6%	32,3%	39,8%	51,2%	44,3%	47,7%	47,9%	51,7%
33	Santa Maria da Feira	G	37,5%	31,0%	34,5%	37,1%	41,1%	32,6%	41,1%	44,1%	47,0%	48,6%	51,2%
34	Braga	G	49,9%	41,3%	41,0%	43,7%	42,5%	37,6%	43,0%	45,5%	50,7%	53,1%	50,8%
35	Aveiro	M	28,6%	32,5%	43,2%	53,2%	48,4%	48,8%	46,5%	51,9%	62,7%	27,6%	50,5%
Peso médio dos 308 Municípios			35,4%	31,0%	32,6%	31,9%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,7%	40,1%	40,6%

Do *Ranking* R5, há a anotar que:

- Em 2018, pela primeira vez, na lista dos 35 municípios com maior peso de receitas fiscais, no total da receita cobrada, todos apresentaram este rácio com valor superior a 50%;
- O município de Portimão surge inesperadamente na primeira posição desta lista, fruto de uma forte descida da receita total (-57,7%) resultante da redução abrupta da receita creditícia (o montante registado em passivos financeiros em 2018 baixou relativamente ao ano anterior -84,9M€) e da manutenção do elevado nível de cobrança de impostos diretos (43,2M€, isto é, +10,4%) fazendo, assim, com que a receita fiscal adquirisse o peso de 72,9%;
- Outros municípios aparecem nesta lista com uma alteração significativa do peso da receita fiscal na receita total, de 2017 para 2018. São os casos de: Porto, cujo peso da receita fiscal passou de 58,9% para 70%; Faro que se altera de 42,8% para 64,9%; de Porto Santo que cresce de 51,5% para 62,7% e de Aveiro que aumenta de 27,6% para 64,9%;
- Relativamente à cidade do Porto anota-se que a receita fiscal cresceu +25% (+31,6M€) devido ao exponencial crescimento do IMT (+17,3M€, +39%), dos impostos diretos (+6,1M€, +64,2%) e da coleta das taxas, multas e outras penalidades (+6,6M€, +81,9%). Este aumento extraordinário da carga fiscal associado ao decréscimo da receita da venda de bens e serviços (-10,5M€) e de outras receitas de capital (-13,8M€), permitiu o aumento e peso dos impostos e taxas municipais nas receitas totais da autarquia em +11,1%.
- No que respeita ao município de Faro, o aumento em +22,1% do peso da receita fiscal na receita total do município deveu-se ao acréscimo da receita de IMT(+4M€, +17,4%) conjugado com a descida da receita total de -12M€ (- 22,5%) provocada pela inexistência de empréstimos bancários, em contra ciclo com o ocorrido em anos anteriores, nomeadamente em 2017 ao utilizarem financiamentos no total de 13M€;
- Quanto ao município de Aveiro, o extraordinário aumento do peso das receitas fiscais na receita total do município adveio da conjugação de uma forte descida da receita global (-36,9M€, -31,8%) - face à diminuição do recurso ao crédito bancário (-50,9M€) - com um aumento relevante da receita fiscal (+8M€, +25,1%) derivado ao acréscimo dos impostos indiretos em +142,1% (+2,3M€), do IMT (+4,4M€, +115,8%) e do IMI (+1,1M€, +5,8%);

– Finalmente, no que se refere a Porto Santo, o aumento do peso da receita fiscal esteve associado ao aumento extraordinário do volume de impostos indiretos, os quais passaram de um valor de 16,8 milhares de euros em 2017 para 1 014,6 milhares de euros em 2018, originando um acréscimo de +5 894% (997,7milhares de euros)⁴⁴.

Os quadros seguintes mostram, para nas Regiões Autónomas, o peso da coleta dos impostos na restante receita autárquica. O *Ranking* R5. A refere-se aos municípios Açorianos e o *Ranking* R5.M, aos municípios Madeirenses.

Observando a informação prestada para 2018 anota-se:

- Em relação aos municípios dos Açores, a receita municipal, na sua generalidade, dependeu muito pouco das receitas de impostos e taxas, sendo exceção o município de Ponta Delgada que apresentou um peso de receitas fiscais de 40,7%, valor superior ao índice nacional de 40,6%. Em todos os restantes municípios desta Região, a importância da receita de impostos ficou bastante aquém do peso médio nacional;
- Relativamente aos municípios da Madeira, releva-se peso de 62,7% (+11,2pp ao apresentado em 2017) das receitas fiscais, nas receitas totais, apresentado pelo município de Porto Santo, valor bastante superior ao da média nacional. Todos os restantes municípios madeirenses apresentaram uma estrutura de receita em que o peso da receita fiscal foi manifestamente inferior ao peso médio nacional. Acresce referir que, os municípios do Funchal e Santa Cruz apresentaram uma forte diminuição do peso das receitas fiscais na estrutura da receita, devido a um grande aumento dos passivos financeiros ao contratualizarem, respetivamente, + 20,8M€ e +8,8 M€.

⁴⁴ No Relatório de Gestão consta o seguinte como justificação deste extraordinário aumento: “os impostos indiretos, com um valor absoluto de 1.014.828,35 euros, tiveram enorme aumento face aos anos anteriores devido quase na totalidade, à arrecadação e regularização da Taxa Municipal de Direitos de Passagem dos anos de 2016 a 2018 associada à Iluminação Pública do Município do Porto Santo. Não podemos deixar de referir ao aumento de 79.330,79 euros face a 2017 relativo às receitas com Loteamentos e obras, verificando assim um aumento expressivo das obras particulares”.

R5.A – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Ponta Delgada	M	29,1%	32,5%	32,5%	38,2%	33,4%	38,2%	37,9%	38,0%	37,4%	39,3%	40,7%
2 Angra do Heroísmo	M	17,7%	16,7%	16,7%	15,0%	21,1%	15,0%	21,7%	19,2%	26,6%	28,3%	26,8%
3 Vila Franca do Campo	P	11,9%	17,3%	17,3%	5,8%	5,8%	5,8%	21,5%	17,7%	27,1%	27,5%	26,1%
4 Horta	P	17,5%	13,4%	13,4%	16,4%	17,7%	16,4%	18,2%	17,4%	24,7%	23,1%	25,8%
5 Lagoa (R.A.A)	P	13,0%	14,5%	14,5%	12,1%	15,1%	12,1%	18,7%	19,1%	22,6%	24,5%	25,6%
6 Praia da Vitória	M	9,2%	8,8%	8,8%	11,8%	12,7%	11,8%	22,0%	15,4%	18,4%	17,2%	19,0%
7 Ribeira Grande	M	10,0%	7,8%	7,8%	11,8%	9,0%	11,8%	16,7%	16,3%	15,6%	16,0%	18,8%
8 Povoação	P	9,8%	8,2%	8,2%	5,7%	8,7%	5,7%	10,9%	11,9%	15,1%	16,2%	17,0%
9 Santa Cruz da Graciosa	P	6,1%	5,9%	5,9%	6,7%	5,5%	6,7%	11,6%	10,3%	14,6%	16,0%	14,4%
10 Madalena	P	5,2%	5,3%	5,3%	8,1%	8,7%	8,1%	10,2%	9,4%	13,6%	13,8%	14,2%
11 São Roque do Pico	P	5,9%	4,6%	4,6%	4,6%	7,4%	4,6%	12,5%	10,3%	12,4%	12,6%	13,1%
12 Vila do Porto	P	8,9%	5,4%	5,4%	8,3%	7,6%	8,3%	11,8%	12,2%	12,4%	13,0%	11,9%
13 Calheta (R. A. A.)	P	4,7%	2,0%	2,0%	5,7%	7,2%	5,7%	11,4%	10,7%	10,7%	10,5%	9,8%
14 Lajes do Pico	P	2,9%	4,9%	4,9%	5,5%	4,0%	5,5%	6,4%	3,9%	8,3%	8,1%	8,9%
15 Velas	P	5,5%	5,8%	5,8%	7,2%	6,3%	7,2%	9,3%	9,5%	8,7%	7,9%	8,2%
16 Santa Cruz das Flores	P	5,3%	4,8%	4,8%	5,2%	6,0%	5,2%	5,4%	5,7%	7,1%	7,0%	7,8%
17 Nordeste	P	4,7%	3,6%	3,6%	4,9%	4,6%	4,9%	6,9%	2,6%	12,6%	15,4%	5,4%
18 Lajes das Flores	P	1,7%	1,2%	1,2%	2,8%	2,0%	2,8%	2,8%	2,9%	5,1%	4,6%	5,1%
19 Corvo	P	0,8%	0,6%	0,6%	0,5%	0,6%	0,5%	1,3%	1,2%	1,4%	4,1%	1,5%
Peso médio municípios da R.A.A.		13,8%	13,4%	13,4%	14,3%	14,5%	16,8%	19,1%	20,3%	21,1%	22,2%	21,6%
Peso médio dos 308 Municípios		35,4%	31,0%	31,0%	31,9%	31,6%	31,5%	37,0%	38,3%	38,7%	40,1%	40,6%

R5.M – Peso das receitas provenientes de impostos, taxas e licenças no total da receita cobrada pelos Municípios da Região Autónoma da Madeira

Município	Dim	Mandato 06-09	Mandato 06-09	Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Porto Santo	P	44,1%	39,7%	44,8%	37,1%	51,5%	28,7%	58,2%	61,2%	49,7%	51,5%	62,7%
2 Santa Cruz	M	20,3%	31,6%	29,9%	32,6%	37,1%	36,2%	20,9%	38,7%	44,2%	48,8%	35,6%
3 Funchal	G	35,4%	37,5%	38,9%	43,2%	38,3%	26,5%	42,6%	47,6%	45,7%	49,6%	34,6%
4 Ponta do Sol	P	10,2%	13,3%	17,8%	15,1%	19,6%	15,7%	21,0%	16,7%	21,0%	25,0%	28,4%
5 Machico	M	13,5%	19,9%	19,8%	16,6%	25,8%	25,9%	13,9%	23,4%	24,7%	26,7%	28,2%
6 Calheta (R. A. M.)	P	12,5%	15,8%	13,0%	13,1%	13,7%	11,3%	16,0%	16,4%	18,5%	25,1%	24,4%
7 Câmara de Lobos	M	15,4%	17,8%	19,1%	18,9%	22,6%	12,3%	19,2%	25,5%	25,3%	21,3%	20,5%
8 Ribeira Brava	P	7,9%	6,4%	12,6%	11,5%	14,2%	14,6%	15,0%	21,9%	19,1%	28,1%	14,8%
9 Santana	P	9,0%	4,5%	9,1%	8,0%	11,5%	10,3%	11,1%	12,5%	11,3%	17,7%	14,2%
10 Porto Moniz	P	4,1%	3,0%	2,8%	3,3%	4,6%	4,9%	7,7%	7,8%	7,2%	16,1%	12,8%
11 São Vicente	P	5,2%	4,2%	8,2%	8,3%	7,5%	12,1%	13,4%	12,4%	13,6%	11,9%	11,3%
Peso médio municípios da R.A.M.		22,6%	24,8%	28,1%	28,1%	29,3%	22,7%	28,2%	35,0%	38,3%	38,3%	30,5%
Peso médio dos 308 Municípios		35,4%	31,0%	32,6%	32,6%	31,9%	31,5%	37,0%	38,3%	40,1%	40,1%	40,6%

2.2.2.3.1 Evolução das componentes dos impostos diretos

Face ao peso que tem sido imputado aos impostos diretos, nas receitas autárquicas, apresenta-se, no Quadro 2.18, a evolução da cobrança de cada uma das suas componentes entre 2008 e 2018.

A informação prestada no quadro anterior foi transcrita para Gráfico 2.05 com vista a permitir uma melhor perceção da evolução das principais componentes da receita fiscal. Assim, a leitura conjugada de ambos permitirá concluir que:

- Em 2018, o valor do **IMI retomou o sentido ascendente verificado entre 2010 e 2015**, ficando, todavia, aquém do valor cobrado em 2015 ao registar-se a receita de 1 509,8 M€ (-23,4M€). **Após uma descida no biénio 2016/ 2017 registou um acréscimo de +54M€ (+3,7%)**, continuando a ser a **maior fonte municipal de receita fiscal ao representar 48,7 % da cobrança de impostos diretos**;
- **A recuperação acentuada do IMT a partir 2014 com reforço extraordinário dessa tendência em 2017 (+30,2%, +198M€) foi confirmada em 2018 com um novo acréscimo de +17,6%** de receita

(+150 M€), ultrapassando a fasquia de 1 mil milhões de euros ao registar-se a receita de 1 003,9M€. O IMT, que esteve em riscos de desaparecer como receita municipal aproximou-se do valor do IMI representado, no ano económico em apreço, **32,4% do total dos impostos diretos obtidos pelo conjunto dos municípios**. Contribuíram para este aumento, mais acentuadamente, os municípios de Lisboa (+4,2M€), Gondomar (+3,4M€), Porto (+2,3M€), Vila Nova de Gaia (+ 1,9M€), Loulé (+1,7M€) e Cascais (+1,6M€) ;

- **A manutenção do aumento do IUC acima dos 6% (+6,5% em 2017 e +6,1% em 2018) continuou a revelar o impacto positivo na economia municipal da renovação do parque automóvel** - um dos indicadores do crescimento económico. Em 2018 a receita de IUC totalizou 276,3M€, +16M€ que o verificado no ano anterior;
- Depois do relevante aumento em 2017 do montante da **Derrama (+17,8%, +48,9M€)** atestando o impacto do crescimento económico, na economia municipal, **em 2018 verificou-se um ligeiro decréscimo global desta receita (- 16M€, 4,8%)** ao registar-se o montante 308,4 M€.

Quadro 2.18 – Valor das receitas componentes dos Impostos Diretos entre 2008 e 2018

Unidade: milhões de euros

Impostos diretos	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mand. 18-21	Variaç. 17-18 %
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)	1 081,6	1 049,9	1 108,4	1 167,9	1 229,2	1 304,5	1 467,1	1 533,2	1 487,9	1 456,2	1 509,8	3,7%
IMT Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)	763,4	610,0	616,1	501,5	385,9	382,0	487,7	583,0	655,5	853,4	1 003,9	17,6%
IUC (Imposto Único de Circulação)	139,0	160,8	170,2	183,8	207,9	260,2	248,5	240,5	244,5	260,5	276,3	6,1%
Derrama	250,5	320,1	267,9	251,7	261,2	207,6	212,3	208,4	275,0	323,9	308,4	-4,8%
Impostos abolidos	40,4	23,2	13,5	7,3	3,4	3,2	8,1	0,8	0,8	3,5	1,4	-58,8%
Impostos diretos diversos	3,8	3,9	1,7	1,1	0,7	0,5	0,6	0,1	0,3	0,4	0,3	-3,3%
Total Impostos diretos (a)	2 278,8	2 167,9	2 177,8	2 113,2	2 088,3	2 158,1	2 424,2	2 566,0	2 664,1	2 897,9	3 100,3	7,0%
IMT/ IMI	70,6%	58,1%	55,6%	42,9%	31,4%	29,3%	33,2%	38,0%	44,1%	58,6%	66,5%	+7,9%
IMI / Total Impostos Diretos	47,5%	48,4%	50,9%	55,3%	58,9%	60,4%	60,5%	59,7%	55,9%	50,2%	48,7%	-1,6%
IMT / Total Impostos Diretos	33,5%	28,1%	28,3%	23,7%	18,5%	17,7%	20,1%	22,7%	24,6%	29,5%	32,4%	+2,9%
(IUC + Derrama + outros) / Total Impostos Diretos	19,0%	23,4%	20,8%	21,0%	22,7%	21,9%	19,4%	17,5%	19,5%	20,3%	18,9%	+1,4%
Total Impostos indiretos e taxas (b)	460,3	369,7	382,9	368,3	336,8	307,6	292,3	310,4	330,9	431,3	369,9	-14,2%
Total Impostos e taxas (c=a+b)	2 739,1	2 537,6	2 560,7	2 481,6	2 425,1	2 465,7	2 716,5	2 876,4	2 995,0	3 329,2	3 470,2	+4,2%
IMI / Total de Impostos e taxas	39,5%	41,4%	43,3%	47,1%	50,7%	52,9%	54,0%	53,3%	49,7%	43,7%	43,5%	-0,2%
IMT / Total de Impostos e taxas	27,9%	24,0%	24,1%	20,2%	15,9%	15,5%	18%	20,3%	21,9%	25,6%	28,9%	3,3%

Gráfico 2.05 – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos entre 2008 e 2018

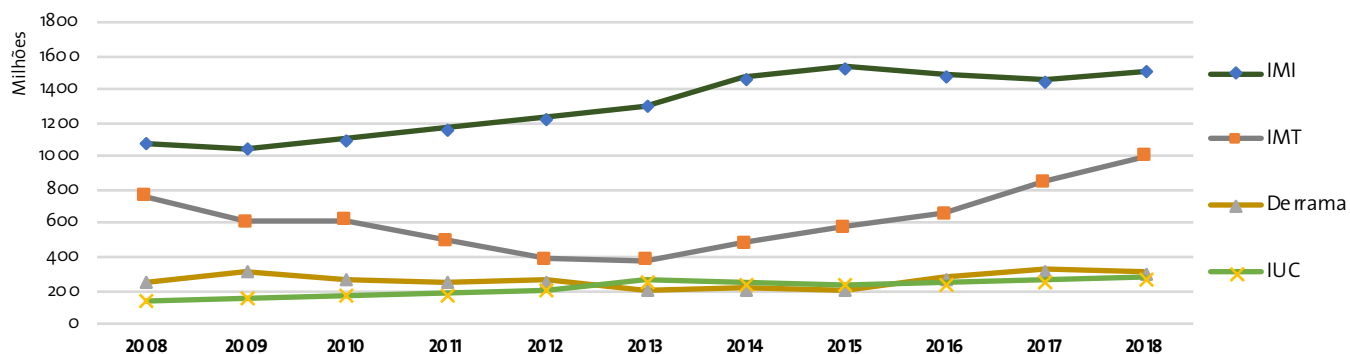


Gráfico 2.05.A – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2008 e 2018

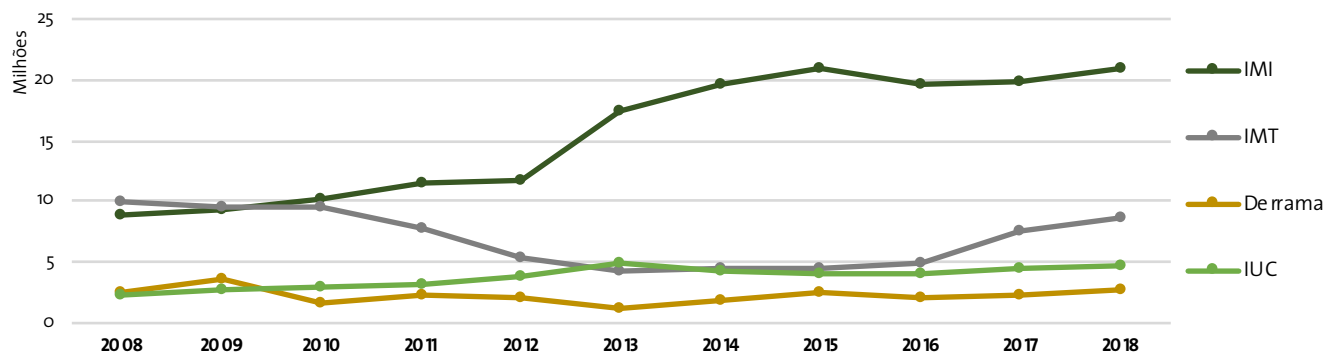
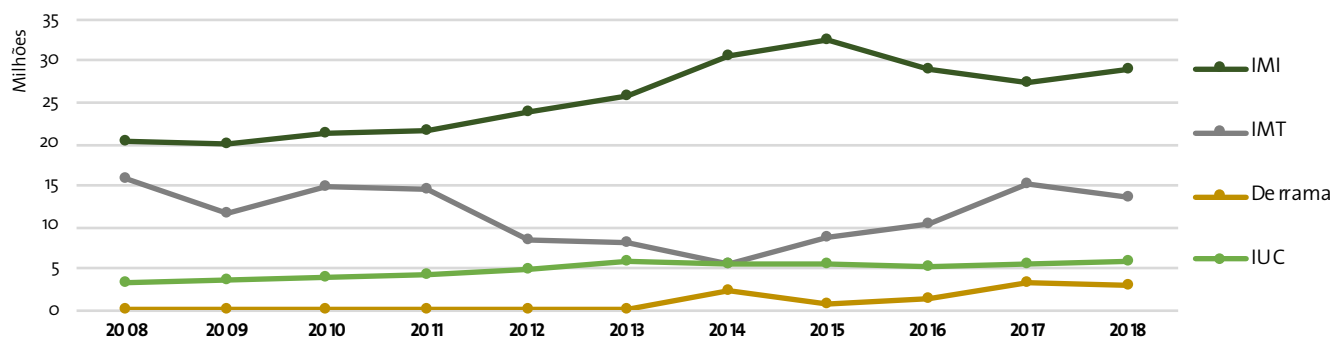


Gráfico 2.05.M – Evolução da cobrança dos Impostos Diretos nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2008 e 2018



Relativamente às Regiões Autónomas, as diferentes componentes da receita fiscal, com exceção do IMI, apresentaram tendência diversa às verificadas no Continente, e, até mesmo, entre as duas regiões autónomas. Estas situações são ilustradas nos Gráficos 2.05.A e 2.05.M.

Da observação dos gráficos anteriores pode-se concluir em relação ao ano económico de 2018, para as Regiões Autónomas:

- O montante de IMI cresceu continuamente entre 2008 e 2015 em ambas as regiões, diminuindo pela primeira vez em 2016. Em 2017, aumentou na Região dos Açores +1,7% (+0,3 M€) e, na Região da Madeira baixou 5,5% (-1,6 M€);
- Em 2018, os valores de cobrança de IMI nas duas Regiões Autónomas cresceram a taxas superiores às apresentadas nos anos anteriores: na Região dos Açores +5,1% (+1,0M€) ao totalizar 21 M€ e na Região da Madeira +5,2% (+1,4M€), ao registar-se um total de 29 M€;
- Em 2018, a coleta de IMT continuou a crescer na Região dos Açores embora a uma taxa bastante inferior à apresentada em 2017. Nesse ano, na Região dos Açores tinha aumentado +56,6% traduzido num acréscimo de +2,7M€. No ano em apreço, a taxa de crescimento foi de +13,6% (+1,0 M€) tendo o IMT atingido o montante de 8,6M€, valor, contudo, inferior ao arrecadado entre 2008 e 2010.
- Relativamente à Região da Madeira constata-se que depois de um acréscimo desta coleta em 2017 de +45,2% (+4,7M€), em 2018 o montante arrecadado de IMT voltou a diminuir em -6,4% (-1,5M€) ao registar-se a coleta global de 13,6M€;

O valor da Derrama, depois de um crescimento em ambas as Regiões no ano e 2017, em 2018 continuou a evoluir positivamente na Região dos Açores (+17,4%, +0,4 M€), mas decresceu na Região da Madeira (-9,7% e -3 M€);

A receita do IUC apresentou sensivelmente o mesmo crescimento na Madeira (+7,4%, +0,4M€) e nos Açores (+7,3%,+0,3M€) estando ao nível da média do crescimento da receita homóloga no conjunto dos municípios a nível nacional. O valor total desta receita em 2018, na Região dos Açores e na Região da Madeira, foi respetivamente de 4,6 M€ e 5,8 M€.

Nos pontos anteriores, apresentou-se uma análise global do com-

portamento das componentes da receita fiscal. Nos pontos subsequentes, apresentar-se-ão os impactos mais relevantes desses comportamentos em diferentes grupos de municípios.

IMI: Impostos sobre Imóveis :Análise do impacto da sua variação por grupos de municípios e repercussões decorrentes da aplicação de taxas mais reduzidas

Da correlação entre a decisão dos municípios sobre o valor da taxa de IMI a aplicar em 2018 – aplicação de um coeficiente de redução do valor da taxa - e a variação do montante total de IMI cobrado, poder-se-á constatar⁴⁵:

- 257 Municípios não diminuíram o valor da taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2008. No entanto, destes, 29 municípios apresentaram diminuição do montante cobrado;
- 51 Municípios decidiram baixar a taxa de IMI a aplicar nas cobranças de 2018, sendo que 26 apresentaram consequente diminuição do valor total cobrado;
- 25 dos municípios que decidiram fazer baixar a taxa de IMI apresentaram aumento do valor desta coleta.

No Quadro 2.19 apresentam-se os municípios que, tendo decidido reduzir o valor da taxa do IMI, apresentaram diminuição global desta receita em 2018. Estiveram nesta situação 26 municípios com diferentes variações negativas da receita, sendo de anotar que a amplitude das mesmas foi de -0,5% a -38,8%. Da análise dos Relatórios de Gestão não foi possível identificar qual o impacto desta descida de receita, na atividade do município.

⁴⁵ Face aos dados expostos, pode-se concluir que embora haja uma correlação forte entre a descida da coleta global de IMI e a descida do correspondente valor da taxa aplicada, haverá outras razões que condicionaram negativamente o montante arrecadado da coleta fazendo-o baixar.

Quadro 2.19 – Municípios com redução do valor de taxa de IMI e que apresentaram diminuição do montante cobrado em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI cobrado			Taxa de IMI (prédios urbanos)		
		2017	2018	Variação 17-18 (%)	2016	2017	Variação 16-17 (%)
1 Marco de Canaveses	M	4 496 529	3 269 486	-27,3%	0,45%	0,30%	-33,3%
2 Nelas	P	1 758 740	1 238 936	-29,6%	0,45%	0,30%	-33,3%
3 Ansião	P	1 317 928	1 090 953	-17,2%	0,40%	0,30%	-25,0%
4 Castanheira de Pera	P	376 252	265 846	-29,3%	0,45%	0,35%	-22,2%
5 Celorico da Beira	P	925 972	566 620	-38,8%	0,50%	0,40%	-20,0%
6 Arganil	P	1 166 245	1 020 121	-12,5%	0,38%	0,30%	-20,0%
7 Pedrógão Grande	P	409 956	377 506	1,0%	0,35%	0,30%	-14,3%
8 Ponte da Barca	P	1 064 198	937 620	-11,9%	0,35%	0,30%	-14,3%
9 Sabrosa	P	506 592	465 504	-8,1%	0,35%	0,30%	-14,3%
10 Redondo	P	488 576	475 061	-2,8%	0,43%	0,38%	-11,8%
11 Vizela	M	2 690 282	2 574 230	-4,3%	0,45%	0,40%	-11,6%
12 Alijó	P	1 051 283	990 171	-5,8%	0,45%	0,40%	-11,1%
13 Faro	M	12 659 873	11 927 621	-5,8%	0,45%	0,40%	-11,1%
14 Vila do Conde	M	13 815 824	13 293 599	-3,8%	0,43%	0,39%	-9,3%
15 Lagos	M	12 674 676	12 595 765	-0,6%	0,38%	0,35%	-6,7%
16 Ferreira do Alentejo	P	627 635	608 324	-3,1%	0,40%	0,38%	-6,3%
17 Mangualde	P	2 142 457	2 113 316	-1,4%	0,40%	0,38%	-6,3%
18 Matosinhos	G	28 586 142	28 380 944	-0,7%	0,43%	0,40%	-5,9%
19 Góis	P	411 780	400 696	-2,7%	0,35%	0,33%	-5,7%
20 Lamego	M	2 803 939	2 780 333	-0,8%	0,40%	0,38%	-5,0%
21 Alcobaca	M	7 706 072	7 413 203	-3,8%	0,37%	0,35%	-4,1%
22 Câmara de Lobos	M	1 853 042	1 488 315	-19,7%	0,33%	0,32%	-3,0%
23 Coimbra	G	28 054 565	27 603 358	-1,6%	0,34%	0,33%	-2,9%
24 Beja	M	3 472 130	3 434 703	-1,1%	0,36%	0,35%	-2,8%
25 Espinho	M	4 560 489	4 541 961	-0,4%	0,45%	0,44%	-2,2%
26 Alcanena	P	1 953 564	1 943 279	-0,5%	0,420%	0,415%	-1,2%

O Quadro 2.20 apresenta os municípios que tendo decidido reduzir o valor da taxa do IMI, apresentaram, todavia, acréscimo global desta receita em 2018. Estiveram nesta situação 25 municípios, sendo que treze deles apresentaram uma taxa de crescimento do

IMI superior à taxa média de crescimento obtido para esta receita em 2018, a qual se fixou em +3,7%. De qualquer modo, no Relatório de Gestão não há referência sobre o impacto do custo ou benefício resultante desta redução de taxa.

Quadro 2.20 – Municípios com redução do valor de taxa de IMI e que apresentaram acréscimo do montante total cobrado em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	IMI cobrado		Taxa de IMI (prédios urbanos)			
		2017	2018	Variação 17-18 (%)	2016	2017	Variação 16-17 (%)
1 Sever do Vouga	P	947 148	949 390	0,2%	0,33%	0,30%	-7,7%
2 Borba	P	647 259	651 910	0,7%	0,45%	0,42%	-6,7%
3 Mirandela	M	2 616 510	2 628 615	0,5%	0,40%	0,38%	-6,3%
4 Moimenta da Beira	P	1 112 751	1 144 350	2,8%	0,40%	0,38%	-6,3%
5 Seia	M	2 736 030	2 844 509	4,0%	0,48%	0,45%	-6,3%
6 Sintra	G	46 838 347	47 025 584	0,4%	0,35%	0,33%	-5,7%
7 Chaves	M	4 080 302	4 268 579	4,6%	0,35%	0,34%	-3,4%
8 Serpa	P	755 766	786 785	4,1%	0,32%	0,31%	-3,1%
9 Estremoz	P	1 019 771	1 083 615	6,3%	0,33%	0,32%	-3,0%
10 Oeiras	G	30 981 893	31 288 384	1,0%	0,33%	0,32%	-3,0%
11 Vidigueira	P	353 562	362 816	2,6%	0,34%	0,33%	-2,9%
12 Amadora	G	18 909 221	19 157 084	1,3%	0,35%	0,34%	-2,9%
13 Bombarral	P	1 577 134	1 630 454	3,4%	0,37%	0,36%	-2,7%
14 Azambuja	M	2 617 977	2 829 244	8,1%	0,38%	0,37%	-2,6%
15 Cascais	G	49 900 144	51 528 032	3,3%	0,38%	0,37%	-2,6%
16 Mesão Frio	P	211 923	225 570	6,4%	0,44%	0,43%	-2,3%
17 Loures	G	28 382 946	29 668 433	4,5%	0,39%	0,38%	-1,8%
18 Sines	P	2 393 301	2 512 201	5,0%	0,36%	0,36%	-1,4%
19 Santiago do Cacém	M	3 670 511	3 828 636	4,3%	0,38%	0,37%	-1,3%
20 Tavira	M	7 903 126	7 954 421	0,6%	0,38%	0,38%	-1,3%
21 Seixal	G	26 136 636	27 357 664	4,7%	0,40%	0,40%	-1,2%
22 Vila Nova de Gaia	G	43 773 455	45 672 960	4,3%	0,45%	0,44%	-1,1%
23 Alcochete	P	4 074 010	4 280 750	5,1%	0,45%	0,45%	-1,1%
24 Arruda dos Vinhos	P	1 635 264	1 754 091	7,3%	0,39%	0,39%	-1,0%
25 Palmela	M	11 579 594	11 938 062	3,1%	0,39%	0,39%	-0,5%

Para melhor comparar o impacto da descida do valor da taxa de IMI decidida pelos municípios, apresenta-se o Quadro 2.21 que **mostra a diferença entre o valor de IMI cobrado e o valor de IMI que poderia ser cobrado, se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%.**

Da leitura deste quadro identifica-se o montante que cada um dos municípios, em questão, deixou de cobrar de IMI e a poupança média que daí resulta para os residentes⁴⁶. Esta poupança traduz um

valor estatístico, meramente indicativo, pois não está referenciada apenas número de proprietários pagadores de IMI, mas ao total de população residente incluindo não proprietários de imóveis e por isso não sujeitos a IMI. Por outro lado, conforme referenciado supra, não foi refletido nos respetivos relatórios de Relatório de Gestão a avaliação do impacto da redução da taxa deste imposto direto na atividade dos municípios.

⁴⁶ Trata-se de um valor apenas estatístico, sem repercussões efetivas nos rendimentos dos residentes que não sendo proprietários de imóveis, não usufruíram deste benefício fiscal.

Quadro 2.21 – Municípios com maior diferença entre o IMI cobrado e o IMI a cobrar se fosse aplicada a taxa máxima de 0,5%

Unidade: euros

	Município	Dim.	Taxa aplicada (2017)	IMI cobrado c/ taxa aplicada	IMI cobrado se aplicada taxa 0,50%	Diferença (perda/custo para o município)	Nº de habitantes (INE 2018)	Poupança por cidadão*
1	Lisboa	G	0,30%	122 142 480 €	203 570 799 €	81 428 320 €	507 220	161 €
2	Sintra	G	0,33%	47 025 584 €	71 250 885 €	24 225 301 €	388 434	62 €
3	Porto	G	0,32%	42 372 886 €	65 390 255 €	23 017 370 €	215 284	107 €
4	Loulé	M	0,30%	28 896 228 €	48 160 380 €	19 264 152 €	68 873	280 €
5	Cascais	G	0,37%	51 528 032 €	69 632 476 €	18 104 444 €	212 474	85 €
6	Oeiras	G	0,32%	31 288 384 €	48 888 100 €	17 599 716 €	176 218	100 €
7	Coimbra	G	0,33%	27 603 358 €	41 823 269 €	14 219 911 €	133 724	106 €
8	Albufeira	M	0,30%	19 916 141 €	33 193 569 €	13 277 427 €	41 123	323 €
9	Almada	G	0,36%	30 613 403 €	42 518 615 €	11 905 212 €	168 987	70 €
10	Funchal	G	0,30%	16 077 230 €	26 795 384 €	10 718 154 €	104 129	103 €
11	Vila Franca de Xira	G	0,30%	15 529 635 €	25 882 724 €	10 353 090 €	141 603	73 €
12	Braga	G	0,35%	23 854 805 €	34 078 293 €	10 223 488 €	181 919	56 €
13	Loures	G	0,38%	29 668 433 €	39 037 412 €	9 368 979 €	211 359	44 €
14	Amadora	G	0,34%	19 157 084 €	28 172 182 €	9 015 098 €	181 724	50 €
15	Viseu	M	0,30%	13 330 139 €	22 216 898 €	8 886 759 €	96 991	92 €
16	Guimarães	G	0,35%	19 358 992 €	27 655 702 €	8 296 711 €	152 792	54 €
17	Seixal	G	0,40%	27 357 664 €	34 629 954 €	7 272 290 €	166 835	44 €
18	Odivelas	G	0,37%	20 527 651 €	27 740 069 €	7 212 418 €	159 602	45 €
19	Matosinhos	G	0,40%	28 380 944 €	35 476 181 €	7 095 236 €	174 382	41 €
20	Leiria	G	0,38%	20 771 563 €	27 695 417 €	6 923 854 €	124 857	55 €
21	Maia	G	0,39%	21 895 457 €	28 435 658 €	6 540 201 €	137 727	47 €
22	Vila Nova de Famalicão	G	0,35%	15 117 777 €	21 596 824 €	6 479 047 €	131 738	49 €
23	Póvoa de Varzim	M	0,30%	9 453 763 €	15 756 271 €	6 302 508 €	62 510	101 €
24	Vila Nova de Gaia	G	0,44%	45 672 960 €	51 901 091 €	6 228 131 €	299 938	21 €
25	Lagos	M	0,35%	12 595 765 €	17 993 950 €	5 398 185 €	30 442	177 €
26	Silves	M	0,30%	7 486 100 €	12 476 833 €	4 990 733 €	36 174	138 €
27	Ponta Delgada	M	0,30%	7 410 995 €	12 351 659 €	4 940 664 €	67 864	73 €
28	Santa Maria da Feira	G	0,40%	17 974 831 €	22 468 539 €	4 493 708 €	138 525	32 €
29	Caldas da Rainha	M	0,30%	6 688 693 €	11 147 822 €	4 459 129 €	51 540	87 €
30	Castelo Branco	M	0,30%	6 363 735 €	10 606 225 €	4 242 490 €	52 192	81 €
31	Viana do Castelo	M	0,37%	11 987 653 €	16 199 531 €	4 211 878 €	84 636	50 €
32	Pombal	M	0,30%	6 248 388 €	10 413 980 €	4 165 592 €	51 684	81 €
33	Barcelos	G	0,35%	9 487 206 €	13 553 152 €	4 065 945 €	116 531	35 €
34	Lagoa (Algarve)	M	0,36%	9 657 730 €	13 413 514 €	3 755 784 €	22 748	165 €
35	Vila do Conde	M	0,39%	13 293 599 €	17 043 075 €	3 749 477 €	79 579	47 €

* Este valor é subjetivo e pode levar a interpretações erradas. De facto, nem todos os residentes são sujeitos de IMI e por isso não é uma poupança para esses, mas sim um custo pois deixam de beneficiar da aplicação em serviços e bens públicos do IMI bonificado.

R6 – Municípios com maior receita cobrada de IMI em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	IMI / Rec. total	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Lisboa	G	99 780 693	101 507 452	104 660 321	109 860 845	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	15,2%
2	Cascais	G	42 006 657	35 104 226	41 138 667	41 824 274	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	23,5%
3	Sintra	G	41 908 666	42 979 344	46 697 127	48 442 202	50 129 686	46 489 974	51 222 122	52 882 244	49 471 491	46 838 347	47 025 584	27,2%
4	Vila Nova de Gaia	G	33 354 344	30 837 957	32 702 835	34 798 078	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	31,0%
5	Porto	G	45 153 973	39 763 922	42 691 507	42 116 783	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	18,8%
6	Oeiras	G	27 118 813	26 740 266	28 118 775	30 015 085	31 671 424	28 376 284	31 207 701	32 016 641	31 892 724	30 981 893	31 288 384	21,1%
7	Almada	G	21 388 159	22 255 714	24 163 983	24 639 564	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	31,6%
8	Loures	G	27 011 369	23 926 445	26 084 067	27 064 278	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	28 322 809	28 382 946	29 668 433	26,4%
9	Loulé	M	25 098 993	25 445 391	26 498 629	26 397 730	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	34 201 269	27 210 519	28 896 228	27,9%
10	Matosinhos	G	21 330 894	20 670 614	22 299 327	23 217 305	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	24,9%
11	Coimbra	G	19 382 156	20 774 716	22 261 426	24 377 807	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	27 994 287	28 054 565	27 603 358	33,8%
12	Seixal	G	16 908 105	17 297 807	18 454 661	19 490 933	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	21,7%
13	Setúbal	G	15 030 680	14 314 476	14 194 649	15 639 409	16 295 559	21 124 407	24 432 208	25 288 844	25 538 648	24 056 013	24 182 970	27,2%
14	Braga	G	17 637 509	17 462 569	18 490 034	19 724 557	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	24,0%
15	Portimão	M	16 111 331	13 889 328	14 069 339	15 618 630	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	23 223 226	23 180 997	39,1%
16	Maia	G	17 823 969	16 375 193	17 978 038	19 105 995	20 945 767	18 749 527	20 913 802	21 255 304	21 313 443	21 039 491	21 895 457	29,6%
17	Leiria	G	12 257 886	11 885 242	11 968 815	12 961 418	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	19 335 588	19 445 528	20 771 563	26,5%
18	Aveiro	M	9 162 457	8 417 520	8 774 438	9 704 525	9 989 687	10 739 371	12 641 404	17 546 028	21 301 080	19 468 494	20 605 279	26,0%
19	Odivelas	G	16 798 420	16 444 871	16 942 149	17 516 397	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	19 498 757	20 527 651	26,3%
20	Albufeira	M	18 368 852	19 821 059	18 377 385	18 129 852	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	26,4%
21	Guimarães	G	13 342 821	12 986 916	14 131 554	15 600 068	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	23,2%
22	Amadora	G	19 173 866	17 815 107	19 296 332	19 549 027	20 675 979	18 221 646	19 598 954	22 308 794	19 369 133	18 909 221	19 157 084	21,7%
23	Mafra	M	9 464 422	8 903 078	9 775 602	10 658 465	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	28,2%
24	Sta. Maria da Feira	G	12 338 471	11 341 176	12 137 580	12 975 905	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	16 882 116	16 895 465	17 974 831	29,6%
25	Gondomar	G	14 462 936	13 777 143	14 783 110	15 486 336	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	23,9%
26	Funchal	G	11 930 012	11 901 406	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	15,7%
27	Vila Franca de Xira	G	15 198 327	13 864 731	14 441 375	15 054 480	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	23,7%
28	V. N. de Famalicão	G	8 779 145	9 773 569	10 391 139	11 042 787	12 023 115	12 211 576	13 811 358	14 488 695	14 284 462	15 236 655	15 117 777	17,0%
29	Sesimbra	M	7 886 539	8 006 951	8 488 929	8 877 510	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	13 161 459	13 784 499	13 625 388	28,6%
30	Torres Vedras	M	7 001 341	6 656 732	7 546 045	7 955 194	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	12 797 059	12 864 985	13 440 150	27,7%
31	Viseu	M	9 931 426	9 162 907	8 770 272	10 068 514	10 189 372	12 085 108	12 276 878	12 777 084	12 558 576	12 834 970	13 330 139	25,9%
32	Vila do Conde	M	8 685 138	7 911 404	8 247 618	8 642 201	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	14 318 173	13 815 824	13 293 599	27,6%
33	Figueira da Foz	M	7 115 714	6 963 648	7 463 432	7 779 221	8 114 501	9 868 999	11 882 061	12 476 859	12 086 006	11 994 428	12 615 042	22,8%
34	Lagos	M	8 695 947	8 409 395	8 783 690	10 075 547	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	23,2%
35	Viana do Castelo	M	9 378 194	8 431 104	8 621 663	8 794 549	9 228 746	9 997 611	11 155 354	11 675 371	11 333 334	11 644 702	11 987 653	18,6%

Face ao peso do IMI nas receitas municipais, apresentam-se no Ranking R6 os 35 municípios com maior volume desta receita em 2018, apresentando-se, para cada caso, o peso do IMI na receita total do município. Anota-se que, em 2018, o peso médio do IMI na receita total autárquica foi de 17,7%.

Do *Ranking* dos 35 municípios com maior coleta de IMI, em 2018, pode-se concluir:

- Com exceção de três municípios, Lisboa, Funchal e Vila Nova de Famalicão, todos os restantes 31 desta lista apresentaram um valor do IMI cujo peso na receita total do município ultrapassou a média nacional deste rácio de 17,7%. Anota-se o facto de Lisboa ser o município que mais IMI arrecadou, mas que apresenta, simultaneamente, menor peso desta receita na receita total por si auferida;
- Relevam-se os municípios para os quais a receita do IMI representou um valor muito significativo dos recursos auferidos, ultrapassando os 30% da receita total cobrada. Estiveram nesta situação: Vila Nova de Gaia (31,0%); Portimão (39,1%); Coimbra (33,8%) e Almada (31,6%).

Os *Rankings* R6.A e R6.M ilustram a variação da coleta do IMI nos municípios das Regiões Autónomas entre 2008 e 2018.

Sobre a hierarquização dos municípios das Regiões Autónomas relativamente à coleta do IMI refere-se:

- Ponta Delgada foi o município dos Açores que apresentou uma receita de IMI com maior peso na respetiva receita total (20,2%) ultrapassando a média nacional, sendo que para o município do Corvo a coleta do IMI apenas representou 0,8% da sua receita total. Na generalidade destes municípios, o peso do IMI na receita total foi muito pouco significativo, não chegando, na maioria dos casos, a 10% da respetiva receita municipal.
- Comparando ainda os montantes cobrados em 2018 pode-se concluir em relação à Região dos Açores, que:
 - Só o município de Vila Franca do Campo apresentou diminuição, ainda que pouco significativa, da receita do IMI (-0,1%, -901€). Todos os restantes municípios açorianos apresentaram crescimento do montante arrecadado de IMI;
 - Com um aumento significativo da coleta, apresentam-se os seguintes municípios: Angra do Heroísmo (+ 110,8 milhares de euros,

+4,5%); Ponta Delgada (+ 473,8 milhares de euros,+6,8%); Ribeira Grande (+133,5milhares de euros,+7,3%); Praia da Vitória (+112,1M€, +8,2%) e São Roque do Pico (+33,6 milhares de euros,+6,1%).

- No caso dos municípios da **Região da Madeira**, Porto Santo e Machico apresentaram um montante de coleta de IMI cujo peso na receita total ultrapassou a média nacional com os rácios, respetivamente, de 28,8% e 17,8%. Porto Moniz foi o município da Madeira que apresentou uma receita de IMI com menor peso na respetiva receita total (4,8%). O município Câmara de Lobos, cuja receita em apreço teve o peso de 9,7% na receita total, apresentou uma descida de coleta de -19,7% (-364,7milhares de euros);

- Comparando o valor do IMI coletado no último biénio pode-se afirmar que, no conjunto dos municípios madeirenses, em 2018, **aumentou 5,2% (+1,4M€)**, ao invés de 2017, ano em que baixou 5,5%.

Face ao reconhecimento **do impacto negativo, na gestão financeira dos municípios, da descida da coleta do IMI**, apresenta-se uma listagem – *Ranking R7* – **com os municípios que detiveram maior decréscimo desta receita, tendo por referência o ano de 2018.**

Da observação do quadro 2.22 apresentado mais à frente, poder-se-á verificar que, em 2018, ocorreu uma diminuição drástica do número de municípios que apresentaram descida do montante global de IMI (-59%, -79 municípios), reduzindo-se esse número, no universo autárquico, para 55 municípios.

R6.A – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	IMI / Rec. total	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Ponta Delgada	M	4 112 068	4 206 673	4 927 407	5 264 034	5 281 957	6 678 746	7 089 651	7 094 669	6 740 522	6 937 149	7 410 995	20,2%
2	Angra do Heroísmo	M	944 921	1 018 937	1 135 771	1 175 041	1 237 897	2 100 163	2 322 612	2 438 505	2 278 614	2 439 762	2 550 568	12,5%
3	Ribeira Grande	M	648 335	659 479	648 194	805 658	872 283	1 536 470	1 838 000	1 933 246	1 793 762	1 819 971	1 953 488	9,1%
4	Praia da Vitória	M	459 740	480 922	541 763	593 216	632 155	1 126 690	1 354 210	1 457 394	1 340 158	1 374 656	1 486 778	11,1%
5	V. Franca do Campo	P	383 788	380 296	345 579	591 916	652 178	1 080 781	1 178 963	1 425 647	1 431 658	1 350 451	1 349 550	14,9%
6	Lagoa (R.A.A.)	P	593 318	614 868	718 196	715 574	734 137	952 076	1 154 929	1 259 824	1 230 135	1 233 362	1 290 405	11,8%
7	Horta	P	693 674	677 393	726 792	785 477	831 749	1 059 428	1 201 277	1 272 170	1 205 932	1 190 333	1 262 687	11,4%
8	Madalena	P	152 173	163 419	194 435	210 178	209 650	420 255	401 552	530 653	491 690	509 775	541 572	6,1%
9	Povoação	P	137 553	171 261	153 583	174 595	188 659	387 278	465 266	494 323	470 879	474 234	495 096	7,1%
10	Nordeste	P	74 018	86 575	90 782	99 102	102 911	234 827	416 017	509 569	494 915	445 701	458 820	2,9%
11	Vila do Porto	P	152 253	194 030	133 705	175 040	203 598	330 576	422 255	454 294	393 978	391 487	407 135	6,9%
12	Sta. Cruz da Graciosa	P	78 743	97 437	111 752	160 038	133 520	309 385	368 748	402 611	348 841	357 853	368 669	7,5%
13	Calheta (R. A. A.)	P	84 026	108 549	116 563	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	320 615	330 074	6,4%
14	São Roque do Pico	P	142 133	165 450	117 081	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	295 928	329 530	6,1%
15	Velas	P	132 348	145 268	113 964	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	289 737	311 910	4,3%
16	Lajes do Pico	P	59 288	66 663	77 530	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	287 307	302 760	5,6%
17	Lajes das Flores	P	21 972	24 789	29 372	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	89 536	94 821	2,9%
18	Corvo	P	6 505	6 286	6 320	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	14 098	15 422	0,8%
19	Santa Cruz das Flores	P	43 992	48 591	51 256	59 400	62 825	111 873	127 420	130 928	119 721	127 074	n d	0,0%
IMI Total (Açores)			8 920 847	9 316 885	10 240 043	11 464 132	11 792 486	17 499 692	19 765 934	20 927 009	19 619 632	19 949 031	20 960 281	10,6%
(%) IMI Açores / IMI total			0,82%	0,89%	0,92%	0,98%	0,96%	1,34%	1,35%	1,36%	1,32%	1,37%	1,39%	--

* Anota-se que em relação ao município de Santa Cruz das Flores não foi possível obter informação sobre a discriminação da receita fiscal por sub rubricas orçamentais.

R6.M – Receita cobrada de IMI dos Municípios da Região Autónoma da Madeira em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	IMI / Rec. total	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Funchal	G	11 930 012	11 901 406	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	15,7%
2	Santa Cruz	M	2 613 469	2 524 286	2 595 435	2 916 293	3 273 161	3 277 296	4 111 432	4 558 287	4 240 488	4 253 864	4 662 472	14,0%
3	Machico	M	918 106	1 012 624	1 043 760	1 100 375	1 297 069	1 588 475	1 683 370	1 688 938	1 568 355	1 622 785	1 759 181	17,8%
4	Câmara de Lobos	M	1 737 176	1 500 161	1 451 405	1 384 948	1 452 891	1 708 983	2 116 570	2 223 324	1 921 174	1 853 042	1 488 315	9,7%
5	Porto Santo	P	1 450 696	1 211 513	1 345 702	1 308 842	1 326 218	1 871 528	2 178 770	2 395 552	1 545 436	1 410 013	1 474 824	28,8%
6	Calheta (R. A. M.)	P	420 040	487 130	541 547	610 863	628 146	809 514	986 771	1 021 061	908 083	866 934	959 912	8,9%
7	Ribeira Brava	P	401 563	405 532	478 031	496 425	439 928	619 702	790 608	872 029	760 315	728 211	782 645	7,4%
8	Ponta do Sol	P	379 063	325 099	515 757	417 630	430 641	455 784	645 174	700 794	566 663	576 102	622 539	9,1%
9	São Vicente	P	184 411	175 855	182 912	208 132	239 631	360 921	473 985	486 038	424 814	434 163	449 651	6,8%
10	Santana	P	276 673	295 088	327 635	315 233	393 046	435 626	520 927	537 129	423 624	400 308	424 038	5,9%
11	Porto Moniz	P	48 757	65 058	68 407	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	237 528	255 490	4,8%
IMI Total – Madeira			20 359 966	19 903 751	21 162 972	21 740 790	23 765 797	25 795 368	30 574 807	32 672 208	29 122 897	27 519 415	28 956 297	13,6%
% IMI Madeira / IMI total			1,88%	1,90%	1,91%	1,86%	1,93%	1,98%	2,08%	2,13%	1,96%	1,89%	1,92%	--

R7 – Municípios com maior diminuição da coleta de IMI em 2018

Unidade: euros

	Município	Dím	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	Δ 17-18
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Marco de Canaveses	M	2 126 687	2 073 096	1 105 187	3 518 949	2 483 931	3 712 466	4 501 562	4 930 387	4 704 846	4 496 529	3 269 486	-1 227 043
2	Castro Marim	P	2 141 835	2 175 051	2 139 747	2 106 599	2 229 260	2 469 050	2 732 394	2 939 158	3 186 118	2 662 420	1 645 255	-1 017 165
3	Faro	M	7 639 697	8 298 354	8 635 287	9 934 121	10 273 009	9 958 005	13 213 650	13 993 742	14 113 472	12 659 873	11 927 621	-732 252
4	Vila do Conde	M	8 685 138	7 911 404	8 247 618	8 642 201	9 127 070	12 076 142	14 577 336	15 671 515	14 318 173	13 815 824	13 293 599	-522 225
5	Nelas	P	726 766	770 146	849 784	945 901	973 569	1 529 104	1 834 247	1 967 489	1 870 812	1 758 740	1 238 936	-519 804
6	Cinfães	P	505 265	391 220	408 706	439 200	486 061	764 995	942 722	969 856	1 555 470	619 335	152 168	-467 167
7	Coimbra	G	19 382 156	20 774 716	22 261 426	24 377 807	24 304 745	25 591 139	29 303 163	27 594 885	27 994 287	28 054 565	27 603 358	-451 207
8	Melgaço	P	449 201	387 872	400 353	514 118	505 337	915 437	1 077 912	1 034 000	1 337 135	1 068 184	697 423	-370 762
9	Câmara de Lobos	M	1 737 176	1 500 161	1 451 405	1 384 948	1 452 891	1 708 983	2 116 570	2 223 324	1 921 174	1 853 042	1 488 315	-364 727
10	Celorico da Beira	P	461 209	478 238	504 716	555 962	559 486	749 582	923 936	957 133	1 063 844	925 972	566 620	-359 353
11	Alcobaça	M	5 870 486	5 426 675	5 690 624	5 882 280	6 149 879	6 835 399	7 779 421	7 678 671	7 475 073	7 706 072	7 413 203	-292 869
12	Ansião	P	678 003	655 997	544 831	594 532	682 428	1 118 007	1 362 687	1 410 995	1 320 177	1 317 928	1 090 953	-226 975
13	Matosinhos	G	21 330 894	20 670 614	22 299 327	23 217 305	24 619 612	23 208 186	25 403 752	29 395 815	29 577 790	28 586 142	28 380 944	-205 198
14	Montalegre	P	806 037	733 390	679 683	803 472	786 677	904 947	1 316 815	1 053 653	813 592	764 187	583 752	-180 435
15	Sesimbra	M	7 886 539	8 006 951	8 488 929	8 877 510	9 333 955	10 311 204	12 130 421	12 967 250	13 161 459	13 784 499	13 625 388	-159 111
16	Oleiros	P	184 563	216 888	188 980	198 049	205 977	349 963	466 430	391 189	621 931	312 208	153 401	-158 808
17	Arganil	P	813 773	799 597	875 181	900 798	958 817	1 189 491	1 359 250	1 328 787	1 215 146	1 166 245	1 020 121	-146 124
18	Valença	P	884 043	921 577	960 505	1 016 504	1 385 998	1 373 963	1 579 179	1 558 987	1 467 164	1 642 694	1 496 624	-146 070
19	Ponte da Barca	P	570 967	630 777	665 499	724 763	807 817	1 043 698	1 057 319	1 176 485	950 744	1 064 198	937 620	-126 578
20	Proença-a-Nova	P	320 506	316 529	338 541	369 621	367 927	484 586	506 037	622 285	491 956	510 379	385 487	-124 892
21	V. N. Famalicão	G	8 779 145	9 773 569	10 391 139	11 042 787	12 023 115	12 211 576	13 811 358	14 488 695	14 284 462	15 236 655	15 117 777	-118 878
22	Vizela	M	1 381 669	1 552 164	1 442 795	1 503 876	1 581 290	1 960 377	2 661 453	2 861 370	2 934 427	2 690 282	2 574 230	-116 052
23	Armamar	P	299 649	349 312	348 565	448 563	428 476	559 201	671 467	534 617	432 590	416 556	302 437	-114 119
24	Castanheira de Pera	P	149 152	174 100	178 774	188 052	201 543	343 183	408 102	421 894	586 587	376 252	265 846	-110 406
25	Penamacor	P	207 867	217 126	205 597	237 628	238 492	411 970	433 567	443 208	610 814	382 961	284 615	-98 347
26	Baião	P	438 287	503 054	503 154	522 962	547 658	679 781	772 914	802 926	714 678	861 877	773 996	-87 882
27	Lagos	M	8 695 947	8 409 395	8 783 690	10 075 547	11 039 297	11 777 374	13 115 462	13 657 097	12 808 637	12 674 676	12 595 765	-78 911
28	Grândola	P	2 741 890	2 304 368	2 454 561	2 650 038	2 855 537	3 220 384	3 324 841	3 313 297	3 816 183	4 498 093	4 422 308	-75 785
29	Fig. Castelo Rodrigo	P	150 287	162 506	160 667	174 187	175 209	359 443	396 217	405 156	371 395	397 646	331 068	-66 579
30	Aljô	P	522 167	467 004	390 052	535 212	667 547	894 058	1 182 943	1 286 855	1 098 512	1 051 283	990 171	-61 112
31	Mação	P	471 465	379 151	364 280	387 440	461 121	507 082	510 641	598 915	499 027	461 653	409 292	-52 361
32	Trancoso	P	365 138	416 129	435 643	445 190	463 729	655 994	723 617	773 397	789 535	720 318	669 497	-50 821
33	Vinhais	P	174 176	195 427	180 941	177 654	182 752	434 568	486 590	507 020	431 321	472 250	426 558	-45 692
34	Mondim de Basto	P	212 622	223 388	230 785	258 558	321 926	455 581	501 585	510 425	453 710	504 982	460 283	-44 699
35	Portimão	M	16 111 331	13 889 328	14 069 339	15 618 630	16 580 026	20 519 868	22 877 006	24 149 499	24 316 747	23 223 226	23 180 997	-42 230

R8 – Municípios com maior aumento da coleta de IMI em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	Δ 17-18	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Lisboa	G	99 780 693	101 507 452	104 660 321	109 860 845	114 914 839	96 782 528	111 363 292	115 934 000	114 082 470	117 964 910	122 142 480	4 177 569
2	Gondomar	G	14 462 936	13 777 143	14 783 110	15 486 336	15 838 409	14 574 783	13 984 104	14 253 724	14 290 736	14 149 586	17 501 303	3 351 717
3	Porto	G	45 153 973	39 763 922	42 691 507	42 116 783	45 278 777	41 884 041	43 683 996	43 740 075	43 965 030	40 046 978	42 372 886	2 325 907
4	Valongo	M	7 477 553	7 450 860	7 814 963	8 335 790	8 716 611	8 107 392	8 891 536	9 015 786	8 868 612	8 923 984	10 998 570	2 074 586
5	Vila Nova de Gaia	G	33 354 344	30 837 957	32 702 835	34 798 078	37 692 279	39 377 409	42 649 734	43 861 125	43 307 581	43 773 455	45 672 960	1 899 505
6	Loulé	M	25 098 993	25 445 391	26 498 629	26 397 730	30 364 677	31 911 875	35 467 328	35 033 212	34 201 269	27 210 519	28 896 228	1 685 709
7	Cascais	G	42 006 657	35 104 226	41 138 667	41 824 274	45 668 005	44 835 552	49 016 545	51 206 707	50 350 728	49 900 144	51 528 032	1 627 888
8	Albufeira	M	18 368 852	19 821 059	18 377 385	18 129 852	18 658 220	24 044 301	27 634 778	30 078 750	22 498 979	18 422 930	19 916 141	1 493 211
9	Leiria	G	12 257 886	11 885 242	11 968 815	12 961 418	13 751 723	16 239 882	18 881 520	19 705 079	19 335 588	19 445 528	20 771 563	1 326 035
10	Loures	G	27 011 369	23 926 445	26 084 067	27 064 278	28 191 235	26 007 911	28 099 453	28 856 260	28 322 809	28 382 946	29 668 433	1 285 488
11	Braga	G	17 637 509	17 462 569	18 490 034	19 724 557	19 301 464	21 286 505	21 502 723	22 046 011	21 956 281	22 617 931	23 854 805	1 236 874
12	Almada	G	21 388 159	22 255 714	24 163 983	24 639 564	25 680 561	26 131 182	29 888 182	30 965 540	30 177 894	29 387 980	30 613 403	1 225 423
13	Seixal	G	16 908 105	17 297 807	18 454 661	19 490 933	20 934 099	21 815 951	25 123 060	27 210 264	26 771 110	26 136 636	27 357 664	1 221 028
14	Mafra	M	9 464 422	8 903 078	9 775 602	10 658 465	11 437 138	9 919 905	16 508 352	19 331 890	19 010 904	17 628 124	18 810 687	1 182 564
15	Aveiro	M	9 162 457	8 417 520	8 774 438	9 704 525	9 989 687	10 739 371	12 641 404	17 546 028	21 301 080	19 468 494	20 605 279	1 136 785
16	Sta. Maria da Feira	G	12 338 471	11 341 176	12 137 580	12 975 905	13 702 197	14 738 595	16 503 040	16 860 431	16 882 116	16 895 465	17 974 831	1 079 366
17	Odivelas	G	16 798 420	16 444 871	16 942 149	17 516 397	18 200 936	17 698 544	18 739 498	20 057 927	19 411 934	19 498 757	20 527 651	1 028 894
18	Funchal	G	11 930 012	11 901 406	12 612 381	12 901 520	14 205 367	14 513 013	16 829 263	17 928 257	16 531 684	15 136 464	16 077 230	940 766
19	Maia	G	17 823 969	16 375 193	17 978 038	19 105 995	20 945 767	18 749 527	20 913 802	21 255 304	21 313 443	21 039 491	21 895 457	855 966
20	Montijo	M	5 596 117	4 759 877	5 333 035	5 410 169	5 773 664	7 154 272	7 677 448	7 970 184	8 208 141	7 496 563	8 342 861	846 298
21	Lagoa (Algarve)	M	6 974 803	6 870 586	7 243 777	7 486 615	7 729 101	8 396 065	9 170 610	9 317 819	9 088 894	8 900 077	9 657 730	757 653
22	Guimarães	G	13 342 821	12 986 916	14 131 554	15 600 068	15 936 301	16 956 747	18 732 620	19 505 172	19 462 597	18 608 934	19 358 992	750 058
23	Barcelos	G	6 463 983	6 231 534	6 313 512	6 643 004	6 639 501	8 385 094	9 044 248	9 220 428	8 621 503	8 748 177	9 487 206	739 029
24	Covilhã	M	4 143 410	4 074 111	4 262 180	4 489 703	4 736 428	4 769 791	5 179 209	5 365 294	5 133 737	5 333 581	6 050 601	717 020
25	Paços de Ferreira	M	3 466 993	3 197 208	3 188 155	3 339 665	3 663 544	4 409 041	3 990 961	4 088 612	3 989 722	4 027 291	4 692 328	665 038
26	Vila Franca de Xira	G	15 198 327	13 864 731	14 441 375	15 054 480	16 387 047	13 027 698	13 739 996	14 443 811	14 524 970	14 867 382	15 529 635	662 253
27	Silves	M	6 936 736	6 348 744	5 769 351	6 039 415	6 322 051	6 427 219	6 947 858	7 173 672	6 915 175	6 847 801	7 486 100	638 299
28	Vila do Bispo	P	1 289 162	1 317 183	1 488 645	1 497 345	1 867 904	1 821 561	1 917 750	1 944 590	1 718 084	1 927 913	2 548 678	620 765
29	Figueira da Foz	M	7 115 714	6 963 648	7 463 432	7 779 221	8 114 501	9 868 999	11 882 061	12 476 859	12 086 006	11 994 428	12 615 042	620 614
30	Olhão	M	4 361 736	3 969 998	4 141 784	4 573 238	4 977 998	6 467 981	6 095 814	6 432 445	6 344 185	6 420 596	7 012 885	592 289
31	Torres Vedras	M	7 001 341	6 656 732	7 546 045	7 955 194	9 345 394	10 547 662	12 345 472	13 390 864	12 797 059	12 864 985	13 440 150	575 165
32	Santarém	M	4 868 846	5 053 355	5 263 894	5 703 267	6 362 411	8 207 680	9 184 193	9 614 242	9 590 328	8 806 095	9 318 423	512 328
33	Póvoa de Varzim	M	7 003 493	6 761 202	7 420 187	7 623 698	7 488 348	7 607 028	8 596 678	8 977 429	8 945 561	8 944 622	9 453 763	509 140
34	Évora	M	4 216 576	4 215 750	3 851 076	3 967 572	4 817 376	4 980 693	6 700 771	7 261 236	7 254 301	6 653 536	7 161 401	507 866
35	Viseu	M	9 931 426	9 162 907	8 770 272	10 068 514	10 189 372	12 085 108	12 276 878	12 777 084	12 558 576	12 834 970	13 330 139	495 168

R9- Municípios com menor receita cobrada de IMI em 2018

Unidade: euros

Município	Dím	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mand. 18-21	IMI / Rec. total	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Corvo	P	6 505	6 286	6 320	6 355	8 753	16 036	16 311	16 367	13 203	14 098	15 422	0,8%
2	Lajes das Flores	P	21 972	24 789	29 372	31 595	34 194	83 579	98 633	100 822	75 891	89 536	94 821	2,9%
3	Barrancos	P	38 178	49 730	38 186	40 305	40 345	94 652	104 240	108 138	98 045	96 979	98 515	2,6%
4	Cinfães	P	505 265	391 220	408 706	439 200	486 061	764 995	942 722	969 856	1 555 470	619 335	152 168	1,1%
5	Oleiros	P	184 563	216 888	188 980	198 049	205 977	349 963	466 430	391 189	621 931	312 208	153 401	1,6%
6	Penedono	P	66 804	81 681	81 804	100 237	89 224	229 728	256 464	266 013	236 044	152 224	155 840	2,7%
7	Arronches	P	126 645	143 659	119 014	129 799	131 200	169 574	180 414	185 411	164 246	176 379	181 819	3,0%
8	Alcoutim	P	187 598	208 360	222 049	231 613	241 616	228 822	242 699	254 804	166 047	176 374	186 030	2,0%
9	Alvito	P	94 112	87 839	98 111	102 444	105 724	166 221	192 283	200 168	195 235	188 531	198 214	3,5%
10	Monforte	P	88 824	86 627	86 265	97 802	91 229	186 001	196 186	230 712	221 610	203 531	202 496	2,9%
11	Mourão	P	152 557	149 347	137 245	151 281	167 481	201 350	218 790	227 990	311 721	195 575	211 421	3,6%
12	Mesão Frio	P	127 173	153 421	153 328	151 639	156 394	195 104	209 386	272 570	218 167	211 923	225 570	4,3%
13	Fronteira	P	170 085	158 298	180 432	190 047	196 706	223 771	251 232	241 907	222 776	228 731	238 037	4,8%
14	Porto Moniz	P	48 757	65 058	68 407	80 531	79 698	154 526	237 936	260 799	232 261	237 528	255 490	4,8%
15	Castanheira de Pera	P	149 152	174 100	178 774	188 052	201 543	343 183	408 102	421 894	586 587	376 252	265 846	5,1%
16	Vila de Rei	P	106 439	135 731	138 488	142 787	172 701	279 887	290 849	303 771	277 420	286 671	265 977	4,1%
17	Avis	P	207 803	230 908	221 383	239 268	238 050	268 395	277 727	279 456	242 483	261 122	268 816	3,5%
18	Penamacor	P	207 867	217 126	205 597	237 628	238 492	411 970	433 567	443 208	610 814	382 961	284 615	3,0%
19	Manteigas	P	108 108	119 779	132 714	132 828	128 369	241 628	279 008	292 530	267 649	275 589	286 788	5,4%
20	Crato	P	219 756	244 517	155 764	167 259	138 589	256 994	289 647	300 465	269 122	279 756	290 169	3,8%
21	Sardoal	P	232 427	229 469	237 318	241 627	250 054	308 245	310 036	316 093	275 444	287 954	294 509	4,1%
22	Marvão	P	168 993	195 201	180 885	154 059	194 982	265 456	294 648	301 021	279 666	287 737	296 691	5,4%
23	Armamar	P	299 649	349 312	348 565	448 563	428 476	559 201	671 467	534 617	432 590	416 556	302 437	3,6%
24	Lajes do Pico	P	59 288	66 663	77 530	180 576	124 839	262 092	312 080	348 496	277 780	287 307	302 760	5,6%
25	Gavião	P	218 757	203 964	208 392	216 696	224 113	281 320	302 354	296 161	285 927	286 184	304 701	4,1%
26	Cuba	P	175 191	204 304	196 697	209 887	221 127	235 159	255 357	262 717	241 833	254 134	311 699	5,2%
27	Velas	P	132 348	145 268	113 964	179 050	179 436	260 919	305 453	323 169	282 487	289 737	311 910	4,3%
28	Alter do Chão	P	194 499	207 000	228 735	240 539	238 963	276 831	293 443	298 038	278 062	292 434	318 372	4,8%
29	Portel	P	261 954	255 940	246 209	254 842	245 592	324 400	348 553	359 658	314 231	297 018	325 301	3,4%
30	São Roque do Pico	P	142 133	165 450	117 081	133 217	142 188	258 232	296 637	314 037	282 757	295 928	329 530	6,1%
31	Calheta (R. A. A.)	P	84 026	108 549	116 563	124 071	159 557	290 287	395 920	420 284	346 709	320 615	330 074	6,4%
32	Fig. Castelo Rodrigo	P	150 287	162 506	160 667	174 187	175 209	359 443	396 217	405 156	371 395	397 646	331 068	3,3%
33	Mora	P	233 471	212 810	210 208	242 156	241 157	317 679	348 751	353 653	321 338	335 084	338 690	4,8%
34	Castelo de Vide	P	208 466	208 611	213 400	228 042	267 487	297 526	328 952	342 364	320 646	335 026	339 178	5,5%
35	Vimioso	P	108 322	122 660	123 006	139 889	142 480	330 856	357 631	361 272	298 284	315 991	339 232	3,8%

Tendo em atenção a análise já apresentada sobre o comportamento da receita proveniente do IMI no geral dos municípios, em relação ao Ranking R7 pouco haverá para salientar para além do que é observável na própria listagem hierarquizada dos municípios com maior de redução do IMI. Relewa-se, contudo:

- A diminuição significativa do valor da coleta de IMI nos municípios de Marco de Canaveses (-1,2 M€, -27,3%) e Castro Marim (-1M€, -38,2%);
- Apontam-se, com elevadas taxas de decréscimo de IMI, embora com valores pouco relevantes em termos absolutos, os seguintes municípios: Cinfães (-75,4%); Oleiros (-50,9%); Celorico da Beira (-38,8%) e Melgaço (-34,7%).

O *Ranking* R8 hierarquiza os 35 municípios que apresentaram maior aumento da coleta de IMI em 2018.

- Neste ranking, há que referenciar o aumento de receita de IMI apresentada pelos municípios de Lisboa (+4,2M€, +3,5%); Gondomar (+3,4M€, +23,7%); Porto (+2,3M€, +5,8%) e Valongo (+2,1M€, +23,2%), sendo que outros treze municípios apresentaram um acréscimo de IMI superior a 1M€. Apresentaram um crescimento de IMI superior a 10% os seguintes municípios: Vila do Bispo (+32,2%); Paços de Ferreira (+16,5%); Covilhã (+13,4%) e Montijo (11,3%).

No *Ranking* R9, listam-se os 35 municípios com menor receita cobrada de IMI em 2018.

Pela análise desta lista de 35 municípios, constata-se que os municípios de pequena dimensão apresentaram menor receita de IMI e que todos os municípios elencados obtiveram uma coleta de IMI inferior a meio milhão de euros.

Para além destes 35 municípios com uma receita de IMI inferior a meio milhão de euros, existiram mais 37 municípios nesta situação e outros 55 municípios com receita de IMI entre 0,5 M€ e 1M€.

IMI – Imposto sobre transações de Imóveis

Em 2018, o volume de IMT continuou a crescer (+17,6%), se bem que a um ritmo inferior ao verificado em 2017 (+30,2%), traduzindo um aumento líquido de +150 M€, para todo o setor autárquico. Recorda-se que o montante total arrecado pelos 308 municípios foi de 1 003,9M€.

Para a maioria dos municípios esta fonte de receita tornou-se cada

vez mais relevante, nomeadamente para os municípios de grande dimensão, atingindo, em média, 37,3% do montante de impostos diretos cobrados em 2018. Para os municípios de média dimensão, o volume desta coleta pesou 26,6% dos impostos diretos tendo, para os municípios de pequena dimensão pesado 25,3%.

Sendo o IMT uma das receitas fiscais com impacto significativo na receita municipal, apresentam-se de seguida quadros e rankings com informação que se considerou relevante assinalar.

Observando o Ranking R10, com a listagem dos 35 municípios com maior receita cobrada de IMT em 2018, conclui-se:

- Embora esta lista de municípios corresponda aos que apresentaram maior volume de receita de IMT, o seu peso na receita total foi muito variável verificando-se uma amplitude entre o máximo de 34,3% (Loulé) e o mínimo de 7,3% (Guimarães). Anota-se que o peso médio do IMT na receita total dos municípios foi de 11,8%⁴⁷, quando, em 2017, tinha sido de 10,3%;

- Destes 35 municípios com maior receita de IMT, seis apresentaram descida do volume total desta coleta. Foram eles: Albufeira (-4,7M€, -23,5%); Funchal (-3,1M€, -27,8%); Grândola (-2,1M€, -19,8%); Setúbal (-1,3M€, -16,1%); Loulé (-1,3M€, -3,6,1%); e Guimarães (-36 milhares de euros, -0,6%);

- A excecionalidade do município de Lisboa não pode deixar de ser aqui assinalada, já que apresentou um volume de receita que representou 25,4% do total de IMT cobrado a nível nacional. Mais se refere que após os extraordinários aumentos de IMT que Lisboa apresentou em 2015 (46,2%, +55,2 M€) e 2017 (+ 46,7M€ (+26,2%), voltou a apresentar um elevado crescimento em 2018, ao arrecadar + 30,4M€ (+31,7%);

- Neste *ranking* verifica-se que sete municípios apresentaram taxas de crescimento do IMT superiores a 50%, sendo que três apresentaram crescimento superior a 100%: Azambuja (+166,6%,+4,8M€), Montijo (+149,8%, +3,4M€), Aveiro (+115,8%, +4,4M€); Faro (+61,3%, +3,0M€); Vila Franca de Xira (+54,9%, +4,3M€) e Maia (+54,5%,+3,5M€).

Os *Rankings* R10.A e R10.M permitem ver como variaram as receitas de IMT dos municípios das Regiões Autónomas, sendo que o valor desta receita continuou a crescer nos Açores de +13,6% (+1,0M€) e apresentou um decréscimo na região da Madeira de -10,0% isto é -1,5 M€.

⁴⁷ O maior peso verificado nos últimos dez anos.

R10 – Municípios com maior receita cobrada de IMT em 2018 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	IMT / Rec. total
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Lisboa	G	111 800 123	90 871 592	100 214 768	86 171 239	62 977 020	70 299 382	119 373 175	174 508 596	177 906 151	224 560 754	255 005 664	31,7%
2	Cascais	G	34 790 231	30 451 137	36 487 844	30 945 600	17 341 612	21 974 950	32 304 094	40 987 996	43 905 818	66 769 814	73 526 539	33,5%
3	Porto	G	21 687 209	21 244 815	30 011 321	23 831 732	18 354 224	19 379 598	31 433 398	26 145 320	34 330 079	44 331 643	61 616 809	27,4%
4	Loulé	M	34 849 063	26 612 401	20 561 954	16 756 549	12 658 328	16 067 544	21 996 208	25 804 936	29 601 467	36 899 315	35 556 082	34,3%
5	Oeiras	G	23 299 520	28 760 142	17 038 355	11 565 083	8 599 763	7 846 639	22 309 700	12 443 476	13 225 749	27 768 547	32 890 545	22,1%
6	Sintra	G	19 198 511	13 359 251	16 012 707	10 077 943	8 958 727	12 503 016	11 130 201	14 289 693	15 580 918	23 302 856	27 890 553	16,1%
7	V. N. Gaia	G	9 802 930	12 704 278	13 666 370	11 143 366	6 155 843	7 218 703	7 050 266	9 205 187	10 590 596	16 145 671	18 653 251	12,6%
8	Lagos	M	14 286 361	7 578 293	6 623 672	4 975 358	5 650 021	4 958 230	7 379 083	9 028 693	11 071 491	13 353 063	16 173 962	29,8%
9	Albufeira	M	21 363 241	12 214 448	8 156 207	7 646 737	5 619 023	5 820 095	9 173 408	17 808 068	12 676 285	20 415 844	15 627 392	20,7%
10	Loures	G	19 158 622	15 054 601	13 661 145	9 491 880	6 878 707	6 559 549	8 765 870	8 021 707	9 063 339	14 426 980	15 588 264	13,9%
11	Almada	G	9 843 446	7 776 880	7 973 305	6 754 363	5 144 343	5 846 959	4 918 637	6 265 744	6 841 665	10 605 457	15 568 932	16,1%
12	Portimão	M	11 245 350	6 977 503	6 810 761	6 703 328	4 172 835	3 887 343	3 627 159	5 495 571	6 326 172	11 488 029	15 050 683	25,4%
13	Matosinhos	G	14 992 605	7 635 603	10 116 175	8 740 257	7 646 927	4 418 524	4 640 808	6 639 469	8 687 251	12 355 369	13 874 070	12,2%
14	Odivelas	G	9 206 977	8 331 548	9 343 234	5 291 686	3 343 941	3 405 046	4 926 068	5 516 979	5 765 878	8 460 826	12 339 319	15,8%
15	V. F. Xira	G	9 849 139	5 787 493	8 731 740	4 397 404	3 558 597	4 055 508	4 230 796	4 103 762	4 643 662	7 824 721	12 116 852	18,5%
16	Lagoa (Algarve)	M	8 496 113	4 739 615	5 444 065	4 086 713	5 829 393	3 631 845	4 774 288	8 313 366	7 575 091	8 029 010	11 016 416	27,8%
17	Braga	G	9 448 859	9 571 038	8 816 146	7 773 343	5 805 864	6 116 182	5 121 598	6 101 040	8 162 521	10 774 503	10 795 970	10,9%
18	Mafra	M	7 730 208	5 638 385	6 231 604	4 151 611	3 576 049	2 287 755	2 248 741	3 115 582	4 294 397	8 130 952	9 995 639	15,0%
19	Maia	G	7 878 298	6 072 411	5 889 920	4 610 306	4 557 612	3 365 476	2 784 297	4 711 048	8 903 318	6 455 134	9 971 598	13,5%
20	Leiria	G	6 953 756	5 279 962	5 342 565	5 447 770	3 716 014	3 119 808	3 622 634	4 057 815	4 601 070	5 597 042	9 644 153	12,3%
21	Coimbra	G	11 006 584	9 820 063	9 318 844	8 104 170	6 620 486	6 838 587	7 186 105	6 201 261	9 143 480	8 570 188	9 608 929	11,8%
22	Amadora	G	11 928 458	7 292 385	4 914 906	2 949 903	5 967 185	2 906 478	4 223 829	5 046 829	5 474 104	7 984 073	9 528 017	10,8%
23	Seixal	G	9 371 242	6 395 657	7 199 900	4 786 389	3 487 992	7 036 226	3 150 812	4 315 472	6 129 445	7 735 400	9 481 307	7,5%
24	Tavira	M	5 709 142	4 254 764	6 137 045	2 082 200	2 838 242	2 517 369	3 201 475	4 311 076	6 336 831	6 565 671	8 771 784	29,6%
25	Grândola	P	3 230 870	6 177 798	2 125 046	1 422 803	2 169 090	3 357 559	4 754 862	3 499 610	3 172 112	10 837 979	8 692 475	31,3%
26	Aveiro	M	5 550 515	4 316 288	5 233 471	4 442 137	3 816 310	3 218 922	2 788 612	3 034 417	5 169 004	3 815 821	8 233 033	10,4%
27	Funchal	G	8 581 836	7 025 127	11 020 635	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	7,9%
28	Faro	M	5 619 930	3 866 335	3 368 891	3 931 683	2 617 330	1 874 408	4 055 857	3 287 791	4 734 842	4 952 796	7 990 566	19,4%
29	Azambuja	M	1 258 728	1 277 230	751 490	860 351	446 526	513 432	984 993	923 751	862 662	2 884 538	7 689 025	33,9%
30	Sesimbra	M	5 565 961	4 057 685	6 861 900	3 292 223	2 364 111	3 376 598	3 207 611	3 135 047	3 347 320	4 673 521	6 833 643	14,4%
31	Setúbal	G	8 918 410	8 452 478	6 228 319	4 201 597	4 737 137	2 903 077	3 300 884	8 872 922	7 592 020	7 894 785	6 623 703	7,5%
32	Guimarães	G	7 664 315	6 594 514	5 583 612	4 084 173	3 676 223	2 633 597	3 331 594	3 725 203	5 674 782	6 078 214	6 041 628	7,3%
33	Palmela	M	5 914 363	5 936 000	5 730 523	2 491 787	2 992 628	3 355 855	3 476 877	2 728 342	3 450 915	4 080 116	5 930 123	12,8%
34	Silves	M	6 069 256	4 681 756	3 059 674	2 487 989	2 455 057	2 020 630	2 472 686	2 538 539	4 438 628	4 250 885	5 888 992	16,5%
35	Montijo	M	4 376 626	2 597 522	4 683 840	2 679 070	3 339 152	1 854 727	1 604 462	1 293 835	2 005 547	2 265 464	5 659 418	18,0%

R10.A – Receita de IMT cobrada pelos Municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	IMT / Rec. total	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Ponta Delgada	M	3 709 956	4 431 148	4 413 114	3 656 656	2 152 944	2 107 998	2 024 265	1 597 912	1 691 510	3 685 400	3 586 817	9,8%
2	Ribeira Grande	M	1 322 055	939 370	1 230 346	974 949	222 728	564 878	457 527	691 590	599 889	629 987	1 100 988	5,1%
3	Angra do Heroísmo	M	1 205 594	922 941	1 132 084	732 784	1 342 719	0	251 111	487 541	591 401	612 066	884 673	4,3%
4	Lagoa (R.A.A)	P	671 127	784 618	597 093	466 972	519 486	443 156	244 431	266 197	389 172	543 392	679 951	6,2%
5	Horta	P	555 162	438 259	414 314	332 228	165 671	125 561	213 206	190 294	244 985	253 702	399 171	3,6%
6	Praia da Vitória	M	636 434	614 770	527 526	530 967	253 032	177 309	300 395	232 369	214 325	374 149	366 421	2,7%
7	Vila Franca do Campo	P	614 823	338 926	223 090	208 070	223 177	203 198	181 436	188 141	179 647	343 367	329 844	3,6%
8	Povoação	P	267 790	199 101	124 899	104 301	105 940	150 810	115 182	86 798	163 104	232 661	290 392	4,2%
9	Madalena	P	136 266	196 747	156 316	149 808	114 968	62 101	172 754	111 899	140 776	118 527	264 690	3,0%
10	Velas	P	101 850	128 051	161 116	131 474	41 812	81 180	57 782	180 126	115 481	139 225	131 862	1,8%
11	São Roque do Pico	P	58 193	110 182	120 117	79 433	66 354	52 968	98 465	65 219	74 800	75 081	131 111	2,4%
12	Nordeste	P	133 531	82 831	92 132	71 846	57 573	76 115	77 303	84 308	79 724	166 054	118 012	0,7%
13	Vila do Porto	P	180 485	85 575	75 140	109 771	45 899	62 967	67 446	98 255	119 533	107 872	97 062	1,7%
14	Calheta (R. A. A.)	P	112 100	50 125	70 230	29 090	28 858	42 287	39 610	73 897	36 321	77 485	69 757	1,4%
15	Lajes do Pico	P	34 747	126 842	37 256	46 474	26 650	26 437	53 912	39 950	69 547	52 030	69 460	1,3%
16	Santa Cruz da Graciosa	P	92 962	81 053	76 888	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	43 643	56 248	1,1%
17	Lajes das Flores	P	25 363	19 671	20 847	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	18 511	38 036	1,2%
18	Corvo	P	472	174	2 532	5 167	0	3 979	530	298	3 775	61 173	4 342	0,2%
19	Santa Cruz das Flores	P	72 949	77 076	79 049	85 463	85 463	20 128	14 699	39 991	20 364	23 889	3	0,0%
IMT Total – Açores			9 931 860	9 627 459	9 554 090	7 843 099	5 443 873	4 241 816	4 440 186	4 486 941	4 844 133	7 585 111	8 618 838	4,4%
(%) IMT Açores / IMT total			1,30%	1,58%	1,55%	1,56%	1,41%	1,11%	0,91%	0,77%	0,74%	0,89%	0,86%	--

R10.M – Receita de IMT cobrada pelos Municípios Região Autónoma da Madeira em 2018 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	IMT / Rec. total	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Funchal	G	8 581 836	7 025 127	11 020 635	11 391 654	5 003 944	5 470 556	3 617 029	6 448 338	6 897 034	11 214 879	8 092 668	7,9%
2	Santa Cruz	M	2 259 117	1 982 962	1 578 651	919 842	963 469	624 728	681 254	967 851	1 647 432	1 647 231	2 081 140	6,2%
3	Calheta (R. A. M.)	P	1 155 721	536 359	390 105	472 159	234 303	336 231	281 021	492 778	440 284	631 341	860 742	7,9%
4	Câmara de Lobos	M	871 577	429 615	417 090	228 608	275 508	224 552	250 911	271 258	226 446	335 759	814 555	5,3%
5	Machico	M	680 683	230 324	320 956	425 394	877 006	583 174	92 509	0	209 363	352 994	507 614	5,1%
6	Ribeira Brava	P	253 352	257 877	206 016	192 377	188 521	151 298	113 714	215 983	220 969	149 212	368 006	3,5%
7	Ponta do Sol	P	357 060	244 972	263 195	191 908	167 151	98 445	91 300	68 833	234 734	235 236	309 276	4,5%
8	Porto Santo	P	1 129 379	575 123	396 005	446 411	627 259	337 599	340 857	240 656	306 096	309 430	294 806	5,8%
9	São Vicente	P	110 378	67 516	98 590	63 956	58 210	55 641	55 472	84 844	126 695	82 446	125 098	1,9%
10	Santana	P	203 928	110 178	137 410	73 104	61 359	35 263	50 743	33 434	40 222	51 953	58 233	0,8%
11	Porto Moniz	P	55 976	27 015	33 641	25 901	46 649	35 727	11 266	17 666	19 092	43 038	43 347	0,8%
IMT Total – Madeira			15 659 007	11 487 067	14 862 294	14 431 315	8 503 378	7 953 214	5 586 076	8 841 641	10 368 368	15 053 520	13 555 484	6,4%
(%) IMT Madeira / IMT total			2,05%	1,88%	2,41%	2,88%	2,20%	2,08%	1,15%	1,52%	1,58%	1,76%	1,35%	--

A observação dos dois *rankings* anteriores referentes à evolução do IMT nas Regiões Autónomas, permite concluir:

- Nos Açores, oito municípios apresentaram decréscimo de receita de IMT, sendo de relevar a percentagem de diminuição verificada nos municípios do Corvo (-92,9%, -56,8 milhares de euros) e Nordeste (-28,9%, -48 milhares de euros). Os restantes onze municípios açorianos⁴⁸ apresentaram crescimento do IMT sendo de referir cinco municípios que apresentaram taxas de crescimento superior a 50%: Madalena (+123,3%), Lajes (+105,5%), Ribeira Grande (+74,8%), S. Roque do Pico (+74,6%) e Horta (+57,3%);
- Em relação aos municípios da Madeira, anota-se que dois municípios apresentaram taxas negativas de evolução: Funchal (-27,8%, -3,1 M€) e Porto Santo (-4,7%, -14 milhares de euros). Os restantes nove municípios madeirenses aumentaram o volume de receita de IMT com subidas percentuais bastante relevantes das quais se destacam: Câmara de Lobos (+142,6%, +478,8 milhares de euros) e Ribeira Brava (+146,6%, +218,8 milhares de euros) e Machico (+43,8%, +154,6 milhares de euros).

Retomando a análise do comportamento do IMT, a nível nacional, apresenta-se o Ranking R11 com os 35 municípios com menor cobrança de IMT em 2018.

Anota-se que os 35 municípios elencados são todos eles de pequena dimensão, sendo de relevar o facto de os municípios de Gouveia e Vila Velha de Ródão não apresentarem cobrança de IMT em 2018 e, outros dezasseis, apresentarem diminuição do volume desta coleta⁴⁹.

Ainda sobre a **variação das duas principais receitas fiscais – IMI e IMT** – apresenta-se o Quadro 2.22 com o número de municípios que apresentaram, entre 2008 e 2018, descida da coleta de IMI ou de IMT e descida conjugada destas duas receitas.

⁴⁸ Não se conhece o valor cobrado por Santa Cruz das Flores

⁴⁹ O relevante número de municípios de pequena dimensão que apresentaram descida do volume de IMT em 2018, demonstra a desigualdade de oportunidades económicas entre municípios de pequena e grande ou média dimensão.

R11 – Municípios com menor receita cobrada de IMT em 2018 e respetivo peso na receita total

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mand. 18-21	IMT / Rec. total	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Gouveia	P	322 209	351 685	209 352	201 023	102 593	85 767	156 034	104 128	193 727	137 208	0	0,0%
2	Vila Velha de Ródão	P	42 013	65 168	41 078	206 400	168 591	140 139	96 098	56 641	948 985	32 441	0	0,0%
3	Corvo	P	472	174	2 532	5 167	0	3 979	530	298	3 775	61 173	4 342	0,2%
4	Arronches	P	36 664	47 531	37 174	42 858	16 395	160 084	108 523	94 773	182 263	60 026	8 194	0,1%
5	Barrancos	P	63 098	12 855	10 666	20 637	5 510	28 808	9 198	6 684	6 509	15 420	8 738	0,2%
6	Sardoal	P	93 412	81 005	53 580	92 751	126 021	66 068	67 294	33 782	26 472	28 586	26 414	0,4%
7	Manteigas	P	18 913	23 088	26 943	54 606	22 295	19 752	56 687	38 160	23 195	66 096	26 603	0,5%
8	Pampilhosa da Serra	P	158 645	77 102	55 060	84 348	58 907	26 133	28 561	34 460	41 012	40 482	32 155	0,3%
9	Boticas	P	98 874	63 547	100 947	78 688	49 048	29 496	62 316	42 931	44 553	84 688	35 823	0,4%
10	Fronteira	P	148 417	280 779	60 552	64 449	103 340	40 909	22 821	44 215	75 657	115 088	37 316	0,8%
11	Lajes das Flores	P	25 363	19 671	20 847	35 171	14 023	24 960	9 168	29 385	45 673	18 511	38 036	1,2%
12	Fornos de Algodres	P	90 724	62 996	54 630	89 915	67 595	48 104	35 160	82 850	66 294	40 394	41 767	0,6%
13	Porto Moniz	P	55 976	27 015	33 641	25 901	46 649	35 727	11 266	17 666	19 092	43 038	43 347	0,8%
14	Vila Nova de Paiva	P	80 659	48 634	75 102	59 096	38 589	89 690	37 097	51 215	55 807	36 609	44 321	0,7%
15	Penedono	P	51 152	41 115	42 003	71 713	30 057	48 866	15 498	30 879	44 423	24 171	45 918	0,8%
16	Vila de Rei	P	53 409	90 760	57 221	60 252	37 640	35 232	31 756	42 027	47 575	28 517	46 215	0,7%
17	Miranda do Douro	P	143 351	129 363	119 047	99 666	84 731	95 363	75 580	52 258	78 777	86 616	48 136	0,4%
18	Murça	P	9 302	91 095	76 925	91 742	45 379	82 747	50 222	33 122	51 443	46 449	48 140	0,7%
19	Castanheira de Pera	P	35 900	50 407	36 687	43 003	25 257	31 737	67 947	46 115	41 821	38 396	49 192	0,9%
20	Oleiros	P	63 465	110 224	68 881	54 012	44 992	34 665	40 222	62 633	41 973	35 706	53 554	0,6%
21	Freixo de Espada à Cinta	P	54 537	135 889	48 098	57 268	30 139	25 683	44 057	57 307	101 489	43 088	54 572	0,8%
22	Santa Cruz da Graciosa	P	92 962	81 053	76 888	92 474	41 912	21 214	35 674	42 398	60 581	43 643	56 248	1,1%
23	Góis	P	108 504	126 048	88 354	64 233	67 162	53 580	66 436	64 612	54 056	84 674	58 087	0,7%
24	Santana	P	203 928	110 178	137 410	73 104	61 359	35 263	50 743	33 434	40 222	51 953	58 233	0,8%
25	Sta. Marta de Penaguião	P	99 700	204 650	83 790	106 484	54 485	66 819	148 417	132 016	79 260	87 685	61 611	0,9%
26	Lajes do Pico	P	34 747	126 842	37 256	46 474	26 650	26 437	53 912	39 950	69 547	52 030	69 460	1,3%
27	Calheta (R. A. A.)	P	112 100	50 125	70 230	29 090	28 858	42 287	39 610	73 897	36 321	77 485	69 757	1,4%
28	Alfândega da Fé	P	80 424	91 359	90 542	106 409	120 144	65 804	53 987	72 364	77 273	55 249	71 329	0,8%
29	Figueiró dos Vinhos	P	164 777	103 087	103 516	151 749	89 900	106 757	162 153	69 912	93 366	100 171	72 214	0,8%
30	Aguiar da Beira	P	69 881	73 193	83 973	59 776	90 651	48 328	40 185	60 637	56 974	62 772	72 434	1,0%
31	Almeida	P	126 099	76 790	89 505	71 226	40 803	63 129	43 063	52 233	104 189	78 300	76 900	0,7%
32	Sernancelhe	P	110 380	80 001	44 093	54 448	41 279	65 062	67 317	34 849	65 290	85 594	77 441	0,8%
33	Crato	P	83 053	70 479	343 235	466 605	75 234	170 285	41 483	11 364	100 773	76 998	78 763	1,0%
34	Constância	P	127 368	157 886	62 474	224 119	48 230	148 541	37 552	50 093	163 754	64 030	79 328	1,2%
35	Penalva do Castelo	P	86 276	94 425	128 456	56 002	66 084	48 842	96 073	84 134	84 978	99 556	80 011	0,9%

Quadro 2.22 – Número de municípios com descida de IMI e IMT

	Número de municípios										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Com diminuição do IMI	40	143	76	23	49	31	13	44	265	134	55
Com diminuição do IMT	198	221	161	188	228	180	152	121	93	98	93
Com diminuição conjugada do IMI e IMT	27	109	19	17	36	19	6	16	78	47	14

Da análise do Quadro 2.22 constata-se em relação a 2018:

- O número de municípios que apresentaram diminuição de IMI baixou 59%, tendo apenas 55 municípios apresentado decréscimo do valor desta coleta;
- Em relação ao IMT verifica-se que 93 municípios apresentarem diminuição desta receita, isto é, menos 5 municípios que os contabilizados em 2017;
- Diminuiu significativamente (-70,2%, - 33 municípios) o número de municípios que apresentaram, em simultâneo, descida de IMI e de IMT. Esta situação poderá traduzir-se numa maior sustentabilidade financeira dos municípios e numa consequente maior autonomia financeira

IUC (Imposto único de circulação) e Derrama

- No que se refere à coleta do IUC e da Derrama, verifica-se que o seu peso médio na receita fiscal dos municípios foi respetivamente de 8% e de 8,9%, em 2018, tendo o IUC aumentado ligeiramente esse peso em +0,1% e a Derrama diminuído em -0,8%.
- Observando a evolução destas receitas em 2018, constata-se que o montante cobrado de IUC aumentou +6,1% (+16M€), enquanto a Derrama diminuiu (-4,8%, isto é -16M€).
- Anota-se que 92 municípios do universo autárquico, não apresentaram registo de valor da Derrama, em 2018.

Reportado a 2018, apresenta-se o *Ranking* R12 com os 35 municípios que receberam maior valor de Derrama.

Também reportado a 2018 apresenta-se o *Ranking* R13 com os 35 municípios com maior coleta de IUC

O *Ranking* R14 mostra os 35 municípios com menor valor cobrado de IUC em 2018 .

R12 – Municípios com maior receita de Derrama cobrada em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Lisboa	G	78 522 248	114 599 859	113 947 355	72 302 326	93 374 749	55 173 667	59 611 292	57 471 495	67 483 751	97 829 675	78 542 449
2	Porto	G	15 409 892	18 371 334	14 668 310	14 094 445	10 346 662	16 654 349	15 069 432	11 102 356	20 860 133	17 882 303	16 924 485
3	Oeiras	G	15 942 113	20 468 800	14 769 874	15 418 320	13 820 447	22 185 870	10 976 819	15 342 152	15 338 002	18 033 968	16 564 877
4	Sintra	G	7 740 459	9 914 464	8 397 695	5 835 709	6 011 969	6 751 699	4 446 280	8 541 423	7 867 446	7 680 944	8 190 770
5	Maia	G	7 548 801	10 404 754	6 450 484	5 076 979	5 604 062	5 315 095	3 752 412	6 365 321	7 959 509	8 014 078	8 167 628
6	Matosinhos	G	4 896 796	10 717 516	8 107 357	5 749 285	7 500 403	5 249 751	4 572 732	5 484 004	4 619 528	6 621 169	6 840 636
7	Vila Nova de Gaia	G	5 079 779	4 501 033	4 839 491	5 192 776	4 552 420	3 868 402	4 652 993	4 656 326	5 779 980	6 507 377	6 645 130
8	Braga	G	2 607 317	4 283 088	3 200 901	3 759 727	3 804 487	2 774 041	3 502 429	4 009 208	4 953 554	4 942 781	6 069 756
9	Loures	G	6 067 339	5 649 869	7 657 245	5 096 311	4 833 561	4 596 574	2 939 362	4 071 446	5 924 182	5 905 148	6 058 203
10	V. Nova Famalicão	G	2 641 503	3 371 326	1 327 595	5 918 772	10 233 817	0	6 754 339	0	6 089 191	6 219 746	6 042 160
11	Cascais	G	9 457 874	6 009 077	4 412 883	0	0	0	2 387 455	1 500 879	5 494 596	4 438 331	5 860 657
12	Viana do Castelo	M	528 442	2 662 977	1 275 437	2 957 880	2 319 138	2 850 664	2 513 837	2 475 863	3 269 542	3 222 416	4 720 784
13	Setúbal	G	4 105 712	3 764 801	2 202 992	3 989 160	3 974 790	3 691 339	4 438 972	2 152 930	3 545 717	5 704 615	4 527 987
14	Sines	P	2 347 907	2 202 364	3 901 936	2 542 598	2 803 797	3 633 977	0	0	1 984 107	4 342 763	4 377 920
15	Leiria	G	3 498 786	3 815 050	2 739 590	3 087 427	2 732 435	2 612 160	3 095 854	3 188 557	3 966 028	4 187 865	4 341 147
16	Santa Maria da Feira	G	2 419 116	3 381 010	1 400 173	2 164 993	2 114 327	2 563 203	2 884 026	2 380 400	3 426 340	4 445 061	4 120 236
17	Guimarães	G	1 428 400	2 227 414	1 979 858	2 157 916	2 142 678	1 973 542	2 590 761	2 983 420	3 991 282	4 082 862	4 031 317
18	Aveiro	M	3 159 652	2 468 195	2 305 395	2 863 021	2 418 083	2 317 453	2 014 812	2 764 569	2 958 770	3 600 373	4 004 979
19	Figueira da Foz	M	2 220 563	3 634 375	1 125 583	3 873 462	4 719 017	1 438 661	1 403 270	2 439 564	2 839 057	4 620 116	3 979 524
20	Almada	G	982 881	2 611 686	2 262 735	3 852 373	3 586 010	1 948 383	2 095 668	1 760 826	2 846 752	2 864 417	3 445 102
21	Amadora	G	2 148 424	4 863 765	3 882 160	5 472 051	3 050 493	2 339 952	1 990 585	2 596 479	2 764 502	2 932 373	3 297 073
22	Gondomar	G	1 647 355	2 154 130	1 804 307	2 640 518	2 280 350	2 090 434	1 667 001	1 479 886	2 393 428	2 574 129	3 170 797
23	Coimbra	G	2 608 468	3 864 079	3 068 650	3 862 064	3 139 381	2 368 437	1 736 080	1 214 317	5 240 206	9 192 342	2 887 843
24	Palmela	M	3 540 683	2 947 976	1 815 467	2 357 515	2 993 097	2 346 285	2 278 903	2 836 669	2 256 597	2 002 217	2 705 567
25	Vila Franca de Xira	G	2 030 910	5 287 467	1 432 298	2 241 205	2 029 488	2 023 496	2 146 469	2 448 014	2 780 404	2 562 223	2 628 864
26	Faro	M	1 188 866	2 508 108	1 243 704	1 544 085	1 816 131	754 807	1 334 817	1 205 153	2 085 452	1 994 514	2 457 189
27	Seixal	G	5 303 232	0	591 046	1 743 857	1 047 268	848 871	1 950 348	1 450 402	1 281 300	2 076 876	2 312 516
28	Vila do Conde	M	1 500 394	2 273 567	442 916	2 092 799	1 853 015	1 153 155	2 118 112	1 894 872	1 996 649	2 064 153	2 311 237
29	Oliveira de Azeméis	M	855 417	1 129 553	700 860	1 267 901	953 775	951 538	1 100 408	1 261 171	1 590 185	1 351 056	2 273 623
30	Marinha Grande	M	1 250 855	1 020 097	927 158	1 158 111	1 119 106	915 893	1 300 307	1 976 446	1 778 733	1 892 235	2 179 419
31	Barcelos	G	874 079	1 098 382	55 067	2 103	810 628	917 399	1 247 456	1 500 793	1 686 675	1 884 329	2 158 674
32	Torres Vedras	M	1 656 575	1 666 275	1 104 003	1 141 035	1 097 698	886 510	1 709 726	503 970	2 185 713	1 683 906	2 155 039
33	Viseu	M	1 952 846	1 062 120	2 105 845	2 889 199	3 232 495	1 684 449	2 638 917	1 346 950	2 134 092	2 207 998	2 084 984
34	Trofa	M	1 396 539	1 184 177	750 029	964 621	834 445	783 511	1 221 322	1 371 851	1 518 062	1 458 320	1 897 431
35	Alenquer	M	2 187 610	1 237 722	1 174 890	2 041 886	1 541 567	633 902	736 501	152 629	1 445 533	1 646 014	1 827 378

R13 – Municípios com maior receita de IUC cobrada em 2018

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Lisboa	G	11 652 654	13 059 661	13 716 277	14 555 684	15 846 624	19 434 189	18 730 547	17 927 774	18 179 130	19 430 625	20 354 330
2	Oeiras	G	5 801 041	7 133 457	7 810 584	8 826 210	9 275 219	10 735 838	10 903 529	11 860 076	12 073 793	13 123 949	13 334 677
3	Sintra	G	5 312 176	6 217 023	6 667 724	7 446 314	8 261 409	10 096 148	10 226 286	10 121 033	10 458 914	11 525 745	12 271 426
4	Vila Nova de Gaia	G	3 865 630	4 425 120	4 647 859	4 976 581	5 651 218	7 299 496	7 536 385	7 234 436	7 112 130	7 507 544	8 329 570
5	Cascais	G	3 436 702	3 897 679	4 086 160	4 386 327	5 118 006	6 422 512	6 121 292	5 808 788	5 884 859	6 326 753	6 703 881
6	Porto	G	3 638 400	4 102 192	4 243 750	4 506 697	5 023 923	6 488 934	6 279 762	5 627 328	5 781 375	6 293 240	6 477 108
7	Loures	G	3 223 151	3 462 205	3 402 978	3 732 854	4 080 825	4 912 457	5 216 453	5 025 128	4 789 743	4 936 439	5 803 016
8	Braga	G	2 249 265	2 649 957	2 818 279	3 105 318	3 531 567	4 440 130	4 300 411	4 227 296	4 262 227	4 436 605	4 748 764
9	Amadora	G	2 328 694	2 636 267	2 736 283	2 896 382	3 182 465	3 616 589	3 286 605	3 183 052	3 508 277	3 994 698	4 295 975
10	Matosinhos	G	2 539 921	2 836 090	2 978 085	3 211 135	3 576 708	4 330 668	3 858 920	3 693 859	3 720 845	3 973 159	4 179 698
11	Almada	G	2 201 522	2 477 738	2 585 121	2 747 547	3 060 963	3 818 337	3 590 068	3 401 329	3 412 275	3 713 776	3 879 417
12	Leiria	G	1 802 598	2 081 156	2 247 814	2 523 298	2 933 413	3 655 925	3 360 317	3 257 436	3 355 254	3 595 867	3 855 585
13	Guimarães	G	1 837 779	2 102 119	2 237 779	2 415 157	2 773 101	3 582 685	3 527 256	3 374 818	3 433 827	3 594 097	3 820 483
14	Seixal	G	2 022 487	2 286 287	2 412 712	2 555 900	2 904 456	3 569 982	3 402 793	3 277 680	3 304 356	3 578 109	3 773 884
15	Coimbra	G	1 928 776	2 217 299	2 362 573	2 612 083	2 914 375	3 740 260	3 568 091	3 403 451	3 388 886	3 494 182	3 668 508
16	Maia	G	1 880 483	2 127 162	2 243 175	2 398 317	2 722 852	3 382 185	3 192 792	3 068 351	3 128 533	3 394 830	3 560 797
17	Santa Maria da Feira	G	1 758 852	1 977 471	2 109 673	2 284 220	2 634 518	3 291 748	3 034 906	2 989 599	3 077 477	3 295 429	3 518 651
18	Gondomar	G	1 852 877	2 095 811	2 223 429	2 366 163	2 682 856	3 400 533	3 105 452	3 022 722	3 082 219	3 280 096	3 497 142
19	V. Nova Famalicão	G	1 625 962	1 890 808	2 009 073	2 158 501	2 469 565	3 120 258	3 087 219	3 003 415	3 043 968	3 217 324	3 397 958
20	Odivelas	G	1 706 092	1 942 446	2 055 761	2 207 432	2 485 741	3 108 963	3 027 498	2 874 353	2 905 070	3 173 037	3 330 918
21	Vila Franca de Xira	G	1 740 853	1 958 229	2 049 897	2 180 422	2 392 891	2 921 697	2 821 583	2 711 165	2 736 098	2 946 907	3 101 768
22	Setúbal	G	1 728 675	1 971 004	2 058 016	2 162 330	2 401 948	3 004 186	2 970 806	2 847 258	2 790 038	2 872 712	3 049 665
23	Barcelos	G	1 450 352	1 687 255	1 781 299	1 914 219	2 198 239	2 683 408	2 583 604	2 528 875	2 624 871	2 795 146	3 012 745
24	Funchal	G	1 551 719	1 787 140	1 861 337	2 012 393	2 217 266	2 718 990	2 716 742	2 609 780	2 526 054	2 559 756	2 720 086
25	Loulé	M	1 332 439	1 538 799	1 608 186	1 678 642	1 955 118	2 463 440	2 326 955	2 176 362	2 267 610	2 505 290	2 675 967
26	Viseu	M	1 256 347	1 449 896	1 555 561	1 724 478	1 963 571	2 376 104	2 208 610	2 155 140	2 224 983	2 359 138	2 513 627
27	Mafra	M	1 045 050	1 214 637	1 321 058	1 421 758	1 649 817	2 027 960	1 951 400	1 901 054	1 934 838	2 125 853	2 288 088
28	Viana do Castelo	M	1 135 965	1 309 470	1 385 098	1 505 961	1 722 251	2 070 849	1 990 897	1 921 838	1 941 957	2 056 406	2 187 335
29	Faro	M	1 177 520	1 339 712	1 404 250	1 517 438	1 710 739	2 145 281	2 103 578	1 987 148	1 933 400	2 003 039	2 139 129
30	Aveiro	M	1 118 464	1 294 328	1 369 759	1 466 606	1 639 929	1 981 087	1 893 011	1 832 082	1 876 617	2 018 106	2 107 650
31	Valongo	M	1 050 424	1 194 078	1 252 528	1 356 985	1 552 007	1 992 196	1 817 550	1 760 827	1 805 600	1 935 044	2 093 723
32	Torres Vedras	M	1 011 084	1 186 071	1 241 492	1 349 838	1 537 174	1 877 694	1 779 796	1 717 648	1 739 367	1 772 664	2 068 192
33	Paredes	M	863 142	999 206	992 272	1 245 319	1 328 341	1 739 012	1 611 261	1 565 977	1 626 461	1 793 005	2 023 248
34	Vila do Conde	M	928 314	1 076 161	1 145 742	1 235 874	1 424 769	1 821 781	1 702 233	1 652 763	1 679 754	1 799 364	1 918 073
35	Oliveira de Azeméis	M	869 278	983 608	1 043 262	1 120 346	1 273 512	1 595 711	1 526 560	1 526 490	1 586 141	1 702 197	1 820 963

R14 – Municípios com menor receita de IUC cobrada em 2018

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Corvo	P	2 260	3 248	2 853	3 133	5 152	8 823	8 108	7 125	6 673	5 419	7 632
2	Barrancos	P	15 553	17 920	19 452	20 403	25 779	31 262	26 011	23 890	25 449	26 600	27 102
3	Lajes das Flores	P	14 144	15 073	21 401	17 103	20 714	33 864	30 659	28 975	29 004	29 890	30 248
4	Alvito	P	21 644	25 599	26 122	28 187	34 008	45 406	39 973	36 334	36 496	40 195	44 396
5	Porto Moniz	P	17 274	22 551	23 196	26 886	32 919	41 378	39 620	37 573	37 155	42 124	46 294
6	Alcoutim	P	24 507	27 234	29 573	31 446	33 737	50 498	41 974	40 941	40 412	43 057	46 643
7	Mourão	P	25 078	25 472	31 108	30 996	36 152	46 932	42 836	39 521	37 542	45 714	47 503
8	Vila Velha de Ródão	P	26 946	27 907	33 240	36 097	41 636	53 431	46 547	45 054	48 716	50 302	51 240
9	Vila de Rei	P	25 747	30 167	34 499	36 309	44 053	48 038	46 325	45 586	46 478	49 028	52 524
10	Monforte	P	26 737	31 446	33 642	37 072	39 759	53 756	45 573	45 998	46 774	52 350	55 203
11	Gavião	P	26 746	34 255	38 445	40 487	43 437	57 544	56 742	52 406	56 661	54 163	58 192
12	Freixo de Espada à Cinta	P	28 007	32 224	30 331	36 572	41 396	59 028	56 488	0	53 885	49 927	58 536
13	Fronteira	P	31 923	38 224	41 436	42 680	53 151	63 454	60 899	52 845	53 505	51 900	58 882
14	Arronches	P	29 512	34 208	36 029	38 297	47 074	58 795	54 951	53 231	52 567	54 049	59 570
15	Crato	P	34 119	38 419	41 031	44 106	51 569	66 865	56 629	56 253	55 027	58 668	59 753
16	Castanheira de Pera	P	31 172	37 268	38 280	39 793	46 198	64 311	58 881	50 576	53 024	59 094	61 263
17	Manteigas	P	31 678	38 283	41 399	45 228	49 111	56 638	57 361	57 141	57 431	58 318	61 731
18	Castelo de Vide	P	36 348	39 264	42 372	44 786	49 141	69 102	61 416	60 644	60 229	61 375	61 877
19	Alter do Chão	P	29 839	36 719	35 644	47 752	49 813	62 590	56 249	52 662	50 047	58 209	61 981
20	Pampilhosa da Serra	P	30 811	36 536	38 780	41 588	50 004	60 205	56 382	55 486	54 995	58 738	62 022
21	Penedono	P	28 824	32 525	34 763	37 013	48 611	56 770	57 807	53 672	53 118	55 878	62 413
22	Marvão	P	35 541	40 725	43 479	42 361	51 394	70 149	57 228	61 088	57 572	61 774	62 796
23	Nordeste	P	28 838	34 111	36 979	39 521	48 545	69 256	56 499	55 950	57 946	62 078	65 432
24	Calheta (R. A. A.)	P	27 994	37 158	40 278	45 303	57 039	70 407	66 351	61 273	60 383	56 355	67 977
25	Mesão Frio	P	37 970	45 659	48 172	48 989	55 078	73 690	64 456	65 094	67 320	69 179	72 768
26	Oleiros	P	37 493	44 307	46 213	50 675	57 380	73 498	77 948	69 540	70 391	67 713	72 830
27	Sardoal	P	39 205	47 663	49 568	55 801	59 898	75 181	72 145	66 036	58 843	64 625	73 867
28	Góis	P	37 424	43 866	47 653	49 724	56 083	82 344	74 961	71 378	71 775	73 338	81 092
29	Vimioso	P	36 928	44 209	46 710	52 396	72 016	85 458	84 979	78 927	76 211	79 648	82 786
30	Penamacor	P	43 068	50 038	52 005	56 718	68 309	87 989	82 038	78 027	78 504	81 016	83 840
31	Cuba	P	39 653	46 443	50 862	54 776	59 629	82 629	73 161	68 983	71 557	77 041	84 996
32	Pedrógão Grande	P	36 057	44 821	46 737	49 976	62 844	82 943	72 842	72 028	73 418	80 555	85 012
33	Lajes do Pico	P	34 243	40 477	45 886	48 804	69 509	89 923	77 214	70 223	74 005	77 161	85 183
34	Avis	P	42 265	50 240	53 042	55 292	62 030	81 711	81 267	75 958	76 374	80 048	86 446
35	Santa Cruz da Graciosa	P	40 507	48 072	49 802	50 887	69 341	93 402	86 940	81 687	75 817	81 944	86 867

2.2.2.4. Venda de bens e serviços correntes e venda de bens duradouros

Outra receita autárquica com significado no total cobrado pelos municípios é a que resulta da venda de bens e serviços⁵⁰ e da venda de bens duradouros. Logo a seguir às transferências e às receitas fiscais, estas duas categorias de receita autárquica constituem, em conjunto, o montante arrecadado com maior significado, apresentando um valor bastante superior ao dos passivos financeiros .

Em 2018 o conjunto do valor destas duas rubricas orçamentais cresceu +3,1% e passou a representar 11,8% da receita total, graças à venda de 911,4 M€ de bens e serviços e à venda de 98,2M€ de bens duradouros (ativos fixos).

A componente essencial no conjunto da venda de bens e serviços é a venda de bens e serviços correntes, que apresentou em 2018 um crescimento de +2,9% (+26M€) ao registar a receita de 911,4M€. A venda de bens de investimento que em 2017 tinha crescido +38,7% (+26,1M€), neste ano de 2018 continuou a crescer, mas a uma taxa bastante inferior (+5%) apresentando o montante absoluto de 98,2M€.

Enquanto o volume da venda de bens e serviços correntes apresentou um crescimento nos últimos dez anos, atingindo maior valor em 2018, o produto da venda de bens de capital foi variando ao longo destes dez anos, tendo o montante registado em 2018 sido inferior ao contabilizado em 2008 (- 27,2%), em 2010 (- 16,1%) e 2015 (- 9,4%).

Mais se refere que 61 municípios não apresentaram, em 2018, qualquer registo de receita proveniente da Venda de Bens Duradouros.

VENDA DE BENS DURADOUROS

O *Ranking* R15 apresenta os municípios com maior volume de receita proveniente da venda de bens de capital. Recorde-se que o valor arrecadado em 2018, pelo universo dos municípios, foi de 98,2M€.

⁵⁰ Anota-se que, estando esta análise centrada nos municípios e por isso na produção de bens e serviços realizados pelos serviços municipais, não se reflete nesta estrutura da receita o valor da produção e venda de bens e serviços realizados pelas estruturas municipais desconcentradas, isto é, pelo sector empresarial local ou serviços municipalizados.

R15 – Municípios com maior volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2018

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Lisboa	G	7 447 330	7 974 107	23 515 807	14 794 713	28 991 270	14 823 787	46 283 250	72 717 796	22 855 069	45 553 521	44 396 753
2	Cascais	G	264 430	656 112	1 407 815	2 168 770	631 913	727 115	291 200	460 855	403 965	7 845 189	7 208 941
3	Porto	G	4 555 134	11 580 674	8 503 557	9 499 682	2 083 564	11 609 308	9 009 247	4 172 605	4 164 103	5 778 784	5 322 546
4	Aveiro	M	1 647 101	3 126 622	626 424	1 402 180	1 083 030	298 863	55 140	553 055	20 497	33 786	5 157 691
5	Elvas	M	207 552	23 984	17 312	15 387	42 264	99 564	87 585	121 267	109 536	34 709	3 400 000
6	Leiria	G	4 213	0	0	1 030	16 813	304 291	276 455	163 000	767 466	66 595	2 296 872
7	Cantanhede	M	930 810	986 613	70 084	87 416	579 375	192 118	66 336	96 000	313 378	494 769	1 744 747
8	Sines	P	77 504	16 500	1 131 990	437 170	3 356 852	525 520	376 757	1 464 320	162 950	1 148 724	1 559 000
9	Olhão	M	588 430	35 601	2	6	0	56 400	0	0	0	213	1 524 500
10	Estarreja	M	936 218	1 735 505	756 848	665 818	24 195	45 909	337 070	152 284	2 243 622	1 034 716	1 085 845
11	Viana do Castelo	M	2 347 553	356 227	228 362	356 131	1 978 681	1 013 498	309 885	247 030	1 943 847	4 784 148	931 164
12	Sintra	G	228 773	1 228 988	348 228	1 614 564	167 959	492 418	373 275	571 273	506 047	1 561 851	805 109
13	Matosinhos	G	14 700	4 608 300	51 582	221 420	1 544	5 746	10 491	23 047	599 074	1 390 755	653 481
14	Mafra	M	411 429	419 220	7 404	1 920	36 973	1 700	806 101	2 100	1 112 376	5 377	650 000
15	Guarda	M	129 068	397 998	553 081	2 415 052	2 013 667	123 713	158 328	167 022	129 463	302 581	643 154
16	Oeiras	G	4 186 018	699 561	1 086 551	310 609	258 380	93 744	233 971	479 601	652 875	189 756	624 778
17	Penafiel	M	576 452	117 257	25 188	105 150	50 420	8 500	315 500	0	607 343	1 000	588 138
18	Nazaré	P	0	1 650 000	288 700	511 831	100 000	264 000	246 515	1 702 764	2 032	43 725	532 859
19	Grândola	P	712 675	639 332	295 530	412 205	298 686	73 406	208 672	349 956	175 090	992 990	529 579
20	Figueira da Foz	M	1 394 235	1 062 732	259 425	141 280	346 007	461 764	1 005 579	180 493	561 217	551 481	519 000
21	Angra do Heroísmo	M	299 983	334 452	475 411	0	100 955	56 595	120 295	0	114 459	61 023	453 905
22	Ponte de Lima	M	12 688	19 233	25 000	10 820	200 712	37 052	245 945	237 781	188 704	515 521	452 151
23	Lagoa (Algarve)	M	106 886	2 460	1 250	0	0	0	4 500	0	15 814	53 641	397 125
24	Praia da Vitória	M	2 188 723	996 950	2 937 265	1 745 000	240 116	1 027 400	585 601	211 301	297 501	252 500	391 502
25	Vila Velha de Ródão	P	59 551	40 767	545 274	265 884	102 926	12 671	5 053	12 437	4 329	20 752	387 988
26	Vila Franca de Xira	G	424 151	216 975	88 944	2 117 470	134 298	102 235	86 686	143 276	214 757	87 505	381 522
27	Castelo Branco	M	728 470	611 531	672 967	337 978	803 701	580 752	146 218	233 741	22 944	1 578 017	381 407
28	São João da Madeira	M	1 333 946	459 778	326 920	442 741	208 836	91 808	4 613	72 910	1 421 718	790 453	372 885
29	Castro Verde	P	301 081	20 696	0	500	5 199	171 320	2 583	80 350	0	30 501	370 433
30	Tomar	M	28 057	275 312	145 707	275 740	262 302	214 294	263 494	87 671	9 271	233 354	343 121
31	Vagos	M	2 324 346	289 899	44 906	24 088	58 452	337 636	94 849	53 537	4 800	358 898	340 550
32	Coimbra	G	542 153	1 572 148	1 347 151	3 297 764	61 704	5 985	18 749	369 640	35	210 240	326 094
33	Vila Nova de Gaia	G	12 487 340	7 862 694	139 486	401 023	91 388	231 392	34 886	220 367	3 812 193	204 776	322 499
34	Oliveira de Azeméis	M	560 105	26 585	7 538	1 565	223 002	99 734	70 380	41 097	1 279 322	263 972	299 576
35	Penedono	P	287 811	146 601	134 250	199 872	6 634	24 872	17 870	5 710	9 031	310 410	295 096

Da observação do Ranking R15, reportado a 2018, pode-se inferir:

- Um número significativo de municípios apresentou um crescimento extraordinário do produto da venda de bens de capital, tendo onze deles apresentado um aumento superior a 500%. O município de Lisboa, que deverá ser analisado de forma distinta dos restantes, apresenta desde 2010 um resultado muito elevado de venda de bens de investimento, com um crescimento extraordinário no biénio 2014/2015, uma quebra em 2016 e uma retoma no biénio 2017/2018;
- Lisboa apresentou em 2018 uma receita de 44,4M€, isto é, 45,2% do arrecadado pela totalidade dos municípios, todavia, inferior em -2,5% (-1,2M€) ao auferido em 2017, sem, contudo, ter posto em causa a enorme inflexão positiva verificada naquele ano. Ainda em referência à receita de 2018 deste município, anota-se que 37,8M€ provieram da venda de terrenos, 3,3 M€ da venda de habitações e 3,2M€ da venda de edifícios;
- Em segunda posição, na lista dos municípios com maior volume arrecadado na venda de bens de investimento, aponta-se o município de Cascais que, tendo já apresentado um crescimento exponencial desta receita em 2017, manteve em 2018 um nível elevado da mesma, ao registar 7,2M€, pese embora uma ligeira descida de -0,6M€ (-8,1%). Deste montante, 6,5M€ advieram da venda de edifícios;
- O município do Porto tem mantido um valor elevado de venda de bens de investimento, o que o diferencia dos restantes municípios, nestes últimos dez anos, pela estabilidade de valores arrecadados. Tem variado entre a segunda e terceira posição neste ranking, embora em 2018 apresente um ligeiro decréscimo de volume arrecadado (-7,9%, -456 milhares de euros), registando, contudo, um valor elevado de vendas ao

totalizar 5,3M€, dos quais 4,4M€ resultaram da venda de terrenos;

- Para além dos três primeiros municípios assinalados neste Ranking, mais sete apresentaram uma receita de venda de bens de investimento superior a 1M€, sendo que, cinco deles apresentaram um crescimento extraordinário desta receita: Aveiro(+15 165,6%,+5,1 M€); Elvas (+9 695,9%, +3,4 M€); Leiria (+3 349%, +2,3 M€); Olhão (+714 286,1%, +1,5 M€) e Cantanhede (+252,6%, +1,2 M€);
- Relevam, ainda, pelo acréscimo de volume verificado, os municípios de Mafra (+11 988%, +0,6 M€), Penafiel (+ 58 713,8%, +0,6 M€) e Nazaré (+1 118,7%, + 0,5M€). A justificação destes acréscimos e dos referidos no parágrafo anterior é apresentado num quadro infra designado por **Quadro auxiliar da leitura dos quadros R15**.

O quadro auxiliar ao Ranking 15 permitirá ver em que rubricas económicas incidiu o acréscimo de receita de bens de capital, **nos municípios com maior crescimento do volume de vendas de bens duradouros**.

- O **produto da venda de terrenos** foi o que mais influenciou o aumento da receita proveniente de bens duradouros nos municípios com maior crescimento desta receita. A exceção, foi o município de Penafiel⁵¹ que apresentou maior registo em “outros bens de investimento”.

Os *Rankings* R15.A e R15.M apresentam o volume de receitas provenientes da venda de bens de capital pelos municípios dos Açores e da Madeira.

⁵¹ Não foi possível, pela análise do Relatório de Gestão, identificar que bens estiveram em causa.

Quadro auxiliar da leitura dos quadros R15

Unidade: euros

Venda de bens duradouros	2018					Variação 2017-2018				
	Terrenos	Habitações	Edifícios	Outros bens de investimento	TOTAL	Terrenos	Habitações	Edifícios	Outros bens de investimento	TOTAL
Aveiro	4 827 691	0	327 000	3 000	5 157 691	4 793 905	0	327 000	3 000	5 123 905
Elvas	3 400 000	0	0	0	3 400 000	3 377 842	-10 050	0	-2 500	3 365 292
Leiria	1 829 880	0	466 992	0	2 296 872	1 763 285	0	466 992	0	2 230 277
Cantanhede	1 743 910	0	0	836	1 744 747	1 249 196	0	0	781	1 249 978
Sines	1 490 668	49 340	14 890	4 102	1 559 000	386 584	49 340	-29 750	4 102	410 276
Olhão	1 500 000	0	0	24 500	1 524 500	1 499 787	0	0	24 500	1 524 287
Mafra	590 000	0	0	60 000	650 000	590 000	0	0	54 623	644 623
Penafiel	0	0	0	588 138	588 138	0	0	0	587 138	587 138
Nazaré	532 261	0	0	598	532 859	500 261	0	0	-11 127	489 134

R15.A – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2018 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Angra do Heroísmo	M	299 983	334 452	475 411	0	100 955	56 595	120 295	0	114 459	61 023	453 905
2	Praia da Vitória	M	2 188 723	996 950	2 937 265	1 745 000	240 116	1 027 400	585 601	211 301	297 501	252 500	391 502
3	Vila Franca do Campo	P	262 267	32 856	46 340	0	963 846	69 793	50 000	0	0	49 920	159 832
4	Lajes das Flores	P	0	0	0	29 500	42 500	109 500	261 111	0	0	5 000	83 653
5	Madalena	P	18 875	35 457	20 971	19 281	5 481	351 896	34 574	20 246	59 847	175 824	81 711
6	Lagoa (R.A.A)	P	1 692 990	62 000	330 096	57 861	11 584	34 602	6 120	68 770	28	33	53 733
7	Ribeira Grande	M	42 717	25 926	142 668	20 444	38 682	38 201	18 875	50 080	58 096	479 763	35 885
8	Horta	P	25 291	20 107	23 812	42 884	9 733	10 011	6 035	375	1 912	17 044	17 397
9	Ponta Delgada	M	879 286	4 716 826	12 951	4 770	5 465	3 478	3 731	3 877	8 162	8 287	5 687
10	Calheta (R. A. A.)	P	2 749	2 224	3 032	2 421	2 275	1 908	5 738	3 505	3 707	3 105	2 301
11	Nordeste	P	0	0	73 283	122	41	14 995	0	0	47 500	0	1 758
12	Povoação	P	0	2 000	850	947 250	1 460	447 950	173 175	182 400	183 845	5 650	1 485
13	Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
14	Lajes do Pico	P	0	250	0	1 325	0	0	5 688	182 113	9 450	0	0
15	Santa Cruz da Graciosa	P	0	0	0	10 100	0	4 593	0	0	0	0	0
16	Santa Cruz das Flores	P	11 288	302 882	39 340	0	0	0	12 700	0	0	0	0
17	São Roque do Pico	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	Velas	P	174 384	148 346	0	143 958	70 000	0	0	0	0	0	0
19	Vila do Porto	P	0	0	20 988	0	6 960	0	0	0	0	0	0

R15.M – Volume da receita cobrada na venda de bens duradouros em 2018 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	São Vicente	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	140 951
2	Santa Cruz	M	0	55 300	17 811	18 827	56 480	1 650	6 128	0	0	0	5 224
3	Câmara de Lobos	M	0	0	9 000	17 041	4 071	39 145	6 482	14 303	19 478	850	1 940
4	Calheta (R. A. M.)	P	0	0	0	0	0	129 837	0	0	0	31 829	0
5	Funchal	G	120 080	121 058	46 347	132 136	52 677	0	29 257	0	87 853	9 100	0
6	Machico	M	0	1 100	0	0	0	0	0	0	0	25 250	0
7	Ponta do Sol	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Porto Moniz	P	0	8 535	566	8 014	0	0	0	605	1 815	0	0
9	Porto Santo	P	41 304	12 080	2 610	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Ribeira Brava	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Santana	P	18 705	6 482	7 000	17 620	3 500	0	3 500	0	3 550	3 500	0

- Relativamente à venda de bens de capital, anota-se o acréscimo de produto obtido pelos municípios Açorianos de Angra de Heroísmo (+643,8%, +393 milhares de euros), Praia da Vitória (+55,1%, +139 milhares de euros) e Vila Franca do Campo (+220,2%, +109,9 milhares de euros). Em relação aos dois primeiros municípios o produto obtido resultou da venda de terrenos. Em relação a Vila Franca do Campo, a receita adveio da venda de habitações.
- Em relação aos municípios madeirenses, apenas há a referir a inscrição desta receita obtida pela primeira vez, pelo município de São Vicente no valor de 141 milhares de euros, como resultado da venda de edifícios municipais.

VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

Dada a relevância do produto da venda de bens e serviços correntes na receita total dos municípios, nomeadamente nos municípios de maior dimensão, apresenta-se o Ranking R16 correspondente aos 35 municípios com maior resultado obtido nesta rubrica económica da receita.

Da observação do Ranking R16 infere-se em relação ao ano económico de 2018:

- O produto da venda de bens e serviços correntes do município de Lisboa, no montante de 124,7 M€, representou, em 2018, 13,7% do total das vendas correntes efetuadas pelo conjunto de municípios. Daquele valor, 110,4M€ advieram da venda de serviços;
- Nesta listagem dos 35 municípios com maior volume de venda de bens e serviços correntes, a amplitude dos volumes arrecadados foi enorme: o primeiro município da lista registou 122,3 M€ e o último (o trigésimo quinto) 5,5 M€. O segundo município desta lista - Funchal - arrecadou 18,9% do produto obtido por Lisboa. Anota-se o elevado nível de receita apresentado pelo município do Funchal, bem como o seu crescimento em +11,6% (+2,5 M€) em 2018;
- Os municípios de Funchal e Albufeira apresentam níveis de receita de bens e serviços correntes superiores ao 20M€ desde 2012, entrando para este grupo o município do Seixal a partir de 2016 e Cascais com o resultado obtido em 2018. Da análise das contas dos municípios, constatou-se que o acréscimo extraordinário de produto desta receita apresentado pelo município de Cascais, resultou, fundamentalmente, do acréscimo da venda serviços de +12,4

- M€ (+165 %) situação comum à generalidade dos municípios;
- Será de anotar, em 2018, a diminuição de receita registada em venda de bens e serviços pela Câmara do Porto, em -59,5% (-10,6M€), passando de um resultado de 17,7M€ em 2017 para 7,2M€ no ano económico em apreço. Esta descida de receita adveio essencialmente da quebra de produto da venda de serviços em -10,3M€. Mais se anota que entre 2009 e 2011 a receita registada nesta rubrica ultrapassou os 20M€;
- Assinala-se, ainda, o crescimento da venda de bens e serviços correntes apresentado pelo município da Guarda em +89,1% (+4,2M€), ao totalizar a verba de 8,8 M€. As razões apontadas para este crescimento advêm do aumento conjugado da venda de bens correntes em +1,7M€ e de serviços em +2,4M€.

Apresenta-se o *Ranking* R16.A, homólogo ao anterior, mas desta vez relativo ao montante da venda de bens e serviços de todos os municípios dos Açores dado o número limitado dos mesmos.

- Da observação do Ranking R16.A, constata-se que dois municípios açorianos, Ribeira Grande e Ponta Delgada, têm obtido um resultado relevante com a venda de bens e serviços correntes. O primeiro tendo baixado a fasquia dos 4M€, acima da qual apresentou valores de receita no triénio 2015/2017, ao registar, em 2018, 3 970 milhares de euros, isto é, -157,7 milhares de euros (-3,8%). Quanto ao segundo, apresentou um crescimento de +3,1% e registou um valor ligeiramente superior a 3,4M€;
- Será ainda de assinalar a relevância desta receita para os municípios de Lagoa (2,5M€), Horta (1,6M€) e Vila Franca do Campo (1,2M€). Apresenta-se o *Ranking* R16.M, homólogo ao anterior, relativo ao montante da venda de bens e serviços de todos os municípios da Região da Madeira, pelas mesmas razões invocadas para a região dos Açores.
- Da observação do *Ranking* R16.M, verifica-se a distância que separa o município do Funchal dos restantes municípios madeirenses, no que respeita ao resultado da venda de bens e serviços correntes. A receita do município de Funchal, a segunda a nível nacional, já foi objeto de observação supra, pelo que se assinala, neste ponto, a receita obtida pelo município de Santa Cruz que tem registado níveis superiores aos 4M€. O município da Calheta apresenta, comparativamente, um elevado nível de receita de bens e serviços correntes ao faturar perto de 1,4M€.

R16 - Municípios com maior volume de receita de venda de bens e serviços correntes em 2018

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Lisboa	G	62 100 095	54 953 446	54 543 291	54 695 076	64 884 084	72 154 233	67 549 839	94 908 941	96 170 229	122 297 286	124 687 948
2	Funchal	G	23 592 743	22 859 626	22 794 004	19 437 651	21 001 897	28 187 740	21 716 840	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192
3	Albufeira	M	13 312 252	12 605 956	13 912 544	17 366 713	20 943 223	21 909 808	20 671 700	23 171 433	25 865 381	25 223 853	22 967 131
4	Seixal	G	14 171 741	13 902 560	12 261 707	10 152 304	12 390 255	13 916 496	13 311 877	13 554 636	22 397 825	23 608 310	22 754 123
5	Cascais	G	7 371 147	7 478 240	8 664 857	8 457 955	7 719 474	7 441 429	6 606 002	6 583 861	7 365 286	7 653 504	20 353 619
6	V. Nova Famalicão	G	10 952 700	11 515 985	12 236 804	13 260 428	13 716 357	13 988 938	14 172 420	15 092 562	14 085 451	15 493 901	16 472 720
7	Loulé	M	7 497 085	7 009 166	6 765 331	6 771 031	7 110 994	7 221 472	7 359 037	7 736 638	11 156 925	14 417 332	14 310 617
8	Almada	G	8 828 468	8 923 938	9 704 521	9 675 560	9 757 841	10 807 033	10 931 500	11 550 164	11 927 734	10 024 626	13 604 970
9	Oeiras	G	8 266 260	8 843 511	9 972 276	7 760 012	15 339 804	13 938 599	14 374 156	14 575 963	17 200 713	17 729 303	13 489 071
10	Póvoa de Varzim	M	12 186 193	12 241 946	13 390 898	13 136 080	12 741 512	12 011 615	11 935 784	12 486 663	13 676 385	13 121 371	13 095 222
11	Sesimbra	M	9 405 767	9 454 388	9 560 655	9 923 220	11 031 933	11 185 730	11 274 596	11 609 796	12 361 395	13 128 070	12 909 205
12	Lagoa (Algarve)	M	7 440 239	6 937 187	6 341 719	6 190 203	7 602 699	8 960 205	9 200 515	9 760 750	10 426 963	11 274 212	11 711 765
13	Lagos	M	8 902 798	10 915 207	10 890 184	10 013 393	11 518 079	10 677 114	11 011 573	11 069 067	11 890 102	12 013 099	10 605 670
14	Palmela	M	6 816 899	8 040 743	6 796 399	7 823 621	7 872 853	8 355 813	8 859 968	9 377 913	9 582 489	9 934 166	10 387 909
15	Matosinhos	G	5 561 574	4 780 819	5 885 845	6 797 339	6 757 704	5 621 323	6 803 593	8 139 939	9 242 792	9 359 770	10 386 066
16	Gondomar	G	6 713 730	6 924 552	6 930 747	8 428 120	7 485 212	7 188 311	7 858 792	11 246 614	8 782 839	9 240 019	9 800 095
17	Mafra	M	5 782 105	5 969 975	6 084 537	8 621 649	9 343 217	8 149 230	8 558 962	8 631 369	9 558 717	9 173 329	9 435 272
18	Évora	M	8 538 960	7 865 127	7 251 516	6 459 615	6 586 701	5 886 493	7 032 966	6 164 654	8 506 332	8 641 786	9 284 068
19	Barreiro	M	6 684 213	7 464 772	7 892 982	7 521 197	7 771 280	7 739 718	9 126 837	8 769 509	8 888 373	9 017 848	8 988 446
20	Setúbal	G	6 428 771	5 491 201	5 442 651	5 788 346	5 184 678	4 295 061	5 728 718	6 221 097	7 313 153	8 161 918	8 913 328
21	Guarda	M	4 122 939	3 376 052	3 392 745	3 378 940	3 608 834	3 892 484	4 108 969	4 515 425	4 742 338	4 665 069	8 821 036
22	Vila Franca de Xira	G	7 610 920	8 457 185	9 777 301	10 301 795	10 264 975	11 622 431	10 767 627	10 992 089	10 151 785	9 287 697	8 288 461
23	Leiria	G	2 420 007	2 324 467	3 134 282	4 847 490	2 728 993	3 696 980	4 583 713	4 685 172	6 195 085	5 882 400	7 230 353
24	Amadora	G	8 756 085	8 796 041	10 185 653	10 117 014	9 598 701	9 026 797	9 886 840	8 136 746	7 310 709	7 937 912	7 185 683
25	Porto	G	19 719 144	23 241 717	23 879 863	21 987 053	19 117 370	15 469 387	15 111 871	14 981 743	16 142 891	17 684 244	7 163 199
26	Vila do Conde	M	13 498 270	6 374 127	8 901 066	5 780 805	6 731 650	6 406 489	6 180 974	5 696 355	7 106 531	6 775 362	7 097 852
27	Moita	M	4 987 958	4 808 788	5 924 573	6 049 697	7 140 707	7 028 534	7 003 716	7 001 601	7 041 660	6 988 878	7 036 533
28	Marinha Grande	M	5 278 808	5 895 096	6 162 357	6 360 118	6 031 603	6 150 692	6 052 802	6 418 735	6 573 420	6 902 188	6 721 217
29	Sintra	G	1 471 095	1 553 728	1 598 990	2 088 294	1 730 516	1 774 004	3 280 192	4 631 449	5 783 769	6 163 832	6 473 556
30	Pombal	M	4 318 249	4 284 571	5 960 614	5 340 956	5 872 546	5 716 432	5 835 122	6 212 163	6 290 672	6 208 431	6 132 259
31	Loures	G	6 054 943	5 612 415	7 087 440	5 486 278	8 022 731	6 219 766	5 792 704	5 653 925	5 618 302	5 602 772	6 095 572
32	Bragança	M	4 645 877	4 979 897	5 676 283	5 458 115	5 174 580	5 721 580	5 615 960	5 693 222	6 234 271	5 535 391	5 987 755
33	Felgueiras	M	5 270 041	5 599 548	5 172 691	4 963 583	5 529 756	5 252 958	5 519 575	5 733 282	5 811 212	6 016 617	5 861 638
34	Aveiro	M	1 171 471	1 207 607	1 198 784	1 212 850	1 818 019	1 307 721	4 255 588	6 570 802	6 108 101	5 806 218	5 793 179
35	Viana do Castelo	M	2 919 340	3 198 007	3 212 163	3 137 566	3 057 485	3 149 619	3 274 213	11 545 583	7 658 589	4 953 374	5 522 421

R16.A - Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2018 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Ribeira Grande	M	2 874 405	2 760 825	2 830 394	3 294 141	3 298 883	3 501 243	3 666 319	4 064 648	4 260 983	4 128 632	3 970 883
2	Ponta Delgada	M	2 551 905	2 518 694	2 930 896	2 840 432	2 803 093	2 664 195	2 662 589	2 671 408	3 290 393	3 342 197	3 444 247
3	Lagoa (R. A. A.)	P	1 404 479	1 446 872	1 530 198	1 689 008	1 731 002	1 764 465	2 262 900	2 438 150	2 416 697	2 482 460	2 518 727
4	Horta	P	1 276 378	1 376 966	1 483 628	1 426 194	1 371 815	1 433 205	1 284 525	1 440 115	1 581 311	1 561 015	1 605 275
5	V. Franca do Campo	P	1 132 820	1 149 798	975 140	1 186 381	1 178 319	1 176 742	1 223 459	1 246 091	1 191 194	1 189 606	1 243 667
6	Povoação	P	574 830	515 499	539 730	548 459	528 540	534 787	522 483	677 424	666 768	678 972	943 142
7	Velas	P	413 335	384 020	414 748	512 541	424 782	413 984	601 280	646 704	755 673	826 061	774 060
8	Madalena	P	642 496	578 144	588 908	594 905	578 324	597 470	619 586	645 025	750 639	756 794	699 355
9	Vila do Porto	P	427 824	437 471	391 504	350 009	377 174	365 310	436 836	445 767	460 522	494 851	583 734
10	Lajes do Pico	P	366 938	408 632	428 253	411 085	490 608	501 650	494 279	557 780	545 660	553 592	576 063
11	Angra do Heroísmo	M	460 186	460 017	466 879	434 047	402 423	701 670	808 617	603 247	628 235	588 071	552 546
12	São Roque do Pico	P	349 254	289 417	449 699	394 291	384 604	383 085	385 199	391 143	408 061	403 717	429 911
13	Calheta (R. A. A.)	P	365 980	374 980	382 090	395 737	309 525	327 476	399 667	398 076	394 979	408 238	392 409
14	Sta. Cruz Graciosa	P	330 034	348 553	320 849	349 013	303 211	358 689	301 300	301 027	329 003	302 700	367 901
15	Praia da Vitória	M	324 886	219 696	275 150	290 807	182 425	297 372	213 064	232 996	218 602	353 527	322 828
16	Nordeste	P	31 044	49 869	67 043	27 811	12 906	31 152	28 580	31 878	42 066	33 717	46 210
17	Lajes das Flores	P	238 308	158 391	430 232	237 017	122 587	64 658	151 841	66 000	39 874	51 122	41 819
18	Sta. Cruz das Flores	P	16 056	31 767	0	19 698	33 373	22 172	19 466	22 419	19 841	25 840	27 736
19	Corvo	P	57 492	49 331	20 181	18 494	13 513	12 854	14 593	15 697	15 987	15 803	15 513

R16.M - Volume de receita da venda de bens e serviços correntes em 2018 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Funchal	G	23 592 743	22 859 626	22 794 004	19 437 651	21 001 897	28 187 740	21 716 840	21 437 133	22 640 215	21 164 157	23 617 192
2	Santa Cruz	M	4 122 697	4 141 479	3 580 104	3 338 635	4 335 031	3 798 873	4 083 309	4 326 336	4 172 663	4 397 295	4 310 385
3	Calheta (R. A. M.)	P	554 028	544 725	689 989	719 827	767 146	1 118 179	1 178 218	1 220 189	1 266 020	1 316 392	1 338 226
4	Porto Moniz	P	319 622	334 898	322 400	348 751	451 344	432 740	668 724	682 602	762 729	712 406	807 367
5	Machico	M	2 177 709	2 100 885	2 337 245	1 787 317	635 210	294 463	201 144	552 531	642 025	699 359	723 238
6	Ponta do Sol	P	657 464	557 058	564 316	706 032	636 882	625 414	656 387	712 815	704 622	725 204	711 352
7	Ribeira Brava	P	1 014 665	1 038 657	965 501	892 214	404 542	402 346	466 868	491 789	457 980	437 408	498 780
8	Câmara de Lobos	M	2 982 332	2 750 953	2 817 822	1 743 816	438 799	499 521	508 534	444 380	409 780	415 087	411 067
9	São Vicente	P	148 391	103 124	199 638	249 407	232 461	265 967	253 159	246 873	269 430	256 961	300 041
10	Porto Santo	P	735 553	630 348	440 818	325 608	80 887	2 166 246	150 462	127 999	159 096	142 571	84 785
11	Santana	P	313 663	322 051	283 340	366 202	64 423	45 964	153 251	53 474	53 939	50 493	53 138

2.2.2.5. Passivos Financeiros (empréstimos obtidos)

Relativamente a outra componente da receita autárquica denominada por **passivos financeiros**⁵², que durante um largo período de anos apresentou elevado peso nas receitas totais das autarquias portuguesas, apenas se apresentam, agora, breves referências uma vez que será um tema a explorar na análise do endividamento no Capítulo 3 deste Anuário.

Assim, em 2018, considerando o universo dos municípios, **o volume de passivos financeiros** (recurso a empréstimos financeiros) atingiu o **montante de 538,2M€**, baixando -19 M€ (-3,3%) relativamente a 2017. Deste volume de passivo financeiro, 12%, isto é, 64,5M€ reportaram-se à utilização de financiamentos ao abrigo do programa FAM.

No quadro 2.23 apresentam-se os nove municípios que utilizaram empréstimos ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM)⁵³, em 2018.

⁵² Resultante da contratualização de empréstimos bancários e outros financiamentos obtidos, tanto de médio e longo prazo como de curto prazo.

⁵³ O FAM, instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALFI), bem como a prevenção de situações de rutura financeira, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

Regressando à análise dos passivos financeiros na sua totalidade, e após observação das constas dos 308 municípios portugueses, conclui-se que **173 municípios, em 2018, não apresentaram qualquer valor de receitas creditícias** ou porque prescindiram do recurso ao crédito bancário, ou porque não teriam condições de acesso ao mesmo. Não foi possível pela informação disponibilizada identificar essas possíveis razões. Anota-se, ainda, que destes, 135 municípios não tinham recorrido qualquer forma de ao crédito bancário em 2017. Mais se verificou, pela análise das contas, que outros 87 municípios apresentaram diminuição de passivos financeiros em 2018.

No *Ranking* R17 apresenta-se os municípios com maior volume de receita creditícia em 2018.

– Dezasseis dos municípios apresentados na lista R17 não tinham recorrido a empréstimos bancários no ano anterior. Outros quatro apresentaram um crescimento desta receita superior a 1000% (Fundão, Paredes, Funchal e Peso da Régua).

Nos *Rankings* R17.A e R17.M apresentam-se o volume de receitas resultantes de empréstimos bancários obtidos pelos municípios dos Açores e da Madeira.

Quadro 2.23 – Municípios que em 2018 utilizaram empréstimos ao abrigo do programa FAM

Unidade: euros

Município	Fundo de Apoio Municipal (FAM)							Empréstimos contraídos em 2018 (totais)
	Total Contratual.	Utilizado	Amortização 2018	Dívida final 2018	Recebido em 2016	Recebido em 2017	Recebido em 2018	
1 Portimão	137 361 827	118 149 857	4 189 793	113 960 064	33 234 497	84 915 360	0	2 152 131
2 Aveiro	85 511 149	78 161 188	0	78 161 188	0	64 515 171	13 646 016	49 082 856
3 Cartaxo	52 035 855	51 453 430	0	51 453 430	0	49 082 856	2 370 574	27 555 031
4 Paços de Ferreira	35 122 915	32 272 915	0	32 272 915	0	18 022 915	14 250 000	2 905 000
5 Fornos de Algodres	32 620 057	28 705 594	640 910	27 697 732	0	27 555 031	1 150 564	18 022 915
6 Alandroal	16 579 276	15 080 000	418 889	14 661 111	11 425 000	2 905 000	750 000	84 915 360
7 Vila Nova de Poiares	14 113 948	13 874 750	301 625	13 573 125	11 423 784	2 152 131	298 835	6 043 059
8 Vila Real de Santo António	19 619 907	11 760 711	326 686	11 434 025	5 541 756	6 043 059	175 896	0
9 Alfândega da Fé	1 502 819	1 382 819	49 448	933 371	1 382 819	0	0	64 515 171

R17– Municípios com maior volume de Passivos Financeiros (utilização de empréstimos bancários) em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Seia	M	1 789 760	1 665 000	1 200 000	42 988 164	2 157 623	1 660 839	1 098 026	0	0	0	36 358 653
2	Seixal	G	12 000 000	5 000 000	0	4 000 000	0	0	33 334 459	0	31 296 162	0	35 000 000
3	Fundão	M	6 599 020	10 676 698	2 117 500	1 857 249	1 461 676	48 270 699	0	0	1 740 000	1 000 000	32 816 596
4	Paredes	M	1 300 000	11 508 333	2 000 000	10 519 367	1 247 714	22 088 491	2 400 349	2 800 000	12 204 046	1 915 000	29 504 878
5	Trofa	M	1 000 000	1 000 000	1 000 000	500 000	0	23 716 361	6 603 252	0	0	0	24 133 940
6	Funchal	G	12 972 626	11 881 999	4 886 641	4 871 183	3 576 584	31 910 797	0	0	293 809	1 135 428	21 892 051
7	Valongo	M	0	9 240 173	2 938 882	0	0	16 263 896	0	0	0	0	20 698 855
8	Santarém	M	2 100 000	25 100 000	2 180 000	2 150 000	2 150 000	29 949 737	9 568 411	802 829	13 704 875	0	18 432 929
9	Lisboa	G	0	112 194 485	0	43 137 500	8 990 000	59 000 000	60 730 348	46 686 135	7 320 213	6 745 839	18 000 000
10	Vila Nova de Gaia	G	5 203 845	10 434 975	8 778 607	8 425 320	9 280 389	24 647 957	14 420 165	7 946 706	41 406 880	5 618 658	17 693 721
11	Covilhã	M	4 810 191	0	0	39 407	26 095	2 815 021	0	1 000 000	1 500 000	1 500 000	15 264 881
12	Figueira da Foz	M	1 800 000	10 824 813	1 340 500	31 000 000	0	0	0	3 750 000	0	0	14 464 000
13	Paços de Ferreira	M	3 518 822	10 800 796	0	600 000	1 096 727	8 476 475	45 833	0	0	18 022 915	14 250 000
14	Aveiro	M	36 129 543	14 011 455	0	1 650 000	0	0	7 999 621	2 526 629	0	64 515 171	13 646 016
15	Setúbal	G	0	0	34 694	1 750 000	72 247	1 000 000	0	12 500 000	10 000 000	6 615 801	11 590 000
16	Montemor-o-Velho	M	970 317	14 450 000	2 500 000	2 677 690	903 593	450 000	0	447 380	0	0	11 587 165
17	Celorico da Beira	P	1 818 851	606 000	4 792 555	350 000	0	0	0	0	0	0	11 530 422
18	Santa Cruz	M	5 672 101	90 146	447 172	0	0	0	14 674 908	1 556 310	0	2 058 394	10 852 398
19	Nelas	P	697 670	2 840 000	7 700 000	0	0	3 598 088	0	8 508 880	0	0	10 575 184
20	Nazaré	P	0	9 660 019	1 755 215	600 000	600 000	600 000	600 000	8 152 302	600 000	600 000	10 553 508
21	Nordeste	P	391 244	423 000	511 276	0	0	10 490 442	1 520 987	0	0	0	10 066 391
22	Peso da Régua	P	277 988	986 000	2 600 000	1 500 000	25 643	4 961 948	0	529 707	600 000	600 000	9 898 671
23	V. Nova Famalicão	G	2 362 486	6 502 606	6 267 191	5 640 877	4 050 225	3 963 106	4 933 816	5 634 104	2 653 298	2 839 900	7 580 410
24	Reguengos Monsaraz	P	1 112 921	3 755 861	675 000	898 000	700 000	4 649 883	700 000	1 350 000	0	2 610 961	6 589 039
25	Porto	G	0	6 046 757	8 597 737	5 252 764	1 735 432	5 569 972	1 047 940	5 007 560	1 000 000	6 333 679	6 064 069
26	Viana do Castelo	M	5 601 388	4 885 990	4 632 407	5 418 161	633 681	5 359 410	2 600 000	6 240 185	3 702 961	6 493 845	5 547 068
27	Ílhavo	M	0	7 000 000	0	0	6 378 457	1 404 247	0	0	895 917	0	5 521 951
28	Braga	G	4 000 000	9 508 129	6 865 000	3 000 000	3 000 000	5 000 000	8 000 000	5 000 000	4 000 000	4 900 000	5 000 000
29	Póvoa de Varzim	M	3 913 000	5 280 000	0	0	0	7 380 944	0	0	0	0	4 529 234
30	Tabuaço	P	628 007	794 790	7 500 000	0	0	0	0	0	0	0	4 402 239
31	Maia	G	2 000 000	12 545 533	0	0	0	0	0	9 200 000	0	0	3 988 440
32	Felgueiras	M	0	2 926 177	1 868 111	231 062	0	0	0	0	0	846 138	3 711 921
33	Esposende	M	635 000	2 599 000	2 610 000	850 000	400 000	0	0	0	5 000	0	3 495 000
34	Amarante	M	525 000	1 533 850	2 853 162	2 051 246	1 323 412	825 401	0	500 000	2 355 670	3 576 601	2 994 698
35	Chaves	M	4 053 073	1 848 386	1 528 003	1 200 000	1 333 333	8 652 817	14 508 995	1 700 000	6 253 821	0	2 946 096

R17.A – Volume de Passivos Financeiros registado em 2018 pelos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Nordeste	P	391 244	423 000	511 276	0	0	10 490 442	1 520 987	0	0	0	10 066 391
2	Ribeira Grande	M	1 103 269	5 857 738	2 204 381	1 136 500	2 782 759	668 893	241 000	1 152 001	1 638 094	766 661	1 997 597
3	Madalena	P	1 200 000	0	142 332	0	0	430 000	0	603 000	1 130 000	1 000 000	1 556 128
4	Praia da Vitória	M	1 776 938	2 204 676	2 392 871	1 803 500	1 367 334	1 086 000	240 000	850 000	1 550 000	2 153 894	1 000 000
5	São Roque do Pico	P	375 104	1 932 102	1 774 912	501 960	0	28 172	0	0	0	8 766	891 234
6	Angra do Heroísmo	M	2 007 615	1 767 615	2 041 229	978 814	0	0	0	0	0	0	0
7	Calheta (R. A. A.)	P	300 000	6 320 205	112 970	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Corvo	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Horta	P	1 636 616	1 682 207	665 000	1 023 978	0	0	0	0	0	149 092	0
10	Lagoa (R.A.A)	P	2 220 175	590 000	1 071 690	400 000	400 000	400 000	400 000	400 000	0	0	0
11	Lajes das Flores	P	0	999 331	0	0	0	0	300 000	0	0	0	0
12	Lajes do Pico	P	174 572	0	5 758 698	0	0	0	200 000	100 000	25 000	0	0
13	Ponta Delgada	M	4 744 239	3 021 000	1 661 000	697 200	650 200	0	0	0	0	0	0
14	Povoação	P	20 000	535 586	455 000	0	0	0	0	0	0	0	0
15	Sta. Cruz Graciosa	P	0	700 000	800 000	500 000	0	0	0	0	0	600 000	0
16	Sta. Cruz das Flores	P	0	209 134	0	91 280	0	0	0	0	0	131 505	0
17	Velas	P	368 000	386 000	265 000	0	0	0	0	0	0	816 667	0
18	Vila do Porto	P	0	210 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
19	V. Franca do Campo	P	9 920 000	0	0	14 357 651	11 534 168	0	0	0	0	0	0
Total dos Açores			26 237 772	26 838 594	19 856 359	21 490 882	16 734 461	13 103 508	2 901 987	3 105 001	4 343 094	5 626 584	15 511 350
% Açores/Nacional			4,96%	2,78%	3,85%	4,53%	7,60%	1,69%	0,74%	1,18%	1,12%	1,01%	2,88%

R17.M – Volume de Passivos Financeiros registado em 2018 pelos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Funchal	G	12 972 626	11 881 999	4 886 641	4 871 183	3 576 584	31 910 797	0	0	293 809	1 135 428	21 892 051
2	Santa Cruz	M	5 672 101	90 146	447 172	0	0	0	14 674 908	1 556 310	0	2 058 394	10 852 398
3	Ribeira Brava	P	632 806	6 723 972	0	0	0	0	0	0	0	0	2 622 556
4	Câmara de Lobos	M	4 000 000	750 000	900 000	0	0	5 815 459	0	0	0	3 990 051	900 000
5	Calheta (R. A. M.)	P	6 120 521	0	0	0	0	4 232 882	0	0	0	0	0
6	Machico	M	7 197 097	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Ponta do Sol	P	270 000	180 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Porto Moniz	P	366 859	170 451	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Porto Santo	P	0	0	0	0	0	1 471 209	0	0	0	0	0
10	Santana	P	0	4 900 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	São Vicente	P	180 781	4 000 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Madeira			37 412 792	28 696 568	6 233 813	4 871 183	3 576 584	43 430 346	14 674 908	1 556 310	293 809	7 183 873	36 267 005
% Madeira/Nacional			7,08%	2,97%	1,21%	1,03%	1,63%	5,59%	3,74%	0,59%	0,08%	1,29%	6,74%

Com o propósito de relacionar o volume de empréstimos contraídos com as amortizações de capital realizadas no mesmo ano, apresentam-se de seguida os quadros 2.24, 2.24.A e 2.24.M, os dois últimos associados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e os Rankings R18 e R19 onde se poderá observar, respetivamente, os 35 municípios com maior diferença positiva entre o volume de amortizações e o montante de novos empréstimos e os 35 municípios com maior diferença negativa entre os montantes homólogos, em 2018.

– Em 2018 a diferença entre o volume de amortizações de capital em dívida e o montante de novos empréstimos, considerando o universo dos municípios, foi de +237,4M€, contribuindo o sector autárquico, de forma positiva, para a diminuição líquida do passivo financeiro do Estado.

– Efetivamente, em 2018 a utilização de novos empréstimos baixou, na globalidade, 18,5M€ (-3,3%) e o montante de amortização de capital aumentou +38,1M€, isto é, +5,2%, totalizando 775,4M€.

No período entre 2008 e 2018, só em três anos económicos, considerando o universo dos municípios, o montante de novos empréstimos foi superior ao volume de amortizações. Aconteceu essa situação em 2008, 2009 e 2013 com as diferenças respetivamente de -175,4M€, -505,5M€ e -136,4M€.

– Relativamente às **regiões autónomas dos Açores e da Madeira, em 2018, o volume de amortização foi superior ao montante de utilização de novos empréstimos**, tendo essa diferença sido maior na região dos Açores.

Considerando o conjunto dos municípios açorianos, só em 2008 e 2009, a diferença entre as amortizações de capital e o montante de novos empréstimos foi negativa. Em relação ao conjunto dos municípios madeirenses, essa situação ocorreu em 2008, 2009 e 2013.

No Ranking R.18 apresentam-se referenciados ao ano de 2018, os 35 municípios com **maior diferença positiva entre o montante de amortizações e o montante de empréstimo anual utilizado**.

– Em 2018, a maior amortização líquida de capital financeiro foi realizada pelos municípios de Lisboa (22,8M€), Porto (18,5M€) e Vila Nova de Gaia (16,3M€).

No Ranking R.19 apresentam-se referenciados ao ano de 2018, os 35 municípios com **maior diferença negativa entre o montante de amortizações e o montante de empréstimo anual utilizado**.

– Os municípios que em 2018 apresentaram as **maiores diferenças negativas** entre o montante de amortização e o montante de novos empréstimos, foram: Seixal (-28,5M€), Aveiro (-11,2M€), Covilhã (-9,2M€), Celorico da Beira (-8,3M€) e Valongo (-8,1M€).

Considerando o universo sector autárquico, **45 municípios apresentaram em 2018 um volume de amortização de capital inferior ao volume de empréstimos assumidos neste mesmo ano**.

Quadro 2.24 - Comparação entre recursos a novos empréstimos e amortização do capital em dívida em 2018

Unidade: euros

Município	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
(a) Receitas: novos empréstimos	528,763	965,041	516,389	474,285	220,067	776,260	392,800	263,690	388,290	556,679	538,157
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	353,278	459,546	577,202	615,023	890,319	639,840	679,086	665,999	751,801	737,285	775,394
Diferença (b-a)	-175,485	-505,495	60,813	140,738	670,252	-136,420	286,285	402,308	363,511	180,606	237,237

Quadro 2.24.A - Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios dos Açores

Unidade: euros

Município	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
(a) Receitas: novos empréstimos	26,238	26,839	19,856	21,491	16,734	13,104	2,902	3,105	4,343	5,627	15,511
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	14,742	18,419	20,511	24,830	24,265	18,590	16,378	17,876	14,466	14,918	25,856
Diferença (b-a)	-11,496	-8,419	0,655	3,339	7,530	5,487	13,476	14,771	10,123	9,291	10,345

Quadro 2.24.M – Comparação entre o volume de novos empréstimos e as amortizações do capital em dívida nos municípios da Madeira

Unidade: euros

Município	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
(a) Receitas: novos empréstimos	37,413	28,697	6,234	4,871	3,577	43,430	14,675	1,556	0,294	7,184	36,267
(b) Despesas: Amortização de empréstimos	6,343	12,874	17,733	17,851	19,277	22,446	19,996	20,774	17,848	21,836	42,131
Diferença (b-a)	-31,069	-15,822	11,499	12,980	15,700	-20,985	5,321	19,217	17,554	14,652	5,864

R18 - Municípios com maior diferença positiva entre amortização de empréstimos e novos empréstimos

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Lisboa	G	34 202 037	-71 321 523	65 657 477	53 046 511	336 299 264	10 840 325	48 855 234	7 146 028	37 726 945	32 578 162	22 844 087
2 Porto	G	11 577 555	5 304 000	3 010 972	6 810 121	7 807 409	4 574 143	9 218 334	6 567 757	46 223 002	-3 001 644	18 491 510
3 Vila Nova de Gaia	G	8 963 858	4 939 653	14 973 814	15 391 649	13 486 709	360 550	11 338 932	16 338 660	-19 436 694	16 681 867	16 277 805
4 Matosinhos	G	2 176 255	2 691 606	2 725 183	-4 710 464	1 337 172	4 701 097	1 234 841	-2 714 571	-9 194 495	-1 827 129	7 648 832
5 Braga	G	5 169 254	1 084 526	4 454 398	6 348 221	6 340 830	6 488 739	6 440 751	6 288 210	6 319 443	6 340 498	6 349 418
6 Santarém	M	2 714 604	-19 771 812	3 340 842	1 937 520	4 793 279	-23 121 580	-4 108 191	4 372 957	6 151 599	6 498 622	5 970 473
7 Portimão	M	-8 301 745	-9 103 672	2 301 073	2 555 944	1 218 673	4 114 244	3 154 728	1 905 388	-30 139 907	-61 911 034	5 961 934
8 Guimarães	G	4 248 578	4 680 322	-2 885 665	-3 862 687	5 090 494	6 012 517	5 799 338	7 119 362	5 644 185	5 667 848	5 314 008
9 Cascais	G	2 441 925	-9 190 340	-3 739 672	-7 498 505	-8 312 094	3 569 023	2 487 228	4 164 031	3 725 663	-8 772 978	5 306 979
10 Évora	M	1 491 778	-9 706 992	1 780 653	4 056 295	4 672 986	-18 653 486	-1 783 190	4 872 416	-29 159 419	3 404 423	5 184 933
11 Figueira da Foz	M	2 299 891	-7 455 680	3 156 438	-26 907 340	4 170 932	6 289 954	6 325 796	4 512 257	4 665 516	4 817 820	4 862 046
12 Oliveira de Azeméis	M	-30 740 860	1 613 943	2 588 051	2 450 020	4 946 126	3 954 642	4 033 245	4 428 446	4 323 545	4 143 795	4 163 839
13 Faro	M	-1 653 481	-4 053 249	3 652 128	3 474 088	3 535 250	3 905 066	-18 552 110	4 592 791	6 388 027	8 836 366	3 795 674
14 Leiria	G	-4 941 369	-5 500 044	6 197 674	6 214 628	6 186 305	6 621 134	8 444 190	6 770 798	7 370 360	5 112 989	3 707 317
15 Loulé	M	1 381 228	-16 234 320	-13 966 202	657 627	2 479 708	-8 203 616	15 784 579	3 834 522	3 971 897	6 240 760	3 646 636
16 Coimbra	G	641 053	-4 492 827	-3 746 788	993 181	672 835	-351 393	1 973 687	4 407 543	3 587 807	7 607 979	3 640 592
17 Amadora	G	1 684 062	807 189	3 405 333	3 370 399	3 395 669	3 517 721	3 531 269	3 562 138	3 581 791	3 591 500	3 594 420
18 Sta. Maria da Feira	G	-7 417 364	-5 179 995	-2 359 058	1 322 029	3 235 557	-7 649 527	4 673 177	4 836 365	9 194 256	8 387 651	3 589 103
19 Gondomar	G	-9 194 289	-5 644 603	127 852	-1 265 156	4 065 736	2 436 147	3 394 169	3 432 237	3 427 653	3 514 490	3 493 874
20 Odivelas	G	3 248 491	2 952 643	5 673 980	4 672 914	4 743 317	3 718 314	4 957 991	3 006 349	4 508 535	4 309 270	3 379 976
21 Guarda	M	-1 802 615	-13 284 689	3 734 493	4 382 665	4 557 585	-7 486 081	3 606 010	-662 286	3 128 324	3 485 648	3 362 708
22 Loures	G	-9 341	202 776	5 142 472	1 064 906	5 842 760	6 450 363	4 984 951	1 693 011	-602 294	-750 558	3 280 209
23 Chaves	M	-2 714 111	186 443	1 200 522	2 069 930	1 799 310	-4 952 610	-11 292 490	2 469 404	2 801 872	3 299 042	3 098 723
24 Lamego	M	-2 742 390	-5 216 819	529 787	1 441 464	1 718 347	-13 593 809	3 009 406	2 565 043	2 460 484	3 089 328	3 097 792
25 Sintra	G	1 101 766	-1 283 680	-37 111 829	7 725 679	33 402 681	11 052 664	11 833 658	34 552 005	18 327 405	4 000 194	3 030 709
26 Vila do Conde	M	1 510 154	-6 300 211	4 924 918	2 195 931	2 926 579	-23 544 153	4 242 386	8 558 399	4 070 158	3 617 054	3 028 564
27 Montemor-o-Velho	M	183 503	-12 213 209	-1 120 638	-337 448	1 444 157	1 542 437	1 084 545	-23 603	2 853 019	2 056 856	2 998 992
28 Fundão	M	-3 653 239	-6 927 457	2 258 947	2 147 523	2 923 528	-41 509 318	4 655 138	4 927 882	5 390 064	4 392 103	2 947 632
29 Barcelos	G	1 592 064	3 162 511	2 841 271	2 771 310	2 585 597	598 082	902 641	2 882 207	2 971 510	2 979 287	2 944 341
30 Seia	M	-742 739	-994 000	985 145	-34 609 303	-1 414 253	352 011	1 469 476	2 499 508	2 549 914	3 142 838	2 715 804
31 Torres Novas	M	1 256 034	-9 881 799	2 044 521	1 935 264	2 330 042	-8 496 018	1 298 004	3 794 437	2 988 897	2 554 638	2 645 601
32 Cantanhede	M	-5 834 703	714 475	-11 240 401	63 283	1 710 215	2 847 669	3 121 140	3 030 362	2 908 757	2 900 302	2 541 837
33 V. Real Sto. António	P	-2 729 673	-3 688 678	-722 648	744 547	483 831	626 537	-54 222 502	2 780 783	-2 195 006	-3 561 565	2 485 559
34 Sesimbra	M	693 236	-902 985	620 842	-1 692 189	-705 544	-7 586 404	1 747 226	1 963 601	1 631 562	1 512 533	2 473 339
35 V. Nova Famalicão	G	2 328 199	-1 472 062	431 240	1 902 075	310 294	1 949 713	2 116 272	2 435 339	-335 991	-158 665	2 449 548

R19 - Municípios com maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Seixal	G	-9 363 528	-952 187	3 468 128	-2 113 577	6 000 924	5 121 655	-29 857 367	5 440 477	6 433 945	6 451 938	-28 513 992
2 Aveiro	M	-32 977 104	-10 733 268	5 074 305	2 232 603	9 290 418	6 431 818	4 082 182	6 575 857	8 982 696	-28 282 430	-11 158 605
3 Covilhã	M	-2 508 587	2 845 706	2 984 471	1 605 030	3 646 672	1 997 994	4 604 329	4 796 163	4 772 777	4 778 969	-9 219 879
4 Celorico da Beira	P	-858 898	551 500	-3 257 966	660 210	990 796	994 561	1 370 949	969 874	844 162	839 852	-8 265 626
5 Valongo	M	1 462 044	-7 723 049	8 783	2 410 525	2 388 902	-12 913 474	3 714 549	3 181 457	4 290 917	2 843 205	-8 123 711
6 Paços de Ferreira	M	-2 779 856	-8 465 601	1 009 726	839 777	1 009 686	-4 860 810	2 183 392	1 813 738	1 833 520	-16 369 298	-5 047 893
7 Peso da Régua	P	116 493	-529 241	-2 111 420	-990 969	652 713	-4 042 781	1 156 511	1 160 827	1 164 052	1 017 965	-4 417 686
8 Esposende	M	285 656	-1 032 643	-1 038 750	701 364	724 282	942 052	1 270 122	781 715	808 700	842 368	-2 650 045
9 Reguengos Monsaraz	P	350 849	-2 117 844	1 449 415	817 492	934 379	-2 980 161	151 736	381 476	1 191 317	-1 016 609	-2 526 011
10 Felgueiras	M	1 111 571	-1 682 685	-794 417	628 393	1 340 718	1 359 479	1 362 064	1 480 790	1 316 716	472 695	-2 392 170
11 Cartaxo	M	-12 550 784	949 583	1 394 231	1 352 353	102 627	115 141	-9 651 429	-7 231 042	-2 369 549	-5 744 185	-2 231 673
12 Amarante	M	2 084 944	381 512	-1 194 017	-520 683	342 149	1 033 210	1 608 720	764 787	-1 163 880	-2 398 879	-1 447 782
13 Nelas	P	-141 167	-2 173 397	-6 958 093	245 698	250 585	-2 885 239	1 178 200	1 388 335	1 082 322	1 020 311	-1 115 758
14 Ribeira Grande	M	1 698 525	-1 625 074	980 037	1 965 059	-1 308 198	1 289 473	1 261 366	716 643	-722 946	116 886	-1 088 014
15 Montalegre	P	-967 084	1 571 982	843 042	1 029 806	1 046 396	969 149	798 400	781 132	759 214	356 686	-1 021 259
16 Albergaria-a-Velha	M	-223 378	510 908	168 198	-1 002 278	778 545	878 426	894 552	752 232	466 019	-332 586	-837 090
17 Oliveira do Hospital	P	-1 103 197	-1 464 713	-1 592 434	468 259	471 336	477 114	511 331	486 941	311 615	-688 385	-688 385
18 Benavente	M	134 029	-878 665	95 172	616 094	710 439	518 061	469 212	762 760	47 384	134 924	-672 686
19 Viana do Alentejo	P	236 341	251 179	84 850	85 852	123 152	127 849	129 319	107 932	109 549	52 091	-671 062
20 Pinhel	P	200 903	-388 236	14 538	354 501	447 405	631 046	451 961	276 940	-10 140	-761 846	-539 699
21 Fornos de Algodres	P	-414 700	202 247	-21 235 647	43 575	620 979	1 209 472	1 249 553	1 350 478	1 439 796	831 540	-509 654
22 Fig. Castelo Rodrigo	P	249 278	-157 268	-4 303 941	298 645	383 381	552 448	2 916 458	419 505	315 595	158 028	-506 531
23 São Roque do Pico	P	279 657	232 155	7 172	205 481	329 891	522 774	130 714	85 480	57 388	50 269	-467 065
24 Almeirim	M	-947 309	-595 500	-1 068 996	614 427	-57 837	87 654	693 864	1 096 913	581 464	305 827	-446 308
25 Estarreja	M	681 154	-1 547 925	1 488 241	964 291	835 559	497 133	1 183 837	1 056 138	1 057 398	1 043 802	-342 963
26 Setúbal	G	1 432 326	3 791 392	4 529 260	2 746 651	6 135 778	4 468 644	4 480 026	-2 947 633	11 949 252	2 346 657	-319 583
27 Alvito	P	-211 996	173 082	198 737	200 936	178 273	174 203	164 643	152 829	-301 425	88 971	-297 662
28 Póvoa de Lanhoso	M	322 583	-1 059 644	-257 845	460 388	342 694	-2 006 134	724 785	607 121	620 641	577 714	-261 337
29 Vila Viçosa	P	-484 063	-417 328	-283 625	-243 085	240 027	100 483	287 323	623 366	95 763	201 399	-260 625
30 Gouveia	P	-453 926	1 145 008	1 513 142	1 526 544	1 387 272	437 678	1 361 592	1 038 683	964 364	-628 412	-234 891
31 Viana do Castelo	M	-4 150 760	-3 518 146	-2 947 668	-2 706 951	2 313 350	-495 117	3 181 483	8 301	1 989 197	-959 561	-227 936
32 Batalha	P	91 279	-547 238	-534 569	-959 203	191 161	383 770	488 278	490 556	113 063	-198 536	-208 117
33 Sousel	P	-450 844	-401 600	-489 468	-170 326	67 737	394 871	228 608	205 624	405 397	438 889	-201 271
34 Barreiro	M	-3 910 044	1 028 731	3 278 767	3 068 954	2 861 022	-7 060 171	3 057 104	3 112 134	-660 433	2 005 088	-171 231
35 Valença	P	-644 202	-1 303 092	482 247	-24 654	118 018	-506 466	408 887	524 824	-133 320	216 348	-157 333

2.3. Despesas Municipais

2.3.1. Classificação económica das Despesas

Com o presente ponto deste capítulo pretende-se analisar e comparar informação disponível sobre a execução e evolução da despesa global no universo dos 308 municípios bem como a situação de cada rubrica da classificação económica e sua variação, considerando o período entre 2008 e 2018 apresentado por mandatos autárquicos. Comparam-se os valores de 2018 com os de 2017 apreciando a evolução dos diversos indicadores e componentes orçamentais e, sempre que se considere pertinente, individualizam-se situações de municípios que ilustrem a influência nas dinâmicas em apreço, ou que resultem das mesmas.

À semelhança do que se fez para o ponto 2.2 – Receitas Municipais e seguindo a metodologia dos anteriores Anuários, apresentam-se listagens hierarquizadas (rankings) de municípios para cada tipo de despesa municipal, de modo a evidenciar as contribuições⁵⁴

⁵⁴ Normalmente referenciam-se os primeiros 35 municípios para cada situação em apreço

mais representativas para cada situação em apreço.

A análise particularizada das despesas incidirá sobre cada agregado das mesmas, por natureza económica segundo a denominação normalizada no classificador anexo ao POCAL.

Quadro 2.25 – Classificação económica da Despesa municipal

Despesas correntes	Despesas de capital
01 – Despesas com o pessoal	07 – Aquisição de bens de capital
02 – Aquisições de bens e serviços	08 – Transferências de capital
03 – Juros e outros encargos	09 – Ativos Financeiros
04 – Transferências correntes	10 – Passivos Financeiros
05 – Subsídios	11 – Outras receitas de capital
06 – Outras despesas correntes	

2.3.2. Execução global do Orçamento da Despesa

O Quadro 2.26 apresenta a evolução da despesa global municipal entre 2008 e 2018 nas suas diferentes fases. Os quadros subsequentes 2.27 e 2.28 completam esta informação com as taxas de variação da despesa orçada, comprometida e paga, bem como os valores absolutos dessa variação.

Quadro 2.26 – Despesa Orçada, Comprometida e Paga. Graus de execução da Despesa

Unidade: milhões de euros

Despesas		Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 10-17				Mandato 18-21
(a)	Despesas previstas	11 898,3	13 237,5	13 187,6	12 832,9	11 991,2	11 257,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8
(b)	Compromissos do exercício*	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1
(c)	Despesas pagas no exercício	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1
(d) = (b-c)	Compromissos do exercício por pagar**	2 175,5	2 776,9	2 827,5	2 761,4	2 217,8	1 705,0	1 293,2	988,5	992,4	1 221,2	1 264,9
(e)	Comp. a pagar em exercícios futuros***	1 891,7	2 927,3	3 167,9	4 042,8	4 912,8	5 810,2	6 153,1	6 796,6	8 396,1	8 766,2	8 849,5
(b)-(a)	Grau de execução da despesa comprometida a pagar no exercício	84,5%	84,1%	81,1%	81,7%	81,8%	83,8%	86,7%	87,4%	87,1%	88,5%	88,4%
(c)/(d)	Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%	86,8%	86,9%
(c)/(a)	Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista	66,2%	63,1%	59,7%	60,2%	63,3%	68,7%	73,5%	76,9%	76,9%	76,9%	76,7%

* De acordo com o POCAL, deverão incluir os compromissos não pagos que transitaram de exercícios anteriores.

** Compromissos que se previa fossem pagos no exercício e que não se pagaram.

*** Compromissos assumidos no exercício, mas que só se executam nos exercícios seguintes. Não constituem dívida, mas apenas encargos assumidos decorrentes de compromissos contratuais que não foram ainda faturados.

Quadro 2.27 – Variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (milhões de euros)									
Despesas previstas (a)	1 339,2	-49,9	-354,7	-841,6	-733,7	-1.440,5	-414,9	308,3	775,5	405,8
Compromissos do exercício (b)	1 083,6	-435,4	-218,0	-676,7	-369,2	-923,6	-292,6	239,4	821,6	343,6
Despesas pagas no exercício(c)	482,2	-486,0	-151,9	-133,1	143,6	-511,9	12,0	235,5	592,8	299,8
Compromissos do exercício por pagar (d)	601,5	50,6	-66,1	-543,6	-512,8	-411,7	-304,7	3,8	228,8	43,8
Compromisso a pagar em exercícios futuros (e)	1 035,5	240,6	874,9	870,0	897,5	342,9	643,5	1.599,5	370,1	83,4

Quadro 2.28 – Taxas de variação da Despesa Orçada, Comprometida e Paga

Despesas	Variação da despesa (%)									
Despesas previstas	11,3%	-0,4%	-2,7%	-6,6%	-6,4%	-12,5%	-4,2%	3,3%	8,0%	3,9%
Compromissos do exercício (despesa realizada)	10,8%	-3,9%	-2,0%	-6,5%	-4,1%	-9,5%	-3,4%	2,9%	9,7%	3,7%
Despesas pagas no exercício	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,5%	-6,2%	0,2%	3,3%	7,9%	3,7%
Compromissos do exercício por pagar	27,6%	1,8%	-2,3%	-19,7%	-23,1%	-24,1%	-23,6%	0,4%	23,1%	3,6%
Compromisso a pagar em exercícios futuros	54,7%	8,2%	27,6%	21,5%	18,3%	5,9%	10,5%	23,5%	4,4%	1,0%

Da observação dos três quadros anteriores pode-se concluir:

- Em 2018, a despesa orçada, realizada e paga apresentaram crescimento bastante inferior ao verificado em 2017. A despesa orçada cresceu +3,9% (+405,8 M€), a despesa realizada⁵⁴ +3,7% (+343,6 M€) e a despesa paga +3,7% (+ 299,8M€). Confrontando os níveis de crescimento da despesa com os níveis de crescimento da receita verificados em 2018, anota-se que a receita liquidada cresceu +3,8% (+322,1M€) e a receita cobrada⁵⁵ cresceu +2,7% (+228,1M€), isto é, a despesa cresceu ligeiramente mais que a receita.
- Não foram pagos 13,1% (1 264,9 milhões de Euros) dos compromissos assumidos em 2018, tendo este valor aumentado +43,8M€ (+ 3,6%) em relação ao ano anterior⁵⁶, embora a uma taxa bastante inferior. Todavia, considerando que o valor registado na receita deste ano, incluindo o saldo de gerência, foi de 9 665,9M€ e que o montante de despesa paga foi 8 359,1M€, conclui-se que no final do ano económico de 2018 existiu um saldo de receita de 1 306,8M€,

na globalidade do sector autárquico. Ora, este saldo de receita foi superior em +41,8M€ ao total de compromissos por pagar contabilizados no final de 2018, pelo que se poderá concluir que o sector autárquico apresentou neste ano um *superavit*⁵⁷ correspondente a aquele valor.

- **Em resumo: no ano de 2018 o total da despesa compromissada no valor de 9 624,1M€ foi inferior à soma do montante de receita cobrada (8 539,6M€) com o saldo de gerência (1 126,3M€) que totalizou 9 665,9M€.**

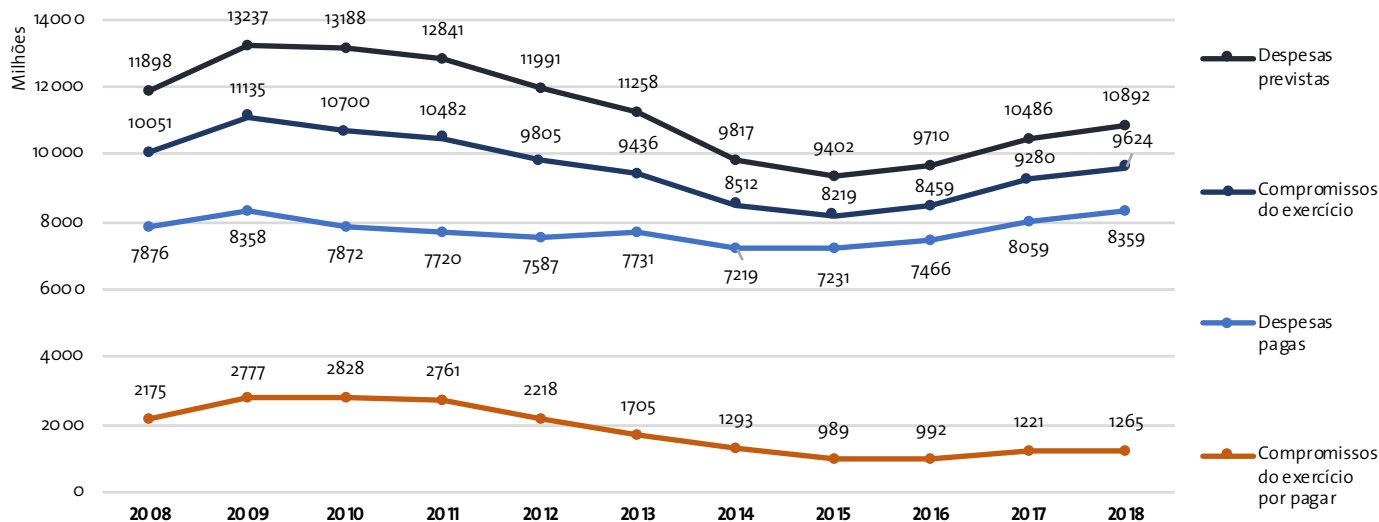
O Gráfico que se segue permite visualizar a evolução dos diferentes contadores da despesa (orçada, comprometida e paga), no período de 10 anos.

⁵⁵ Excluindo os saldos de gerências anteriores

⁵⁶ Em 2017 as despesas por pagar tinham crescido 23,1%

⁵⁷ Este dado permite concluir que as autarquias se estarão a pautar por uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos de modo a poderem garantir a cobertura financeira da despesa assumida e, assim, garantir uma melhor eficiência da despesa pública.

Gráfico 2.05 – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases entre 2008 e 2018



Da observação do quadro 2.26 há ainda a realçar:

– O grau de execução da despesa paga⁵⁸ no final de 2018 foi de 76,7% apresentando o decréscimo pouco significativo de – 0,1%. Todavia entre 2008 e 2018 cresceu +10,6% como resultado da conjugação da deflação do orçamento de despesa (-8,5%, -1 006,5M€) e do aumento do volume da despesa paga (+6,1%, +483,2M€).

– De igual modo, é de assinalar, para o período entre 2008 e 2018, o aumento em +8,5pp do peso da despesa paga em relação aos compromissos assumidos. Efetivamente, em 2008 só foram pagos

78,4% dos encargos assumidos enquanto, em 2018, foram pagos 86,9% dos mesmos. Este é um dos indicadores mais importantes da execução da despesa e do controlo orçamental. No nosso entender este indicador deveria evoluir para 100%.

O Gráfico 2.06 mostra a linha evolutiva do grau da execução da despesa paga, tanto em relação aos compromissos assumidos como em relação às despesas orçadas.

Especificando a análise para os municípios das Regiões Autónomas, apresentam-se os Gráficos 2.05.A, Quadro 2.29.A e Gráfico 2.06.A que mostram a evolução das diversas componentes da despesa e respetiva execução dos municípios dos Açores e o Gráfico 2.05.M, Quadro 2.29.M e Gráfico 2.06.M que evidenciam a mesma informação para os municípios da Madeira.

⁵⁸ Nos termos solicitados nos mapas de execução orçamental do POCAL, o grau de execução da despesa compara a despesa paga com a despesa orçada. No nosso entender o grau de execução da despesa deveria ser aferido pela despesa comprometida que é, efetivamente, a despesa executada pese embora, possa não ser toda liquidada no mesmo ano civil.

Gráfico 2.06 – Taxas de Execução das Despesas – 2008 a 2018

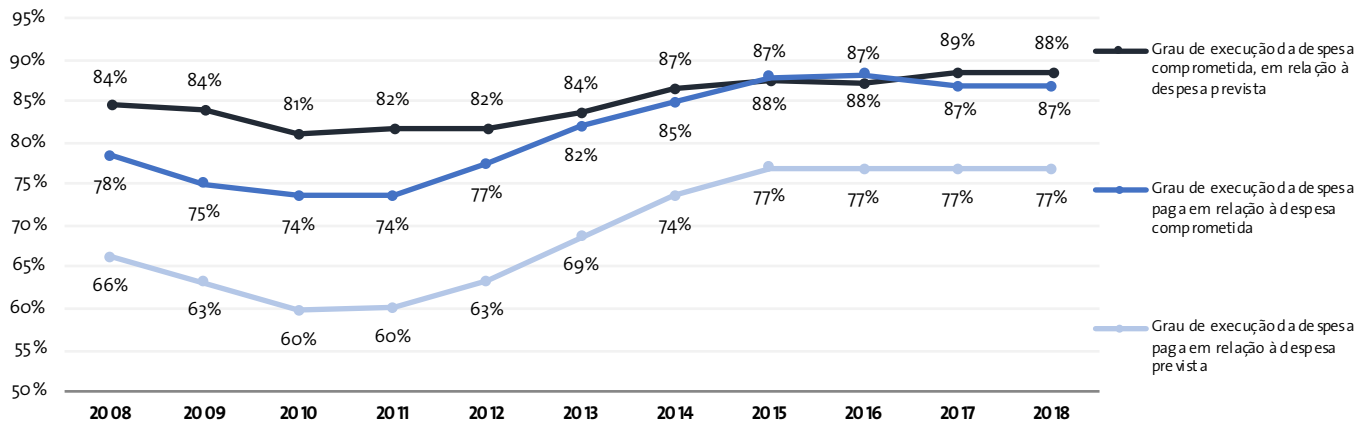
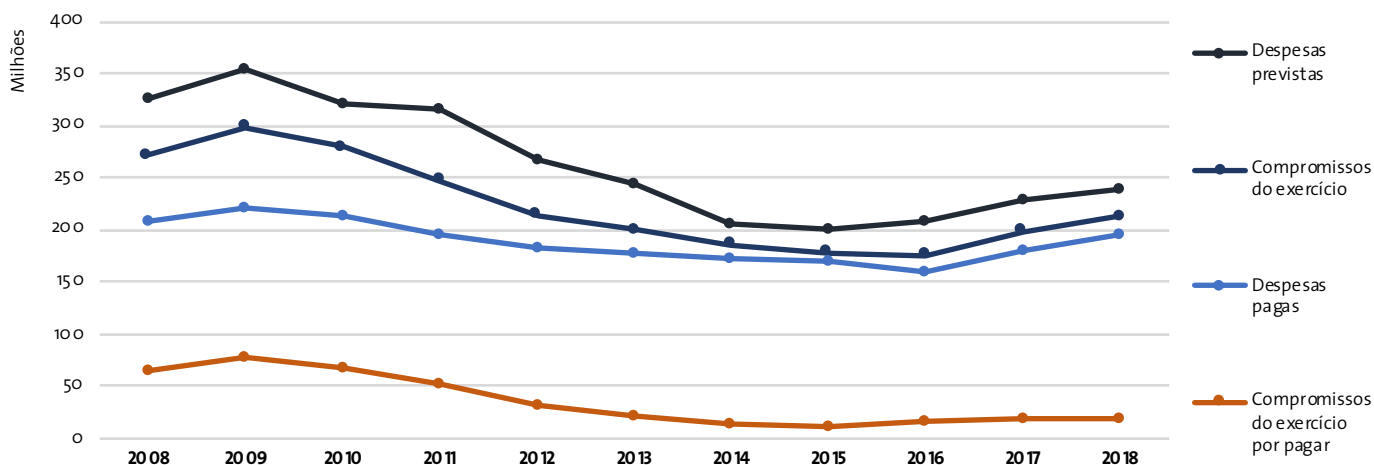


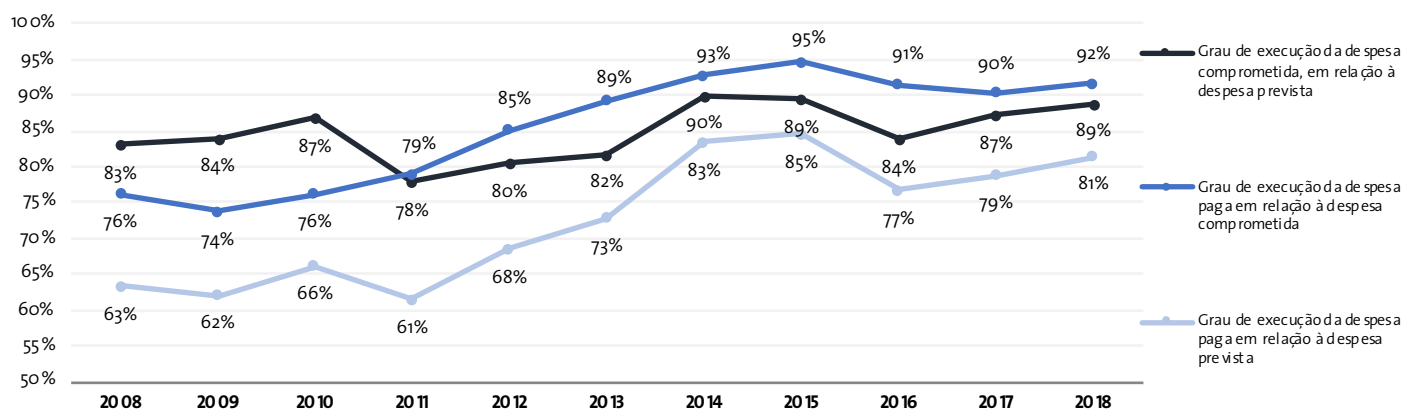
Gráfico 2.05.A – Evolução da Despesa Municipal- nas suas diferentes fases- nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2008 e 2018



Quadro 2.29. A – Diferentes Graus de Execução da Despesa para a globalidade dos Municípios dos Açores

	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Grau de execução da despesa											
Compromissos do exercício / Despesa prevista	83,2%	84,0%	86,8%	77,9%	80,5%	81,7%	90,0%	89,4%	83,9%	87,2%	88,9%
Despesa paga / Despesa prevista	63,3%	62,0%	66,2%	61,5%	68,5%	72,8%	83,4%	84,6%	76,7%	78,7%	81,4%
Despesa paga / Despesa comprometida	76,2%	73,8%	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%

Gráfico 2.06.A – Taxas de Execução das Despesas nos municípios da Região Autónoma dos Açores entre 2008 e 2018



Pela observação dos gráficos e quadros antecedentes constata-se, em relação ao comportamento financeiro dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018:

- O **total da despesa orçada** dos municípios açorianos **creceu +5,1% (+11,7M€)**, tendo, contudo, a **despesa paga aumentado +8,7% (+15,6 M€)** e por isso absorvido e justificado o aumento da despesa orçada;
- Apesar do volume de **compromissos assumidos ter aumentado +7,2% (+14,2M€)**, o **montante de pagamentos efetuados foi elevado, representando 91,6% do total comprometido** ultrapassando o grau de execução homóloga da despesa no universo dos municípios, o qual se fixou em 86,9%. Ao acréscimo do volume de pagamento não é estranho o facto de a **receita cobrada pelo conjunto dos municípios açorianos ter aumentado +10% (+18M€)** conforme

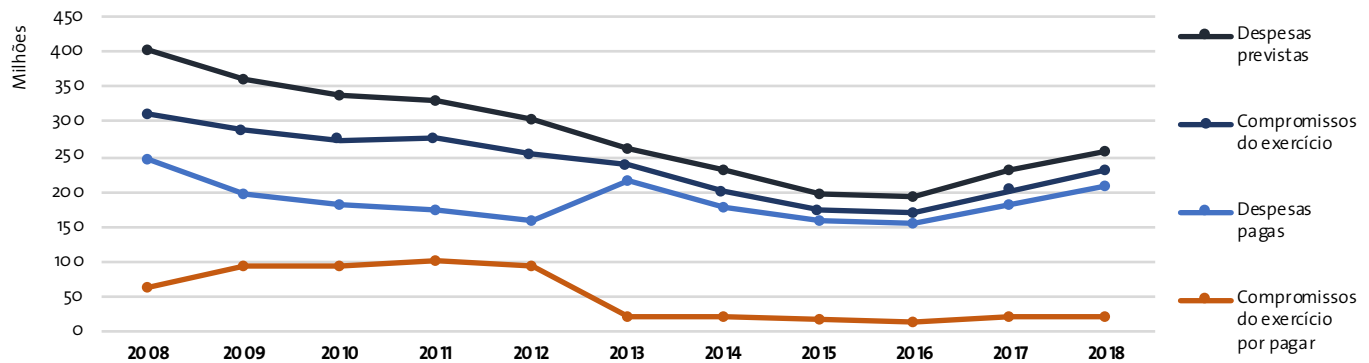
se pode rever no quadro R3.A do ponto 2.2.1 da receita;

– O Quadro 2.29.A e o Gráfico 2.06.A mostram a evolução dos diferentes graus de execução da despesa na região dos Açores realçando os **elevados graus de execução da despesa**. Anota-se que foi comprometida 88,9% da despesa prevista e paga 81,4% da mesma⁵⁹.

Apresentam-se de seguida quadros e gráficos que mostram a evolução da despesa e respetivos graus de execução, considerando a globalidade dos municípios da região da Madeira.

⁵⁹ Não podemos deixar de reforçar o facto de considerarmos mais relevante o grau de pagamento dos compromissos assumidos que o grau de pagamento da despesa prevista. Todavia, o POICAL só considera para efeitos de avaliação do grau de execução da despesa a razão entre a despesa paga e a despesa prevista.

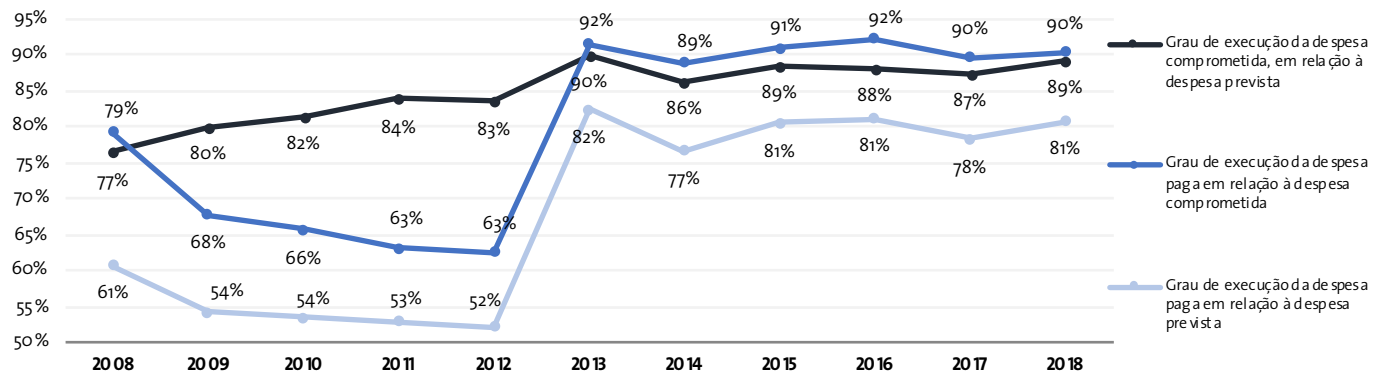
Gráfico 2.05.M – Evolução da Despesa Municipal nas suas diferentes fases nos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2008 e 2018



Quadro 2.29. M – Graus de Execução da Despesa considerando a globalidade dos Municípios da Madeira

Grau de execução da despesa	Mandato 06-09	Mandato 10-13						Mandato 14-17				Mandato 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Compromissos do exercício / Despesa prevista	76,5%	80,1%	81,6%	83,9%	83,5%	90,0%	86,2%	88,6%	88,1%	87,4%	89,2%	
Despesa paga / Despesa prevista	60,7%	54,2%	53,6%	53,1%	52,2%	82,4%	76,7%	80,6%	81,2%	78,4%	80,7%	
Despesa paga / Despesa comprometida	79,3%	67,7%	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%	

Gráfico 2.06.M – Taxas de Execução da Despesa dos municípios da Região Autónoma da Madeira entre 2008 e 2018



Reportando a análise ao gráfico relativo ao comportamento financeiro dos municípios Região Autónoma da Madeira, constata-se:

– Em 2018, a manutenção da subida do montante global da despesa orçada (+12%, +27,5M€) após um decréscimo acentuado da mesma entre 2008 e 2016 atingindo o valor mínimo nesse último ano. Contudo, o ligeiro aumento de dotação orçamental verificado no biénio 2017/2018, não pôs em causa a extraordinária deflação orçamental verificado entre 2008 e 2016, traduzida numa descida do volume de despesa orçamental de -52,4% (-211,9M€);

– No que se refere à despesa realizada - despesa assumida -, a continuidade do seu crescimento em 2018 (+14,3%, +28,8M€) não pôs em causa a enorme descida desta despesa verificada entre 2008 e 2016 (-45,2%, -139,8M€), antes acompanhou a dinâmica da subida da receita e foi acompanhada pelo aumento de despesa paga. Registe-se o esforço de adequação da despesa comprometida à receita cobrada realizado pelos municípios da Madeira, ao passarem, em média, de uma situação de 79,3% de pagamento da despesa assumida em 2008, para 90,4% de pagamento do mesmo tipo de despesa em 2018

– O Quadro 2.29.M e o Gráfico 2.06.M mostram o comportamento dos diferentes graus de execução da despesa na Região Autónoma da Madeira podendo ainda concluir-se que, tal como na Região Autónoma dos Açores, existe um esforço dos municípios em ajustarem a despesa ao nível de receita cobrada, demonstrado pelo elevado grau de pagamento dos encargos assumidos desde 2013

2.3.3. Estrutura e Evolução da Despesa, por classificação económica

Neste ponto apresenta-se a evolução da despesa municipal entre 2008 e 2018, por rubrica económica, nas suas diferentes fases de execução: despesa compromissada ou compromissos do exercício⁶⁰,

⁶⁰ De acordo com o ponto 2.6.1 do POCAL, com o encerramento das contas, dever-se-ia fazer transitar para “Compromissos – exercícios futuros”, os compromissos assumidos no ano e que não se concretizaram, isto é, que não originaram obrigações. Acontece que nem sempre esta operação é realizada, o que implica manterem-se no mapa de execução da despesa compromissada que não são do ano económico em causa, mas de anos económicos seguintes. Esta incorreção no registo orçamental da despesa, embora não altere o volume dos compromissos assumidos, falseia a informação relativa ao montante em dívida no fim do ano e também o valor da despesa realizada, conforme a definimos no início deste Anuário. Verifica-se, ainda, que não se tem forma de, com a informação constante nos Mapas de Execução Orçamental, detetar este erro ou omissão, pois a fase de registo da obrigação (com a receção das faturas) não se reflete na contabilidade orçamental, mas sim na patrimonial e na de custos. Ora, será o total de faturação recebida no ano, acrescido da transitada dos anos anteriores por pagar, que

despesa paga⁶¹ e compromissos por pagar.

Nos Quadros 2.30 e 2.31 apresentam-se as evoluções da despesa compromissada e da despesa paga por rubrica de classificação económica e no Quadro 2.32 são apresentadas as correspondentes taxas de variação da despesa paga, permitindo observar quais as rubricas económicas sujeitas a variações mais significativas.

No Quadro 2.33 mostra-se a estrutura da despesa paga e no Quadro 2.34 o peso desta mesma nos compromissos assumidos.

A análise conjunta destes quadros permite verificar, por natureza económica, quais as despesas autárquicas mais representativas na despesa total constatando-se que o seu peso se altera conforme se trate da estrutura da despesa assumida ou da estrutura da despesa paga. Alteração também visível quando se observa a desagregação, por natureza económica, da despesa orçada.

constituirá o volume de despesa realizada (compromissos realmente assumidos para o ano económico em questão). Esta situação ficará sanada com a implementação do SNC-AP que inclui nos mapas de execução da despesa, informação das obrigações.

Só a confrontação dos compromissos por pagar refletidos no Mapa de Execução Orçamental, com o passivo de curto prazo expresso no Balanço, permitirá concluir sobre a materialidade e fiabilidade da informação constante dos Mapas de Execução Orçamental e sobre compromissos assumidos para o exercício e não pagos. Acontece, porém, que, face à natureza informativa do Balanço, no passivo constarão, também, montantes que não representarão dívida orçamental. Estão nesta situação, entre outros, os valores de terceiros à guarda dos municípios, cuja contrapartida se encontra registada no ativo, em disponibilidades. São valores que não podem ser considerados como dívida do município, pese embora o seu registo como passivo nos respetivos Balanços municipais. São exemplo desta situação: as garantias de clientes ou fornecedores, cauções e os impostos retidos a favor do Estado: expurgando-se do passivo de curto prazo estas situações, poder-se-á obter a análise da conformidade da informação prestada nos mapas orçamentais, com a informação prestada em Balanço. Contudo, para a elaboração deste Anuário e das edições anteriores, não tem sido possível obter informação que permita destacar do Balanço, o passivo que não se reflete em dívida orçamental, pelo que não se pode testar a realização, cabal, das operações orçamentais, de final do período. Assim, optou-se por considerar o montante apresentado na coluna de “Compromissos assumidos e não pagos” no Mapa de Execução Orçamental, como o provável valor máximo de dívida orçamental de curto prazo. Contudo, não se poderá deixar de anotar que há capítulos económicos relativamente aos quais os compromissos por pagar deveriam ser zero. São eles: Despesas com Pessoal; Ativos Financeiros e Passivos Financeiros. A existência de compromissos por pagar nestas situações, estará claramente associada à falta de regularização contabilística dos saldos das contas de encargos assumidos, que não se concretizaram. Não será fácil admitir-se que um município possa deixar de liquidar os montantes contratualizados de amortizações de empréstimos, ou que, no fim do ano económico, mantenha remunerações, suplementos ou outras despesas com pessoal, em dívida.

⁶¹ O total da despesa paga para cada ano refere-se à soma das despesas pagas do exercício e das despesas pagas de compromissos dos exercícios anteriores que transitaram para este ano.

Quadro 2.30 – Despesa Comprometida desagregada pelas diferentes componentes económicas.

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
01 - Despesas com pessoal	2 184,3	2 429,4	2 485,7	2 396,1	2 124,7	2 285,4	2 252,5	2 238,5	2 270,6	2 337,6	2 465,9
02 - Aquisição de bens e serviços	2 323,7	2 517,2	2 507,7	2 606,3	2 602,1	2 640,5	2 528,2	2 460,3	2 555,6	2 606,0	2 667,2
03 - Juros e outros encargos	244,6	218,4	134,1	186,7	192,1	166,6	171,2	141,5	121,8	88,7	97,5
04 - Transferências correntes	550,2	597,2	583,3	570,3	548,1	571,5	574,5	590,1	635,7	683,4	723,0
05 - Subsídios	171,7	208,5	225,8	238,8	223,2	195,8	158,2	94,7	87,0	120,3	116,5
06 - Outras despesas correntes	130,3	132,5	114,8	112,8	110,4	116,6	109,1	106,2	138,0	141,4	197,1
Total de despesas correntes	5 604,8	6 103,2	6 051,3	6 111,1	5 800,7	5 976,5	5 793,8	5 631,2	5 808,5	5 977,4	6 267,1
07 - Aquisição de bens de capital	3 496,4	3 832,0	3 443,7	3 187,7	2 614,0	2 360,2	1 663,9	1 524,3	1 479,6	2 127,5	2 137,6
08 - Transferências de capital	500,8	547,9	497,7	464,6	390,4	363,1	280,9	253,3	288,3	346,1	304,6
09 - Ativos financeiros	37,7	53,8	40,6	42,9	34,1	30,4	31,4	73,0	57,1	52,8	43,7
10 - Passivos financeiros	357,5	466,0	582,6	626,3	905,9	672,5	704,0	704,4	788,9	746,2	781,4
11 - Outras despesas de capital	54,2	132,0	83,6	49,0	59,8	33,0	38,0	33,2	36,4	30,4	89,5
Total de despesas de capital	4 446,6	5 031,8	4 648,2	4 370,5	4 004,2	3 459,2	2 718,2	2 588,2	2 650,3	3 303,1	3 356,9
Total da Despesa	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1
Total municípios R.A. Açores	271,6	298,0	279,0	246,5	214,0	199,0	185,6	177,9	175,1	198,1	212,3
Total municípios R.A. Madeira	309,5	287,9	274,8	275,6	252,9	236,9	199,8	173,7	169,6	200,7	229,5

Quadro 2.31 – Despesa Paga desagregada pelas diferentes componentes económicas.

Unidade: milhões de euros

DESPESAS	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
01 - Despesas com pessoal	2 154,5	2 398,9	2 451,2	2 365,0	2 089,7	2 256,0	2 227,4	2 216,5	2 252,1	2 320,1	2 446,9
02 - Aquisição de bens e serviços	1 782,5	1 855,0	1 731,1	1 789,4	1 852,3	2 064,9	2 037,9	2 052,3	2 171,2	2 210,9	2 224,9
03 - Juros e outros encargos	224,8	192,0	104,7	141,5	148,5	128,3	131,8	112,0	100,7	77,0	92,2
04 - Transferências correntes	506,5	537,4	500,0	477,8	467,6	497,7	526,6	549,1	599,3	635,4	682,8
05 - Subsídios	143,8	157,3	149,0	163,5	149,2	117,8	101,7	74,3	76,0	112,4	110,6
06 - Outras despesas correntes	120,7	119,0	101,2	95,5	93,4	102,2	97,0	93,6	126,5	131,4	185,4
Total de despesas correntes	4 932,6	5 259,6	5 037,2	5 032,7	4 800,8	5 166,7	5 122,4	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7
07 - Aquisição de bens de capital	2 089,5	2 063,9	1 782,3	1 670,2	1 535,6	1 603,3	1 140,5	1 175,9	1 053,6	1 473,8	1 483,2
08 - Transferências de capital	425,6	432,1	369,2	335,2	284,6	280,2	221,5	204,5	247,6	286,5	231,6
09 - Ativos financeiros	31,2	42,9	38,3	30,1	20,6	11,9	18,6	58,0	53,2	49,4	41,6
10 - Passivos financeiros	353,3	459,5	577,2	615,0	890,3	639,5	679,1	666,0	751,8	737,3	775,4
11 - Outras despesas de capital	43,7	100,0	67,8	37,0	55,1	29,0	36,7	28,7	34,5	25,2	84,6
Total de despesas de capital	2 943,3	3 098,5	2 834,8	2 687,5	2 786,2	2 564,0	2 096,4	2 133,1	2 140,7	2 572,2	2 616,4
Total da Despesa	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1
Total municípios R.A. Açores	206,9	219,8	212,8	194,5	182,1	177,4	172,1	168,4	160,1	178,8	194,5
Total municípios R.A. Madeira	245,4	194,9	180,5	174,3	158,2	216,8	177,8	158,0	156,3	180,0	207,5

Quadro 2.32 – Taxas de Variação da Despesa Paga por diferentes componentes económicas.

DESPESAS	Variação da Despesa Paga (%)									
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
01 - Despesas com pessoal	11,3%	2,2%	-3,5%	-11,6%	8,0%	-1,3%	-0,5%	1,6%	3,0%	5,5%
02 - Aquisição de bens e serviços	4,1%	-6,7%	3,4%	3,5%	11,5%	-1,3%	0,7%	5,8%	1,8%	0,6%
03 - Juros e outros encargos	-14,6%	-45,5%	35,2%	4,9%	-13,6%	2,7%	-15,0%	-10,1%	-23,6%	19,8%
04 - Transferências correntes	6,1%	-7,0%	-4,4%	-2,1%	6,4%	5,8%	4,3%	9,1%	6,0%	7,5%
05 – Subsídios	9,4%	-5,2%	9,7%	-8,7%	-21,1%	-13,6%	-26,9%	2,2%	48,0%	-1,6%
06 - Outras despesas correntes	-1,4%	-14,9%	-5,7%	-2,1%	9,4%	-5,1%	-3,5%	35,2%	3,9%	41,1%
Total das despesas correntes	6,6%	-4,2%	-0,1%	-4,6%	7,6%	-0,9%	-0,5%	4,5%	3,0%	4,7%
07 - Aquisição de bens de capital	-1,2%	-13,6%	-6,3%	-8,1%	4,4%	-28,9%	3,1%	-10,4%	39,9%	0,6%
08 - Transferências de capital	1,5%	-14,6%	-9,2%	-15,1%	-1,5%	-21,0%	-7,7%	21,1%	15,7%	-19,2%
09 - Ativos financeiros	37,6%	-10,8%	-21,4%	-31,5%	-42,1%	56,2%	211,2%	-8,4%	-7,1%	-15,9%
10 - Passivos financeiros	30,1%	25,6%	6,6%	44,8%	-28,2%	6,2%	-1,9%	12,9%	-1,9%	5,2%
11 - Outras despesas de capital	128,6%	-32,2%	-45,4%	48,8%	-47,5%	26,9%	-21,8%	20,0%	-26,8%	235,3%
Total das despesas de capital	5,3%	-8,5%	-5,2%	3,7%	-8,0%	-18,2%	1,8%	0,4%	20,2%	1,7%
Total das despesas pagas	6,1%	-5,8%	-1,9%	-1,7%	1,9%	-6,6%	0,2%	3,3%	7,9%	3,7%
Total da despesa paga nos municípios da R.A. dos Açores	6,2%	-3,2%	-8,6%	-6,4%	-2,6%	-3,0%	-2,1%	-4,9%	11,7%	8,7%
Total da despesa paga nos municípios R.A.da Madeira	-20,6%	-7,4%	-3,4%	-9,2%	37,0%	-18,0%	-11,1%	-1,1%	15,2%	15,3%

Quadro 2.33 – Estrutura da Despesa Paga por natureza económica .

DESPESAS	Despesa Paga em cada rubrica /Total da despesa paga (%)										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
01 - Despesas com pessoal	27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%
02 - Aquisição de bens e serviços	22,6%	22,2%	22,0%	23,2%	24,4%	26,7%	28,2%	28,4%	29,1%	27,4%	26,6%
03 - Juros e outros encargos	2,9%	2,3%	1,3%	1,8%	2,0%	1,7%	1,8%	1,5%	1,3%	1,0%	1,1%
04 - Transferências correntes	6,4%	6,4%	6,4%	6,2%	6,2%	6,4%	7,3%	7,6%	8,0%	7,9%	8,2%
05 – Subsídios	1,8%	1,9%	1,9%	2,1%	2,0%	1,5%	1,4%	1,0%	1,0%	1,4%	1,3%
06 - Outras despesas correntes	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%	1,7%	1,6%	2,2%
Total de despesas correntes	62,6%	62,9%	64,0%	65,2%	63,3%	66,8%	71,0%	70,5%	71,3%	68,1%	68,7%
07 - Aquisição de bens de capital	26,5%	24,7%	22,6%	21,6%	20,2%	20,7%	15,8%	16,3%	14,1%	18,3%	17,7%
08 - Transferências de capital	5,4%	5,2%	4,7%	4,3%	3,8%	3,6%	3,1%	2,8%	3,3%	3,6%	2,8%
09 - Ativos financeiros	0,4%	0,5%	0,5%	0,4%	0,3%	0,2%	0,3%	0,8%	0,7%	0,6%	0,5%
10 - Passivos financeiros	4,5%	5,5%	7,3%	8,0%	11,7%	8,3%	9,4%	9,2%	10,1%	9,1%	9,3%
11 - Outras despesas de capital	0,6%	1,2%	0,9%	0,5%	0,7%	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%	0,3%	1,0%
Total de despesas de capital	37,4%	37,1%	36,0%	34,8%	36,7%	33,2%	29,0%	29,5%	28,7%	31,9%	31,3%
Total da Despesa	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Quadro 2.34 – Peso da Despesa Paga em relação aos Compromissos Assumidos por natureza económica

DESPESAS	Despesa Paga / Compromissos Assumidos (%)										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
01 - Despesas com pessoal	98,6%	98,7%	98,6%	98,7%	98,4%	98,7%	98,9%	99,0%	99,2%	99,2%	99,2%
02 - Aquisição de bens e serviços	76,7%	73,7%	69,0%	68,7%	71,2%	78,2%	80,6%	83,4%	85,0%	84,8%	83,4%
03 - Juros e outros encargos	91,9%	87,9%	78,1%	75,8%	77,3%	77,0%	77,0%	79,2%	82,7%	86,8%	94,6%
04 - Transferências correntes	92,1%	90,0%	85,7%	83,8%	85,3%	87,1%	91,7%	93,0%	94,3%	93,0%	94,4%
05 - Subsídios	83,7%	75,4%	66,0%	68,5%	66,8%	60,1%	64,3%	78,5%	87,3%	93,4%	94,9%
06 - Outras despesas correntes	92,6%	89,8%	88,2%	84,6%	84,6%	87,6%	88,9%	88,1%	91,6%	92,9%	94,1%
Total de despesas correntes	88,0%	86,2%	83,2%	82,4%	82,8%	86,5%	88,4%	90,5%	91,7%	91,8%	91,6%
07 - Aquisição de bens de capital	59,8%	53,9%	51,8%	52,4%	58,7%	67,9%	68,5%	77,1%	71,2%	69,3%	69,4%
08 - Transferências de capital	85,0%	78,9%	74,2%	72,1%	72,9%	77,2%	78,8%	80,7%	85,9%	82,8%	76,0%
09 - Ativos financeiros	82,9%	79,8%	94,4%	70,1%	60,5%	39,3%	59,3%	79,5%	93,2%	93,5%	95,0%
10 - Passivos financeiros	98,8%	98,6%	99,1%	98,2%	98,3%	95,1%	96,5%	94,6%	95,3%	98,8%	99,2%
11 - Outras despesas de capital	80,8%	75,8%	81,1%	75,5%	92,2%	87,7%	96,7%	86,6%	94,6%	82,9%	94,5%
Total de despesas de capital	66,2%	61,6%	61,0%	61,5%	69,6%	74,1%	77,1%	82,4%	80,8%	77,9%	77,9%
Total da Despesa paga/ Total de Compromissos	78,4%	75,1%	73,6%	73,7%	77,4%	81,9%	84,8%	88,0%	88,3%	86,8%	86,9%
Peso do total da despesa paga nos municípios da R.A. dos Açores	76,2%	73,8%	76,3%	78,9%	85,1%	89,1%	92,7%	94,6%	91,5%	90,3%	91,6%
Peso do total da despesa paga nos municípios R.A. da Madeira	79,3%	67,7%	65,7%	63,2%	62,5%	91,5%	89,0%	91,0%	92,1%	89,7%	90,4%

Da observação dos quadros anteriores pode-se afirmar:

- A **estrutura da despesa assumida apresentou uma relevante alteração a partir de 2013**. Entre 2008 e 2012 a despesa assumida repartiu-se, em média, entre 55,8% de despesa corrente e 44,2% de despesa de capital. A partir de 2013, o peso médio da despesa corrente, no total da despesa realizada, passou a ser de 66,4% e o peso médio da despesa de capital de 33,6%, **fruto de uma forte descida da despesa de capital em 2015 / 2016** – em 2016 volta a verificar-se ligeira subida desta despesa e de forma mais acentuada em 2017;
- **Em 2018, resultante do acréscimo conjunto de compromissos em despesa corrente (+4,8%) e em despesa de capital (+1,6%)** - ainda que nesta com menos significado - **o peso relativo destas duas componentes económicas alterou-se ligeiramente passando respetivamente para 65,1% e 34,9% da despesa total compromissada**. Contudo, o ano de 2018 mostra nova desaceleração da despesa de capital, já que a mesma no ano precedente tinha crescido 24,6%;
- Observando-se estrutura da **despesa paga**, por natureza económica, constata-se que foram **priorizados os pagamentos da despesa corrente em detrimento da despesa de capital**. Assim, em 2018 foi pago 91,6% da despesa corrente assumida e, apenas, 77,9% da despesa

homóloga de capital. Por esta razão, **na estrutura da despesa paga o total da despesa corrente assumiu o peso de 68,7% e a despesa de capital o peso de 31,3%**

- Em complemento ao referido no parágrafo anterior e observando os quadros da despesa paga constata-se que, em 2018, **o montante pago de despesa corrente aumentou +4,7% (+255,7M€)** e **o montante pago de despesa de capital cresceu +1,7% (+44,1M€)**.
- Pela análise das contas dos 308 municípios verificou-se que **173 municípios apresentaram acréscimo de volume de despesa paga**
- Continuando a reportar ao ano de 2018, a estrutura do peso dos pagamentos realizados nas despesas compromissadas (Quadro 2.34), mostra que **apenas foram pagos 69,4% das despesas de investimento, 76% das transferências de capital e 83,4% das despesas assumidas com a aquisição de bens e serviços**, tendo por contraponto níveis de pagamento superiores a 90% nas outras rubricas económicas da despesa. Apresenta-se a seguir a listagem hierarquizada dos 35 municípios com maior volume de despesa paga em 2018 (Ranking R2o) bem como o peso dos pagamentos efetuados na despesa compromissada - recorda-se que a média deste rácio, em 2018, foi de 86,9%.

R2o– Municípios que apresentam maior volume de despesa paga em 2018

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Despesa paga / Despesa comp
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Lisboa	G	544 570 816	634 009 913	629 990 505	582 668 079	833 555 985	544 333 264	640 000 249	597 776 675	686 603 489	705 884 879	867 142 484	89,5%
2	Porto	G	197 273 297	205 355 942	194 885 588	186 010 713	154 672 864	182 352 337	154 654 855	165 833 768	206 781 960	191 686 791	228 025 199	91,2%
3	Cascais	G	142 212 438	171 523 744	160 038 388	153 972 020	141 882 806	130 063 830	143 460 719	149 543 257	158 069 764	178 181 432	191 450 397	88,7%
4	V.N. Gaia	G	150 044 609	143 679 193	127 412 701	134 698 499	126 902 668	137 387 666	130 861 596	123 091 075	151 371 984	130 127 195	146 970 097	84,4%
5	Sintra	G	146 184 811	153 659 583	175 789 531	161 373 341	181 601 800	148 000 070	122 911 236	147 463 011	139 715 780	135 023 098	140 919 465	84,8%
6	Seixal	G	92 500 408	84 134 180	80 041 502	74 579 870	79 191 317	79 998 309	108 617 095	75 637 901	112 198 606	90 550 107	125 558 340	92,2%
7	Oeiras	G	135 745 181	129 788 341	114 936 238	110 331 788	103 392 070	103 054 125	108 812 708	106 311 161	115 171 511	114 798 229	122 751 182	84,4%
8	Matosinhos	G	102 594 668	105 509 011	105 759 257	120 281 151	108 847 800	98 465 019	88 661 754	101 835 239	116 948 414	116 167 155	113 124 203	90,6%
9	Loulé	M	105 963 608	124 077 451	99 370 567	91 172 451	91 444 929	102 097 314	92 128 839	86 472 174	91 051 312	102 147 508	108 916 249	82,4%
10	Loures	G	126 739 350	139 419 312	109 005 823	105 109 265	110 933 432	106 117 064	102 581 278	102 014 152	102 042 252	107 253 238	102 680 060	88,8%
11	Braga	G	81 768 686	96 565 226	92 487 656	84 297 180	87 260 723	99 120 469	87 136 871	85 429 759	82 452 326	93 348 327	99 700 859	82,8%
12	Funchal	G	91 253 752	78 792 627	82 576 492	77 237 983	73 869 441	110 516 842	74 125 736	70 579 811	71 760 032	74 641 068	98 519 054	89,8%
13	Guimarães	G	69 734 486	84 566 282	85 682 636	101 745 628	92 687 224	63 003 509	72 794 510	78 567 063	80 568 122	94 531 324	92 103 512	86,6%
14	Setúbal	G	65 352 626	62 990 607	60 950 900	61 248 139	67 301 022	62 182 369	65 613 320	77 652 513	88 118 335	82 214 780	88 794 206	73,5%
15	V.N. Famalicão	G	77 898 598	81 399 773	82 903 524	82 490 543	81 378 872	68 334 360	68 684 935	69 415 464	78 957 364	87 517 482	88 723 418	93,2%
16	Almada	G	85 539 635	104 487 165	76 401 482	73 857 052	78 070 954	75 228 442	73 367 924	82 705 206	89 639 915	93 284 471	84 453 320	92,8%
17	Coimbra	G	87 843 523	97 426 760	88 262 956	99 067 893	93 242 765	83 769 203	73 173 341	77 545 590	78 577 699	80 621 540	80 379 898	77,4%
18	Amadora	G	73 422 220	91 914 751	85 751 307	88 405 219	76 573 653	79 962 825	74 619 402	70 301 881	75 305 777	81 144 300	78 373 295	90,5%
19	Albufeira	M	81 422 104	94 608 265	61 885 069	59 972 026	62 070 568	73 586 868	77 834 083	59 662 600	63 017 046	68 611 926	76 255 632	84,6%
20	Gondomar	G	76 216 647	84 719 562	72 797 475	87 121 552	71 458 616	72 242 287	63 157 168	63 484 060	63 811 529	72 486 448	69 923 925	93,5%
21	Odivelas	G	60 646 064	63 914 878	70 913 477	63 741 311	61 136 415	56 548 832	64 417 082	63 114 143	64 545 787	69 522 355	69 825 559	87,9%
22	Maia	G	75 510 429	81 532 558	70 015 526	62 102 736	56 388 539	56 266 483	59 462 432	67 135 282	62 364 844	67 688 906	69 196 632	92,4%
23	Aveiro	M	69 846 858	57 556 362	49 995 308	44 262 156	40 897 204	39 931 518	44 831 326	48 268 605	48 477 741	97 790 270	68 845 596	84,7%
24	Leiria	G	74 456 361	66 864 550	61 220 266	62 750 261	55 773 101	55 212 680	57 243 922	54 140 383	57 753 974	68 293 263	68 747 342	79,2%
25	Paredes	M	45 272 611	51 298 958	43 239 692	61 667 908	53 509 820	75 207 388	42 974 068	45 914 706	52 781 821	41 263 928	64 812 378	75,7%
26	V. Castelo	M	49 716 992	56 242 717	53 935 671	55 118 426	51 017 454	55 761 648	48 617 066	61 142 316	55 680 024	64 188 578	64 575 283	83,1%
27	Mafra	M	53 613 441	53 369 999	56 185 280	49 996 431	52 901 528	50 777 593	52 140 609	50 934 263	55 925 359	61 342 385	62 871 087	89,7%
28	V.F.Xira	G	70 895 604	70 072 116	71 440 592	61 709 934	59 526 537	69 873 884	59 116 731	55 296 775	56 319 401	69 073 173	62 073 130	98,5%
29	Valongo	M	35 380 243	44 477 916	41 411 291	37 225 834	29 898 884	49 441 335	30 705 937	31 268 922	31 778 263	34 459 280	61 117 982	92,4%
30	Viseu	M	51 660 171	59 262 809	61 805 634	53 518 561	42 277 733	43 836 823	42 452 176	43 052 795	45 865 496	53 258 344	59 061 361	76,8%
31	Fundão	M	33 107 156	35 169 584	27 200 394	29 248 360	28 914 942	73 359 963	25 855 513	27 104 570	25 814 550	24 677 914	58 227 156	94,4%
32	Santarém	M	44 194 651	63 308 771	38 493 942	39 207 996	37 245 118	62 460 051	47 226 145	35 020 511	49 394 794	37 777 229	57 980 159	91,1%
33	Figueira da Foz	M	36 090 908	45 775 313	31 859 042	63 998 630	36 435 039	37 468 895	36 610 739	38 369 846	36 875 721	40 389 667	57 782 256	84,5%
34	Seia	M	21 485 237	21 908 718	20 525 789	63 100 236	21 518 876	21 216 735	21 035 263	19 531 184	20 609 321	21 001 830	57 660 832	98,3%
35	S. M. Feira	G	72 404 675	69 245 328	62 141 024	63 577 773	57 673 932	74 566 864	57 422 776	51 719 491	54 890 524	57 270 412	56 870 293	80,4%

Da observação do ranking R20 permite-se referir reportando a análise ao ano de 2018:

– A maior parte dos 35 municípios elencados aumentaram o seu volume de pagamentos, acompanhando a tendência verificada para a globalidade do setor autárquico que apresentou um crescimento generalizado da despesa paga de +3,7%;

– De igual modo, estes **35 municípios apresentaram, na sua maioria, um rácio de pagamento da despesa assumida superior ao rácio médio nacional de 86,9%, alguns deles ultrapassando 90% de pagamento da despesa compromissada;**

– **Com rácio de pagamento de despesa bastante inferior à média,** destacam-se os municípios de: Nazaré (47,5%), Penafiel (61,7%), Tabua (62,1%), Carrazeda de Ansiães (66,7%), Ourique (66,9%), Vale de Cambra (67,9%), Tabuaço (70,1%) Carregal do Sal (70,4%);

– **Houve nove municípios que,** embora se encontrassem nos 35 com maior volume de despesa, **apresentaram descida do montante global de pagamentos.** De salientar os seguintes: Aveiro com -28,9M€ (-29,6%), Vila Franca de Xira com -7M€ (-10,1%) e Almada com -8M€ (-9,5%). Será de referir que em relação a Aveiro a diminuição do volume de pagamentos se deveu, essencialmente, à descida do montante de amortizações de passivos financeiros (-33,7M€) e, em relação a Vila Franca de Xira e Almada, à descida do volume de pagamentos de despesas de investimento em, respetivamente, -9,1M€ e -7,9M€;

– Observando, ainda, o ranking em apreço, constata-se que houve municípios que apresentaram acréscimos de pagamentos superiores a 50%. Estiveram nesta situação os seguintes: Paredes com +23,5M€ (+57,1%); Valongo com +20,7M€ (+77,4%); Fundação com +33,5M€ (+135,9%); Santarém com +20,2M€ (+53,5%) e Seia com +36,7M€ (+174,6%). Em todos estes municípios, ao acréscimo de despesa correspondeu um aumento de pagamento dos passivos financeiros, embora no município de Valongo também tivessem aumentado as despesas com aquisição de bens de serviço (+11,2M€) e em bens de capital (+4,4M€);

– Releva-se, pelos valores envolvidos o acréscimo de pagamento de despesa apresentado pelo município de Lisboa em +162,3M€ (+22,8%). Foi também representativo o aumento de pagamento de despesas verificado nos municípios de Seixal (+35M€, +38,7%) e do Funchal (+23,9M€, +32%);

– Como complemento à informação prestada em R20, anota-se que 116 municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos, superior a 90%⁶².

No ranking R21 apresenta-se a listagem ordenada, pelo ano de 2018, dos municípios com menor volume de despesa paga bem como, a **taxa de pagamento das despesas comprometidas recordando que a média da mesma foi de 86,9%.**

⁶² Como referido atrás, a taxa média de pagamento das despesas comprometidas em 2018, foi de 86,9%.

R21 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em 2018

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Despesa paga / Despesa comp
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Corvo	P	2 132 975	1 601 319	1 761 175	3 185 036	2 414 276	2 474 895	1 776 445	1 747 264	2 241 675	1 770 633	2 338 463	88,4%
2	Sta. Cruz das Flores	P	2 632 755	2 854 535	3 900 849	3 520 595	2 862 650	3 312 676	4 188 648	2 396 829	2 503 069	3 135 072	2 576 994	84,7%
3	Lajes das Flores	P	3 725 067	5 524 760	5 793 828	3 654 866	4 131 905	5 247 235	4 991 107	3 003 143	3 044 636	3 210 168	3 120 582	96,9%
4	Barrancos	P	4 766 559	5 495 838	5 060 418	3 951 156	3 589 018	3 709 953	3 639 534	3 593 952	3 620 990	4 077 594	3 745 148	98,2%
5	Calheta (R. A. A.)	P	5 634 475	10 647 246	4 377 843	3 919 653	4 319 646	4 125 360	4 527 920	4 896 569	3 915 880	5 072 853	4 797 527	94,8%
6	Fronteira	P	6 420 487	5 370 031	5 948 729	6 382 840	5 207 342	5 442 780	5 353 374	4 712 681	5 238 378	6 039 021	4 986 315	89,7%
7	São Roque Pico	P	4 315 508	7 388 925	7 363 291	6 442 781	4 315 947	4 054 507	4 058 980	4 494 659	4 409 248	4 403 866	5 076 789	87,6%
8	S.C. Graciosa	P	4 371 919	4 598 067	5 743 750	5 469 515	5 417 787	4 607 162	4 483 071	3 985 410	3 468 880	4 817 113	5 101 937	97,2%
9	Arronches	P	6 849 039	8 306 388	5 474 568	5 355 920	4 729 588	4 783 425	5 150 062	6 669 097	5 020 352	6 841 358	5 132 184	95,2%
10	Porto Santo	P	7 238 033	6 169 232	5 012 665	5 433 171	4 356 998	7 659 415	3 699 143	6 021 483	4 458 656	3 988 500	5 150 818	96,1%
11	C. Pera	P	5 150 004	4 827 274	4 586 038	7 039 137	9 278 024	3 553 614	4 654 603	4 737 879	4 377 599	4 190 033	5 188 671	88,3%
12	Velas	P	6 241 595	6 490 053	6 486 157	5 729 818	5 087 254	4 501 878	4 439 284	5 357 741	4 963 511	8 728 061	5 240 675	90,8%
13	Mesão Frio	P	4 743 863	5 611 288	11 299 331	6 726 834	6 694 172	5 293 468	4 989 859	5 203 729	4 939 075	8 049 697	5 282 590	80,0%
14	Alvito	P	4 956 397	4 962 015	5 365 868	6 082 718	4 321 163	3 959 208	4 102 362	4 029 334	4 296 576	4 207 729	5 358 962	96,1%
15	Manteigas	P	6 675 366	6 886 142	6 464 577	5 411 626	5 796 949	5 977 429	5 118 927	8 447 249	5 224 956	5 705 228	5 371 543	96,8%
16	Marvão	P	5 569 487	5 394 822	6 051 102	7 008 975	4 673 052	5 531 365	5 108 976	5 108 794	5 374 395	6 513 865	5 399 540	86,3%
17	Lajes do Pico	P	6 441 087	5 228 775	10 961 196	6 004 637	6 719 575	10 077 631	7 030 978	5 740 522	5 300 504	5 391 901	5 410 647	89,2%
18	Penedono	P	4 991 043	5 114 352	5 108 044	6 028 132	5 608 589	7 111 583	6 303 731	6 667 952	4 335 307	5 221 749	5 458 577	100,0%
19	Mourão	P	5 941 951	10 826 377	6 091 724	4 880 531	4 686 399	6 394 302	5 016 501	5 204 673	5 281 068	5 831 358	5 544 421	91,7%
20	Porto Moniz	P	6 022 705	5 134 498	6 675 839	5 365 746	4 222 016	5 098 198	3 800 325	4 029 324	5 046 681	6 737 813	5 653 446	81,1%
21	Cuba	P	6 111 485	5 973 505	6 412 022	5 845 003	6 200 673	4 957 802	4 952 975	5 790 391	5 560 030	6 673 292	5 713 459	87,3%
22	Ponta do Sol	P	9 869 380	7 011 915	6 622 128	7 316 602	5 546 372	5 720 402	4 919 199	6 074 302	6 105 614	6 662 963	6 078 934	89,3%
23	Castelo de Vide	P	5 508 156	5 794 674	5 419 105	5 551 642	6 020 702	6 015 318	5 915 153	5 373 842	5 550 742	6 466 358	6 081 315	97,7%
24	Constância	P	6 057 801	6 782 788	7 067 686	7 230 482	7 674 792	6 213 879	5 207 011	5 286 483	5 434 678	6 762 500	6 152 956	92,3%
25	Vila do Porto	P	5 102 364	6 978 276	5 293 541	5 067 344	5 202 181	4 482 194	5 585 594	5 085 226	4 873 077	6 266 654	6 169 085	92,5%
26	Alter do Chão	P	6 102 377	6 642 396	5 884 979	7 623 864	7 592 155	5 476 291	6 219 273	5 939 502	5 751 395	6 278 447	6 386 945	90,2%
27	Vila Nova de Paiva	P	6 669 576	6 141 272	6 464 982	7 000 874	6 716 650	6 630 635	6 170 742	7 446 507	5 755 520	6 432 256	6 412 952	92,8%
28	Vila de Rei	P	6 592 430	7 344 307	6 013 123	7 442 026	5 362 081	5 151 826	4 710 062	5 392 838	5 398 284	6 966 147	6 513 826	89,7%
29	São Vicente	P	9 258 997	10 164 425	5 833 511	5 688 135	6 610 178	5 527 174	5 314 665	6 213 136	5 330 530	5 603 858	6 542 817	90,1%
30	Vila Viçosa	P	7 505 786	8 660 832	7 428 128	9 714 320	7 018 892	7 456 041	7 124 387	7 361 378	7 243 405	7 076 901	6 553 600	85,4%
31	S.M. Penaguião	P	7 862 533	9 507 931	8 403 007	8 927 775	6 692 605	6 921 537	6 404 622	9 940 195	6 942 110	6 869 849	6 588 891	86,4%
32	Carregal do Sal	P	7 851 557	8 641 623	8 230 113	6 893 727	7 692 203	7 134 197	5 774 573	6 520 771	6 447 650	7 082 195	6 743 941	70,4%
33	Pedrógão Grande	P	7 431 462	6 613 887	5 774 834	7 485 776	5 753 589	6 183 940	5 927 544	4 603 951	4 884 742	6 041 871	6 833 798	91,1%
34	Monforte	P	6 412 569	7 792 234	5 681 033	6 151 826	5 726 633	5 931 464	5 303 638	5 777 081	6 088 721	6 806 253	6 881 697	89,6%
35	F. Espada à Cinta	P	11 278 419	12 287 066	9 005 877	10 180 887	8 879 895	13 321 749	9 700 456	7 351 758	7 449 708	6 539 267	6 924 062	70,8%

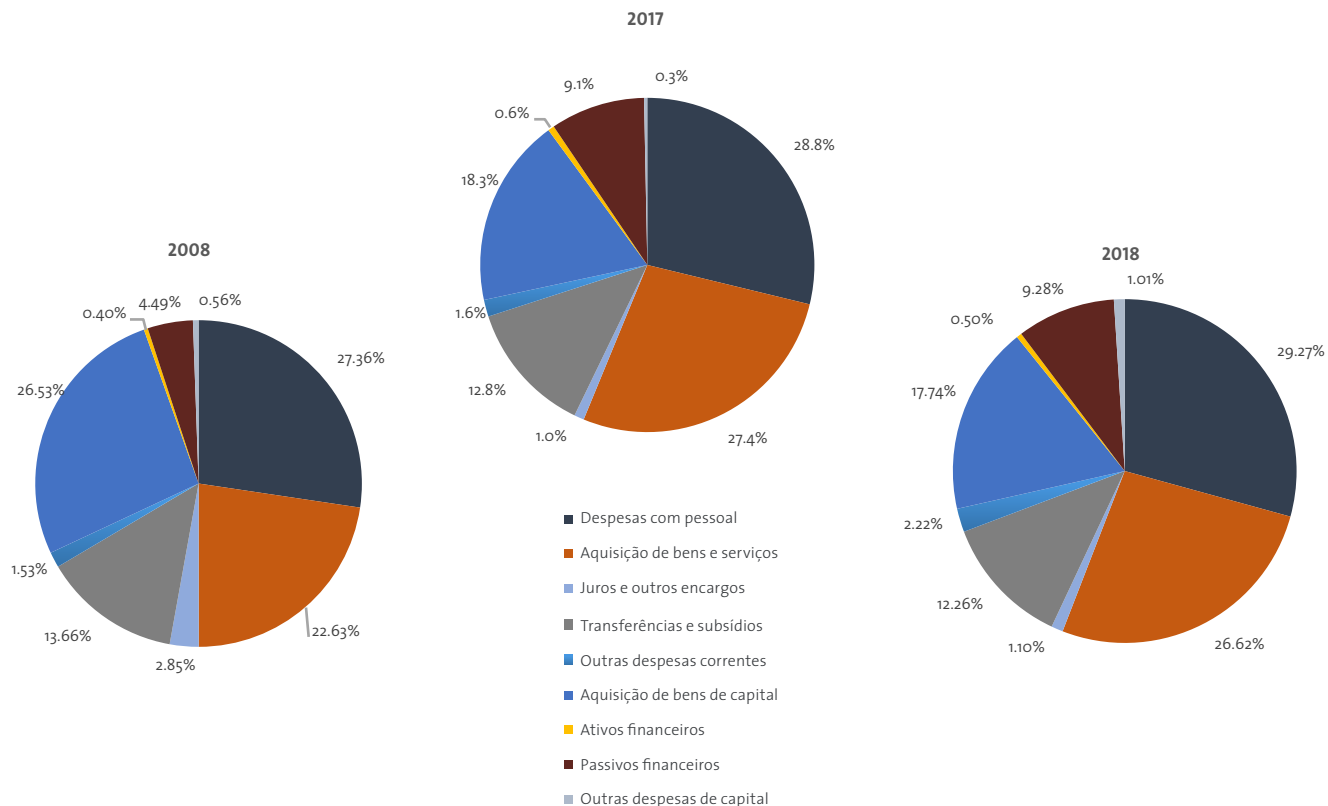
Da observação deste ranking R21 verifica-se, reportando a análise ao ano de 2018, que:

- Da listagem de municípios com menor volume de pagamentos constam exclusivamente municípios de pequena dimensão tendo sido verificado, para a maior parte deles, um rácio de pagamento de compromissos superior à média nacional. Anota-se o município de Penedono com uma taxa de pagamento dos compromissos de 100%. Também se constata nesta listagem, que apenas 2 municípios apresentaram uma taxa de pagamento de compromissos inferior a 80% : Carregal do Sal (70,4%) e Freixo de Espada à Cinta (70,8%);
- Da listagem em apreço, constata-se que 22 deles baixaram o vo-

lume de pagamentos tendo na maioria sido pouco representativa essa descida, com exceção dos municípios de Velas (-3,5M€, 40%), Mesão Frio (-2,8M€, -34,4%) e Arronches (-1,7M€, -25%).

A estrutura da despesa municipal, considerando o peso das diferentes rubricas na despesa global e sua evolução entre 2008 e 2018, foi o tema central do presente ponto deste Anuário. Antes de se passar para uma análise individualizada da despesa por natureza económica, importará apresentar o esquema seguinte com três gráficos que sintetizam a estrutura da despesa paga em três momentos fundamentais da nossa análise: 2008, 2017 e 2018.

Gráfico 2.07 – Estrutura da despesa paga em 2008, 2017 e 2018



2.3.4. Despesas por natureza económica

De seguida, apresenta-se com maior detalhe as principais rubricas económicas da despesa municipal, especialmente um conjunto de rankings que hierarquizam os valores das mesmas em lotes de 35 municípios.

As rubricas económicas que, pela sua materialidade, se entendeu analisar autonomamente foram⁶³: Despesas com Pessoal, Despesas em Aquisições de Bens e Serviços Correntes e Despesas de Investimentos. Pelo significado económico que revestem apresentaram-se, ainda, detalhadas as seguintes despesas: Despesas com Transferências e Subsídios, Despesas com juros e outros encargos financeiros e Amortização de empréstimos (Passivos Financeiros).

2.3.4.1. Despesas com Pessoal

Tendo em atenção a natureza da Despesa com Pessoal, da qual não poderá resultar encargos por pagar no final de cada ano económico, a mesma, será analisada na ótica dos pagamentos. Como se pôde observar no Quadro 2.31 e gráfico 2.07, em 2018, as Despesas com Pessoal constituiu a rubrica de despesa com maior volume de pagamentos e, conseqüentemente, com maior peso na despesa paga.

Depois da uma queda abrupta em 2012 (-275,2M€, -11,6%), face aos cortes nos salários e subsídios da função pública, as despesas com pessoal apresentaram uma subida em 2013 devido, essencialmente, à reposição do subsídio de Natal (+166,2M€, +8%). Em 2014 e em 2015, esta despesa voltou a apresentar sucessivas descidas, respetivamente -0,9% e -0,5%.

Em 2016 verifica-se uma retoma de crescimento da Despesa com Pessoal com um aumento ainda que ligeiro nesse ano (+35,6M€, +1,6%), um acréscimo mais acentuado em 2017 (+67,9M€, +3%) e um reforço significativo em 2018 (quadro 2.32), traduzido pelo aumento de despesa em +126,9M€ (+5,5%)⁶⁴. Apresentaram aumento desta despesa 282 municípios.

Sendo o **peso da despesa com pessoal na despesa total paga** de cada

autarquia, um indicador importante de análise e de condicionamento económico-financeiro da sua atividade, apresentam-se a seguir duas listagens hierarquizadas: uma dos 35 municípios com maior valor neste indicador e outra dos 35 municípios com menor valor.

Anota-se que **o peso médio da despesa com pessoal na despesa total paga em 2018 foi de 29,3%**, isto é, superior em +0,5pp à média do ano anterior. Considerando o universo total dos municípios, verificou-se que **168 municípios apresentaram um peso médio de despesa com pessoal superior ao peso da média nacional aferido em 29,3%**.

O Ranking R22 apresenta os 35 municípios com maior peso das despesas pagas com pessoal na despesa total.

Do Ranking R22 anota-se:

– Na listagem obtida com os 35 municípios com **maior peso de pagamentos em despesas com pessoal em 2018**, todos apresentaram uma taxa acima dos 40%: valor bastante superior à taxa média nacional revelando uma **elevada concentração de despesa nesta rubrica económica**. Anota-se que este grupo de municípios aparece constituído, na sua maioria, por municípios de pequena dimensão (26), sendo seis de média dimensão e apenas dois de grande dimensão (Almada e Loures). No ano anterior, apenas um município de grande dimensão – Funchal – fez parte da lista homóloga.

– Poderá ser preocupante para o desenvolvimento da atividade municipal nos diversos domínios das suas competências, **a situação dos municípios que afetam metade ou mais dos seus recursos financeiros a despesas com pessoal**. Estiveram nesta situação em 2018, os três primeiros municípios elencados no ranking R22 (Montijo, Redondo e Barrancos).

O Ranking R23 mostra os 35 municípios com menor peso das despesas pagas com pessoal na despesa total.

⁶³ E têm sido sempre nos anuários dos anos anteriores.

⁶⁴ A este aumento de despesa não será estranho o descongelamento das carreiras dos funcionários públicos, o que permite reposicionamentos e progressões na mesma.

R22 – Municípios com maior peso de pagamentos da despesa com pessoal nas despesas totais⁶⁵

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Montijo	M	41,9%	50,2%	42,3%	52,4%	47,8%	51,5%	52,7%	51,7%	52,2%	50,3%	52,8%
2	Redondo	P	40,5%	37,8%	41,6%	40,5%	43,9%	50,5%	48,4%	45,5%	47,1%	48,2%	52,0%
3	Barrancos	P	41,3%	38,6%	42,9%	52,6%	51,3%	51,9%	50,2%	51,4%	50,3%	44,6%	50,3%
4	Alcácer do Sal	P	35,1%	39,7%	38,3%	35,8%	34,2%	35,7%	44,0%	44,2%	47,5%	43,5%	49,1%
5	Ourique	P	48,7%	39,7%	52,2%	45,4%	41,0%	40,5%	40,3%	40,3%	44,7%	42,7%	49,0%
6	Mourão	P	45,0%	42,4%	51,7%	57,6%	55,0%	42,8%	60,4%	55,4%	52,3%	46,2%	48,9%
7	Borba	P	21,5%	31,0%	46,0%	44,7%	31,7%	19,4%	41,4%	41,6%	38,1%	27,6%	46,2%
8	Moita	M	50,3%	53,4%	47,1%	45,7%	44,4%	45,6%	46,1%	45,0%	44,3%	45,3%	45,6%
9	Alcochete	P	51,5%	48,2%	51,8%	55,4%	49,8%	52,9%	54,6%	48,5%	49,3%	50,0%	45,6%
10	Alenquer	M	32,0%	38,1%	39,4%	38,1%	37,7%	42,0%	37,7%	40,6%	40,6%	41,7%	45,3%
11	Vidigueira	P	38,6%	33,7%	30,0%	35,1%	35,3%	44,7%	44,3%	33,1%	42,9%	45,9%	45,2%
12	Tarouca	P	32,5%	40,4%	27,5%	36,3%	39,9%	47,9%	46,0%	42,8%	44,3%	28,4%	44,9%
13	Castelo de Vide	P	49,0%	49,0%	52,6%	44,6%	38,2%	41,0%	40,3%	43,7%	43,8%	39,6%	44,5%
14	Moura	P	36,1%	32,6%	39,0%	33,1%	29,5%	35,1%	41,4%	37,9%	38,7%	39,3%	44,0%
15	Porto Santo	P	23,1%	27,6%	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%	43,9%
16	Sardoal	P	48,6%	39,3%	54,4%	55,5%	47,1%	45,9%	48,1%	44,4%	46,7%	41,8%	43,4%
17	Lajes das Flores	P	26,0%	17,3%	17,8%	29,7%	25,0%	19,7%	22,1%	37,1%	31,7%	36,5%	43,2%
18	Terras de Bouro	P	29,5%	33,6%	38,5%	37,2%	35,2%	41,7%	43,0%	42,8%	41,7%	46,0%	43,1%
19	Cartaxo	M	25,4%	51,5%	40,7%	35,1%	37,2%	40,0%	23,8%	29,9%	37,9%	9,8%	43,0%
20	Sousel	P	35,2%	35,3%	39,4%	34,6%	31,3%	30,5%	25,9%	30,0%	42,4%	42,1%	42,8%
21	Vendas Novas	P	44,3%	43,7%	44,3%	46,8%	38,8%	38,4%	46,7%	43,7%	36,6%	38,0%	42,7%
22	Freixo de Espada à Cinta	P	21,2%	23,9%	33,0%	28,1%	29,1%	21,2%	30,1%	36,0%	34,3%	40,6%	42,1%
23	Palmela	M	39,9%	37,3%	45,4%	45,7%	39,8%	45,4%	46,1%	43,0%	42,3%	42,9%	42,0%
24	Loures	G	25,0%	28,7%	37,1%	36,3%	31,5%	36,1%	37,1%	37,9%	38,1%	37,7%	42,0%
25	Avis	P	41,5%	46,2%	40,2%	41,9%	38,3%	40,7%	45,5%	42,4%	44,4%	37,3%	41,9%
26	Portel	P	34,0%	34,9%	42,0%	43,7%	35,7%	31,8%	42,0%	41,1%	41,0%	37,3%	41,8%
27	Cuba	P	34,1%	43,9%	39,6%	37,6%	31,3%	41,0%	42,1%	36,3%	37,9%	33,9%	41,5%
28	Almada	G	31,0%	27,3%	37,9%	37,9%	32,1%	36,7%	38,4%	36,1%	34,5%	35,1%	41,4%
29	Benavente	M	36,1%	34,7%	41,9%	37,3%	36,0%	39,0%	36,7%	38,5%	36,8%	39,0%	41,4%
30	Mesão Frio	P	43,0%	40,3%	24,4%	29,2%	26,4%	35,2%	40,1%	38,4%	40,9%	25,2%	41,3%
31	Alter do Chão	P	38,8%	38,9%	43,9%	35,5%	31,9%	47,8%	42,5%	43,0%	43,9%	40,5%	41,3%
32	Resende	P	34,1%	28,4%	35,4%	34,6%	34,3%	41,8%	44,2%	41,1%	43,6%	42,2%	41,2%
33	Oliveira de Azeméis	M	16,0%	30,4%	33,3%	31,8%	26,9%	26,8%	28,2%	28,4%	35,0%	37,6%	40,9%
34	Ferreira do Alentejo	P	36,3%	40,0%	40,0%	44,3%	41,2%	42,4%	43,1%	46,1%	47,2%	35,8%	40,8%
35	Meda	P	26,0%	23,9%	36,0%	28,8%	24,4%	27,6%	39,0%	36,4%	39,7%	37,4%	40,5%
Total dos 308 municípios			27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%

⁶⁵ Não estão consideradas as despesas homólogas das empresas municipais e serviços municipalizados, mas apenas as despesas com pessoal da estrutura dos serviços municipais.

R23 – Municípios com menor peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Seia	M	23,8%	24,8%	27,8%	10,2%	22,0%	24,5%	24,2%	25,5%	21,3%	21,8%	8,6%
2 Nordeste	P	31,7%	27,2%	27,1%	32,2%	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%
3 Fundão	M	18,1%	17,0%	21,4%	18,3%	17,1%	8,4%	23,0%	21,7%	21,8%	23,3%	10,4%
4 Trofa	M	26,0%	37,0%	35,3%	35,0%	31,6%	14,5%	19,2%	25,4%	30,1%	22,9%	13,7%
5 Nazaré	P	46,8%	28,1%	42,9%	42,0%	32,7%	25,7%	25,7%	12,9%	18,1%	17,1%	13,7%
6 Montemor-o-Velho	M	29,7%	16,6%	18,2%	22,5%	17,4%	25,7%	28,0%	23,2%	24,1%	22,2%	14,4%
7 Covilhã	M	14,0%	21,3%	21,6%	21,6%	18,0%	18,1%	24,2%	21,8%	21,6%	22,0%	15,3%
8 Nelas	P	35,0%	33,3%	26,6%	43,9%	35,0%	29,2%	34,5%	15,2%	24,3%	27,7%	16,6%
9 Paredes	M	24,4%	28,6%	34,0%	23,4%	24,6%	18,4%	31,5%	29,7%	24,0%	26,4%	16,9%
10 Tabuaço	P	25,6%	33,7%	23,0%	24,5%	26,1%	26,9%	27,0%	25,3%	25,8%	27,5%	17,1%
11 Batalha	P	18,8%	18,5%	16,2%	15,0%	16,2%	18,6%	20,7%	18,4%	25,1%	19,3%	17,9%
12 Celorico da Beira	P	32,2%	41,5%	34,2%	45,5%	31,9%	34,2%	34,8%	36,2%	39,3%	40,2%	17,9%
13 Belmonte	P	17,3%	14,9%	15,3%	18,4%	17,2%	15,6%	18,8%	16,0%	14,7%	15,4%	18,2%
14 Ribeira Brava	P	12,0%	11,3%	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%
15 Alvaiázere	P	21,0%	23,6%	18,8%	16,3%	15,6%	15,9%	19,9%	14,2%	21,4%	23,7%	18,8%
16 Figueira da Foz	M	29,7%	24,6%	34,4%	19,2%	24,4%	26,8%	27,7%	25,7%	26,9%	25,5%	19,1%
17 Leiria	G	17,7%	20,2%	22,9%	20,5%	19,9%	21,9%	21,5%	22,7%	21,0%	18,5%	19,4%
18 Aveiro	M	20,0%	21,2%	23,7%	27,2%	24,9%	28,5%	26,1%	26,7%	27,7%	13,2%	19,4%
19 Sernancelhe	P	21,3%	30,2%	20,7%	19,6%	18,9%	21,1%	23,8%	20,8%	27,4%	22,2%	19,6%
20 Valongo	M	34,5%	30,2%	35,3%	36,6%	37,9%	23,8%	36,9%	36,3%	34,8%	32,7%	19,9%
21 Peso da Régua	P	24,5%	29,3%	23,4%	26,1%	27,8%	23,1%	27,7%	24,8%	31,9%	33,1%	20,2%
22 Ílhavo	M	24,1%	18,7%	22,6%	24,7%	19,4%	21,0%	21,8%	20,5%	23,7%	25,1%	20,5%
23 Castro Marim	P	16,5%	25,1%	22,3%	24,7%	23,9%	22,2%	21,6%	20,3%	23,8%	22,6%	20,5%
24 Arcos de Valdevez	M	14,0%	15,6%	21,4%	24,1%	21,0%	24,0%	23,5%	22,6%	22,2%	20,4%	20,6%
25 Calheta (R. A. M.)	P	12,8%	25,2%	24,6%	22,2%	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%	23,9%	20,8%
26 Paços de Ferreira	M	17,2%	20,7%	24,7%	23,4%	28,5%	21,4%	30,0%	30,3%	30,3%	18,6%	21,0%
27 São Vicente	P	14,7%	13,6%	25,4%	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%
28 Ansião	P	13,0%	23,8%	23,9%	20,3%	18,9%	16,1%	22,6%	21,4%	20,5%	20,4%	21,2%
29 Castelo Branco	M	8,7%	16,5%	18,7%	17,6%	13,4%	12,4%	20,4%	20,7%	16,8%	18,1%	21,6%
30 Murtosa	P	25,9%	21,3%	27,1%	20,9%	16,0%	23,8%	25,6%	26,6%	26,4%	22,3%	21,8%
31 Arouca	M	18,2%	22,0%	18,7%	21,9%	15,9%	21,1%	23,4%	19,9%	23,1%	22,0%	21,9%
32 Penamacor	P	22,6%	20,9%	22,7%	20,5%	19,0%	26,6%	23,8%	17,3%	20,3%	18,9%	22,2%
33 Lagoa (Algarve)	M	21,1%	29,2%	27,5%	27,0%	22,5%	23,8%	25,5%	21,5%	18,4%	18,5%	22,2%
34 Paredes de Coura	P	18,6%	24,5%	25,0%	23,5%	21,8%	18,7%	26,5%	23,0%	27,7%	26,9%	22,3%
35 Cascais	G	22,3%	19,5%	21,4%	21,5%	20,6%	24,2%	22,7%	21,6%	23,7%	22,4%	22,4%

Do *Ranking R23* apresentado resulta a seguinte apreciação relativamente ao ano económico de 2018:

- Em grande parte dos municípios elencados neste ranking, o baixo peso da despesa de pessoal na despesa total ou a descida abrupta do mesmo, esteve associado ao aumento de outras despesas, fundamentalmente, da amortização de passivos financeiros e, ou, ao aumento de pagamento de bens e serviços e de bens de capital;
- Mais se verificou que na generalidade dos municípios deste ranking, as despesas com pessoal aumentaram a taxas muito variadas e numa ampla amplitude que variou entre 0,7% e 8,5%;
- Destes 35 municípios, apenas dois são de grande dimensão. Tratam-se dos municípios de Leira, cujo peso das despesas com pessoal foi de 19,4%, isto é, +0,9pp que o apresentado em 2017 e de Cascais, com um peso de 22,4%, valor igual ao apresentado no ano anterior;
- Desta listagem, **20 municípios apresentaram despesas com pessoal com um peso inferior a 20% da despesa total**, sendo que em dois deles (Seia e Nordeste) - um de média dimensão e outro de pequena dimensão - essa despesa foi inferior a 10% da despesa total. Em relação a estes dois municípios a descida do valor do peso das despesas com pessoal esteve associado ao extraordinário acréscimo de despesa de amortização de capital. No caso de Seia +35,9M€, isto é, +1143,3% e no de Nordeste +9,8M€, isto é, +974,8%;
- Analisando as contas de outros municípios com descidas relevantes do peso das despesas com pessoal verificou-se que o mesmo ocorreu por contraponto ao aumento extraordinário de amortizações de capital fazendo subir o peso desta componente da despesa em detrimento de outras: foram os casos analisados para o Fundão (+30,4M€), Trofa (+23,7M€), Montemor-o-Velho (+12,6M€);
- Outros municípios apresentaram uma descida do peso das despesas de pessoal, devido ao **aumento conjugado do valor de amortizações de capital com a despesa em aquisições de serviços e em investimentos**, como foram os casos de: Celorico da Beira (+10M€), Valongo (+26,7M€) e Peso da Régua (+9,6M€).

Nos *Rankings* seguintes R23.A e R23.M apresentam-se hierarquizados os municípios por ordem crescente do peso da despesa com pessoal, respetivamente nas Regiões dos Açores e da Madeira.

Da observação aos *Rankings* R23.A e R23.M conclui-se em relação ao ano de 2018:

- **O peso médio dos encargos com pessoal nas despesas totais dos municípios foi de 27,5% na Região Autónoma dos Açores e de 28,4%**

na Região Autónoma da Madeira Todavia, se na R.A.A. o peso das despesas com pessoal variou entre 8,8% e 43,2%, na R.A.M. a amplitude de variação foi menor, oscilando entre 18,3% e 43,9%;

- Anota-se que a diminuição do rácio da despesa com pessoal na despesa total, em algumas situações deveu-se essencialmente ao acréscimo da despesa total por via do aumento das amortizações dos passivos financeiros, como aconteceu com o município de Nordeste (+9,7M€) nos Açores, que apresentou um aumento de +43,5%, e no caso de Funchal com um aumento de +291,1%;
- Os aumentos de peso verificados nos municípios de Velas em +12,1pp e Câmara de Lobos em +9,8pp, deveram-se exclusivamente à diminuição do volume de amortizações de passivos financeiros que diminuiu, respetivamente, -65,1% e -65,4%.

Apresenta-se, de seguida, o *Ranking R24* com os 35 municípios com maior volume pago de despesa com pessoal, em 2018.

Da observação do *Ranking R24* releva-se com referência ao ano económico de 2018:

- Todos os municípios deste ranking apresentaram aumento de despesa com pessoal, tendo dezassete deles aumentado acima da média nacional a qual se fixou em +5,5 %;
- É de relevar o aumento relativo da despesa com pessoal apresentado pelos municípios de: Barcelos (+16,7%, +2,2M€), Loulé (+9,9%, +2,7M€), Setúbal (+11,3%, +2,9 M€), Loulé (+9,9%, +2,7 M€) e Viana do Castelo (+8%, +1,3M€);
- Com montantes significativos de aumento, apresentaram-se os municípios de Lisboa (+7,5M€, +3,3%), Porto (+4,3M€, +6,5%) e Sintra (+3,3M€, +6,5%);
- O valor da despesa com pessoal, no município de Lisboa (234,4 M€) correspondeu a 9,6 % das despesas pagas a pessoal pela totalidade dos municípios portugueses, sendo que o número de trabalhadores de Lisboa corresponde a 4,9% do total dos trabalhadores dos 308 municípios. Relativamente ao ranking R25 que apresenta os 35 municípios com **menor volume pago de despesa com pessoal**, verifica-se:
- São todos municípios de pequena dimensão, tendo sete deles apresentado descida de encargos com pessoal. O aumento do montante de encargos com pessoal verificado nos restantes vinte e cinco municípios foi pouco relevante em termos absolutos, salientando-se, contudo, os aumentos acima dos 10%, dos municípios de Belmonte (+25,8%), Lajes das Flores (+15%), Penedono (+12,1%), Lajes do Pico (+11,1%) e Corvo (+10,7%).

R23.A – Peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total nos municípios da Região Autónoma dos Açores

Município		Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Lajes das Flores	P	26,0%	17,3%	17,8%	29,7%	25,0%	19,7%	22,1%	37,1%	31,7%	36,5%	43,2%
2	Calheta (R. A. A.)	P	27,9%	28,6%	42,4%	44,4%	36,5%	41,9%	37,4%	33,7%	41,6%	32,4%	36,8%
3	Santa Cruz das Flores	P	33,9%	32,9%	27,1%	32,2%	34,9%	33,2%	24,1%	40,4%	37,9%	30,2%	36,7%
4	Vila do Porto	P	37,0%	28,7%	35,7%	35,0%	31,1%	39,4%	31,9%	36,8%	36,5%	30,1%	35,0%
5	Lajes do Pico	P	24,0%	30,4%	16,3%	24,4%	19,3%	16,8%	24,6%	28,5%	30,5%	30,3%	33,5%
6	Povoação	P	38,2%	36,4%	32,1%	32,0%	49,3%	46,0%	40,7%	33,9%	38,5%	37,5%	33,1%
7	Ponta Delgada	M	24,5%	24,3%	31,7%	32,3%	29,9%	35,5%	34,8%	36,0%	37,8%	35,7%	32,5%
8	Vila Franca do Campo	P	14,0%	28,5%	34,9%	12,1%	9,7%	23,3%	26,9%	25,7%	30,4%	26,8%	30,0%
9	Velas	P	28,2%	26,9%	27,7%	29,0%	27,0%	34,2%	35,6%	29,8%	30,7%	17,5%	29,6%
10	Horta	P	32,3%	27,0%	31,7%	33,0%	33,7%	33,8%	29,4%	31,9%	32,6%	25,7%	27,9%
11	Lagoa (R.A.A)	P	17,3%	19,7%	22,0%	17,6%	19,1%	24,9%	28,3%	26,6%	27,3%	24,6%	26,6%
12	Corvo	P	36,2%	43,9%	35,7%	18,3%	21,7%	20,7%	27,8%	27,5%	21,8%	31,5%	26,4%
13	Praia da Vitória	M	20,1%	20,1%	15,4%	24,7%	27,0%	28,8%	31,2%	29,0%	27,0%	23,9%	26,3%
14	Angra do Heroísmo	M	23,4%	23,3%	20,8%	23,1%	20,6%	31,0%	26,6%	24,4%	26,8%	24,2%	25,9%
15	Santa Cruz da Graciosa	P	28,8%	27,9%	22,9%	21,6%	19,8%	25,1%	25,9%	28,0%	32,1%	25,4%	25,1%
16	Ribeira Grande	M	16,0%	14,0%	16,7%	23,2%	21,6%	26,9%	29,6%	23,1%	23,6%	25,5%	24,1%
17	Madalena	P	23,3%	20,7%	30,8%	31,7%	33,5%	31,2%	31,5%	31,5%	29,6%	27,8%	24,1%
18	São Roque do Pico	P	24,8%	13,4%	13,9%	16,1%	21,7%	27,0%	28,5%	23,2%	24,4%	24,8%	22,5%
19	Nordeste	P	31,7%	27,2%	27,1%	32,2%	26,7%	9,8%	21,7%	25,8%	25,9%	22,5%	8,8%
Total dos Municípios da R.A.A.			23,3%	23,0%	24,3%	25,5%	24,6%	24,6%	30,1%	29,6%	30,7%	28,0%	27,5%
Total dos 308 municípios			27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	27,5%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%

R23.M – Peso de pagamentos da despesa com pessoal na despesa total nos municípios da Região Autónoma da Madeira

Município		Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Porto Santo	P	23,1%	27,6%	34,6%	28,1%	29,8%	23,3%	57,4%	33,9%	50,6%	58,1%	43,9%
2	Machico	M	18,1%	31,7%	33,7%	27,1%	29,1%	31,7%	21,3%	40,6%	39,2%	39,4%	40,0%
3	Funchal	G	31,7%	39,6%	37,5%	38,6%	39,2%	28,2%	41,0%	41,5%	41,4%	40,3%	31,9%
4	Câmara de Lobos	M	16,0%	25,1%	23,4%	29,5%	29,6%	15,4%	28,0%	26,8%	31,2%	17,1%	26,9%
5	Santana	P	18,2%	14,5%	26,3%	21,2%	21,2%	22,1%	22,4%	32,2%	28,5%	21,8%	24,5%
6	Ponta do Sol	P	16,3%	24,2%	26,2%	22,2%	25,5%	27,6%	31,0%	24,8%	25,0%	22,8%	24,1%
7	Porto Moniz	P	18,5%	24,3%	17,9%	22,4%	25,3%	22,8%	33,0%	30,2%	24,7%	19,1%	23,8%
8	Santa Cruz	M	19,6%	34,4%	35,1%	36,5%	36,4%	36,0%	20,2%	31,2%	36,6%	27,8%	22,5%
9	São Vicente	P	14,7%	13,6%	25,4%	24,7%	17,9%	23,5%	24,2%	20,6%	24,7%	24,5%	21,1%
10	Calheta (R. A. M.)	P	12,8%	25,2%	24,6%	22,2%	19,0%	18,6%	26,4%	25,1%	20,5%	23,9%	20,8%
11	Ribeira Brava	P	12,0%	11,3%	23,2%	17,2%	20,7%	16,5%	19,1%	23,8%	22,9%	22,2%	18,3%
Total dos Municípios da R.A.M.			22,4%	29,9%	32,2%	31,9%	32,6%	25,9%	31,4%	34,7%	35,6%	31,6%	28,4%
Total dos 308 municípios			27,4%	28,7%	31,1%	30,6%	27,5%	29,2%	30,9%	30,7%	30,2%	28,8%	29,3%

R24 – Municípios com maior volume de despesa com pessoal paga no ano de 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Varia 17-18%
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1 Lisboa	G	240 428 199	256 441 320	255 372 940	242 755 702	208 623 845	227 899 869	216 512 163	213 264 687	216 259 993	226 896 376	234 438 031	3,3%
2 Porto	G	65 597 491	63 055 103	61 045 501	58 249 917	50 567 299	56 993 588	56 303 553	58 505 841	61 392 672	65 797 918	70 081 396	6,5%
3 Sintra	G	34 011 116	35 156 858	46 255 384	45 289 295	41 065 997	43 622 288	45 871 474	47 471 815	49 116 802	51 019 357	54 356 338	6,5%
4 Oeiras	G	33 338 006	34 868 100	34 931 602	34 361 676	30 822 274	33 460 085	33 125 802	34 650 282	40 594 366	42 070 685	44 761 954	6,4%
5 Loures	G	31 683 955	40 045 125	40 387 084	38 172 285	34 940 433	38 272 874	38 008 151	38 666 786	38 829 142	40 399 340	43 090 099	6,7%
6 Cascais	G	31 676 931	33 451 607	34 299 528	33 138 642	29 242 029	31 525 130	32 494 974	32 331 722	37 454 229	39 873 923	42 861 624	7,5%
7 Vila Nova de Gaia	G	30 606 215	31 127 441	32 207 564	33 146 276	29 458 504	33 177 657	34 354 474	35 123 005	36 445 219	37 162 503	39 432 938	6,1%
8 Almada	G	26 516 150	28 531 622	28 984 188	27 958 489	25 021 957	27 639 772	28 169 770	29 833 061	30 940 505	32 737 589	34 966 928	6,8%
9 Matosinhos	G	24 160 793	32 168 406	32 660 589	31 147 123	28 300 088	29 748 856	29 702 028	29 687 470	32 198 538	33 062 801	34 786 331	5,2%
10 Seixal	G	33 429 777	34 501 567	35 467 413	35 604 507	30 395 964	32 664 712	32 811 186	32 827 140	32 434 828	32 949 520	34 302 344	4,1%
11 Funchal	G	28 940 558	31 231 103	31 005 139	29 822 565	28 947 972	31 180 527	30 407 728	29 270 676	29 731 966	30 089 561	31 452 315	4,5%
12 Amadora	G	22 426 130	28 804 424	28 825 565	28 008 606	24 805 860	26 947 613	26 644 145	27 249 877	28 824 511	29 193 524	30 556 862	4,7%
13 Loulé	M	24 522 409	26 849 182	29 960 895	28 902 427	25 552 196	25 897 673	25 771 146	26 027 320	25 645 104	26 921 799	29 588 821	9,9%
14 Setúbal	G	26 738 600	27 404 227	26 688 588	26 114 814	22 919 094	25 073 071	24 222 936	25 121 947	25 454 595	26 090 421	29 040 972	11,3%
15 Braga	G	19 380 342	26 069 234	27 095 643	26 211 997	23 648 923	25 186 802	24 503 120	23 723 998	24 790 603	26 417 583	26 838 599	1,6%
16 Coimbra	G	29 261 552	29 407 120	30 092 982	28 282 050	25 108 042	26 615 284	26 111 049	25 737 994	25 627 032	26 002 074	26 693 601	2,7%
17 V. Nova Famalicão	G	18 120 930	19 145 557	19 512 800	18 733 411	16 265 023	17 509 951	18 039 739	19 977 548	23 531 355	25 015 405	26 679 809	6,7%
18 Guimarães	G	17 045 957	24 109 933	24 485 256	25 014 198	22 696 154	23 474 583	23 350 740	22 895 238	23 459 014	24 458 769	25 911 428	5,9%
19 Odivelas	G	19 496 408	19 733 142	23 113 696	22 760 094	21 147 636	22 652 739	22 733 104	23 642 979	22 385 431	22 791 023	23 403 270	2,7%
20 Gondomar	G	17 188 346	23 398 362	24 758 445	25 183 764	24 254 927	23 769 940	22 214 723	22 666 666	22 333 468	22 456 628	23 032 253	2,6%
21 Albufeira	M	18 750 522	22 516 606	23 375 044	22 749 447	19 779 010	20 860 863	20 124 778	19 859 464	19 736 348	20 108 530	20 666 959	2,8%
22 Maia	G	17 760 639	18 867 993	19 295 370	19 373 082	17 575 332	19 098 164	18 567 367	18 535 977	18 868 519	18 653 167	19 154 529	2,7%
23 Évora	M	15 416 156	18 835 495	20 419 703	19 050 623	16 879 562	18 020 985	18 166 398	17 711 101	17 744 882	17 657 553	18 651 929	5,6%
24 Sesimbra	M	17 361 973	18 046 176	18 766 838	17 683 894	15 760 272	19 042 086	17 414 285	16 724 431	17 064 715	17 502 446	18 219 032	4,1%
25 Vila Franca de Xira	G	17 339 857	18 442 810	18 257 801	17 072 464	14 831 475	16 279 784	16 306 625	16 264 790	16 581 776	17 291 550	18 142 200	4,9%
26 Palmela	M	18 310 610	20 007 486	19 562 922	18 281 770	16 347 521	18 416 307	17 606 604	17 265 660	17 479 719	17 809 101	18 052 075	1,4%
27 Viana do Castelo	M	11 705 378	15 204 092	16 173 109	16 883 363	14 845 260	16 016 733	15 793 297	15 869 957	16 394 959	16 671 499	18 004 563	8,0%
28 Vila do Conde	M	15 466 803	18 670 816	17 451 301	17 529 929	15 700 288	18 028 995	15 614 976	15 283 219	15 866 761	16 461 712	17 234 013	4,7%
29 Barreiro	M	15 304 581	15 970 920	16 505 508	15 549 317	13 800 040	16 705 341	14 642 960	14 239 909	14 706 546	15 086 458	16 078 092	6,6%
30 Mafra	M	10 991 442	12 347 104	14 454 464	14 463 606	13 552 392	14 364 693	13 929 910	14 055 555	14 484 161	14 995 105	16 034 337	6,9%
31 Portimão	M	12 181 038	15 656 349	15 713 844	15 780 331	13 152 074	14 489 922	14 009 673	14 627 444	15 171 035	14 865 777	15 448 302	3,9%
32 Barcelos	G	12 968 710	13 788 442	13 671 900	13 335 500	11 878 919	13 524 811	14 458 009	13 691 542	12 856 604	12 944 584	15 107 301	16,7%
33 Faro	M	12 749 831	16 207 900	16 287 926	14 912 816	12 704 079	13 445 188	13 714 459	13 264 135	12 998 185	13 881 411	14 733 509	6,1%
34 Sta. Maria da Feira	G	14 373 418	15 869 889	16 035 225	15 451 775	11 889 146	13 985 525	13 831 434	13 801 191	13 606 220	14 105 401	14 494 982	2,8%
35 Moita	M	16 955 357	14 820 388	14 305 220	13 816 971	13 148 463	13 936 007	13 950 877	13 888 064	13 806 286	14 013 765	14 429 990	3,0%

R25 – Municípios com menor volume pago em despesa com pessoal em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017			Mandato 2018-2021		Varia 17-18%	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Corvo	P	772 319	702 501	628 278	581 778	522 768	511 744	493 276	481 035	488 269	557 521	616 925	10,7%
2	S.C Flores	P	893 080	937 852	1 056 277	1 135 170	1 000 115	1 100 754	1 010 373	968 094	948 177	946 665	945 102	-0,2%
3	São Roque do Pico	P	1 072 101	991 542	1 025 053	1 039 671	938 406	1 094 686	1 156 062	1 040 696	1 075 474	1 091 061	1 143 022	4,8%
4	Sta. C. Graciosa	P	1 261 237	1 283 903	1 317 601	1 179 384	1 075 305	1 155 502	1 160 977	1 116 069	1 112 886	1 221 339	1 282 279	5,0%
5	Manteigas	P	1 504 442	1 586 887	1 477 923	1 410 486	1 217 600	1 433 558	1 300 145	1 304 790	1 281 624	1 315 339	1 300 769	-1,1%
6	Nordeste	P	1 784 813	1 859 706	1 818 260	1 673 403	1 515 060	1 540 762	1 505 856	1 391 709	1 351 345	1 314 054	1 322 762	0,7%
7	Porto Moniz	P	1 116 728	1 247 754	1 196 202	1 200 440	1 066 589	1 164 688	1 255 543	1 215 396	1 244 649	1 288 104	1 346 255	4,5%
8	Lajes das Flores	P	969 132	956 754	1 030 038	1 085 234	1 034 086	1 033 572	1 102 795	1 113 489	963 737	1 172 106	1 347 920	15,0%
9	São Vicente	P	1 363 695	1 378 059	1 483 839	1 404 194	1 184 472	1 297 266	1 287 078	1 279 222	1 318 610	1 375 003	1 379 757	0,3%
10	Belmonte	P	1 152 457	1 194 382	1 233 241	1 188 363	972 664	1 029 865	1 148 520	1 123 877	1 126 518	1 133 504	1 426 191	25,8%
11	C. Pera	P	1 623 045	1 602 004	1 529 680	1 638 218	1 336 878	1 428 271	1 371 009	1 316 919	1 270 719	1 311 628	1 429 496	9,0%
12	Ponta do Sol	P	1 604 988	1 694 430	1 736 952	1 623 824	1 414 507	1 577 338	1 524 456	1 504 900	1 527 316	1 521 841	1 466 142	-3,7%
13	Velas	P	1 757 998	1 745 254	1 798 025	1 661 166	1 373 489	1 541 250	1 581 875	1 596 176	1 523 132	1 526 073	1 548 813	1,5%
14	Alvaiázere	P	1 662 378	1 902 709	1 785 425	1 627 854	1 508 164	1 608 990	1 541 059	1 458 588	1 536 753	1 541 552	1 566 424	1,6%
15	Penedono	P	1 404 882	1 448 174	1 529 711	1 522 888	1 424 391	1 677 001	1 669 857	1 455 933	1 311 846	1 414 479	1 585 207	12,1%
16	Pedrógão Grande	P	1 720 929	1 927 778	1 991 745	1 818 738	1 521 923	1 575 605	1 433 592	1 442 871	1 423 638	1 456 267	1 587 433	9,0%
17	Murtosa	P	1 944 268	2 167 169	1 997 283	1 777 789	1 529 814	1 649 845	1 734 600	1 750 778	1 690 455	1 662 502	1 720 034	3,5%
18	Calheta (R. A. A.)	P	1 573 124	3 043 227	1 854 045	1 741 342	1 575 204	1 730 067	1 693 438	1 651 451	1 627 711	1 643 334	1 766 251	7,5%
19	Penamacor	P	2 216 659	2 293 754	2 236 940	2 091 247	1 844 804	2 038 044	2 041 741	1 894 715	1 861 223	1 846 285	1 781 543	-3,5%
20	Santana	P	1 689 107	1 810 189	1 826 319	1 607 598	1 320 598	1 468 916	1 431 385	1 559 163	1 675 202	1 678 335	1 793 319	6,9%
21	Lajes do Pico	P	1 546 672	1 588 823	1 781 572	1 462 193	1 296 556	1 697 714	1 729 303	1 638 591	1 617 461	1 632 927	1 814 799	11,1%
22	Fornos de Algodres	P	1 743 350	1 862 133	2 131 489	1 720 458	1 567 948	1 717 392	1 730 587	1 774 666	1 708 656	1 714 753	1 821 326	6,2%
23	Marvão	P	1 956 346	2 064 463	2 091 489	1 905 403	1 630 015	1 757 230	1 736 929	1 639 610	1 669 393	1 761 085	1 832 525	4,1%
24	Barrancos	P	1 968 772	2 119 777	2 169 383	2 076 578	1 840 869	1 924 514	1 827 295	1 846 856	1 821 807	1 816 892	1 882 266	3,6%
25	Arronches	P	1 595 360	1 931 729	1 890 857	1 704 073	1 557 864	1 763 010	1 790 710	1 766 276	1 847 754	1 943 534	1 903 891	-2,0%
26	Ribeira Brava	P	1 716 367	1 833 093	1 910 347	1 675 162	1 473 241	1 473 691	1 591 994	1 698 809	1 591 347	1 772 915	1 906 308	7,5%
27	Fronteira	P	1 642 811	1 686 168	1 781 764	1 684 564	1 512 868	1 617 032	1 654 836	1 689 243	1 676 895	1 791 555	1 913 625	6,8%
28	Aguiar da Beira	P	1 872 086	1 925 715	1 978 975	1 865 634	1 658 053	1 804 810	1 975 710	1 933 848	1 951 242	1 934 929	1 918 004	-0,9%
29	Sernancelhe	P	1 777 015	1 988 503	1 781 049	1 760 530	1 507 066	1 647 531	1 727 674	1 820 626	1 938 512	1 971 418	1 964 319	-0,4%
30	Penalva do Castelo	P	1 920 068	2 075 681	2 099 582	2 150 013	1 842 673	2 071 947	2 250 644	1 920 559	1 874 529	1 859 838	2 032 466	9,3%
31	Alvito	P	1 879 503	2 085 738	2 123 304	2 144 939	1 961 505	2 017 488	1 987 521	2 035 199	2 016 738	1 957 112	2 059 081	5,2%
32	Tabuaço	P	2 389 177	3 056 944	3 207 802	2 671 543	2 411 517	2 189 013	2 143 317	1 977 994	1 970 395	2 004 870	2 075 760	3,5%
33	Sever do Vouga	P	2 255 131	2 442 657	2 266 571	2 092 536	1 849 810	1 958 639	2 018 710	1 959 340	2 050 650	2 051 790	2 092 839	2,0%
34	Penela	P	2 041 981	2 102 630	2 017 550	2 036 481	1 908 785	1 941 754	1 921 622	1 937 005	1 955 444	1 975 411	2 098 780	6,2%
35	Madalena	P	1 716 400	1 875 863	1 972 388	1 895 914	1 775 166	2 140 102	2 267 300	2 189 809	2 146 826	2 048 111	2 127 078	3,9%

2.3.4.2. Despesa paga em Aquisições de Bens e Serviços Correntes

Em relação à despesa paga com aquisição de bens e serviços⁶⁶ correntes entende-se referir para o ano de 2018:

- Pela observação dos quadros apresentados no ponto 2.3.3 deste capítulo constatou-se que a **despesa com aquisição de bens e serviços correntes em 2018 ao aumentar 2,3%, manteve a tendência de crescimento apresentada no biénio 2016/ 2017** em que se verificaram os aumentos sucessivos de +3,9% e +2%, **considerando a despesa assumida (despesa realizada)** e não a despesa paga;
- Mais se verificou que o **peso dos encargos assumidos em aquisição de bens e serviços correntes, no total da despesa assumida, foi de 27,7%**, sendo que **em relação ao total da despesa corrente esse valor foi de 42,6%**;
- Os municípios com **maior aumento da despesa assumida em aquisição de bens e serviços** foram: Valongo (+100,02%), Porto Santo (+64,5%), Guarda (+53,7%), Peso da Régua (+50,5%), Castanheira de Pera (+43,6%), Fornos de Algodres (+39,8%), Nisa (+35,1%), Azambuja (+35,0%), Gouveia (+30,1%) e Penela (+28,1%);
- O **peso da despesa paga com aquisição de bens e serviços**, no total da despesa autárquica, foi de **26,6%** ao apresentar o valor total de **2 224,9M€**. Em 2018, o aumento dos pagamentos de bens e serviços em apenas **0,6% (+39,7 M€)** traduziu uma **desaceleração dos pagamentos em relação ao ano de 2016 e 2017**, anos em que as taxas de pagamento foram, respetivamente, de +5,8% e +1,8%. Anota-se, ainda, que o **montante pago correspondeu a 83,4% dos encargos assumidos nesta rubrica orçamental** (-1,4% da taxa apresentada em 2017) **ficando por pagar, na totalidade dos municípios, 442 M€ de compromissos assumidos** no ano económico em apreço;
- Em 2018, **122 municípios apresentaram diminuição de encargos pagos com aquisição de bens e serviços**.

Apresentam-se de seguida os Rankings (R26 e R27) dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes em 2018.

– O volume da despesa paga pelo município de Lisboa na aquisição de bens e serviços correntes continuou a representar 5,9% do total dos encargos pagos pelo setor autárquico municipal⁶⁷ nesta rubrica orçamental. Comparando o valor dos encargos pagos pelo segundo município desta listagem - Cascais - verifica-se que o mesmo apresentou uma despesa cujo valor foi 43% do valor liquidado por Lisboa.

– Relativamente à listagem destes 35 municípios com maior despesa paga em aquisição de bens e serviços correntes, apontam-se vinte e três municípios com crescimento desta despesa, sendo que seis deles apresentaram um crescimento igual ou superior a 10% destacando-se os que apresentaram crescimento mais significativo: Valongo⁶⁸ (+100%, +11,2M€); Guarda (+52,9%, +5,3M€); Viseu (+33,4%, +5,3M€) e Funchal (+22,4%, +4,5M€).

– Com decréscimo significativo desta despesa anotam-se os seguintes municípios: Porto com -10,7M€ (-19,7%), Cascais com -8,2M€ (-12,6%) e Vila Nova de Gaia com -5,9M€ (-15,7%).

No Ranking R27 são ordenados por ordem crescente de valor relativo ao ano de 2018, os municípios com menor volume de encargos pago em aquisição de bens e serviços.

⁶⁶ Não inclui aquisição de bens e serviços de bens duradouros (classificador económico 07).

⁶⁷ De referir que Lisboa representa 4,9% da população de Portugal.

⁶⁸ Este município apresentou um aumento de despesa paga na ordem dos 100% porque em 2018 pagou 97,8% da despesa compromissada nesta rubrica orçamental

R26 – Municípios com maior volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2018⁶⁹

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Varia 17-18%	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Lisboa	G	114 519 931	117 000 558	120 990 740	108 197 506	94 850 551	97 684 851	132 540 525	125 467 340	130 998 622	129 778 149	131 447 599	1,3%
2	Cascais	G	45 842 997	52 282 385	47 603 601	52 023 664	52 278 428	50 071 593	63 928 827	75 430 371	76 611 800	64 685 244	56 524 301	-12,6%
3	Porto	G	38 653 897	40 145 826	40 297 529	44 996 314	44 892 315	47 549 064	46 679 683	49 670 454	50 164 905	54 240 232	43 530 913	-19,7%
4	Sintra	G	21 049 957	19 158 887	18 282 617	23 271 604	38 834 864	27 291 651	33 719 888	37 490 917	41 914 090	38 273 426	39 250 438	2,6%
5	Loulé	M	32 126 830	32 726 935	27 913 191	21 933 759	32 327 744	36 293 632	26 582 007	31 052 854	33 174 258	37 045 849	37 221 939	0,5%
6	Oeiras	G	34 041 433	42 443 089	35 011 670	36 038 385	37 087 552	32 476 257	29 998 859	33 128 240	31 122 444	32 249 445	35 281 997	9,4%
7	VN Gaia	G	28 618 028	35 242 226	26 240 544	28 186 002	25 608 770	27 782 026	33 891 438	35 872 846	38 029 361	37 500 543	31 611 756	-15,7%
8	Seixal	G	11 007 909	8 778 087	10 063 915	6 657 430	12 036 674	26 648 239	33 322 494	18 387 545	24 301 658	26 479 702	29 774 503	12,4%
9	Albufeira	M	34 080 485	25 650 944	20 210 023	21 775 547	29 110 963	41 937 555	28 316 961	23 415 487	24 769 315	27 861 783	29 338 224	5,3%
10	Loures	G	33 307 187	32 291 460	30 597 332	29 603 917	32 994 814	32 691 192	32 103 516	33 562 202	34 416 002	29 341 134	29 042 859	-1,0%
11	Matosinhos	G	26 719 941	28 026 387	23 786 484	30 254 772	30 875 162	27 992 347	25 465 525	27 704 793	28 549 885	27 423 759	28 715 647	4,7%
12	VN Famalicão	G	18 374 809	18 683 053	20 297 187	21 984 047	22 185 448	20 993 386	23 005 147	23 304 862	26 253 061	26 723 840	27 075 613	1,3%
13	Setúbal	G	15 161 711	15 132 873	11 298 441	12 191 058	14 978 880	13 268 149	21 944 676	24 772 094	24 855 058	26 132 505	25 206 856	-3,5%
14	Funchal	G	30 102 946	18 041 447	15 946 793	15 528 317	12 335 191	38 970 292	23 147 048	21 991 455	23 145 568	20 080 258	24 580 423	22,4%
15	Mafra	M	14 392 332	18 206 069	17 507 224	17 736 072	18 157 741	15 168 603	21 843 672	19 750 656	21 143 967	22 812 192	24 219 571	6,2%
16	Almada	G	21 441 366	22 078 536	20 105 041	19 917 357	20 358 587	21 060 963	21 682 918	22 916 313	26 367 032	26 083 169	23 356 950	-10,5%
17	Coimbra	G	17 894 632	19 633 378	22 405 578	22 283 886	22 119 771	20 560 384	19 851 752	18 177 734	20 934 065	21 581 668	23 068 160	6,9%
18	Odivelas	G	13 957 416	15 197 408	15 767 234	14 254 621	17 617 944	15 234 031	23 897 826	23 184 552	23 296 749	23 945 241	22 615 110	-5,6%
19	Valongo	M	10 331 162	11 781 250	8 756 358	9 403 743	11 762 422	18 795 266	9 719 655	9 793 911	9 965 937	11 139 727	22 373 238	100,8%
20	Gondomar	G	15 645 428	15 664 004	17 637 077	17 554 458	17 887 358	19 332 549	19 795 448	21 722 937	22 679 518	22 872 621	21 831 473	-4,6%
21	Viseu	M	9 691 907	11 815 610	10 865 543	10 397 048	11 313 516	11 632 428	12 381 933	13 528 481	15 201 798	15 911 968	21 220 843	33,4%
22	Braga	G	10 239 692	11 471 519	12 145 318	14 186 682	15 207 769	16 679 315	17 076 189	18 815 809	18 693 350	20 569 398	20 705 012	0,7%
23	Guimarães	G	14 833 151	15 667 675	16 523 405	18 818 200	17 065 630	16 804 865	18 508 094	18 501 631	20 596 830	21 011 886	20 012 497	-4,8%
24	Amadora	G	26 214 686	27 601 405	27 184 293	31 678 763	29 094 175	31 166 574	27 494 953	22 845 748	19 810 292	20 227 008	19 901 237	-1,6%
25	Leiria	G	16 637 436	16 471 426	13 803 438	16 675 843	17 294 244	16 204 834	14 605 739	15 120 854	16 690 174	18 434 759	19 272 544	4,5%
26	Lagos	M	16 738 640	11 442 962	10 242 589	12 603 542	15 104 217	20 775 564	17 811 452	20 182 394	17 349 742	18 628 018	19 142 585	2,8%
27	SM Feira	G	17 399 050	14 973 968	13 072 221	16 359 547	18 264 616	24 286 084	17 205 445	16 528 195	15 855 837	17 114 363	18 588 837	8,6%
28	VF Xira	G	14 760 431	15 743 726	16 697 205	16 263 744	18 659 481	18 125 536	18 433 820	19 413 671	16 848 492	17 086 650	17 610 111	3,1%
29	Lagoa (Alg.)	M	14 060 099	9 148 915	9 974 873	12 526 170	15 171 466	15 915 859	12 066 053	12 752 200	15 322 233	15 333 846	16 259 667	6,0%
30	Torres Vedras	M	12 059 588	11 613 153	6 861 888	8 809 021	11 901 529	10 577 804	12 188 167	11 528 105	12 343 287	14 067 531	15 643 515	11,2%
31	P. Varzim	M	12 394 942	14 812 688	14 506 985	14 608 200	13 715 684	14 232 774	13 382 694	13 934 155	14 004 059	14 775 842	15 579 582	5,4%
32	Maia	G	14 750 282	17 481 406	14 359 108	15 382 071	15 832 493	13 942 798	15 434 196	16 281 316	16 280 697	15 896 612	15 571 594	-2,0%
33	Guarda	M	5 756 770	11 019 433	6 106 681	6 703 193	6 254 912	8 776 023	7 958 066	10 727 502	9 834 532	9 992 150	15 281 064	52,9%
34	Évora	M	9 275 064	17 494 726	8 732 520	8 984 675	8 653 752	20 052 998	18 597 762	9 229 674	37 112 876	16 477 033	14 673 495	-10,9%
35	Aveiro	M	21 904 539	6 622 036	5 859 392	6 851 934	5 264 693	6 190 304	7 316 424	11 810 527	12 721 233	15 633 699	14 599 523	-6,6%

⁶⁹ Valores que apenas incluem as despesas realizadas pela estrutura orgânica do município, excluindo, portanto, as entidades do SEL.

R27 – Municípios com menor volume de despesa paga em aquisição de bens e serviços em 2018

Unidade: euros

Município	Dim .	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Varia 17-18%	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2017		
1	Corvo	P	287 376	252 393	275 261	239 746	242 804	278 128	325 368	388 486	451 924	511 908	567 208	10,8%
2	Barrancos	P	537 854	690 922	728 082	753 270	537 134	505 511	451 194	449 943	578 906	581 120	623 852	7,4%
3	Santa Cruz das Flores	P	507 800	544 767	525 088	530 201	496 161	470 918	522 448	547 553	606 552	614 590	649 417	5,7%
4	Lajes das Flores	P	735 607	784 136	874 308	811 907	733 772	644 449	444 311	822 068	834 041	1 038 465	882 366	-15,0%
5	Calheta (R. A. A.)	P	706 484	1 233 912	853 941	712 236	656 268	634 383	599 494	625 798	669 305	831 882	951 769	14,4%
6	Povoação	P	705 489	745 446	525 715	616 184	353 776	477 923	480 870	624 992	825 080	950 961	968 260	1,8%
7	Sta. Cruz da Graciosa	P	705 963	742 184	875 880	734 793	794 116	780 720	792 822	915 409	926 504	1 046 109	1 054 917	0,8%
8	Nordeste	P	807 718	611 594	750 048	669 506	483 479	927 796	787 777	787 624	889 237	1 007 426	1 069 672	6,2%
9	Lajes do Pico	P	896 199	784 629	1 430 366	894 458	1 001 006	993 826	935 728	1 007 919	964 164	1 044 941	1 134 402	8,6%
10	São Roque do Pico	P	585 843	645 362	693 165	698 807	703 062	593 993	868 723	973 571	944 687	1 086 426	1 140 946	5,0%
11	Velas	P	754 736	944 089	913 160	980 417	1 109 106	949 793	1 132 908	1 016 948	1 325 777	1 289 436	1 163 868	-9,7%
12	Arronches	P	1 256 594	1 315 031	1 034 398	1 051 582	1 364 026	1 326 726	1 318 382	1 252 763	1 228 673	1 339 673	1 253 676	-6,4%
13	Mesão Frio	P	779 357	945 028	1 669 923	911 191	1 207 928	1 118 367	992 941	1 189 389	1 071 426	876 806	1 259 704	43,7%
14	Alvito	P	789 536	834 269	915 949	1 045 089	915 071	927 913	940 173	1 009 458	1 059 084	1 172 159	1 326 427	13,2%
15	Monforte	P	1 167 546	1 419 738	1 284 834	1 141 844	1 034 147	1 268 003	1 129 043	1 254 698	1 389 139	1 416 522	1 396 535	-1,4%
16	Mourão	P	1 024 339	1 702 808	1 146 139	873 126	987 391	1 789 400	1 080 075	1 393 595	1 469 433	1 563 508	1 424 820	-8,9%
17	Castanheira de Pera	P	777 322	798 716	867 675	1 249 392	2 164 092	962 863	960 947	1 046 143	1 111 358	1 176 238	1 428 318	21,4%
18	Cuba	P	1 272 332	1 391 955	1 285 433	1 579 880	1 285 823	1 225 373	1 244 312	1 388 803	1 574 361	1 677 635	1 577 195	-6,0%
19	Alpiarça	P	1 834 420	2 222 829	1 505 703	3 033 159	1 800 376	1 658 828	1 263 574	1 298 258	1 522 734	1 448 215	1 593 074	10,0%
20	Sousel	P	1 644 660	1 566 377	1 385 115	1 320 316	1 458 919	1 622 932	1 427 622	1 573 880	1 392 222	1 741 281	1 614 213	-7,3%
21	Vila do Porto	P	964 323	1 105 744	1 128 236	962 609	899 599	1 254 441	1 345 621	1 387 321	1 499 932	1 692 964	1 638 626	-3,2%
22	Santana	P	2 360 539	2 356 543	2 102 310	2 081 705	1 116 891	1 555 937	1 559 762	1 140 927	1 202 094	2 129 435	1 641 993	-22,9%
23	Freixo Espada à Cinta	P	1 461 576	1 543 962	1 702 330	1 258 283	1 421 406	3 360 392	2 694 583	1 795 965	2 034 023	1 644 630	1 642 379	-0,1%
24	Madalena	P	859 112	896 026	671 042	641 620	954 607	983 649	1 126 940	1 654 761	1 739 942	1 961 604	1 672 201	-14,8%
25	Castelo de Vide	P	1 112 250	1 295 544	1 198 591	1 188 832	1 296 350	1 488 286	1 412 334	1 420 152	1 477 413	1 631 175	1 703 687	4,4%
26	Alter do Chão	P	1 423 805	1 629 319	1 587 319	1 486 309	1 305 676	1 152 675	1 642 185	1 734 728	1 841 510	1 856 710	1 733 947	-6,6%
27	Fronteira	P	1 788 951	1 734 587	1 592 155	1 425 096	1 518 972	1 723 599	1 750 839	1 873 589	1 925 213	1 806 243	1 754 740	-2,9%
28	Vila Nova de Paiva	P	1 796 413	1 697 977	1 726 537	1 756 642	1 665 874	1 557 406	1 649 389	1 764 968	1 722 443	1 695 304	1 770 095	4,4%
29	Manteigas	P	1 662 751	2 022 782	1 613 872	1 378 361	1 419 923	1 335 774	1 380 263	4 362 530	1 957 033	1 960 622	1 779 222	-9,3%
30	Figueiró dos Vinhos	P	1 701 360	1 831 852	1 477 560	4 040 227	1 810 392	1 642 165	1 813 654	1 900 405	1 791 375	1 881 393	1 784 055	-5,2%
31	Monchique	P	1 562 104	1 332 844	1 446 593	1 597 369	1 650 303	1 760 050	1 855 954	1 696 614	1 728 208	2 018 315	1 785 248	-11,5%
32	Marvão	P	1 166 029	1 157 891	1 358 162	1 291 305	1 357 085	1 395 046	1 314 990	1 422 839	1 532 858	1 639 964	1 786 271	8,9%
33	Penalva do Castelo	P	1 427 713	1 401 714	1 521 528	1 534 518	1 649 897	1 663 486	2 032 761	1 641 589	1 782 180	1 720 152	1 803 537	4,8%
34	Vidigueira	P	1 173 960	1 305 468	1 242 064	1 210 560	1 590 133	1 158 919	1 363 919	1 556 278	1 954 883	1 907 424	1 813 581	-4,9%
35	Porto Santo	P	1.317.929	898.315	540.458	727.898	1.391.835	2.705.130	893.387	2.016.373	1.079.431	1.118.585	1.821.199	62,8%

Da observação do Ranking R27 anota-se em relação ao ano económico de 2018:

- Dos 35 municípios com menor volume de encargos em aquisição de bens e serviços correntes, só constaram municípios de pequena dimensão;
- Dezassete dos municípios constantes desta listagem apresentaram descida de montante de pagamentos de bens e serviços, chamando-se atenção para os municípios cuja despesa desta natureza baixou mais de 10%: Santana (-22,9%) e Lajes das Flores (-15%);
- Os restantes 18 municípios apresentaram acréscimo de despesa sendo de assinalar que 6 deles apresentaram crescimento igual ou superior a 10%, com especial relevo para os municípios de Mesão Frio (+43,7%) e Castanheira da Pera (+21,4%) pela elevada percentagem assinalada.

2.3.4.3. Despesas pagas com Investimentos (aquisição de bens duradouros)

– No ponto 2.3.3 já foram referidas algumas considerações em relação às despesas de investimento. Todavia, como neste ponto se vão apresentar listagens hierarquizadas dos municípios pelo volume de despesa paga nesta rubrica orçamental, entendeu-se relevar os seguintes aspetos em relação ao ano de 2018:

- Em 2018, o **total de encargos assumidos pelos municípios em investimento foi de 2 137,6M€ (+10,1M€, +0,5% que em 2017)**, dos quais **foram pagos 1 483,2M€, isto é, 69,4% da despesa assumida**, tendo ficado por pagar 654,4 M€. Entre 2006 e 2012 o valor médio dos pagamentos desta despesa tinha sido de 57,1%, ficando por pagar quase metade da despesa assumida. **A partir de 2013 as autarquias na sua generalidade, optaram por aumentar o nível de pagamento dos encargos com investimento melhorando o rácio de pagamentos das despesas de capital, pese embora continue a ser a despesa com menor índice de pagamento**
- Nos Rankings R28 e R30 apresentam-se respetivamente 35 municípios com maior e menor volume de investimento realizado em 2018.

R28 – Municípios com maior volume de investimento pago em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Varia 17-18
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1 Lisboa	G	32 029 497	48 570 865	75 045 680	45 205 673	63 323 184	77 481 885	68 771 114	66 662 626	128 188 429	153 002 296	127 562 316	-16,6%
2 Porto	G	8 330 230	7 516 616	30 269 288	7 093 458	6 383 423	46 653 378	13 132 540	19 122 087	26 267 736	41 936 990	59 603 865	42,1%
3 Cascais	G	22 458 275	43 314 497	30 029 500	21 488 098	17 746 625	11 486 996	13 419 670	14 667 601	15 703 506	28 277 943	44 879 697	58,7%
4 Seixal	G	19 444 656	14 068 394	9 588 163	7 576 343	5 330 223	4 517 377	12 154 449	1 803 810	4 942 218	10 782 750	44 560 488	313,3%
5 Guimarães	G	15 647 362	18 911 536	24 661 792	37 107 064	30 790 529	4 627 542	10 861 334	9 033 730	14 244 325	23 074 372	22 785 201	-1,3%
6 Leiria	G	19 837 063	9 057 027	10 041 799	12 156 931	6 369 021	5 822 908	9 622 698	10 569 346	12 914 319	20 286 960	21 904 168	8,0%
7 Oeiras	G	50 728 560	34 516 515	28 090 756	26 138 319	22 722 879	22 187 369	28 186 902	20 737 905	22 915 166	20 572 509	21 760 770	5,8%
8 Aveiro	M	15 861 543	13 782 696	8 029 804	9 234 140	7 024 950	7 559 643	5 633 353	8 752 662	5 727 977	17 467 563	21 447 693	22,8%
9 VN Gaia	G	20 626 915	16 844 527	10 152 169	20 543 682	24 527 138	21 928 656	16 535 873	11 998 323	12 701 614	14 103 986	19 937 699	41,4%
10 Loulé	M	29 735 381	43 930 281	27 388 357	22 704 809	17 681 954	16 294 636	15 493 693	15 160 441	11 880 496	14 621 643	19 664 742	34,5%
11 Sintra	G	16 579 918	20 242 566	27 369 425	16 096 163	7 674 416	15 148 323	4 159 926	6 171 098	9 284 159	18 090 614	19 141 260	5,8%
12 Braga	G	15 274 509	19 187 412	12 925 998	8 687 357	13 825 481	21 540 958	12 862 956	7 883 078	3 549 846	9 350 604	18 349 464	96,2%
13 Maia	G	18 220 152	21 785 875	17 983 810	8 163 924	5 417 250	6 914 714	10 856 710	19 475 682	11 504 071	16 231 956	18 201 423	12,1%
14 Covilhã	M	18 608 085	7 360 381	9 327 314	10 379 364	10 287 884	9 051 628	4 703 098	3 897 277	4 626 493	2 477 020	17 145 528	592,2%
15 Mafra	M	21 263 257	14 802 661	16 383 905	11 630 258	13 839 330	11 037 048	8 294 498	9 306 240	13 965 653	16 341 903	16 706 859	2,2%
16 V. Castelo	M	16 242 245	16 290 815	15 807 232	10 222 722	12 849 618	15 493 408	8 416 094	17 561 098	10 028 509	16 245 145	16 021 449	-1,4%
17 Setúbal	G	10 839 410	8 108 015	9 751 760	10 065 165	16 253 913	11 969 092	7 149 037	10 617 022	7 751 193	13 043 248	15 590 677	19,5%
18 Albufeira	M	18 149 553	36 553 854	10 246 716	7 537 943	4 978 664	4 503 803	1 956 194	3 593 335	11 276 568	11 319 162	15 459 275	36,6%
19 Matosinhos	G	28 644 936	15 503 379	22 751 343	34 371 631	23 377 348	18 357 207	13 004 777	23 628 651	28 857 444	28 411 456	15 178 369	-46,6%
20 VF Xira	G	25 384 924	21 943 029	21 847 005	15 867 452	12 239 288	24 211 902	13 739 744	8 489 689	12 216 556	21 888 507	12 753 829	-41,7%
21 P. Varzim	M	15 224 976	14 983 505	9 711 325	9 074 150	8 769 424	11 804 487	8 290 588	10 404 989	5 467 918	12 513 001	12 661 875	1,2%
22 Gondomar	G	28 013 326	30 526 140	15 744 856	29 618 742	13 503 990	16 158 681	10 808 682	8 107 738	7 259 854	9 388 476	12 634 154	34,6%
23 Funchal	G	18 764 144	15 181 094	19 445 470	16 164 985	17 280 123	22 432 704	7 655 310	6 146 164	5 536 341	10 124 660	12 497 639	23,4%
24 SM Feira	G	23 860 061	18 456 270	16 139 530	15 981 528	12 120 549	18 680 711	14 011 859	8 928 206	7 956 523	9 504 099	11 853 239	24,7%
25 Coimbra	G	11 810 520	14 395 292	11 146 795	14 951 155	13 898 747	12 296 489	5 810 661	14 759 926	8 044 519	6 608 483	11 540 236	74,6%
26 C. Branco	M	41 881 164	23 177 774	19 429 122	17 091 698	25 195 014	25 307 147	9 331 202	10 573 439	18 265 019	14 698 334	11 213 618	-23,7%
27 F. Foz	M	4 441 270	11 254 433	3 165 729	8 692 995	6 136 134	6 640 227	4 638 237	5 529 978	7 965 000	9 277 235	10 894 636	17,4%
28 Odivelas	G	9 722 462	11 350 923	11 679 440	8 896 143	5 371 635	4 185 641	1 971 358	3 077 875	4 638 953	8 949 012	10 345 859	15,6%
29 Santo Tirso	M	7 850 978	10 087 813	9 054 298	16 716 858	11 514 376	11 476 389	8 501 499	8 588 443	3 572 459	9 427 174	10 253 447	8,8%
30 Pombal	M	12 988 465	13 142 263	17 162 697	17 034 587	15 643 417	30 685 835	19 592 344	13 615 980	15 091 898	19 649 140	10 193 321	-48,1%
31 Penafiel	M	15 084 843	10 454 910	11 958 472	11 826 549	16 827 053	14 593 122	11 479 359	9 296 129	7 707 598	8 931 629	9 960 750	11,5%
32 Almada	G	23 579 189	38 631 588	12 045 721	14 221 554	10 666 629	12 158 748	9 899 451	11 905 379	15 410 412	17 110 845	9 224 126	-46,1%
33 Mirandela	M	5 750 342	5 839 101	3 935 444	2 690 770	2 465 119	4 311 268	4 575 594	5 792 442	1 806 443	3 231 852	9 092 758	181,3%
34 VN Famalicão	G	11 305 502	13 871 451	17 840 098	17 230 880	20 271 853	12 270 243	11 705 587	9 109 301	12 607 735	15 325 540	8 749 716	-42,9%
35 P. Delgada	M	15 408 746	17 235 812	8 182 543	5 984 513	7 754 949	6 080 368	6 825 623	3 659 082	2 865 784	3 684 458	8 676 040	135,5%

Da observação do Ranking R28 é de assinalar relativamente a 2018:

– Dos 35 municípios apresentados com maior volume de pagamentos de bens de investimento, **nove apresentaram descida de valor**, sendo de anotar a diminuição destes pagamentos nos municípios de: **Matosinhos (-13,2M€, -46,6%); Pombal (-9,5M€, -48,1%); Vila Franca de Xira (-9,1M€, -41,7%); Almada (-7,9M€, -46,1%), Vila Nova de Famalicão (-6,6M€, -42,9%) e Castelo Branco (-3,5M€, -23,7%);**

– Será de salientar que sete municípios deste ranking **apresentaram um aumento de volume de investimento superior a 50% no ano económico de 2018**, relevando-se, ou pelo **acréscimo do volume de despesa de investimento** ou, pela extraordinária taxa de crescimento da mesma, os seguintes municípios: **Seixal (+313,3%, +33,8M€), Covilhã (+592,2%, +14,7M€), Mirandela (+181,3%, +5,8M€), Ponta Delgada (+135,5%, +5M€), Braga (+9M€, +96,2%), Coimbra (+4,9M€, +74,6%) e Cascais (+16,6M€, +58,7%);**

– Em 2018 dos 308 municípios, 56 apresentaram um crescimento da despesa de investimento superior a 50%;

– À semelhança dos rankings anteriores, foi Lisboa que liderou a listagem hierarquizada dos municípios com maior volume de investimento direto municipal apresentando o montante de 127,6M€, o qual representou um decréscimo de -25,4M€, isto é, -16,6%. **O valor aplicado por Lisboa em investimento direto do município representou 8,6% do total investido pela globalidade dos municípios;**

– Em 2018, **o segundo município desta listagem continuou a ser o município do Porto que investiu diretamente em formação bruta de capital 59,6M€ (+42,1%, +17,7M€)**, tendo Cascais passado para terceiro lugar mesmo aumentando o seu investimento em +58,7% ao totalizar em investimento direto de 44,8M€;

– Neste mesmo ano económico, considerando o universo autárquico municipal, **155 municípios apresentaram descida do montante de investimento direto, com 27 a registarem uma diminuição superior a 50%**. Anotam-se os municípios que diminuíram esta despesa em mais de 60%: Portimão (-77,0%), Vila Nova de Poiares (-76,4%), Barrancos (-74,2%), Fronteira (-73,1%), Águeda (-66,5%), Ponte de Sôr (-66,0%), Velas (-65,9%), Vale de Cambra (-65,4%), Santa Cruz (-64,1%), Ourique (-63,6%), Ponte de Lima (-61,9%), Cuba (-60,3%) e Borba (-60,1%).

Da observação do Ranking R29 é de assinalar relativamente a 2018:

– À semelhança do que se tem verificado nos anos anteriores, os 35 municípios com menor volume de encargos em investimento direto foram municípios de pequena dimensão, com exceção do município de Machico – município de média dimensão – que aparece em 21.^a posição nesta hierarquização de municípios;

– Desta listagem de 35 municípios com menor volume de investimento direto, apenas oito apresentaram taxas de crescimento desta despesa, tendo os restantes apresentado descida do valor da mesma. Com aumentos relevantes apontam-se os municípios de Armamar (+132,9%) e de Freixo de Espada à Cinta (+68,4%). Com descidas superiores a 50% registam-se treze municípios dos quais se salientam: Vila Nova de Poiares (-76,4%, 1,4M€), Barrancos (74,2%, 0,4M€) e Fronteira (73,1%, -1M€).

R2g– Municípios com menor volume de investimento pago em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Varia. 17-18	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Porto Santo	P	1 684 759	1 200 882	511 375	1 541 028	85 653	1 540 077	18 881	24 856	333 759	39 726	40 045	0,8%
2	Barrancos	P	1 373 752	1 422 728	592 671	219 742	154 507	224 168	173 955	77 659	108 793	532 039	137 403	-74,2%
3	Alpiarça	P	1 385 656	2 236 687	1 615 416	3 396 088	635 559	1 486 856	124 883	65 702	94 591	308 559	321 189	4,1%
4	Mourão	P	1 057 968	2 554 868	331 674	155 026	104 514	186 044	111 913	90 872	96 307	579 860	329 147	-43,2%
5	Lajes das Flores	P	1 241 239	2 824 347	3 041 727	1 273 634	1 870 539	3 199 003	2 767 021	657 287	740 858	410 613	332 379	-19,1%
6	Fronteira	P	1 948 951	1 205 440	1 827 677	2 532 192	1 464 858	1 343 742	1 042 601	298 630	764 742	1 360 077	366 428	-73,1%
7	Borba	P	8 139 157	4 859 403	692 729	583 594	2 191 431	8 930 874	665 151	422 732	706 989	975 414	389 365	-60,1%
8	V. N. Poiares	P	1 880 420	4 783 344	2 717 046	6 334 892	2 448 645	660 703	366 542	770 384	1 158 558	1 772 715	419 103	-76,4%
9	Sta. Marta Penaguião	P	3 205 033	4 224 133	2 621 014	3 340 022	1 688 242	1 834 816	981 961	3 938 331	1 145 554	883 525	424 386	-52,0%
10	Sardoal	P	986 542	1 860 130	664 907	679 373	623 517	778 897	328 134	712 861	298 305	1 034 957	461 847	-55,4%
11	Ourique	P	987 097	2 622 499	902 754	1 159 451	1 513 197	1 829 086	1 452 084	1 093 687	447 506	1 294 874	471 275	-63,6%
12	Freixo Espada à Cinta	P	5 317 449	4 700 482	2 197 429	3 876 631	2 856 498	4 761 880	1 596 482	823 317	795 752	285 971	481 619	68,4%
13	Sobral Monte Agraço	P	1 089 849	1 372 166	1 266 652	1 477 252	881 578	368 092	453 712	614 720	333 730	1 090 241	489 738	-55,1%
14	Santa Comba Dão	P	1 994 591	4 372 917	2 117 687	1 759 203	3 277 304	549 020	419 981	2 029 434	555 684	424 103	530 081	25,0%
15	Santa Cruz das Flores	P	713 558	891 432	1 799 053	1 270 229	687 631	1 285 457	2 224 349	331 947	564 080	1 181 440	557 184	-52,8%
16	Cuba	P	1 921 543	974 719	1 282 205	1 099 806	2 157 280	725 828	463 799	1 196 392	800 520	1 473 330	584 335	-60,3%
17	Castro Verde	P	3 759 591	3 625 853	3 616 094	5 365 472	3 528 378	1 145 983	1 679 930	1 598 259	794 727	885 220	593 686	-32,9%
18	Lajes do Pico	P	2 500 739	888 111	4 121 451	1 020 648	2 018 159	5 581 200	2 549 106	1 341 231	907 330	935 163	600 225	-35,8%
19	Aljezur	P	4 604 764	2 161 673	761 367	1 106 195	1 942 644	1 846 608	931 618	1 126 950	917 279	1 032 478	607 829	-41,1%
20	Bombarral	P	1 513 631	1 473 828	495 870	2 133 275	3 383 210	2 371 587	1 359 663	761 243	685 784	1 239 772	636 608	-48,7%
21	Machico	M	11 152 863	3 219 396	1 788 634	4 938 954	2 632 499	3 255 217	1 422 375	792 982	871 199	1 059 673	660 561	-37,7%
22	Mesão Frio	P	609 456	1 262 631	4 555 800	2 558 431	2 532 189	1 211 444	591 098	539 441	315 936	926 269	683 053	-26,3%
23	Armamar	P	3 513 226	2 161 495	2 315 982	2 380 494	2 134 444	1 227 208	3 074 556	1 603 841	410 076	310 879	724 145	132,9%
24	Meda	P	3 068 586	5 073 248	2 585 075	3 537 170	3 380 479	1 769 673	961 941	2 176 686	588 706	1 106 061	745 710	-32,6%
25	Nordeste	P	1 001 274	2 479 699	2 430 423	1 276 714	2 260 448	8 740 736	1 316 807	541 483	669 683	1 332 242	755 590	-43,3%
26	Ponta do Sol	P	5 147 574	2 316 341	1 307 580	2 578 670	956 038	1 117 613	554 251	1 307 604	1 676 380	1 742 492	770 404	-55,8%
27	Carregal do Sal	P	2 420 679	3 244 756	2 515 554	1 575 692	2 254 928	1 471 497	557 523	1 229 880	1 168 058	1 470 871	789 962	-46,3%
28	Avis	P	1 751 389	1 144 706	2 135 909	1 673 420	2 061 609	1 367 182	807 979	969 056	682 428	1 816 122	794 898	-56,2%
29	Calheta (R. A. A.)	P	2 111 344	4 778 970	759 240	379 904	923 373	487 386	1 024 674	1 276 324	384 185	1 417 120	809 510	-42,9%
30	São Roque do Pico	P	1 156 844	2 424 091	2 631 975	2 680 285	719 358	474 237	447 518	1 171 570	931 196	777 281	828 211	6,6%
31	Murça	P	1 525 856	1 754 960	2 487 957	3 901 851	1 476 184	910 891	430 031	275 343	867 624	733 899	831 189	13,3%
32	Alandroal	P	2 267 884	1 173 850	7 230 294	1 394 869	2 277 446	1 199 186	1 192 622	1 937 605	1 468 078	1 612 278	834 336	-48,3%
33	Vila Viçosa	P	1 824 347	2 329 723	1 107 747	1 003 118	1 216 063	1 551 329	720 484	1 015 535	1 230 615	947 971	834 646	-12,0%
34	Manteigas	P	2 522 018	2 171 390	2 217 746	1 430 789	2 153 824	2 014 354	1 061 337	1 071 338	689 971	979 756	855 456	-12,7%
35	Penedono	P	1 773 176	2 159 496	1 767 843	2 030 312	1 644 131	2 410 470	2 106 564	2 685 691	289 603	817 422	873 105	6,8%

2.3.4.4. Despesas com Transferências e Subsídios concedidos

Como se verificou no ponto 2.3.3 deste anuário, as **Transferências e Subsídios** são duas despesas em relação às quais, no final de cada ano económico, se têm registado encargos por pagar, pese embora se reconheça evolução positiva na gestão destes encargos através do aumento progressivo da percentagem de pagamento. **Entendeu-se, assim, mais adequada a análise comparativa dos municípios tendo por base o volume de pagamentos efetuados e não os encargos assumidos.**

– Em 2018, **apenas 18 municípios pagaram a totalidade das transferências correntes assumidas e 77 municípios as transferências de capital também assumidas.** No que respeita aos subsídios, **104 municípios apresentaram valor em subsídios comprometidos, mas apenas 54 pagaram a totalidade dos mesmos.**

– Em 2018 o volume de subsídios atribuídos diminuiu -1,6% (-1,9M€), o das transferências correntes aumentou 7,5% (+47,5M€) e o das transferências de capital baixou -19,2% (-55M€), tendo sido pago 94,9% dos subsídios atribuídos, 94,4% das transferências correntes comprometidas e 76,0% das transferências de capital aprovadas

– Em 2018, o montante aprovado de Transferências de Capital foi de 304,6M€ e o montante pago foi de 231,6M€. Quanto às transferências correntes foram aprovadas 723,0M€ e pagas 682,8M€. Relativamente aos subsídios, o valor assumido foi de 116,5M€ e o pago foi de 110,6M€.

– Estas três componentes das transferências totalizaram no ano económico em apreço 1 025M€ e apresentaram na globalidade uma descida de 9,4M€ de pagamentos, isto é, -0,9%.

– Considerando a totalidade das transferências (transferências correntes, de capital e subsídios) efetuadas por cada município, conclui-se que em 2018, 160 municípios apresentaram descida do volume de pagamentos e 148 municípios apresentaram aumento do mesmo.

Apresentam-se de seguida, tendo como referência o ano de 2018, os Rankings (R30 e R31) dos 35 municípios respetivamente, com maior e com menor volume de transferências correntes e de capital acrescidos dos encargos com subsídios. Observando o Ranking

R30 e tendo em atenção os valores globais apresentados no ponto 2.3.3 deste anuário, conclui-se em relação a 2018:

– O montante global de encargos com transferências e subsídios pagos pelo município de Lisboa (155,6M€) representou 15,2% do valor total de encargos da mesma natureza assumidos pelo conjunto dos municípios portugueses e representou um crescimento de +11,6% em relação ao ano anterior;

– Cascais, que se manteve em segundo lugar na lista de municípios com maior volume de encargos desta natureza, apresentou um acréscimo de pagamento de +1,9% (+0,7M€), após um aumento de +84,1% (+17,5 M€) verificado no ano anterior. Na terceira posição surge o município do Porto como resultado do acréscimo de pagamentos em +8,9M€ (+53,9%) totalizando um valor de transferências de 25,5M€;

– Dos municípios constantes na lista R30 e que apresentaram aumento de despesa paga em transferências e subsídios anotam-se, pelo nível de crescimento e excluindo o município do Porto já antes referido, os municípios de Tavira (+36,5%, +1,4M€), Faro (+32,1%, +1,5M€), Vila Nova de Gaia (+27,1%, +3,2M€) e Fafe (+24,1%, +1,8M€);

– Verifica-se, ainda, que nesta listagem doze municípios apresentaram descida do montante global das despesas de transferências e subsídios, sendo de anotar a diminuição global apresentada pelos municípios de: Aveiro (-41,4%, -4,2M€), Braga (-17,8%, -4,1M€), Barcelos (-19,1%, -2,7M€) e Viana do Castelo (-18,4%, -2M€).

R30 – Municípios que apresentam maior volume de despesas pagas em transferências correntes de capital e subsídios em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Varia 17-18%
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1 Lisboa	G	92 063 115	76 986 939	53 319 838	65 545 566	84 507 204	57 854 590	98 739 955	117 379 914	134 852 849	139 490 956	155 636 205	11,6%
2 Cascais	G	36 327 745	39 416 448	37 665 667	30 209 793	26 626 724	21 761 587	18 349 485	18 272 804	20 852 806	38 394 404	39 142 238	1,9%
3 Porto	G	51 013 866	58 036 561	43 562 837	54 485 168	34 505 705	11 874 057	14 887 844	14 550 547	13 033 527	16 573 988	25 504 768	53,9%
4 Matosinhos	G	15 767 036	17 398 130	14 166 719	16 116 073	16 262 381	11 019 815	13 260 143	14 407 462	17 673 822	18 377 545	21 608 068	17,6%
5 Sintra	G	62 910 279	57 600 522	63 697 574	54 267 616	50 591 029	48 225 335	24 998 246	19 639 452	18 245 847	21 049 101	20 827 269	-1,1%
6 Braga	G	22 973 548	25 641 256	27 391 046	23 763 754	22 446 198	21 189 499	15 924 198	20 683 643	21 436 574	23 162 364	19 044 335	-17,8%
7 Loures	G	19 458 588	21 072 019	18 841 799	18 229 728	16 180 949	16 239 131	13 849 971	14 689 617	14 756 489	14 797 208	17 257 824	16,6%
8 Oeiras	G	12 265 104	12 993 702	12 421 591	9 906 778	8 728 113	8 309 081	11 005 646	10 328 167	11 674 028	14 380 244	16 029 213	11,5%
9 Guimarães	G	13 021 365	16 304 389	12 501 142	13 442 455	12 961 114	9 945 772	12 629 292	10 692 692	14 438 140	17 801 415	15 705 818	-11,8%
10 Vila Nova de Gaia	G	33 716 499	31 918 087	28 673 147	22 964 429	15 702 679	22 401 551	12 415 465	7 937 894	18 187 243	11 944 834	15 183 363	27,1%
11 Viseu	M	16 265 051	16 136 378	5 099 127	11 277 528	11 038 982	11 901 038	10 734 192	9 501 107	11 187 288	14 198 402	15 119 512	6,5%
12 Amadora	G	9 859 233	10 620 734	11 065 559	15 056 230	11 050 766	9 325 381	9 026 153	9 509 249	13 697 433	14 530 380	14 197 203	-2,3%
13 Coimbra	G	20 606 012	25 001 208	13 869 604	15 870 795	14 132 541	14 979 768	13 613 658	11 827 562	13 235 233	15 521 183	13 309 579	-14,2%
14 V. Nova Famalicão	G	13 541 927	13 058 837	9 601 307	8 574 888	10 182 455	10 350 379	7 547 057	7 135 313	10 918 521	14 575 069	12 940 803	-11,2%
15 Loulé	M	13 311 179	13 899 539	9 532 749	7 640 132	7 238 084	9 235 292	6 282 913	7 995 649	10 927 068	12 611 873	12 578 349	-0,3%
16 Barcelos	G	11 768 502	13 424 144	13 403 797	14 045 092	14 531 344	16 184 654	13 872 210	13 477 554	13 184 383	14 513 328	11 743 093	-19,1%
17 Almada	G	8 735 204	8 924 869	9 732 019	7 947 071	7 964 259	8 790 491	8 311 284	8 802 585	10 433 589	10 699 858	10 765 993	0,6%
18 Torres Vedras	M	13 483 462	13 944 936	12 343 968	12 432 887	10 150 191	8 573 512	7 692 578	9 649 274	9 462 273	9 124 148	9 518 367	4,3%
19 Fafe	M	7 985 984	8 666 677	7 647 761	7 658 537	7 937 923	6 443 023	5 294 985	7 073 868	7 419 196	7 467 422	9 267 103	24,1%
20 Maia	G	10 601 511	12 627 342	7 853 901	7 599 796	8 149 167	6 884 241	4 596 249	6 459 269	7 185 867	9 980 344	9 080 224	-9,0%
21 Seixal	G	5 804 580	7 815 715	6 467 788	5 226 873	4 826 995	5 527 945	7 345 163	5 016 764	5 122 029	7 520 450	9 013 615	19,9%
22 Viana do Castelo	M	9 753 689	10 272 524	8 255 250	8 709 164	7 914 110	8 060 685	6 861 178	8 409 655	8 720 239	10 784 357	8 795 258	-18,4%
23 Odivelas	G	9 558 760	10 612 876	11 404 549	9 666 691	9 211 695	8 634 530	9 414 446	7 992 441	8 074 154	8 611 118	8 777 714	1,9%
24 Vila Franca de Xira	G	10 052 135	10 537 937	11 753 576	9 048 020	10 088 205	7 609 616	6 797 717	6 791 295	7 113 470	8 613 717	8 713 694	1,2%
25 Leiria	G	13 584 812	16 989 745	13 768 789	11 390 236	10 457 935	11 067 849	9 923 237	6 725 308	6 012 158	8 847 630	8 428 745	-4,7%
26 Gondomar	G	8 582 954	8 920 508	5 421 120	5 850 984	5 815 330	7 235 828	5 791 753	5 600 639	6 250 917	6 389 972	7 272 854	13,8%
27 Sta. Maria da Feira	G	9 447 542	9 605 311	8 165 709	8 122 049	7 984 853	9 441 569	5 717 467	6 141 030	6 477 277	6 704 285	7 057 203	5,3%
28 Faro	M	4 390 557	4 012 590	4 130 289	4 041 636	4 506 759	2 028 229	8 706 917	2 916 390	5 263 547	4 695 731	6 204 322	32,1%
29 Setúbal	G	6 918 283	6 280 667	6 739 308	6 914 583	5 411 484	5 300 077	5 381 690	5 021 737	5 712 370	5 756 322	6 091 796	5,8%
30 Funchal	G	7 632 380	5 569 725	3 841 088	3 590 523	3 282 351	4 080 398	2 400 064	3 052 307	3 626 381	5 157 736	5 989 342	16,1%
31 Aveiro	M	5 558 629	8 354 195	10 998 310	6 729 675	5 040 734	6 095 113	4 260 231	3 133 140	4 089 321	10 101 358	5 922 622	-41,4%
32 Vila do Conde	M	4 824 819	5 929 205	3 745 870	3 715 335	3 197 286	7 398 175	3 529 193	4 038 343	4 647 614	5 495 288	5 623 016	2,3%
33 Tavira	M	4 120 731	3 691 825	6 627 244	2 978 749	3 555 880	3 819 009	3 676 523	3 784 195	4 066 398	3 931 712	5 365 388	36,5%
34 Odemira	M	5 271 839	4 614 966	4 340 546	5 816 706	6 614 184	4 842 285	4 689 920	4 156 695	5 050 203	4 921 200	5 362 415	9,0%
35 Ponta Delgada	M	6 101 411	5 424 606	5 828 598	6 570 566	5 966 254	4 641 144	4 161 343	4 155 169	3 612 180	4 588 846	5 128 394	11,8%

R31 – Municípios que apresentam menor volume de despesa paga em transferências correntes de capital e subsídios em 2018

Unidade: euros

	Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Varia 17-18%
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Corvo	P	54 288	33 132	38 170	34 680	63 839	41 118	26 856	36 929	64 385	99 020	47 707	-51,8%
2	Calheta (R. A. A.)	P	191 997	174 250	138 859	87 525	57 475	150 456	55 119	49 760	75 632	63 147	80 799	28,0%
3	Porto Santo	P	2 029 797	1 910 263	1 881 823	1 309 361	1 255 534	837 829	157 132	177 101	184 473	172 918	203 812	17,9%
4	Celorico da Beira	P	767 012	784 514	775 168	712 250	585 691	527 681	453 998	591 177	431 212	678 266	257 142	-62,1%
5	Sardoal	P	39 090	53 395	121 706	73 648	171 626	282 086	282 942	342 741	375 470	272 650	257 422	-5,6%
6	Mourão	P	262 944	562 350	513 697	235 520	275 889	685 150	224 667	229 726	257 052	252 283	261 692	3,7%
7	Mesão Frio	P	483 649	400 333	1 451 509	229 514	251 807	225 693	121 436	179 698	267 794	237 169	281 808	18,8%
8	Borba	P	233 073	215 724	420 449	650 414	1 163 100	365 723	274 482	337 614	293 246	260 739	303 388	16,4%
9	Bombarral	P	491 476	327 211	506 201	463 358	372 091	510 458	435 639	315 686	310 592	327 348	304 210	-7,1%
10	Mora	P	389 286	378 322	352 021	227 956	268 860	546 959	335 214	281 625	258 400	276 368	305 490	10,5%
11	Vila Viçosa	P	785 677	535 129	451 767	270 380	370 163	401 526	429 647	394 227	310 891	407 138	334 327	-17,9%
12	Freixo Espada à Cinta	P	660 078	1 623 583	524 855	421 924	400 582	507 029	360 365	417 899	423 620	390 147	343 674	-11,9%
13	Entroncamento	M	393 162	332 688	369 512	253 400	351 455	656 824	338 428	310 980	322 274	341 708	353 698	3,5%
14	Santa Cruz das Flores	P	229 072	255 193	248 819	358 257	308 342	178 215	250 836	303 720	313 111	331 323	365 726	10,4%
15	Alpiarça	P	119 501	140 200	134 825	326 424	144 612	440 465	402 996	331 285	275 194	272 236	367 661	35,1%
16	Vila Nova de Poiares	P	154 211	267 699	193 389	462 986	285 699	188 023	98 959	104 960	187 612	392 483	377 602	-3,8%
17	Castanheira de Pera	P	339 108	254 448	159 345	289 447	651 280	315 810	326 863	337 596	329 876	400 403	389 905	-2,6%
18	Castelo de Vide	P	280 704	230 765	194 824	184 036	161 878	599 747	428 119	398 078	314 621	395 847	401 565	1,4%
19	Arronches	P	579 053	848 563	535 196	592 180	461 356	725 781	597 868	532 367	633 497	502 883	401 938	-20,1%
20	Alter do Chão	P	610 173	884 747	476 318	547 872	516 367	661 298	797 508	432 234	475 907	520 680	402 242	-22,7%
21	Lajes das Flores	P	577 663	721 333	537 983	111 341	132 171	123 705	77 089	156 397	302 660	384 250	403 026	4,9%
22	Fornos de Algodres	P	325 783	314 003	1 255 870	109 956	51 493	123 311	78 981	97 501	123 064	366 961	404 253	10,2%
23	Sernancelhe	P	388 268	539 945	326 479	567 301	527 398	500 964	379 649	458 007	378 118	488 637	406 551	-16,8%
24	Constância	P	397 356	483 698	419 008	402 674	430 891	581 839	387 366	498 801	441 945	342 798	425 207	24,0%
25	Vila Franca do Campo	P	2 625 904	791 820	740 761	2 564 876	2 121 724	761 608	561 404	404 506	416 327	591 351	430 070	-27,3%
26	Redondo	P	291 925	332 726	351 179	469 644	534 852	606 056	747 935	678 421	460 537	332 411	460 007	38,4%
27	Marvão	P	335 747	381 042	307 016	257 087	310 180	394 852	441 681	390 104	498 401	602 151	473 240	-21,4%
28	Vila de Rei	P	222 444	326 076	271 261	311 955	353 944	317 808	354 021	440 976	451 108	545 010	480 664	-11,8%
29	Fronteira	P	348 388	218 878	225 424	278 421	296 836	355 481	487 842	453 834	480 977	612 884	487 119	-20,5%
30	Armamar	P	484 924	474 018	471 610	692 631	888 283	943 503	559 825	164 278	425 603	375 008	491 044	30,9%
31	Alvito	P	436 876	399 610	452 773	390 630	316 493	386 650	509 776	394 471	457 261	442 384	491 907	11,2%
32	Sobral Monte Agraço	P	736 651	863 808	875 484	752 559	828 776	582 561	504 247	513 585	497 386	481 131	501 802	4,3%
33	Cuba	P	478 946	586 150	670 708	392 127	440 820	597 688	547 427	477 952	633 379	713 882	510 298	-28,5%
34	Nisa	P	863 736	1 375 341	1 103 727	889 813	1 212 658	1 111 472	564 893	445 167	597 344	541 860	512 796	-5,4%
35	Murça	P	555 444	807 652	861 312	1 676 838	545 865	474 504	411 447	554 963	643 258	570 894	540 688	-5,3%

– Observando o ranking anterior, verifica-se que mesmo sendo os municípios com menor volume de transferências pagas, dois deles apresentaram descida desta despesa em mais de 50%: Celorico da Beira (-62,1%, -421 milhares de euros) e Corvo (-51,8%, -51 milhares de euros).

Despesa gasta pelos municípios em aquisição de bens de capital e transferências de capital

No ponto anterior apreciaram-se as situações referentes ao investimento direto realizado pelos municípios, plasmado nos pagamentos efetuados na aquisição de bens de capital. Todavia, de acordo com a lei vigente os municípios poderão aprovar transferências de capital desde que as mesmas se sustentem em protocolos de colaboração com outras entidades de natureza pública ou que persigam fins de utilidade pública supletivas dos municípios, tendo por finalidade a execução de investimentos de utilidade pública municipal.

Face ao exposto, consideram-se as transferências de capital, investimento indireto dos municípios. No presente ponto, apreciar-se-á as despesas globais resultantes de investimento direto (aquisição de bens de capital) acrescido do investimento indireto (transferências de capital) bem como o seu reflexo em conjuntos de municípios, com a mesma metodologia usada nos pontos antecedentes. Antes de se passar aos Rankings que elencam os municípios mais representativos no computo das despesas de investimento (aquisição de bens e capital acrescidas de transferências de capital) interessa recordar que:

– Em 2018 o **montante pago de 1 714,8M€ no conjunto de aquisição de bens de capital e transferências de capital** - representando apenas **70,2% dos compromissos assumidos** - traduziu uma diminuição de pagamentos em -2,6% (-45,5M€), sendo que 1.483,2M€ corresponderam a pagamentos com a **aquisição de bens de capital (+0,6%, +9,5M€)** e 231,6M€ a pagamentos de **transferências de capital (-19,2%, -55M€)**;

Considerando o conjunto dos encargos assumidos - despesa efetivamente executada - destas duas despesas, verifica-se que o montante realizado, em 2018, foi de 2.442M€ foi inferior em -1,3% (-31,4M€) ao valor homólogo realizado em 2017. Daquele montante, 2.137,6M€ corresponderam a aquisições de bens de capital, os

quais aumentaram 0,5% (+10,1M€), tendo os restantes 304,6M€ correspondido a transferências de capital, as quais diminuíram -41,5M€ (-12%).

Para ilustração da evolução do conjunto destas duas despesas – aquisição de bens de capital e transferências de capital – que representam o total do investimento realizado pela autarquia, listaram-se os 35 municípios que mais pagamentos realizaram no conjunto destas duas despesas considerando-se, em relação aos anos do mandato 2006/2008 o seu valor total e não apenas os anos de 2008/2009 como nos rankings anteriores. Assim, o Ranking R32 a seguir apresentado lista os municípios com maior volume de despesas de aquisição de bens de capital e transferências de capital entre 2006 e 2018, significando a soma destas duas despesas o total de investimentos direto e indireto⁷⁰ efetuado por cada município.

⁷⁰ As transferências de capital aprovadas pelas Câmaras Municipais terão que ser aplicadas em investimentos pelas entidades beneficiárias das mesmas, sendo por isso investimentos indiretos do município.

R32 - Municípios com maior volume despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferências de capital período de 2006 a 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017					Mandato 2010-2013 2018	TOTAL 2006-2018
				2014	2015	2016	2017	TOTAL		
1 Lisboa	G	370 931 366	295 909 982	88 473 973	84 209 757	162 986 408	181 813 987	517 484 124	144 891 319	1 329 216 791
2 Porto	G	182 055 059	170 256 584	15 119 263	21 633 541	28 622 053	43 820 646	109 195 503	61 850 469	523 357 615
3 Oeiras	G	182 382 994	108 724 159	29 484 917	22 778 464	24 233 400	22 978 818	99 475 599	24 136 606	414 719 358
4 Cascais	G	147 876 515	108 729 832	17 355 213	17 308 296	21 012 540	36 942 309	92 618 357	52 295 732	401 520 437
5 Vila Nova de Gaia	G	170 611 258	121 272 521	21 001 130	15 646 132	22 766 378	18 066 954	77 480 594	24 048 507	393 412 880
6 Loulé	M	159 590 112	101 763 787	18 286 799	18 323 831	16 956 497	20 061 421	73 628 549	23 928 099	358 910 547
7 Matosinhos	G	104 676 338	118 094 273	15 834 696	27 811 163	31 680 990	31 944 514	107 271 363	18 852 209	348 894 183
8 Braga	G	141 961 364	114 894 556	14 736 908	11 336 125	6 317 847	15 389 336	47 780 215	21 136 946	325 773 081
9 Sintra	G	129 143 206	104 909 106	5 734 852	8 923 657	12 110 948	22 575 077	49 344 534	23 345 609	306 742 455
10 Castelo Branco	M	118 845 977	103 838 839	12 546 701	12 657 923	19 876 334	16 651 833	61 732 791	12 700 012	297 117 619
11 Guimarães	G	81 994 180	107 790 883	13 414 215	11 712 344	18 397 321	31 472 237	74 996 117	28 647 888	293 429 068
12 Viana do Castelo	M	88 438 265	73 941 471	12 155 643	22 463 983	14 909 995	22 422 366	71 951 987	20 920 290	255 252 013
13 V. Nova de Famalicão	G	73 185 595	91 221 191	16 089 516	13 319 578	18 950 696	24 860 357	73 220 147	15 352 583	252 979 516
14 Vila Franca de Xira	G	95 303 157	82 650 955	14 106 680	8 999 822	12 779 347	23 445 722	59 331 570	13 987 039	251 272 721
15 Gondomar	G	112 690 916	80 142 543	11 983 780	9 159 032	8 375 482	10 422 138	39 940 432	13 836 125	246 610 015
16 Pombal	M	62 952 746	88 600 690	21 339 875	15 201 006	16 910 468	21 752 652	75 204 001	12 031 551	238 788 988
17 Almada	G	104 599 943	57 703 311	11 980 493	13 392 506	17 505 520	19 340 780	62 219 300	11 156 516	235 679 070
18 Seixal	G	87 913 545	48 453 145	19 393 911	6 002 055	9 067 552	14 180 260	48 643 778	49 450 085	234 460 553
19 Maia	G	92 837 602	47 746 369	12 386 788	21 163 402	12 837 790	18 630 646	65 018 627	20 097 286	225 699 883
20 SMFeira	G	87 237 472	73 408 714	15 516 935	10 960 717	10 079 768	11 721 738	48 279 158	13 767 559	222 692 904
21 Loures	G	124 283 127	44 072 259	7 529 755	6 392 319	9 780 590	19 060 933	42 763 597	10 244 381	221 363 364
22 Funchal	G	100 786 949	76 292 235	7 658 718	6 146 164	5 536 341	10 361 632	29 702 855	12 822 560	219 604 599
23 Barcelos	G	80 570 668	67 055 974	16 432 075	14 435 600	10 875 323	14 349 320	56 092 318	11 489 333	215 208 293
24 Mafra	M	86 628 143	53 940 357	8 317 998	9 418 669	14 625 259	16 745 312	49 107 238	17 049 859	206 725 597
25 Paredes	M	62 652 737	95 895 205	9 310 192	6 841 622	17 076 075	9 201 171	42 429 059	5 498 102	206 475 103
26 Coimbra	G	72 382 954	66 157 765	7 679 232	16 494 069	11 231 437	10 963 126	46 367 864	13 267 109	198 175 693
27 Leiria	G	63 827 536	42 507 691	11 774 935	12 520 852	14 776 326	24 750 621	63 822 735	25 576 633	195 734 594
28 Viseu	M	77 130 381	61 303 052	8 067 968	7 721 817	7 527 346	13 325 665	36 642 797	11 776 203	186 852 434
29 Penafiel	M	58 037 548	60 730 151	12 651 833	10 233 282	8 667 018	9 853 782	41 405 915	10 882 902	171 056 517
30 Póvoa de Varzim	M	63 231 813	44 886 850	9 461 389	11 764 671	6 815 106	14 095 290	42 136 456	14 338 208	164 593 327
31 Aveiro	M	58 865 825	36 947 433	5 739 004	8 854 662	7 647 363	23 136 580	45 377 608	23 034 662	164 225 529
32 Fundão	M	63 171 722	72 689 930	5 379 723	7 013 113	3 364 851	3 856 960	19 614 648	5 382 086	160 858 386
33 Albufeira	M	85 142 052	28 095 978	1 956 194	3 628 335	11 630 653	12 015 907	29 231 090	16 352 828	158 821 948
34 Santo Tirso	M	48 908 249	61 352 850	10 133 571	10 509 696	4 773 567	11 253 129	36 669 963	11 579 677	158 510 740
35 Ponte de Lima	M	62 941 521	44 236 719	5 113 474	6 204 746	10 317 017	19 425 601	41 060 838	8 030 319	156 269 398
Total da despesa com aquisição de bens de capital e com transferências de capital, dos 308 municípios (a)		9 722 007 978	7 880 478 178	1 361 934 909	1 380 377 264	1 301 244 642	1 760 303 829	5 803 860 643	1 714 800 657	25 121 147 457
Total aquisição bens de capital - 308 municípios (b)		8 133 175 017	6 611 308 188	1 140 452 747	1 175 918 529	1 053 644 061	1 473 755 607	4 843 770 943	1 483 223 189	19 588 254 148
Peso de aquisição de bens de capital no total (c)=(b/a)		83,7%	83,9%	83,7%	85,2%	81,0%	83,7%	83,5%	86,5%	78,0%
Totais transferências de capital - 308 municípios (d)		1 588 832 962	1 269 169 990	221 482 162	204 458 734	247 600 582	286 548 222	960 089 700	231 577 468	3 818 092 652
Peso de transferências de capital no total (e)=(d/a)		16,3%	16,1%	16,3%	14,8%	19,0%	16,3%	16,5%	13,5%	15,2%

Da observação deste ranking pode-se constatar:

- O conjunto de **investimento direto pago pelos municípios** (aquisições de bens de capital), entre **2006 e 2018**, foi de 19 588,3 milhões de euros o que **correspondeu a 78% do total de investimento direto e indireto** realizado no mesmo período;
- Quinze dos 35 municípios hierarquizados neste ranking apresentam descida do valor global de investimento direto e indireto, sendo de relevar a descida em mais de 40% nos municípios de Ponte de Lima (-58,7%, -11,4M€), Loures (-46,3%, 8,8M€), Pombal (-44,7%, -9,7M€), Almada (-42,3%, -8,1M€), Matosinhos (-41%, -13,1M€), Vila Franca de Xira (-40,3%, -9,5M€) e Paredes (-40,2%, -3,7M€);
- Por outro lado, constata-se que destes 35 municípios, três apresentaram aumento de investimento total, direto e indireto, superior a 40%. Estiveram nesta situação: Seixal (+248,7%, +35,3M€), Cascais (+41,6%, +15,4M€) e Porto (+41,1%, +18,3M€);
- Do total dos municípios verifica-se que **149 apresentaram aumento do montante global de investimento direto e indireto, sendo que 39 deles apresentaram aumento superior a 50%**.

2.3.4.5. Amortização de empréstimos: passivos financeiros

Mantendo a metodologia de análise e registo de informação, apresenta-se a despesa com amortização de empréstimos em rankings que hierarquizam os municípios pelo montante de despesa paga. Trata-se de uma despesa em relação à qual os municípios não poderiam encerrar o ano económico com pagamentos em atraso⁷¹. Antes de se passar à apresentação de Rankings associados a esta despesa anotam-se algumas particularidades. Assim, e conforme Quadro 2.31:

- **Nos últimos dez anos, o total amortizado de empréstimos foi de 7 144,8 milhões de euros**, tendo o ano de 2012 apresentado o maior valor de amortização (890,3 milhões de euros) e o ano de 2006 o menor (344 milhões de euros);
- **O total amortizado em 2018 foi de 737,3M€ apresentando uma taxa de crescimento de 5,2%, isto é, superior em +38,1M€ ao valor**

⁷¹ Em relação a esta rubrica orçamental considera-se que o excesso de compromissos sobre a despesa paga resultará do facto de, em sede de prestação de contas, serem raros os municípios que procedem à regularização dos saldos das contas orçamentais quando se verifica excesso de valores compromissados em relação à despesa efetivamente realizada, que neste caso será a despesa paga.

amortizado no ano anterior Do total amortizado: 218,1M€ (29,6%) representaram amortizações dos programas PREDE, PAEL e FAM, com respetivamente o montante de 39,3M€, 172,9M€ e 5,9M€;

– **167 Municípios apresentaram aumento do montante de amortizações de empréstimos em 2018** (no ponto 3.5 do capítulo 3, este tema será analisado com mais pormenor) tendo os restantes 141 registado diminuição do mesmo;

– **Do total de 119 municípios que em 2018 ainda amortizaram capital obtido através dos programas PREDE E PAEL** (incluindo os constantes no ranking R33), apresentaram um peso de amortização destes empréstimos igual ou superior a 50% do total amortizado, os seguintes municípios: Chamusca (100,0%), Funchal (90,7%), Valongo (89,8%), Fundão (89,0%), Santa Cruz (86,4%), Santarém (84,5%), Calheta (R.A.M.) (81,3%), Alvaiázere (80,8%), Póvoa de Varzim (79,8%), Ílhavo (70,8%), Arruda dos Vinhos (69,2%), São Pedro do Sul (65,7%), Vale de Cambra (63,8%), Reguengos de Monsaraz (62,8%), Peso da Régua (62,1%), Gouveia (60,0%), Silves (58,6%), Nordeste (55,3%), Trofa (51,8%) e Miranda do Douro (51,2%);

– O município de Portimão, constante do ranking R33, para além de amortizar empréstimos ao abrigo do programa PREDE, também amortizou empréstimos obtidos ao abrigo do FAM, no montante de 4,2M€;

– Outros cinco municípios amortizaram, também, dívida constituída ao abrigo do FAM. Foram eles: Fornos de Algodres (640.910 €), Alandroal (418.889 €), Vila Real de Santo António (326.686 €), Vila Nova de Poiares (301.625 €) e Alfândega da Fé (49.448 €).

No Rankings R33 apresentam-se os 35 municípios com maior volume de amortizações de empréstimos pagos em 2018, mostrando o montante que daquelas amortizações se destinaram à liquidação de financiamentos obtidos ao abrigo dos programas de apoio PREDE e PAEL⁷².

⁷² Como referido supra, nesta listagem só o município de Portimão amortiza dívida constituída ao abrigo do FAM e por isso nos dispensamos de a isolar neste ranking, optando por fazer referência em texto

R33 – Municípios com maior volume de pagamentos de amortizações de empréstimos (passivos financeiros) em 2018

Unidade: euros

Município	Dím	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Amortiza 2018	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	PAEL	PREDE
1 Lisboa	G	34 202 037	40 872 962	65 657 477	96 184 011	345 289 264	69 840 325	109 585 581	53 832 163	45 047 158	39 324 001	40 844 087	0	8 224 488
2 Seia	M	1 047 021	671 000	2 185 145	8 378 861	743 370	2 012 850	2 567 502	2 499 508	2 549 914	3 142 838	39 074 457	2 159 940	0
3 Fundão	M	2 945 781	3 749 240	4 376 447	4 004 771	4 385 204	6 761 381	4 655 138	4 927 882	7 130 064	5 392 103	35 764 228	29 713 883	2 102 713
4 V.N. Gaia	G	14 167 703	15 374 628	23 752 421	23 816 969	22 767 098	25 008 507	25 759 097	24 285 366	21 970 185	22 300 525	33 971 525	15 510 039	800 000
5 Paredes	M	2 173 380	2 568 030	4 095 468	3 542 829	3 177 247	5 536 401	3 949 230	8 176 175	6 028 254	5 044 330	31 366 469	12 771 944	0
6 Trofa	M	1 259 620	298 311	2 387 082	865 661	366 830	386 190	1 410 419	1 980 005	2 087 910	2 133 510	25 860 345	13 383 148	0
7 Porto	G	11 577 555	11 350 757	11 608 708	12 062 885	9 542 841	10 144 116	10 266 274	11 575 317	47 223 002	3 332 035	24 555 579	0	0
8 Santarém	M	4 814 604	5 328 188	5 520 842	4 087 520	6 943 279	6 828 157	5 460 219	5 175 786	19 856 474	6 498 622	24 403 402	18 779 080	1 840 000
9 Funchal	G	2 599 178	6 386 433	10 046 274	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	19 278 657	600 000
10 Figueira Foz	M	4 099 891	3 369 133	4 496 938	4 092 660	4 170 932	6 289 954	6 325 796	8 262 257	4 665 516	4 817 820	19 326 046	0	865 985
11 M-o-Velho	M	1 153 820	2 236 791	1 379 362	2 340 243	2 347 750	1 992 437	1 084 545	423 778	2 853 019	2 056 856	14 586 157	0	0
12 Valongo	M	1 462 044	1 517 124	2 947 665	2 410 525	2 388 902	3 350 422	3 714 549	3 181 457	4 290 917	2 843 205	12 575 144	10 571 533	721 406
13 Santa Cruz	M	561 338	1 344 464	1 478 602	1 593 169	1 630 997	1 694 903	2 342 652	2 403 766	2 291 332	4 441 359	12 559 206	10 852 398	0
14 Braga	G	9 169 254	10 592 656	11 319 398	9 348 221	9 340 830	11 488 739	14 440 751	11 288 210	10 319 443	11 240 498	11 349 418	0	360 650
15 Setúbal	G	1 432 326	3 791 392	4 563 954	4 496 651	6 208 025	5 468 644	4 480 026	9 552 367	21 949 252	8 962 458	11 270 417	0	0
16 Nordeste	P	679 161	771 353	877 261	567 223	546 754	2 524 131	947 495	1 340 172	992 301	1 002 675	10 777 168	5 958 543	0
17 Nazaré	P	247 639	1 240 245	1 949 889	1 914 528	1 470 064	1 226 130	1 765 861	2 943 305	796 143	796 026	10 749 232	0	2 851 206
18 V.N. Famalicão	G	4 690 685	5 030 544	6 698 431	7 542 952	4 360 519	5 912 819	7 050 088	8 069 444	2 317 307	2 681 235	10 029 958	0	0
19 Matosinhos	G	4 129 984	9 145 746	10 117 932	6 077 409	7 643 886	7 835 214	4 080 067	3 826 967	5 082 076	4 875 973	9 538 830	0	0
20 Nelas	P	556 503	666 603	741 907	245 698	250 585	712 849	1 178 200	9 897 215	1 082 322	1 020 311	9 459 426	592 594	43 200
21 P. Ferreira	M	738 966	2 335 195	1 009 726	1 439 777	2 106 413	3 615 665	2 229 225	1 813 738	1 833 520	1 653 617	9 202 107	0	760 000
22 Ílhavo	M	796 732	1 294 567	1 786 968	1 784 871	1 794 223	2 322 733	2 231 770	2 114 282	2 219 342	2 300 585	7 700 206	4 893 830	560 000
23 P. Varzim	M	1 200 633	1 480 154	1 868 617	1 867 678	1 867 906	2 410 712	2 426 689	2 110 421	2 110 646	2 110 749	6 541 222	4 795 660	422 400
24 Seixal	G	2 636 472	4 047 813	3 468 128	1 886 423	6 000 924	5 121 655	3 477 092	5 440 477	37 730 107	6 451 938	6 486 008	0	0
25 Covilhã	M	2 301 604	2 845 706	2 984 471	1 644 437	3 672 768	4 813 015	4 604 329	5 796 163	6 272 777	6 278 969	6 045 002	203 307	0
26 Chaves	M	1 338 962	2 034 830	2 728 525	3 269 930	3 132 643	3 700 207	3 216 505	4 169 404	9 055 693	3 299 042	6 044 819	0	0
27 Portimão	M	2 599 493	1 736 869	5 301 073	2 555 944	1 218 673	4 114 244	3 154 728	1 905 388	3 094 590	23 004 326	5 961 934	0	627 243
28 Maia	G	7 810 252	6 611 964	7 456 781	7 462 375	7 468 908	7 494 849	7 253 041	4 512 444	6 568 609	5 557 360	5 567 059	0	1 003 643
29 P. Régua	P	394 481	456 759	488 580	509 031	678 356	919 167	1 156 511	1 690 534	1 764 052	1 617 965	5 480 984	3 401 911	0
30 V. Castelo	M	1 450 628	1 367 843	1 684 738	2 711 211	2 947 032	4 864 294	5 781 483	6 248 486	5 692 158	5 534 283	5 319 132	202 727	0
31 Guimarães	G	4 248 578	4 682 077	5 114 335	5 137 313	5 090 494	6 012 517	5 799 338	14 119 362	5 644 185	5 667 848	5 314 008	0	0
32 Cascais	G	2 441 925	1 412 400	8 544 413	12 495 160	11 728 341	11 569 023	12 593 098	5 164 031	4 256 163	4 790 867	5 306 979	0	0
33 Évora	M	4 041 778	5 882 929	6 841 653	6 626 295	7 217 986	9 929 612	6 900 084	4 872 416	3 340 581	3 404 423	5 184 933	1 624 814	808 571
34 Tabuaço	P	226 122	761 796	307 143	302 940	286 224	1 106 695	1 079 316	1 058 956	1 083 535	433 897	4 811 247	0	0
35 O. Azeméis	M	2 555 025	4 371 584	3 158 051	2 450 020	5 596 126	5 756 173	4 898 187	5 428 446	4 823 545	4 143 795	4 586 873	423 034	0

Da observação do Quadro R33 verifica-se em relação a 2018:

- Para além de Lisboa, município com maior volume de amortizações pagas (40,8M€, +1,5M€), anota-se o valor amortizado pelo município de Seia no total de 39,1M€, montante superior ao amortizado no ano anterior em +1.143,3% (+35,9M€). Este município, nos anos económicos de 2016 e 2017, não assumiu qualquer valor em empréstimos financeiros, apenas tendo recorrido a receitas creditícias em 2018, no total de 36,4M€. Tratou-se de empréstimos de médio e longo prazo, cujo valor ficou muito próximo do montante de capital amortizado no próprio ano (39,1 M€) daí decorrendo um aumento extraordinário das despesas com passivos financeiros e concomitantemente um acréscimo extraordinário do volume de receita;
- Vinte dos municípios elencados neste ranking mais que duplicaram as amortizações realizadas no ano anterior. Destes relevam-se pelo montante envolvido e extraordinário acréscimo em causa, os municípios do Fundão, Paredes e Trofa, que amortizaram respetivamente 35,8M€ (+30,4M€), 31,4M€ (+26,3M€) e 25,8M€ (+23,7M€). Considerando o universo dos 308 municípios, 31 deles mais que duplicaram o valor das amortizações em 2018;
- Não se pode deixar de referenciar outros municípios que aumentaram, de forma relevante, o valor das amortizações situando-as acima dos 20M€. Foram eles: de Vila Nova de Gaia, Porto, Santarém e Funchal;
- Neste Ranking apenas quatro municípios apresentaram descida de despesa com amortizações, sendo de salientar o decréscimo verificado no município de Portimão (-17M€, -74,1%) expressando uma diminuição relevante do stock da dívida.

Apresentam-se de seguida os rankings homólogos para as Regiões Autónomas dos Açores (R.A.A.) e da Madeira (R.A.M), com a sinalização dos municípios que beneficiaram das linhas de financiamentos do Estado ao abrigo dos programas PAEL e PREDE⁷³

- Dos dezanove municípios açorianos só seis apresentaram descida do volume de amortizações. Todos os restantes registaram aumentos, sendo significativos os contabilizados pelos municípios de Nordeste (+974,8%, +9,8M€), Madalena (+440,4%, +1,9M€) e

São Roque do Pico (+618,5%, +365 milhares de euros). Destes três, só o município de Nordeste apresentou amortizações financeiras (6M€) associadas aos programas de financiamento do Estado (PREDE e PAEL).

- O total das amortizações da dívida financeira dos municípios açorianos em 2018, cresceu +73,3% (+10,9M€) ao somar 25,9M€. Mais se verifica que 25,1% do montante liquidado (6,5M€) se reportou à redução da dívida contraída ao abrigo dos programas PREDE e PAEL. Nenhum município açoriano utilizou a linha financeira do FAM.

– Relativamente aos **seis municípios açorianos que apresentaram descida dos encargos com amortizações** releva-se, pela percentagem envolvida, o município de Velas (- 65,1%, -818,8 milhares de euros).

Da análise dos quadros R33.A e R33.M referentes à evolução dos encargos com amortizações das regiões autónomas, em relação a 2018, refere-se:

- O total de amortizações da dívida dos municípios madeirenses em 2018 foi de 42,1M€, resultando, essencialmente destes pagamentos um acréscimo de despesa de +92,9% (+20,3M€). Daquele montante, 31M€ (73,7%) corresponderam a amortizações de empréstimos obtidos ao abrigo dos programas PAEL e PREDE para as quais contribuíram, fundamentalmente, os municípios do Funchal e de Santa Cruz com respetivamente 19,9M€ e 10,9M€;

– Dos seis municípios da Madeira que apresentaram aumento de amortizações de empréstimos, os que mais aumentaram o valor das amortizações foram os municípios do Funchal (+220,9%, +15,1M€), de Santa Cruz (+182,8%, +8,1M€) e da Ribeira Brava (+176,8%, +2,1M€), pelas razões já aduzidas;

- Relativamente aos restantes cinco municípios madeirenses, refere-se a descida do montante amortizado pelo município de Câmara de Lobos em -3,3M€ (-65,4%) e por Santana em -84,5% (-1,3M€).

No Ranking R34 apresentam-se os 35 municípios com menor volume de amortizações pagas em 2018. Pela análise das contas destes municípios verificou-se que não apresentaram qualquer amortização de capital ao abrigo do FAM (por inexistência de receitas creditárias provenientes desta linha de financiamento), tendo apenas dois deles registado amortizações dos Programas PREDE e PAEL: Vila Nova de Foz Côa e Mira.

⁷³ Nenhum município das Regiões Autónomas assumiu e amortizou empréstimos ao abrigo do FAM

R33.A – Montante de amortizações pagas - passivos financeiros - pelos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Amortiz PREDE e PAEL 2018
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1 Nordeste	P	679 161	771 353	877 261	567 223	546 754	2 524 131	947 495	1 340 172	992 301	1 002 675	10 777 168	5 958 543
2 Madalena	P	467 573	691 559	611 990	557 151	579 213	1 535 111	441 263	742 818	960 522	434 279	2 346 757	0
3 Praia da Vitória	M	1 196 261	1 144 376	2 893 129	1 816 718	1 352 774	1 315 698	1 083 854	1 706 988	2 113 974	2 119 258	1 793 889	141 074
4 Ponta Delgada	M	1 108 900	1 358 034	1 827 908	1 955 738	1 675 369	1 803 183	3 053 243	2 981 043	1 641 476	1 656 199	1 709 855	0
5 V. Franca do Campo	P	1 240 760	808 870	948 400	7 688 388	9 520 898	1 398 578	1 335 319	1 423 749	1 497 221	1 614 226	1 558 546	0
6 Angra do Heroísmo	M	1 198 872	1 521 024	1 665 545	1 703 305	1 655 869	1 762 364	1 656 478	1 347 327	1 372 840	1 389 491	1 398 160	0
7 Calheta (R. A. A.)	P	542 937	593 902	257 887	517 603	698 862	933 508	975 642	1 127 801	1 008 600	993 005	1 102 305	0
8 Ribeira Grande	M	2 801 794	4 232 665	3 184 417	3 101 559	1 474 561	1 958 367	1 502 366	1 868 644	915 148	883 546	909 583	363 744
9 Lajes do Pico	P	463 110	770 723	669 087	987 407	998 128	885 557	1 013 556	891 541	769 254	775 820	827 624	0
10 Lagoa (R.A.A)	P	910 737	601 344	1 274 296	1 253 718	1 479 084	1 133 094	1 076 119	1 092 267	743 448	798 811	804 571	0
11 Horta	P	954 562	1 032 548	1 204 934	1 195 387	1 209 118	558 031	535 487	713 026	633 462	524 205	529 607	27 377
12 Povoação	P	864 689	915 033	1 479 391	1 194 431	947 077	661 502	866 552	661 452	649 846	517 260	517 260	0
13 Velas	P	903 248	1 047 647	961 815	594 854	638 744	610 514	490 585	757 185	523 309	1 257 720	438 906	0
14 São Roque do Pico	P	654 760	2 164 257	1 782 084	707 440	329 891	550 947	130 714	85 480	57 388	59 035	424 169	0
15 Vila do Porto	P	216 852	208 018	197 554	176 453	118 512	159 659	211 694	219 836	42 116	353 468	275 790	0
16 Sta. Cruz da Graciosa	P	133 924	138 024	142 146	216 509	353 144	277 506	261 265	387 547	214 677	225 831	163 518	0
17 Lajes das Flores	P	117 661	154 553	253 691	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541	171 465	128 994	0
18 Corvo	P	89 941	102 924	110 318	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640	115 977	116 095	0
19 Santa Cruz das Flores	P	196 354	162 560	169 087	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401	25 481	33 054	0

R33.M – Montante de amortizações pagas - passivos financeiros - pelos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Amortiz PREDE e PAEL 2018
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1 Funchal	G	2 599 178	6 386 433	10 046 274	9 993 503	10 024 662	11 610 453	8 665 145	8 059 270	7 256 481	6 828 528	21 910 981	19 878 657
2 Santa Cruz	M	561 338	1 344 464	1 478 602	1 593 169	1 630 997	1 694 903	2 342 652	2 403 766	2 291 332	4 441 359	12 559 206	10 852 398
3 Ribeira Brava	P	219 181	467 140	676 259	734 525	748 738	1 425 898	1 448 092	1 433 122	1 323 131	1 201 952	3 326 652	0
4 Câmara de Lobos	M	677 989	1 599 089	1 851 960	955 630	971 615	1 325 439	1 667 815	1 520 696	1 197 649	5 113 633	1 768 835	0
5 Machico	M	214 103	563 039	740 695	733 068	1 361 635	1 486 664	1 499 275	1 521 764	1 439 667	1 200 225	999 397	0
6 São Vicente	P	154 039	446 727	500 346	863 943	896 761	623 223	612 141	604 563	611 235	458 547	461 477	0
7 Calheta (R. A. M.)	P	456 331	702 658	904 900	901 939	922 185	1 334 118	1 250 800	1 603 419	2 423 965	517 243	376 192	305 708
8 Santana	P	696 394	458 273	454 398	1 014 763	1 572 541	1 615 522	1 353 687	1 082 624	574 298	1 560 045	242 200	0
9 Porto Moniz	P	178 644	209 054	238 307	246 022	296 619	586 741	328 582	334 964	339 863	214 185	215 893	0
10 Porto Santo	P	184 381	205 085	221 815	222 181	301 186	335 788	392 401	1 662 823	267 194	176 734	146 521	0
11 Ponta do Sol	P	401 884	492 254	619 573	592 247	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935	123 112	123 210	0

R34 – Municípios com menor volume de pagamentos de amortizações de empréstimos - passivos financeiros - em 2018

Unidade: euros

Município	Dim	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Amortiz PREDE e PAEL 2018	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
1	Mealhada	P	589 784	631 982	684 753	688 350	592 307	1 797 883	0	0	0	0	0	0
2	Pampilhosa Serra	P	221 840	245 311	262 701	263 766	431 818	282 295	223 424	61 804	0	0	0	0
3	Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	Redondo	P	0	0	26 570	53 141	250 711	97 728	100 453	28 830	28 830	28 830	28 830	0
5	Alcácer do Sal	P	190 466	220 936	191 197	190 569	190 815	145 501	110 093	69 282	61 730	61 951	32 795	0
6	S.C. Flores	P	196 354	162 560	169 087	191 780	274 405	202 090	173 737	214 437	44 401	25 481	33 054	0
7	Ponte de Sor	P	219 550	220 193	220 963	221 209	206 196	181 312	56 972	56 972	2 856 972	56 972	33 233	0
8	Campo Maior	P	114 839	125 191	117 407	110 216	105 875	49 246	49 914	50 179	50 633	52 649	40 821	0
9	Viana do Alentejo	P	236 341	251 179	84 850	85 852	123 152	127 849	129 319	107 932	109 549	52 091	58 938	0
10	Castelo de Vide	P	212 680	338 658	226 621	209 974	220 074	147 564	121 433	153 002	63 802	64 001	64 121	0
11	Batalha	P	341 279	202 762	140 432	365 797	191 161	383 770	488 278	490 556	113 063	98 307	91 884	0
12	Alvito	P	167 949	173 082	198 737	200 936	178 273	174 203	164 643	152 829	98 575	88 971	97 338	0
13	Marvão	P	50 566	54 846	89 988	113 118	112 944	115 652	149 187	146 687	101 410	101 824	102 003	0
14	Miranda do Corvo	P	441 468	601 730	562 496	584 558	581 565	611 410	480 510	696 139	147 852	147 852	107 852	0
15	Corvo	P	89 941	102 924	110 318	109 808	110 684	113 843	114 212	115 022	115 640	115 977	116 095	0
16	Penacova	P	216 869	216 869	216 869	216 869	446 869	216 869	131 000	317 376	53 059	27 993	116 732	0
17	Cinfães	P	149 109	123 507	117 062	123 100	190 929	139 502	117 392	117 502	117 681	117 826	117 924	0
18	Ponta do Sol	P	401 884	492 254	619 573	592 247	550 055	407 039	435 596	546 497	122 935	123 112	123 210	0
19	V. Velha de Ródão	P	241 614	311 133	321 161	239 742	307 208	170 556	176 733	126 148	126 742	127 131	127 372	0
20	Lajes das Flores	P	117 661	154 553	253 691	294 753	301 609	206 516	508 018	199 995	170 541	171 465	128 994	0
21	Ponte de Lima	M	261 041	187 164	210 677	191 632	172 707	326 995	136 157	137 179	137 967	141 123	138 583	0
22	Cartaxo	M	1 419 238	1 709 583	2 169 231	2 092 353	102 627	115 141	949 317	1 119 863	908 982	43 338 671	138 901	0
23	Alter do Chão	P	112 615	93 615	160 278	206 080	185 729	169 533	171 445	173 832	173 348	141 716	143 202	0
24	Porto Santo	P	184 381	205 085	221 815	222 181	301 186	335 788	392 401	1 662 823	267 194	176 734	146 521	0
25	Vila do Bispo	P	82 270	58 989	61 972	63 822	59 049	94 402	146 859	147 968	150 000	150 200	151 839	0
26	S.C. Graciosa	P	133 924	138 024	142 146	216 509	353 144	277 506	261 265	387 547	214 677	225 831	163 518	0
27	Elvas	M	126 034	130 483	151 507	175 769	153 287	158 290	159 990	161 474	162 955	164 172	165 005	0
28	Benavente	M	389 215	381 362	560 035	1 366 094	1 460 439	768 061	469 212	762 760	147 384	134 924	165 514	0
29	Murtosa	P	77 542	95 660	100 970	157 102	162 398	165 468	165 912	167 265	168 160	168 669	169 058	0
30	Gavião	P	147 167	150 585	259 516	255 902	219 117	208 511	232 249	196 942	173 272	173 299	173 313	0
31	Montemor-o-Novo	P	235 124	740 231	584 008	384 046	387 882	402 423	404 655	319 449	233 046	203 390	173 321	0
32	V.N. Foz Côa	P	384 835	392 860	443 168	319 595	353 894	364 475	383 203	351 965	294 365	209 150	182 952	32 514
33	Barrancos	P	106 426	321 830	551 455	200 269	202 403	215 671	218 160	221 512	217 206	196 983	197 715	0
34	Mira	P	361 222	368 714	495 123	498 572	501 114	510 987	554 162	197 756	198 740	199 257	199 324	78 976
35	Alcoutim	P	192 465	328 423	222 236	214 578	312 756	179 706	180 459	188 166	230 399	207 760	203 756	0

Da observação da listagem dos 35 municípios com menor volume de amortizações de empréstimos, no universo total dos municípios, anota-se com referência a 2018:

- Dos 35 primeiros municípios hierarquizados com menores encargos de amortizações, quatro são de média dimensão e os restantes são de pequena dimensão;
- Três destes 35 municípios liquidaram a totalidade de empréstimos bancários em 2016, mantendo-se essa situação em 2018. Foram eles: município de Mealhada, da Pampilhosa da Serra e de Penedono;
- Outros treze apresentaram descida do volume de encargos com amortizações, sendo de relevar o município de Cartaxo que apresentou uma descida de -99,7% (-43,2M€) ao amortizar 138,9 milhares de euros, inferindo-se desta evolução que a sua dívida bancária se reduziu drasticamente no ano de 2017, com a liquidação de 43,4 M€ de empréstimos.

2.3.4.6. Despesas com juros e outros encargos financeiros

Conjugando a informação prestada no Quadro 2.30 com o Quadro 2.31 verifica-se que permaneceu registado contabilisticamente um excesso de despesa comprometida em relação à despesa paga, na rubrica económica relativa a juros e outros encargos. Sendo esta despesa uma das que os municípios não poderão deixar de liquidar na totalidade, em cada ano económico, não deveria haver compromissos por pagar no final do ano económico, como transparece nos mapas de execução e controlo de despesa dos municípios. Tal situação resultará do facto de, em sede de prestação de contas, poucos municípios procederem à regularização dos saldos das contas orçamentais sempre que se verifica excesso de dotações orçamentais e excesso de valores comprometidos em relação à despesa efetivamente executada, isto é, despesa paga⁷⁴. Face ao exposto, analisar-se-á esta despesa, apenas, em relação aos pagamentos efetuados.

- Resultante da informação constante no Quadro 2.31, verifica-se que o total de encargos pagos pelos municípios em 2018 res-

⁷⁴ Este diferencial de valores resultará, essencialmente, de variações de taxas de juro em relação às previsões efetuadas, traduzindo-se o saldo das mesmas na libertação de valores comprometidos, que não terão sido objeto de retificação em sede de encerramento de contas.

peitante a juros e outros encargos foi de 92,2M€, mais 15,2 M€ (+19,8%) que em 2017 e menos 132,6 M€ (-59%) que em 2008.

- 221 Municípios, em 2018, apresentaram diminuição da despesa paga em juros e outros encargos. Apresentam-se de seguida os Rankings R35 e R36, reportados a 2018, respetivamente com os 35 municípios com maior volume de pagamento de juros e outros encargos financeiros e com o menor volume homólogo de pagamentos.

Da observação do Ranking R35 anota-se:

- A autarquia de Lisboa apresentou-se, em 2018, como o primeiro do ranking dos municípios com maior montante de pagamento de juros e outros encargos ao aplicar nesta rubrica 36,7M€⁷⁵. Este valor traduziu um acréscimo de encargos financeiros em +388% (+ 29,2 milhares de euros) resultante exclusivamente de um aumento extraordinário de juros de mora que totalizaram 33,2M€ decorrentes de condenação do Município no âmbito de processo judicial com sentença proferida por Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça. Pese embora este acréscimo de encargos financeiros, o stock da dívida de Lisboa baixou 22,8M€, balanceados pela amortização de 40,8M€ de capital e assunção de novos empréstimos no total de 18M€. De facto, a dívida bancária do município de Lisboa baixou de 272 M€ em 2017 para 250,8 M€ em 2018;
- O segundo município da lista, Paços de Ferreira, que no ano anterior já tinha apresentado uma taxa elevada de crescimento desta despesa (+129,2%, +0,9M€), em 2018 ao pagar 3,9 M€ de juros e outros encargos demonstrou um aumento, ainda mais significativo destes encargos (+137,3%, +2,2 M€). Anota-se que no ano económico em apreço, a autarquia assumiu 14,3M€ de novos empréstimos bancários;
- Dos municípios que neste ranking apresentaram maior aumento desta despesa, apresentam-se: Celorico da Beira⁷⁶ (+1340,9%

⁷⁵ Sozinho representou 39,8% do total de juros e outros encargos pagos pela totalidade dos municípios.

⁷⁶ Este aumento extraordinário de encargos decorreu essencialmente de juros de mora associados a um processo judicial, pese embora o volume de empréstimos tenha aumentado 11,5M€.

+1,8 M€), Reguengos de Monsaraz⁷⁷ (+669,5%, +0,6M€), São Vicente⁷⁸ (+368,1%, +0,5M€), Odivelas⁷⁹ (+1116,5%, +0,6M€), Albufeira⁸⁰ (+431,7%, +0,5M€) e Tomar⁸¹ (+231,1%, +0,3M€);

- Não se pode deixar de fazer referência aos cinco municípios apresentados na lista R35, que apresentaram uma descida de juros e outros encargos superior a 50%: Portimão (- 68%, -4,5M€), Cartaxo (- 65,9%, -3,5 M€), Seixal (- 60,3%, -1,3M€), Fundão (- 52,6%, -0,6M€) e Chaves (- 52,6%, -0,5M€);
- No universo dos 308 municípios, em 2018, 87 municípios aumentaram a despesa com juros e outros encargos financeiros contribuindo para o aumento global desta despesa em +19,8% (+15,2M€).

No ranking R36, relativo aos municípios com menor despesa em juros e outros encargos financeiros, constam os dois municípios – Mealhada e Penedono – sem despesa nesta rubrica no último quinquénio, sendo que, em relação a Pampilhosa da Serra deve-se considerar que não apresente gastos desta natureza desde 2016, face ao valor irrisório de 6€ e 2€ de encargos financeiros registados em 2017 e 2018. De facto, analisando as contas de Penedono constata-se que não utilizou empréstimos nos últimos dez anos.

⁷⁷ Encargos associados ao aumento de passivo financeiro em 2018.

⁷⁸ Encargos de juros de mora debitados por fornecedores.

⁷⁹ O município não recorreu a empréstimos desde 2015. No Relatório de Gestão, os encargos assinalados neste ranking estão desagregados em 393.936,34€ de juros de mora e 242.008,24€ em juros a Instituições financeiras. Em relação a estes últimos, verificou-se que 200 mil euros dos custos financeiros foram mencionados como resultante de juros remuneratórios suportados com a incorporação do empréstimo da empresa Odivelas Viva.

⁸⁰ O município Albufeira não recorre a receitas creditícias desde 2014. O valor registado em encargos correspondeu na sua globalidade a juros de mora para os quais não se encontraram explicações no Relatório Contas.

⁸¹ Tomar não apresenta passivos financeiros na receita desde 2011. Assim analisado o Mapa de registo de encargos, verifica-se que 448.682,73€ foram classificados como outros juros da despesa, sem, contudo, no Relatório de Gestão haver qualquer referência a estes custos financeiros. Neste documento apenas se refere que “Os custos financeiros aumentaram 354.687,61€ em relação a 2017 o que se explica pelos resultados líquidos negativos dos SMAS”.

Da análise do Ranking R36, verifica-se em 2018:

- Da lista dos 35 municípios hierarquizados, apenas cinco são de média dimensão, sendo os restantes de pequena dimensão.
 - A maioria dos municípios listados apresentaram uma descida significativa dos montantes da despesa paga em juros e outros encargos financeiros, sendo de relevar: Santana (-99,6%, -23,3 milhares euros), Miranda do Corvo (-90%, -41,9 milhares euros), Carraceda de Ansiães (-74,4%, -5,6 milhares euros) e Barrancos (-60,5%, -5 milhares euros).
- Apresentam-se de seguida os Rankings (R37 e R38) dos 35 municípios com maior e menor volume de despesa paga em juros no período nos últimos quatro mandatos, incluindo o ano de 2018 do mandato em curso. Com este Ranking, pretende-se estimar um valor simbólico dos encargos de juros por habitante⁸².

⁸² Tendo um significado meramente simbólico e estatístico, o valor de juros e outros encargos por habitante, não será objeto de comentário neste anuário pois careceria de dados complementares não integrados no cálculo do mesmo. Por exemplo, não foram incluídos para efeito deste indicador: o volume média anual dos visitantes nos municípios com grande afluência turística; o volume de migrações diárias de trabalhadores residentes noutros municípios para os municípios com elevados níveis de empregabilidade; o volume de deslocações diárias de não residentes ou mesmo trabalhadores para as capitais de distrito ou para cidades com maior concentração de instituições públicas prestadoras de serviços públicos e/ou apetrechadas de infra-estruturas partilhadas por populações de outros concelhos.

R35 – Municípios com maior volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2018

Unidade: euros

Município	Dím.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Varia. 17-18%
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1 Lisboa	G	25 035 477	26 012 173	12 948 835	13 273 868	14 621 842	3 905 089	7 260 018	9 905 388	6 637 162	7 521 880	36 709 288	388,0%
2 Paços de Ferreira	M	799 351	1 061 412	818 849	1 020 256	1 413 102	1 359 425	978 353	836 765	711 119	1 629 763	3 867 362	137,3%
3 Aveiro	M	7 144 257	7 109 143	6 273 174	4 390 666	3 086 101	1 804 866	1 781 214	1 213 372	1 111 846	3 413 685	2 336 268	-31,6%
4 Portimão	M	1 095 560	1 436 553	1 620 573	3 594 039	4 689 736	4 118 447	4 399 457	4 070 019	11 072 419	6 663 407	2 130 555	-68,0%
5 Celorico da Beira	P	605 498	443 838	534 927	529 223	320 379	343 807	278 117	343 122	237 776	133 581	1 924 736	1340,9%
6 Cartaxo	M	1 307 657	947 850	768 774	1 172 967	226 476	255 868	509 548	1 799 317	1 433 486	5 271 160	1 794 833	-65,9%
7 Évora	M	2 079 831	1 628 345	1 064 485	1 670 912	1 898 239	2 531 046	2 545 263	3 155 076	4 549 387	2 949 664	1 777 129	-39,8%
8 V.R.S. António	P	381 484	539 531	802 365	1 253 719	1 953 422	1 897 059	3 478 129	3 171 181	3 711 825	2 545 217	1 483 220	-41,7%
9 Vila Nova de Gaia	G	10 630 405	7 758 917	4 049 337	4 007 829	5 010 170	4 131 821	4 394 450	4 371 977	7 539 095	2 393 451	1 460 070	-39,0%
10 Nazaré	P	102 222	677 918	374 920	507 926	669 894	4 028 449	954 601	1 327 843	1 194 270	1 249 191	1 401 683	12,2%
11 Seia	M	1 878 160	1 764 955	1 113 214	7 233 078	3 506 350	2 909 591	2 751 126	2 127 169	1 945 204	1 594 589	1 139 258	-28,6%
12 Funchal	G	1 511 212	1 289 499	1 117 497	1 491 706	1 060 296	1 059 341	1 003 765	826 249	1 051 516	993 829	1 082 002	8,9%
13 Setúbal	G	3 177 208	1 641 308	1 202 800	898 462	957 836	764 264	1 895 454	1 565 630	1 407 370	1 174 721	951 101	-19,0%
14 Seixal	G	1 245 946	2 369 298	723 913	875 815	1 399 203	1 911 162	3 517 889	2 974 340	2 040 784	2 132 770	847 491	-60,3%
15 Leiria	G	2 904 693	2 211 319	1 074 429	1 194 672	910 399	423 110	1 274 777	1 113 491	993 757	880 129	814 973	-7,4%
16 Matosinhos	G	1 168 351	953 452	473 875	997 561	1 193 116	743 328	706 242	736 510	829 295	876 127	797 519	-9,0%
17 Covilhã	M	2 409 402	1 844 107	969 113	1 440 476	1 169 000	627 458	557 802	393 791	620 111	546 008	726 080	33,0%
18 Alandroal	P	499 250	397 171	589 994	470 456	478 184	696 671	617 333	393 583	552 398	647 733	707 270	9,2%
19 R. Monsaraz	P	601 484	429 103	242 776	250 304	362 305	353 498	253 134	214 495	134 943	90 913	699 602	669,5%
20 São Vicente	P	86 877	1 910 483	89 318	104 332	84 878	56 503	48 311	62 076	85 459	141 974	664 626	368,1%
21 Oeiras	G	1 273 753	721 966	420 323	779 592	728 737	2 636 266	2 445 695	1 907 933	1 505 334	1 066 151	657 402	-38,3%
22 V. Franca do Campo	P	834 440	877 863	399 035	542 525	1 744 350	1 172 693	1 087 296	899 408	775 254	699 579	651 051	-6,9%
23 Albufeira	M	978 278	727 196	534 450	829 984	626 803	334 735	5 103 991	268 714	282 565	122 237	649 937	431,7%
24 Santarém	M	2 019 999	1 754 246	804 106	1 365 686	1 418 080	2 312 329	2 860 198	2 065 139	1 426 919	795 022	646 224	-18,7%
25 Odivelas	G	3 212 044	1 699 253	765 283	873 840	1 205 041	1 405 824	606 249	575 263	443 978	52 276	635 945	1116,5%
26 Peso da Régua	P	299 793	246 471	150 384	312 509	369 815	360 970	384 734	303 098	385 907	291 018	575 618	97,8%
27 Fornos de Algodres	P	1 250 594	959 241	1 607 326	1 186 110	1 125 202	802 405	760 599	657 293	567 240	529 149	561 901	6,2%
28 Fundão	M	1 338 690	1 101 706	726 747	1 751 081	1 687 998	1 947 998	2 341 948	1 410 981	1 800 792	1 123 044	532 522	-52,6%
29 Vila Nova de Poiares	P	356 896	308 919	255 041	728 630	1 288 021	833 449	858 963	712 798	562 377	267 200	529 469	98,2%
30 Lamego	M	473 333	420 667	256 804	367 244	427 157	1 165 890	687 147	582 610	575 575	722 235	526 617	-27,1%
31 Cascais	G	911 007	709 930	580 088	992 065	1 449 103	1 044 415	1 263 474	1 232 722	535 096	444 216	500 612	12,7%
32 Machico	M	221 908	495 816	340 706	375 724	437 729	527 567	610 092	722 782	660 975	541 054	493 984	-8,7%
33 Tomar	M	1 247 645	942 399	427 186	694 593	824 739	361 823	191 305	256 053	356 088	145 463	481 641	231,1%
34 Chaves	M	796 841	698 341	326 625	540 871	494 135	680 923	1 813 530	2 815 579	1 069 171	1 004 410	476 509	-52,6%
35 Trofa	M	765 608	534 975	447 908	512 498	649 893	1 717 853	2 883 517	1 056 468	848 721	764 896	442 099	-42,2%

R36 – Municípios com menor volume de juros e outros encargos financeiros pagos em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	Varia. 17-18%
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1 Mealhada	P	241 744	165 797	53 712	57 678	45 871	18 156	0	0	0	0	0	-
2 Penedono	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
3 Pampilhosa da Serra	P	90 596	49 989	16 592	17 921	13 366	3 608	1 423	485	0	6	2	-71,3%
4 Santana	P	404 691	2 787 201	480 643	299 894	313 171	123 750	577 451	50 125	33 221	23 406	102	-99,6%
5 Lajes das Flores	P	39 105	37 456	27 976	31 404	22 186	8 547	12 990	5 510	2 035	833	223	-73,2%
6 Castelo de Vide	P	89 144	48 756	16 439	17 182	15 596	5 494	4 460	2 658	1 337	922	540	-41,5%
7 Mora	P	202 335	177 324	58 201	63 976	70 245	26 535	21 596	13 820	6 834	1 211	815	-32,7%
8 Corvo	P	84 777	48 315	16 612	21 683	18 626	6 494	6 199	3 737	1 996	1 077	1 050	-2,5%
9 Marvão	P	44 696	44 415	16 283	21 435	22 716	8 744	7 237	4 636	2 439	1 388	1 052	-24,2%
10 Redondo	P	0	329	4 867	11 280	14 178	4 206	2 245	1 261	360	2 058	1 063	-48,3%
11 Boticas	P	189 961	128 855	57 716	60 509	82 100	36 799	20 788	9 594	4 681	2 358	1 145	-51,4%
12 Vila Velha de Ródão	P	75 846	90 216	34 490	22 307	24 097	10 462	6 634	4 775	2 862	1 886	1 520	-19,4%
13 Arronches	P	65 237	115 290	29 160	32 658	30 351	12 217	11 997	11 751	3 571	2 598	1 531	-41,1%
14 Penalva do Castelo	P	222 903	160 315	54 953	58 682	53 607	19 757	15 696	8 897	4 515	2 229	1 575	-29,3%
15 Alcácer do Sal	P	56 172	46 616	16 905	103 429	47 888	19 771	24 941	8 591	3 216	2 178	1 576	-27,6%
16 Proença-a-Nova	P	80 772	43 116	25 462	65 571	66 083	22 860	18 183	12 539	1 910	1 918	1 735	-9,5%
17 Carraceda de Ansiães	P	486 305	473 032	165 052	126 678	97 819	40 097	26 094	17 468	5 932	7 617	1 949	-74,4%
18 Mogadouro	P	380 341	269 079	101 288	154 946	114 908	42 380	28 629	18 083	7 199	2 878	1 973	-31,4%
19 Santa Cruz das Flores	P	65 215	45 615	19 583	21 552	22 607	10 501	6 905	5 327	1 507	1 322	2 185	65,3%
20 Lagoa (Algarve)	M	214 125	167 279	85 663	398 861	609 199	475 126	285 963	104 105	8 835	4 423	2 932	-33,7%
21 Barrancos	P	212 062	113 893	43 592	49 006	74 450	58 382	31 127	20 409	11 542	8 309	3 279	-60,5%
22 Ponte de Lima	M	104 458	60 167	18 850	20 932	19 583	16 192	6 478	4 788	2 874	3 034	3 447	13,6%
23 Murtosa	P	52 948	17 935	15 363	24 109	14 862	9 296	9 088	6 923	5 537	4 907	4 539	-7,5%
24 Miranda do Corvo	P	181 105	183 517	81 494	88 120	114 973	81 667	29 117	22 688	8 668	46 550	4 676	-90,0%
25 Vila Nova de Foz Côa	P	136 797	122 729	56 735	71 062	88 466	95 386	80 269	37 527	17 049	6 342	4 979	-21,5%
26 Sátão	P	207 207	110 388	41 155	44 428	33 574	15 298	11 212	6 519	34 177	5 702	5 319	-6,7%
27 São Brás de Alportel	P	95 131	93 743	41 512	55 928	50 954	18 709	16 523	16 091	12 324	9 498	5 503	-42,1%
28 Porto de Mós	M	127 210	144 857	56 945	84 773	91 291	46 266	34 459	22 433	11 414	6 960	5 693	-18,2%
29 Alter do Chão	P	69 838	54 786	28 938	29 651	31 624	20 395	24 085	19 376	9 179	4 496	5 713	27,1%
30 Alcobça	M	1 008 996	902 775	527 575	727 040	333 604	432 245	439 682	120 111	15 050	7 965	5 871	-26,3%
31 Aguiar da Beira	P	232 325	187 821	64 480	74 413	105 614	39 069	25 487	25 508	13 260	10 853	6 195	-42,9%
32 Arcos de Valdevez	M	374 331	559 517	395 572	156 646	180 608	78 804	50 387	86 952	22 673	7 334	6 305	-14,0%
33 Almodôvar	P	228 765	178 546	89 270	108 585	101 055	42 547	39 438	23 405	13 317	8 629	6 693	-22,4%
34 Cinfães	P	63 595	29 337	10 565	15 262	33 981	16 862	18 999	22 223	15 116	8 250	7 026	-14,8%
35 Pedrógão Grande	P	166 744	120 849	49 639	66 253	66 628	29 310	570 046	17 735	11 675	8 406	7 055	-16,1%

R37 – Municípios com maior volume de despesa paga em juros e outros encargos financeiros nos últimos quatro mandatos

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017	2018	TOTAL 2006 a 2018	Nº de hab. (INE 2018)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Lisboa	G	83 473 814	44 749 633	31 324 448	36 709 288	196 257 183	507 220	386,9	20,6%
2	Vila Nova de Gaia	G	31 973 027	17 199 157	18 698 974	1 460 070	69 331 227	299 938	231,2	27,6%
3	Aveiro	M	22 823 479	15 554 808	7 520 117	2 336 268	48 234 672	77 916	619,1	40,0%
4	Porto	G	22 250 315	14 231 112	9 439 899	284 358	46 205 684	215 284	214,6	20,6%
5	Portimão	M	3 693 258	14 022 796	26 205 302	2 130 555	46 051 912	55 416	831,0	48,1%
6	Seia	M	6 481 236	14 762 233	8 418 087	1 139 258	30 800 814	22 412	1 374,3	46,9%
7	Évora	M	6 857 794	7 164 681	13 199 390	1 777 129	28 998 995	52 454	552,8	44,7%
8	Seixal	G	6 246 878	4 910 094	10 665 783	847 491	22 670 246	166 835	135,9	18,7%
9	Vila Real de Santo António	P	1 388 742	5 906 565	12 906 352	1 483 220	21 684 880	18 888	1 148,1	35,7%
10	Maia	G	12 606 409	6 054 495	2 589 770	147 447	21 398 121	137 727	155,4	11,9%
11	Sintra	G	8 245 782	10 425 519	2 508 994	25 002	21 205 297	388 434	54,6	11,1%
12	Setúbal	G	10 166 071	3 823 362	6 043 174	951 101	20 983 709	115 758	181,3	16,9%
13	Loures	G	9 453 279	8 275 592	2 219 884	164 658	20 113 413	211 359	95,2	11,8%
14	Figueira da Foz	M	6 855 252	8 882 176	3 914 524	305 145	19 957 097	58 866	339,0	24,2%
15	Santarém	M	6 237 059	5 900 201	7 147 278	646 224	19 930 761	57 398	347,2	27,5%
16	Braga	G	13 913 557	4 398 600	1 117 196	74 372	19 503 725	181 919	107,2	11,8%
17	Leiria	G	10 727 089	3 602 610	4 262 154	814 973	19 406 827	124 857	155,4	14,8%
18	Vila do Conde	M	9 468 289	3 461 318	5 206 609	338 061	18 474 277	79 579	232,2	18,0%
19	Guimarães	G	10 737 035	4 115 913	2 818 519	238 382	17 909 848	152 792	117,2	8,1%
20	Fundão	M	3 758 608	6 113 823	6 676 765	532 522	17 081 719	26 719	639,3	13,0%
21	Cartaxo	M	3 610 217	2 424 086	9 013 511	1 794 833	16 842 647	23 740	709,5	42,0%
22	Faro	M	6 385 096	4 862 403	5 283 803	208 646	16 739 948	60 974	274,5	26,0%
23	Oeiras	G	3 471 296	4 564 918	6 925 112	657 402	15 618 728	176 218	88,6	4,4%
24	Coimbra	G	7 453 249	4 499 754	3 359 958	245 080	15 558 041	133 724	116,3	11,1%
25	Odivelas	G	8 842 149	4 249 988	1 677 766	635 945	15 405 847	159 602	96,5	17,5%
26	Paços de Ferreira	M	2 606 966	4 611 632	4 156 000	3 867 362	15 241 961	56 709	268,8	13,2%
27	Funchal	G	5 383 156	4 728 840	3 875 358	1 082 002	15 069 356	104 129	144,7	7,6%
28	Santa Cruz	M	2 330 744	2 434 027	9 189 033	292 713	14 246 517	44 744	318,4	22,5%
29	Covilhã	M	7 062 285	4 206 048	2 117 711	726 080	14 112 124	47 127	299,4	13,6%
30	Guarda	M	4 557 823	4 784 967	3 925 595	251 932	13 520 316	39 103	345,8	15,6%
31	Nazaré	P	1 031 948	5 581 188	4 725 906	1 401 683	12 740 725	14 180	898,5	40,6%
32	Matosinhos	G	5 102 516	3 407 880	3 148 174	797 519	12 456 089	174 382	71,4	4,4%
33	Marco de Canaveses	M	7 726 143	2 550 219	1 560 679	267 914	12 104 956	51 661	234,3	27,8%
34	Chaves	M	2 821 973	2 042 553	6 702 690	476 509	12 043 726	39 345	306,1	10,4%
35	Albufeira	M	3 220 406	2 325 971	5 777 507	649 937	11 973 822	41 123	291,2	8,7%
Total - 308 municípios			726 759 394	522 987 384	421 489 243	92 206 745	1 763 442 766	10 276 617	171,6	9,0%

R38 – Municípios com menor volume total de despesa paga em juros entre 2006 e 2018 e simulação desse custo por habitante

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009	Mandato 2010-2013	Mandato 2014-2017	2018	TOTAL 2006 a 2018	Nº de hab. (INE 2018)	Juros por habitante	Juros / Invest. total
1	Penedono	P	0	0	0	0	0	2 610	0,0	0,0%
2	Redondo	P	5 552	34 531	5 924	1 063	47 069	6 387	7,4	0,2%
3	Marvão	P	122 013	69 177	15 700	1 052	207 942	3 054	68,1	0,9%
4	Lajes das Flores	P	140 706	90 113	21 369	223	252 410	1 464	172,4	1,3%
5	Murtosa	P	159 180	63 630	26 456	4 539	253 805	10 244	24,8	0,6%
6	Santa Cruz das Flores	P	214 527	74 243	15 060	2 185	306 016	2 164	141,4	2,0%
7	Alvito	P	212 745	71 435	18 565	8 430	311 175	2 462	126,4	2,7%
8	Corvo	P	244 324	63 415	13 009	1 050	321 798	465	692,0	2,9%
9	Viana do Alentejo	P	172 598	69 941	67 752	13 692	323 983	5 142	63,0	1,8%
10	Castelo de Vide	P	264 616	54 711	9 377	540	329 244	2 951	111,6	2,1%
11	Pampilhosa da Serra	P	276 142	51 487	1 915	2	329 546	4 052	81,3	0,7%
12	Cinfães	P	183 666	76 670	64 589	7 026	331 950	18 470	18,0	0,7%
13	Batalha	P	171 983	120 623	52 482	10 164	355 251	15 840	22,4	1,0%
14	Ponte de Lima	M	267 946	75 557	17 173	3 447	364 124	41 499	8,8	0,3%
15	Alter do Chão	P	208 433	110 609	57 135	5 713	381 889	3 191	119,7	2,1%
16	Gavião	P	197 578	132 592	44 251	8 414	382 835	3 347	114,4	1,6%
17	Arronches	P	259 510	104 386	29 916	1 531	395 342	2 860	138,2	1,7%
18	Vila Velha de Ródão	P	292 160	91 356	16 157	1 520	401 194	3 167	126,7	1,5%
19	Ponte de Sor	P	229 137	103 898	52 388	17 497	402 920	15 092	26,7	0,5%
20	Alcácer do Sal	P	205 343	187 992	38 926	1 576	433 837	11 712	37,0	1,3%
21	Porto Santo	P	220 727	58 187	103 070	61 623	443 607	5 176	85,7	2,7%
22	Penacova	P	199 775	110 819	120 960	14 851	446 405	13 812	32,3	1,2%
23	Proença-a-Nova	P	236 870	179 976	34 549	1 735	453 130	7 390	61,3	1,1%
24	Oleiros	P	176 153	178 762	125 843	24 154	504 912	5 045	100,1	1,4%
25	Golegã	P	206 807	134 876	140 812	38 816	521 311	5 375	97,0	2,9%
26	Vila de Rei	P	233 167	178 731	99 692	19 872	531 462	3 321	160,0	2,2%
27	São Brás de Alportel	P	322 897	167 103	54 437	5 503	549 939	10 416	52,8	2,1%
28	São Roque do Pico	P	305 769	94 991	46 164	114 717	561 641	3 264	172,1	3,7%
29	Alcoutim	P	360 136	82 614	103 280	26 270	572 299	2 244	255,0	1,8%
30	Campo Maior	P	143 383	203 475	213 367	31 791	592 015	7 907	74,9	2,1%
31	Santa Cruz da Graciosa	P	210 355	258 463	127 861	22 219	618 899	4 225	146,5	2,7%
32	Belmonte	P	269 209	167 114	154 002	31 359	621 683	6 407	97,0	2,3%
33	Oliveira do Hospital	P	277 950	241 768	88 307	15 747	623 773	19 331	32,3	1,5%
34	Portel	P	355 043	170 638	140 273	27 454	693 408	5 870	118,1	2,8%
35	Santa Marta de Penaguião	P	361 756	241 056	88 647	10 473	701 932	6 649	105,6	2,5%

2.4. Situação Orçamental Global

2.4.1. Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Este ponto é dedicado à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais. Esta comparação efetuar-se-á, essencialmente, entre a despesa assumida e a receita liquidada, embora a Lei dos Compromissos obrigue ao equilíbrio entre a despesa assumida e a receita cobrada, admitindo excecionalmente que sejam utilizadas como sustentação da despesa, receitas certas a cobrar.

Contudo, no nosso entender sendo a **receita liquidada uma receita cujo direito a receber se encontra constituído no momento da emissão do documento de liquidação, deverá ser o termo de comparação com a despesa assumida, isto é, realizada.**

Pelo exposto, toda a análise efetuada neste ponto do anuário assentará prioritariamente na comparação entre a receita liquidada e a despesa assumida. Todavia, **apresentar-se-á, também, a comparação entre a receita cobrada e a despesa paga face à contabilidade de caixa ainda vigente na orçamentação pública, fundamentalmente, para cálculo dos saldos de gerência nos termos do POCAL e dos restantes mapas de controlo e execução orçamental exigidos em sede de prestação de contas.**

Quadro 2.35 – Excesso da Despesa sobre a Receita

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas*	Receitas previstas corrigidas	11 572,3	13 002,0	12 995,1	12 595,6	11 674,3	10 855,5	9 323,9	8 784,0	8 802,2	9 276,5	9 486,9
	Receitas liquidadas	7 789,8	8 291,3	7 978,1	7 887,7	7 699,3	7 769,7	7 465,9	7 525,0	7 799,4	8 389,0	8 711,1
	Receitas cobradas	7 746,9	8 198,0	7 859,5	7 771,6	7 683,4	7 806,3	7 337,2	7 518,4	7 738,0	8 311,5	8 539,6
	Receitas liquidadas p/ cobrar (créditos s/ terc.)	42,9	93,4	118,6	116,2	15,9	-36,6	128,8	6,5	61,4	77,5	171,5
	Saldos exercício anterior	335,8	293,2	166,8	261,7	334,1	422,7	501,3	628,8	912,7	1 186,4	1 411,5
Despesas	Despesas previstas corrigidas	11 898,3	13 237,5	13 187,6	12 832,9	11 991,2	11 257,5	9 817,1	9 402,2	9 710,5	10 486,0	10 891,8
	Compromissos do exercício	10 051,4	11 135,0	10 699,6	10 481,6	9 804,9	9 435,7	8 512,1	8 219,4	8 458,8	9 280,4	9 624,1
	Despesas pagas no exercício	7 875,9	8 358,1	7 872,0	7 720,2	7 587,1	7 730,7	7 218,8	7 230,9	7 466,4	8 059,3	8 359,1
Excesso de despesa sobre receita	(Receitas liquidadas + Saldos exercício anterior) - Despesas comprometidas	-1 925,8	-2 550,5	-2 554,7	-2 332,2	-1 771,4	-1 243,3	-544,8	-65,6	253,3	295,0	498,6
	(Receitas cobradas + Saldos exercício ant.) - Despesas comprometidas	-1 968,7	-2 643,9	-2 673,3	-2 448,3	-1 787,3	-1 206,7	-673,6	-72,2	191,9	217,5	327,0

* O valor apresentado em receitas previstas, liquidadas e cobradas não inclui o saldo de gerência anterior.

Da leitura do quadro acima podemos concluir o seguinte:

- Consolidação da **deflação das previsões orçamentais que baixaram -2,1 mil milhões de euros (-18%) no período de 2008 a 2018, apesar do aumento de receitas cobradas em +792,7 milhões de euros (+10,2%) verificado no mesmo período. Esta correlação entre a variação negativa da previsão orçamental e a variação positiva da cobrança de receita, mostra o esforço dos municípios para a promoção da sustentabilidade financeira.**
- Pese embora a deflação do orçamento da receita e conseqüente deflacionamento do orçamento da despesa, verifica-se que esta desceu proporcionalmente menos, fruto de revisões orçamentais que contrariaram, em parte, a deflação orçamental inicial, isto é, **o orçamento da despesa corrigido das revisões e alterações orçamentais no mesmo período de dez anos, baixou apenas mil milhões de euros (-8,5%). Menos concordante com a necessidade de equilíbrio das contas públicas foi o facto de, no mesmo período de tempo, o volume dos compromissos assumidos ter baixado bastante menos que o orçamento previsional, apresentando um decréscimo de apenas - 4,3% (-427,3M€).**
- Verifica-se que o aumento de receita entre 2008 e 2018 (+10,2%, +792,7M€) permitiu um alívio nas contas das autarquias, as quais

foram apresentando progressivamente indicadores mais elevados de pagamento de encargos assumidos, passando este rácio – que traduz a percentagem de pagamento das despesas realizadas – de 78,4% em 2008 para 86,9% em 2018.

- Reforçando a constatação do parágrafo anterior, verifica-se que o volume de despesa paga aumentou +6,1% (+8.359,1M€) de 2008 para 2018, tendo a despesa corrente homóloga aumentado +11,8% (+662,3M€) e a correspondente despesa de capital apresentado uma descida de -24,5% (-1 089,6M€).
 - Em 2018, o volume de **receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores** – saldo orçamental na ótica dos compromissos – **foi superior ao volume de despesas assumidas em 498,6M€**, melhorando a performance em +69% (+203,5M€). **Este indicador só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016, sendo extraordinariamente reforçado em 2018, traduzindo, assim, um superavit financeiro** revelador de uma progressiva sustentabilidade financeira no universo dos 308 municípios.
- Os gráficos a seguir apresentados mostram em simultâneo as linhas evolutivas das diferentes fases da receita e da despesa, permitindo visualizar as comparações expressas nos pontos anteriores.

Gráfico 2.o8 – Evolução da Receita Liquidada⁸³ e Cobrada⁸⁴, Despesa Comprometida e Paga entre 2008 e 2018

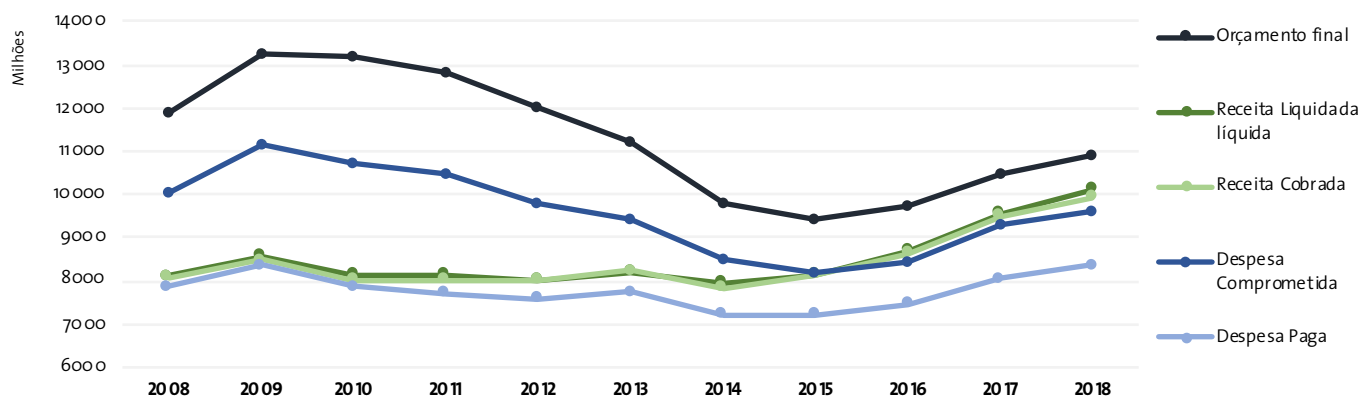
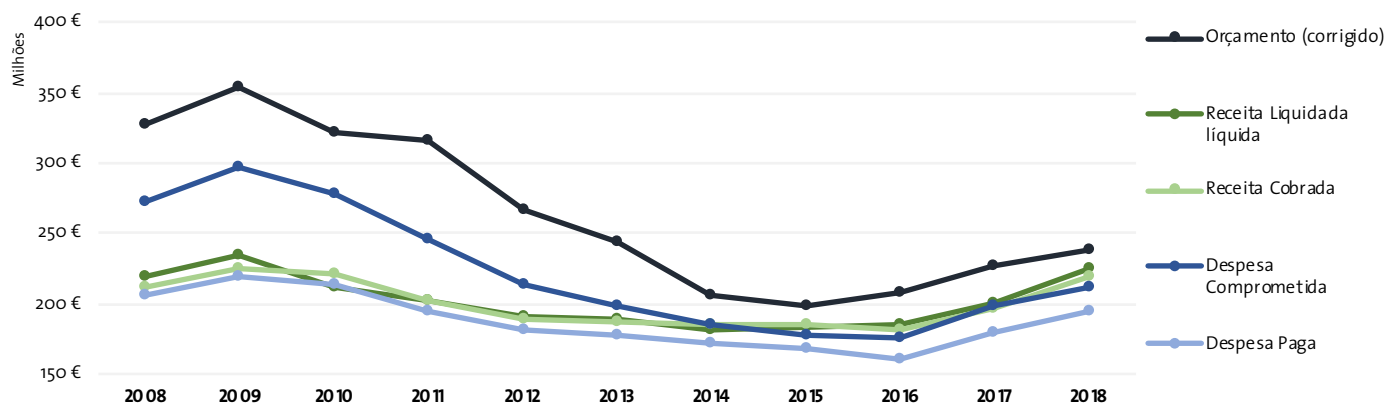


Gráfico 2.o8.A – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga entre 2008 e 2018 nos municípios da R.A. dos Açores



⁸³ Inclui o valor dos saldos da gerência anterior

⁸⁴ Inclui o valor dos saldos da gerência anterior

Gráfico 2.o8.M – Evolução da Receita Liquidada e Cobrada, Despesa Comprometida e Paga entre 2008 e 2018 , nos municípios da R.A. da Madeira

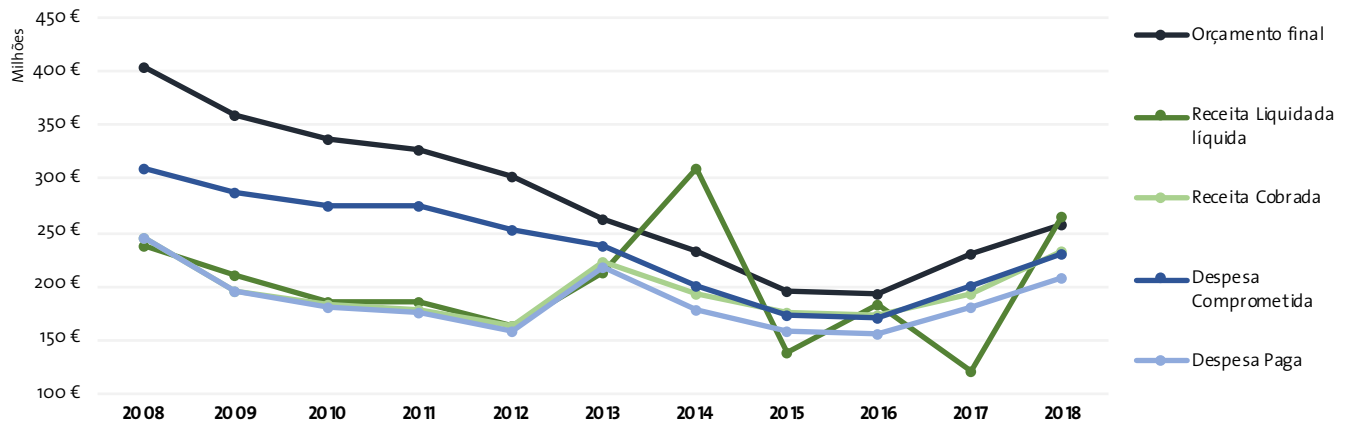


Gráfico 2.09 – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada em 2018

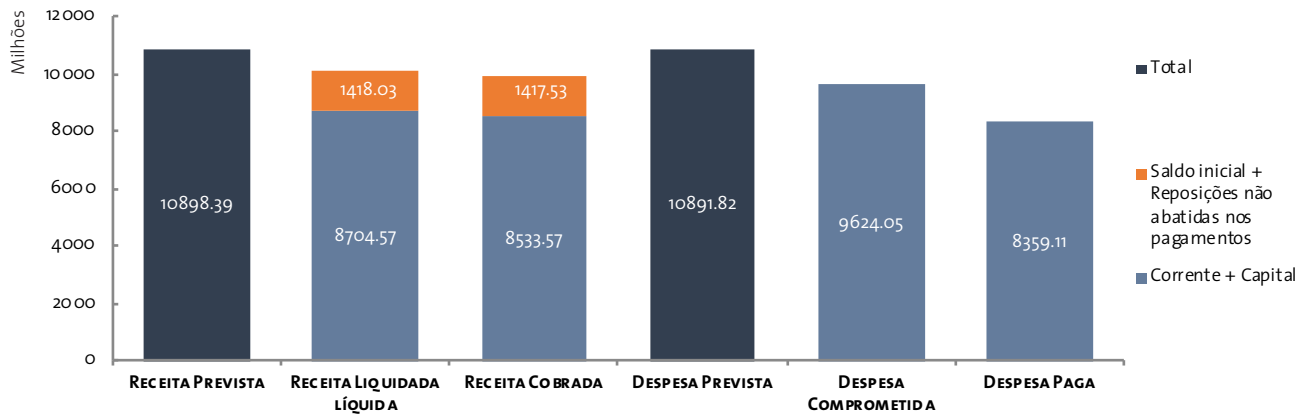


Gráfico 2.09.A – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. dos Açores 2018

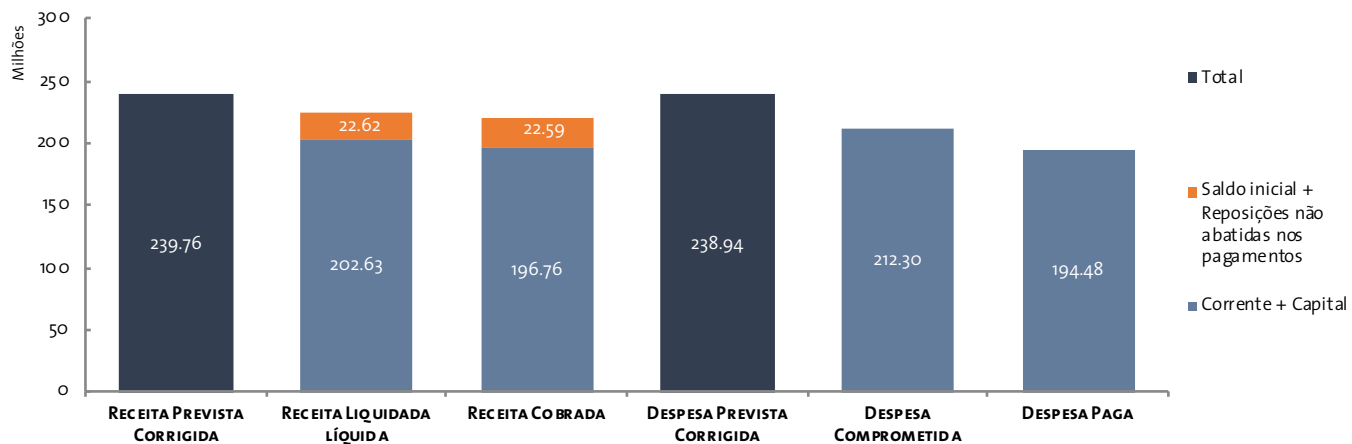
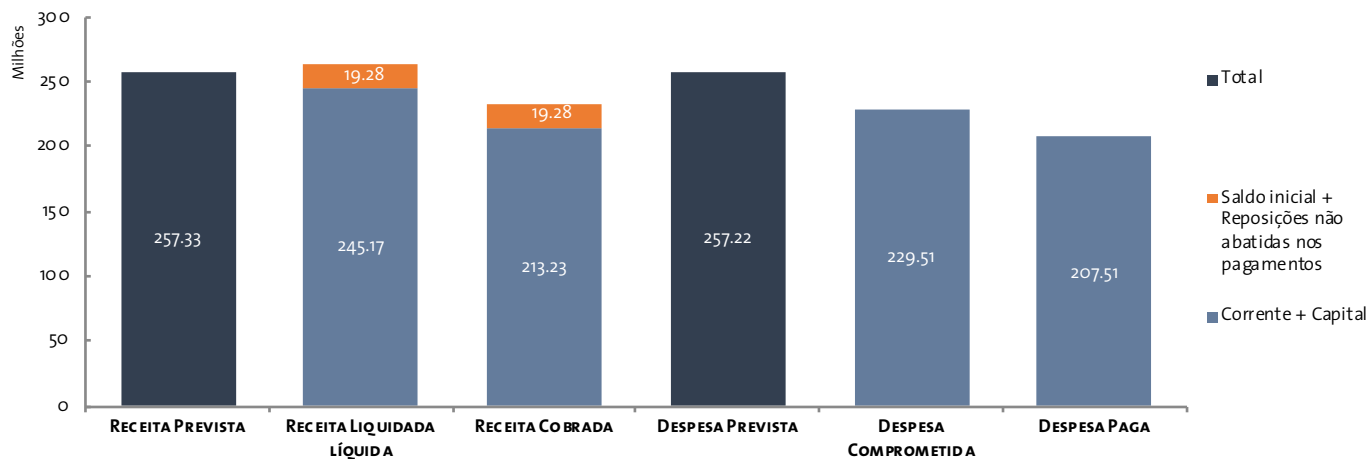


Gráfico 2.09.M – Estrutura da Receita e da Despesa Paga e Despesa Realizada nos municípios da R.A. da Madeira 2018



O Quadro 2.36 que se segue mostra alguns indicadores relativos a despesas e receitas evidenciando-se os valores médios, máximos e mínimos, referenciando-se os municípios responsáveis pelos ex-

tremos. São rácios que **comparam a receita cobrada com a receita prevista** no que respeita à receita e **a despesa paga com a despesa orçada** no que se refere à despesa.

Quadro 2.36 – Indicadores da Despesa e da Receita

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Grau de execução da Despesa*	Mínimo	34%	28%	24%	24%	21%	19%	23%	27%	30%	29%	39%
		Castanheira de Pera	Cartaxo	Portimão	Portimão	Portimão	Aveiro	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré
	Máximo	94%	92%	95,3%	94,9%	94%	96%	97%	100%	100%	98%	97%
		Mealhada	S. João da Pesqueira	S. João da Pesqueira	Fornos de Algodres	Fornos de Algodres	Funchal	S. Roque Pico	Aljezur	Alfândega da Fé	Alfândega da Fé	Seia
Médio	65%	63%	60%	60%	63%	69%	75%	80%	78%	77%	77%	
Grau de execução da Receita**	Mínimo	35%	28%	28%	24%	21%	22%	23%	26%	31%	28%	40%
		Guarda	Cartaxo	Trofa	Portimão	Portimão	Cartaxo	Nazaré	Portimão	Nazaré	Nazaré	Nazaré
	Máximo	100%	93%	96%	100%	103%	102%	107%	118%	116%	115%	116%
		Sobral Monte Agraço	Fornos de Algodres	S. João da Pesqueira	Aguiar da Beira	Marvão	Mealhada	Albufeira	Albufeira	Leiria	Porto	Porto
Médio	67%	64%	61%	62%	66%	72%	81%	86%	87%	85%	86%	
Receitas por cobrar / receitas liquidadas***	Mínimo	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Máximo	40%	44%	65%	62%	75%	55%	81%	52%	376%	53%	51%
		Fundão	Fundão	Guarda	Seixal	Seixal	Seixal	Santa Cruz	Seixal	Santa Cruz	Chaves	Funchal
Médio	7%	8%	9%	10%	10%	10%	11%	11%	10%	6%	6%	
Despesas de Investimento / despesas totais	Mínimo	3%	2,8%	2,2%	0,7%	0,0%	2,4%	0,5%	0,4%	1,4%	1,0%	0,8%
		Cartaxo	Cartaxo	Albergaria-a-Velha	Ribeira de Pena	Borba	Loures	Porto Santo	Porto Santo	Alpiarça	Porto Santo	Porto Santo
	Máximo	68%	55%	59%	54%	60%	62%	55%	53%	49%	49%	42%
		Castelo Branco	Ribeira Brava	Mondim de Basto	Murtosa	Murtosa	Corvo	Lajes das Flores	Alvaiázere	Corvo	Vale de Cambra	Corvo
Médio	28%	25%	23%	22%	20%	21%	18%	18%	14%	19%	18%	
Despesas com pessoal / despesas totais	Mínimo	9%	11%	5%	10%	10%	8%	10%	13%	11%	5%	9%
		Castelo Branco	Ribeira Brava	Fornos de Algodres	Seia	Vila Franca do Campo	Fundão	V. Real Sto. António	Nazaré	Alfândega da Fé	Fornos de Algodres	Seia
	Máximo	58%	53%	55%	58%	55%	53%	60%	55%	52%	58%	53%
		Alcochete	Moita	Campo Maior	Mourão	Mourão	Alcochete	Mourão	Mourão	Mourão	Porto Santo	Montijo
Médio	29%	29%	31%	31%	27%	29%	32%	31%	31%	29%	31%	

* Grau de execução da despesa conforme POCAL: valor pago/dotação prevista corrigida.

** Grau de execução da receita conforme POCAL: valor cobrado/montante prevista da receita (corrigido).

*** Receitas liquidadas líquidas.

Quadro 2.37 – Indicadores da Despesa e Receita com base nos compromissos e liquidações

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Grau de execução da despesa ao nível dos compromissos (compromissos / despesa prevista)	Mínimo	50,3%	46,2%	46,6%	47,5%	42,4%	44,9%	41,7%	49,7%	42,4%	59,6%	58,4%
	Máximo	100,0%	100,2%	99,2%	99,7%	99,9%	99,6%	99,7%	100,0%	100,0%	99,9%	99,9%
	Médio	82,8%	82,2%	80,1%	81,3%	79,3%	84,2%	86,6%	88,7%	88,1%	88,8%	88,3%
Grau de execução da receita ao nível das liquidações ((receita liquidada – liquidações anuladas) / receita prevista)	Mínimo	35,4%	28,4%	28,3%	23,1%	21,5%	21,9%	22,8%	26,5%	30,7%	28,0%	39,6%
	Máximo	101,2%	93,8%	97,5%	109,3%	109,8%	103,7%	306,5%	119,2%	121,2%	116,7%	122,7%
	Médio	67,2%	63,7%	62,6%	64,5%	66,8%	75,3%	82,0%	86,9%	87,8%	86,5%	87,0%

Reforçando as observações anteriores, apresentam-se no Quadro 2.37, para o período entre 2008 e 2018, os valores médios e extremos dos graus de execução da despesa assumida e da receita liquidada.

– Da análise do Quadro 2.37 confirma-se que, entre 2008 e 2018, **a diferença entre a média do grau de execução da despesa e a média do grau de execução da receita diminuiu drasticamente** passando de 15,7% em 2008 para 1,3% em 2018, **situação que contribuiu extraordinariamente para o equilíbrio global das contas municipais.**

Apresenta-se de seguida o Ranking R39 que elenca os 35 municípios com maior diferença entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas assumidas.

– Da observação do ranking R39 verifica-se que em 2018, os 35 municípios elencados apresentaram uma diferença negativa superior a 15%, entre o grau de execução da receita e o grau de execução da despesa. Para além destes, mais dois municípios revelaram a mesma situação.

– No universo total dos municípios, **181 apresentaram uma diferença negativa entre o grau de execução das receitas liquidadas e o grau de execução das despesas comprometidas.** Destes, apenas 51 municípios apresentaram um grau de execução das despesas comprometidas superior, em menos de 5%, ao grau de execução da receita.

As listagens R39.A e R39.M, mostram a diferença entre o grau de execução da despesa assumida e da receita liquidada, respetivamente, nos municípios das regiões dos Açores e da Madeira.

O Ranking R40 a seguir apresentado mostra os 35 municípios que em 2018, apresentaram um grau de realização da despesa assumida menor que o grau de execução da receita liquidada. Apresenta-se, para os mesmos municípios, informação relativa à situação homóloga nos dois anos anteriores ao ano em estudo.

Pela análise das contas do universo dos municípios verificou-se que **127 municípios apresentaram um volume de receita liquidada igual ou superior ao total de despesa assumida, revelando um maior ajustamento da despesa realizada à receita passível de ser cobrada, demonstrando, assim, um comportamento de gestão mais propício à redução da dívida comercial.**

R39 – Municípios com maior diferença negativa entre o grau de execução de receitas liquidadas* e o grau de execução de despesas comprometidas

Município	Dim.	2016			2017			2018		
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1 Nazaré	P	30,7%	83,8%	-53,1%	28,0%	83,0%	-54,9%	39,6%	83,1%	-43,5%
2 V.R.S. Antônio	P	73,7%	98,3%	-24,6%	75,0%	99,1%	-24,2%	57,5%	98,7%	-41,2%
3 Tábua	P	71,5%	96,9%	-25,4%	65,7%	95,4%	-29,7%	60,3%	96,8%	-36,5%
4 Penafiel	M	61,8%	90,4%	-28,6%	51,1%	90,3%	-39,2%	58,4%	91,3%	-32,9%
5 Cinfães	P	79,8%	95,7%	-15,9%	62,6%	96,5%	-33,9%	71,3%	98,6%	-27,2%
6 Tabuaço	P	67,6%	93,2%	-25,5%	64,5%	91,5%	-27,1%	69,1%	96,3%	-27,1%
7 Figueiró dos Vinhos	P	78,2%	89,7%	-11,6%	79,0%	88,7%	-9,7%	67,9%	94,3%	-26,4%
8 Tarouca	P	73,3%	90,7%	-17,4%	84,8%	96,6%	-11,8%	70,6%	96,6%	-26,0%
9 Penela	P	85,8%	95,9%	-10,2%	71,1%	80,6%	-9,5%	69,0%	94,9%	-25,9%
10 Ourique	P	46,6%	67,6%	-21,0%	55,3%	82,2%	-27,0%	51,6%	76,9%	-25,3%
11 Condeixa-a-Nova	P	85,7%	93,4%	-7,7%	80,1%	89,2%	-9,1%	70,7%	93,7%	-23,1%
12 F. Espada à Cinta	P	66,9%	95,2%	-28,3%	59,2%	86,2%	-27,0%	56,2%	78,9%	-22,6%
13 Castelo Branco	M	83,0%	94,0%	-11,0%	82,2%	88,9%	-6,7%	69,0%	90,3%	-21,2%
14 Melgaço	P	85,8%	94,8%	-9,0%	61,8%	80,8%	-19,0%	75,5%	96,1%	-20,6%
15 Alpiarça	P	76,5%	96,3%	-19,7%	81,4%	99,9%	-18,4%	79,8%	99,8%	-20,0%
16 Belmonte	P	91,2%	96,2%	-5,0%	90,2%	99,1%	-8,8%	74,7%	94,6%	-19,9%
17 Ponte de Lima	M	62,6%	90,1%	-27,6%	65,2%	95,5%	-30,3%	73,3%	93,2%	-19,9%
18 Castelo de Paiva	P	64,2%	54,5%	9,6%	63,5%	77,2%	-13,8%	55,6%	74,6%	-19,0%
19 Mesão Frio	P	85,7%	99,6%	-13,9%	81,6%	99,4%	-17,8%	80,7%	99,7%	-19,0%
20 Mirandela	M	73,5%	92,5%	-19,0%	59,4%	87,5%	-28,0%	76,3%	95,2%	-18,9%
21 Cabeceiras de Basto	P	68,9%	74,3%	-5,4%	62,9%	78,9%	-16,0%	63,9%	82,0%	-18,1%
22 Moimenta da Beira	P	83,5%	95,4%	-12,0%	76,6%	95,3%	-18,7%	80,5%	98,4%	-17,9%
23 Mira	P	79,6%	99,0%	-19,3%	76,2%	93,6%	-17,4%	75,5%	93,2%	-17,7%
24 Aljustrel	P	73,2%	90,9%	-17,7%	86,4%	97,5%	-11,0%	69,9%	87,3%	-17,4%
25 Ponte da Barca	P	82,7%	96,7%	-14,1%	69,9%	93,1%	-23,2%	70,6%	87,8%	-17,2%
26 Madalena	P	74,9%	87,3%	-12,4%	62,8%	87,3%	-24,5%	77,3%	94,4%	-17,1%
27 Vieira do Minho	P	88,1%	96,9%	-8,8%	75,4%	93,2%	-17,8%	76,5%	93,5%	-17,0%
28 Vila do Conde	M	88,0%	93,0%	-4,9%	99,4%	94,0%	5,4%	77,9%	94,7%	-16,9%
29 Castro Marim	P	92,8%	91,2%	1,6%	85,0%	89,0%	-4,1%	69,0%	85,6%	-16,5%
30 Pampilhosa da Serra	P	93,9%	87,3%	6,6%	89,9%	90,5%	-0,6%	71,2%	87,5%	-16,4%
31 Braga	G	87,9%	94,7%	-6,8%	86,1%	95,6%	-9,4%	81,3%	97,6%	-16,3%
32 Sines	P	72,8%	98,8%	-26,0%	70,5%	96,2%	-25,6%	81,6%	97,7%	-16,2%
33 Vagos	M	74,6%	91,1%	-16,5%	80,1%	99,3%	-19,1%	83,4%	99,4%	-16,0%
34 Porto Moniz	P	58,1%	70,2%	-12,2%	56,6%	73,8%	-17,2%	66,5%	82,5%	-16,0%
35 São Pedro do Sul	P	89,0%	99,9%	-10,9%	79,0%	99,9%	-20,9%	83,9%	99,9%	-15,9%

* Receitas liquidadas líquidas.

R39.A – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. dos Açores

Município	Dim.	2016			2017			2018		
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1 Madalena	P	74,9%	87,3%	-12,4%	62,8%	87,3%	-24,5%	77,3%	94,4%	-17,1%
2 Praia da Vitória	M	85,8%	96,4%	-10,6%	85,6%	98,6%	-13,0%	79,9%	92,0%	-12,1%
3 Povoação	P	93,9%	97,4%	-3,6%	92,5%	99,8%	-7,3%	86,7%	93,9%	-7,2%
4 Ponta Delgada	M	100,3%	92,9%	7,4%	102,4%	91,3%	11,1%	86,0%	93,1%	-7,1%
5 Lajes do Pico	P	73,1%	83,0%	-9,9%	77,4%	81,7%	-4,2%	76,7%	83,7%	-7,0%
6 Corvo	P	88,7%	74,8%	13,8%	66,3%	76,1%	-9,8%	78,5%	85,4%	-6,9%
7 Vila do Porto	P	45,2%	42,4%	2,8%	63,5%	63,5%	0,0%	65,3%	66,8%	-1,4%
8 São Roque do Pico	P	93,1%	95,6%	-2,5%	73,4%	80,0%	-6,6%	96,6%	96,5%	0,1%
9 Horta	P	78,7%	71,8%	6,9%	77,6%	79,6%	-2,0%	78,0%	77,5%	0,5%
10 Lagoa (R.A.A)	P	95,7%	93,7%	2,0%	95,1%	95,1%	-0,1%	99,7%	98,7%	1,0%
11 Santa Cruz da Graciosa	P	84,4%	80,9%	3,4%	93,9%	91,1%	2,8%	89,4%	87,4%	2,0%
12 Lajes das Flores	P	86,6%	84,3%	2,4%	90,4%	96,8%	-6,3%	96,3%	92,9%	3,4%
13 Vila Franca do Campo	P	99,0%	86,6%	12,4%	93,8%	94,6%	-0,8%	98,5%	93,2%	5,3%
14 Angra do Heroísmo	M	92,0%	85,9%	6,1%	90,0%	91,6%	-1,6%	98,9%	92,2%	6,7%
15 Nordeste	P	96,1%	80,3%	15,7%	82,9%	80,0%	2,9%	100,1%	92,4%	7,8%
16 Ribeira Grande	M	91,5%	99,3%	-7,9%	101,8%	97,3%	4,5%	105,6%	97,3%	8,2%
17 Calheta (R. A. A.)	P	105,2%	72,8%	32,5%	90,6%	73,9%	16,6%	98,8%	75,8%	23,0%
18 Santa Cruz das Flores	P	87,9%	64,5%	23,4%	90,6%	66,4%	24,2%	93,3%	63,2%	30,2%
19 Velas	P	96,8%	59,1%	37,7%	86,0%	70,2%	15,7%	99,3%	64,3%	35,0%
Média dos municípios da RAA		87,8%	81,5%	6,3%	85,1%	85,0%	0,1%	89,7%	86,4%	3,4%

R39.M – Diferença entre Grau de execução de receitas liquidadas e Grau de execução de Despesas Comprometidas – municípios da R.A. da Madeira

Município	Dim.	2016			2017			2018		
		Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1 Porto Moniz	P	58,1%	70,2%	-12,2%	56,6%	73,8%	-17,2%	66,5%	82,5%	-16,0%
2 Ribeira Brava	P	90,1%	95,8%	-5,7%	69,0%	81,9%	-12,8%	76,0%	90,0%	-14,0%
3 Câmara de Lobos	M	79,2%	83,9%	-4,7%	83,4%	96,3%	-12,9%	87,1%	97,1%	-9,9%
4 Porto Santo	P	79,0%	86,0%	-7,0%	78,1%	76,7%	1,5%	82,4%	88,3%	-5,8%
5 São Vicente	P	100,1%	99,7%	0,3%	101,9%	91,1%	10,8%	90,6%	94,2%	-3,6%
6 Santana	P	68,1%	69,4%	-1,2%	89,8%	86,3%	3,4%	94,4%	86,5%	7,8%
7 Santa Cruz	M	121,2%	96,2%	25,0%	102,2%	95,0%	7,2%	101,5%	92,7%	8,7%
8 Machico	M	97,0%	93,1%	3,9%	96,3%	95,2%	1,1%	106,0%	96,1%	9,8%
9 Calheta (R. A. M.)	P	73,1%	68,4%	4,7%	100,8%	84,7%	16,2%	106,1%	88,6%	17,5%
10 Funchal	G	97,3%	96,2%	1,1%	92,1%	86,3%	5,8%	110,5%	87,6%	22,8%
11 Ponta do Sol	P	82,1%	69,9%	12,3%	86,2%	76,3%	9,9%	103,3%	78,9%	24,4%
Média dos municípios da RAM		85,9%	84,4%	1,5%	86,9%	85,8%	1,2%	93,1%	89,3%	3,8%

R4o – Municípios com maior diferença positiva entre o Grau de execução de Receita Liquidada e o Grau de execução da Despesa Comprometida

	Município	Dim.	2016			2017			2018		
			Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução	Execução Receita liquidada	Execução Despesa assumida	Diferença de execução
1	Vila Franca de Xira	G	101,1%	81,4%	19,6%	103,2%	80,4%	22,9%	122,7%	80,4%	42,3%
2	Albufeira	M	104,2%	63,4%	40,9%	107,5%	59,6%	47,9%	102,1%	60,8%	41,2%
3	Velas	P	96,8%	59,1%	37,7%	86,0%	70,2%	15,7%	99,3%	64,3%	35,0%
4	Arronches	P	96,5%	78,0%	18,5%	92,2%	70,0%	22,2%	98,5%	64,4%	34,2%
5	Marinha Grande	M	103,6%	71,7%	31,8%	102,6%	64,0%	38,6%	102,0%	68,4%	33,6%
6	Lagos	M	103,6%	86,6%	16,9%	101,9%	80,6%	21,3%	99,5%	66,1%	33,4%
7	Tavira	M	103,7%	75,8%	27,9%	105,1%	76,6%	28,6%	99,5%	67,8%	31,7%
8	Alcochete	P	69,6%	74,7%	-5,1%	99,2%	85,7%	13,5%	106,3%	76,0%	30,3%
9	Santa Cruz das Flores	P	87,9%	64,5%	23,4%	90,6%	66,4%	24,2%	93,3%	63,2%	30,2%
10	Alvito	P	87,2%	62,4%	24,8%	83,2%	65,0%	18,2%	89,9%	60,9%	29,0%
11	Portimão	M	42,9%	44,6%	-1,8%	103,2%	98,8%	4,4%	102,0%	74,6%	27,4%
12	Coruche	P	101,7%	59,0%	42,7%	97,1%	65,6%	31,5%	97,1%	69,8%	27,4%
13	Leiria	G	116,2%	78,4%	37,9%	102,9%	82,6%	20,3%	104,0%	77,2%	26,8%
14	Ponta do Sol	P	82,1%	69,9%	12,3%	86,2%	76,3%	9,9%	103,3%	78,9%	24,4%
15	Porto	G	102,8%	84,7%	18,2%	116,7%	90,4%	26,3%	115,6%	92,3%	23,3%
16	Calheta (R. A. A.)	P	105,2%	72,8%	32,5%	90,6%	73,9%	16,6%	98,8%	75,8%	23,0%
17	Lagoa (Algarve)	M	108,3%	85,4%	22,9%	102,9%	89,6%	13,3%	107,6%	84,8%	22,9%
18	Funchal	G	97,3%	96,2%	1,1%	92,1%	86,3%	5,8%	110,5%	87,6%	22,8%
19	Aveiro	M	59,3%	66,8%	-7,5%	89,6%	73,5%	16,0%	91,2%	68,8%	22,4%
20	Castanheira de Pera	P	107,7%	94,8%	12,8%	97,4%	77,6%	19,8%	97,0%	75,0%	22,0%
21	Murtosa	P	99,7%	75,9%	23,8%	93,4%	72,9%	20,5%	95,7%	74,0%	21,6%
22	Penedono	P	100,6%	77,0%	23,6%	80,4%	78,7%	1,6%	103,3%	82,3%	21,0%
23	Sintra	G	100,2%	91,8%	8,4%	110,5%	90,9%	19,6%	106,5%	85,7%	20,8%
24	Marco de Canaveses	M	103,5%	84,2%	19,3%	96,8%	88,0%	8,8%	100,6%	81,6%	19,0%
25	Penamacor	P	94,8%	88,7%	6,1%	99,6%	91,0%	8,6%	98,0%	79,2%	18,9%
26	Loures	G	90,4%	95,1%	-4,7%	108,1%	90,5%	17,6%	105,3%	86,8%	18,5%
27	Mourão	P	57,4%	75,4%	-18,0%	76,0%	73,7%	2,3%	81,9%	63,8%	18,1%
28	Calheta (R. A. M.)	P	73,1%	68,4%	4,7%	100,8%	84,7%	16,2%	106,1%	88,6%	17,5%
29	Cascais	G	82,6%	89,1%	-6,5%	104,5%	93,9%	10,6%	103,3%	86,1%	17,2%
30	Aljezur	P	102,1%	91,7%	10,4%	102,0%	93,6%	8,4%	93,5%	76,4%	17,1%
31	Abrantes	M	103,0%	86,5%	16,5%	101,4%	84,9%	16,5%	101,2%	85,6%	15,6%
32	Portel	P	86,7%	90,4%	-3,6%	87,0%	77,0%	10,0%	96,7%	81,6%	15,0%
33	Azambuja	M	88,3%	90,4%	-2,1%	96,7%	92,4%	4,3%	108,2%	93,6%	14,7%
34	Almeida	P	100,3%	72,1%	28,2%	85,3%	74,8%	10,6%	87,3%	72,8%	14,5%
35	Barcelos	G	84,6%	79,5%	5,1%	85,8%	80,0%	5,8%	86,5%	72,3%	14,2%

2.4.2. Equilíbrio Orçamental⁸⁵

Um dos indicadores que permitirá aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, é a comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente acrescida das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo nos termos dos artigos 40.º e 83º da Lei 73/ 2013 de 30 de setembro⁸⁶. O Quadro 2.38 mostra a relação entre estas duas componentes da estrutura financeira das autarquias, que traduzirá o estado de

⁸⁵ Lei 73/ 2013, de 31 de setembro, artigo 40.º - Equilíbrio orçamental

1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo. artigo 83.º - Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.

⁸⁶ Artigos que atualizaram o Regime Financeiro das Autarquias locais e das entidades intermunicipais.

equilíbrio orçamental das mesmas.

– Da análise do Quadro 2.38 verifica-se que, em 2018, o sector autárquico, na sua globalidade, revelou equilíbrio orçamental nos termos previstos na Lei da Finanças Locais ao apresentar um valor francamente positivo do saldo corrente deduzido das amortizações médias⁸⁷ dos empréstimos de médio e longo prazo (1 165,7M€), manifestando, contudo, uma descida deste indicador em - 49M€.

– Mais se verificou que, em 2018, o saldo corrente deduzido das amortizações médias foi maior no conjunto dos municípios de grande dimensão e menor no grupo dos municípios de pequena dimensão, situação inversa à ocorrida em 2017.

Considerando a definição de Equilíbrio Orçamental apresentado no artigo 40.º – supra referido – conjugado com o artigo 83.º da Lei 73/ 2013 de 31 de setembro – Lei das Finanças Locais – apresentam-se no ranking R41 os 35 municípios com melhor rácio de equilíbrio orçamental, traduzido pela razão entre a despesa corrente acrescida do valor da média das amortizações e a receita corrente cobrada bruta.

⁸⁷ Montante calculado nos termos do artigo 83º da LFL.

Quadro 2.38 – Equilíbrio orçamental

Unidade: milhões de euros

	Total 2015	Total 2016	Total 2017	2018				Variação 17-18
				Pequenos	Médios	Grandes	Total	
Nº de municípios	308	308	308	186	98	24	308	-
(a) Receita corrente bruta cobrada	6 537,0	6 798,9	7 186,8	1 656,6	2 729,2	2 998,9	7 384,7	197,9
(b) Despesa corrente paga	5 097,7	5 325,7	5 487,0	1 399,2	2 111,6	2 231,9	5 742,7	255,7
(c) Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	503,4	485,4	485,0	113,6	200,6	162,0	476,2	-8,8
(d) = (b)+(c) Total da despesa acrescida das amortizações médias	5 601,1	5 811,2	5 972,1	1 512,9	2 312,2	2 393,9	6 219,0	246,9
(e) = (a)-(d) Saldo corrente deduzido das amortizações	936,0	987,7	1 214,7	143,8	417,0	604,9	1 165,7	-49,0

R41 – Municípios com maior equilíbrio orçamental

Unidade: euros

	Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 4o e artigo 83ª da LFL)			
			Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)
1	Leiria	G	73 045 016	43 118 197	29 926 819	59,0%
2	Azambuja	M	21 602 551	13 585 659	8 016 892	62,9%
3	Alvaiázere	P	7 071 366	4 700 209	2 371 157	66,5%
4	Oeiras	G	146 880 236	98 105 680	48 774 556	66,8%
5	Pombal	M	32 939 953	22 138 163	10 801 791	67,2%
6	Ribeira Grande	M	17 985 041	12 127 333	5 857 708	67,4%
7	Castelo Branco	M	32 850 166	22 285 107	10 565 059	67,8%
8	Cascais	G	203 117 256	137 956 999	65 160 257	67,9%
9	Sintra	G	167 757 732	114 794 949	52 962 782	68,4%
10	Porto	G	211 177 063	144 928 316	66 248 747	68,6%
11	Penamacor	P	8 604 568	6 055 840	2 548 728	70,4%
12	Murtosa	P	6 515 092	4 635 700	1 879 392	71,2%
13	Barcelos	G	53 377 594	38 081 747	15 295 847	71,3%
14	Alcochete	P	18 218 786	13 103 783	5 115 004	71,9%
15	Portimão	M	58 374 971	42 021 943	16 353 028	72,0%
16	Marinha Grande	M	24 083 897	17 459 315	6 624 582	72,5%
17	Alcobaça	M	28 886 966	20 961 739	7 925 227	72,6%
18	Lagos	M	50 739 488	37 068 202	13 671 286	73,1%
19	Santa Cruz das Flores	P	2 607 511	1 917 463	690 048	73,5%
20	Mafra	M	61 686 164	45 432 996	16 253 168	73,7%
21	Odivelas	G	75 588 697	55 783 229	19 805 468	73,8%
22	Santa Maria da Feira	G	57 920 911	42 806 801	15 114 109	73,9%
23	Velas	P	5 301 049	3 919 626	1 381 422	73,9%
24	Penalva do Castelo	P	6 814 959	5 079 800	1 735 159	74,5%
25	Santana	P	6 118 135	4 568 404	1 549 731	74,7%
26	Lagoa (Algarve)	M	39 139 166	29 282 832	9 856 334	74,8%
27	Tavira	M	28 803 826	21 745 764	7 058 062	75,5%
28	Cantanhede	M	20 343 182	15 479 370	4 863 812	76,1%
29	Montijo	M	31 165 649	23 747 781	7 417 868	76,2%
30	Ourém	M	29 587 319	22 558 017	7 029 302	76,2%
31	Guarda	M	42 342 487	32 457 019	9 885 468	76,7%
32	Ílhavo	M	22 555 718	17 443 431	5 112 287	77,3%
33	Albufeira	M	76 849 543	59 527 182	17 322 361	77,5%
34	Faro	M	40 844 082	31 743 454	9 100 628	77,7%
35	Grândola	P	24 426 347	19 027 160	5 399 187	77,9%

R42 – Municípios com menor equilíbrio orçamental

Unidade: euros

	Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83ª da LFL)				
			Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	De acordo com o N.º3 do Artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)
1	Tarouca	P	7 974 238	7 967 738	6 501	99,9%	0,1%
2	Castanheira de Pêra	P	4 454 474	4 446 994	7 480	99,8%	0,2%
3	Celorico de Basto	P	11 320 690	11 296 828	23 862	99,8%	0,2%
4	Figueira de Castelo Rodrigo	P	7 980 597	7 959 768	20 829	99,7%	0,3%
5	Castro Verde	P	8 869 309	8 833 240	36 069	99,6%	0,4%
6	Alpiarça	P	6 252 051	6 214 823	37 228	99,4%	0,6%
7	Constância	P	5 240 978	5 208 523	32 455	99,4%	0,6%
8	Viseu	M	47 830 423	47 529 530	300 894	99,4%	0,6%
9	Armamar	P	7 147 426	7 101 506	45 920	99,4%	0,6%
10	Santa Comba Dão	P	7 370 099	7 318 310	51 789	99,3%	0,7%
11	Vidigueira	P	6 493 631	6 442 191	51 440	99,2%	0,8%
12	Campo Maior	P	7 537 535	7 472 975	64 561	99,1%	0,9%
13	Figueiró dos Vinhos	P	6 379 859	6 312 362	67 497	98,9%	1,1%
14	Borba	P	6 779 933	6 702 091	77 842	98,9%	1,1%
15	Vila Real de Santo António	P	21 895 186	21 619 747	275 439	98,7%	1,3%
16	Santa Marta de Penaguião	P	6 094 308	6 017 473	76 835	98,7%	1,3%
17	Macedo de Cavaleiros	P	15 147 215	14 913 743	233 472	98,5%	1,5%
18	Nelas	P	9 331 346	9 184 539	146 807	98,4%	1,6%
19	Belmonte	P	5 796 797	5 704 822	91 975	98,4%	1,6%
20	Murça	P	6 271 479	6 156 767	114 711	98,2%	1,8%
21	Entroncamento	M	12 459 772	12 183 026	276 746	97,8%	2,2%
22	Mesão Frio	P	4 357 601	4 256 030	101 570	97,7%	2,3%
23	Vila Franca do Campo	P	7 857 260	7 660 110	197 150	97,5%	2,5%
24	Sobral de Monte Agraço	P	8 090 329	7 884 992	205 337	97,5%	2,5%
25	Arronches	P	3 847 430	3 745 304	102 125	97,3%	2,7%
26	Lousã	P	12 127 551	11 799 567	327 984	97,3%	2,7%
27	Castro Marim	P	11 078 772	10 776 556	302 216	97,3%	2,7%
28	Portel	P	8 540 171	8 300 373	239 798	97,2%	2,8%
29	Moura	P	13 630 182	13 246 411	383 771	97,2%	2,8%
30	Ribeira Brava	P	6 572 172	6 362 241	209 931	96,8%	3,2%
31	Condeixa-a-Nova	P	10 352 016	10 010 564	341 452	96,7%	3,3%
32	Marvão	P	4 318 564	4 175 225	143 338	96,7%	3,3%
33	Viana do Alentejo	P	6 570 788	6 338 083	232 705	96,5%	3,5%
34	Carregal do Sal	P	6 009 651	5 796 159	213 492	96,4%	3,6%
35	Ribeira de Pena	P	10 241 319	9 863 734	377 585	96,3%	3,7%

R43 – Municípios em desequilíbrio orçamental admitido pelo art.º 40º da LFL, calculado nos termos do artigo 83º da mesma Lei

Unidade: euros

	Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83º da LFL)				
			Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	De acordo com o N.º3 do Artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)
1	Tabuaço	P	6 940 116	7 218 440	-278 324	104,0%	-4,0%
2	Ansião	P	7 793 410	8 042 521	-249 111	103,2%	-3,2%
3	Elvas	M	15 591 931	16 070 324	-478 392	103,1%	-3,1%
4	Vila Nova de Poiares	P	6 960 243	7 158 065	-197 823	102,8%	-2,8%
5	Fronteira	P	4 399 897	4 519 263	-119 367	102,7%	-2,7%
6	Freixo de Espada à Cinta	P	6 221 422	6 337 822	-116 399	101,9%	-1,9%
7	Barrancos	P	3 469 401	3 531 678	-62 277	101,8%	-1,8%
8	Fornos de Algodres	P	5 503 293	5 600 217	-96 924	101,8%	-1,8%
9	Alandroal	P	8 446 592	8 586 298	-139 706	101,7%	-1,7%
10	Nordeste	P	5 003 554	5 032 662	-29 108	100,6%	-0,6%
11	Funchal	G	73 016 119	73 087 717	-71 597	100,1%	-0,1%

R44 – Municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações apresenta valor negativo superior a 5pp das receitas correntes

Unidade: euros

	Município	Dim.	Equilíbrio Orçamental (art.º 40 e artigo 83º da LFL)				
			Receita corrente bruta cobrada (a)	Despesa + amort. médias (b)	Receita corrente – despesa c/ amort. (c) = (a)-(b)	Despesa corrente c/ amort. / receita corrente (d) = (b) / (a)	De acordo com o N.º3 do Artº 40º da LFL (e) = (c) / (a)
1	Celorico da Beira	P	8 351 211	14 012 846	-5 661 635	167,8%	-67,8%
2	Reguengos de Monsaraz	P	11 100 313	13 941 690	-2 841 377	125,6%	-25,6%
3	Paços de Ferreira	M	23 925 958	29 491 256	-5 565 297	123,3%	-23,3%
4	Peso da Régua	P	12 407 213	15 085 628	-2 678 415	121,6%	-21,6%
5	Valongo	M	36 565 455	42 878 383	-6 312 928	117,3%	-17,3%
6	Nazaré	P	12 494 227	13 972 085	-1 477 858	111,8%	-11,8%
7	Redondo	P	6 842 849	7 595 394	-752 545	111,0%	-11,0%
8	Fundão	M	22 692 526	24 787 881	-2 095 355	109,2%	-9,2%
9	Sardoal	P	5 528 471	6 009 142	-480 671	108,7%	-8,7%
10	Porto Santo	P	4 790 460	5 187 113	-396 652	108,3%	-8,3%
11	Cartaxo	M	13 104 149	14 178 485	-1 074 335	108,2%	-8,2%
12	Portalegre	M	15 620 489	16 892 336	-1 271 847	108,1%	-8,1%
13	Seia	M	20 078 116	21 361 899	-1 283 784	106,4%	-6,4%
14	Mourão	P	5 136 052	5 430 223	-294 171	105,7%	-5,7%
15	Ourique	P	8 214 925	8 677 340	-462 415	105,6%	-5,6%
16	São Vicente	P	5 080 038	5 351 392	-271 354	105,3%	-5,3%
17	Monforte	P	5 014 263	5 275 983	-261 719	105,2%	-5,2%

No ranking R42 apresentam-se os 35 municípios com menor valor no indicador de equilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos de mlp, embora positivo, esteve mais próximo do valor zero.

No ranking R43 apresentam-se os municípios cujo **indicador de equilíbrio orçamental – saldo corrente deduzido das amortizações – embora negativo, foi inferior a 5% da receita corrente**. São municípios que embora evidenciando desequilíbrio orçamental, **se encontram dentro dos parâmetros de sustentabilidade admitida pelo artigo 40.º da Lei das Finanças Locais**.

No ranking R44, apresentam-se os municípios com elevado desequilíbrio orçamental, isto é, municípios cujo saldo corrente deduzido da média das amortizações se apresenta negativo e cujo valor absoluto é superior a 5pp das receitas correntes.

2.4.3. Saldos Orçamentais

Quando se discute o défice público e a contribuição para o mesmo pelo universo dos municípios, usa-se como referência o saldo global – saldo efetivo – da Administração Local, relacionando as receitas efetivas⁸⁸ com as despesas efetivas⁸⁹.

O saldo global ou efetivo⁹⁰ é a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas. Caso seja positiva, existe um excedente orçamental que se traduz na capacidade de auto financiamento da Administração Local. Caso seja negativo, então, há défice, isto é, há necessidade de financiamento externo.

Há ainda outros dois indicadores que interessa reter pela impor-

tância que os mesmos revestem na análise da situação financeira de todos os sectores da Administração Pública – a despesa primária⁹¹ e o saldo primário⁹².

Embora os valores destes indicadores (saldo efetivo, saldo primário e despesa primária), para efeitos de análise agregada de informação financeira relativa ao estado das finanças públicas sejam obtidos na base de caixa, face à persistente existência de dívida de curto prazo a fornecedores, entende-se que os mesmos deverão ser, também, avaliados na base dos reais fluxos financeiros, isto é, na base de compromissos, relevando-se o valor da diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos.

Assim, apresenta-se o **Quadro 2.39 – Saldos na Base de Caixa**, essencialmente para efeitos de comparabilidade com os dados homólogos de apresentados pelo Governo Central.

A informação prestada no **Quadro 2.40 – Saldos na Base de Compromissos, será fundamental para a avaliação da sustentabilidade financeira do sector autárquico**.

⁸⁸ Receitas efetivas = receitas correntes + receitas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As receitas efetivas são todas aquelas que não dão origem a encargos futuros (isto significa que não incluem as receitas que provêm de recurso a empréstimos – passivos financeiros) e que não resultam de reembolsos de empréstimos concedidos (isto é, não incluem os ativos financeiros). Anota-se, contudo, que há receitas e despesas efetivas que resultam da existência de ativos e passivos financeiros, mas não das operações com os mesmos. Estamos a falar dos dividendos que são rendimentos de propriedade e dos juros da dívida, respetivamente receitas e despesas correntes.

⁸⁹ Despesas efetivas = despesas correntes + despesas de capital – ativos financeiros – passivos financeiros. As despesas efetivas são aquelas que não incluem despesas com ativos e passivos financeiros. Assim, será o total da despesa efetuada excluída das amortizações de empréstimos (passivos financeiros) e da despesa com compra de títulos (ativos financeiros).

⁹⁰ Saldo global ou efetivo = receitas efetivas – despesas efetivas.

⁹¹ Despesa primária = despesa efetiva – juros. Despesa corrente primária = despesa corrente – juros.

⁹² Saldo primário = receitas efetivas – despesas primárias, ou Saldo primário = saldo global + juros.

Quadro 2.39 – Saldos na Base de Caixa (recebimentos pagamentos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
(a)	Receitas correntes	5 730	5 746	5 825	5 646	5 564	5 935	6 215	6 516	6 776	7 155	7 354
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ñ abatidas paga.	347	299	176	275	343	436	510	639	918	1 195	1 418
(c)	Despesas correntes	4 933	5 260	5 037	5 033	4 801	5 167	5 122	5 099	5 326	5 487	5 743
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	1 145	785	964	888	1 107	1 205	1 603	2 057	2 369	2 862	3 028
	N.º de municípios com corrente positivo	247	212	247	247	264	275	299	304	304	302	302
(e)	Receitas de capital	2 005	2 446	2 025	2 113	2 110	1 857	1 114	992	956	1 148	1 180
(f)	Despesas de capital	2 943	3 098	2 835	2 688	2 786	2 564	2 096	2 132	2 141	2 572	2 616
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-938	-652	-809	-575	-676	-706	-983	-1 140	-1 184	-1 424	-1 437
(a)+(b)+(e)	Receitas totais	8 083	8 491	8 026	8 033	8 018	8 229	7 839	8 147	8 651	9 498	9 951
(c)+(f)	Despesas totais	7 876	8 358	7 872	7 720	7 587	7 731	7 219	7 231	7 466	8 059	8 359
(h)=(d)+(g)	Saldo orçamental	207	133	154	313	430	498	620	916	1 184	1 439	1 592
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	198	214	215	253	275	273	272	284	301	284	292
(i)	Ativos financeiros (receitas)	34	32	11	14	19	16	5	12	26	8	4
(j)	Ativos financeiros (despesas)	31	43	38	30	21	12	19	58	53	49	42
(k)	Passivos financeiros (receitas)	529	965	516	474	220	776	393	264	388	557	538
(l)	Passivos financeiros (despesas)	353	460	577	615	890	640	679	665	752	737	775
(m)	Receitas – AF – PF	7 520	7 494	7 499	7 545	7 779	7 437	7 441	7 872	8 236	8 933	9 409
(n)	Despesas – AF – PF	7 491	7 856	7 257	7 075	6 676	7 079	6 521	6 508	6 661	7 273	7 542
(o)=(m)-(n)	Saldo global ou efetivo	29	-361	243	470	1 103	358	920	1 364	1 575	1 660	1 867
(p)	Juros e outros encargos (despesas)	225	192	105	142	148	128	132	113	101	77	92
(q)=(o)+(p)	Saldo primário	254	-169	347	611	1 251	486	1 051	1 477	1 676	1 737	1 959
	N.º de municípios com saldo primário positivo	206	154	245	271	300	239	296	298	301	293	300

Quadro 2.40 – Saldos na Base de Compromissos⁹³ (liquidações versus compromissos)

Unidade: milhões de euros

		Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
(a)	Receitas correntes	6 392	6 382	6 003	5 845	5 761	6 128	6 548	6 983	7 525	7 627	7 875
(b)	Saldo gerência anterior + repos. ã abatidas paga.	348	305	176	277	344	438	512	640	919	1 195	1 418
(c)	Despesas correntes	5 605	6 103	6 051	6 111	5 801	5 976	5 794	5 631	5 809	5 977	6 267
(d)=(a+b)-(c)	Saldo corrente	1 135	584	127	10	304	589	1 267	1 992	2 635	2 844	3 026
	N.º de municípios com corrente positivo	173	129	122	136	168	223	272	284	287	287	285
(e)	Receitas de capital	2 060	2 506	2 081	2 162	2 115	1 886	1 129	1 020	978	1 189	1 241
(f)	Despesas de capital	4 447	5 032	4 648	4 371	4 004	3 459	2 718	2 588	2 650	3 303	3 357
(g)=(e)-(f)	Saldo de capital	-2 387	-2 526	-2 567	-2 208	-1 890	-1 573	-1 590	-1 568	-1 672	-2 114	-2 116
(a)+(b)+(e)	Receitas totais brutas	8 800	9 193	8 260	8 283	8 219	8 451	8 189	8 643	9 422	10 011	10 534
(h)	Liquidações anuladas	674	608	115	134	186	223	222	489	710	435	412
(i)	Receitas totais líquidas	8 126	8 585	8 145	8 149	8 033	8 229	7 967	8 154	8 712	9 575	10 123
(j)=(c)+(f)	Despesas totais	10 051	11 135	10 700	10 482	9 805	9 436	8 512	8 219	8 459	9 280	9 624
(k)=(i)-(j)	Saldo orçamental	-1 926	-2 550	-2 555	-2 332	-1 771	-1 207	-545	-66	253	295	499
	N.º de municípios com saldo orçamental positivo	43	14	22	36	67	75	101	140	166	142	149
(l)	Ativos financeiros (receitas)	34	31	11	16	19	16	5	12	26	9	5
(m)	Ativos financeiros (despesas)	38	54	41	43	34	30	31	73	57	53	44
(n)	Passivos financeiros (receitas)	528	965	516	472	220	798	393	264	389	557	560
(o)	Passivos financeiros (despesas)	358	466	583	626	906	673	704	704	789	746	781
(p)	Receitas – AF – PF	7 564	7 589	7 618	7 661	7 795	7 415	7 570	7 878	8 297	9 010	9 558
(q)	Despesas – AF – PF	9 656	10 615	10 076	9 812	8 865	8 733	7 777	7 443	7 613	8 481	8 799
(r)=(p)-(q)	Saldo global ou efetivo	-2 092	-3 026	-2 459	-2 151	-1 070	-1 318	-207	435	684	529	760
(s)	Juros e outros encargos (despesas)	245	218	134	187	192	167	171	142	122	89	97
(t)=(r)+(s)	Saldo primário	-1 848	-2 808	-2 324	-1 965	-878	-1 151	-36	577	806	617	857
	N.º de municípios com saldo primário positivo	44	25	25	52	106	118	174	216	217	181	182

⁹³ Em anuários anteriores os valores de saldo apresentados têm considerado as liquidações brutas. No presente Anuário consideraram-se as liquidações líquidas das anulações.

Observando-se o Quadro 2.40, onde se apresentam os saldos na base dos compromissos assumidos e das receitas liquidadas, verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2008 e 2018, tendo neste último ano, pela quarta vez consecutiva, no conjunto dos municípios apresentado saldo efetivo e saldo primário positivos, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos. Assim:

- Entre 2008 e 2018 o **saldo corrente** cresceu 166,7% (+1 891,5 M€), tendo mantido em 2018 e um crescimento de +6,4% (+181,8M€). Em 2018 contribuíram para um saldo corrente positivo, 285 municípios.
- O **saldo orçamental**, entre 2008 e 2018 **cresceu +2,4 mil milhões de euros** ao passar do valor negativo de -1 986 M€ para o valor positivo de +203,5 M€. **O ano de 2018 foi o terceiro ano económico consecutivo em que as receitas totais liquidadas foram superiores ao valor total dos encargos assumidos.** Em 2018 contribuíram para um saldo orçamental positivo 149 municípios.

– O **saldo global ou saldo efetivo foi positivo** em +760M€, sendo o terceiro ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios. Em 2018 o saldo efetivo cresceu 43,7% (+ 230,9 M€) e aumentou +2 852 milhões de euros em relação a 2008.

– O saldo primário apresentou também um enorme crescimento (+2 705M€) ao passar de -1 747 M€ em 2008 para +857M€ em 2018, sendo, também, o terceiro ano consecutivo em que este indicador se apresentou positivo no universo dos municípios. Em 2018 o saldo primário, considerando todo o setor municipal, cresceu +38,8% (+240M€). Anota-se que 182 municípios apresentaram saldo primário positivo.

Apresentam-se de seguida gráficos que permitem visualizar a evolução dos saldos enumerados supra, apresentando-se separadamente a situação dos mesmos, para as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Gráfico 2.10 – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos

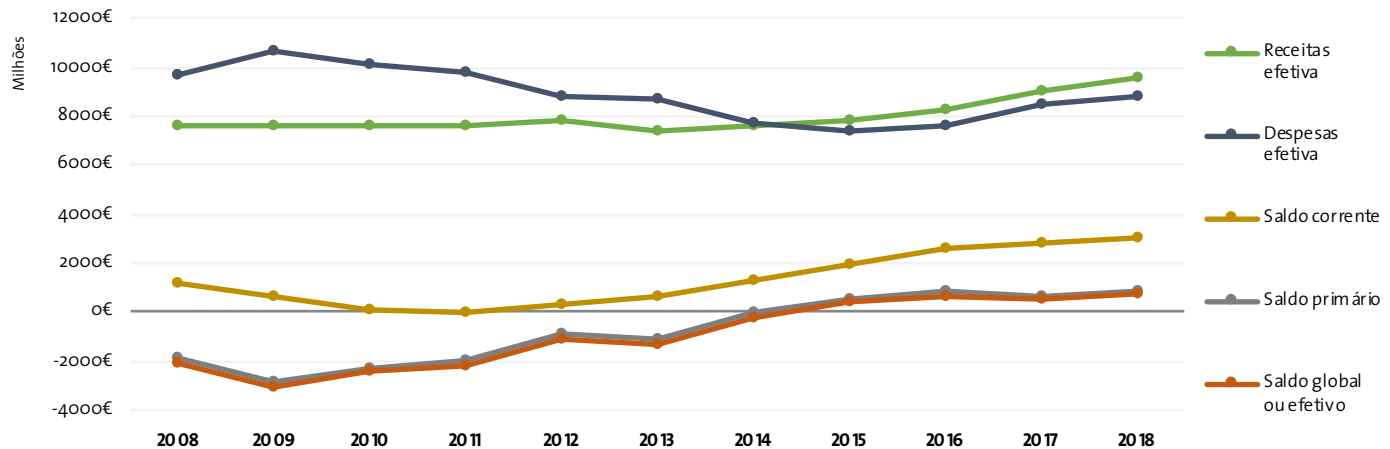


Gráfico 2.10.A – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. dos Açores

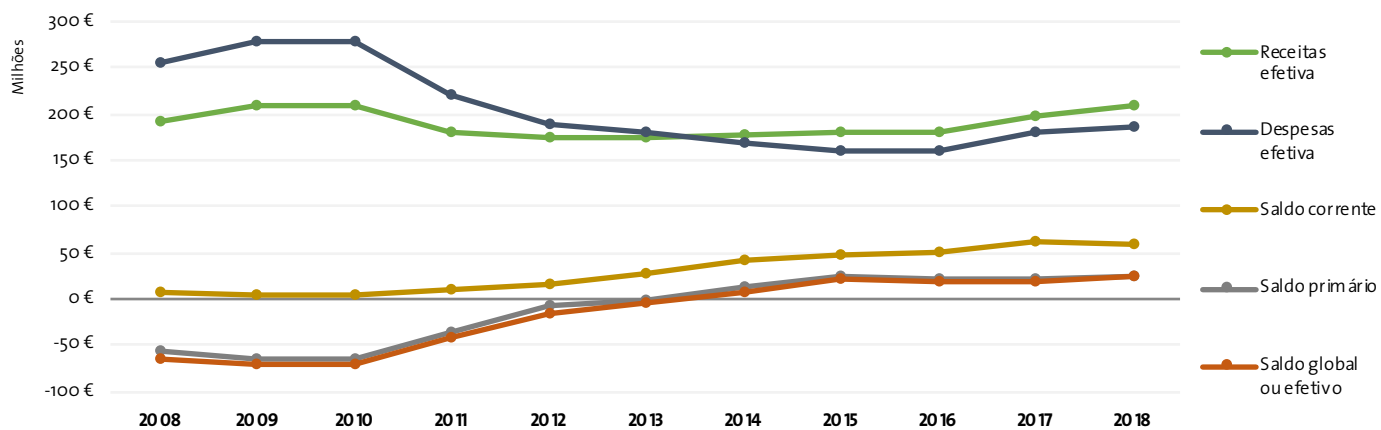
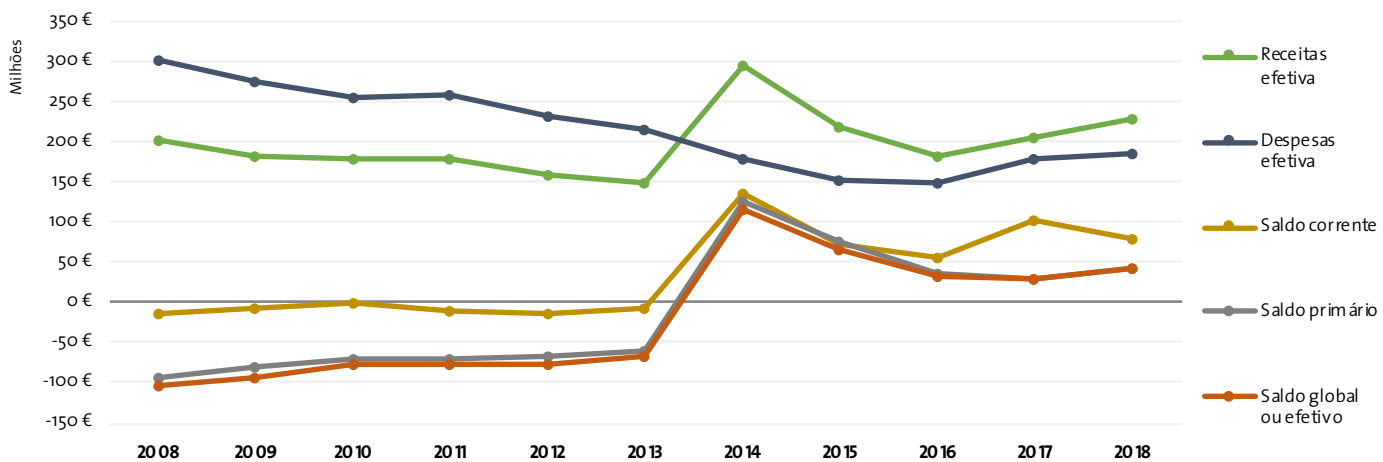


Gráfico 2.10.M – Evolução do saldo global efetivo na base de compromissos nos municípios da R.A. da Madeira



CAPÍTULO 3

ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

3.1. Introdução

Neste capítulo do anuário precede-se à agregação e análise dos dados de natureza patrimonial e financeira obtida dos documentos de prestação de contas⁹⁴ e do relato de gestão produzidos pelos 308 municípios, com vista a uma compreensiva análise global das finanças municipais.

Relativamente ao tratamento da informação sobre os custos registados pelas autarquias, continua a reconhecer-se uma forte lacuna de informação associada ao relato financeiro sobre custos individualizados por atividades, programas ou projetos, que materializam as políticas públicas e que consomem os recursos financeiros dos municípios. Acredita-se que a implementação do sistema contabilístico SNC-AP⁹⁵ permitirá um tratamento mais completo e consistente da atividade financeira dos municípios.

À semelhança do Capítulo 2, apenas se agregarão valores referentes ao município e seus serviços simples sem autonomia. Dedicar-se-á um capítulo autónomo – o Capítulo 4 – à análise

⁹⁴ A contabilidade pública é útil quando fornece informação bastante e fidedigna, capaz de ser utilizada na prática de uma gestão racional, eficiente e eficaz, dos recursos públicos, que integre informação orçamental, financeira e de custos fiável, relevante e oportuna. O principal objetivo do relato financeiro dos municípios é proporcionar informação que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras, nomeadamente aos executivos nas suas tomadas de decisão, mas permitirá também a responsabilização pela prestação de contas. Permitirá ainda, avaliar o grau de desempenho dos municípios, nomeadamente no que se refere à prossecução dos serviços que deve prestar, ao cumprimento dos seus objetivos operacionais e à gestão dos recursos disponíveis. A informação sobre o seu grau de liquidez e de solvência permitirá concluir sobre a sustentabilidade da prestação dos serviços municipais a longo prazo.

⁹⁵ Entende-se que a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, uma vez aplicado ao setor autárquico, possibilitará obter informação necessária à determinação dos gastos dos serviços que os municípios prestam às populações e, assim, permitir um efetivo controlo de eficiência e de eficácia dos mesmos. Este sistema deverá ser implementado por todos os municípios a partir de 2020 (n.º 1 do art.º 86.º do Decreto-lei n.º 84/2019, de 28 de junho).

agregada das contas dos serviços municipalizados e das empresas municipais.

Refere-se, ainda, que parte relativa à análise da dívida e do endividamento das autarquias, se considerou a dívida global dos municípios sem se proceder à exclusão dos montantes de empréstimos que, pela sua natureza e finalidade, nos termos da Lei das Finanças Locais⁹⁶, não deverão ser contabilizados para o limite de endividamento⁹⁷, por se entender que os mesmos fazem parte da dívida total do município, item que interessa tratar e informar no presente anuário.

3.2. Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

O Quadro 3.01 mostra a dimensão do cumprimento das ações identificadas com uma boa utilização do POCAL, permitido concluir que na generalidade serão fiáveis as informações financeiras apresentadas pelos municípios, em sede de prestação de contas e remetidas às entidades fiscalizadoras e jurisdicionais que as tutelam e das quais se extraíram todos os dados que constam do presente capítulo⁹⁸. Deste quadro se conclui que houve um cumprimento generalizado, por parte dos municípios, das obrigações inerentes a uma boa execução da contabilidade financeira e patrimonial.

⁹⁶ O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (vulgo Lei das Finanças Locais), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com todas as alterações entretanto ocorridas, nomeadamente as impostas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto.

⁹⁷ Os limites de endividamento são, nos termos da lei, trimestralmente conferidos por entidades externas responsáveis para o efeito, não dispondo os autores deste anuário de informação que lhe permita proceder com rigor à agregação, em termos nacionais, dos valores considerados isentos para efeitos da determinação dos limites de endividamento, por ausência de anotações sobre a matéria, tanto na generalidade dos Relatórios de Gestão como nos mapas anexos à prestação de contas.

⁹⁸ Assim como em capítulos anteriores e nos que se seguirão.

Quadro 3.01 – Informação patrimonial e económica

	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Apresentam o Balanço e Demonstração dos Resultados na Prestação de contas	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
Apresentam amortizações do exercício no Mapa de Demonstração dos Resultados	299	305	304	306	306	307	307	307	307	307	308
O Ativo apresenta valor na conta Bens de Domínio Público	308	308	308	308	308	308	307	307	307	307	307
Têm no ativo em Bens de Domínio Público (BDP) valor em terrenos	241	245	255	258	261	264	263	267	270	271	275
Têm no ativo em BDP valor em património histórico, artístico e cultural	166	171	176	183	189	189	193	194	200	204	205
Os Bens de Domínio Público são superiores a 20% do total do Ativo	267	270	268	275	282	277	274	266	269	267	263
Têm no Ativo valores a receber de clientes, contribuintes e utentes	290	288	290	292	293	296	303	305	304	305	304
Apresentam no Ativo valores de existências	235	245	259	265	271	277	285	289	292	291	291
Têm provisões do exercício (mapa de DR)	143	155	165	180	183	197	222	230	226	248	246
Registam proveitos diferidos no Balanço (Passivo)	293	297	298	302	305	305	306	305	305	304	305
Apresentam no Passivo acréscimos de custos	269	276	289	294	296	297	306	307	308	308	308

Observando o Quadro 3.01 verifica-se que, em 2018 em relação ao ano precedente, são poucas as alterações a assinalar. Contudo entende-se referir:

- Com exceção do município de Povoação, todos os municípios Portugueses incluíram **Bens de Domínio Público** no Balanço.
- 33 Municípios continuam a **não apresentar** registo de valores em **terrenos e recursos naturais** – na conta 45: «Bens de Domínio Público» - tendo, em relação ao ano transato, aumentado em quatro, o número de municípios que apresentaram valores nesta rubrica.
- Relativamente ao cumprimento do princípio da especialização do exercício⁹⁹ com utilização da **conta de proveitos** diferidos, verificou-se que três municípios continuam a não apresentar qualquer registo nesta conta do passivo¹⁰⁰: Moita, Monchique e Ourique.
- Ainda em cumprimento com o princípio da especialização dos exercícios, deveriam os municípios proceder ao registo de **acréscimo de custos** para refletirem, no ano económico, os custos efetivos

⁹⁹ Nomeadamente no que respeita à contabilização dos subsídios ou transferências recebidas, consignadas à aquisição de bens de investimento amortizáveis, em proveitos diferidos e não como proveitos do exercício.

¹⁰⁰ Esta situação apenas se justificará para os municípios que não receberam subsídios para investimentos ou já procederam à amortização total dos mesmos. Não se dispõe de informação para, nos casos presentes, se identificarem as razões.

independentemente da receção da fatura ou do seu pagamento.

Em 2018, todos os municípios mantiveram o cumprimento deste preceito.

- Os princípios contabilísticos previstos no POCAL obrigam os municípios à criação de uma provisão para dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes que se encontrem em mora, bem como para as responsabilidades contingentes. Relativamente a esta conformidade contabilística tem-se verificado um progressivo aumento do número de municípios que apresentam registos na respetiva conta patrimonial. Em 2018, 246 municípios apresentaram registo de provisões – menos dois municípios que no ano transato. Apesar de não se ter obtido informação que sustente as razões pelas quais os restantes 62 municípios não procederam a este tipo de registo contabilístico, face à variedade de atividades desenvolvidas pelas autarquias, não se pode concluir pela inexistência, neste municípios, de situações que exigissem o registo de possíveis perdas, nomeadamente, dívidas de clientes e utentes, situações de contencioso ou incumprimento de contratos¹⁰¹.

¹⁰¹ Esta falta de zelo ou de preocupação em aplicar a prudência pode estar associada aos seguintes fatores: (i) ser ainda reduzida a preocupação pelo apuramento do resultado económico; (ii) serem reduzidos os valores das dívidas a receber de clientes, uma vez que vários municípios continuam, ainda, a registar a liquidação (direito) de algumas receitas apenas no momento da cobrança; e (iii) uma parte das dívidas a

– Relativamente às Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes verifica-se que em 2018, quatro municípios (Nordeste, Santana, Tábua e Carrazeda de Ansiães) não apresentaram saldo na respetiva conta, no final do ano económico. Entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios a liquidação da receita terá sido registada no momento da cobrança, não obedecendo ao definido no POCAL¹⁰². Contudo, não se possui informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico.

– Em 2018, 17 municípios (mais um que em 2016) continuaram a não apresentar qualquer valor na rubrica referente a existências. Como referido em anuários anteriores, a ausência deste registo contabilístico pode não significar incumprimento das regras

receber referirem-se ao Estado e por isso, de acordo com o POCAL, não deverão ser criadas provisões para dívidas de entidades do Setor Público.

¹⁰² O registo contabilístico do proveito é feito no momento da liquidação, pelo que os valores liquidados e por cobrar no final do ano económico constarão desta rubrica do Balanço e constituirão créditos sobre terceiros.

contabilísticas, mas, apenas, o facto de os serviços produtivos que requerem stocks, terem sido externalizados, ou delegados em empresas municipais. Pela análise das contas verificou-se que dos 17 municípios supra referidos, 6 municípios já tinham apresentado este registo em anos anteriores. Outros quatro não apresentam registos em 2017, tendo-os apresentado em 2016. Três outros municípios que não apresentaram registo de existências até 2016, iniciaram essa contabilização em 2017 e mantiveram-na em 2018.

3.3. Ativo

Face ao quadro apresentado no ponto anterior, entende-se que há condições para reconhecer a fiabilidade dos dados constantes dos balanços municipais e das respetivas demonstrações dos resultados, pelo que se procederá à apresentação e análise agregada dos dados relacionados com o ativo do conjunto dos municípios.

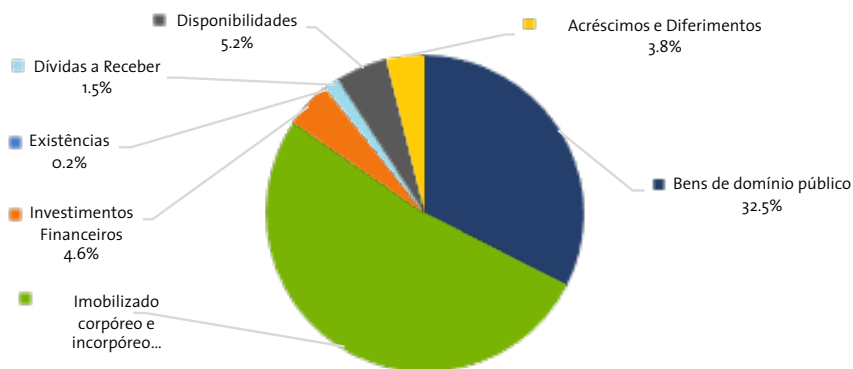
No Quadro 3.02 apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo dos Balanços dos 308 municípios cujos pesos no total do Ativo estão, também, traduzidos no Gráfico 3.01.

Quadro 3.02 – Componentes do Ativo do Balanço

Unidade: milhões euros

Componentes do Ativo	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21	Variação (%)	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	17-18	08-18
Bens de Domínio Público	12 164	12 839	13 613	14 146	13 704	13 719	13 122	13 293	13 081	12 863	12 644	-1,7%	3,9%
Imobilizado incorpóreo	75	76	81	59	61	56	56	84	81	83	78	-6,0%	3,7%
Imobilizado corpóreo	14 856	15 761	16 345	16 368	16 873	17 488	18 061	18 669	19 139	19 431	19 925	2,5%	34,1%
Imobilizado em curso	5 913	6 201	5 958	5 494	5 182	4 873	4 291	3 674	2 804	2 721	2 500	-8,1%	-57,7%
Total do Imobilizado não financeiro	33 008	34 877	35 996	36 067	35 821	36 136	35 529	35 720	35 105	35 098	35 146	0,1%	6,5%
Investimentos Financeiros	1 338	1 419	1 613	1 713	1 708	1 732	1 748	1 871	1 907	1 996	1 919	-3,9%	43,5%
Existências	116	119	120	136	130	110	102	99	101	101	101	-0,2%	-13,1%
Dívidas a receber	1 074	1 083	1 197	1 328	1 238	1 127	858	839	756	662	617	-6,8%	-42,6%
Títulos negociáveis	35	15	14	16	16	9	4	7	10	17	30	78,5%	-15,5%
Depósitos e Caixa	673	584	596	666	761	875	1 021	1 330	1 624	1 917	2 129	11,1%	216,4%
Acréscimos de proveitos	233	309	410	479	567	721	1 056	1 137	1 433	1 423	1 550	8,9%	565,1%
Custos diferidos	198	217	129	105	86	58	62	40	50	55	48	-12,6%	-75,6%
Ativo Total	36 675	38 622	40 075	40 509	40 326	40 768	40 380	41 043	40 987	41 269	41 540	0,7%	13,3%

Gráfico 3.01 – Estrutura do Ativo em 2018



Da observação dos quadro e gráfico anteriores poder-se-á concluir em relação a 2018:

– O valor total do imobilizado não financeiro representou 84,6% do ativo total dos municípios tendo-se verificado um acréscimo (+0,1%, +48M€), reportado, exclusivamente, ao aumento do valor do imobilizado corpóreo que cresceu +2,5% (+494M€), balanceando a descida do valor acumulado em bens de domínio público e em imobilizado em curso, os quais mantiveram um decréscimo, respetivamente, em -219M€ (-1,7%) e -221M€ (-8,1%). Este aumento de valor do imobilizado corpóreo resultou do aumento de investimento 2017/2018, conforme atestado no Capítulo 2 do presente anuário. Com a conclusão das obras de investimento, o valor inscrito em imobilizado em curso transferiu-se para a conta de imobilizado corpóreo¹⁰³.

– O imobilizado corpóreo manteve-se como a componente do imobilizado com maior impacto no total dos ativos municipais, representando 48% do mesmo. O valor dos bens de domínio público representou, neste ano, 30,4% do total do ativo municipal, pese embora se possa considerar que ainda poderão existir ativos do domínio público por avaliar e por considerar no balanço dos municípios, nomeadamente, os respeitantes a imóveis não urbanos.

– Os Depósitos e Caixa representaram 5,1% do ativo total. Da lei-

¹⁰³ Também poderia ir para os “bens de domínio público”, mas esta componente na totalidade baixou de valor.

tura dos Relatórios de Gestão e dos Anexos, não se vislumbrou qualquer razão plausível para que uma percentagem tão relevante do ativo se mantivesse em disponibilidades no final de cada ano económico. Será de referir que estes montantes – excluídos das operações de tesouraria – conformam os saldos de gerência que transitam para cada ano seguinte, possibilitando aos municípios, com a sua inclusão após encerramento das contas¹⁰⁴, aumentar as dotações orçamentais disponíveis¹⁰⁵.

O Gráfico 3.02 mostra a evolução das componentes de Bens de Domínio Público no período entre 2008 e 2018. Pelo seu volume e, ainda, pelo facto de ser o elemento do imobilizado mais difícil de registar contabilisticamente¹⁰⁶, importará desagregar por rubricas, pois tratam-se de bens que, pela sua natureza jurídica, são inalienáveis, até eventual decisão fundamentada de desafetação¹⁰⁷, assunto da competência exclusiva da Assembleia Municipal.

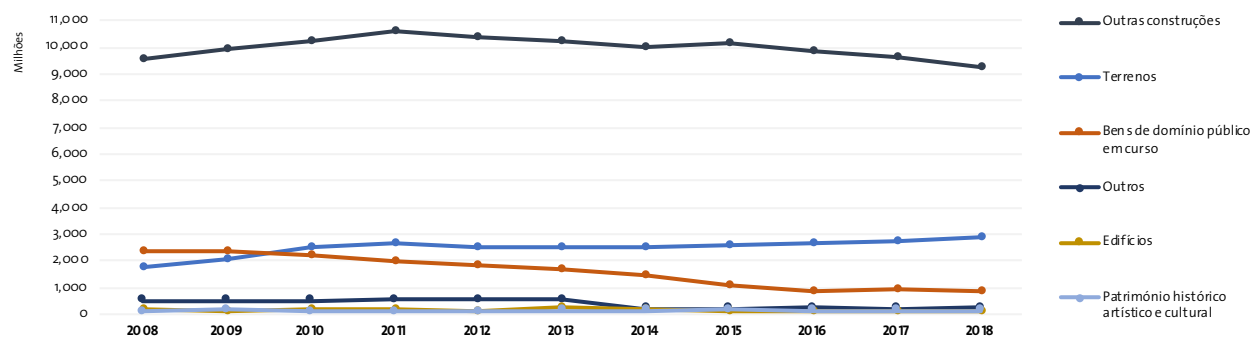
¹⁰⁴ Em março/abril de cada ano.

¹⁰⁵ Poderá ser uma forma, por vezes materialmente relevante, de os municípios inflacionarem as dotações orçamentais utilizando o mecanismo de orçamentos retificativos.

¹⁰⁶ Esta dificuldade deve-se particularmente a questões de valorimetria. Não foi ainda avaliado o grau de aproximação à realidade do valor contabilizado dos bens classificados como de domínio público dos municípios.

¹⁰⁷ Essa deliberação compete à Assembleia Municipal, depois de demonstrado o não interesse público envolvido.

Gráfico 3.02 – Valor das componentes de Bens de Domínio Público



Continuando a análise dos gráficos anteriores com referência a 2018, pode-se concluir:

- A rubrica de **outras construções** continua a ser a componente mais representativa dos bens de domínio público, totalizando 72,9% do valor do imobilizado líquido total de bens do domínio público, apesar do seu volume líquido ter baixado -385,8M€ (-4%).
- O montante considerado para **terrenos, no total de 2 891M€**, fruto da sua sucessiva inventariação, valoração e consequente integração nos registos contabilísticos, a par da inventariação e registo do património artístico e cultural, permitiu que o valor **do conjunto dos bens de domínio público** continuasse a aumentar ao apresentar **uma taxa de crescimento de +5,3% (+145M€)**, em 2018.
- A curva que representa o valor das **obras em curso do domínio público** apresentou um traçado acentuadamente descendente confirmando a diminuição de investimento público até 2016, apresentando em 2017 um ligeiro crescimento líquido, registado patrimonialmente em + 6,4% (+ 56M€). Em 2018, volta a diminuir o volume deste item que compõe o valor dos bens de domínio público, em -7,5% (-69,6M€). No Gráfico 3.03 é apresentada a estrutura do Imobilizado Corpóreo¹⁰⁸ que, em 2018, representou, como já se referiu, 48% do ativo total atingindo o valor de 19.925 M€. A rubrica mais representativa neste elemento do imobilizado é a que se refere ao valor dos edifícios

¹⁰⁸ Inclui, todavia, imóveis que, pela sua funcionalidade, não poderão ser alienados, mas que também não estão classificados como Bens de Domínio Público.

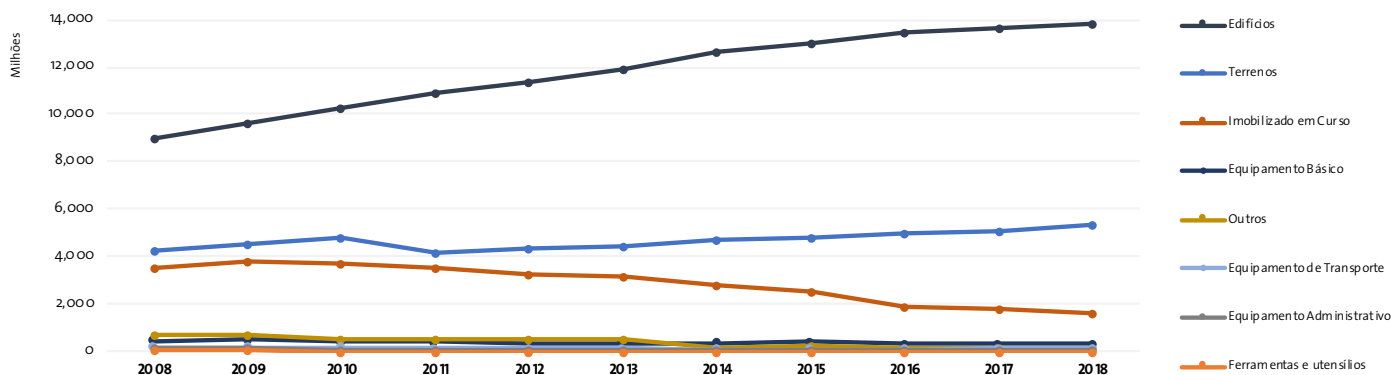
municipais de uso privativo¹⁰⁹. Em 2018 apresentou o montante de 13,8 mil milhões de euros e um acréscimo de +1,4%. O crescimento desta componente, embora muito ligeiro, está em consonância com o acréscimo de investimento verificado no biénio 2017/2018.

O valor dos **terrenos com o peso de 24,9% no total do imobilizado corpóreo**, tem apresentado um valor crescente desde 2012, atingindo o maior montante em 2018, ao registar-se 5,4 mil milhões de euros (+5,4% que no ano transato).

- Quanto ao valor do **imobilizado em curso** relacionado com o **Imobilizado Corpóreo**, apresenta uma curva bastante descendente desde 2009, acentuada em 2016 com um decréscimo de valor de -25,2%, mantendo essa trajetória em 2018 com uma descida de -8,5% (-149,1M€). Todavia, poder-se-á concluir que parte das obras em curso, após o seu término, passaram para as respetivas rubricas do imobilizado, concluindo-se que o investimento, em domínio privado do município, tenha sido preterido em favor do investimento no domínio público, face ao desenho das respetivas curvas de valor.
- As restantes componentes do imobilizado corpóreo (equipamento básico, de transporte e administrativo, ferramentas e utensílios, e outros) apresentaram um valor residual baixo, não influenciando a tendência evolutiva do ativo imobilizado, pelo que se dispensou a sua análise.

¹⁰⁹ Os edifícios municipais que são considerados bens do domínio público, estarão contabilizados na sub rubrica daquela componente do imobilizado.

Gráfico 3.03 – Evolução do valor das componentes do Imobilizado Corpóreo



Continuando com a análise da evolução do valor dos restantes elementos do ativo, observa-se a informação prestada no Quadro 3.03 referente ao valor dos **investimentos financeiros** e à respetiva taxa de variação no período entre 2008 e 2018. Também em relação a esta componente do ativo atentaremos, apenas, nos elementos materialmente mais relevantes.

Os **investimentos financeiros** evoluíram de forma muito variável entre 2008 e 2018. Em 2018 ao contabilizar-se o valor total de **1.919,4M€**, no universo dos 308 municípios, verificou-se uma **diminuição líquida de -77,0M€ (-3,9%)** em relação ao ano anterior.

Quadro 3.03 – Variação das componentes dos investimentos financeiros

Unidade: milhões de euros

Componentes dos investimentos financeiros	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21	Variação (%)	
	2008	2009	2010	2018	17-18	2018	2014	2015	2016	2017	2018	17-18	08-18
Partes de capital	1 021,3	1 083,8	1 256,0	1 334,0	1 326,3	1 350,2	1 235,2	1 191,5	1 217,2	1 293,6	1 308,2	1,1%	28,1%
Obrigações e títulos de participação	26,7	32,8	29,6	25,8	61,2	28,9	177,3	333,6	340,4	328,7	232,5	-29,3%	770,7%
Investimentos em Imóveis	216,7	226,6	258,2	283,7	262,4	298,5	282,3	296,9	300,2	324,9	329,2	1,3%	51,9%
Outras aplicações Financeiras	51,4	53,6	57,9	59,8	48,4	45,5	38,2	37,5	37,5	37,7	37,3	-1,1%	-27,5%
Imobilizações em Curso	16,4	19,3	8,7	9,3	9,3	9,0	13,0	11,8	11,5	11,3	12,0	6,5%	-26,7%
Adiantamentos	5,6	2,9	2,9	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,2	0,2	0,2	0,0%	-95,9%
Total Investimentos Financeiros	1 338,1	1 419,0	1 613,3	1 712,5	1 707,7	1 732,0	1 747,5	1 871,4	1 907,0	1 996,4	1 919,4	-3,9%	43,4%

– Observando o Quadro 3.03 pode-se ainda acrescentar, em relação a 2018, que:

– As participações de capital apresentaram um aumento líquido de +14,6M€ (+1,1%) em relação ao ano anterior e um aumento de +28,1% em relação a 2008;

– O valor dos registos em **obrigações e títulos de participação** apresentou em 2018 um decréscimo de -96,2M€ (-29,3%), passando para terceiro item na escala do peso das diferentes componentes de investimentos financeiros. Só a partir de 2015 adquiriu importância o investimento financeiro em obrigações e títulos de participação, tendo, nesse ano, apresentado aumento de valor 152 municípios, sendo que 121 eles não tinham apresentado qualquer registo em 2014. **Em 2018, 40 municípios mantiveram estável o valor destes ativos, 263 municípios apresentaram decréscimo e 5 registaram aumento;**

– Os investimentos em Imóveis¹¹⁰, ao totalizarem o montante de 329,2M€, apresentaram um aumento de +4,3M€ (+1,3%) em relação a 2017 e uma variação de + 51,9% em relação a 2008.

– Analisando a comparabilidade entre a contabilidade financeira (conta 41 – investimentos financeiros) e a contabilidade orçamental (classificador económico ativos financeiros) apresentam-se duas listagens de municípios que revelam situações opostas quanto à diferença¹¹¹ entre o saldo de investimentos financeiros no balanço e o saldo de ativos financeiros no mapa de execução orçamental da despesa, no final de 2018. Efetivamente, uns demonstram uma diferença positiva e outros uma diferença negativa.

– Nos quadros 3.04.A e 3.04.B, apontam-se os municípios respetivamente com maior e menor diferença positiva entre o Saldo de Investimentos Financeiros e o Saldo de Ativos Financeiros.

¹¹⁰ De salientar que esta conta apenas deve incluir investimentos em edifícios e terrenos destinados a arrendamentos ou venda (no SNC-AP equiparados à conta “propriedades de investimento”). O POCAL refere sobre esta conta que “Engloba as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetadas à atividade operacional da entidade”.

¹¹¹ Estas diferenças referem-se essencialmente a operações associadas a investimentos financeiros que se refletem na contabilidade financeira, mas que não se traduzem em receitas ou despesas e, como tal, não se registam na contabilidade orçamental, como, por exemplo, ajustamentos em participações de capital pelo método de equivalência patrimonial.

– Com maior diferença positiva entre o Saldo de Investimentos Financeiros e o Saldo de Ativos Financeiros, apontam-se os municípios de Alcanena¹¹² (11,2M€), Braga¹¹³ (3,2M€). Alpiarça¹¹⁴ (1,6M€) e Castro Verde¹¹⁵ (1,1M€). As notas de rodapé transcrevem as explicações constantes nos respetivos Relatórios de Gestão (RG).

¹¹² A informação prestada no Relatório de Alcanena foi a seguinte: “Em 2017 verificamos, relativamente ao ano anterior, diminuição do valor do Imobilizado Bruto da Autarquia, no valor de € 5.016.391,11, passando dos € 68.274.188,85 verificados em 2017 para os € 63.257.797,74 verificados em 2018. Esta diminuição foi influenciada principalmente pelos registos contabilísticos efetuados na sequência de participação no capital social da AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, EM., SA, cujo valor do capital social realizado em espécie foi de € 11.471.000,00.”

¹¹³ A informação que consta no Relatório de Braga é a seguinte: “O Ativo Líquido apresenta um valor de 576 milhões de euros no final de 2018. Comparando com o registado no final do exercício anterior (557M€) verificamos que houve um aumento de 19,7 milhões de euros, ou seja, de 4 pontos percentuais. Neste âmbito, realça-se o comportamento do imobilizado que apresenta uma variação positiva de 15,2 milhões de euros, fruto das seguintes ordens de razão: 1) forte investimento executado no decorrer no exercício e preconizado no PPI e melhor evidenciado no ponto anterior deste relatório; 2) contabilização do reconhecimento de imóveis que passaram para a esfera da gestão municipal, designadamente a Estação Central de Camionagem de Braga (2M€), sede da antiga junta de freguesia de Celeirós, pavilhão gimnodesportivo de Mire de Tibães; 3) reconhecimento de imóveis cedidos ao domínio público e privado municipais, por via de processos de loteamento e obras particulares”...

¹¹⁴ O Relatório de Gestão de Alpiarça não apresentou qualquer análise do ativo, pelo que não dispomos de informação sobre as razões desta diferença.

¹¹⁵ No do Relatório de Gestão de Castro Verde referem-se as seguintes razões: “Investimentos Financeiros: Na rubrica de investimentos financeiros entre os anos de 2017 e 2018, verificou-se um aumento substancial do Ativo Líquido no valor de 1.183.069,15€. (...) Conta 411/412 – Partes de Capital – Partes de Capital/Obrigações e títulos de Participação. Verificou-se uma diminuição no valor de 155.885,68€ que se deve à redução no valor de 162.216,99€ da subscrição do capital para o Fundo de Apoio Municipal, ao abrigo do Artigo 303.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de Dezembro, que aprova a Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2018, que estabelece que «nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017 e a um ligeiro aumento no valor de 6.331,31€ que resultou do ajustamento no capital da Resialentejo, E.I.M, e da Esdime, CRL, face aos resultados de 2017, pela aplicação do método da equivalência patrimonial. (...) Conta 414 – Investimentos em Imóveis – Regista um elevado aumento no valor de 1.338.954,83€, resultante da conclusão da inventariação do Património municipal, na consequência da recomendação do Tribunal de Contas, pelo valor líquido de 1.830.088,78€. Contudo, registou-se uma diminuição no valor de 311.649,11€, resultante da alienação de 3 frações do Prédio urbano designado por Bloco Misto.”

Quadro 3.04.A – Municípios com maior diferença positiva entre o Saldo de Investimentos Financeiros e o Saldo de Ativos Financeiros

Unidade: euros

Município		Dim.	Contabilidade financeira - Investimentos financeiros			Contabilidade orçamental - Ativos financeiros			Diferença contab. Financeira e Orçam.
			Saldo inicial	Saldo final (31/12/2018)	Diferença	Novos investimentos	Alienações de investimentos	Diferença	
			(a)	(b)	(c) = (b)-(a)	(d)	(e)	(f) = (d)-(e)	
1	Alcanena	P	769 779	12 057 052	11 287 272	55 090	0	55 090	11 232 183
2	Braga	G	55 139 009	58 497 020	3 358 011	208 687	82 050	126 637	3 231 374
3	Alpiarça	P	3 378 460	5 024 398	1 645 938	33 094	0	33 094	1 612 844
4	Castro Verde	P	4 889 956	6 073 025	1 183 069	48 666	0	48 666	1 134 403
5	Vila Real	M	48 480 974	49 420 649	939 675	144 590	0	144 590	795 086
6	Mogadouro	P	700 460	1 519 900	819 440	74 648	0	74 648	744 792
7	Cantanhede	M	15 348 411	16 214 403	865 991	126 338	0	126 338	739 653
8	Alcochete	P	1 506 125	2 276 932	770 807	57 170	0	57 170	713 637
9	Almada	G	35 557 044	35 320 979	-236 065	468 771	1 375 777	-907 006	670 941
10	Porto de Mós	M	985 330	1 729 961	744 631	87 325	0	87 325	657 306
11	Figueira da Foz	M	8 327 307	9 022 387	695 080	103 535	0	103 535	591 545
12	Vila Flor	P	1 710 484	2 167 159	456 674	47 138	0	47 138	409 537
13	Castelo de Paiva	P	2 834 364	2 955 722	121 358	50 735	300 000	-249 266	370 624
14	Ribeira de Pena	P	3 902 218	4 302 395	400 177	42 083	0	42 083	358 094
15	Boticas	P	3 986 427	4 386 604	400 177	47 723	0	47 723	352 454
16	Vila Pouca de Aguiar	P	4 278 424	4 678 601	400 177	68 785	0	68 785	331 392
17	Valpaços	P	4 393 481	4 793 658	400 177	86 870	0	86 870	313 307
18	Montalegre	P	4 236 288	4 637 265	400 977	87 900	0	87 900	313 077
19	Mangualde	P	2 208 542	2 506 671	298 129	74 972	0	74 972	223 157
20	Sintra	G	84 406 928	85 455 597	1 048 669	838 717	0	838 717	209 953
21	Torres Novas	M	4 743 974	5 054 571	310 597	108 669	0	108 669	201 928
22	Almeirim	M	3 130 916	3 389 882	258 966	67 691	0	67 691	191 275
23	Ourique	P	502 301	716 354	214 052	58 713	0	58 713	155 339
24	Guimarães	G	19 695 019	20 200 272	505 253	388 334	14 686	373 648	131 605
25	Trancoso	P	2 451 795	2 617 503	165 708	61 917	0	61 917	103 791
Total dos 308 municípios			1 996 383 749	1 919 362 933	-77 020 817	41 551 643	4 147 425	37 404 218	-114 425 035

Quadro 3.04.B – Municípios com maior diferença negativa entre o Saldo de Investimentos Financeiros e o Saldo de Ativos Financeiros

Unidade: euros

Município		Dim.	Contabilidade financeira - Investimentos financeiros			Contabilidade orçamental - Ativos financeiros			Diferença contab. Financeira e Orçam. (g) = (c)-(f)
			Saldo inicial (01/01/2018)	Saldo final (31/12/2018)	Diferença	Novos investimentos	Alienações de investimentos	Diferença	
			(a)	(b)	(c) = (b)-(a)	(d)	(e)	(f) = (d)-(e)	
1	Setúbal	G	9 378 983	5 636 156	-3 742 827	310 797	2 463	308 335	-4 051 162
2	Cascais	G	62 492 235	59 194 656	-3 297 579	713 163	0	713 163	-4 010 742
3	Porto	G	126 873 861	123 323 687	-3 550 174	723 119	366 167	356 951	-3 907 126
4	Covilhã	M	74 437 320	70 972 596	-3 464 724	155 247	0	155 247	-3 619 971
5	Resende	P	4 270 878	921 513	-3 349 366	51 984	0	51 984	-3 401 349
6	Vila Nova de Gaia	G	76 926 044	74 889 983	-2 036 061	610 817	0	610 817	-2 646 879
7	Oeiras	G	21 748 669	19 804 191	-1 944 478	581 844	8 250	573 594	-2 518 072
8	Loures	G	21 613 493	19 848 498	-1 764 995	468 953	0	468 953	-2 233 948
9	Felgueiras	M	6 347 364	4 269 452	-2 077 911	130 208	0	130 208	-2 208 119
10	Vila Real de Sto. António	P	45 577 925	43 518 041	-2 059 883	145 931	0	145 931	-2 205 815
11	Penafiel	M	12 211 204	10 356 659	-1 854 545	232 184	0	232 184	-2 086 729
12	Loulé	M	8 127 834	6 604 786	-1 523 049	456 914	0	456 914	-1 979 963
13	Coimbra	G	54 854 336	53 086 457	-1 767 880	495 905	294 422	201 484	-1 969 363
14	Castelo Branco	M	55 653 247	54 091 019	-1 562 228	307 413	0	307 413	-1 869 642
15	Seixal	G	10 466 609	9 066 416	-1 400 194	388 088	0	388 088	-1 788 282
16	Matosinhos	G	5 443 642	4 094 144	-1 349 498	404 849	0	404 849	-1 754 346
17	Leiria	G	19 618 055	18 264 120	-1 353 935	355 985	0	355 985	-1 709 921
18	Amadora	G	11 588 373	10 290 203	-1 298 170	389 451	0	389 451	-1 687 621
19	Odivelas	G	4 801 715	3 534 864	-1 266 850	329 793	0	329 793	-1 596 643
20	Carrizada de Ansiães	P	2 934 243	1 393 611	-1 540 632	49 168	0	49 168	-1 589 800
21	Alenquer	M	9 489 269	8 090 213	-1 399 056	113 437	0	113 437	-1 512 493
22	Vila Franca de Xira	G	5 595 952	4 565 619	-1 030 333	309 099	0	309 099	-1 339 432
23	Santa Maria da Feira	G	5 693 574	4 666 365	-1 027 208	308 807	0	308 807	-1 336 016
24	Albufeira	M	4 622 943	3 640 052	-982 891	294 867	0	294 867	-1 277 758
25	Barcelos	G	4 643 438	3 702 116	-941 323	282 397	0	282 397	-1 223 719

– Com maiores diferenças negativas entre o Saldo de Investimentos Financeiros e o Saldo de Ativos Financeiros, apontam-se os municípios de Setúbal¹¹⁶ (-4,1M€), Cascais¹¹⁷ (-4M€), Porto¹¹⁸ (-3,9M€), Covilhã¹¹⁹ (-3,6M€) e Resende¹²⁰ (-3,4M€). As notas de rodapé transcrevem as explicações constantes nos respetivos Relatórios de Gestão (RG).

No Quadro 3.05 apresenta-se a composição das **dívidas a receber** desagregadas pelos seus diferentes elementos.

– Em 2018, o valor das dívidas a receber no total de 616,9M€ traduziram um decréscimo deste ativo de -45,3M€ (-6,8%), que significará uma melhor performance dos municípios na cobrança dos seus créditos sobre terceiros.

– Entre 2008 e 2018 foi variável a evolução do valor global das dívidas a receber verificando-se um acréscimo de valor de +11% em 2011 e uma descida acentuada do valor deste agregado do ativo a partir desse ano até ao económico em apreço. Mais se anota que esta descida se registou em -711M€ (-53,5%).

¹¹⁶ No Relatório de Gestão de Setúbal é apresentada a seguinte justificação: “Em termos comparativos com o ano anterior, verificou-se decréscimo de 42%, como resultado de regularização de participações no capital de várias entidades, extintas ou em processos de dissolução e liquidação, nomeadamente, a Associação Parque Santiago, a Sociedade Industrial de Carnes da Arrábida, S.A., a CDR – Cooperação e Desenvolvimento Regional E.I.M. e a SetúbalPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, S.A. A redução de ativos “Obrigações e Títulos de Participação”, decorre do estipulado no Artigo 303.º, da Lei do Orçamento de Estado de 2018, possibilitando reduzir o valor das prestações anuais a realizar em 2018, 2019, 2020 e 2021, em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente”.

¹¹⁷ O Relatório de Gestão do município de Cascais não menciona os investimentos financeiros. De referir que o município de Cascais foi o único que apresentou as contas apenas pelo SNC-AP. No entanto, nas notas ao Balanço e DR consta o seguinte que justificará, em parte, as diferenças apresentadas: “Erros materiais de períodos de anteriores. Em 31 de dezembro de 2017 uma das empresas municipais apresentava saldos não realizáveis com o município no montante de cerca de € 9.833.667, cujo impacto negativo não se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2017. Em 2018 foi efetuada a correção do erro detetado, tendo sido reforçadas as perdas por imparidade acumuladas em investimentos financeiros por débito da conta 56 – Resultados Transitados.

¹¹⁸ No Relatório de Gestão do município do Porto não são analisados os movimentos em Investimentos Financeiros. Consta, contudo, nas Notas ao Balanço e DR do Município do Porto, o seguinte, no ponto 8.2.7. (...) “No que respeita às obrigações e títulos de participação incluídas na rubrica de investimentos financeiros, as mesmas sofreram uma redução decorrente da aplicação da Lei do Orçamento do Estado para 2018, que procedeu à alteração do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico de recuperação financeira municipal e regulamentou o Fundo de Apoio Municipal (FAM), resultando numa diminuição deste fundo de 2.398.396 euros para o Município do Porto”.

¹¹⁹ O Relatório de Gestão da Covilhã não apresenta análise do ativo. Por outro lado, nas notas ao Balanço e da DR também não se apresenta qualquer explicação para as diferenças em apreço.

¹²⁰ No Relatório de Gestão de Resende pode-se ler em relação ao quadro onde se apresentam as variações dos investimentos financeiros: “Da análise do quadro importa registar que em 2018 se verificou uma diminuição significativa na rubrica Investimentos Financeiros relativamente a 2017; tal deve-se à dissolução e liquidação da empresa municipal Companhia das Águas das Caldas de Aregos, EM, SA, tendo os seus ativos, nomeadamente imóveis e móveis, sido já contabilizados nas respetivas contas de imobilizado do município.

Quadro 3.05 – Composição das Dívidas a Receber

Unidade: milhões de euros

Dívidas a Receber	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21	Varia. (%)
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	17-18
Dívidas a receber M/L prazo	96,0	91,5	86,3	130,2	129,0	123,1	99,2	97,5	66,7	86,8	76,1	-12,3%
Empréstimos concedidos (curto p.)	6,6	7,5	7,3	6,2	5,5	6,2	4,5	9,4	7,4	3,0	2,0	-33,3%
Clientes contribuintes e utentes (c.p.)	178,6	171,9	217,8	231,2	234,1	235,6	225,1	239,8	255,2	215,3	183,8	-14,6%
Estado e outros entes públicos (c.p.)	18,1	18,9	22,6	28,7	26,3	28,7	29,2	30,4	31,0	25,7	30,0	16,7%
Administração Autárquica (c.p.)	63,8	83,2	85,1	66,4	35,7	59,7	9,3	12,1	10,6	7,4	7,5	2,3%
Adiantamentos (c.p.)	11,0	8,4	10,7	12,4	10,9	8,7	8,5	9,8	9,4	9,0	9,9	9,7%
Outros devedores (c.p.)	683,5	701,6	766,8	850,7	796,0	665,2	482,5	440,0	376,3	315,0	307,5	-2,4%
Outros (c.p.)	15,9	0,0	0,0	2,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--
Total de dívidas a receber em 31/12	1 073,5	1 083,0	1 196,6	1 327,9	1 237,8	1 127,2	858,2	839,0	756,5	662,1	616,9	-6,8%

Da observação do Quadro 3.05 ainda se deverá anotar, em relação a 2018:

- As componentes mais representativas das dívidas a receber continuaram a ser: outros devedores de curto prazo¹²¹ em relação aos quais o universo dos municípios apresentou o valor de 307,5M€ (49,9% dos créditos); clientes, contribuintes e utentes¹²² com o total de 183,8M€ (29,8% dos créditos sobre terceiros) e dívidas a receber de MLP no valor de 76,1M€ (12,3% dos créditos totais);
- Verificou-se que 194 municípios apresentaram valores inscritos em clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa¹²³ no total de 21,3M€. Estes valores muito provavelmente implicarão

¹²¹ A existência de registo de valores significativamente elevados em outros devedores de curto prazo (rubrica supostamente residual) terá que ser uma situação a contrariar de futuro, pois não permite avaliar a relevância substantiva destes créditos sobre terceiros, cujo peso relativo tem sido o mais elevado na estrutura das dívidas a receber. Anota-se que esta rubrica poderá incluir, ainda, valores de operações de tesouraria por contrapartida de valores inscritos no passivo.

¹²² Dispõe o POCAL que estes créditos, com um período de mora superior a seis meses, deverão originar uma provisão de 50%, e os que apresentarem uma mora igual ou superior a um ano deverão originar uma provisão de 100%.

¹²³ São ainda muitos os municípios que inscrevem valores nesta rubrica, traduzindo simultaneamente dificuldades económicas da economia local, como alguma dificuldade dos municípios em atempadamente porem em execução mecanismos de cobrança coerciva que lhes permitem cobrar os seus créditos.

provisões adicionais ou se transformarão em valores incobráveis, fazendo baixar o valor patrimonial de cada um destes municípios;

- A **dívida do Estado** aos municípios refletirá, essencialmente, o montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios e cuja entrega aos mesmos só se concretizará no ano económico seguinte. Incluirá, também, pagamentos já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios. Poderá estar ainda refletido nesta rubrica, eventual IVA a recuperar pelos municípios com serviços municipais integridos. Não foi possível discriminar a origem destes créditos detidos pelas autarquias, sendo que o seu valor total foi de 30M€, demonstrando um acréscimo de +16,7% (+4,3M€) no ano económico em análise. Tratam-se de verbas em relação às quais os municípios se vêm privados de aplicar no pagamento dos seus encargos;
- Os créditos sobre terceiros denominados dívida da Administração Autárquica apresentaram um ligeiro aumento de +2,3%, ao apresentarem o total de 7,5M€, mais 0,2M€ que em 2017. Embora as dívidas a receber representassem em 2018, apenas 1,5% do ativo total, podem traduzir um valor relevante no ativo circulante, pelo que se apresentam no Quadro 3.06, os municípios com maior montante de dívidas a receber em 2018, diferenciando-se os créditos de curto prazo dos créditos de médio e longo prazo.

Quadro 3.06 – Municípios com maior volume de Dívidas a Receber em 2018

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Dívidas a receber				
			Médio e Longo prazo	Curto prazo	Total em 2018	Total de 2017	Varição 2017-2018
1	Lisboa	G	29 608 724	50 101 523	79 710 247	106 672 849	-26 962 602
2	Setúbal	G	0	34 749 856	34 749 856	41 975 868	-7 226 011
3	Coimbra	G	4 425 803	17 758 095	22 183 898	21 366 701	817 197
4	Matosinhos	G	16 214	16 733 360	16 749 574	20 770 948	-4 021 374
5	Vila Nova de Gaia	G	7 471 324	8 757 523	16 228 847	21 313 259	-5 084 412
6	Sesimbra	M	0	16 128 502	16 128 502	20 056 116	-3 927 614
7	Barcelos	G	10 793 278	3 723 772	14 517 050	16 800 450	-2 283 400
8	Cartaxo	M	0	13 438 023	13 438 023	13 441 929	-3 906
9	Braga	G	0	13 005 809	13 005 809	10 685 201	2 320 608
10	Funchal	G	0	12 122 688	12 122 688	14 055 251	-1 932 563
11	Santo Tirso	M	0	12 095 199	12 095 199	12 296 806	-201 607
12	Vila Franca de Xira	G	0	9 111 128	9 111 128	7 282 879	1 828 249
13	Portimão	M	4 299 831	4 361 431	8 661 262	6 254 949	2 406 313
14	Guimarães	G	0	8 105 993	8 105 993	5 217 399	2 888 594
15	Angra do Heroísmo	M	6 652 607	986 713	7 639 320	8 373 295	-733 975
16	Mealhada	P	0	7 494 114	7 494 114	6 066 793	1 427 321
17	Alcácer do Sal	P	0	7 165 952	7 165 952	6 415 251	750 701
18	Fundão	M	0	7 040 733	7 040 733	8 392 567	-1 351 835
19	Albufeira	M	0	6 795 309	6 795 309	6 723 616	71 693
20	Porto	G	0	6 070 841	6 070 841	6 537 454	-466 613
21	Aveiro	M	0	6 017 745	6 017 745	8 381 829	-2 364 084
22	Seixal	G	0	6 011 736	6 011 736	6 012 224	-488
23	Lagos	M	0	5 793 186	5 793 186	1 825 339	3 967 847
24	Gondomar	G	2 984 116	2 715 233	5 699 349	5 350 741	348 607
25	Amadora	G	0	5 673 569	5 673 569	5 550 440	123 129
26	Vieira do Minho	P	0	5 601 855	5 601 855	4 175 856	1 425 999
27	Guarda	M	0	5 217 674	5 217 674	1 930 491	3 287 183
28	Santarém	M	0	5 120 328	5 120 328	7 860 535	-2 740 207
29	Cascais	G	0	5 027 171	5 027 171	5 545 110	-517 939
30	Ílhavo	M	0	4 693 321	4 693 321	3 644 300	1 049 021
31	Portalegre	M	2 402 420	2 110 180	4 512 600	5 841 974	-1 329 374
32	Almada	G	2 583 931	1 917 346	4 501 276	6 978 791	-2 477 515
33	Vila Real de Santo António	P	0	4 458 213	4 458 213	10 393 905	-5 935 692
34	Loures	G	0	4 204 489	4 204 489	6 648 604	-2 444 115
35	Maia	G	0	4 091 361	4 091 361	1 460 532	2 630 829
Total 308 Municípios			76 102 150	540 766 710	616 868 860	662 120 952	-45 252 092

– Verifica-se que o município de **Lisboa** em 2018 contribui para 12,9% do total dos créditos a receber pelo setor autárquico, tendo 62,9% das suas **dívidas a receber sido créditos de curto prazo** e apresentado uma diminuição de créditos sobre terceiros de -27M€ (-25,3%).

– O município de **Setúbal** continua a apresentar-se como o segundo município com maior volume de créditos sobre terceiros, apresentando um valor constituído exclusivamente por dívidas a receber de curto prazo, que totalizaram o montante de 34,7M€, traduzindo um decréscimo de -17,2% (-7,2M€).

– **Coimbra** aparece como terceiro município com mais elevado crédito sobre terceiros ao contabilizar um total de 22,2M€ (+3,8% que em 2017), sendo 80% dos mesmos constituído por créditos de curto prazo.

No Quadro 3.07 listam-se os municípios que apresentaram, em 2018, valores na conta de **empréstimos de curto prazo concedidos a terceiros**, mantendo-se a informação sobre esses mesmos municípios relativa a anos anteriores. Não sendo possível identificar quais as entidades de destino destes empréstimos, fica apenas o elenco dos **36 municípios que apresentaram este tipo de ativo em 2018**.

Anota-se que há um município que pela primeira vez, nestes últimos dez anos, apresentou saldo nesta conta do ativo: o município de Sátão.

As disponibilidades¹²⁴ representam o total dos valores de saldos em caixa, depósitos em instituições financeiras e aplicações em títulos negociáveis. No Quadro 3.08 apresenta-se a composição das disponibilidades¹²⁵ agrupadas por anos de mandato e a variação em 2018, relativamente ao ano anterior. Verifica-se que os depósitos em instituições financeiras e caixa, aumentaram

+11,1% em relação a 2017 totalizando no final do ano económico 2 129,1M€, representando 98,6% do total das disponibilidades.

¹²⁴ Estando incluído no valor de depósitos em instituições financeiras e caixa, montantes relativos a meras operações de tesouraria, procedeu-se, com vista a uma informação mais objetiva sobre as reais disponibilidades dos municípios, à dedução do montante global contabilizado em cauções de fornecedores, clientes e do saldo de operações de tesouraria.

¹²⁵ Os dados foram obtidos através do cruzamento da informação dos Mapas de Fluxos de Caixa com a dos de Operações de Tesouraria, expurgando os saldos destas últimas do saldo de fluxos de caixa.

Quadro 3.07 – Municípios com dívidas a receber relativas a empréstimos concedidos a terceiros

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Coimbra	G	2 187 801	2 171 736	1 555 210	1 567 145	1 571 069	1 494 040	1 478 987	1 501 229	1 227 597	1 292 595	850 146
2	Mondim de Basto	P	0	0	0	0	0	0	0	0	340 000	0	340 000
3	Viseu	M	0	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888	268 888
4	Almeida	P	0	0	0	1 640	1 640	1 640	1 640	413	0	64 000	64 000
5	Ferreira do Alentejo	P	0	0	0	0	65 948	65 948	65 948	65 948	63 212	63 212	63 212
6	Maia	G	23 008	39 470	78 809	81 255	71 969	68 870	82 153	76 566	71 419	68 089	60 806
7	Aveiro	M	0	0	0	0	0	450 374	0	0	224 719	223 426	56 426
8	Rio Maior	M	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775	54 775
9	Melgaço	P	0	17 023	22 931	26 213	45 520	38 986	48 722	48 497	45 606	45 908	39 530
10	Guimarães	G	0	0	0	0	0	0	43 050	77 130	69 128	51 601	36 915
11	Portimão	M	0	0	0	0	0	610 159	542 047	5 725 218	4 482 907	373 146	23 384
12	Ponte de Lima	M	0	0	14 745	18 436	15 119	48 361	53 307	48 202	39 912	29 844	23 206
13	Batalha	P	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500
14	Mértola	P	69 437	53 784	39 778	30 086	26 470	21 262	19 862	18 662	17 362	15 712	13 932
15	Moura	P	40 091	29 711	22 603	19 117	16 957	16 769	20 600	20 600	15 647	13 797	12 597
16	Vila Nova de Ceveira	P	0	0	0	0	0	0	9 636	13 197	11 300	8 794	8 794
17	Penedono	P	0	0	0	0	10 700	19 632	24 132	22 127	7 154	13 955	7 895
18	Sesimbra	M	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634	7 634
19	Alvito	P	0	0	0	0	9 000	8 375	7 625	7 625	7 625	7 625	7 625
20	Sátão	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6 600
21	Oliveira de Azeméis	M	0	0	0	0	13 427	10 547	15 233	14 602	14 602	9 223	5 897
22	São João da Pesqueira	P	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 944	5 638
23	Sines	P	0	0	0	0	0	10 342	8 604	8 190	7 757	6 361	4 457
24	Montemor-o-Novo	P	38 520	37 817	31 595	25 647	23 897	15 764	19 536	18 697	16 742	5 652	4 014
25	Vouzela	P	0	0	0	0	0	0	0	7 282	1 423	2 914	3 748
26	Campo Maior	P	0	3 200	2 244	1 628	8 574	8 354	5 949	3 680	3 680	3 680	3 680
27	Aljustrel	P	9 345	7 267	8 415	6 104	5 317	4 576	3 949	3 265	2 980	2 980	2 980
28	Valença	P	0	0	0	0	0	5 128	9 541	8 074	4 913	4 621	2 966
29	Elvas	M	0	0	0	0	0	8 400	9 992	11 862	5 933	4 133	2 633
30	F. Castelo Rodrigo	P	10 610	18 181	23 730	20 402	22 682	11 442	4 209	1 838	1 358	1 358	1 291
31	Oliveira do Bairro	M	9 000	7 732	6 259	4 786	9 407	7 235	4 524	3 580	2 145	1 201	1 201
32	Vendas Novas	P	12 235	10 419	15 315	12 832	9 302	5 960	4 160	710	710	710	710
33	Guarda	M	0	7 000	5 978	10 203	8 151	6 951	3 277	2 077	877	1 589	589
34	Coruche	P	5 127	12 371	9 827	8 044	4 735	2 893	1 351	476	476	326	326
35	Beja	M	109	2 041	1 804	1 677	4 001	3 413	2 795	2 795	1 229	662	284
36	Lagos	M	727	727	727	727	727	727	165	165	165	165	165
Total 308 Municípios			6 628 958	7 485 843	7 290 650	6 217 581	5 513 164	6 532 276	4 494 492	9 399 258	7 400 305	3 007 068	2 004 443

Quadro 3.08 – Disponibilidades e disponibilidades reais

Unidade: milhões de euros

Depósitos e Caixa	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21	Var. (%) 17-18
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Depósitos em instituições financeiras e caixa	673,2	583,7	595,9	666,0	761,2	874,7	1 021,3	1 329,9	1 609,3	1 916,7	2 129,1	11,1%
Títulos negociáveis	34,5	14,8	13,7	15,6	15,7	9,3	4,4	6,7	15,1	16,6	29,6	78,5%
(1) Total de disponibilidades	707,7	598,5	609,5	681,6	777,0	884,0	1 025,7	1 336,6	1 624,4	1 933,3	2 158,7	11,7%
(2) Operações de Tesouraria	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1	6,5%
(3=1-2) Total disponibilidades reais	577,2	444,0	440,4	502,2	596,1	697,0	836,2	1 147,2	1 432,6	1 727,6	1 939,6	12,3%

3.4. Fundos Próprios (Património Líquido) e Proveitos diferidos

No Quadro 3.09 apresenta-se o valor global dos Fundos Próprios considerando o universo dos municípios. Os Fundos Próprios¹²⁶, sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, representam o património líquido do sector autárquico.

¹²⁶ O POCAL regista os Proveitos diferidos no Passivo (na conta «2745 – Proveitos diferidos, subsídios para investimentos»), mas como, na realidade não se trata de uma dívida a pagar, incluímos esse valor, separadamente, nestes quadros.

Quadro 3.09 – Composição dos Fundos Próprios – Património Líquido

Unidade: milhões de euros

Fundos próprios	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21	Var. (%) 17-18
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Fundo Patrimonial	20 173,5	20 704,0	21 576,6	21 392,4	21 636,4	22 073,4	22 331,2	22 650,4	22 912,6	23 074,2	23 399,8	1,4%
Reserva*	1 122,5	1 205,1	1 348,6	1 446,6	1 626,7	1 780,1	1 815,8	1 963,0	1 994,5	2 289,7	2 530,1	10,5%
Doações	475,1	526,9	583,8	610,6	483,7	528,0	571,6	650,2	728,4	744,6	801,4	7,6%
Subsídios + cedências + outros	563,5	754,5	194,2	229,3	139,7	139,6	194,8	275,6	296,1	311,6	170,6	-45,3%
Resultados transitados	1 714,1	1 534,6	1 501,7	1 360,3	1 019,5	1 312,9	977,8	946,2	1 368,0	1 605,4	1 869,0	16,4%
Resultados do exercício	303,0	-226,2	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	472,6	3,3%
Total dos Fundos Próprios	24 351,8	24 499,0	25 306,9	25 182,6	25 491,0	25 904,5	26 049,3	27 106,7	27 714,2	28 483,0	29 243,4	2,7%
Proveitos diferidos	4 440,0	4 871,0	5 299,7	6 049,8	6 575,3	6 795,5	6 854,8	6 900,3	6 725,8	6 610,7	6 553,1	-0,9%
Total Fundos Próprios e Proveitos diferidos	28 791,8	29 369,9	30 606,6	31 232,4	32 066,3	32 700,0	32 904,1	34 006,9	34 440,0	35 093,7	35 796,6	2,0%
Peso sobre o ativo líquido total	78,5%	76,0%	76,4%	77,1%	79,5%	80,2%	81,5%	82,9%	84,0%	85,0%	86,2%	1,3%

* Inclui todas as reservas: de reavaliação, legais, estatutárias, livres e decorrentes da transferência de ativos. As reservas de reavaliação resultariam da atualização do valor de aquisição e das respetivas amortizações acumuladas, dos ativos imobilizados (com exceção dos Investimentos Financeiros, pois neste caso seriam «ajustamentos» positivos). O POCAL, contudo, condiciona as reavaliações à promulgação de leis próprias para o efeito (o que contraria, em parte, as atuais tendências da contabilidade para substituir o princípio do custo histórico pelo designado justo valor ou valor de mercado). O impedimento legal dos municípios procederem a reavaliações de uma forma livre, tem como objetivo limitar eventuais sobreavaliações do Ativo, fazendo prevalecer o princípio da prudência. No entanto, uma vez que o CIBE, para efeitos de elaboração do primeiro inventário preparado pelas regras daquele diploma, permite reavaliar bens cujo valor atual é significativamente superior ao valor histórico, tais reservas podem existir nos balanços dos municípios.

Da análise do quadro antecedente relevam-se as seguintes observações, em relação às diferentes **componentes dos Fundos Próprios**:

– No final de 2018 o total do fundo patrimonial era 23,4 mil milhões de euros representando uma taxa de crescimento de 1,4% face a 2017, tendo contribuído para esta situação 127 municípios que apresentaram aumento de valor nesta conta, a qual se deveria apresentar estável desde o primeiro ano de implementação do POCAL. O aumento constatado ao longo dos anos traduzirá o progressivo registo contabilístico de ativos que não foram valorizados e registados contabilisticamente, conforme exigido, no primeiro ano de implementação do POCAL;

– Quanto aos resultados líquidos do exercício verifica-se que apresentaram grande crescimento no biénio 2014/2015, seguido de uma diminuição -33,3% (-206,6M€) em 2016. Em 2017, os resultados líquidos, considerando o universo dos municípios, voltaram a crescer +10,3%, ao totalizar 457,5M€, mantendo-se o crescimen-

to em 2018, se bem que a uma taxa de apenas +3,3%, ao atingir o valor global, para o setor autárquico, de 472,6M€. Contudo, 121 municípios apresentaram resultados líquidos negativos destacando-se, por apresentarem montantes negativos superiores a quatro milhões de euros: Tavira (-9,71M€), Oleiros (-8,41M€), Lamego (-6,32M€), Moura (-4,93M€), Mafra (-4,78M€) e Elvas (-4,42M€);

– Os subsídios e cedências registadas em Fundos Próprios referem-se, em geral, a subsídios destinados a investimentos em bens não amortizáveis (por exemplo, terrenos). O valor acumulado em 2018 foi de 170,6M€, representando uma forte diminuição traduzida pela taxa de -45,3% (-141M€). Da análise das demonstrações financeiras verificou-se que 136 municípios reconheceram valores nestas contas, tendo 24 aumentado o montante líquido desta componente de Fundos Próprios;

– O valor em doações recebidas aumentou de volume líquido nos últimos anos. Em 2018 o montante acumulado de 801,4M€ repre-

sentou um acréscimo de +7,6% (+56,8M€) em relação ao ano anterior. Apresentaram registo nesta rubrica patrimonial 225 municípios;

- Relativamente às reservas constatou-se que em 2018 o montante contabilizado de 2.530,1M€ traduziu um acréscimo de +10,5% (+240,4M€)¹²⁷ e representou 8,7% do total de Fundos Próprios. Contribuíram para o aumento deste item, 156 municípios¹²⁸.
- Os resultados transitados, em 2018, apresentaram o valor de 1.869,0M€, representando 6,4% dos Fundos Próprios e um aumento de +16,4% (+263,57M€) em relação ao ano anterior;
- Os proveitos diferidos compreendem as receitas que devem ser reconhecidas como proveitos em diversos exercícios seguintes, de acordo com o princípio do acréscimo (ou da especialização dos exercícios). Esta conta, pelo volume de transferências destinadas a investimentos (ou subsídios para investimentos) amortizáveis, assumiu valores relevantes e sempre crescentes entre 2006 e 2015, diminuindo no biénio 2016/2017 ao refletir um aumento de depreciações do exercício relacionadas com investimentos financiados externamente, em detrimento de novos financiamentos. Em 2018, o valor acumulado de proveitos diferidos continuou a baixar, embora a um ritmo mais lento (-0,9%, -57,6M€) atingindo o volume líquido 6.553,1M€. Todavia, pelo seu próprio significado, os proveitos diferidos, não constituirão uma verdadeira conta de passivo, embora se encontre registada nesta parte do balanço, por imposição de regras de normalização contabilística¹²⁹. Dever-se-á ler o valor desta rubrica como o montante de transferências/subsídios obtidos, a aplicar ou aplicados em investimentos ainda não amortizados na totalidade.

¹²⁷ Mantemos, no entanto, a opinião que o tratamento mais correto seria registar esta “retificação” do valor contabilístico dos ativos, na conta Resultados Transitados.

¹²⁸ Vinte e um municípios não apresentam valor em reservas.

¹²⁹ O SNC regista todos os subsídios destinados a investimentos na classe 5 e não em Passivos. Este procedimento vai também refletir-se no novo normativo contabilístico público recentemente aprovado, SNC-AP, por ser uma recomendação das Normas Internacionais de Contabilidade Pública.

3.5. Passivo

3.5.1. Composição, estrutura e variação do passivo

No presente anuário continuaremos a dividir o Passivo em três grandes componentes:

- Passivo exigível, ou seja, as dívidas a pagar;
- Passivo eventualmente exigível, que inclui os «Acréscimos de Custos» e as «Provisões para riscos e encargos»;
- Passivo eventualmente não exigível refletido na conta «Proveitos Diferidos».

Quando se comenta o passivo de qualquer empresa ou entidade, refere-se as dívidas para com terceiros, excluindo-se o passivo eventualmente exigível (nomeadamente os acréscimos de custos e provisões) e o passivo eventualmente não exigível (nomeadamente os proveitos diferidos). Incluir estas duas últimas componentes poderá conduzir a análises financeiras distorcidas, no sector público autárquico.

Assim, neste capítulo, o total da dívida que importará analisar será a que constituiu passivo exigível, pelo que não serão objeto de análise pormenorizada o valor contabilístico inscrito em provisões para riscos e encargos, que traduzem responsabilidades contingentes e, por isso, incertas de concretização, bem como os acréscimos de custos e os proveitos diferidos¹³⁰.

3.5.2. Passivo exigível

Os Quadros 3.10 e 3.11.A e 3.11.B mostram o valor das diferentes componentes do passivo no período de 2008/2018, bem como as correspondentes variações anuais.

¹³⁰ Estes não representam qualquer encargo para com terceiros.

Quadro 3.10 – Componentes do Passivo Exigível

Unidade: milhões de euros

Passivo	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 18-21
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	4 039,3	4 498,0	4 425,0	4 303,5	3 991,4	4 018,2	3 823,1	3 426,6	3 051,4	2 916,2	2 753,3
Fornecedores e outros credores	648,2	657,8	695,6	693,5	379,3	467,8	578,8	703,0	647,8	512,3	335,7
Total de Dívidas a Médio e Longo Prazo*	4 687,5	5 155,8	5 120,6	4 997,1	4 370,7	4 485,9	4 401,9	4 129,5	3 699,2	3 428,5	3 089,0
Dívidas a Curto Prazo**	2 306,2	2 709,8	2 985,9	3 010,0	2 540,8	2 049,5	1 642,5	1 464,8	1 233,2	1 063,3	934,6
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	132,4	172,7	187,8	237,9	178,2	241,3	256,3	290,8	361,1	323,8	271,5
Fornecedores e outros credores	2 173,9	2 537,0	2 798,1	2 772,2	2 362,6	1 808,2	1 386,2	1 174,0	872,0	739,5	663,1
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orçamental***	130,5	154,5	169,2	179,3	180,8	187,0	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1
Total das Dívidas a Curto Prazo	2 436,8	2 864,3	3 155,1	3 189,4	2 721,7	2 236,5	1 832,0	1 654,1	1 425,0	1 269,0	1 153,7
Passivo exigível	7 124,3	8 020,1	8 275,7	8 186,4	7 092,4	6 722,4	6 233,9	5 783,7	5 124,2	4 697,5	4 242,7

* Refere-se à totalidade do stock da dívida bancária e dos contratos de locação financeira, bem como outras dívidas a terceiros de médio prazo, ainda existentes. Todos os empréstimos estão abrangidos por este cálculo, incluindo aqueles que foram objeto de exceção para efeitos de cálculo do anterior limite de endividamento e as dívidas dos municípios às empresas concessionárias de serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão.

** Os valores apresentados neste quadro não coincidem com os montantes apresentados no Capítulo 2 deste anuário (ponto 2.3.2) para compromissos do exercício por pagar. Anota-se que dos valores apresentados no Capítulo 2, em compromissos por pagar, poderão constar montantes de encargos assumidos e não concretizados, mas que não foram objeto de anulação em sede de encerramento de contas. Foi chamada a atenção para este facto no ponto 2.3.4, relativo à análise da despesa.

*** Os montantes inscritos nestas linhas são os saldos de operações de tesouraria apresentados no mapa de fluxos de caixa. Com a informação recolhida para a realização deste anuário, não foi possível identificar que valores das contas «24 – Estado e outros entes públicos» e «26 – Outros devedores e credores» do balanço, se referem a dívida de natureza não orçamental. Assim, apenas se isolou do total do Passivo de curto prazo os montantes inscritos em operações de tesouraria, admitindo que existirão mais valores para além destes que também se referem a dívida não orçamental, como por exemplo o valor do IVA a entregar ao Estado, nos casos aplicáveis.

Quadro 3.11.A – Variação em valor absoluto das Componentes do Passivo Exigível

Unidade: milhões de euros

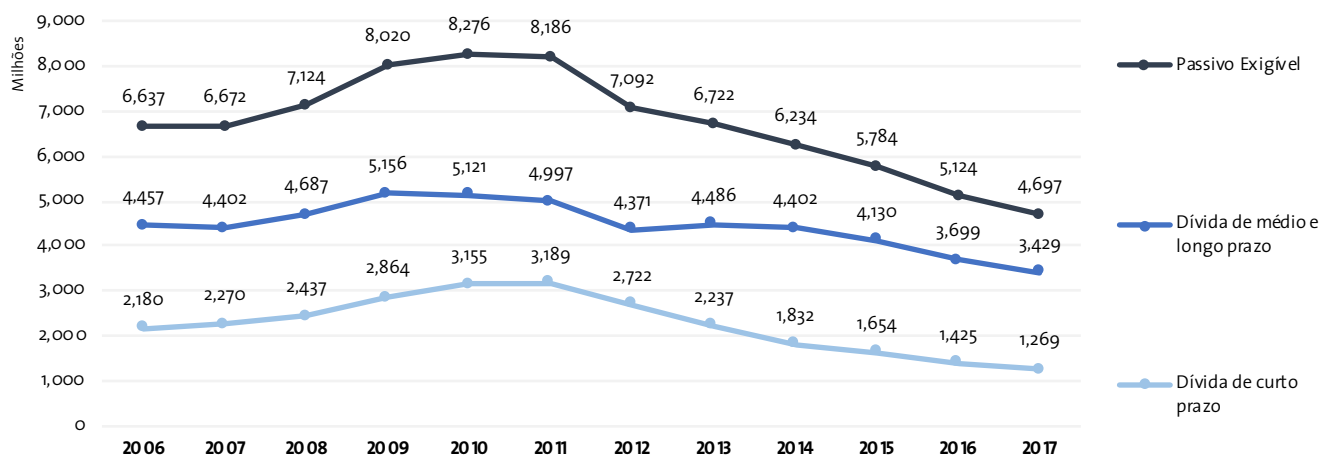
Passivo	Variação em M€									
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	458,7	-73,0	-121,5	-312,2	26,8	-195,1	-396,5	-375,1	-135,3	-162,9
Fornecedores e outros credores	9,6	37,8	-2,1	-314,2	88,5	111,1	124,1	-55,2	-135,4	-176,6
Total de Dívidas a Médio e Longo Prazo	468,3	-35,2	-123,5	-626,4	115,2	-84,0	-272,4	-430,3	-270,7	-339,5
Dívidas a Curto Prazo	403,5	276,2	24,1	-469,2	-491,3	-407,0	-177,7	-231,6	-169,9	-128,7
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	40,3	15,1	50,1	-59,6	63,1	15,0	34,4	70,4	-37,3	-52,3
Fornecedores e outros credores	363,2	261,1	-26,0	-409,6	-554,4	-422,0	-212,1	-302,0	-132,5	-76,4
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orçamental	24,0	14,6	10,2	1,5	6,1	2,5	-0,1	2,5	13,8	13,4
Total das Dívidas a Curto Prazo	427,5	290,8	34,3	-467,7	-485,2	-404,5	-177,9	-229,1	-156,0	-115,3
Passivo exigível	895,8	255,6	-89,3	-1.094,1	-369,9	-488,5	-450,2	-659,5	-426,7	-454,8

Quadro 3.11.B – Taxas de variação das componentes do Passivo Exigível

Passivo	Variação em %									
	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	11,4%	-1,6%	-2,7%	-7,3%	0,7%	-4,9%	-10,4%	-10,9%	-4,4%	-5,6%
Fornecedores e outros credores	1,5%	5,7%	-0,3%	-45,3%	23,3%	23,7%	21,4%	-7,9%	-20,9%	-34,5%
Total de Dívidas a Médio e Longo Prazo	10,0%	-0,7%	-2,4%	-12,5%	2,6%	-1,9%	-6,2%	-10,4%	-7,3%	-9,9%
Dívidas a Curto Prazo	17,5%	10,2%	0,8%	-15,6%	-19,3%	-19,9%	-10,8%	-15,8%	-13,8%	-12,1%
Instituições de crédito e Estado (empréstimos)	30,5%	8,7%	26,7%	-25,1%	35,4%	6,2%	13,4%	24,2%	-10,3%	-16,2%
Fornecedores e outros credores	16,7%	10,3%	-0,9%	-14,8%	-23,5%	-23,3%	-15,3%	-25,7%	-15,2%	-10,3%
Dívidas a Curto Prazo – natureza ã orçamental	18,4%	9,5%	6,0%	0,8%	3,4%	1,3%	-0,1%	1,3%	7,2%	6,5%
Total das Dívidas a Curto Prazo	17,5%	10,2%	1,1%	-14,7%	-17,8%	-18,1%	-9,7%	-13,9%	-10,9%	-9,1%
Passivo exigível	12,6%	3,2%	-1,1%	-13,4%	-5,2%	-7,3%	-7,2%	-11,4%	-8,3%	-9,7%

Em complemento à análise do Passivo, para o universo dos 308 municípios, apresenta-se o Gráfico 3.04 com a evolução das suas principais parcelas, por prazos de exigibilidade.

Gráfico 3.04 – Evolução do Passivo exigível



Da análise dos Quadros 3.10 e 3.11 bem como do Gráfico 3.04 pode-se referir:

- A grande variação do passivo exigível dos municípios, entre 2008 e 2018. É bem perceptível o aumento contínuo de valor até 2010 e a descida progressiva a partir de 2011, a qual se intensificou a partir de 2012 e se manteve em 2018;
- Em 2018 o passivo exigível (excluindo a dívida não orçamental) apresentou o valor de 4 023,6M€ demonstrando um decréscimo de -10,4% (-468,2M€) em relação ao ano anterior. Contribuiu para esta descida a redução do stock da dívida de MLP em -9,9% (-339,5M€) e a diminuição da dívida de curto prazo em -12,1% (-128,7M€);
- Foi fator principal da variação negativa da dívida de curto prazo, a descida do volume de dívidas a fornecedores em -10,3% (-76,4M€). Anota-se que 57,5% da dívida de curto prazo (663,1 M€) no final de 2018, dizia respeito a dívida a fornecedores (dívida comercial). Será de relevar também a descida global da dívida bancária de curto prazo em -52,3M€ (-16,2%) ao totalizar 271,5M€;
- Considerando nas dívidas a pagar as operações de tesouraria, a dívida de curto prazo aumenta em 219,1M€, representando esta rubrica 19% do total do passivo a curto prazo;
- Considerando que nos últimos dez anos em análise, o momento com maior dívida global de MLP no setor autárquico ocorreu em 2010, com o volume 5 120,6M€, será de realçar a descida global da dívida de MLP entre 2010 e 2018 em -2.032M€ (- 39,7%) resultante, essencialmente, da redução de utilização de empréstimos bancários, pese embora a forte adesão dos municípios às linhas de crédito disponibilizadas pelo Estado para liquidação de dívida de curto prazo, nomeadamente a partir de 2012¹³¹;
- Em 2018 a descida da dívida a MLP foi de -339,5M€ (-9,9%). Esta descida mostra bem o esforço dos municípios na intensificação das amortizações de empréstimos, alocando uma parte significativa dos seus recursos para esse fim, como se verificou na análise apresentada no Capítulo 2 deste Anuário;
- Da análise às contas verificou-se que só 99 municípios, dos 159 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL, ATU e FAM, apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2008 e 2018;

¹³¹ Devidamente tratada no Anuário de 2014.

- Relativamente à utilização do Fundo de Apoio Municipal (FAM)¹³², constata-se que só ocorreram utilizações de apoio transitório de urgência (ATU) nos anos de 2014 e 2015, não se verificando qualquer utilização neste âmbito entre 2016 e 2018, conforme Quadro 3.12.A. Nestes três últimos anos, apenas se registaram amortizações destes empréstimos.

¹³² O FAM, instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, e tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), bem como a sua prevenção, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.

Quadro 3.12.A – Municípios que recorreram a Empréstimo de Apoio Transitório de Urgência (ATU)¹³³

Unidade: euros

Município	Dim.	2014	2015	Total de empréstimos	Amortizado em 2016	Amortizado em 2017	Amortizado em 2018	Dívida em 31.12.2018
Santa Comba Dão	P	-	487 158	487 158	97 432	97 432	97 432	194 863
Alfândega da Fé	P		542 819	542 819	542 819	0	0	0
Aveiro	M	10 526 250	-	10 526 250	0	10 526 250	0	0
Cartaxo	M	-	4 817 323	4 817 323	0	4 817 323	0	0
Nazaré	P	-	7 102 302	7 102 302	0	0	7 102 302	0
Vila Nova de Poiares	P	854 529	-	854 529	854 529	0	0	0
Total		11 380 779	12 949 602	24 330 381	1 494 780	15 441 005	7 199 734	194 863

No que se refere à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do FAM (Fundo de Apoio Municipal), o Quadro 3.12.B mostra os nove municípios que recorreram à referida linha de apoio financeiro, bem como o total em dívida ao FAM, em dezembro de 2018.

Quadro 3.12.B – Municípios que recorreram a Empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM)

Unidade: euros

Município	Dim.	Total Contratualizado	Contratado 2016	Contratado 2017	Contratado 2018	Utilizado	Amortização 2018	Dívida em 31.12.2018
Portimão	M	137 361 827	33 234 497	84 915 360	0	118 149 857	4 189 793	113 960 064
Aveiro	M	85 511 149	0	64 515 171	13 646 016	78 161 188	0	78 161 188
Cartaxo	M	52 035 855	0	49 082 856	2 370 574	51 453 430	0	51 453 430
Paços de Ferreira	M	35 122 915	0	18 022 915	14 250 000	32 272 915	0	32 272 915
Fornos de Algodres	P	32 620 057	0	27 555 031	1 150 564	28 705 594	640 910	27 697 732
Alandroal	P	16 579 276	11 425 000	2 905 000	750 000	15 080 000	418 889	14 661 111
Vila Nova de Poiares	P	14 113 948	11 423 784	2 152 131	298 835	13 874 750	301 625	13 573 125
Vila Real de Santo António	P	19 619 907	5 541 756	6 043 059	175 896	11 760 711	326 686	11 434 025
Alfândega da Fé	P	1 502 819	1 382 819	0	0	1 382 819	49 448	933 371
Total		394 467 751	63 007 856	255 191 522	32 641 886	350 841 264	5 927 350	344 146 961

Relativamente à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)¹³⁴ o Quadro 3.12.C mostra os 103 municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro entre 2012 e 2015, constatando-se que nos anos posteriores, incluindo 2018, não houve qualquer utilização de empréstimos ao abrigo destas linhas de apoio. Destes 103 municípios, 22 acabaram de liquidar o capital em dívida em 2018 e outros 31 já tinham amortizado a totalidade em 2017.

¹³³ Conforme previsto no artigo 55.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal), até 30 de novembro de 2014, os municípios que se encontrassem em situação de rutura financeira, nos termos do n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e impossibilitados de cumprir pontualmente as suas obrigações, podiam solicitar junto da DGAL um apoio financeiro de urgência (Apoio Transitório de Urgência – ATU). Este apoio teve por limite o montante estritamente necessário para fazer face às necessidades financeiras imediatas do município pelo período máximo de oito meses, e visou exclusivamente o pagamento de salários, a não interruptibilidade dos serviços públicos essenciais, e o cumprimento do serviço da dívida.

¹³⁴ A Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que teve por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012.

Quadro 3.12.C – Empréstimos do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

Unidade: euros

Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2018	Amortização 2018	Dívida em 31/12/2018
		2012	2013	2014	2015				
1 Évora	M	0	25 733 099	6 433 275	0	32 166 373	25 184 621	1 624 814	23 559 806
2 Vila Real Santo António	P	0	0	24 334 084	0	24 334 084	21 754 425	0	21 754 425
3 Lamego	M	0	11 816 203	0	0	11 816 203	8 018 138	844 015	7 174 123
4 Vila Verde	M	0	10 438 783	0	0	10 438 783	6 782 120	753 569	6 028 551
5 Espinho	M	0	8 176 751	0	0	8 176 751	6 336 982	408 838	5 928 144
6 Sesimbra	M	0	8 912 069	0	0	8 912 069	5 792 845	643 649	5 149 195
7 Torres Novas	M	0	6 778 372	0	0	6 778 372	4 630 132	487 382	4 142 750
8 Freixo de Espada à Cinta	P	0	2 608 041	1 619 187	0	4 227 228	3 372 835	210 802	3 162 033
9 Santa Comba Dão	P	0	0	2 017 294	1 344 681	3 361 975	2 871 476	168 910	2 702 565
10 Reguengos de Monsaraz	P	0	4 649 883	0	0	4 649 883	4 076 405	1 506 254	2 570 151
11 Calheta (R. A. M.)	P	0	4 232 882	0	0	4 232 882	2 751 373	305 708	2 445 665
12 Olhão	M	0	4 066 208	0	0	4 066 208	2 684 847	282 616	2 402 232
13 Trancoso	P	0	2 508 574	1 012 714	0	3 521 287	2 439 939	256 836	2 183 103
14 Óbidos	P	0	3 839 744	0	0	3 839 744	2 351 061	261 229	2 089 832
15 Vagos	M	0	3 551 943	0	0	3 551 943	2 308 732	256 526	2 052 206
16 Ourém	M	0	3 348 153	0	0	3 348 153	2 271 961	239 154	2 032 807
17 Peniche	M	0	2 241 803	940 976	0	3 182 779	2 117 842	235 316	1 882 526
18 Paredes de Coura	P	0	2 881 120	0	0	2 881 120	1 872 728	208 080	1 664 647
19 Covilhã	M	0	2 815 021	0	0	2 815 021	1 829 764	203 307	1 626 457
20 Viana do Castelo	M	0	2 809 410	0	0	2 809 410	1 824 547	202 727	1 621 820
21 Ansião	P	0	2 231 033	0	0	2 231 033	1 690 403	112 694	1 577 710
22 Estremoz	P	0	2 710 733	0	0	2 710 733	1 758 153	195 350	1 562 802
23 Valpaços	P	0	2 649 478	0	0	2 649 478	1 722 161	191 351	1 530 810
24 Tábua	P	0	1 710 268	732 972	0	2 443 240	1 676 334	176 456	1 499 878
25 Caminha	P	0	2 281 969	0	0	2 281 969	1 565 684	164 809	1 400 875
26 Melgaço	P	0	2 105 126	0	0	2 105 126	1 429 095	149 750	1 279 345
27 Sertã	P	0	2 130 877	0	0	2 130 877	1 397 112	147 064	1 250 047
28 Vale de Cambra	M	0	2 145 858	0	0	2 145 858	1 394 808	154 979	1 239 829
29 Miranda do Douro	P	0	2 029 129	0	0	2 029 129	1 376 909	144 938	1 231 971
30 Penela	P	1 619 470	623 585	0	0	2 243 055	1 300 738	144 526	1 156 212
31 Praia da Vitória	M	1 367 334	586 000	0	0	1 953 335	1 269 668	141 074	1 128 594
32 Chamusca	P	0	4 323 830	0	0	4 323 830	1 653 865	551 288	1 102 577
33 Penafiel	M	0	1 736 014	0	0	1 736 014	1 128 409	125 379	1 003 030
34 Soure	P	0	1 695 316	0	0	1 695 316	1 101 955	122 439	979 516
35 Mourão	P	0	704 859	469 906	0	1 174 765	941 252	58 828	882 423
36 Ribeira Grande	M	1 434 848	572 466	0	0	2 007 314	1 018 722	203 744	814 978
37 Aljustrel	P	0	932 630	295 246	0	1 227 876	843 273	88 766	754 507

CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2018	Amortização 2018	Dívida em 31/12/2018	
		2012	2013	2014	2015					
38	Alenquer	M	0	804 856	344 938	0	1 149 795	788 887	83 041	705 846
39	Sobral de Monte Agraço	P	0	1 053 287	0	0	1 053 287	714 730	75 235	639 496
40	Lourinhã	M	0	972 490	0	0	972 490	659 904	69 464	590 440
41	Valença	P	0	1 000 000	0	0	1 000 000	650 000	72 222	577 778
42	Armamar	P	0	987 994	0	0	987 994	642 196	71 355	570 841
43	Moimenta da Beira	P	0	1 447 492	964 995	0	2 412 487	608 592	38 037	570 555
44	Rio Maior	M	0	895 929	0	0	895 929	581 252	64 584	516 668
45	Ponte da Barca	P	0	846 752	0	0	846 752	574 582	60 482	514 100
46	Lousã	P	0	880 772	0	0	880 772	572 502	63 611	508 890
47	Vila Nova da Barquinha	P	0	731 491	0	0	731 491	475 307	52 812	422 495
48	Vila Nova de Paiva	P	0	548 573	0	0	548 573	386 033	40 635	345 397
49	Monforte	P	0	504 812	0	0	504 812	282 030	51 278	230 752
50	Ferreira do Alentejo	P	0	393 742	0	0	393 742	254 851	28 317	226 534
51	Oliveira de Frades	P	0	485 614	0	0	485 614	141 949	70 974	70 974
52	Fundão	M	0	36 770 699	0	0	36 770 699	29 713 883	29 713 883	0
53	Funchal	G	0	28 410 797	0	0	28 410 797	19 278 657	19 278 657	0
54	Santarém	M	0	14 749 060	9 168 411	0	23 917 471	18 779 080	18 779 080	0
55	Vila Nova de Gaia	G	0	15 926 002	6 273 459	0	22 199 460	15 510 039	15 510 039	0
56	Trofa	M	0	9 958 313	6 603 252	0	16 561 564	13 383 148	13 383 148	0
57	Paredes	M	0	19 690 777	0	0	19 690 777	12 771 944	12 771 944	0
58	Santa Cruz	M	0	0	13 479 093	0	13 479 093	10 852 398	10 852 398	0
59	Valongo	M	0	16 263 896	0	0	16 263 896	10 571 533	10 571 533	0
60	Paços de Ferreira	M	0	7 076 475	0	0	7 076 475	6 898 045	6 898 045	0
61	Nordeste	P	0	6 089 422	1 520 987	0	7 610 408	5 958 543	5 958 543	0
62	Ílhavo	M	6 156 369	1 404 247	0	0	7 560 616	4 893 830	4 893 830	0
63	Póvoa de Varzim	M	0	7 380 944	0	0	7 380 944	4 795 660	4 795 660	0
64	Peso da Régua	P	0	4 961 948	0	0	4 961 948	3 401 911	3 401 911	0
65	Seia	M	0	1 660 839	1 098 026	0	2 758 865	2 159 940	2 159 940	0
66	São Pedro do Sul	P	0	2 850 609	0	0	2 850 609	1 852 512	1 852 512	0
67	Arruda dos Vinhos	P	0	2 441 431	0	0	2 441 431	1 586 930	1 586 930	0
68	Alvaiázere	P	0	1 718 333	0	0	1 718 333	1 116 916	1 116 916	0
69	Nelas	P	0	1 625 515	0	0	1 625 515	592 594	592 594	0
70	Gouveia	P	0	754 338	0	0	754 338	511 872	511 872	0
71	Oliveira de Azeméis	M	0	851 531	364 942	0	1 216 473	423 034	423 034	0
72	Sardoal	P	0	444 793	0	0	444 793	321 240	321 240	0
73	Cartaxo	M	0	0	10 600 746	6 373 686	16 974 432	0	0	0
74	Faro	M	0	0	16 710 900	0	16 710 900	0	0	0
75	Albufeira	M	0	10 007 235	6 388 834	0	16 396 069	0	0	0
76	Loulé	M	0	14 506 376	0	0	14 506 376	0	0	0

Município	Dim.	Tranches				Financiam. Total	Dívida em 01/01/2018	Amortização 2018	Dívida em 31/12/2018	
		2012	2013	2014	2015					
77	Guarda	M	0	12 754 235	193 778	857 548	13 805 561	0	0	0
78	Santa Maria da Feira	G	0	12 553 555	0	0	12 553 555	0	0	0
79	Vila do Conde	M	0	10 928 221	0	0	10 928 221	0	0	0
80	Barreiro	M	0	10 201 380	0	0	10 201 380	0	0	0
81	Lagos	M	0	9 095 730	0	0	9 095 730	0	0	0
82	Chaves	M	0	7 852 817	0	0	7 852 817	0	0	0
83	Vizela	M	0	0	4 640 105	3 093 404	7 733 509	0	0	0
84	Câmara de Lobos	M	0	5 815 459	0	0	5 815 459	0	0	0
85	Borba	P	0	4 886 116	0	0	4 886 116	0	0	0
86	Alijó	P	0	0	2 654 815	1 769 876	4 424 691	0	0	0
87	Alcobaça	M	3 105 072	1 279 392	0	0	4 384 463	0	0	0
88	Lagoa (Algarve)	M	0	4 000 000	0	0	4 000 000	0	0	0
89	Mangualde	P	0	3 952 939	0	0	3 952 939	0	0	0
90	Sines	P	0	3 528 273	0	0	3 528 273	0	0	0
91	Entroncamento	M	0	3 181 878	0	0	3 181 878	0	0	0
92	Azambuja	M	0	3 139 294	0	0	3 139 294	0	0	0
93	Vieira do Minho	P	0	3 056 978	0	0	3 056 978	0	0	0
94	Póvoa de Lanhoso	M	0	2 469 210	0	0	2 469 210	0	0	0
95	Ribeira de Pena	P	0	2 033 926	0	0	2 033 926	0	0	0
96	Santo Tirso	M	0	1 730 000	0	0	1 730 000	0	0	0
97	Grândola	P	0	1 477 043	0	0	1 477 043	0	0	0
98	Porto Santo	P	0	1 471 209	0	0	1 471 209	0	0	0
99	Tavira	M	0	1 165 078	0	0	1 165 078	0	0	0
100	Montijo	M	0	846 737	0	0	846 737	0	0	0
101	Almeirim	M	0	687 703	0	0	687 703	0	0	0
102	Alfândega da Fé	P	0	416 674	270 175	0	686 850	0	0	0
103	Montemor-o-Velho	M	0	0	0	447 380	447 380	0	0	0
Total			13 683 092	468 198 460	119 133 108	13 886 575	614 901 235	307 247 833	178 188 923	129 058 909

Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PREDE (Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado)¹³⁵, o Quadro 3.12.D mostra os 92 municípios que recorreram a esta

linha de apoio financeiro e que se encontram a proceder à liquidação do capital utilizado. Destes 92 municípios, 19 liquidaram a totalidade do capital em dívida no final de 2018, sendo que outros 50 tinham feito em 2017.

¹³⁵ O Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, visa garantir os pagamentos a credores privados das dívidas vencidas dos serviços e dos organismos da administração direta e indireta do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios.

Quadro 3.12.D – Empréstimos do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado (PREDE)

Unidade: euros

	Município	Dim.	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2018	Amortização 2018	Dívida em 31/12/2018
1	Lisboa	G	44 874 367	12 336 733	8 224 488	4 112 244
2	Santarém	M	9 200 000	2 760 000	1 840 000	920 000
3	Silves	M	6 000 000	1 800 000	1 200 000	600 000
4	Guarda	M	6 946 024	1 620 739	1 080 493	540 246
5	Maia	G	5 018 213	1 505 464	1 003 643	501 821
6	Torres Novas	M	4 781 337	1 434 401	956 267	478 134
7	Ourém	M	4 544 000	1 363 200	908 800	454 400
8	Sines	P	4 515 435	1 354 630	903 087	451 543
9	Évora	M	4 042 856	1 212 857	808 571	404 286
10	Vila Nova de Gaia	G	4 000 000	1 200 000	800 000	400 000
11	Paredes	M	3 933 333	1 180 000	786 667	393 333
12	Sintra	G	3 880 369	1 164 111	776 074	388 037
13	Valongo	M	3 607 030	1 082 109	721 406	360 703
14	Castelo de Paiva	P	3 500 000	1 050 000	700 000	350 000
15	Celorico da Beira	P	1 674 622	669 849	334 924	334 924
16	Santa Maria da Feira	G	3 200 000	960 000	640 000	320 000
17	Funchal	G	3 000 000	900 000	600 000	300 000
18	Ílhavo	M	2 800 000	840 000	560 000	280 000
19	Faro	M	2 400 000	720 000	480 000	240 000
20	Ourique	P	1 163 554	465 422	232 711	232 711
21	Macedo de Cavaleiros	P	2 306 204	691 861	461 241	230 620
22	Vale de Cambra	M	1 993 600	598 080	398 720	199 360
23	Braga	G	1 803 252	540 976	360 650	180 325
24	Mangualde	P	1 676 091	502 827	335 218	167 609
25	Santiago do Cacém	M	1 652 191	495 657	330 438	165 219
26	Miranda do Douro	P	1 556 000	466 800	311 200	155 600
27	Alcobaça	M	1 200 000	360 000	240 000	120 000
28	Alcanena	P	1 174 005	352 202	234 801	117 401
29	Tarouca	P	280 000	112 000	0	112 000
30	Melgaço	P	1 076 745	323 024	215 349	107 675
31	Estarreja	M	1 064 954	319 486	212 991	106 495
32	Bombarral	P	518 531	259 266	155 559	103 706
33	Caminha	P	1 000 000	300 000	200 000	100 000

Município		Dim.	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2018	Amortização 2018	Dívida em 31/12/2018
34	Alcochete	P	942 394	282 718	188 479	94 239
35	Carraceda de Ansiães	P	906 278	271 883	181 256	90 628
36	Monforte	P	805 218	241 565	161 044	80 522
37	Azambuja	M	800 000	240 000	160 000	80 000
38	Ribeira Grande	M	800 000	240 000	160 000	80 000
39	São Pedro do Sul	P	800 000	240 000	160 000	80 000
40	Alpiarça	P	741 864	222 559	148 373	74 186
41	Borba	P	704 032	211 210	140 806	70 403
42	Celorico de Basto	P	680 070	204 021	136 014	68 007
43	Portalegre	M	632 595	189 779	126 519	63 260
44	Vagos	M	600 000	180 000	120 000	60 000
45	Freixo de Espada à Cinta	P	556 461	166 938	111 292	55 646
46	Murça	P	540 000	162 000	108 000	54 000
47	Tondela	M	450 603	135 181	90 121	45 060
48	Amares	P	440 000	132 000	88 000	44 000
49	Resende	P	427 000	128 100	85 400	42 700
50	Rio Maior	M	421 012	126 304	84 202	42 101
51	Sardoal	P	415 640	124 692	83 128	41 564
52	Alenquer	M	413 690	124 107	82 738	41 369
53	Mira	P	394 880	118 464	78 976	39 488
54	Sabrosa	P	393 526	118 058	78 705	39 353
55	Castro Daire	P	372 410	111 723	74 482	37 241
56	Monção	P	360 524	108 157	72 105	36 052
57	Ribeira de Pena	P	351 127	105 338	70 225	35 113
58	Nisa	P	335 340	100 602	67 068	33 534
59	Espinho	M	328 066	98 420	65 613	32 807
60	Sever do Vouga	P	300 000	90 000	60 000	30 000
61	Gouveia	P	294 399	88 320	58 880	29 440
62	Boticas	P	262 313	78 694	52 463	26 231
63	Entroncamento	M	187 392	56 218	37 478	18 739
64	Montalegre	P	172 766	51 830	34 553	17 277
65	Vila Nova de Foz Côa	P	162 572	48 772	32 514	16 257
66	Figueira de Castelo Rodrigo	P	161 536	48 461	32 307	16 154
67	Sobral de Monte Agraço	P	161 398	48 419	32 280	16 140
68	Horta	P	136 883	41 065	27 377	13 688

Município		Dim.	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2018	Amortização 2018	Dívida em 31/12/2018
69	Nazaré	P	3 564 007	2 851 206	2 851 206	0
70	Fundão	M	3 003 875	2 102 713	2 102 713	0
71	Reguengos de Monsaraz	P	1 045 478	1 045 478	1 045 478	0
72	Figueira da Foz	M	4 329 925	865 985	865 985	0
73	Paços de Ferreira	M	1 520 000	760 000	760 000	0
74	Portimão	M	3 136 216	627 243	627 243	0
75	Lamego	M	2 599 200	519 840	519 840	0
76	Póvoa de Varzim	M	2 112 000	422 400	422 400	0
77	Tomar	M	1 996 611	399 322	399 322	0
78	Arcos de Valdevez	M	1 932 052	386 410	386 410	0
79	Moimenta da Beira	P	1 911 544	382 309	382 309	0
80	Mirandela	M	1 200 000	240 000	240 000	0
81	Chamusca	P	1 000 000	200 000	200 000	0
82	São João da Madeira	M	800 000	160 000	160 000	0
83	Barreiro	M	780 895	156 179	156 179	0
84	Arruda dos Vinhos	P	596 064	119 213	119 213	0
85	Soure	P	497 888	99 578	99 578	0
86	Torre de Moncorvo	P	388 208	77 642	77 642	0
87	Nelas	P	216 000	43 200	43 200	0
88	Leiria	G	4 274 320	0	0	0
89	Vila do Conde	M	3 960 000	0	0	0
90	Vila Nova de Poiares	P	1 838 263	0	0	0
91	Alfândega da Fé	P	1 200 000	0	0	0
92	Meda	P	648 000	0	0	0
Total		---	201 385 248	57 336 006	41 762 413	15 573 593

Quanto à liquidação dos empréstimos obtidos pelo Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH)¹³⁶, verifica-se pelo Quadro 3.12.E, que

¹³⁶ O Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, tem como objetivo reduzir de forma estrutural e significativa os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, procurando, desta forma, melhorar o ambiente de negócios, reduzindo custos de financiamento e de transação, introduzindo uma maior transparência na fixação de preços e criando condições para uma mais sã concorrência.

todos os 33 municípios utilizadores desta linha de financiamento para pagamento de dívida comercial, em dezembro de 2018 tinham liquidado a totalidade do capital solicitado.

Quadro 3.12.E- Empréstimos do Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH)

Unidade: euros

	Município	Dimensão	Financiamento Total – Estado	Dívida em 01/01/2018	Amortização 2018	Dívida em 31/12/2018
1	Funchal	G	4 000 000	400 000	400 000	0
2	Évora	M	1 253 112	250 622	250 622	0
3	Barreiro	M	2 400 000	240 000	240 000	0
4	Santa Maria da Feira	G	2 400 000	240 000	240 000	0
5	Covilhã	M	1 924 076	192 408	192 408	0
6	Chaves	M	1 600 000	160 000	160 000	0
7	Espinho	M	956 078	95 608	95 608	0
8	Faro	M	881 818	88 182	88 182	0
9	Póvoa de Varzim	M	840 000	84 000	84 000	0
10	Póvoa de Lanhoso	M	419 298	83 860	83 860	0
11	Torre de Moncorvo	P	779 604	77 960	77 960	0
12	Cabeceiras de Basto	P	766 667	76 667	76 667	0
13	Peniche	M	753 670	75 367	75 367	0
14	Ribeira de Pena	P	740 000	74 000	74 000	0
15	Sátão	P	737 422	73 742	73 742	0
16	Santo Tirso	M	360 000	72 000	72 000	0
17	Montalegre	P	576 588	57 659	57 659	0
18	Portimão	M	560 073	56 007	56 007	0
19	Cantanhede	M	536 800	53 680	53 680	0
20	Tondela	M	505 004	50 500	50 500	0
21	Azambuja	M	486 177	48 618	48 618	0
22	Celorico de Basto	P	444 304	44 430	44 430	0
23	Lousã	P	400 000	40 000	40 000	0
24	Miranda do Corvo	P	400 000	40 000	40 000	0
25	Arcos de Valdevez	M	380 800	38 080	38 080	0
26	Viseu	M	187 525	37 505	37 505	0
27	Ponta do Sol	P	180 000	36 000	36 000	0
28	Vímioso	P	324 622	32 462	32 462	0
29	Freixo de Espada à Cinta	P	206 552	20 655	20 655	0
30	Ponte da Barca	P	98 000	9 800	9 800	0
31	Vizela	M	72 000	7 200	7 200	0
32	Leiria	G	3 814 400	0	0	0
33	Torres Vedras	M	1 280 000	0	0	0
	Total		31 264 591	2 857 013	2 857 013	0

Quadro 3.13 – Componentes da Dívida a pagar de Médio e Longo Prazo entre 2015 e 2018

Unidade: milhões euros

Dívidas a Médio e Longo Prazo	2015	2016	2017	2018	Varição (%) 17-18
Dívida a Instituições de crédito	2 775,5	2 468,0	2 223,9	2 264,3	1,8%
Dívida de adesões ao PPTH (Estado)	15,4	8,1	2,9	0,0	-100,0%
Dívidas de adesão ao PREDE (Estado)	133,9	92,3	57,3	15,6	-72,8%
Dívida de adesões ao PAEL	477,5	397,2	307,2	129,1	-58,0%
Dívidas de adesão ao ATU	24,3	22,8	7,4	0,2	-97,4%
Dívidas de adesão ao FAM	-	63,0	317,4	344,1	8,4%
Dívida a fornecedores e outros credores	703,0	647,8	512,3	335,7	-34,5%
Total de dívidas de médio e longo prazo	4 129,5	3 699,2	3 428,5	3 089,0	-9,9%

O Quadro 3.13 mostra a evolução do valor do capital em dívida entre 2015 para 2018, detalhando o recurso a linhas de financiamento contratualizadas com o Estado, ao abrigo dos sucessivos programas destinados a impedir a rutura financeira dos municípios, tendo por finalidade o pagamento atempado dos seus débitos¹³⁷.

minuição da mesma, sendo que catorze deles demonstraram uma diminuição da dívida superior a 30%.

Sendo o passivo exigível uma das variáveis mais importantes da gestão financeira dos municípios, importa apresentar os **50 municípios com menor valor no passivo exigível** e os **50 municípios com maior passivo exigível**. Para o efeito, apresentam-se os Rankings R45 e R46, bem como os Rankings R47 e R48 dos municípios com maiores taxas de variação deste item.

– Anota-se que do Ranking 45, constituído por 50 municípios com menor passivo exigível, constam dois municípios de média dimensão (Marinha Grande e Elvas) sendo todos os restantes de pequena dimensão. Mais se anota que seis deles não atingiram o meio milhão de euros de dívida a terceiros e que, a de outros seis, ficou aquém de um milhão de euros.

– Dos 50 municípios listados em R45 apenas quatro apresentam subida de valor da dívida, registando todos os restantes uma di-

¹³⁷ A adesão a estes programas de apoio teve como objetivo atenuar o impacto negativo na economia local da diminuição de receitas municipais e da correspondente dificuldade de pagamento dos compromissos assumidos por parte dos municípios.

R45 – Municípios com menor passivo exigível referenciados pelo valor de 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Lajes das Flores	P	824 660	1 905 336	2 109 927	1 925 633	2 220 162	3 449 222	1 177 990	705 055	1 177 990	295 267	136 266
2	Penedono	P	99 573	161 925	187 023	213 999	218 080	222 203	222 809	503 802	412 474	242 004	199 291
3	Castelo de Vide	P	1 888 311	1 745 760	1 350 556	1 363 995	799 227	656 765	533 078	545 174	492 958	413 817	207 306
4	Santa Cruz Flores	P	1 353 629	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	581 696	405 555	340 254	264 907	330 444	238 076
5	Vila Velha Ródão	P	2 520 427	2 074 735	1 872 594	1 393 505	1 148 796	901 431	1 133 067	914 706	795 574	631 154	284 838
6	Ponta do Sol	P	6 483 699	5 865 212	5 257 989	4 550 306	2 883 773	1 688 674	1 687 565	975 540	920 619	695 499	373 285
7	Corvo	P	2 231 292	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	1 110 075	990 192	955 681	822 405	653 906	521 871
8	Arronches	P	2 133 254	1 998 072	2 170 429	1 989 542	1 770 958	1 619 288	1 444 941	1 524 467	1 334 800	1 080 095	576 025
9	Mealhada	P	4 991 560	4 279 126	3 494 583	2 811 221	2 427 507	561 018	685 777	1 195 307	1 029 287	886 652	645 528
10	Redondo	P	771 201	592 994	1 472 060	1 136 958	859 995	714 346	1 149 224	1 025 670	1 217 320	1 166 301	653 336
11	Pampilhosa Serra	P	2 113 072	1 796 933	1 548 333	1 431 501	977 181	573 011	373 383	775 295	598 692	333 446	840 153
12	Santana	P	6 882 388	15 392 895	14 774 594	14 898 665	10 838 114	7 482 718	4 519 386	4 102 385	3 106 712	1 265 018	908 763
13	Marvão	P	1 579 806	1 672 848	1 798 731	1 625 468	1 423 792	1 356 803	1 688 318	1 575 096	1 360 878	1 027 649	1 052 215
14	Alcácer do Sal	P	2 213 315	5 171 489	5 690 599	3 248 391	2 106 808	1 494 179	2 737 577	1 918 181	1 834 331	1 698 242	1 054 991
15	Barrancos	P	3 658 243	4 394 908	3 600 703	3 237 672	2 677 036	2 356 801	2 065 554	1 997 398	1 714 042	1 409 051	1 058 844
16	Boticas	P	6 082 247	6 037 472	5 091 463	5 206 811	3 694 947	2 968 142	2 887 845	2 442 895	1 839 046	1 253 591	1 105 480
17	Vila Nova Foz Côa	P	3 709 835	5 403 905	4 674 261	5 529 832	4 642 516	4 291 444	3 197 951	2 480 258	1 929 453	1 304 341	1 136 362
18	Alvito	P	2 039 735	1 828 897	2 892 247	1 451 012	1 149 901	988 464	791 227	886 931	1 104 195	979 196	1 159 933
19	Sátão	P	6 155 493	5 079 387	4 894 075	4 544 322	3 257 469	2 931 518	3 108 395	2 357 069	1 823 676	1 618 975	1 166 843
20	Gavião	P	3 132 551	2 981 374	2 713 071	2 398 919	2 148 087	1 973 799	2 078 242	1 724 646	1 445 644	1 319 600	1 213 403
21	Alter do Chão	P	2 602 635	3 212 922	3 114 418	3 372 385	2 582 092	2 463 975	2 200 167	2 659 987	2 178 992	1 787 382	1 282 460
22	Alcoutim	P	2 713 207	2 402 689	2 283 967	1 978 454	1 657 557	1 450 228	1 656 104	2 304 194	1 933 702	1 676 823	1 305 939
23	Murtosa	P	2 598 435	2 479 179	3 335 775	2 956 500	2 658 512	2 177 153	2 469 349	2 137 679	1 944 364	1 725 855	1 353 764
24	Chamusca	P	12 551 653	13 989 325	13 359 995	10 972 809	8 021 915	6 044 841	4 407 409	4 324 699	3 109 782	2 325 552	1 393 808
25	Sta. Cruz Graciosa	P	1 109 498	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	2 075 798	1 749 736	1 523 702	1 271 821	1 615 204	1 415 878
26	Viana do Alentejo	P	1 085 466	875 263	1 374 950	1 443 379	1 052 254	1 088 298	1 209 159	961 494	1 076 955	1 671 681	1 530 580
27	Carrazeda Ansiães	P	10 927 708	9 489 713	8 691 765	7 465 952	5 028 462	4 131 627	3 691 491	2 704 603	2 336 409	1 966 665	1 550 621
28	São Brás Alportel	P	3 345 076	4 136 913	4 744 995	3 758 948	3 395 765	2 900 556	2 817 569	2 819 236	2 395 254	2 028 831	1 597 777

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
29	Penacova	P	1 403 755	2 943 396	3 763 875	2 640 265	1 337 160	667 435	1 782 604	1 695 323	1 310 466	1 767 482	1 637 680
30	Aguiar da Beira	P	4 946 049	5 439 434	5 022 740	4 594 763	4 625 358	4 108 385	4 073 858	3 670 094	3 138 260	2 489 929	1 713 233
31	Porto Santo	P	3 610 898	7 161 410	7 373 010	9 862 954	8 873 070	4 669 810	4 485 405	2 303 000	2 510 796	2 813 534	1 779 761
32	Marinha Grande	M	9 820 555	10 171 221	9 130 579	8 138 975	6 373 655	5 392 784	5 751 497	4 789 090	2 763 976	2 226 167	1 784 670
33	Campo Maior	P	1 416 135	1 731 678	2 813 068	1 931 640	1 815 447	2 538 854	2 002 359	1 898 791	2 125 165	1 696 856	1 797 052
34	Vila de Rei	P	4 277 417	5 920 716	6 092 226	3 928 337	2 397 119	2 203 962	2 028 976	2 060 674	2 176 434	2 349 263	1 824 744
35	Miranda Corvo	P	6 170 088	7 544 977	7 203 767	6 793 036	4 417 964	3 637 538	3 072 358	2 320 312	2 682 286	2 215 102	1 832 040
36	Avis	P	5 797 381	5 814 345	5 920 935	5 507 555	5 299 009	4 486 235	4 177 172	3 184 113	3 165 127	2 631 123	1 864 453
37	Mora	P	5 485 492	5 565 999	4 375 057	4 712 913	3 683 235	3 331 837	3 076 954	3 024 263	2 507 639	2 579 957	1 876 168
38	Monchique	P	14 239 069	13 521 494	11 554 789	10 012 295	8 041 651	6 397 373	4 973 238	4 170 387	3 540 880	2 617 807	1 898 474
39	Ponte de Sor	P	3 250 418	3 025 889	2 826 793	2 503 980	2 003 120	3 137 048	3 236 280	5 616 354	2 022 645	2 991 002	1 920 724
40	Elvas	M	4 015 476	4 325 114	2 856 417	2 759 877	2 443 311	2 391 195	3 420 185	3 524 825	3 170 766	3 791 248	1 922 851
41	Bombarral	P	7 396 338	8 747 363	9 464 296	9 675 365	7 997 782	7 446 493	5 219 615	4 367 453	2 861 452	2 332 175	1 934 874
42	Fronteira	P	4 517 825	4 481 001	3 793 751	3 492 101	3 284 528	2 912 123	2 520 106	2 312 251	2 096 750	2 478 752	1 966 207
43	Porto Moniz	P	4 823 200	9 374 098	6 615 650	5 096 532	4 210 868	4 009 082	3 789 696	3 215 513	2 797 037	2 498 913	2 011 939
44	Calheta (R. A. A.)	P	10 802 566	11 011 265	10 086 442	9 673 744	8 244 981	7 259 284	6 409 778	5 290 432	4 281 200	3 225 787	2 030 122
45	Penalva Castelo	P	4 717 063	4 372 133	3 735 801	3 156 381	3 217 148	2 939 844	2 840 949	2 444 173	2 164 467	1 908 680	2 032 408
46	Monforte	P	5 177 143	5 727 091	5 121 324	4 843 319	4 040 115	3 529 048	3 206 490	2 492 562	2 313 780	2 235 061	2 047 711
47	Mogadouro	P	10 255 338	9 726 733	8 138 259	7 696 298	6 480 834	5 511 888	4 879 787	4 658 869	3 925 172	3 189 530	2 104 116
48	Constância	P	4 435 865	4 364 654	4 471 775	4 722 280	4 324 400	3 824 016	3 661 246	3 483 790	2 727 420	2 704 009	2 108 193
49	Mortágua	P	3 877 428	4 147 503	5 154 997	4 606 311	4 286 588	3 976 587	3 945 803	3 554 292	3 092 803	2 776 046	2 112 493
50	Sernancelhe	P	4 573 046	4 041 824	3 533 706	3 127 102	3 229 704	2 724 948	2 763 023	2 647 295	2 288 305	2 446 266	2 115 823

O Ranking R46 apresenta os 50 municípios com maior passivo em 2018.

– Destes 50 municípios, 21 são de grande dimensão **não constando deste grupo os municípios de: Porto, com 21,2 M€ de passivo; Sintra, com 15,1 M€ e Barcelos com 13,8 M€.** Quatro municípios deste *ranking* são de pequena dimensão (Vila Real de Santo António, Nazaré, Fornos de Algodres e Caminha) sendo os restantes de

média dimensão. O total do passivo exigível, contabilizado por estes 50 municípios, foi de 2 596,8 M€, representando 61,2% do total contabilizado pelos 308 municípios (4 242,7 M€).

R46 – Municípios com maior Passivo Exigível referenciado ao valor de 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Lisboa	G	1 116 070 632	1 168 589 855	1 097 063 256	1 059 895 296	659 766 180	740 010 440	723 405 096	723 325 938	636 155 069	497 246 668	446 624 660
2 Portimão	M	58 007 031	92 204 774	147 925 098	159 119 756	166 560 019	158 621 900	155 085 114	140 709 233	139 098 650	136 319 180	128 140 784
3 Vila Nova Gaia	G	277 274 417	285 956 034	263 038 636	238 532 901	217 937 818	201 360 804	178 162 019	186 255 813	170 141 272	142 592 765	124 949 697
4 Aveiro	M	136 159 806	154 707 774	161 908 874	146 687 456	130 627 247	123 622 737	126 413 148	115 851 114	100 696 510	105 826 701	102 309 108
5 Gondomar	G	117 454 159	127 614 102	130 153 798	125 726 610	115 668 684	111 232 653	109 897 516	104 022 675	98 682 009	97 402 818	92 683 254
6 Seixal	G	60 057 433	72 113 574	68 399 465	100 464 374	104 770 339	95 850 114	93 561 722	83 270 265	74 843 651	68 252 769	87 279 493
7 V. R. S. António	P	21 522 426	48 142 261	60 942 897	67 036 666	69 703 805	72 924 782	77 248 998	77 694 294	76 239 212	78 189 097	82 043 229
8 Évora	M	49 463 757	69 550 206	68 329 197	78 656 308	74 356 526	82 415 794	77 832 554	77 797 656	75 154 787	68 558 918	66 765 448
9 Fundão	M	77 055 694	79 632 196	83 423 413	81 350 491	81 720 871	81 905 029	77 177 278	72 466 326	66 434 721	60 981 278	57 138 468
10 Braga	G	89 535 145	95 911 245	88 686 683	81 778 613	78 468 535	75 870 856	70 028 860	58 924 231	53 019 549	50 480 596	56 304 208
11 Cartaxo	M	30 849 186	37 866 244	41 745 721	44 607 728	44 668 647	47 034 364	46 251 682	47 156 345	46 351 844	51 258 371	52 786 496
12 Setúbal	G	75 726 187	76 586 191	80 012 355	85 881 084	85 366 312	86 416 905	77 453 206	76 967 405	58 728 245	53 648 518	52 240 875
13 Cascais	G	37 406 819	63 725 956	92 799 765	85 211 904	98 979 242	104 904 509	81 843 658	74 106 082	54 193 853	59 208 933	51 367 359
14 Matosinhos	G	57 338 196	72 725 519	80 155 008	79 671 112	60 430 552	53 463 011	49 514 072	51 625 863	62 844 518	60 464 317	50 749 956
15 Santarém	M	60 946 606	79 438 733	84 370 064	99 670 659	92 076 150	84 901 053	77 154 400	71 524 920	64 207 621	56 779 472	50 357 345
16 Paredes	M	18 988 941	34 754 561	53 021 096	60 660 202	64 816 221	63 013 050	63 254 926	54 730 412	50 367 152	54 504 586	49 858 321
17 Paços Ferreira	M	35 971 885	44 495 961	64 653 422	64 014 081	60 874 382	67 590 079	63 171 189	59 582 671	56 187 587	52 897 900	47 652 928
18 Coimbra	G	66 096 489	70 282 270	74 015 472	74 862 576	71 647 655	68 664 708	66 005 430	64 087 476	59 975 289	51 562 879	46 408 858
19 Seia	M	48 831 773	54 278 966	57 742 457	57 850 776	58 112 669	55 837 748	53 137 821	50 989 526	47 028 821	43 306 326	40 508 403
20 Guimarães	G	76 040 223	76 393 879	82 400 400	83 075 495	75 738 242	65 026 522	60 451 737	59 029 258	52 329 931	47 505 057	40 269 514
21 Maia	G	92 995 969	90 333 121	81 638 784	70 318 813	58 700 521	50 021 404	37 662 551	44 470 256	50 618 705	43 769 508	39 292 492
22 Vila do Conde	M	69 661 507	69 102 421	72 651 186	67 965 450	66 506 125	59 812 942	55 301 068	48 668 570	44 710 653	41 798 756	37 782 130
23 Covilhã	M	87 924 483	95 057 913	88 872 032	84 385 177	74 123 708	65 056 281	57 392 254	64 464 816	55 492 547	45 875 062	37 214 023
24 Lamego	M	20 162 909	27 216 864	36 436 659	32 533 412	32 056 172	29 547 059	31 294 823	30 594 888	39 876 191	36 904 755	35 204 920
25 Leiria	G	81 771 098	86 093 864	81 523 544	70 746 494	56 965 971	48 213 562	60 601 305	53 470 190	45 550 291	40 331 126	35 068 100
26 Funchal	G	92 779 795	106 248 703	105 082 515	112 146 946	109 199 966	94 617 690	84 062 934	74 500 835	62 393 502	53 586 655	34 429 016
27 Nazaré	P	16 450 839	23 990 791	29 220 961	42 791 716	39 895 921	42 000 170	40 339 917	36 195 707	33 666 754	34 798 697	34 160 759
28 Loulé	M	33 923 995	63 838 838	95 569 939	101 517 959	83 239 339	72 617 063	51 756 193	49 455 528	44 156 285	38 174 807	33 117 756
29 Chaves	M	34 140 648	41 042 953	45 263 290	42 852 410	41 220 000	46 454 951	46 485 090	38 597 422	30 845 037	38 092 173	32 514 850
30 V. N. Famalicão	G	42 511 887	46 275 186	45 379 393	43 284 562	38 150 988	36 696 486	33 330 540	36 753 860	36 316 047	34 889 181	31 470 522
31 Loures	G	79 594 322	85 434 601	85 332 191	81 976 315	69 388 661	60 166 625	48 059 852	40 576 040	33 660 145	33 174 792	30 167 858
32 Almada	G	41 496 230	36 464 408	42 412 673	51 136 044	48 144 526	45 997 489	45 534 773	43 608 754	39 702 482	33 324 605	29 666 378
33 V.F. Xira	G	35 034 218	35 844 946	35 246 524	33 167 582	32 647 079	31 179 226	27 864 566	27 559 939	24 911 285	31 248 967	29 537 782
34 Viana Castelo	M	27 261 374	31 253 824	36 405 797	35 579 288	34 401 279	31 413 268	28 260 232	30 914 537	26 124 979	28 912 647	29 502 110
35 Santo Tirso	M	27 068 724	36 354 300	34 001 848	34 443 877	34 603 991	33 620 183	31 793 247	30 505 023	24 998 764	28 459 326	27 997 674
36 F. Algodres	P	34 847 876	35 495 823	35 148 598	34 949 808	34 523 570	32 856 912	31 492 428	30 051 513	28 523 013	27 616 257	27 916 702

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
37 Trofa	M	29 007 157	39 735 630	42 117 217	44 045 223	40 756 181	42 278 351	41 331 858	37 355 666	34 572 352	30 280 156	27 595 368
38 Valongo	M	51 520 183	68 115 787	70 462 495	65 768 679	60 679 906	54 055 989	48 125 106	45 435 340	40 177 162	36 153 102	27 543 857
39 Odivelas	G	59 999 901	65 387 699	63 424 614	54 752 818	47 758 547	40 770 346	33 666 229	27 555 790	20 489 166	15 512 457	27 332 694
40 Lagos	M	16 128 530	42 693 374	49 665 583	52 385 846	51 820 195	64 455 730	56 706 131	48 271 794	40 433 475	31 408 544	27 214 546
41 Oeiras	G	71 474 019	71 475 379	65 929 441	56 437 633	49 296 850	76 309 357	70 853 405	56 070 236	45 533 608	37 602 160	27 172 854
42 Penafiel	M	36 702 047	39 232 583	37 859 881	34 597 425	29 263 750	28 765 421	27 777 851	28 474 593	23 454 157	30 912 782	24 717 802
43 Espinho	M	38 816 231	40 721 905	41 977 606	44 209 874	46 771 812	40 554 506	36 744 838	32 587 981	27 883 370	26 029 696	24 539 626
44 Marco Canaveses	M	44 437 437	43 217 692	42 515 511	38 065 940	35 677 497	33 176 481	33 452 865	30 334 215	27 387 594	25 853 155	24 051 185
45 Figueira da Foz	M	57 192 505	62 335 255	62 056 421	59 827 675	54 946 371	48 159 467	42 255 239	36 700 592	32 548 026	27 685 304	23 285 613
46 S. M. Feira	G	65 558 327	72 166 163	76 874 043	78 962 630	66 720 253	55 814 558	51 521 629	44 801 409	37 092 998	27 798 640	22 687 460
47 Caminha	P	9 503 407	13 424 851	16 557 975	11 401 014	10 464 205	18 236 909	17 326 301	20 634 834	19 407 454	22 458 662	22 641 274
48 Amadora	G	57 846 396	58 989 890	55 279 245	47 480 321	43 245 947	39 543 917	35 328 244	35 061 446	31 601 640	27 699 053	22 505 560
49 Portalegre	M	45 582 199	51 649 866	52 905 610	48 328 238	45 508 373	40 524 699	37 632 636	33 108 307	27 203 370	25 805 116	22 122 487
50 Ponta Delgada	M	32 775 156	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	25 357 137	33 264 273	28 991 973	26 289 084	23 744 026	21 890 070
Total do Passivo Exigível destes 50 municípios		3 944 966 174	4 418 561 606	4 541 363 511	4 481 440 531	3 876 361 157	3 828 941 234	3 604 268 801	3 435 889 560	3 098 300 425	2 816 887 315	2 596 781 869
Passivo Exigível dos 308 municípios		7 124 261 027	8 020 096 972	8 275 684 264	8 186 422 614	7 092 357 977	6 722 421 688	6 233 916 956	5 783 671 469	5 124 196 850	4 697 490 752	4 242 724 983

Ainda da observação do Ranking R46, pode-se afirmar em relação ao ano de 2018:

- **Lisboa**, face à dimensão financeira e económica que apresenta, distinguiu-se naturalmente dos restantes municípios no *ranking* em apreço, ao apresentar um passivo exigível que representou 10,5% do total exigível ao setor autárquico, isto é, 446,6 M€. Todavia, e à semelhança do ano transato, registou **uma descida, embora mais lenta, do volume de passivo exigível, em -10,2% (-50,6 M€)**;
- **Portimão** retomou o segundo lugar neste *ranking* com um passivo de 128,1 M€, pese embora este valor tenha descido em relação ao ano transato em -6% (-8,2 M€);
- **Vila Nova de Gaia** passou para terceira posição neste *ranking*, ao **manter a descida do seu passivo exigível em -12,4% (-17,6 M€)**, fixando-o em dezembro de 2018 em 124,9 M€;
- Deste *ranking*, são ainda de referir os seguintes municípios que apresentaram descida do passivo exigível superior ou igual a 20%: Funchal com -19,2 M€ (-35,8%), Oeiras com -10,4 M€ (-27,7%), Valongo com -8,6 M€ (-23,8%) e Penafiel com -6,2 M€ (-20,0%). Adicio-

nalmente, desta mesma listagem constam outros 38 municípios (76%) que apresentaram descida do valor do passivo exigível, embora em menor percentagem;

- **Considerando o universo dos municípios, 262 baixaram o valor do passivo exigível** destacando-se, por apresentarem uma descida igual ou superior a 50%, os municípios de: Vila Velha de Ródão (-55%), Lajes das Flores (-54%); São Vicente (-52%) e Porto (-50%);
 - Anotam-se ainda **dois municípios constantes desta lista que apresentaram aumento do passivo exigível em mais de 20%**: Odivelas (+76,2%, +11,8 M€) e Seixal (+27,9%, +19 M€);
- Nos Rankings 46.A e 46.M hierarquizam-se os municípios da Região Autónoma dos Açores e os da Região Autónoma da Madeira respetivamente, de acordo com o montante de passivo exigível em dezembro de 2018.

R46.A – Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores, ordenados pelo valor de 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 2018-2021
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Ponta Delgada	M	32 775 156	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	25 357 137	33 264 273	28 991 973	26 289 084	23 744 026	21 890 070
2 Vila Franca Campo	P	22 899 254	24 270 845	27 604 255	30 004 274	29 460 370	28 039 248	26 988 584	25 482 998	23 963 322	22 251 181	20 522 558
3 Angra Heroísmo	M	24 281 693	27 405 890	26 941 924	26 309 351	23 441 233	19 782 016	18 197 018	17 987 643	16 457 578	15 356 483	13 074 847
4 Ribeira Grande	M	23 284 196	26 313 870	21 787 706	18 404 098	15 891 087	11 595 360	10 485 361	10 206 149	10 777 160	10 651 872	11 235 937
5 Nordeste	P	9 755 756	10 092 454	15 220 629	18 537 477	17 061 334	16 987 365	15 309 830	14 148 271	13 052 166	12 027 647	11 125 281
6 Praia da Vitória	M	16 075 945	24 435 656	18 463 580	17 886 819	16 608 749	15 668 400	13 892 475	9 009 430	8 668 290	8 728 052	7 994 512
7 Lagoa (R. A. A)	P	13 860 504	15 032 047	12 966 478	10 765 210	9 441 188	8 475 923	6 867 916	8 899 155	7 918 092	6 988 543	5 938 678
8 Povoação	P	14 540 112	37 612 986	35 255 076	31 832 421	21 157 169	7 550 777	6 232 315	5 505 671	4 217 646	3 439 854	5 049 602
9 Madalena	P	7 870 613	6 493 927	6 296 983	5 191 004	4 374 151	3 680 426	3 302 831	2 858 512	3 920 359	4 968 871	4 560 134
10 Vila do Porto	P	1 449 161	1 520 439	1 722 404	1 290 681	1 129 066	839 579	760 551	492 240	4 967 735	4 569 902	4 156 166
11 Lajes do Pico	P	6 885 456	8 243 281	9 231 361	8 141 765	7 610 674	9 532 641	7 662 362	6 644 298	5 941 723	5 022 193	4 023 602
12 São Roque do Pico	P	1 905 901	2 928 466	3 032 628	1 497 352	1 201 197	1 011 129	476 325	630 264	556 559	3 501 253	3 822 848
13 Velas	P	7 635 802	7 506 668	10 763 634	9 406 498	7 585 473	6 262 895	5 686 141	4 840 476	4 271 177	3 785 958	3 210 604
14 Horta	P	8 959 302	9 580 852	9 416 421	8 552 245	7 019 772	6 624 121	5 938 734	4 973 174	4 125 996	3 640 513	3 159 014
15 Calheta (R. A. A.)	P	10 802 566	11 011 265	10 086 442	9 673 744	8 244 981	7 259 284	6 409 778	5 290 432	4 281 200	3 225 787	2 030 122
16 Sta. Cruz Graciosa	P	1 109 498	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	2 075 798	1 749 736	1 523 702	1 271 821	1 615 204	1 415 878
17 Corvo	P	2 231 292	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	1 110 075	990 192	955 681	822 405	653 906	521 871
18 Santa Cruz Flores	P	1 353 629	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	581 696	405 555	340 254	264 907	330 444	238 076
19 Lajes das Flores	P	824 660	1 905 336	2 109 927	1 925 633	2 220 162	3 449 222	1 177 990	705 055	1 177 990	295 267	136 266
Total Açores		208 500 494	253 649 111	248 841 304	235 281 345	204 226 423	175 883 094	165 797 966	149 485 380	142 945 209	134 796 957	124 106 066
% Açores/Total Nacional		2,9%	3,2%	3,0%	2,9%	2,9%	2,6%	2,7%	2,6%	2,8%	2,9%	2,9%

R46.M – Passivo Exigível dos municípios da R.A. da Madeira, ordenados pelo valor de 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 2018-2021
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Funchal	G	92.779.795	106.248.703	105.082.515	112.146.946	109.199.966	94.617.690	84.062.934	74.500.835	62.393.502	53.586.655	34.429.016
2 Santa Cruz	M	26.091.087	32.884.570	43.045.214	43.482.692	41.111.506	36.811.261	32.644.825	27.115.677	22.269.265	18.995.054	16.962.952
3 Câmara de Lobos	M	22.861.511	23.568.668	21.390.063	20.779.002	18.730.202	13.547.885	12.103.236	10.252.107	8.730.049	7.811.320	7.291.159
4 Machico	M	21.195.233	22.397.744	23.960.456	31.087.494	27.629.504	26.321.941	16.979.702	12.778.355	9.829.942	7.383.645	5.139.607
5 Ribeira Brava	P	13.102.770	18.954.428	18.268.597	21.246.214	20.005.798	14.705.923	10.946.457	7.933.335	5.841.344	4.523.896	3.705.108
6 Calheta (R. A. M.)	P	10.290.052	11.867.387	12.687.529	14.668.861	13.046.063	10.877.298	9.292.636	7.511.725	4.806.985	4.101.462	3.702.382
7 São Vicente	P	6.362.781	8.580.733	9.013.831	9.955.524	7.490.160	9.835.399	7.525.921	6.196.035	5.622.169	4.919.725	2.369.860
8 Porto Moniz	P	4.823.200	9.374.098	6.615.650	5.096.532	4.210.868	4.009.082	3.789.696	3.215.513	2.797.037	2.498.913	2.011.939
9 Porto Santo	P	3.610.898	7.161.410	7.373.010	9.862.954	8.873.070	4.669.810	4.485.405	2.303.000	2.510.796	2.813.534	1.779.761
10 Santana	P	6.882.388	15.392.895	14.774.594	14.898.665	10.838.114	7.482.718	4.519.386	4.102.385	3.106.712	1.265.018	908.763
11 Ponta do Sol	P	6.483.699	5.865.212	5.257.989	4.550.306	2.883.773	1.688.674	1.687.565	975.540	920.619	695.499	373.285
Total Madeira		214.483.415	262.295.847	267.469.446	287.775.190	264.019.024	224.567.682	188.037.763	156.884.508	128.828.421	108.594.720	78.673.831
% Açores/Total Nacional		3,0%	3,3%	3,2%	3,5%	3,7%	3,3%	3,0%	2,7%	2,5%	2,3%	1,9%

– O passivo exigível do conjunto dos municípios açorianos totalizou 124,1 M€ no final do ano 2018, mostrando uma descida de -10,7 M€ (-7,9%). Contribuíram para esta descida de passivo, dezasseis dos dezanove municípios.

– Ainda em relação à **Região Autónoma dos Açores** (Ranking R46.A), **em 2018 três municípios apresentaram aumento da dívida total:** Povoação (+46,8%, +1,6 M€), Ribeira Grande (+5,5%, +584 milhares de euros) e São Roque do Pico (+9,2%, +322 milhares de euros). Todos os restantes municípios apresentaram **diminuição do passivo exigível**, sendo de relevar, pelo valor de descida acima de -20%, os seguintes: Lajes das Flores (-53,9%); Calheta (-37,1%); Santa Cruz das Flores (-28,0%) e Corvo (-20,2%).

– Sobre a **Região Autónoma da Madeira** (Ranking R46.M), ofereceu-se referir que, **em 2018, o passivo global das autarquias madeirenses baixou -27,6% (-29,9 M€) ao totalizar a verba de 78,7 M€.**

– **Mais se verificou que todos os municípios madeirenses apresentaram descidas do montante da dívida total**, sendo de relevar os seguintes com maior valor de descida: Funchal com -19,2 M€ (-35,8%); São Vicente com -2,5 M€ (-51,8%); Machico com -2,2 M€ (-30,4%); Santa Cruz com -2 M€ (-10,7%) e Porto Santo com -1 M€ (-36,7%).

Face à verificação de uma forte descida do passivo global dos municípios, hierarquizaram-se no Ranking R47, **os 46 municípios que, em 2018, apresentaram aumento de valor do passivo exigível encabeçando a listagem o município de Seixal com um acréscimo de +19 M€ de dívida exigível.**

– A totalidade destes 46 municípios contribuíram para um acréscimo de dívida do setor autárquico em +68,4M€ tendo, contudo, este valor sido compensado pela diminuição da dívida apresentada pelos restantes municípios, permitindo um balanço final de -454,8 M€ de passivo exigível.

Considerando que com diminuição do passivo exigível se identificaram 262 municípios à data de dezembro de 2018, hierarquizaram-se no Ranking R48 os 50 municípios que apresentaram maior diminuição de dívida total. Deste ranking há a salientar a prestação dos cinco primeiros municípios que apresentaram uma descida de passivo exigível superior a 10 M€: Lisboa (-50,6 M€); Porto (-21,3 M€); Funchal (-19,2 M€); Vila Nova de Gaia (-17,6 M€) e Oeiras (-10,4 M€).

Com os Rankings R47.A e R47.M apresentam-se os municípios dos Açores e da Madeira hierarquizados pelo maior volume de descida da sua dívida total.

R47– Municípios com aumento do Passivo Exigível, em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Variação valor									
		08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
1 Seixal	G	12 056 141	-3 714 109	32 064 909	4 305 965	-8 920 224	-2 288 393	-10 291 457	-8 426 614	-6 590 882	19 026 723
2 Odivelas	G	5 387 797	-1 963 085	-8 671 795	-6 994 272	-6 988 201	-7 104 117	-6 110 439	-7 066 624	-4 976 709	11 820 237
3 Braga	G	6 376 100	-7 224 561	-6 908 070	-3 310 078	-2 597 678	-5 841 997	-11 104 628	-5 904 683	-2 538 952	5 823 611
4 V.R.S. António	P	26 619 835	12 800 636	6 093 769	2 667 139	3 220 977	4 324 216	445 296	-1 455 082	1 949 885	3 854 132
5 Felgueiras	M	4 594 897	-38 796	1 555 101	-4 116 343	-3 679 272	-2 872 940	-1 887 605	-3 737 416	-207 993	3 181 329
6 Esposende	M	1 774 331	1 435 684	-1 348 168	-3 060 705	-936 510	-632 005	-756 037	-428 618	-842 639	2 321 265
7 Nelas	P	5 720 628	3 236 987	2 902 826	-1 547 721	-448 924	-956 498	-1 562 315	-971 774	-147 217	2 069 028
8 Sines	P	5 417 678	-4 369 098	2 736 533	-3 652 713	-2 019 777	-2 403 182	-626 770	-2 199 790	-2 355 549	1 658 450
9 Povoação	P	23 072 875	-2 357 910	-3 422 655	-10 675 252	-13 606 392	-1 318 461	-726 644	-1 288 026	-777 792	1 609 748
10 Sousel	P	963 617	635 736	211 345	-525 309	-343 700	-78 053	-605 983	-590 668	-536 786	1 546 547
11 Cartaxo	M	7 017 058	3 879 477	2 862 007	60 919	2 365 717	-782 682	904 664	-804 501	4 906 528	1 528 125
12 Amarante	M	3 295 929	-2 139 921	-102 979	-499 683	-944 329	-109 795	-1 046 774	1 115 082	3 467 957	1 365 295
13 Peso da Régua	P	2 705 087	4 424 908	321 064	-807 528	-482 870	483 898	183 580	332 009	-545 407	1 106 582
14 Benavente	M	501 825	781 261	-657 298	-1 913 267	-1 131 854	297 967	-976 416	-148 864	-232 352	1 098 643
15 Pinhel	P	3 627 766	-1 871 390	88 695	-1 437 069	-1 783 283	-180 817	-769 343	305 598	591 805	1 079 013
16 Montalegre	P	-3 994 404	-1 765 073	-2 533 856	-1 013 050	-1 139 812	597 322	-1 542 401	-902 365	-809 742	988 846
17 Cinfães	P	363 192	-760 594	827 165	-323 535	373 380	698 526	-382 467	-13 343	305 631	870 852
18 Condeixa-a-Nova	P	2 533 328	-1 591 896	-1 731 472	-1 433 136	-593 132	-244 642	-303 287	-310 572	439 114	714 198
19 Gouveia	P	-921 016	-1 491 756	-1 336 324	-2 729 937	-2 438 116	-1 649 614	-478 982	-2 540 789	-581 862	691 778
20 Viana do Castelo	M	3 992 450	5 151 973	-826 509	-1 178 009	-2 988 011	-3 153 035	2 654 304	-4 789 558	2 787 668	589 463
21 Ribeira Grande	M	3 029 675	-4 526 164	-3 383 608	-2 513 011	-4 295 726	-1 110 000	-279 211	571 011	-125 289	584 066
22 Albergaria-a-Velha	M	-473 097	-1 365 907	794 259	-734 842	-844 855	190 884	-922 244	-544 854	458 842	527 444
23 Pampilhosa Serra	P	-316 138	-248 600	-116 832	-454 320	-404 169	-199 628	401 912	-176 603	-265 246	506 706
24 Almeirim	M	258 819	1 656 941	-564 941	-399 668	-895 921	-100 602	-1 317 847	-737 149	-395 940	403 451
25 Baião	P	2 346 530	783 124	-862 161	272 642	-951 889	786 411	-625 561	-84 665	-462 474	357 828
26 Oliveira Hospital	P	1 494 036	1 940 926	313 476	-234 178	-805 684	-186 154	-1 457 263	-299 884	687 003	323 045
27 São Roque do Pico	P	1 022 565	104 162	-1 535 276	-296 155	-190 068	-534 804	153 939	-73 705	2 944 694	321 595
28 F. Castelo Rodrigo	P	415 564	3 812 217	1 521 741	-1 880 148	-950 729	-2 072 696	-1 076 633	-972 282	1 439 383	319 094
29 Fornos Algodres	P	647 947	-347 225	-198 790	-426 238	-1 666 658	-1 364 484	-1 440 915	-1 528 501	-906 755	300 445
30 Belmonte	P	978 281	295 253	62 708	-379 647	874 913	322 169	652 669	-751 008	-1 547 805	224 169
31 Castro Marim	P	2 856 023	-183 609	-2 800 394	-1 547 788	-583 514	178 749	-481 802	-501 027	-241 701	196 740
32 Caminha	P	3 921 444	3 133 124	-5 156 962	-936 809	7 772 704	-910 608	3 308 534	-1 227 380	3 051 207	182 613
33 Alvito	P	-210 838	1 063 350	-1 441 234	-301 111	-161 437	-197 237	95 703	217 265	-124 999	180 738
34 Alcochete	P	1 697 004	702 366	5 451 628	-276 131	-301 868	-838 585	-1 914 057	-2 467 694	-584 278	162 275
35 Tabuaço	P	827 271	4 776 428	-838 999	-937 075	-1 183 170	-1 434 503	1 889 505	-1 911 580	-234 175	159 212
36 Penalva Castelo	P	-344 930	-636 331	-579 420	60 767	-277 304	-98 895	-396 776	-279 706	-255 787	123 727

Município		Dim.	Variação valor									
			08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
37	Campo Maior	P	315 544	1 081 390	-881 429	-116 193	723 407	-536 495	-103 567	226 373	-428 308	100 196
38	Batalha	P	146 466	2 319 333	-63 734	-971 113	-600 374	89 598	-504 633	-196 232	390 907	83 762
39	Vidigueira	P	448 163	-274 294	-122 192	-95 581	-12 801	-392 218	-61 731	408 716	-304 497	83 660
40	Vila Viçosa	P	675 992	590 582	393 791	-298 412	-322 263	-832 831	-968 142	-679 377	-296 715	72 783
41	Cabeceiras Basto	P	2 164 171	-583 754	2 235 012	-1 246 742	-1 869 849	-1 658 582	-265 210	-837 526	-106 611	63 904
42	Pedrógão Grande	P	-163 865	-228 019	-252 283	-337 729	-374 290	33 123	-317 108	73 587	-337 983	58 016
43	Figueiró Vinhos	P	1 360 783	449 178	-301 012	-510 575	-624 987	-713 104	-974 745	-414 578	-604 985	28 471
44	Marvão	P	93 042	125 883	-173 262	-201 676	-66 989	331 515	-113 222	-214 218	-333 229	24 566
45	Tábua	P	1 709 787	2 438 903	650 631	-565 367	-685 351	-339 917	-55 286	-1 007 159	538 704	11 074
46	Góis	P	492 221	-571 274	149 309	113 339	-1 046 596	-132 112	-671 916	-48 628	211 622	7 907
Variação total dos 308 municípios			895 835 944	255 587 292	-89 261 650	-1 094 064 637	-369 936 290	-488 504 732	-450 245 487	-659 474 619	-426 706 098	-454 765 769

R48 – Municípios com maior diminuição do Passivo Exigível em 2018

Unidade: euros

Município		Dim.	Variação valor									
			08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
1	Lisboa	G	52 519 223	-71 526 599	-37 167 960	-400 129 116	80 244 260	-16 605 344	-79 158	-87 170 869	-138 908 401	-50 622 008
2	Porto	G	-17 203 956	8 373 634	-19 485 218	-10 788 149	-6 992 715	-3 116 422	-8 552 921	-46 546 393	-3 345 801	-21 281 424
3	Funchal	G	13 468 908	-1 166 188	7 064 431	-2 946 980	-14 582 276	-10 554 756	-9 562 098	-12 107 333	-8 806 848	-19 157 639
4	Vila Nova de Gaia	G	8 681 617	-22 917 398	-24 505 734	-20 595 083	-16 577 014	-23 198 784	8 093 794	-16 114 541	-27 548 507	-17 643 068
5	Oeiras	G	1 360	-5 545 938	-9 491 808	-7 140 783	27 012 507	-5 455 952	-14 783 168	-10 536 629	-7 931 448	-10 429 306
6	Matosinhos	G	15 387 323	7 429 489	-483 896	-19 240 560	-6 967 542	-3 948 939	2 111 791	11 218 656	-2 380 201	-9 714 361
7	Covilhã	M	7 133 430	-6 185 881	-4 486 855	-10 261 469	-9 067 427	-7 664 027	7 072 562	-8 972 268	-9 617 485	-8 661 040
8	Valongo	M	16 595 604	2 346 708	-4 693 816	-5 088 773	-6 623 917	-5 930 883	-2 689 765	-5 258 178	-4 024 061	-8 609 245
9	Portimão	M	34 197 743	55 720 324	11 194 657	7 440 263	-7 938 119	-3 536 786	-14 375 881	-1 610 583	-2 779 470	-8 178 396
10	Cascais	G	26 319 137	29 073 809	-7 587 862	13 767 339	5 925 267	-23 060 851	-7 737 576	-19 912 229	5 015 080	-7 841 574
11	Guimarães	G	353 656	6 006 521	675 096	-7 337 254	-10 711 720	-4 574 785	-1 422 479	-6 699 327	-4 824 874	-7 235 543
12	Santarém	M	18 492 127	4 931 331	15 300 595	-7 594 509	-7 175 097	-7 746 653	-5 629 480	-7 317 300	-7 428 149	-6 422 127
13	Penafiel	M	2 530 536	-1 372 702	-3 262 457	-5 333 675	-498 329	-987 570	696 742	-5 020 436	7 458 625	-6 194 980
14	Chaves	M	6 902 305	4 220 337	-2 410 879	-1 632 411	5 234 952	30 138	-7 887 667	-7 752 385	7 247 136	-5 577 323
15	Leiria	G	4 322 767	-4 570 320	-10 777 050	-13 780 523	-8 752 409	12 387 743	-7 131 114	-7 919 899	-5 219 165	-5 263 026
16	Paços de Ferreira	M	8 524 075	20 157 462	-639 342	-3 139 699	6 715 697	-4 418 890	-3 588 518	-3 395 084	-3 289 686	-5 244 973
17	Amadora	G	1 143 494	-3 710 645	-7 798 924	-4 234 374	-3 702 030	-4 215 673	-266 798	-3 459 806	-3 902 587	-5 193 493
18	Coimbra	G	4 185 781	3 733 202	847 104	-3 214 920	-2 982 947	-2 659 278	-1 917 954	-4 112 187	-8 412 410	-5 154 021
19	Santa Maria Feira	G	6 607 836	4 707 880	2 088 586	-12 242 376	-10 905 695	-4 292 929	-6 720 220	-7 708 411	-9 294 358	-5 111 180

	Município	Dim.	Variação valor									
			08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
20	Loulé	M	29 914 843	31 731 101	5 948 020	-18 278 620	-10 622 276	-20 860 870	-2 300 665	-5 299 244	-5 981 478	-5 057 051
21	Barcelos	G	256 304	-5 862 644	-3 781 348	-9 552 422	-2 556 853	-2 382 791	-803 436	-2 665 725	-2 731 523	-4 807 160
22	Gondomar	G	10 159 943	2 539 697	-4 427 189	-10 057 926	-4 436 031	-1 335 137	-5 874 842	-5 340 666	-1 279 191	-4 719 564
23	Faro	M	5 528 756	4 148 837	-3 993 688	-4 901 764	-4 161 020	-5 971 459	-8 863 023	-6 699 333	-10 914 163	-4 692 653
24	Guarda	M	1 868 128	7 321 621	-7 657 805	-5 625 999	-5 560 389	-7 601 318	-4 346 435	-4 337 636	-1 932 325	-4 675 264
25	Paredes	M	15 765 620	18 266 535	7 639 106	4 156 019	-1 803 171	241 876	-8 524 514	-4 363 259	4 137 433	-4 646 265
26	Viseu	M	1 914 083	-112 070	-5 089 919	-4 719 322	-1 556 378	-3 021 102	2 603 833	-2 472 520	528 466	-4 590 534
27	Maia	G	-2 662 848	-8 694 337	-11 319 971	-11 618 292	-8 679 117	-12 358 853	6 807 705	6 148 449	-6 849 196	-4 477 017
28	Oliveira Azeméis	M	-600 350	-2 253 906	-1 795 413	-8 115 130	-1 696 671	-7 115 432	-4 547 210	-3 426 803	-4 574 586	-4 403 710
29	Figueira Foz	M	5 142 750	-278 835	-2 228 746	-4 881 304	-6 786 904	-5 904 228	-5 554 647	-4 152 566	-4 862 722	-4 399 691
30	Sintra	G	5 539 126	37 429 315	24 667 975	-57 903 614	-13 250 445	-9 950 336	-31 043 371	-20 521 790	-6 405 408	-4 397 842
31	Lagos	M	26 564 845	6 972 209	2 720 262	-565 651	12 635 536	-7 749 599	-8 434 338	-7 838 319	-9 024 931	-4 193 998
32	Sesimbra	M	6 862 388	1 770 901	3 323 754	1 195 593	-2 617 130	-5 155 250	-1 486 161	-3 650 927	-2 283 930	-4 167 991
33	Vila do Conde	M	-559 086	3 548 765	-4 685 736	-1 459 325	-6 693 183	-4 511 874	-6 632 498	-3 957 917	-2 911 897	-4 016 626
34	Fundão	M	2 576 502	3 791 217	-2 072 922	370 380	184 158	-4 727 751	-4 710 952	-6 031 605	-5 453 444	-3 842 810
35	Portalegre	M	6 067 667	1 255 745	-4 577 373	-2 819 865	-4 983 674	-2 892 063	-4 524 328	-5 904 937	-1 398 254	-3 682 629
36	Torres Vedras	M	10 546 668	10 546 211	3 456 208	-7 092 673	-5 264 674	-3 188 693	-2 585 127	-5 437 754	-2 273 871	-3 660 136
37	Almada	G	-5 031 822	5 948 265	8 723 371	-2 991 518	-2 147 037	-462 717	-1 926 019	-3 906 272	-6 377 877	-3 658 227
38	Ílhavo	M	399 250	2 152 862	-3 174 121	-1 415 666	-6 361 645	-402 099	636 271	-4 696 954	-1 874 795	-3 654 329
39	Albufeira	M	16 116 052	17 858 433	9 835 370	-9 534 827	-13 434 815	-19 080 110	-1 686 271	710 610	-2 208 129	-3 617 307
40	Aveiro	M	18 547 968	7 201 099	-15 221 418	-16 060 209	-7 004 510	2 790 411	-10 562 034	-15 154 605	5 130 191	-3 517 593
41	Torres Novas	M	1 379 813	1 974 039	841 326	-2 297 392	-4 785 573	-4 734 750	-1 218 572	-4 452 118	-2 883 813	-3 431 029
42	VN Famalicão	G	3 763 298	-895 793	-2 094 830	-5 133 574	-1 454 502	-3 365 946	3 423 320	-437 814	-1 426 866	-3 418 659
43	Tomar	M	1 177 640	3 614 777	5 970 859	-4 225 217	-3 730 359	138 666	-3 584 378	-2 496 899	-2 355 625	-3 395 953
44	Cantanhede	M	9 209 183	-450 183	-1 265 497	-3 047 151	-3 999 637	-2 237 238	-4 084 332	-3 862 904	-4 011 634	-3 314 223
45	Silves	M	4 341 338	-391 535	-2 549 837	-10 729 569	-2 378 263	386 803	-2 814 996	-1 880 762	2 344 545	-3 018 854
46	Loures	G	5 840 279	-102 410	-3 355 877	-12 587 653	-9 222 037	-12 106 772	-7 483 812	-6 915 895	-485 353	-3 006 934
47	Seia	M	5 447 194	3 463 491	108 318	261 894	-2 274 922	-2 699 927	-2 148 295	-3 960 706	-3 722 495	-2 797 922
48	Ourém	M	-91 671	1 842 250	-1 402 027	-3 175 804	-9 528 351	-5 572 102	-1 882 841	-2 478 998	-1 700 220	-2 697 043
49	Trofa	M	10 728 473	2 381 587	1 928 006	-3 289 042	1 522 170	-946 492	-3 976 193	-2 783 314	-4 292 196	-2 684 788
50	Montemor-o-Velho	M	2 805 889	5 780 510	680 583	-5 764 989	-1 654 118	-1 570 892	-2 088 021	-3 929 440	-2 313 959	-2 661 895

R47.A – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Variação valor									
		08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
1 Angra do Heroísmo	M	3 124 197	-463 966	-632 573	-2 868 118	-3 659 216	-1 584 998	-209 375	-1 530 066	-1 101 094	-2 281 636
2 Ponta Delgada	M	1 621 523	-1 631 822	-2 137 578	-3 233 917	-2 036 224	7 907 135	-4 272 299	-2 702 890	-2 545 058	-1 853 956
3 Vila Franca do Campo	P	1 371 591	3 333 410	2 400 019	-543 904	-1 421 122	-1 050 664	-1 505 586	-1 519 676	-1 712 141	-1 728 623
4 Calheta (R. A. A.)	P	208 699	-924 823	-412 698	-1 428 763	-985 698	-849 505	-1 119 346	-1 009 233	-1 055 413	-1 195 665
5 Lagoa (R.A.A)	P	1 171 544	-2 065 570	-2 201 268	-1 324 022	-965 265	-1 608 007	2 031 239	-981 063	-929 549	-1 049 865
6 Lajes do Pico	P	1 357 826	988 080	-1 089 597	-531 091	1 921 967	-1 870 279	-1 018 064	-702 575	-919 530	-998 592
7 Nordeste	P	336 698	5 128 175	3 316 848	-1 476 143	-73 969	-1 677 536	-1 161 559	-1 096 105	-1 024 518	-902 367
8 Praia da Vitória	M	8 359 712	-5 972 077	-576 761	-1 278 069	-940 349	-1 775 926	-4 883 045	-341 140	59 761	-733 540
9 Velas	P	-129 134	3 256 966	-1 357 136	-1 821 025	-1 322 578	-576 754	-845 665	-569 299	-485 219	-575 354
10 Horta	P	621 551	-164 431	-864 177	-1 532 473	-395 651	-685 387	-965 560	-847 178	-485 484	-481 498
11 Vila do Porto	P	71 277	201 965	-431 722	-161 616	-289 487	-79 028	-268 311	4 475 495	-397 833	-413 736
12 Madalena	P	-1 376 686	-196 945	-1 105 979	-816 853	-693 725	-377 595	-444 319	1 061 847	1 048 512	-408 737
13 Sta. Cruz da Graciosa	P	574 403	808 067	120 789	-240 678	-296 280	-326 062	-226 034	-251 881	343 384	-199 327
14 Lajes das Flores	P	1 080 677	204 591	-184 294	294 528	1 229 060	-2 271 232	-472 935	472 935	-882 723	-159 002
15 Corvo	P	-338 869	-359 416	33 204	-348 665	-107 470	-119 883	-34 511	-133 277	-168 498	-132 036
16 Santa Cruz das Flores	P	-31 505	-170 100	-95 497	-259 695	-215 136	-176 141	-65 301	-75 347	65 538	-92 368
17 São Roque do Pico	P	1 022 565	104 162	-1 535 276	-296 155	-190 068	-534 804	153 939	-73 705	2 944 694	321 595
18 Ribeira Grande	M	3 029 675	-4 526 164	-3 383 608	-2 513 011	-4 295 726	-1 110 000	-279 211	571 011	-125 289	584 066
19 Povoação	P	23 072 875	-2 357 910	-3 422 655	-10 675 252	-13 606 392	-1 318 461	-726 644	-1 288 026	-777 792	1 609 748
Variação total R.A Açores		45 148 617	-4 807 807	-13 559 959	-31 054 922	-28 343 329	-10 085 127	-16 312 586	-6 540 172	-8 148 252	-10 690 891

R47.M – Variação do Passivo Exigível dos municípios da Região Autónoma da Madeira em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Variação valor									
		08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17	17-18
1 Funchal	G	13 468 908	-1 166 188	7 064 431	-2 946 980	-14 582 276	-10 554 756	-9 562 098	-12 107 333	-8 806 848	-19 157 639
2 São Vicente	P	2 217 952	433 098	941 693	-2 465 364	2 345 239	-2 309 478	-1 329 886	-573 866	-702 444	-2 549 864
3 Machico	M	1 202 511	1 562 711	7 127 038	-3 457 990	-1 307 563	-9 342 238	-4 201 347	-2 948 413	-2 446 297	-2 244 038
4 Santa Cruz	M	6 793 483	10 160 644	437 478	-2 371 185	-4 300 245	-4 166 435	-5 529 148	-4 846 412	-3 274 211	-2 032 102
5 Porto Santo	P	3 550 512	211 600	2 489 944	-989 883	-4 203 260	-184 405	-2 182 405	207 796	302 737	-1 033 772
6 Ribeira Brava	P	5 851 657	-685 831	2 977 618	-1 240 416	-5 299 875	-3 759 466	-3 013 123	-2 091 991	-1 317 448	-818 788
7 Câmara de Lobos	M	707 157	-2 178 605	-611 061	-2 048 800	-5 182 317	-1 444 650	-1 851 129	-1 522 058	-918 729	-520 161
8 Porto Moniz	P	4 550 898	-2 758 448	-1 519 118	-885 664	-201 786	-219 387	-574 183	-418 475	-298 124	-486 975
9 Calheta (R. A. M.)	P	1 577 335	820 142	1 981 333	-1 622 798	-2 168 765	-1 584 662	-1 780 911	-2 704 740	-705 523	-399 080
10 Santana	P	8 510 507	-618 301	124 071	-4 060 551	-3 355 396	-2 963 332	-417 002	-995 673	-1 841 694	-356 254
11 Ponta do Sol	P	-618 487	-607 223	-707 683	-1 666 533	-1 195 099	-1 109	-712 025	-54 921	-225 120	-322 214
Variação total R. A. Madeira		47 812 432	5 173 600	20 305 744	-23 756 166	-39 451 342	-36 529 918	-31 153 255	-28 056 087	-20 233 701	-29 920 889

– A observação dos dois *rankings* anteriores relativos às regiões autónomas confirma a análise já efetuada à evolução do passivo exigível dos seus municípios, havendo apenas que relevar o facto de, **no conjunto dos municípios açorianos, a descida do passivo ter sido de -10,7M€, representando 2,4% do montante de descida verificado a nível nacional.**

– No seu conjunto, os **municípios madeirenses apresentaram uma diminuição da dívida de -29,9M€, o que se traduziu em 6,6% do total da descida verificada a nível nacional.**

3.5.3. Passivo eventualmente exigível dos municípios – Provisões para riscos e encargos e acréscimos de custos

– No Quadro 3.14 é apresentada a evolução das provisões para riscos e encargos e dos acréscimos de custos, componentes que, como referimos supra, não consideramos como passivo exigível, isto é, dívidas para com terceiros, nomeadamente a parte referente a provisões que traduzem valores estimados resultantes de acordos contratuais em risco, situações em litígio ou créditos com forte risco de cobrança.

– Verifica-se que o **volume de provisões para riscos e encargos baixou -3,1% (-31 M€)**, totalizando 980,5 M€ no universo dos 308 municípios. Já os **acrécimos de custos aumentaram +11,6% (+54 M€)** totalizando 520,3 M€ em 2018.

– Concluindo a análise do passivo e face à obrigatoriedade de con-

tabilização dos encargos contingentes **em provisões**, observaram-se mais detalhadamente as contas dos municípios com valores mais representativos nesta rúbrica. Desta observação resultou o Quadro 3.15, onde se listam 33 municípios **com provisões para riscos e encargos acima de 5 M€**. Nesta listagem, destaca-se o município de Lisboa, que apresentou valores notoriamente mais elevados que os restantes municípios. **As provisões consideradas por Lisboa representavam 20,9% das provisões da totalidade dos municípios.**

– Realça-se o facto de, entre estes 33 municípios, se encontrarem quatro municípios de pequena dimensão: Gouveia, Sines, Belmonte e Pinhel. Nesta listagem encontram-se, ainda, treze municípios de média dimensão.

– Para além destes 33 municípios com provisões para riscos e encargos¹³⁸, identificaram-se mais 192 municípios que apresentaram provisões, embora com valores bastante inferiores ao apresentado pelos municípios assinalados no Quadro 3.15.

¹³⁸ Contudo, para além das provisões que a lei obriga a constituir como forma de acautelar contingências que possam, no futuro, transformar-se em encargos reais, os municípios deveriam constituir provisões para todos os processos em contenda em tribunal, dos quais possam advir responsabilidades financeiras, desde que os respetivos montantes possam ser objetivamente apurados. Dos mapas de prestação de contas não foi possível obter uma discriminação mais apurada da natureza destes registos, de modo a concluir-se sobre quais as provisões que estarão com maior probabilidade de se transformarem em futuros desembolsos.

Quadro 3.14 – Componentes do Passivo eventualmente exigível

Unidade: milhões de euros

Passivo	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisão para riscos e encargos	311,0	763,6	774,8	768,4	835,9	921,2	809,5	822,6	953,8	1 011,9	980,5
Acrécimos de Custos	447,5	468,0	417,4	321,7	331,5	424,1	432,8	429,6	468,7	466,1	520,3
Passivo eventualmente não exigível	758,5	1 231,6	1 192,2	1 090,1	1 167,4	1 345,3	1 242,3	1 252,3	1 422,5	1 478,0	1 500,8

Quadro 3.15 – Municípios com valor em provisões para riscos e encargos superior a 5 M€

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Lisboa	G	189 025 582	584 397 163	525 337 602	439 185 125	414 569 899	441 768 499	225 556 087	211 714 857	246 870 971	317 387 561	204 698 475
2	Barcelos	G	0	0	0	0	0	0	0	0	97 809 000	73 108 360	75 682 330
3	Loures	G	20 925 849	25 191 829	27 783 671	64 005 025	67 772 510	73 522 699	72 142 323	70 849 651	72 225 255	72 256 265	72 644 938
4	Paços de Ferreira	M	0	0	3 000 000	3 000 000	3 000 000	2 765 477	5 627 746	55 477 553	55 731 229	51 102 212	51 742 908
5	Coimbra	G	0	500 000	7 052 612	6 668 295	10 821 493	13 096 256	18 070 480	26 059 616	34 147 170	42 046 516	44 879 436
6	Porto	G	25 263 804	22 074 305	22 823 882	24 185 689	30 982 291	31 078 615	38 429 002	40 445 332	43 277 433	45 333 103	39 046 136
7	Guarda	M	1 189 249	815 940	1 080 095	1 607 576	5 112 637	4 201 384	4 064 574	4 654 334	5 255 128	1 588 209	30 721 217
8	Sintra	G	1 336 118	3 147 535	5 608 813	8 459 053	14 995 132	17 150 266	17 102 723	21 222 930	19 758 775	19 809 244	29 437 669
9	Marco Canaveses	M	949 900	41 860 754	40 156 008	40 156 008	40 156 008	40 156 008	45 978 629	44 742 422	25 019 671	24 285 596	24 889 763
10	Fundão	M	0	3 414 564	5 220 295	8 220 055	10 821 102	18 989 359	22 618 202	22 229 091	23 346 633	23 796 533	24 493 451
11	Bragança	M	7 945 750	8 291 220	9 847 807	9 272 162	9 746 282	9 714 178	12 604 264	12 496 918	12 562 373	12 749 338	17 954 700
12	Funchal	G	421 589	485 936	1 258 295	1 099 332	296 646	701 646	1 283 268	1 594 059	3 711 694	6 848 767	17 914 899
13	Alcobaça	M	0	62 357	0	0	3 961 607	4 650 188	4 586 067	7 213 038	9 068 069	12 292 580	15 716 594
14	Lamego	M	0	0	0	0	0	0	0	0	6 627 463	6 797 605	15 440 566
15	Oeiras	G	7 976 384	9 030 805	9 079 191	10 491 332	17 034 041	16 298 563	25 710 444	6 461 115	12 753 622	2 990 984	13 783 140
16	Cascais	G	4 555 188	4 555 188	4 555 188	5 094 079	2 530 656	2 640 596	9 243 774	9 965 821	9 297 351	11 055 914	9 981 680
17	Paredes	M	325 036	274 158	96 297	173 250	118 253	252 253	2 502 373	2 005 792	10 233 431	9 936 276	9 752 301
18	Mafra	M	573 546	0	0	0	0	1 606 187	7 801 175	7 585 912	7 736 234	8 785 979	9 652 515
19	Vila Franca Xira	G	0	0	0	0	0	0	8 381 552	8 477 331	8 286 498	7 804 246	9 553 381
20	Portimão	M	0	0	0	0	0	0	5 159 169	5 159 169	7 415 685	8 904 969	9 205 817
21	Gouveia	P	530 550	530 550	682 787	706 040	1 054 332	2 676 524	4 188 566	5 006 760	6 390 396	7 343 151	8 932 160
22	Santarém	M	0	0	0	466 356	18 483 369	13 181 643	8 368 619	11 145 951	9 001 990	9 380 589	8 007 625
23	Amadora	G	1 208 335	1 307 835	1 547 558	2 311 166	2 371 029	1 626 956	2 156 700	3 268 585	4 578 181	3 300 080	7 827 703
24	Sines	P	1 222 707	1 222 707	2 826 666	2 826 666	3 254 993	10 366 657	11 779 722	12 679 728	12 704 376	12 240 057	7 603 312
25	Braga	G	0	0	0	0	0	0	601 309	601 309	1 643 233	12 130 845	7 542 132
26	Matosinhos	G	0	335 453	0	0	13 395 043	9 904 093	12 583 387	12 612 149	4 025 502	3 839 590	7 454 256
27	Belmonte	P	0	0	0	0	51 853	51 853	0	0	1 909 873	5 231 785	7 298 599
28	Albufeira	M	110 171	110 171	110 171	1 033 721	1 349 796	1 272 546	677 774	544 349	6 884 624	6 544 361	6 299 892
29	Faro	M	4 594 302	5 897 132	5 845 301	5 874 051	5 825 297	5 825 297	6 130 676	6 134 684	6 113 235	6 113 235	6 113 235
30	Seixal	G	0	0	0	0	0	0	2 056 083	3 242 467	5 998 717	4 272 302	6 106 710
31	Pinhel	P	0	0	0	0	379 092	1 850 964	3 411 551	4 268 955	4 686 618	5 655 482	5 807 488
32	Leiria	G	1 700	1 374 101	3 855 122	4 843 285	4 647 292	7 037 861	9 616 542	11 467 072	6 844 759	5 926 686	5 475 275
33	Vila Nova de Gaia	G	14 300 000	755 000	23 500 000	33 300 000	43 914 951	51 194 130	49 534 130	4 213 881	2 878 500	4 913 758	5 457 936
Total dos 308 municípios			311 043 698	763 611 368	774 847 620	768 370 537	835 940 092	921 207 049	809 545 839	822 624 072	953 795 809	1 011 907 627	980 536 493

3.5.4. Endividamento das Autarquias

3.5.4.1 Cálculo do limite da dívida total ao abrigo do disposto no Artigo 52.º, Lei 73/2013¹³⁹

Neste ponto apresentar-se-á o montante da dívida total dos municípios com vista à determinação da sua capacidade de endividamento, considerando apenas o sector autárquico em sentido restrito e não abrangendo a totalidade dos entes que constituem os Grupos Autárquicos, isto é, sem inclusão das entidades referidas no n.º 1 do Artigo 54º da Lei 73/2013¹⁴⁰.

¹³⁹ Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais com as alterações introduzidas pela Lei n.º51/2018, de 16 de agosto

¹⁴⁰ Artigo 54.º - Entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total (com as alterações introduzidas pela Lei n.º69/2015 de 16 de julho):

1 - Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos: a) Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; b) As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; c) As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei; d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime; e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município; f) As entidades de outra natureza relativamente às quais se verificou, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.

2 - As entidades previstas na alínea b) do número anterior incluem também as associações participadas não exclusivamente por municípios, desde que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

3 - Caso, nas situações referidas nas alíneas c) a e) do n.º 1, sejam entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais a participar no capital ou a deter o controlo ou a presunção de controlo sobre entidades dessa natureza, a respetiva percentagem do endividamento relevante a imputar a cada município resulta da que lhe corresponde na entidade associativa, de acordo com as regras constantes da alínea b) do n.º 1.

4 - Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI), na sua redação atual, estabelece no artigo 52.º o conceito relativo ao endividamento municipal que é o da dívida total das operações orçamentais. O n.º 1 deste artigo estabelece como limite da dívida total o valor correspondente a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, que não pode ser ultrapassado em 31 de dezembro de cada ano. Determina-se, ainda, no n.º 2 desse mesmo artigo, que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Em relação ao exercício de 2018, mantém-se a alteração à lei do RFALEI introduzida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, reiterada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o OE para 2018¹⁴¹, no qual se excluiu do cômputo do cálculo do limite de endividamento, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia, bem como o valor das subvenções reembolsáveis ou os empréstimos resultantes dos instrumentos financeiros referidos no n.º1 do artigo 7 do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

intermunicipais ou entidades associativas municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores.

¹⁴¹ A Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Lei Orçamental de 2018, altera o Artigo 52º - Limite da dívida total, do RFALEI, nos seus pontos 5 e 6 dando-lhe a seguinte redação: (...)

“5 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 - Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.”

Mais se anota que, às exceções acabadas de referir, crescem os empréstimos considerados no Artigo 84.º do RFALEI – Regime transitório para o endividamento excepcionado¹⁴².

Todavia, todas as situações de exclusão de empréstimos ou de outras dívidas, nos termos acabados de citar, apenas relevam para a determinação dos limites de endividamento, continuando a ter que ser considerada a totalidade do capital em dívida seja qual for o empréstimo que lhe tenha dado origem, bem como toda a dívida de curto prazo de natureza orçamental, para efeitos do cálculo da dívida total das autarquias. Só desta forma poderá haver efetiva transparência sobre as dívidas das autarquias.

Pese embora no cálculo do endividamento apresentado neste anuário não tenha sido considerado o endividamento dos entes participados¹⁴³ pela autarquia ou daqueles em cuja capacidade de decisão a autarquia detém a maioria dos votos, entende-se que não deverá provir desta limitação, desvio relevante em relação ao valor total de endividamento, uma vez que, atualmente, a lei só

¹⁴² Este artigo estabelece que:

1 - No caso em que um município cumpra os limites de endividamento na data de entrada em vigor da presente lei, mas que passe a registar uma dívida total superior aos limites previstos no artigo 52.º apenas por efeito da existência de dívidas excepcionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei, não deve o município ser sujeito a sanções previstas na presente lei.

2 - Para efeitos do número anterior, consideram-se dívidas excepcionadas as seguintes: a) Os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excecionavam dos limites de endividamento; b) Os empréstimos e os encargos com empréstimos contraídos para a conclusão dos programas especiais de realojamento (PER) cujos acordos de adesão tenham sido celebrados até ao ano de 1995; c) As dívidas dos municípios às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, consolidadas até 31 de dezembro de 1988.

3 - Para efeitos dos números anteriores, apenas relevam as dívidas excepcionadas constituídas em data anterior à entrada em vigor da presente lei e cujos contratos não sejam objeto de alterações, designadamente nos montantes ou nos prazos.

¹⁴³ À data da realização deste anuário não se detém informação sobre a consolidação das contas dos municípios e sua participadas / intervencionadas. Todavia, para efeito da conformidade dos cálculos aqui apresentados invoca-se a exceção prevista no n.º 1 do artigo 54.º do RFALEI, que refere “As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei”.

obriga à absorção da dívida das participadas na esfera do seu sector empresarial¹⁴⁴, quando estas não apresentem equilíbrio de contas. Em caso contrário, quando demonstram equilíbrio das contas, a dívida das participadas não concorrem para os limites da dívida total do município.

No Quadro 3.16 apresenta-se a dívida total dos municípios¹⁴⁵, considerando o universo dos 308 municípios, com base nos dados apresentados nos mapas de prestação de contas e com as considerações apresentadas supra.

Do exposto, é de salientar, para efeitos de clarificação da leitura dos quadros subsequentes, que a dívida total que se apresenta pode não corresponder, integralmente, ao valor da dívida total dos municípios para efeitos do cumprimento do limite da dívida prevista no RFALEI face à não ponderação do endividamento de entidades do sector empresarial das autarquias ou outras por si participadas. Mais se refere que não foram excluídos para efeitos de cálculo do limite de endividamento, os montantes de empréstimos excepcionados, quer os mencionados no n.º 5 do artigo 52.º, quer os referidos na norma transitória – artigo 84.º do RFALEI, por não ter sido possível isolar os valores em apreço. Tal dificuldade resultou do facto de se detetarem incorreções relevantes na sinalização dos empréstimos isentos para fins de cálculo de limite de endividamento, nos mapas de empréstimos apresentados pelos municípios. Uma verificação de conformidade entre os valores disponibilizados pela DGAL, em relação aos anos anteriores a 2018¹⁴⁶ e o cálculo da dívida que relevaria para efeitos do limite da dívida obtido por dedução dos empréstimos sinalizados como isentos nos referidos mapas de controlo de empréstimos elaborados pelas autarquias, demonstraram discrepâncias de tal ordem, que levou os autores deste anuário a optar por não considerarem as referidas exceções.

¹⁴⁴ Da qual resultou extinções e ou fusões

¹⁴⁵ O cálculo da dívida total, embora numa percentagem muito pouco significativa e por isso sem influência relevante na determinação do seu valor, envolveu alguns constrangimentos que derivam do facto de não ser possível isolar completamente a dívida de curto prazo de origem não orçamental. Efetivamente na atual informação prestada pelos municípios em sede de prestação de contas, há rubricas do passivo em relação às quais não é possível distinguir eventuais valores relacionados com operações de tesouraria dos valores de natureza orçamental. Assim, optou-se por deduzir ao passivo de curto prazo o saldo de operações de tesouraria obtido do mapa de fluxos de caixa.

¹⁴⁶ Ainda não há valores disponíveis, ao público, relativos às contas de 2018.

Quadro 3.16– Limite à dívida total

Unidade: milhões de euros

Indicadores	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (a)	5 678,2	5 715,1	5 904,8	6 222,2	6 502,4	6 815,6
Limite da dívida total: (b) = 1,5 x (a)	8 517,4	8 572,6	8 857,2	9 333,2	9 753,5	10 223,4
Passivo Exigível dos municípios ¹ , não incluindo outras entidades nem excluindo exceções (c)	6 722,4	6 233,9	5 783,7	5 124,2	4 697,5	4 242,7
Dividas não orçamentais (d)	186,1	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1
Dívida Total dos municípios, não incluindo outras entidades nem excluindo exceções (e) = (c) - (d)	6 536,3	6 044,4	5 594,3	4 932,4	4 491,8	4 023,6
Índice do limite à dívida total (f) = (e) / (b) (Índice permitido <= 100%)	76,7%	70,5%	63,2%	52,8%	46,1%	39,4%
N.º de municípios que podem ter excedido o limite da dívida total	81	69	45	33	30	23

* Engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras e todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Da observação do Quadro 3.16 referente ao limite da dívida municipal considerando, como já foi justificado, que não estão incluídas dívidas de outras entidades do grupo autárquico que possam relevar para o montante da dívida, nem excluídas as exceções previstas no RFALEI, poder-se-á realçar o seguinte:

- Em 2018, considerando o universo dos 308 municípios, o valor da dívida total ficou distante 60,6pp do limite máximo da dívida total determinado com base nos artigos 52.º e 84.º do RFALEI, aumentando esse distanciamento em +6,7pp relativamente ao verificado em 2017.
- Mantém-se a afirmação de que “os sucessivos decréscimos, verificados desde 2013, do valor do índice do limite à dívida total (razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios) é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias”.
- Pese embora o referido no ponto anterior, em 2018, nas condições de cálculo supra referidas, isto é, não incluídas as dívidas de outras entidades do grupo autárquico nem excluídas as exceções que não relevam para o limite da dívida, ainda persistiram 23 municípios que excederam o limite da dívida total indicado no artigo 52.º da RFALEI¹⁴⁷.

3.5.4.2. Indicadores de alerta para o risco de incumprimento do Artigo 52.º da Lei n.º 73/2013

A Sessão III da Lei n.º 73/2013 define os Mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal¹⁴⁸ no caso de incumprimento dos limites dispostos no seu artigo 52.º, e contém indicadores que servirão de sinal de alerta para o risco de incumprimento dos novos limites de endividamento. Observando as contas dos 308 municípios procedeu-se ao cálculo desses indicadores para cada um dos municípios, obtendo-se o ponto de situação apresentado nos Quadros 3.17 e 3.18.

¹⁴⁷ A estes municípios teria de se aplicar o disposto no artigo 52.º, n.º 3, e no artigo 57.º.

¹⁴⁸ Estes mecanismos de prevenção e de recuperação financeira municipal estão explicitados nos seguintes artigos do RFALEI: Artigo 56.º: Alerta precoce de desvios; Artigo 57.º: Mecanismos de recuperação financeira municipal; Artigo 58.º: Saneamento financeiro, e Artigo 59.º: Plano de saneamento.

Quadro 3.17 – Indicadores de sinalização de alerta precoce, de saneamento financeiro e de recuperação financeira

Situação da Dívida total:	N.º de Municípios					
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Inferior a 1,5 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	227	239	263	275	278	285
Superior à média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	144	126	100	70	60	44
Superior a 1,5 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	81	69	45	33	30	23
Entre 1,5 e 2,25 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	42	41	25	16	16	13
Entre 2,25 e 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	21	12	7	10	8	7
Superior a 3 x a média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	18	16	13	7	6	3

Quadro 3.18 – Outros Indicadores de sinalização de alerta precoce e de recuperação financeira

N.º de municípios com Dívida total deduzida dos empréstimos:	2013	2014	2015	2016	2017	2018
inferior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	266	276	287	296	299	303
superior a 0,75 x média das receitas correntes dos 3 exercícios anteriores	42	32	21	12	9	5

Os cálculos efetuados, para a determinação dos indicadores apresentados no Quadro 3.17 e no Quadro 3.18 permitem apresentar as seguintes conclusões¹⁴⁹ relativas ao ano e 2018.

Situações que exigem a aplicação das sanções previstas no n.º3 do artigo 52.º do RFALEI:

– Vinte e três municípios ao apresentarem uma dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores não cumpriram o limite previsto no n.º 1 deste artigo, devendo, por isso, ser-lhes reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido.

Situações em que municípios teriam que requerer saneamento financeiro¹⁵⁰, com aplicação do respetivo plano de saneamento e

obrigatoriedade de contrair um empréstimo para esse fim:

– Os vinte e três municípios referidos na situação precedente, para além das sanções apresentadas, deveriam contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

– Os cinco municípios que apresentaram em 2018 um montante da dívida, excluindo empréstimos, superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores¹⁵¹.

– Os sete municípios que demonstraram em dezembro de 2018 um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores¹⁵².

¹⁴⁹ Reitera-se que todas estas análises não incluem os empréstimos excecionados nos termos do atual n.º 5 do artigo 52.º do RFALEI, modificado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30/03, reiterada pela Lei n.º 114/2017, de 29/12, que aprovou o OE para 2018, nem inclui as exceções previstas no artigo 84.º- Regime transitório para o endividamento excecionado do mesmo RFALEI.

¹⁵⁰ Situação em que o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no artigo 61.º do RFALEI.

¹⁵¹ Alínea b) do ponto 1 do artigo 58.º do RFALEI

¹⁵² Estes poderão, em alternativa, aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto no Artigo 61.º do RFALEI: “Recuperação financeira municipal: 1 - O município é obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal sempre que se encontre em situação de rutura financeira. 2 - A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

Situações que obrigariam à adesão ao procedimento de recuperação financeira municipal¹⁵³:

– Três municípios apresentaram em dezembro de 2018 uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios. Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal.

Situações que permitem, mas não exigem, a contração de empréstimos para saneamento financeiro¹⁵⁴:

– Em dezembro de 2018 quarenta e quatro municípios apresentaram sinais de alerta precoce¹⁵⁵, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI. Efetivamente, àquela data, estes municípios, apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

– Treze municípios apresentaram, em dezembro de 2018, o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes, essa média.

Outras situações de alerta precoce relacionados com desvios¹⁵⁶ na execução da receita

– 120 municípios apresentaram, em dezembro de 2017, uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. Destes, 57 tinham

apresentado a mesma situação em 2016, pelo que deveriam em 2018 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

Situações de não equilíbrio orçamental:

– Em dezembro de 2018, 28 municípios apresentaram um montante da receita corrente cobrada bruta, inferior à despesa corrente paga acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Significa que estes 28 municípios apresentaram um Saldo Corrente, deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, negativo, quando calculado na base dos pagamentos. Contudo, destes municípios, só 17 apresentaram o valor absoluto do saldo superior a 5% das receitas correntes totais. Nos restantes 11 municípios, o valor absoluto do saldo foi inferior a 5% das receitas correntes totais.

– No final do ano económico de 2018, 104 municípios apresentaram o Saldo Corrente negativo, na base da despesa corrente assumida¹⁵⁷, deduzido das amortizações médias dos empréstimos. Destes, 62 municípios apresentaram um valor absoluto dessa diferença negativa, superior a 5% das receitas totais cobradas.

Com base nos cálculos efetuados nos termos supra referidos, apresentam-se dois rankings que listam os 50 municípios em situações antagónicas quanto ao índice da dívida total: O Ranking R49 que lista os municípios com melhor índice de dívida total, e o Ranking R50 onde se apresentam os municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores.

Nas listagens R50.A e R50.M apresentam-se, ordenados, os índices da dívida total dos municípios, respetivamente, dos Açores e da Madeira.

¹⁵³ O artigo 61.º do RFALEI considera que um município está em rutura financeira sempre que a dívida total seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios. O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). Recorreram ao FAM, ainda no período prévio às candidaturas ao mesmo e a título de emergência, os municípios de Aveiro, Vila Nova de Poiares, Nazaré, Cartaxo, Santa Comba Dão e Alfandega da Fé.

¹⁵⁴ Sempre que o município atinja ou ultrapasse a média da receita líquida cobrada nos três últimos exercícios, nos termos do n.º 2 do artigo 58.º do RFALEI, pode contrair empréstimos para saneamento financeiro.

¹⁵⁵ Nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do RFALEI, sempre que, na informação prestada à DGAL, a dívida total atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios, serão informados os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, e os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças.

¹⁵⁶ No n.º 2 e n.º 3 do artigo 56.º do RFALEI são apresentados outros dois sinais de alerta precoce: (i) quando a dívida total ultrapassar 1,5 vezes a média da referida receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores, para além dos presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, será informado o Banco de Portugal; (ii) quando o município registar, durante dois anos consecutivos, uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%, serão informadas as mesmas entidades com exceção do Banco de Portugal.

¹⁵⁷ Entende-se que o Saldo Corrente obtido na base dos compromissos dá uma imagem mais fiável e verdadeira da situação orçamental dos municípios quanto ao saldo do exercício.

R49 – Municípios com melhor índice de dívida total

Unidade: euros

	Município	Dim.	2013	2014	2015	2016	2017			2018		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1	Mealhada	P	0,00	0,00	0,05	0,04	12 087 233	371 313	0,03	12 891 026	71 356	0,01
2	Penedono	P	0,00	0,00	0,07	0,05	4 569 080	71 725	0,02	4 556 936	37 396	0,01
3	Castelo de Vide	P	0,15	0,11	0,11	0,09	4 913 818	345 664	0,07	4 972 887	139 924	0,03
4	Lajes das Flores	P	1,42	0,52	0,29	0,45	2 619 260	245 169	0,09	2 674 552	80 611	0,03
5	Vila Velha de Ródão	P	0,20	0,22	0,17	0,12	6 658 278	599 869	0,09	6 776 240	249 969	0,04
6	Marinha Grande	M	0,26	0,27	0,21	0,10	20 998 937	1 558 517	0,07	21 619 337	862 998	0,04
7	Pampilhosa da Serra	P	0,04	0,02	0,05	0,04	9 080 685	130 436	0,01	9 138 923	473 132	0,05
8	Ponta do Sol	P	0,38	0,38	0,20	0,17	5 253 217	618 949	0,12	5 481 690	285 958	0,05
9	Alcácer do Sal	P	0,09	0,19	0,12	0,12	13 490 198	1 434 483	0,11	13 940 982	814 592	0,06
10	Lagoa (Algarve)	M	0,36	0,32	0,15	0,12	32 112 168	3 038 745	0,09	34 038 837	2 006 048	0,06
11	Sintra	G	0,58	0,50	0,30	0,16	149 852 368	16 012 907	0,11	156 719 184	10 980 501	0,07
12	Sátão	P	0,45	0,41	0,27	0,17	8 301 039	1 102 398	0,13	8 371 462	617 378	0,07
13	Redondo	P	0,10	0,17	0,15	0,17	7 045 442	1 059 074	0,15	7 013 359	542 992	0,08
14	Elvas	M	0,12	0,20	0,18	0,16	16 244 024	3 232 256	0,20	16 136 365	1 280 787	0,08
15	Santa Cruz das Flores	P	0,30	0,19	0,15	0,10	2 346 149	310 748	0,13	2 437 834	195 659	0,08
16	Boticas	P	0,47	0,42	0,31	0,20	7 838 737	937 837	0,12	7 809 830	772 320	0,10
17	Porto	G	0,63	0,63	0,58	0,28	167 392 248	40 209 393	0,24	175 020 321	18 582 843	0,11
18	Vila Nova de Foz Côa	P	0,61	0,43	0,29	0,20	8 871 830	1 045 149	0,12	8 688 443	941 907	0,11
19	Ponte de Sor	P	0,24	0,24	0,44	0,13	13 360 029	2 621 952	0,20	13 611 489	1 534 785	0,11
20	Alcobaça	M	0,61	0,47	0,27	0,22	27 566 880	4 572 680	0,17	27 805 462	3 254 672	0,12
21	Arronches	P	0,44	0,37	0,35	0,28	4 775 784	1 050 853	0,22	4 462 522	547 135	0,12
22	São Brás de Alportel	P	0,33	0,32	0,30	0,24	9 212 062	1 711 362	0,19	9 985 303	1 248 272	0,13
23	Ponte de Lima	M	0,10	0,20	0,14	0,13	24 305 928	3 471 117	0,14	24 633 121	3 179 095	0,13
24	Porto de Mós	M	0,33	0,33	0,26	0,21	15 488 958	2 765 504	0,18	15 855 762	2 089 844	0,13
25	Benavente	M	0,15	0,16	0,10	0,08	14 900 385	959 303	0,06	15 063 896	2 022 277	0,13
26	Penacova	P	0,05	0,19	0,16	0,11	9 500 677	1 460 446	0,15	9 681 089	1 308 679	0,14
27	Pombal	M	0,50	0,36	0,28	0,23	32 378 675	6 024 209	0,19	32 669 681	4 485 191	0,14
28	Chamusca	P	0,82	0,58	0,54	0,36	8 759 966	2 232 568	0,25	8 869 639	1 230 305	0,14
29	Bragança	M	0,45	0,39	0,30	0,22	28 156 425	5 193 597	0,18	28 630 197	4 048 038	0,14
30	Alcoutim	P	0,22	0,24	0,34	0,26	6 595 181	1 367 817	0,21	6 758 030	962 218	0,14
31	Arouca	M	0,37	0,31	0,32	0,24	13 187 439	2 866 728	0,22	13 341 118	1 931 007	0,14
32	Montemor-o-Novo	P	0,34	0,37	0,25	0,24	15 316 915	3 443 064	0,22	15 615 957	2 285 315	0,15
33	Murtosa	P	0,33	0,39	0,30	0,24	6 257 502	1 289 155	0,21	6 288 713	932 432	0,15
34	Ovar	M	0,28	0,24	0,24	0,24	23 392 095	5 229 547	0,22	24 298 156	3 639 524	0,15
35	Mogadouro	P	0,63	0,50	0,43	0,32	11 290 485	2 660 096	0,24	11 402 746	1 715 245	0,15
36	Santana	P	1,73	1,01	0,84	0,57	5 609 288	1 231 402	0,22	5 827 144	876 646	0,15

Município	Dim.	2013	2014	2015	2016	2017			2018			
		Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	
37	Castelo Branco	M	0,33	0,35	0,27	0,22	31 761 763	6 099 814	0,19	31 943 803	5 148 078	0,16
38	Coruche	P	0,37	0,36	0,29	0,23	15 298 694	3 103 121	0,20	15 521 549	2 526 756	0,16
39	Carrazeda de Ansiães	P	0,64	0,56	0,39	0,31	6 814 737	1 669 261	0,24	7 026 461	1 175 156	0,17
40	Águeda	M	0,44	0,39	0,35	0,37	23 719 132	5 338 881	0,23	25 003 469	4 259 441	0,17
41	Fafe	M	0,19	0,27	0,17	0,24	25 304 008	5 747 215	0,23	26 103 255	4 601 130	0,18
42	Miranda do Corvo	P	0,48	0,36	0,25	0,28	8 125 323	1 775 008	0,22	8 248 920	1 456 381	0,18
43	Oeiras	G	0,70	0,64	0,49	0,38	118 924 722	34 578 644	0,29	129 145 521	23 026 237	0,18
44	Vila Pouca de Aguiar	P	0,63	0,61	0,44	0,32	13 574 536	3 866 316	0,28	13 586 881	2 442 947	0,18
45	Mértola	P	0,60	0,52	0,39	0,28	11 541 780	2 788 712	0,24	12 181 044	2 214 741	0,18
46	Albufeira	M	0,75	0,38	0,32	0,29	78 255 616	19 337 275	0,25	81 762 734	15 489 992	0,19
47	Gavião	P	0,42	0,41	0,30	0,25	5 598 433	1 205 549	0,22	5 608 201	1 099 891	0,20
48	Vila Flor	P	0,51	0,46	0,36	0,29	7 420 029	2 022 550	0,27	7 463 621	1 479 388	0,20
49	Monchique	P	0,99	0,72	0,54	0,42	8 238 240	2 406 689	0,29	8 411 130	1 675 191	0,20
50	Cadaval	P	0,45	0,34	0,32	0,26	9 091 421	2 739 208	0,30	9 415 037	1 900 476	0,20

R50– Municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014	2015	2016	2017			2018			
		Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	
1	Fornos de Algodres	P	8,26	7,54	6,67	5,68	5 230 401	27 456 503	5,25	5 416 522	27 781 201	5,13
2	Vila Real de Santo António	P	3,94	4,32	4,36	3,96	20 232 613	77 423 905	3,83	19 757 378	81 049 132	4,10
3	Cartaxo	M	3,44	4,16	4,21	3,94	12 843 912	51 204 984	3,99	12 885 126	52 651 402	4,09
4	Nazaré	P	4,22	3,78	3,40	3,11	11 041 036	34 098 761	3,09	11 300 325	33 390 271	2,95
5	Vila Franca do Campo	P	5,38	4,74	4,04	3,47	7 197 789	22 139 541	3,08	7 470 910	20 410 649	2,73
6	Fundão	M	4,53	4,12	3,67	3,14	21 362 331	60 677 586	2,84	21 761 535	56 818 747	2,61
7	Portimão	M	4,18	4,10	3,60	3,27	44 971 727	135 420 929	3,01	48 921 588	127 154 337	2,60
8	Vila Nova de Poiares	P	4,48	4,13	3,45	2,78	6 401 619	16 214 115	2,53	6 638 717	15 350 187	2,31
9	Alfândega da Fé	P	4,16	3,74	3,27	2,77	6 947 086	17 987 531	2,59	7 410 089	17 055 214	2,30
10	Nordeste	P	5,48	4,59	3,75	2,99	4 661 439	12 011 191	2,58	4 827 931	11 110 084	2,30
11	Paços de Ferreira	M	3,55	3,16	2,89	2,61	21 257 972	52 033 761	2,45	21 880 187	46 675 629	2,13
12	Alandroal	P	3,73	3,67	3,06	2,52	7 735 847	17 635 872	2,28	7 925 347	16 628 813	2,10
13	Freixo de Espada à Cinta	P	4,15	3,34	2,74	2,36	6 060 366	13 345 379	2,20	6 033 749	12 597 442	2,09

Município		Dim.	2013	2014	2015	2016	2017			2018		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
14	Seia	M	3,74	3,32	3,02	2,59	19 009 347	43 140 427	2,27	19 338 885	40 171 052	2,08
15	Aveiro	M	3,37	3,61	3,13	2,45	45 714 343	104 955 578	2,30	49 754 305	101 403 352	2,04
16	Celorico da Beira	P	3,41	3,18	2,80	2,42	8 131 279	17 853 965	2,20	8 274 937	16 303 223	1,97
17	Reguengos de Monsaraz	P	2,28	2,19	2,04	1,83	10 836 058	20 668 915	1,91	10 838 632	20 662 366	1,91
18	Lamego	M	1,94	1,97	1,83	2,21	18 389 523	36 712 005	2,00	18 722 616	35 001 201	1,87
19	Tabuaço	P	2,47	2,15	2,31	1,87	6 561 101	11 570 298	1,76	6 582 829	11 710 996	1,78
20	Évora	M	2,54	2,40	2,25	2,07	38 375 975	67 646 964	1,76	39 977 995	66 299 521	1,66
21	Peso da Régua	P	1,77	1,79	1,73	1,64	11 321 830	17 218 034	1,52	11 678 978	18 414 643	1,58
22	Caminha	P	1,52	1,34	1,49	1,36	14 200 150	21 766 579	1,53	14 138 196	21 934 676	1,55
23	Covilhã	M	2,80	2,50	2,80	2,43	23 438 525	45 221 016	1,93	24 186 811	36 371 474	1,50

Rço.A – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma dos Açores

Unidade: euros

Município		Dim.	2013	2014	2015	2016	2017			2018		
			Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1	Vila Franca do Campo	P	5,38	4,74	4,04	3,47	7 197 789	22 139 541	3,08	7 470 910	20 410 649	2,73
2	Nordeste	P	5,48	4,59	3,75	2,99	4 661 439	12 011 191	2,58	4 827 931	11 110 084	2,30
3	São Roque do Pico	P	0,37	0,16	0,20	0,15	3 675 912	3 486 716	0,95	3 795 475	3 807 546	1,00
4	Povoação	P	2,01	1,54	1,25	0,85	5 175 263	3 363 258	0,65	5 445 090	4 960 738	0,91
5	Angra do Heroísmo	M	1,85	1,61	1,44	1,21	13 929 596	15 163 667	1,09	14 464 829	12 819 235	0,89
6	Lajes do Pico	P	2,99	2,23	1,75	1,39	4 493 421	4 997 535	1,11	4 652 065	3 995 481	0,86
7	Vila do Porto	P	0,25	0,21	0,12	1,13	4 663 546	4 534 574	0,97	4 798 438	4 114 596	0,86
8	Praia da Vitória	M	2,38	2,00	1,20	1,02	8 946 750	8 690 088	0,97	9 394 542	7 935 336	0,84
9	Madalena	P	0,99	0,83	0,65	0,80	5 239 608	4 955 766	0,95	5 482 343	4 521 233	0,82
10	Ponta Delgada	M	0,93	1,24	1,05	0,90	29 634 100	23 213 823	0,78	32 162 169	21 337 818	0,66
11	Ribeira Grande	M	0,95	0,83	0,73	0,71	16 053 720	10 516 543	0,66	16 878 322	11 070 141	0,66
12	Lagoa (R.A.A)	P	1,27	0,99	1,18	0,97	8 632 309	6 849 838	0,79	9 085 238	5 802 452	0,64
13	Velas	P	1,88	1,73	1,30	0,99	4 942 303	3 783 662	0,77	5 142 422	3 201 510	0,62
14	Calheta (R. A. A.)	P	2,62	2,19	1,61	1,12	3 993 321	3 166 357	0,79	4 115 952	1 968 426	0,48
15	Santa Cruz da Graciosa	P	0,82	0,64	0,52	0,38	3 409 357	1 594 204	0,47	3 552 193	1 394 550	0,39
16	Corvo	P	1,12	0,92	0,80	0,61	1 402 123	650 792	0,46	1 472 664	520 639	0,35
17	Horta	P	0,95	0,81	0,63	0,47	8 728 247	3 460 036	0,40	9 122 268	2 981 961	0,33
18	Santa Cruz das Flores	P	0,30	0,19	0,15	0,10	2 346 149	310 748	0,13	2 437 834	195 659	0,08
19	Lajes das Flores	P	1,42	0,52	0,29	0,45	2 619 260	245 169	0,09	2 674 552	80 611	0,03

R50.M – Índice de dívida total dos municípios da Região Autónoma da Madeira

Unidade: euros

Município	Dim.	2013	2014	2015	2016	2017			2018		
		Índice	Índice	Índice	Índice	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)	Média receita corrente (a)	Dívida Total (b)	Índice (b/a)
1 Santa Cruz	M	2,49	2,18	1,69	1,32	17 786 976	18 832 376	1,06	19 884 669	16 713 657	0,84
2 Câmara de Lobos	M	1,33	1,15	0,95	0,75	10 630 281	7 738 628	0,73	11 016 745	7 208 508	0,65
3 Machico	M	3,13	2,12	1,24	0,91	10 812 265	7 307 743	0,68	8 797 491	5 034 885	0,57
4 Ribeira Brava	P	2,91	1,99	1,36	0,90	6 131 595	4 488 273	0,73	6 484 161	3 669 103	0,57
5 Funchal	G	1,43	1,26	1,11	0,90	68 168 278	53 182 608	0,78	70 334 142	33 857 595	0,48
6 São Vicente	P	2,81	2,04	1,51	1,22	4 758 847	4 873 735	1,02	4 874 323	2 322 906	0,48
7 Porto Moniz	P	1,36	1,21	0,89	0,68	4 336 721	2 448 113	0,56	4 602 143	1 961 728	0,43
8 Porto Santo	P	1,19	0,88	0,39	0,40	4 515 929	2 418 407	0,54	4 333 126	1 706 305	0,39
9 Calheta (R. A. M.)	P	1,70	1,37	1,01	0,57	8 769 584	4 059 554	0,46	9 378 994	3 651 334	0,39
10 Santana	P	1,73	1,01	0,84	0,57	5 609 288	1 231 402	0,22	5 827 144	876 646	0,15
11 Ponta do Sol	P	0,38	0,38	0,20	0,17	5 253 217	618 949	0,12	5 481 690	285 958	0,05

3.5.4. Prazo Médio de Pagamentos¹⁵⁸

O comportamento dos municípios em relação ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP) foi fortemente influenciado pela sua adesão a sucessivos programas de apoio lançados pelo Governo, já referidos, designadamente: Programa Pagar a Tempo e Horas – PPTH (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro), Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado – PREDE, Programa de Apoio à Economia Local – PAEL e, já no final de 2014, o plano de emergência do Fundo de Apoio Municipal – FAM¹⁵⁹. Neste ponto calcular-se-ão os PMP de acordo com o estipulado na lei e analisar-se-á o impacto dos apoios supra mencionados nos PMP, verificando-se se foi atingido um dos objetivos a que se pro-

punham; isto é, diminuir nos anos subsequentes à sua implementação, os prazos médios de pagamento (PMP)¹⁶⁰.

O Gráfico 3.05 permite apreciar a situação do PMP dos municípios, no final de cada ano económico entre 2008 e 2018¹⁶¹.

¹⁶⁰ A fórmula de cálculo do PMP está definida no n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, que refere o seguinte: “É adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que passa a basear-se na seguinte fórmula:

$$PMP = \frac{\sum_{t=3}^t DF}{\sum_{t=3}^t A} \times 365$$

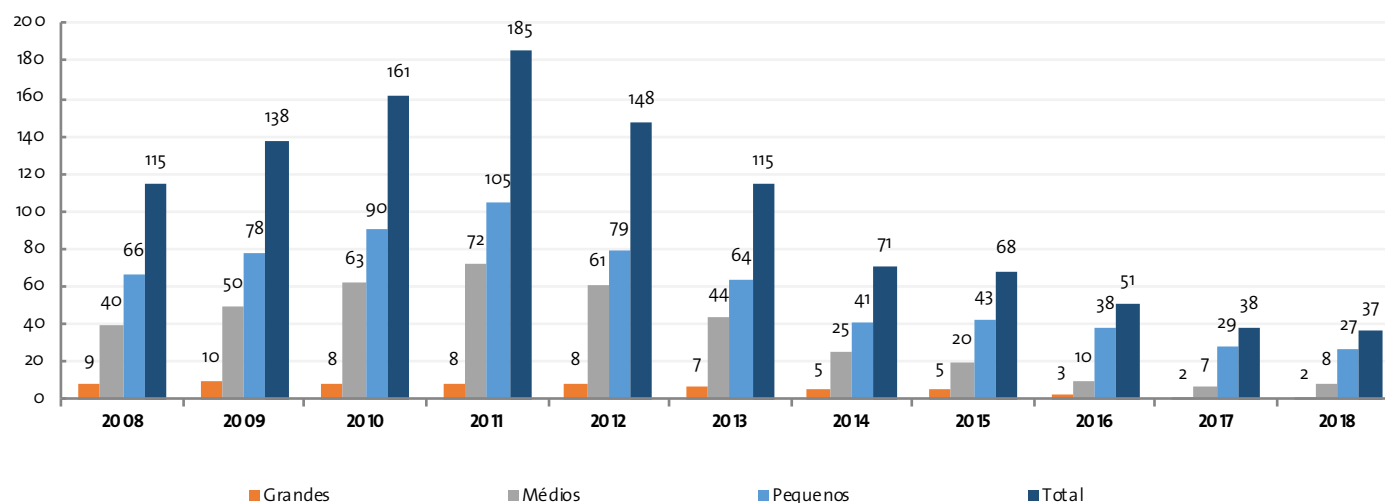
em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

¹⁶¹ Interessa relevar o forte impacto dos programas de apoio PREDE/PPTH e PAEL já referidos nos pontos anteriores e exaustivamente analisados no anuário referente ao ano económico de 2014, mostrando o seu reflexo na diminuição drástica do número de municípios com prazo médio de pagamentos superior a 90 dias, com preponderância nos municípios de pequena e de média dimensão.

¹⁵⁸ A análise apresentada neste ponto teve por base a informação publicada no sítio web oficial da Direção Geral das Autarquias Locais (<https://appls.portalautarquico.pt/portalautarquico/>). Nos anuários anteriores esta análise sustentou-se em valores provisórios. Para o anuário de 2015 e para este agora em elaboração, de 2018, foi possível obter dados definitivos, pelo que os valores históricos agora apresentados diferem dos constantes dos anuários anteriores, em anos anteriores a 2015. Mesmo assim, os dados provisórios objeto de utilização só remontam a 2008.

¹⁵⁹ Em dezembro de 2016, tinham recebido financiamento ao abrigo do FAM, quatro (4) municípios: Portimão, Vila Real de Santo António, Alandroal, Vila Nova de Poiares e Alfândega da Fé.

Gráfico 3.05 – Número de Municípios com um Prazo Médio de Pagamentos superior a 90 dias



No Quadro 3.19 apresenta-se o número de municípios que demonstraram um PMP superior a 90 dias no final de cada ano económico. Mais se verifica que 2011 foi o ano em que maior número de municípios (185, representando 60,1% do universo dos mesmos) apresentaram PMP superior a 90 dias. Utilizaremos esse ano como referência para comparação com 2018.

A 30 de dezembro de 2018, apesar de existirem ainda 36 municípios com PMP aos fornecedores superior a 90 dias, verifica-se que em relação à situação detetada em 2011, 80% desses municípios (149) superaram este constrangimento. Contudo, **no final do ano económico de 2018, 11,7% dos municípios ainda pagavam a mais de 90 dias.**

Neste ponto tem sido apresentado um *ranking* dos municípios com menor PMP e dos municípios com maior PMP

Os Rankings R51 e R52 evidenciam, respetivamente, os municípios com menor e maior PMP em 2018. Relativamente ao R51, colocam-se sérias reservas à existência de municípios com PMP tão reduzidos, dado o processo burocrático na aquisição de bens e serviços. Um reduzido PMP pode significar que as faturas de fornecedores

estejam a ser registadas no momento, ou muito próximo, da data de pagamento.

No Ranking R51 observa-se que os 54 municípios que, em 2018, pagaram em menor prazo de tempo – quase a pronto – foram, na generalidade, municípios de pequena ou de média dimensão (Lisboa, Maia, Vila Franca de Xira, Porto, Leiria e Sintra). Como referido, não deixa de ser anormal a apresentação de PMP de poucos dias, nomeadamente o PMP de zero (0) dias, dada a burocracia estabelecida nas formalidades associadas ao pagamento da despesa. A análise das contas dos municípios não permite verificar se este reduzidíssimo PMP advém do incumprimento das regras da contabilidade pública, registando a obrigação (dívida) apenas no momento do pagamento, ou se da fórmula de cálculo estabelecida por lei, que apresenta algumas debilidades, conforme referido em nota de rodapé.

Quadro 3.19 – Variação do PMP de 2008 a 2018

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Pequenos	Nº de municípios existentes	180	181	179	181	183	184	184	185	185	186	186
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	66	78	90	105	79	64	41	43	38	29	26
	Percentagem sobre o total de municípios	36,7%	43,1%	50,3%	58,0%	43,2%	34,8%	22,3%	23,2%	20,5%	15,6%	14,0%
Médios	Nº de municípios existentes	105	104	106	103	101	100	100	99	99	98	98
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	40	50	63	72	61	44	25	20	10	7	8
	Percentagem sobre o total de municípios	37,7%	47,2%	59,4%	69,9%	60,4%	44,0%	25,0%	20,2%	10,1%	7,1%	8,2%
Grandes	Nº de municípios existentes	23	23	23	24	24	24	24	24	24	24	24
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	9	10	8	8	8	7	5	5	3	2	2
	Percentagem sobre o total de municípios	39,1%	43,5%	34,8%	33,3%	33,3%	29,2%	20,8%	20,8%	12,5%	8,3%	8,3%
Total	Nº de municípios existentes	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308	308
	Nº de municípios com PMP superior a 90 dias, em 31-12	115	138	161	185	148	115	71	68	51	38	36
	Percentagem sobre o total de municípios	37,3%	44,8%	52,3%	60,1%	48,1%	37,3%	23,1%	22,1%	16,6%	12,3%	11,7%
	Média do PMP do total dos municípios	95,8	105,2	131,3	151,2	164,1	125,7	111,4	77,6	67,7	48,2	45,2

R51 – Municípios com menor Prazo Médio de Pagamentos

	Município	Dim.	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Ferreira do Zêzere	P	19	63	82	72	60	117	50	29	3	0	0
2	Santana	P	55	12	153	102	329	494	22	3	0	1	0
3	Azambuja	M	83	58	98	241	372	247	48	6	0	1	0
4	Nordeste	P	120	110	125	331	1.875	299	5	18	4	1	0
5	Miranda do Douro	P	361	210	229	37	284	126	24	5	0	0	1
6	Calheta (R.A.A.)	P	239	294	174		5	37	25	6	6	0	1
7	Santa Cruz da Graciosa	P	3	4	7	8	6	13	3	1	2	2	1
8	Corvo	P	93	41	75	25	14	0	5	6	1	4	1
9	Chamusca	P	215	294	325	144	367	54	12	11	7	4	1
10	Lagoa (Algarve)	M	19	57	142	245	180	71	18	3	3	6	1
11	Santa Cruz das Flores	P	5	22	4	6	3	1	1	0	5	1	2
12	Velas	P	171	151	153	113	23	9	2	1	2	2	2
13	Alcoutim	P	5	3	3	5	1	1	1	3	1	3	2
14	Vila Real	M	35	51	66	40	45	35	2	2	2	1	3
15	Lisboa	G	142	152	48	96	125	84	26	5	2	2	3
16	Murtosa	P	28	5	6	12	10	2	6	2	6	2	3
17	Penalva do Castelo	P	11	18	12	10	7	14	9	3	3	3	3
18	Almeirim	M	54	37	34	48	66	30	8	6	5	3	3

Município		Dim.	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
19	Sabrosa	P	170	99	217	105	331	46	46	48	22	3	3
20	Sernancelhe	P	20	13	24	21	11	9	8	6	7	4	3
21	Maia	G	139	125	68	80	70	27	9	4	5	5	3
22	Valpaços	P	234	198	141	314	171	168	22	28	15	5	3
23	Lajes das Flores	P	17	12	15	86	87	122	20	17	2	2	4
24	Vimioso	P	70	18	31	10	5	2	4	4	7	2	4
25	Valongo	M	91	104	236	324	332	137	21	6	5	3	4
26	Montijo	M	32	66	95	200	155	65	33	6	6	3	4
27	Vila Franca de Xira	G	23	15	32	13	12	7	8	6	9	7	4
28	Porto	G	52	17	28	16	21	4	4	6	11	7	4
29	Alvito	P	19	35	20	108	25	11	8	9	7	10	4
30	Fornos de Algodres	P	219	212	23	9	32	36	45	13	15	10	4
31	Machico	M	370	245	357	347	648	288	281	202	74	25	4
32	Vila do Porto	P	3	29	5	40	9	44	25	2	2	3	5
33	Cadaval	P	33	116	194	103	54	61	34	36	5	3	5
34	Arronches	P	10	4	5	17	4	4	1	3	1	4	5
35	Castelo de Vide	P	41	33	12	34	12	11	11	7	6	4	5
36	Leiria	G	110	121	117	126	78	27	7	7	6	5	5
37	Ribeira Grande	M	76	170	142	266	238	9	10	6	7	8	5
38	Abrantes	M	12	45	52	71	70	43	16	11	6	9	5
39	Lagoa (R.A.A)	P	55	37	191	119	106	91	22	3	8	14	5
40	Aguiar da Beira	P	5	6	7	13	4	3	5	6	5	5	6
41	Bragança	M	44	62	42	51	70	63	30	23	5	5	6
42	Alcobaça	M	117	121	167	54	174	37	19	5	14	5	6
43	Penedono	P	9	2	15	6	15	23	7	3	5	6	6
44	Barrancos	P	113	71	277	280	274	105	52	14	21	18	6
45	Tavira	M	16	123	11	144	124	78	25	30	13	19	6
46	Vila Franca do Campo	P	375	46	462	266	113	19	13	9	1	0	7
47	Castelo Branco	M	6	8	6	6	4	2	2	2	4	4	7
48	Olhão	M	59	155	227	299	256	237	149	128	34	6	7
49	Sintra	G	57	107	76	34	25	9	8	2	9	7	7
50	São Brás de Alportel	P	6	4	12	16	12	7	9	7	10	7	7
51	Aljezur	P	35	65	27	10	9	23	24	8	5	12	7
52	Sabugal	P	16	16	23	39	9	24	10	9	10	12	7
53	Mortágua	P	15	31	40	6	4	10	8	7	15	12	7
54	Mértola	P	17	29	44	52	13	26	17	13	13	22	7

R52 – Municípios com maior Prazo Médio de Pagamentos

Município	Dim.	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Nazaré	P	287	394	435	518	1 464	421	3 411	1 275	1 233	821	841
2 Celorico da Beira	P	273	471	497	736	511	370	465	1 255	1 079	455	637
3 Vila Real de Santo António	P	64	117	253	625	317	1 601	889	666	120	392	462
4 Freixo de Espada à Cinta	P	142	89	60	254	470	454	72	133	86	221	343
5 Ourique	P	606	262	417	311	130	245	225	286	160	150	334
6 São João da Pesqueira	P	13	13	36	10	22	50	45	131	207	264	272
7 Alpiarça	P	218	49	147	15	36	38	52	190	147	217	264
8 Caminha	P	127	104	140	166	79	143	293	110	134	224	260
9 Tarouca	P	274	247	303	187	169	179	202	193	307	309	248
10 Paços de Ferreira	M	275	256	272	416	1 284	874	1 417	957	1 052	652	218
11 Paredes	M	63	113	187	207	291	104	162	172	128	100	217
12 Mourão	P	115	206	118	222	343	161	328	363	316	183	215
13 Moimenta da Beira	P	361	210	42	285	370	368	195	166	265	150	184
14 Lamego	M	92	194	68	178	363	79	102	66	56	70	167
15 Golegã	P	114	92	102	176	70	95	111	182	136	157	165
16 Vidigueira	P	75	34	91	133	84	89	31	32	150	91	157
17 Penafiel	M	212	259	347	420	307	136	184	184	291	220	155
18 Tomar	M	206	131	94	170	153	367	331	307	466	193	153
19 Peso da Régua	P	131	154	215	236	233	87	90	104	266	149	153
20 Setúbal	G	148	134	146	238	268	405	365	180	338	185	147
21 Tábua	P	34	82	129	258	254	253	109	107	156	131	146
22 Mirandela	M	229	238	207	532	473	468	245	201	230	196	139
23 Chaves	M	143	217	276	203	288	231	168	65	44	45	129
24 Ponte da Barca	P	51	83	121	145	175	78	36	42	31	42	129
25 Macedo de Cavaleiros	P	193	202	166	251	287	379	165	382	320	145	120
26 Melgaço	P	135	118	82	79	109	129	171	160	148	128	116
27 Vila do Bispo	P	6	45	203	230	27	290	211	149	208	220	115
28 Figueiró dos Vinhos	P	134	227	484	159	79	81	117	115	138	72	114
29 Sines	P	247	175	173	190	134	68	79	86	97	68	114
30 Moura	P	78	12	81	160	113	69	80	76	60	45	114
31 Funchal	G	142	160	248	295	488	308	6	53	156	87	108
32 Mira	P	78	141	177	286	218	111	49	92	98	97	104
33 Évora	M	166	156	524	425	541	755	526	500	478	89	99
34 Tabuaço	P	401	320	215	237	219	313	84	91	449	313	96
35 Alcochete	P	133	155	107	240	257	464	616	528	256	59	94
36 São Pedro do Sul	P	48	89	98	387	245	143	78	139	104	102	91
37 Castelo de Paiva	P	512	517	53	170	97	62	68	44	66	66	90

Município		Dim.	Mandato 06-09		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 18-21
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
38	Condeixa-a-Nova	P	58	93	119	100	55	35	42	27	42	58	89
39	Nelas	P	106	70	65	136	56	134	48	31	21	39	88
40	Vagos	M	129	128	199	222	196	152	51	67	34	73	84
41	Sardoal	P	161	53	111	267	303	180	126	105	115	88	83
42	Santa Comba Dão	P	156	87	242	228	249	414	740	363	189	101	82
43	Aljustrel	P	22	51	85	178	137	122	90	92	88	69	81
44	Serpa	P	59	58	25	48	99	126	105	175	103	37	80
45	Sousel	P	24	61	107	61	88	62	96	33	39	42	79
46	Vieira do Minho	P	45	161	149	159	154	98	170	79	32	38	79
47	Figueira de Castelo Rodrigo	P	76	100	202	106	155	78	173	94	50	50	76
48	Madalena	P	27	74	90	75	75	59	33	47	28	65	75
49	Sobral de Monte Agraço	P	71	94	161	246	272	277	183	114	70	74	74
50	Armamar	P	300	245	225	203	224	263	50	221	105	95	71

– Da observação da listagem R52, relativa aos municípios com maior PMP oferece-se realçar que, em 2018, os municípios com maior PMP e, por isso, com pior desempenho deste indicador financeiro, foram essencialmente municípios de pequena e média dimensão, pese embora nesta listagem apareçam dois municípios de grande dimensão: Setúbal com 147 dias de PMP e Funchal com 108 dias de PMP.

3.6. Custos, Proveitos e Resultados económicos

Analisadas as componentes do Balanço dos municípios, numa perspetiva global, apresenta-se neste ponto do anuário um conjunto de informações relativas ao Resultado Económico e às componentes das quais resulta: Custos e Proveitos. A análise, baseada na Demonstração dos Resultados por naturezas, é dirigida essencialmente para o ano 2018, mas sempre que possível fez-se o reporte aos últimos dez anos.

3.6.1. Estrutura e evolução dos Custos

Para efeitos da análise **dos custos** resultantes da atividade dos municípios apresenta-se no Quadro 3.20 a sua evolução entre 2008 e 2018, considerando os valores agregados dos 308 municípios. Na última coluna apresenta-se a variação das principais componentes dos custos para o período 2017/2018. Apresenta-se, ainda, a projeção gráfica (Gráfico 3.06) dos valores em causa, com vista à melhor perceção dos custos no período em apreço, bem como a correspondente evolução da sua estrutura, de acordo com as suas principais componentes (Gráfico 3.07).

Quadro 3.20 – Evolução dos Custos, no período de 2008 a 2018

Unidade: milhão de euros

Custos	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mand. 18-21	Var. (%) 17-18
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
CMVMC	176,4	189,2	179,2	182,8	166,6	181,4	169,9	176,8	183,9	196,9	187,6	-4,7%
Fornecimentos e serviços externos	1 796,2	1 898,6	1 836,3	1 809,7	1 754,6	1 752,3	1 753,6	1 830,4	1 959,3	2 091,7	2 132,5	2,0%
Custos com Pessoal	2 156,0	2 418,8	2 443,6	2 279,6	2 088,2	2 261,3	2 216,7	2 204,1	2 239,1	2 308,0	2 446,6	6,0%
Transferências e Subsídios concedidos	653,3	722,4	690,1	627,4	585,1	563,4	553,8	593,5	637,7	693,1	764,9	10,4%
Amortizações / Depreciações	1 034,3	1 086,6	1 155,9	1 167,1	1 208,8	1 269,0	1 299,1	1 341,0	1 372,4	1 385,6	1 397,2	0,8%
Provisões	116,9	167,6	148,3	158,4	207,7	184,8	284,3	187,1	297,6	186,6	183,1	-1,8%
Outros Custos Operacionais	24,8	29,2	28,8	29,8	25,8	24,3	26,1	27,2	35,2	41,0	46,1	12,5%
Subtotal custos operacionais	5 957,9	6 512,3	6 482,2	6 254,8	6 036,8	6 236,3	6 303,5	6 360,0	6 725,3	6 902,9	7 158,1	3,7%
Custos Financeiros	284,6	204,0	143,0	187,2	199,2	170,8	159,2	131,9	94,1	87,2	99,9	14,6%
Custos Extraordinários	658,8	610,0	597,9	511,9	442,4	468,1	457,4	364,3	455,9	593,0	579,6	-2,3%
Total de custos	6 901,3	7 326,3	7 223,2	6 953,9	6 678,4	6 875,2	6 920,1	6 856,2	7 275,3	7 583,1	7 837,7	3,4%

Gráfico 3.06 – Evolução das componentes dos Custos

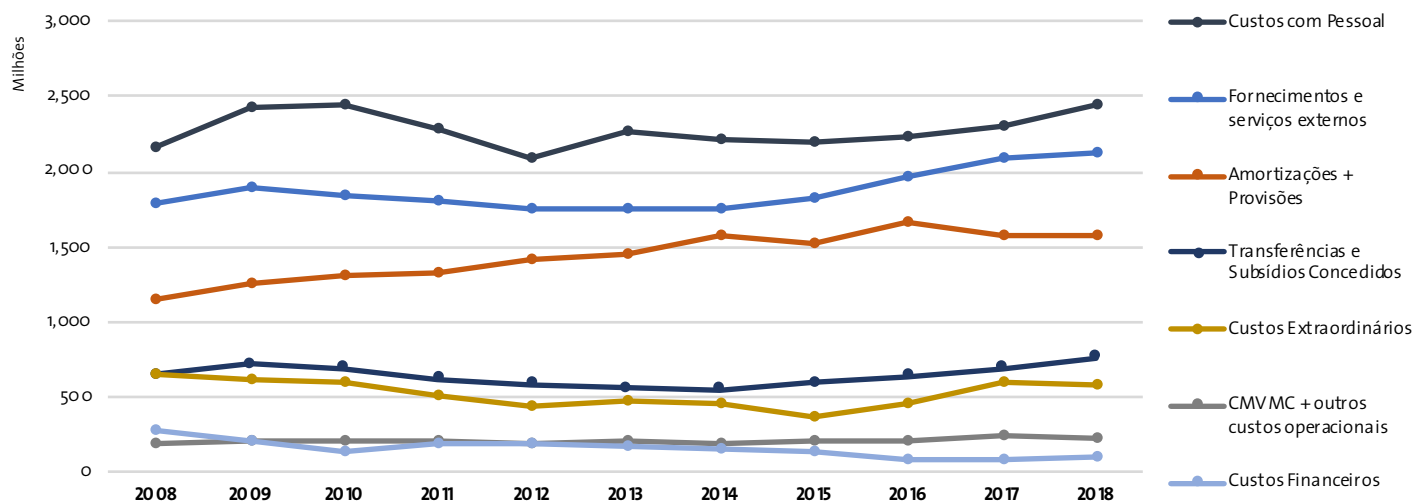
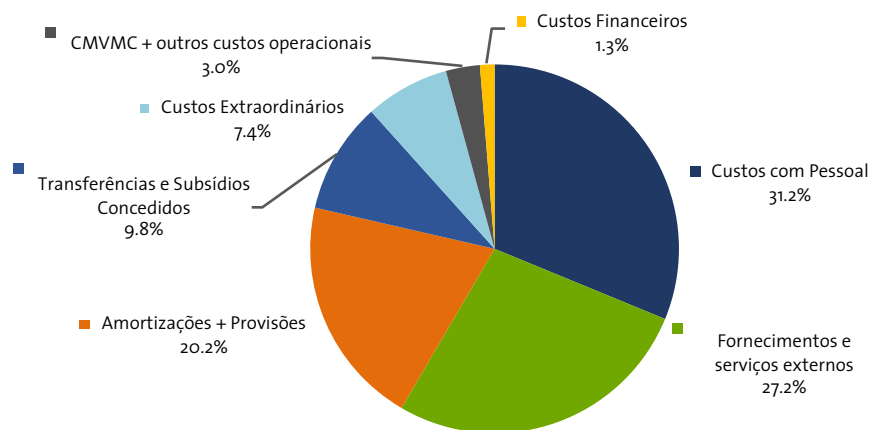


Gráfico 3.07 – Estrutura dos Custos em 2018



Do quadro e gráficos anteriores anota-se, em relação ao ano de 2018:

- Os custos totais relativos ao universo dos municípios apresentaram o seu valor mais alto em 2018, relativamente à última década, ao somarem o valor de 7 837,7M€, com um aumento de +3,4% (+254,5 M€) em relação ao ano transato;
- No universo dos 308 municípios, os custos operacionais incluindo as amortizações e provisões, cresceram +3,7% (+255,2 M€), tendo sido apurados 7 158,1M€, o valor mais elevado entre 2008 e 2018. Se excluirmos dos custos operacionais o valor das amortizações e das provisões, o seu crescimento foi de +4,6% (+247 M€) relativamente a 2017;
- A principal componente dos custos municipais tem sido os custos com pessoal, representando em 2018, na estrutura dos custos totais autárquicos, o peso de 31,2% e, relativamente ao total dos custos operacionais, excluindo amortizações e provisões, o peso de 43,9%. O montante total dos custos com pessoal foi de 2 447 M€, +6% (+138,6 M€) que em 2017;
- Contribuíram para o aumento dos custos com pessoal, 293 municípios, e para a subida de custos em fornecimentos e serviços externos, 209 municípios;

- Os fornecimentos e serviços externos são o segundo item mais representativo na estrutura dos custos municipais, atingindo em 2018 o montante de 2 132,5 M€, que se traduziu num acréscimo de +40,9 M€ (+2%) em relação ao ano anterior. O seu peso relativo nos custos totais foi de 27,2% e nos custos operacionais sem amortizações e provisões, foi de 38,2%;
- Uma componente relevante dos custos totais têm sido as amortizações do imobilizado, a qual nos entes públicos reveste uma importância bem diferente da assumida na análise económica de empresas do setor privado, podendo inclusive distorcer a avaliação dos custos face ao elevado montante de imobilizado¹⁶² suscetível de amortização. O valor das amortizações representou em 2018, na

¹⁶² Imobilizado que, conforme se verificou, não é transacionável pela natureza que reveste de bem público. Acresce referir que muitos municípios ainda estão longe de terminar o processo de inventariação e registo dos terrenos e outros imóveis que possuem, pelo que o valor de imobilizado tenderá a aumentar e conseqüentemente o valor das respetivas amortizações. Tratando-se de um custo que, embora não se refletindo nos fluxos de caixa nem interferindo na liquidez do município, ao apresentar um peso relativamente elevado nos custos municipais, terá forte repercussão nos resultados económicos, a sua variação positiva concorrerá negativamente para os resultados económicos do exercício. Assim sendo, poderá, para efeitos de análise o seu valor, caso não seja expurgado do total dos custos, danificar a imagem de eficácia financeira do município.

estrutura de custos dos municípios, 17,8% dos custos totais e 19,5% dos custos operacionais. O valor líquido contabilizado, neste ano, foi de 1 397,2M€, crescendo +0,8% (+11,6 M€) em relação a 2017;

– As transferências e subsídios concedidos são custos que apresentaram em 2018 um peso médio de 9,8% na estrutura dos custos municipais e o peso de 13,7% nos custos operacionais, excluindo amortizações e provisões. O valor desta rubrica cresceu, face a 2017, +10,4% (+71,8 M€) ao somar o valor total, no sector autárquico, de 764,9 M€. Contribuíram para o aumento destes custos, 202 municípios;

– Os **custos financeiros**, cujo peso na estrutura de custos municipais tem sido pouco significativo, representando 1,3% dos custos municipais, apresentaram um acréscimo +12,7 M€ (+14,6%) relativamente ao ano anterior, para o qual contribuíram 94 municípios, sendo que dois - Lisboa (26,8 M€) e Évora (2,9 M€) - de forma determinante.

Todavia, 214 municípios baixaram seus custos financeiros;

– Os **custos extraordinários** representaram 7,4% dos custos totais dos municípios, apresentando diminuição do valor líquido face a

2017, ao registarem o montante de 579,6 M€ (-2,3%, -13,4 M€). É uma categoria de custos que tem apresentado montantes significativos ao longo do período entre 2008/2018. **Em 2018, contribuíram para a diminuição destes custos 183 municípios.** Tratam-se de **custos que deveriam ser devidamente fundamentados no Relatório e Gestão**, mas para os quais continuamos a não encontrar, na generalidade dos municípios, explicações que permitam determinar um padrão, para o nível de influência dos mesmos nos custos totais.

3.6.2. Estrutura e evolução dos Proveitos

O Quadro 3.21 apresenta a evolução dos proveitos no período entre 2008 e 2018. A projeção gráfica apresentada no Gráfico 3.08 apoia a leitura evolutiva das principais componentes dos proveitos municipais no período considerado, sendo que o Gráfico 3.09 apresenta o peso de cada rubrica no total dos proveitos dos 308 municípios no ano económico de 2018.

Quadro 3.21 – Evolução dos Proveitos, no período de 2008 a 2018

Unidade: milhões de euros

Proveitos	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mandato 18-21	Var. (%) 17-18
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Vendas e Variação da Produção	204,4	189,8	190,7	178,1	169,3	178,6	174,0	174,5	180,8	182,6	184,8	1,2%
Prestação de Serviços	455,0	456,5	456,3	467,5	546,0	544,8	548,7	615,2	660,8	680,6	703,9	3,4%
Outras Situações	34,9	39,9	40,6	30,4	4,5	6,2	9,2	3,9	5,0	3,5	0,6	-82,0%
Impostos e Taxas	2 737,0	2 583,8	2 662,8	2 470,1	2 450,7	2 555,1	2 717,7	2 910,2	3 009,6	3 242,5	3 408,4	5,1%
Transferências e Subsídios obtidos	2 749,2	3 025,8	3 045,0	2 912,3	2 787,1	2 785,5	2 625,5	2 707,4	2 743,5	2 814,5	2 879,2	2,3%
Trabalhos para a própria entidade	36,9	38,4	31,6	28,4	24,8	23,7	21,3	21,1	25,7	24,9	16,9	-32,4%
Proveitos Suplementares	63,6	49,4	61,4	72,9	70,2	74,8	56,8	56,7	59,2	60,8	60,9	0,2%
Outros Proveitos Operacionais	52,0	44,7	54,7	69,3	63,7	52,0	53,1	54,1	66,4	55,3	74,9	35,6%
Subtotal proveitos operacionais	6 333,0	6 428,3	6 543,1	6 229,0	6 116,3	6 220,7	6 206,4	6 543,0	6 750,9	7 064,7	7 329,6	3,8%
Proveitos Financeiros	206,4	180,8	177,0	202,4	197,2	200,7	200,8	206,7	227,5	225,6	217,6	-3,5%
Proveitos Extraordinários	665,2	491,1	605,1	665,8	949,9	524,3	671,1	727,7	711,5	750,4	763,0	1,7%
Total de proveitos	7 204,6	7 100,3	7 325,1	7 097,3	7 263,5	6 945,7	7 078,2	7 477,4	7 689,9	8 040,6	8 310,2	3,4%

Gráfico 3.08 – Evolução das componentes dos Proveitos

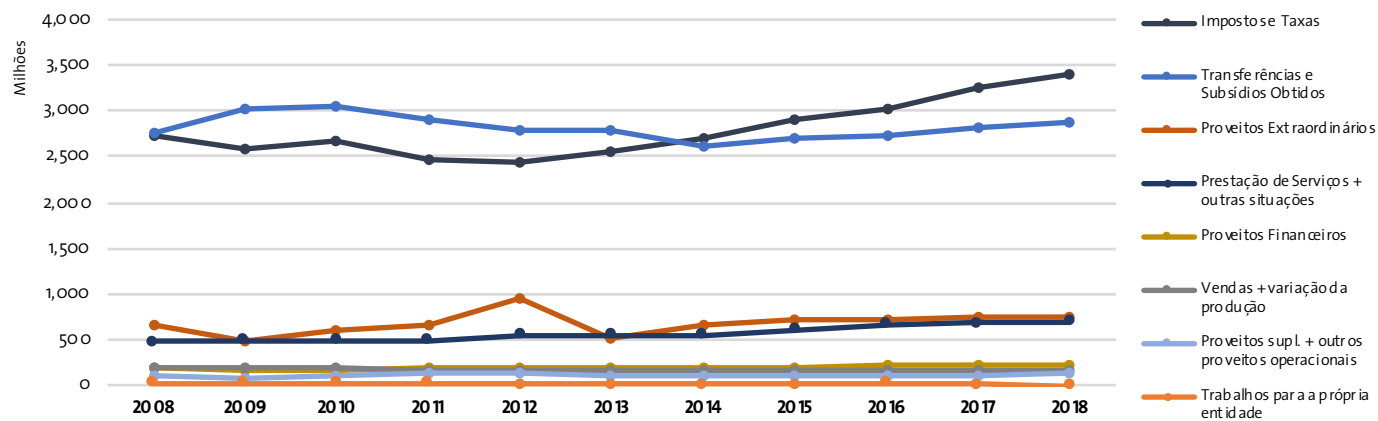
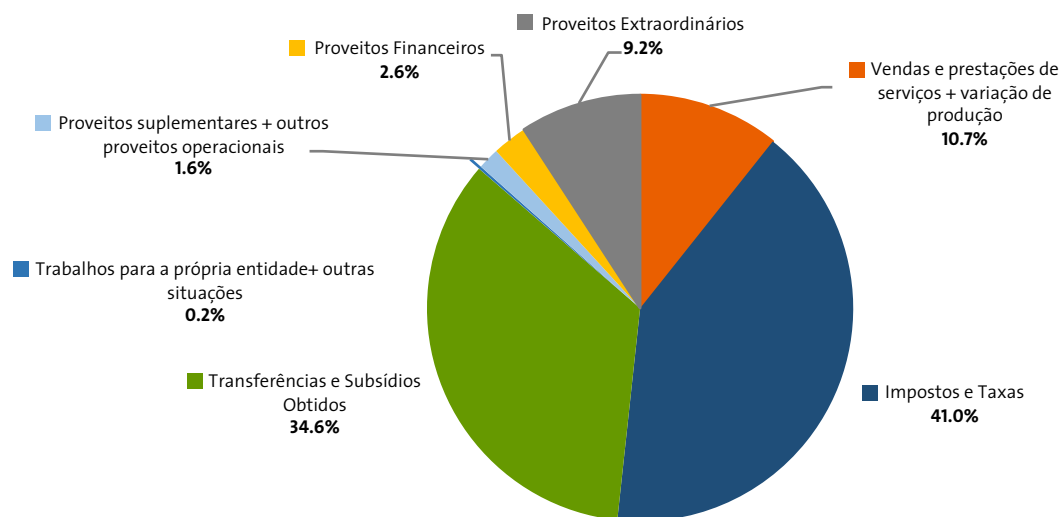


Gráfico 3.09 – Estrutura dos Proveitos em 2018



Dos quadros e gráficos acima apresentados, conclui-se, em relação a 2018:

– O **total dos proveitos** foi de 8 310,2M€, isto é, +269,6 M€ (+3,4%) que os proveitos obtidos no ano precedente. Observando o comportamento dos **proveitos operacionais**, verifica-se que os mesmos cresceram +3,8% (+264,9 M€) ao totalizarem 7 329,6 M€.

– Decorrente da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e ainda do volume de transferências recebidas pelos municípios, é coerente que, no quadro da estrutura dos proveitos, as componentes de maior peso sejam os **impostos e taxas**, bem como as **transferências e subsídios obtidos**, as quais apresentaram as percentagens, respetivamente, de 41% e de 34,6%. **Anota-se que o volume total destas duas rubricas, neste ano económico, representou 75,6% dos proveitos totais e 85,8% dos proveitos operacionais.**

– O volume de **impostos e taxas** registados como proveitos totalizou 3 408,4 M€, traduzindo +165,8 M€ (+5,1%) em relação a 2017. No entanto, considerando o período de dez anos, em relação a 2008 estes proveitos aumentaram +24,5% (+671,4 M€). Anota-se que, sendo esta a principal componente da estrutura global dos proveitos municipais, será curioso comparar a sua evolução neste período de dez anos com a evolução do total dos custos dos 308 municípios, excluindo provisões e amortizações. Ora os custos assim determinados cresceram +8,8% (+507,2 M€). **Este diferencial de crescimento poderá justificar não só, o menor recurso a crédito bancário, como a diminuição da dívida dos municípios e o facto de pagarem melhor, i.e., a horas, os encargos assumidos.**

– O montante de proveitos obtidos com **transferências e subsídios** foi de 2 879,2 M€, representando um aumento de +64,7 M€ (+2,3%). No período de dez anos estes proveitos aumentaram apenas +4,7% (+130 M€).

– Pela observação do Gráfico 3.08 constata-se que, tanto o volume de proveitos provenientes de **impostos e taxas**, como o proveniente de **transferências e subsídios** desceram em 2011 e 2012, tendo, contudo, os **proveitos resultantes de impostos e taxas retomado a curva ascendente a partir de 2013, enquanto as transferências e subsídios só iniciaram a mesma inflexão em 2015, mantendo ambos os tipos de proveitos, um crescimento relevante entre 2016 e 2018.**

– Com um peso médio de 9,2% nos proveitos totais apresentaram-se, com algum significado, os **proveitos extraordinários que cres-**

ceram apenas +1,7% (+12,6 M€), tendo, também, em relação a 2008 aumentado de forma pouco significativa +14,7% (+98 M€). De facto, face ao maior rigor das contas, o período de dez anos deveria ser suficiente para fazer baixar significativamente o valor deste item. O que se verifica é que ao longo do período 2008-2018 estes proveitos manifestaram algumas oscilações, tendo apresentado o maior valor em 2012, com 949,9 M€. Não se dispõe, contudo, de informação que possa identificar a origem dominante destes proveitos. Todavia, **salienta-se que, para o valor registado em 2018 de 763 M€, contribuíram, essencialmente, os municípios de Lisboa com 225 M€ e Porto com 28,1 M€.**

– Outros proveitos a referir são os resultantes das **vendas e prestação de serviços e variação de produção**, que no conjunto, representaram o peso de 10,7% nos proveitos totais, registando neste ano um ligeiro aumento de valor absoluto (+3%, +25,6 M€) face a 2017, ao **totalizarem 888,8 M€.** Mantemos a convicção de que o baixo peso destes proveitos resultará do facto de terem sido concessionadas a empresas municipais ou a serviços municipalizados a maior parte de competências geradoras de rendimentos relacionados com vendas e prestação de serviços. Contudo, enquanto entre 2008 e 2018 o produto **das vendas e variação da produção, baixou ligeiramente (-9,6%, -19,6 M€), a prestação de serviços apresentou um aumento muito significativo (+54,7%, +248,9 M€).**

3.6.3. Evolução dos Resultados Económicos

Embora se considere que, para as entidades públicas, a informação financeira proporcionada pelos resultados económicos não será o elemento determinante para a tomada de decisão dos executivos (face ao equilíbrio entre custos e proveitos pela qual a gestão pública deverá pugnar e, sobretudo, devido à falta de verificação do princípio do balanceamento entre custos e proveitos)¹⁶³, mantém-se neste anuário a análise da evolução deste indicador financeiro dando especial relevo aos resultados operacionais.

O Quadro 3.22 apresenta evolução dos Resultados Económicos (resultado líquido do exercício) e Operacionais no período de 2008 a 2018, agregados para todos os 308 municípios.

¹⁶³ Mais se entende que, sendo múltiplas e crescentes as necessidades coletivas que compete às autarquias suprir ou satisfazer, os resultados económicos do exercício deveriam tender, preferencialmente para zero.

Quadro 3.22 – Evolução dos Resultados Económicos no período entre 2008 a 2018

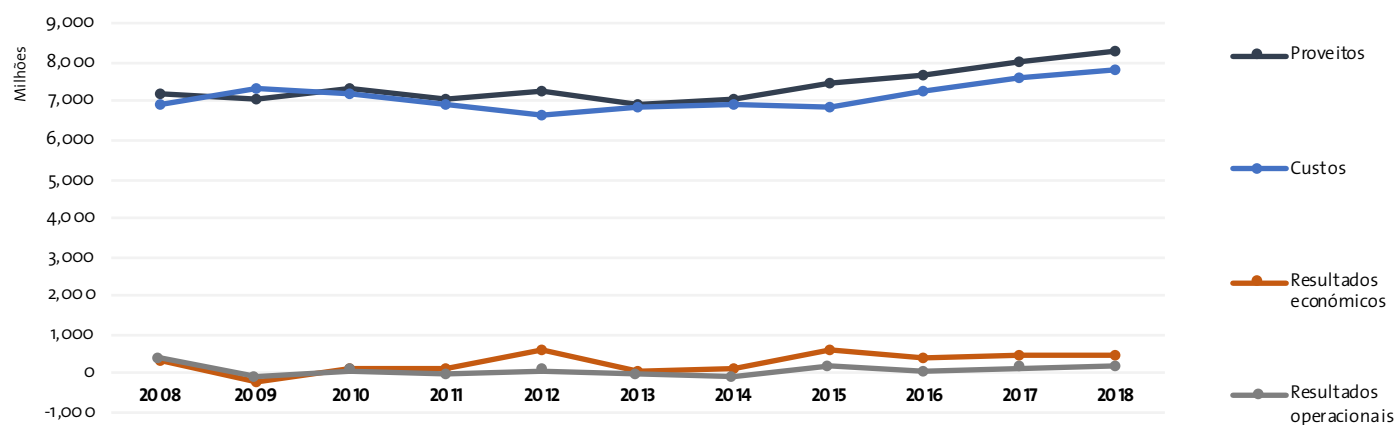
Unidade: milhões de euros

Resultados	Mandato 06-09		Mandato 10-13				Mandato 14-17				Mand. 18-21	Var. 17-18
	2008	2009	2010	2018	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Proveitos	7 204,6	7 100,3	7 325,1	7 097,3	7 263,5	6 945,7	7 078,2	7 477,4	7 689,9	8 040,6	8 310,2	269,6
Custos	6 901,3	7 326,3	7 223,2	6 953,9	6 678,4	6 875,2	6 920,1	6 856,2	7 275,3	7 583,1	7 837,7	254,5
Resultados operacionais	375,1	-84,0	60,9	-25,8	79,5	-15,7	-97,1	183,0	25,7	161,8	171,5	9,7
Resultados económicos	303,3	-226,1	102,0	143,4	585,1	70,5	158,1	621,2	414,6	457,5	472,6	15,1
Nº de municípios com resultados económicos negativos	115	159	140	141	121	136	134	105	106	131	121	-10

– Verifica-se pelo Quadro 3.22 que os **resultados económicos baixaram drasticamente entre 2006 e 2009**, único ano em que os mesmos aparecem com valor negativo. Apresentaram uma evolução muito variável entre 2010 e 2016, com dois picos de crescimento: um em 2012 (+442M €) e outro em 2015 (+463 M€). **Em 2018 o valor dos resultados económicos foi de 472,6 M€ para a totalidade do sector autárquico, traduzindo um aumento de +3,3% face a 2017.** Contudo, neste ano, **121 municípios apresentaram resultados negativos.**

– Verifica-se que os **resultados operacionais** aparecem com valores negativos nos anos de 2009, 2011, 2013 e 2014. **Em 2018, os resultados operacionais apresentam o montante de 171,5 M€ (+6%, +9,7M€)**, traduzindo crescimento em relação ao ano precedente. O Gráfico 3.10 complementa a informação prestada no quadro anterior, através do traçado de curvas que representam a evolução dos custos e proveitos considerando o universo dos 308 municípios, **sem a incorporação do sector empresarial local ou outras participadas.**

Gráfico 3.10 – Evolução dos Resultados Económicos



Quadro 3.23 – Informação de custos, proveitos e resultados por dimensão dos municípios, em 2018

Indicadores	Grandes	Médios	Pequenos	TOTAL
População (INE 2018)	4 507 391	4 169 306	1 599 920	10 276 617
Custos com Pessoal / Custos totais	31,6%	30,7%	31,5%	31,2%
Resultados económicos	340,4 ·€	170,8 ·€	-38,7 ·€	472,6 ·€
Resultados económicos / Proveitos totais	10,2%	5,6%	-2,0%	5,7%
Resultados económicos por habitante	75,5 €	41,0 €	-24,2 €	46,0 €
Nº de municípios com resultados económicos negativos	1	25	95	121
Resultados operacionais	298,1 €	29,0 €	-155,6 €	171,5 €
Nº de municípios com resultados operacionais negativos	4	49	141	194

O Quadro 3.23 apresenta informação relativa ao ano económico de 2018 de custos, proveitos e resultados económicos dos municípios de acordo com a dimensão dos mesmos.

Da análise do quadro salienta-se:

- Em 2018 **os resultados económicos** foram consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. **Foram negativos e no valor de -38,7M€ no conjunto dos municípios de pequena dimensão.** No conjunto dos municípios de **grande dimensão apresentaram o volume total positivo de 340,4 M€, e no conjunto dos municípios de média dimensão registaram o montante positivo de +170,8 M€.**
- Dos valores do parágrafo anterior conclui-se que o **grupo de grandes municípios contribuíram para 72% da totalidade dos resultados económicos da globalidade dos municípios, e os de média dimensão para 36,2% dos mesmos.**
- Da informação prestada pelo quadro supra poderemos concluir que os resultados económicos negativos de 95 municípios de pequena dimensão, ao apresentaram um total de custos superior à soma dos proveitos¹⁶⁴, condicionaram o valor agregado dos resultados económicos do grupo de municípios de pequena dimensão, transformando-o num valor global negativo.

Os Rankings R53 e R54 apresentam os primeiros 50 municípios, respetivamente, com os melhores e com os piores resultados económicos.

¹⁶⁴ Impõe-se uma análise individualizada para cada situação em que ocorrerá a apresentação dos resultados negativos, confrontando esta informação com a informação prestada pelos fluxos de caixa, e avaliando-se o impacto que tiveram naquele resultado as amortizações do exercício e a criação de provisões no período em questão.

R53 – Municípios com maiores Resultados Económicos em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 2018-2021
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Lisboa	G	131 131 434	35 611 849	161 423 880	117 767 802	402 483 217	9 081 693	15 094 548	193 097 309	58 058 967	82 929 775	51 277 293
2 Cascais	G	10 238 397	-18 084 234	12 855 883	10 108 527	980 668	3 433 947	12 738 932	16 615 629	25 394 294	28 648 943	50 703 803
3 Porto	G	21 891 157	6 373 035	3 782 406	9 416 639	2 970 191	1 924 374	5 874 341	9 171 271	7 222 388	14 240 089	35 893 051
4 Oeiras	G	17 854 676	23 339 640	12 415 405	7 431 859	12 099 360	23 469 276	3 491 964	46 776 911	21 542 182	43 292 235	25 697 268
5 Vila Nova de Gaia	G	-25 310 130	-3 437 187	-9 883 453	10 358 425	1 387 627	6 187 745	16 255 315	33 838 519	22 247 966	21 739 135	24 039 151
6 Sintra	G	7 020 104	7 079 024	13 455 121	16 421 386	29 228 396	15 797 227	24 486 151	27 460 841	26 215 937	29 104 672	21 944 019
7 Aveiro	M	-18 497 403	-21 244 711	-14 383 586	-3 325 170	2 030 172	-703 850	-9 903 133	10 264 303	17 122 510	7 136 189	21 353 962
8 Leiria	G	10 520 508	4 344 182	6 005 742	7 237 784	13 512 090	13 067 501	11 456 962	18 272 790	25 407 101	20 061 884	16 734 939
9 Portimão	M	-18 236 563	-40 115 633	-36 342 688	-20 582 421	-11 986 674	-8 985 694	-5 539 458	8 144 804	10 045 689	20 408 627	16 677 456
10 Santa Maria da Feira	G	5 088 348	529 980	18 212 675	3 057 968	10 119 084	12 812 375	10 438 737	11 086 697	11 981 856	12 560 214	16 467 252
11 Seixal	G	-4 926 785	-9 653 485	10 754 906	12 598 548	7 001 019	4 845 270	884 328	15 244 365	16 449 571	19 671 705	14 702 065
12 Lagos	M	-3 099 291	-7 142 851	-15 474 440	-4 965 205	2 495 748	1 278 210	8 384 997	10 860 428	11 593 891	10 596 073	14 452 907
13 Odivelas	G	5 024 376	2 457 870	2 959 376	9 846 255	1 306 137	5 744 690	1 820 467	7 826 807	6 330 967	8 243 854	11 826 348
14 Loulé	M	11 102 849	236 799	-4 811 168	-2 240 645	7 622 647	17 465 322	21 637 544	23 919 802	24 002 322	16 560 623	11 735 429
15 Maia	G	10 847 646	437 270	4 047 526	-3 988 147	-380 934	-7 423 189	-910 654	6 226 587	11 449 260	5 686 836	11 504 225
16 Almada	G	12 254 455	982 027	6 014 140	9 227 040	4 515 881	564 913	2 843 569	5 389 922	47 016	1 283 294	10 125 256
17 Albufeira	M	878 505	-6 154 624	-15 394 374	-7 240 574	1 441 049	14 067 226	19 121 769	27 011 752	14 294 516	17 171 514	9 265 717
18 Loures	G	9 867 092	-14 304 622	12 315 353	9 673 393	5 758 142	-7 505 174	3 660 359	12 926 868	18 453 859	10 553 758	8 744 045
19 Vila Franca de Xira	G	12 090 547	-419 287	4 847 138	5 957 797	-123 685	-1 121 611	-1 474 730	-994 764	189 703	716 773	8 264 048
20 Amadora	G	8 688 049	6 930 108	8 494 743	10 140 186	7 021 770	276 827	1 599 728	8 802 912	10 236 556	12 592 442	8 143 299
21 Valongo	M	-2 276 330	-7 108 577	-8 107 841	-7 006 033	-6 098 291	-5 446 739	-2 909 467	-1 760 956	-1 789 182	-1 569 198	7 184 736
22 Barreiro	M	1 426 528	-2 180 436	4 626 012	-579 659	4 677 290	6 312 596	9 420 315	3 241 548	5 756 333	5 046 000	6 767 941
23 Torres Vedras	M	30 183	-5 424 676	-5 083 273	139 895	2 827 018	4 057 082	5 463 653	4 829 504	6 384 159	6 852 176	6 676 815
24 Braga	G	11 249 637	12 088 000	14 150 015	24 398 218	14 596 043	20 775 354	14 063 920	13 557 662	3 441 277	3 613 567	6 089 092
25 Santarém	M	-5 424 814	-66 795	-847 339	-9 479 784	1 346 646	2 886 172	4 763 211	4 649 750	4 824 705	2 933 917	6 032 848
26 Faro	M	-5 830 661	-4 011 510	-2 686 305	-4 548 624	122 143	-17 023 114	-7 544 400	-1 615 279	-1 391 380	-5 147 750	5 821 116
27 Chaves	M	-956 927	-1 808 626	-17 009	-12 442 552	3 165 724	-7 784 019	7 367 471	6 840 926	4 319 932	3 237 719	5 722 667
28 Oliveira de Azeméis	M	4 778 016	1 903 945	284 399	1 220 151	4 114 404	1 952 253	3 210 813	4 210 078	3 881 820	3 361 071	5 542 180
29 Montijo	M	-2 208 424	-2 518 286	2 426 316	-104 801	2 798 125	763 281	1 169 437	1 775 502	729 143	4 029 641	5 311 600
30 Grândola	P	3 623 675	4 483 890	6 924 370	-633 818	-139 672	240 551	2 648 281	1 540 198	2 436 854	8 809 883	5 052 726
31 Pombal	M	7 321 584	8 497 740	7 604 258	8 795 228	5 827 852	5 210 958	6 415 465	5 238 492	4 652 598	4 901 837	5 031 224
32 Matosinhos	G	-6 656 152	-18 097 181	-8 660 627	-9 141 544	-14 575 218	3 206 148	-13 463 890	4 366 947	2 911 874	4 717 508	4 775 955

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
33	Ílhavo	M	3 851 460	4 033 704	3 114 429	3 759 294	3 474 558	2 561 901	3 889 606	2 892 535	2 982 336	2 946 632	4 757 311
34	Silves	M	3 226 800	792 711	855 535	-1 450 937	2 752 525	1 900 141	624 291	3 955 960	5 934 706	4 315 541	4 723 230
35	Cantanhede	M	-867 926	-2 359 021	3 415 347	1 735 254	931 254	3 338 833	3 716 508	2 754 469	1 138 520	2 735 089	4 646 860
36	Trofa	M	-6 624 903	-8 460 413	-6 044 040	-3 270 803	2 050 917	878 736	1 997 899	4 527 232	5 202 019	4 029 648	4 636 444
37	Ribeira Grande	M	4 311 090	3 428 731	4 555 040	4 800 124	4 959 116	5 035 413	5 117 190	4 435 402	3 293 668	4 317 897	4 475 721
38	Alcochete	P	338 621	-1 292 869	-707 913	-2 072 656	-804 946	2 235 158	778 933	2 626 899	4 595 355	2 279 521	4 278 358
39	Guimarães	G	5 517 094	11 597 855	8 762 646	9 281 158	27 317 534	7 202 494	11 398 506	10 601 091	10 900 958	7 440 830	4 183 918
40	Póvoa de Varzim	M	967 552	-1 094 988	2 865 620	1 833 683	3 126 172	2 366 613	613 617	2 589 464	4 193 058	2 605 398	3 778 756
41	Funchal	G	471 736	645 506	350 383	544 537	1 494 474	-6 983 936	3 880 831	3 469 217	6 312 766	2 993 264	3 320 375
42	Sines	P	1 772 150	-3 480 504	3 737 827	-930 916	829 110	-10 110 002	-4 433 064	-2 793 697	204 611	28 064	3 203 956
43	Santa Cruz	M	-1 214 270	-8 383 833	-6 427 924	-4 384 863	851 436	-373 092	1 570 744	1 163 241	4 285 519	344 590	3 178 159
44	Marco de Canaveses	M	1 314 311	-37 694 151	2 734 767	6 596 492	2 886 273	4 287 873	-2 064 121	5 882 052	24 621 497	4 396 864	3 168 740
45	Viana do Castelo	M	2 969 106	2 764 101	1 168 379	437 090	2 478 633	5 097 325	3 389 228	4 442 188	3 400 280	4 070 977	3 023 850
46	Angra do Heroísmo	M	-700 261	372 042	214 786	1 890 017	2 964 099	2 213 138	2 042 292	1 675 462	2 463 850	1 477 314	2 982 233
47	Vizela	M	8 821	77 314	895 709	-138 869	569 593	17 186	2 584 706	2 328 061	1 551 607	2 163 245	2 887 873
48	Coimbra	G	3 395 221	2 553 922	2 633 667	4 604 174	5 531 770	1 848 438	3 307 691	1 250 108	1 333 052	1 351 539	2 863 955
49	Torres Novas	M	2 676 464	-197 969	1 896 464	534 146	-2 191 854	-626 884	3 038 841	5 215 176	2 154 456	2 363 792	2 848 006
50	Marinha Grande	M	594 430	345 970	478 533	2 650 586	1 941 679	1 683 886	2 924 985	3 738 557	3 602 722	3 941 105	2 803 332

R54 – Municípios com menores Resultados Económicos em 2018

Unidade: euros

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	Tavira	M	1 323 717	3 909 434	-5 816 055	-6 602 225	-3 503 458	-3 359 886	-4 631 639	-3 001 478	-5 194 103	-5 071 657	-9 710 839
2	Oleiros	P	-3 820 131	-5 338 911	-5 522 887	-5 456 253	-5 877 175	-6 416 340	-6 179 680	-5 776 720	-6 063 977	-7 484 688	-8 408 304
3	Lamego	M	623 345	856 101	-885 467	-3 967 906	-122 724	93 436	-900 122	-5 901 447	-292 367	-1 294 038	-6 317 807
4	Moura	P	-4 488 314	-7 002 177	-6 584 249	-4 740 033	-2 424 962	-7 196 519	-6 335 457	-6 150 100	-5 345 126	-5 055 629	-4 931 685
5	Mafra	M	46 887	-10 548 614	-4 739 356	-3 511 291	-3 290 118	-3 581 826	-2 867 684	4 356 319	-706 728	2 495 418	-4 782 012
6	Elvas	M	51 971	-3 198 469	-1 478 127	559 101	-1 212 896	-7 406 812	-8 761 376	-6 629 879	-4 227 546	-5 863 443	-4 423 762
7	Vila Real Sto. António	P	2 062 116	-19 544 319	-10 899 262	-9 074 309	-4 791 377	-6 586 064	-4 897 719	-7 078 741	-2 274 877	-8 710 298	-3 991 371
8	Felgueiras	M	-1 165 926	-2 493 732	-5 410 866	-5 161 961	-4 061 300	-4 315 056	-5 875 877	-3 476 453	-4 574 930	-5 201 286	-3 757 354

CAPÍTULO 3. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

Município	Dim..	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
9	Ovar	M	3 643 624	1 937 494	1 397 298	2 908 779	3 036 291	4 084 219	1 603 364	-4 114 386	-4 798 146	-5 851 739	-3 657 350
10	Viseu	M	7 846 609	1 342 840	-1 072 932	4 910 749	8 493 446	2 831 561	8 266 315	1 350 974	5 092 057	1 897 157	-3 573 149
11	Condeixa-a-Nova	P	-1 576 384	-969 362	-973 506	-1 341 886	-927 195	-466 932	-2 067 630	-1 499 353	-3 202 458	-3 341 702	-3 477 635
12	Figueiró dos Vinhos	P	-3 521 301	-4 248 235	-4 319 757	-3 143 866	-2 775 852	-2 578 542	-3 758 751	-2 993 344	-2 807 971	-2 410 199	-3 221 426
13	Peso da Régua	P	-2 688 079	-2 193 729	-759 387	-9 332 496	-570 501	-5 486 549	-4 299 532	-3 615 054	-3 675 608	-3 881 521	-2 984 766
14	Espinho	M	-5 449 572	-5 016 580	-9 815 884	-5 014 766	-1 584 306	-1 064 934	-2 087 658	612 936	-241 075	-38 710	-2 862 242
15	Gouveia	P	140 352	70 877	398 272	-183 746	709 434	-22 350	121 881	-694 041	-511 693	-568 368	-2 719 763
16	Lourinhã	M	-13 600 237	-7 938 943	-5 534 557	-6 323 727	-4 867 431	-3 629 359	-5 486 163	-1 957 169	-3 946 009	-4 505 823	-2 601 743
17	Mogadouro	P	-2 086 028	-1 390 537	-2 317 926	-1 514 354	-912 085	-1 657 588	-3 188 136	-2 637 428	-1 137 663	-2 288 968	-2 493 029
18	Reguengos Monsaraz	P	1 173 434	344 347	-222 319	-800 731	-2 080 337	-1 804 443	-1 727 053	-1 162 369	-2 399 860	-2 104 160	-2 285 696
19	Sta. Marta Penaguião	P	-805 704	-618 698	-625 289	-1 333 109	-1 252 308	-672 623	-520 978	-1 600 038	-1 546 593	-2 039 584	-2 203 410
20	Santa Comba Dão	P	-4 261 754	-3 192 664	-3 923 042	-3 265 270	-3 636 877	-2 991 886	-1 887 660	-5 324 375	116 082	-1 165 349	-2 190 860
21	Almeirim	M	-4 643 610	-3 925 173	-4 535 078	-3 300 122	-4 201 605	-3 758 982	-3 379 601	-2 904 613	-2 711 133	-1 773 696	-2 159 515
22	Ferreira do Zêzere	P	-4 028 755	-4 321 387	-3 961 794	-2 398 913	-1 658 460	-1 749 162	-1 924 111	-1 824 479	-1 274 330	-1 371 051	-2 049 937
23	São Vicente	P	622 379	945 860	465 730	599 496	-18 734	-1 286 359	1 314 849	433 839	67 504	-1 163 557	-1 953 527
24	Belmonte	P	-600 281	-748 533	-1 100 248	-994 704	-829 553	-1 700 915	-2 148 453	-2 191 743	-2 133 026	-2 609 391	-1 904 511
25	Pinhel	P	-3 258 921	-1 712 005	-624 577	-763 991	-838 061	-1 933 653	-1 810 833	-1 006 428	-2 393 577	-1 158 752	-1 900 737
26	Valpaços	P	2 430 423	2 117 621	-2 496 595	-1 889 713	-1 561 571	-1 200 034	-591 068	-87 996	230 786	-1 591 296	-1 885 294
27	Alvaiázere	P	-3 597 267	-3 214 985	-3 255 719	-3 000 956	-2 403 683	-3 619 069	-1 301 400	-1 078 795	-866 332	-1 246 577	-1 816 188
28	Paredes	M	643 178	-4 708 285	6 659 379	-2 946 306	5 158 695	-8 387 841	-8 382 930	-3 032 576	-8 415 156	-5 986 519	-1 791 275
29	Mação	P	1 422 579	877 832	1 115 630	1 193 171	-2 016 152	-2 233 544	-2 923 534	-2 214 006	-1 242 699	-1 451 933	-1 777 637
30	Santana	P	1 487 086	-2 288 479	-1 282 465	-1 331 274	-1 255 890	-117 399	-421 231	-1 190 710	-730 811	-340 681	-1 760 583
31	Vagos	M	-3 072 341	-5 264 372	-3 642 020	-3 784 368	-1 656 425	-217 988	-2 575 876	-1 990 780	-3 264 704	-2 728 084	-1 754 500
32	Fafe	M	1 357 969	1 148 393	2 184 863	2 964 105	1 263 912	1 745 421	1 683 385	-1 077 643	543 817	535 719	-1 750 505
33	Proença-a-Nova	P	-2 713 248	-2 806 444	-3 109 356	-2 299 142	-2 969 645	-2 678 487	-2 855 094	-2 882 461	-2 425 236	-2 271 986	-1 736 217
34	Montalegre	P	-4 583 462	-2 643 192	-4 297 424	-2 541 678	-2 990 864	-5 759 356	-2 424 917	-209 408	746 375	-1 238 999	-1 707 297
35	Redondo	P	-1 044 224	-594 743	-2 297 036	-1 808 664	-1 466 962	-1 695 258	-2 971 156	-1 050 210	-907 495	-1 409 906	-1 697 351
36	Gondomar	G	2 754 440	3 269 514	293 213	5 615 536	946 893	-3 769 151	-10 406 517	-7 282 404	-1 409 301	-2 151 599	-1 692 279
37	Serpa	P	-470 295	3 118 083	2 509 392	959 732	1 747 272	-1 054 492	-3 151 443	-190 049	-1 615 475	-2 338 350	-1 689 719
38	Monchique	P	17 999	-292 419	-1 127 912	-1 857 814	-1 519 163	-1 686 674	-947 344	-1 087 686	-1 105 882	-1 490 691	-1 679 199

Município	Dim..	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
39	Castro Marim	P	-1 020 930	-1 209 874	-1 087 297	-3 129 328	-1 841 131	-1 967 629	-2 071 076	-1 677 903	-1 067 370	-1 576 112	-1 676 877
40	Castelo de Vide	P	673 572	439 529	825 636	944 133	823 963	109 697	-1 385 927	-1 256 664	-1 211 630	-1 638 568	-1 605 196
41	Covilhã	M	142 801	-11 378 706	-5 602 764	-4 781 343	-4 293 721	-4 515 621	-2 897 435	-3 354 932	-1 804 891	-2 441 906	-1 553 575
42	Caminha	P	4 108 449	568 549	-791 470	-2 681 918	2 212 576	-918 262	-1 767 015	-1 497 442	-993 040	-2 087 091	-1 516 771
43	Machico	M	-737 414	452 101	2 203 224	-1 212 212	2 375 695	-831 320	1 249 186	1 071 010	684 111	1 103 895	-1 512 161
44	Fundão	M	1 776 595	56 779	-23 340	1 161 966	1 280 939	1 243 712	-160 217	3 499 110	277 355	726 603	-1 509 661
45	Carregal do Sal	P	-2 458 663	-2 669 453	-2 679 587	-2 612 905	-2 936 247	-2 622 420	-2 630 416	-528 336	-833 603	-1 352 347	-1 499 101
46	Batalha	P	-655 037	-582 476	-1 338 030	-2 773 838	-2 034 928	-1 948 452	-2 171 951	-1 183 328	-564 252	-977 071	-1 350 512
47	Anadia	M	-60 977	-754 714	-469 381	510 819	-756 158	-793 980	-459 365	948 915	425 169	-977 149	-1 329 887
48	Lousã	P	-220 691	-659 407	-714 355	-155 652	-886 534	-1 847 455	3 929	267 858	-839 020	-1 096 440	-1 257 988
49	Vouzela	P	-2 491 903	-4 352 977	-2 514 355	-2 488 833	-1 820 001	-899 695	-1 733 920	-2 085 618	-1 512 174	-1 820 639	-1 256 050
50	Vidigueira	P	66 241	35 940	-97 346	38 465	-167 763	-358 143	16 124	-351 508	-1 208 679	-942 279	-1 243 013

3.6.4. EBITDA

O EBITDA¹⁶⁵ (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é um indicador financeiro muito utilizado nas empresas e que representa o quanto uma empresa ou entidade gera de recursos financeiros através das suas atividades¹⁶⁶.

¹⁶⁵ O EBITDA é o resultado operacional antes do valor das amortizações e das provisões, sendo calculado pela seguinte fórmula: Resultados Operacionais + Depreciações e Amortizações + Provisões, sendo que, de acordo com as regras do POCAL, os juros não são contabilizados para efeitos dos resultados operacionais.

¹⁶⁶ Como veremos no Capítulo 4, este é um dos indicadores que determinam a continuidade ou encerramento de uma empresa do setor local. Diz o artigo 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que as empresas locais são obrigatoriamente objeto de dissolução quando se verifique uma das seguintes situações: Artigo 62.º

Dissolução das empresas locais

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50% das suas receitas;
- Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo, o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;

No Quadro 3.24 apresenta-se o valor EBITDA dos municípios, entre 2008 e 2018.

No Gráfico 3.11 é apresentada a evolução do EBITDA, comparando-a com a evolução dos proveitos e dos resultados operacionais.

d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo. (...)

Nota: sublinhado nosso

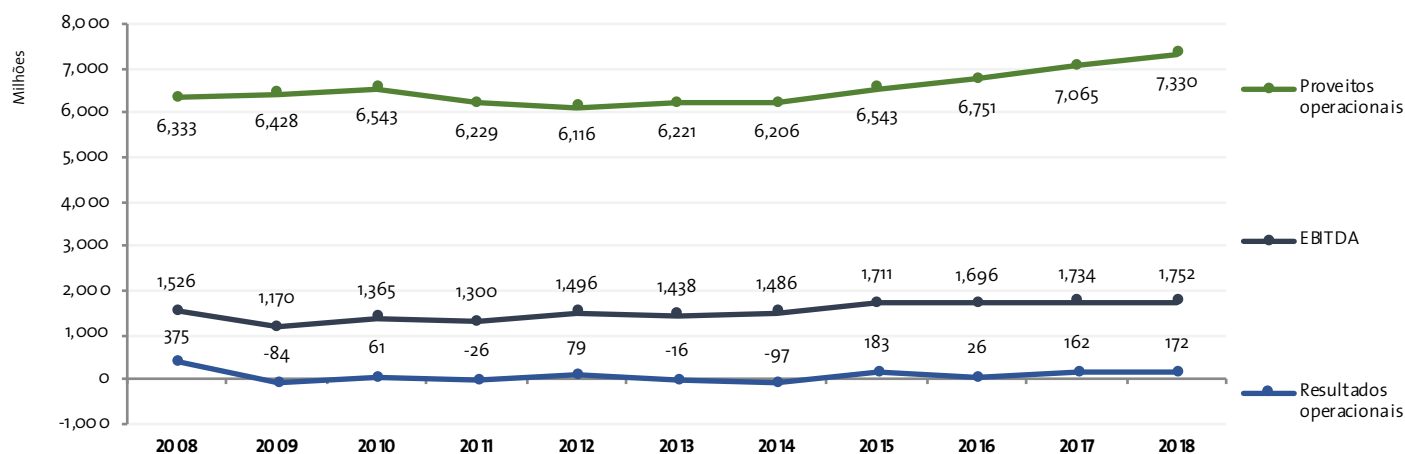
Tendo grande parte dos municípios constituído empresas municipais para as quais delegou competências que lhe são próprias e que, por isso, desempenham um papel importante na vida do cidadão, contribuinte líquido para o Estado e para a Autarquia, faz sentido avaliar o indicador que pode determinar a manutenção ou a extinção das sociedades comerciais/empresas locais criadas pelo município.

Quadro 3.24 – Evolução do indicador EBITDA

Unidade: milhões de euros

Custos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Resultado operacional (a)	375,1	-84,0	60,9	-25,8	79,5	-15,7	-97,1	183,0	25,7	161,8	171,5
Amortizações e depreciações do exercício (b)	1 034,3	1 086,6	1 155,9	1 167,1	1 208,8	1 269,0	1 299,1	1 341,0	1 372,4	1 385,6	1 397,2
Provisões do exercício (c)	116,9	167,6	148,3	158,4	207,7	184,8	284,3	187,1	297,6	186,6	183,1
EBITDA (d) = (a)+(b)+(c)	1 526,3	1 170,1	1 365,1	1 299,7	1 496,0	1 438,1	1 486,3	1 711,2	1 695,7	1 734,0	1 751,9
Proveitos operacionais (e)	6 333,0	6 428,3	6 543,1	6 229,0	6 116,3	6 220,7	6 206,4	6 543,0	6 750,9	7 064,7	7 329,6
EBITDA/Proveitos operacionais (f) = (d)/(e)	24,1%	18,2%	20,9%	20,9%	24,5%	23,1%	23,9%	26,2%	25,1%	24,5%	23,9%

Gráfico 3.11 – Evolução do EBITDA



– Do quadro e gráfico anteriores verifica-se que, considerando o universo dos municípios, face aos resultados operacionais obtidos, **o EBITDA foi sempre positivo tendo atingido o menor valor em 2009, com crescimento progressivo a partir de 2014, pese embora o ligeiro decréscimo verificado em 2016. Em 2018 atinge o valor de 1 751,9 M€.**

– Em 2018, apenas o município de Redondo apresentou o EBITDA negativo com o valor de -623.684€.

Apresentam-se a seguir o Ranking R55 com os 50 municípios com melhor EBITDA, e o Ranking R56 com os 50 municípios com pior EBITDA no ano de 2018.

R55 – Municípios com melhor EBITDA em 2018

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Lisboa	G	94 425 970	100 666 231	139 812 115	68 759 164	83 693 492	44 015 331	66 082 436	139 233 426	204 894 526	256 183 364	209 328 851
2	Cascais	G	24 592 796	-3 381 801	22 503 849	18 547 634	9 642 112	9 869 064	30 399 144	35 580 970	40 509 167	46 443 985	68 025 566
3	Porto	G	54 109 919	34 641 906	43 352 231	41 135 717	31 784 862	36 651 795	29 919 458	34 102 090	33 088 929	42 507 298	61 241 170
4	Sintra	G	29 021 874	31 896 143	35 490 574	34 068 128	32 208 173	30 909 979	41 812 359	41 296 614	38 717 745	43 942 076	46 674 756
5	Oeiras	G	25 645 650	31 825 677	22 317 187	17 174 499	27 190 648	37 264 306	23 352 676	37 727 881	34 190 790	42 895 109	44 693 755
6	Vila Nova de Gaia	G	24 606 521	25 245 099	31 987 351	34 606 157	35 704 563	36 696 211	35 062 716	39 614 365	39 256 873	43 339 748	40 945 104
7	Maia	G	27 362 858	18 871 615	19 948 402	18 034 633	20 013 405	15 843 059	16 338 154	19 545 310	25 905 790	22 192 694	29 215 337
8	Aveiro	M	10 250 375	6 016 755	4 369 475	9 372 364	11 436 934	9 364 358	10 871 914	17 413 008	24 749 882	17 625 256	25 066 810
9	Matosinhos	G	14 677 217	6 280 442	12 411 930	14 158 729	25 404 418	18 682 526	10 430 487	21 715 405	17 193 143	27 904 836	23 466 025
10	Leiria	G	15 345 993	9 749 080	12 948 628	10 356 711	13 849 206	15 384 395	20 772 202	23 406 599	25 919 635	26 420 834	23 236 768
11	Loulé	M	19 741 011	9 118 814	5 159 757	6 799 429	15 471 212	25 387 213	30 511 886	32 145 756	32 260 893	25 233 845	21 577 747
12	Sta. Maria da Feira	G	16 473 459	11 638 765	25 264 299	9 785 013	18 377 649	18 647 197	17 986 667	20 092 885	19 448 697	19 554 699	21 457 124
13	Portimão	M	-4 276 765	-19 437 848	-21 858 897	-13 040 318	7 253 108	15 719 329	15 019 803	17 879 717	16 036 573	15 512 881	20 741 022
14	Vila Franca de Xira	G	22 008 627	11 694 112	17 944 159	13 343 777	11 235 471	11 040 824	8 917 577	10 023 167	8 758 252	12 511 136	20 183 094
15	Barcelos	G	18 494 684	19 012 898	14 813 476	16 140 448	18 854 428	18 607 925	17 995 941	17 954 492	18 404 955	20 906 138	20 119 336
16	Guimarães	G	25 757 390	28 670 615	22 780 266	23 846 556	42 590 461	26 516 081	20 331 975	26 127 524	24 420 162	25 410 637	19 956 198
17	Amadora	G	11 548 491	12 314 578	14 912 081	12 304 432	10 566 947	5 003 291	5 502 006	14 554 476	15 307 450	16 835 925	19 100 650
18	Seixal	G	5 636 107	3 156 502	22 544 738	21 077 748	19 323 892	26 233 524	15 637 038	20 087 409	23 907 534	21 940 528	18 731 259
19	Almada	G	12 556 251	5 174 457	11 991 275	12 080 921	11 043 662	6 321 870	8 110 437	6 535 998	2 870 977	7 890 381	17 803 771
20	Loures	G	21 560 456	4 616 293	31 806 928	26 907 430	17 988 500	14 567 655	10 747 254	16 379 158	23 896 226	19 414 753	17 591 808
21	Lagos	M	3 161 229	-2 011 660	-3 578 403	1 643 998	9 681 565	8 201 871	12 513 482	14 874 321	15 232 048	16 266 338	17 384 537
22	V. Nova Famalicão	G	18 170 240	15 813 103	14 291 888	19 515 411	24 837 079	14 980 359	22 493 749	13 066 376	20 828 470	20 046 672	17 258 748
23	Albufeira	M	9 899 126	2 208 603	-7 076 693	-373 912	8 523 159	20 273 446	32 985 337	34 128 236	22 820 840	22 015 513	17 091 523
24	Gondomar	G	14 372 198	15 126 923	18 016 072	18 455 565	16 019 778	12 033 753	9 696 406	11 665 151	12 708 619	12 897 683	17 057 872
25	Mafra	M	11 113 247	1 213 923	1 341 483	6 284 096	8 698 419	8 114 286	15 119 221	15 588 358	11 023 773	16 296 361	16 863 576
26	Braga	G	33 398 220	37 939 692	35 307 955	43 704 739	32 018 206	29 725 517	21 382 184	21 755 301	16 343 185	14 045 450	15 542 609
27	Odivelas	G	9 380 367	8 293 219	8 019 874	11 680 325	5 051 136	5 732 416	5 596 670	8 215 109	6 474 380	6 939 941	14 755 995
28	Paredes	M	7 809 229	7 059 426	8 389 352	10 794 987	8 910 045	9 402 781	9 622 976	11 683 448	13 877 422	10 366 150	13 164 673

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mandato 2018-2021
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
29	Castelo Branco	M	24 810 624	21 397 959	24 896 799	17 265 361	15 542 765	12 478 576	13 971 559	13 098 017	14 199 293	14 553 760	12 962 571
30	Faro	M	5 420 709	3 683 600	3 413 072	6 028 722	8 052 535	6 953 222	10 386 882	12 793 446	12 510 495	10 518 379	12 519 683
31	Covilhã	M	10 474 013	4 166 252	7 881 270	9 532 142	9 192 692	9 288 590	9 116 460	9 072 244	9 932 990	9 103 680	11 736 909
32	Torres Vedras	M	3 291 917	1 933 937	1 594 736	5 844 977	7 360 005	8 963 017	9 619 636	9 179 835	10 140 544	11 343 073	11 533 442
33	Valongo	M	7 282 317	2 921 362	1 656 257	5 653 373	5 307 345	5 184 706	5 766 859	6 694 084	6 651 216	7 837 306	11 035 701
34	Pombal	M	12 416 798	12 614 116	12 710 300	12 148 300	10 240 431	11 950 376	10 883 227	10 858 955	10 904 519	11 493 686	10 863 149
35	Oliveira de Azeméis	M	10 951 913	9 004 812	9 456 517	8 747 174	9 769 787	9 321 025	8 426 250	9 761 454	9 364 643	8 999 575	10 789 582
36	Viana do Castelo	M	9 746 839	10 278 943	7 341 095	6 591 512	7 579 424	9 731 930	9 236 309	11 093 497	10 800 991	8 643 135	10 295 404
37	Chaves	M	6 754 471	6 181 775	5 888 278	4 253 838	9 269 004	5 530 380	10 991 657	11 003 185	10 536 246	12 967 022	10 224 354
38	Évora	M	1 387 353	-1 657 844	474 436	-3 394 370	2 230 479	816 799	3 370 392	6 861 817	6 083 723	7 500 474	10 193 744
39	Setúbal	G	8 307 699	7 912 915	8 430 648	5 098 215	15 052 554	13 355 942	19 176 917	26 876 416	11 717 736	12 221 015	10 115 149
40	Santarém	M	2 042 646	-1 005 448	1 128 080	2 099 699	8 660 716	9 102 481	9 168 807	10 425 467	8 688 585	9 979 618	9 838 293
41	Palmela	M	6 570 515	147 639	-756 791	3 530 591	4 469 685	7 884 609	7 667 540	8 351 925	6 702 371	7 414 128	9 748 968
42	Coimbra	G	8 685 971	6 797 045	7 239 162	7 485 929	9 888 874	9 421 756	6 981 551	13 525 402	15 199 184	18 777 040	9 417 997
43	Póvoa de Varzim	M	7 955 400	5 646 874	9 582 465	9 134 323	10 524 635	8 575 622	7 262 238	9 239 540	9 705 263	8 583 193	9 408 458
44	Lagoa (Algarve)	M	5 496 166	460 731	2 844 521	3 872 798	7 009 465	7 307 343	9 280 125	11 102 264	7 739 872	8 811 242	9 393 228
45	Figueira da Foz	M	10 670 448	3 751 874	5 492 268	6 909 898	8 821 920	12 789 602	10 562 806	9 450 832	11 193 391	10 636 122	9 324 258
46	Sesimbra	M	1 733 814	11 527 000	3 539 587	778 619	4 525 392	8 372 353	6 653 281	8 163 314	7 960 442	6 855 496	9 186 327
47	Funchal	G	11 759 859	7 558 219	11 269 232	10 035 740	7 931 367	7 941 857	12 109 553	13 799 791	18 797 878	12 882 125	8 409 888
48	Barreiro	M	7 093 130	3 968 765	4 114 805	4 096 432	7 139 728	7 227 911	11 852 205	9 028 587	9 178 818	9 506 306	8 216 263
49	Vila do Conde	M	14 204 099	4 744 744	19 691 915	6 397 776	8 583 665	14 194 270	13 981 263	11 975 711	11 425 184	10 663 476	8 204 246
50	Ílhavo	M	4 979 115	5 025 703	3 870 987	4 153 388	4 001 422	5 524 015	7 603 688	7 073 499	6 166 281	7 022 291	8 181 268

R56 – Municípios com pior EBITDA em 2018

Unidade: euros

	Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 2018-2021
			2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	Redondo	P	509 566	670 781	-12 190	-297 584	-41 657	-474 257	-731 561	243 200	374 066	-36 509	-623 684
2	Oleiros	P	2 738 183	2 231 436	2 238 090	2 275 774	1 890 503	1 662 209	1 080 366	1 139 538	1 073 643	865 748	97 978
3	Figueiró dos Vinhos	P	473 339	113 976	61 557	1 159 039	1 401 855	1 264 093	662 403	868 866	831 360	813 526	103 876
4	Belmonte	P	1 923 226	1 651 816	1 568 103	1 605 049	1 915 207	1 297 275	400 494	253 123	-945	-207 749	238 915
5	Condeixa-a-Nova	P	2 271 230	2 451 737	2 671 806	2 378 736	2 789 569	2 267 476	1 737 629	1 560 290	1 300 904	945 010	242 556
6	Porto Santo	P	1 115 578	-61 327	-291 828	256 354	1 162 085	1 098 317	1 829 122	991 007	385 507	431 803	261 564
7	Góis	P	1 926 347	1 936 136	1 648 302	1 078 384	1 315 361	1 106 641	729 312	746 508	614 110	675 045	299 010
8	Barrancos	P	294 227	640 964	553 184	811 361	735 455	757 551	471 896	406 123	395 385	379 195	327 541
9	S.M.Penaguião	P	1 886 709	2 348 905	1 670 541	1 418 931	1 420 893	1 805 972	1 874 156	1 116 084	750 246	739 148	427 471
10	Corvo	P	574 405	713 825	851 648	800 168	702 203	723 497	661 206	670 366	575 115	550 402	439 704
11	Lajes das Flores	P	1 930 988	2 369 135	1 133 224	791 110	1 245 592	484 745	782 545	626 926	782 545	226 650	453 393
12	Castelo de Vide	P	1 037 368	656 074	1 118 848	1 215 600	1 116 840	543 128	566 990	815 018	821 055	462 733	469 636
13	Monforte	P	1 044 656	193 080	519 236	782 608	769 361	593 967	717 936	775 194	497 815	242 890	492 778
14	Constância	P	1 095 661	1 167 902	781 002	741 117	552 134	1 511 937	584 281	673 395	826 025	663 685	514 934
15	Vidigueira	P	2 087 153	1 616 603	1 601 735	1 990 381	838 431	1 149 391	1 203 721	727 873	550 227	679 753	563 469
16	Cuba	P	855 705	447 914	513 774	978 492	1 019 774	672 421	296 457	568 105	472 156	77 199	593 687
17	Penacova	P	3 704 003	3 694 545	3 250 600	2 492 103	2 491 008	2 730 193	1 893 215	1 798 875	1 122 252	1 183 130	615 529
18	Mira	P	1 795 343	2 010 198	1 855 718	1 607 672	1 920 196	1 844 599	1 420 133	1 484 993	577 352	1 438 796	625 788
19	Penela	P	1 030 021	532 769	1 241 321	1 495 876	1 607 546	1 211 623	991 049	1 280 506	1 242 267	1 140 549	658 965
20	R. Monsaraz	P	3 046 121	2 214 443	1 501 279	1 209 388	1 809 448	203 682	53 343	852 327	1 308 185	852 901	665 630
21	Salvaterra de Magos	M	3 001 556	1 828 907	1 659 778	1 492 962	1 908 018	1 919 820	657 489	897 202	158 680	529 728	674 066
22	Boticas	P	2 424 737	2 152 883	2 583 642	2 250 814	2 733 310	2 682 077	1 775 971	1 748 779	789 751	512 073	679 458
23	Sardoal	P	929 377	683 101	958 947	1 333 836	1 293 286	834 824	973 165	897 472	869 208	972 846	691 401
24	Miranda do Corvo	P	2 377 305	2 156 515	2 473 617	2 513 568	2 594 092	2 587 204	1 502 839	1 870 830	883 161	556 805	715 815
25	Lousã	P	2 068 725	1 962 019	2 043 188	2 523 018	1 897 803	1 230 413	1 386 306	1 525 004	1 149 936	757 345	716 559
26	Fronteira	P	1 514 824	2 120 683	1 282 232	1 167 092	1 442 006	973 711	808 673	726 103	697 935	692 162	731 463
27	Peso da Régua	P	2 322 996	2 395 758	4 067 604	-1 923 905	4 630 191	1 827 269	-387 125	488 390	603 611	1 264 477	736 900
28	Marvão	P	1 131 632	1 150 248	958 730	1 243 731	1 135 341	927 966	838 876	1 123 419	1 149 922	806 713	746 553

Município	Dim.	Mandato 2006-2009		Mandato 2010-2013				Mandato 2014-2017				Mand. 2018-2021	
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
29	Campo Maior	P	686 023	720 915	-389 943	1 160 318	1 355 024	610 010	544 199	1 446 886	1 308 570	1 487 994	778 313
30	Santa Cruz das Flores	P	1 298 581	1 209 256	711 434	1 486 214	937 712	800 704	782 389	902 127	821 464	983 018	788 971
31	Penedono	P	1 583 490	2 216 481	1 554 198	1 165 286	1 558 378	1 430 958	1 724 299	1 059 712	914 579	714 486	801 867
32	Carregal do Sal	P	1 140 461	1 468 845	1 598 578	1 027 876	837 902	1 005 106	1 135 517	2 162 875	1 603 193	1 171 080	809 288
33	Vila de Rei	P	1 646 821	1 507 310	1 665 621	1 481 866	1 412 692	1 220 999	1 179 942	1 295 068	1 218 964	1 006 934	867 723
34	Castro Marim	P	2 536 076	1 253 493	2 428 373	336 613	2 203 390	1 809 959	1 344 681	1 873 842	1 412 647	990 084	917 034
35	Tábua	P	2 828 154	340 768	450 985	950 257	1 838 077	1 710 660	1 337 316	1 345 412	1 392 523	1 011 281	917 700
36	Portel	P	1 744 742	1 848 067	2 090 539	1 878 281	1 573 962	1 145 697	115 068	1 103 189	1 027 950	1 071 009	923 612
37	Pedrógão Grande	P	2 077 399	2 200 917	1 645 815	1 644 857	2 620 444	2 243 413	1 417 942	1 476 725	1 965 872	1 517 357	924 022
38	Vila Nova Barquinha	P	1 455 338	1 259 099	1 371 752	1 419 920	1 666 178	1 330 654	1 189 142	1 403 541	1 216 001	792 989	924 740
39	Sta. Cruz da Graciosa	P	960 297	930 112	798 052	1 119 670	1 021 909	1 138 410	945 140	1 053 090	1 049 420	995 501	937 551
40	Crato	P	812 846	718 044	1 127 892	1 638 820	1 135 466	893 019	756 122	1 191 474	863 636	716 246	955 677
41	Arganil	P	2 189 598	2 253 729	2 364 794	2 464 068	2 677 530	2 210 090	1 837 912	2 167 582	2 118 475	1 547 758	967 302
42	Mesão Frio	P	642 602	711 383	1 189 605	1 203 000	1 574 204	958 973	787 556	1 077 602	1 029 612	974 758	979 579
43	Sousel	P	1 067 385	843 493	1 122 402	842 594	1 254 396	892 562	715 192	926 120	935 920	880 778	986 902
44	F. Espada à Cinta	P	848 603	703 004	987 374	647 576	827 060	1 024 330	1 139 528	1 561 233	977 813	975 160	991 379
45	São Roque do Pico	P	1 472 474	1 611 137	1 478 870	1 293 682	1 151 723	1 400 096	1 201 197	1 217 929	1 506 665	1 436 869	1 002 263
46	Vila Pouca de Aguiar	P	2 506 647	1 857 107	2 559 141	3 371 343	3 993 426	2 939 636	1 360 678	2 454 810	1 777 793	1 221 097	1 010 059
47	Sernancelhe	P	2 108 801	2 734 461	2 292 490	1 505 920	1 346 586	1 393 435	1 047 522	1 383 307	1 294 619	1 095 606	1 011 440
48	Idanha-a-Nova	P	4 599 819	3 115 568	3 903 778	4 405 453	3 662 135	2 046 934	2 213 814	1 271 943	1 768 804	941 619	1 028 932
49	Golegã	P	922 481	939 952	1 153 559	1 165 667	926 794	854 926	604 077	1 155 019	798 643	755 081	1 035 385
50	Mação	P	1 950 743	1 326 333	1 493 436	1 637 661	1 749 767	1 404 383	156 608	720 198	1 188 914	1 241 672	1 046 613

CAPÍTULO 4.

O SETOR EMPRESARIAL LOCAL e GRUPOS AUTÁRQUICOS

Nota introdutória

Este capítulo apresenta a informação económico-financeira do setor empresarial local (designado por SEL), constituído por entidades de natureza empresarial¹⁶⁷ incluindo as empresas municipais (designados por EM's) e serviços municipalizados¹⁶⁸ (designados por SM's) relativas a 2018. Esta análise realiza-se autonomamente em relação a cada um destes sectores do universo empresarial municipal.

Analisa-se ainda num ponto próprio as contas de 135 grupos autárquicos, ou seja, dos municípios com empresas e/ou serviços municipalizados.

EMPRESAS MUNICIPAIS- EMs

A análise da evolução das contas do setor empresarial local reporta-se ao período entre 2011 e 2018, uma vez que o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) só começou a aplicar-se ao SEL a partir de 2010 permitindo, desde então, a comparação de dados financeiros destas empresas, qualquer que seja o setor de atividade em que atuem.

Para o ano económico de 2018, das 163 Empresas Municipais existentes foi obtida e tratada informação de 158 Entidades Empresariais Locais¹⁶⁹, representando mais de 97% do setor. Todavia para

¹⁶⁷ Constituídas por empresas municipais, Sociedades Anónimas, Sociedades por quotas e Entidades Intermunicipais

¹⁶⁸ Embora não sejam consideradas do ponto de vista jurídico setor empresarial local, pois fazem parte da estrutura administrativa das autarquias com serviços com autonomia de gestão, entendeu-se que pelo carácter empresarial que assumem integram-se no SEL

¹⁶⁹ Parte de informação económico-financeira das 158 entidades do setor empresarial local foi cedida pelo Tribunal de Contas que permitiu o acesso ao Balanço e à Demonstração de Resultados das Contas que dispunha à data de junho de 2018. Esta recolha permitiu obter cerca de 80% das entidades analisadas. As restantes foram recolhidas nos sites das entidades. Não foi possível obter, por qualquer destas for-

efeitos de comparação de valores entre 2011 e 2018, apenas se consideraram 151 entidades empresariais, pois apenas para este número se obteve informação consistente e homóloga suscetível de comparabilidade.

Para a elaboração deste capítulo foi feito o levantamento do número de empresas municipais que se encontravam em processo de dissolução no decorrer de 2018 e verificou-se que oito das mesmas se extinguíram antes do final do ano económico, facto pelo qual não constaram da análise realizada.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

No presente capítulo analisam-se, também, embora separadamente, as contas dos 24 Serviços Municipalizados (SM's) ou seja, a totalidade dos serviços municipalizados existentes à data de dezembro de 2018¹⁷⁰.

A análise autonomizada deste setor empresarial local tem por fundamento o tratamento diferenciado dos registos contabilísticos dos serviços municipalizados, uma vez que, o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) não lhes é aplicado continuando, os mesmos, a utilizar o POCAL até à implementação do novo modelo contabilístico para as administrações públicas - SNC-AP¹⁷¹.

mas, os dados financeiros de 5 empresas (3%) do universo de 163 entidades do setor empresarial local em exercício no ano de 2018. No anexo I apresenta-se um mapa com os dados económicos considerados mais relevantes tanto dos municípios como das respetivas empresas municipais e serviços municipalizados.

¹⁷⁰ Nesta análise abrangemos o universo de todas as que estavam em atividade em 2018.

¹⁷¹ Em 30 /1/2019, em "APONTAMENTOS LEGISLATIVOS – FINANÇAS LOCAIS N.º 1" emitida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, lê-se: " Sistema Contabilístico a aplicar pelas entidades da administração local (artigo 98.º) 1. No ano de 2019, as entidades integradas no subsector da administração local aplicam o referencial contabilístico que lhes era aplicável em 2018;

COOPERATIVAS DE INTERESSE PÚBLICO¹⁷²

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, Lei Financeira das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais identifica, no seu artigo 54.º - **Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total**, as cooperativas de interesse público como entidades enquadráveis para efeitos do cálculo do limite da dívida dos municípios, bem como as condições em que as mesmas relevam:

...

2. A prestação de informação é obrigatória e deve ser cumprida através do Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), disponibilizado pela DGAL; 3. A partir de 1 de janeiro de 2019, com vista a garantir a plena transição para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as entidades da administração local asseguram as diligências necessárias com vista à adoção do SNC-AP, sem prejuízo de a respetiva prestação de contas relativa a 2019 obedecer às normas de contabilidade pública previstas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual (POCAL), ou às normas contabilísticas privadas previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), quando aplicável. 4. Para assegurar a transição prevista, os sistemas contabilísticos locais promovem automaticamente a adequada conversão da informação para o SNC-AP e subsequente transmissão automática de informação à DGAL, através do Sistema de Informação do Subsetor da Administração Local (SISAL), em SNC-AP, nos termos a definir no decreto-lei de execução orçamental. Esta transmissão terá início a partir de 1 de julho. 5. A prestação de contas em 2019 para todas as autarquias locais continuará a ser em POCAL.”

¹⁷² O artigo 6.º do Código Cooperativo (na sua presente versão, a da Lei 51/96, de 7 de setembro) permite a criação de cooperativas de interesse público ou régies cooperativas, reguladas por diploma legal próprio, o Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro.

O primeiro artigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro define as Cooperativas de Interesse Público como “pessoas coletivas em que, para a prossecução dos seus fins, se associam o Estado ou outras pessoas coletivas de direito público e cooperativas ou utentes dos bens e serviços produzidos”.

Podem, assim, ser membros deste tipo de entidades: o Estado, outras pessoas coletivas de direito público, como municípios, regiões autónomas ou empresas públicas, mas também cooperativas, associações e/ou utilizadores dos bens e serviços produzidos.

O capital é subscrito pelos membros nos termos do ato constitutivo, e, na maioria dos casos das cooperativas com participação dos municípios, estes entram em posição maioritária de forma a manterem a gestão e o poder de decisão, em termos de votos e orientação das atividades.

Sobre as Cooperativas com participação dos municípios, a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS), na sua redação atual, designadamente a conferida pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, que procedeu à sua segunda alteração, refere o seguinte:

Artigo 58.º Cooperativas

1 - Os municípios, as associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia, e as áreas metropolitanas podem criar ou participar em cooperativas.

2 - As cooperativas mencionadas no número anterior regem-se pelo Código Cooperativo.

3 - O disposto nos capítulos iii e vi aplica-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º

- d) As cooperativas e as régies cooperativas, de acordo com o disposto no artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 58.º do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proporcional à participação, direta ou indireta, do município, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquele regime;
- e) As cooperativas não previstas na alínea anterior e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município.

Assim, as cooperativas com participação maioritária dos municípios deveriam ser analisadas neste capítulo e integradas no anexo I. No entanto, as suas contas ainda não constam dos elementos disponibilizados pelo Tribunal de Contas, nem da correspondente listagem da DGAL¹⁷³. Contudo, a ausência de informação financeira e o desconhecimento das contas das cooperativas de interesse público em que os municípios exercem, de forma direta ou indireta, uma influência dominante, inviabilizou a sua inclusão na análise deste anuário bem como a inclusão de informação financeira a seu respeito no citado anexo I.

4.1. Setor Empresarial Local

4.1.1. Introdução

Analisa-se neste ponto do Anuário, valores e indicadores relativos à atividade financeira das entidades pertencentes ao Setor Empresarial Local¹⁷⁴ - designadas por SEL - reportados ao final do ano de 2018 no universo de 163 entidades¹⁷⁵, sendo que 131 são Em-

¹⁷³ Na página eletrónica da DGAL ainda não é feita referência àquelas cooperativas (<http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt/>).

¹⁷⁴ Definido à luz da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, o qual considera que pertencem ao SEL as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, e as sociedades comerciais controladas conjuntamente por diversas entidades públicas, cujo maior título de participação é da autarquia.

¹⁷⁵ Não estão aqui incluídos os serviços municipalizados, pese embora na introdução ao presente capítulo se tenha considerado que, em termos substantivos, serão entidades que potencialmente podem pertencer ao SEL. O facto de não terem sido abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), não permite proceder à integração da sua informação contabilística na informação prestada pelas entidades empresariais locais.

presas Municipais ou Entidades Empresariais Locais, 7 Sociedades Anónimas, 3 Sociedades por quotas e 22 Entidades Intermunicipais. A informação económico-financeira apresentada agrega para o ano económico de 2018 os valores de 158 entidades das 163 suprarreferidas, uma vez que não foi possível obter informação financeira de quatro empresas municipais e uma intermunicipal, conforme exposto no Quadro 4.01. Representando, estas 158 entidades empresariais de natureza local, 97% das entidades empresariais existentes, consideram-se os resultados da análise global da informação financeira prestada pelas mesmas, suficientemente fiáveis e tradutores

da situação económico financeira extensiva a todo o universo SEL. Sempre que se entendeu oportuno, analisou-se a evolução financeira do SEL no período entre 2011 e 2018, embora a situação mais frequente seja a comparação com valores do ano precedente. Privilegiou-se, ainda, a comparação dos valores económico-financeiros globais do SEL, com os valores agregados e homólogos dos municípios que o tutelam e com os indicadores e valores homólogos dos 308 municípios.

Quadro 4.01 – Entidades sem informação financeira disponível em 2018

	Entidade	Município	Situação
1	Cura Aquae-Termas de Melgaço	Melgaço	Sem informação
2	Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	Moura	Sem informação
3	EMPET - Parques Empresariais	Tavira	Sem informação
4	Atlântico Vila	Vila Franca do Campo	Sem informação
5	VALICOM - Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações	*	Sem informação

* Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%; Arcos de Valdevez; Caminha; Esposende; Ponte da Barca; Ponte de Lima; e Viana do Castelo

Face à reestruturação do sector empresarial local desde 2011¹⁷⁶ com extinção de entidades e fusão de outras, as empresas municipais extintas ou fundidas no decorrer do ano 2018 e assinaladas no Quadro 4.02, não constam da análise financeira do setor empresarial local efetuada para o presente ano económico.

Quadro 4.02 – Entidades que se dissolveram em 2018

	Entidade	Município	Situação
1	EMA - Estádio Municipal de Aveiro	Aveiro	Dissolvida
2	MoveAveiro - Empresa Municipal de Mobilidade	Aveiro	Dissolvida
3	TEMA- Teatro Municipal de Aveiro	Aveiro	Dissolvida
4	Qualidade de Basto - Empresa para o Desenvolvimento do Tecido Económico Local	Celorico de Basto	Dissolvida
5	HSN - Habitação Social do Concelho de Nordeste	Nordeste	Dissolvida
6	Ourém Viva - Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos	Ourém	Dissolvida
7	Sintra Quórum - Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos	Sintra	Dissolvida
8	Fozcoainvest - Energia, Turismo e Serviços	Vila Nova de Foz Côa	Dissolvida

¹⁷⁶ No Anuário de 2011 já se assinalaram extinções concluídas nesse ano e outras em extinção. Mas realmente foi a partir de 2013 que se tornou significativo o número de entidades empresariais extintas, tendo continuado a dissolução de algumas delas nos anos subsequentes, inclusive no ano económico em análise.

Quadro 4.03 – Número de Entidades do SEL, número das dissolvidas e número de fusões, entre 2011 e 2018

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
N.º total de entidades em atividade	296	275	238	216	188	176	168	163
N.º de entidades com informação disponível	293	270	225	208	185	174	163	158
N.º de entidades dissolvidas	6	9	36	33	25	11	12	8
N.º de entidades que se fundiram	1	9	3	0	0	0	0	0

No Quadro 4.03 apresenta-se, por anos económicos, o número de entidades empresariais do setor local dissolvidas ou que foram objeto de fusão entre 2011 e 2018.

– Do quadro pode-se concluir que entre 2011 e 2018 o número de entidades do SEL baixou 44,9%, diminuindo em 133 o número de entidades existentes¹⁷⁷.

No presente Anuário, à semelhança dos anos anteriores, a metodologia utilizada neste capítulo compreende a análise dos valores do Balanço e da Demonstração dos Resultados relativos ao conjunto de 158¹⁷⁸ entidades do setor empresarial local – SEL, em exercício a 31 de dezembro do ano económico de 2018, em relação às quais foi possível obter informação financeira.

Dado que relativamente a 7 das 158 entidades com informação disponível para o ano económico de 2018 não se dispôs de informação financeira para os anos compreendidos entre 2011 e 2018, para efeitos de comparabilidade de valores referentes a este período consideraram-se os montantes totais de 151 empresas (92,6% de todo o sector SEL) por se dispor de informação económico-finan-

ceira completa, das mesmas, para os referidos anos¹⁷⁹.

Entendeu-se que o volume de informação prestado pelas 151 entidades empresariais será uma amostra suficiente e fiável para o conhecimento e compreensão da evolução económico-financeira do SEL entre 2011 e 2018, considerando-se irrelevante para efeitos de análise global do setor, a ausência de informação das referidas sete entidades empresariais.

Reafirma-se que em todos os quadros expositivos dos dados financeiros referentes ao SEL, apresentar-se-ão os valores homólogos relativos ao universo dos 308 municípios e aos municípios que tutelam as respetivas entidades empresariais.

4.1.2. Grandes Agregados do Balanço das Entidades do SEL: Entidades Empresariais (EEL's) e Empresas Municipais (EM's)

No Gráfico 4.01 apresenta-se o volume total dos principais agregados do Balanço Global das entidades do SEL¹⁸⁰ em relação às quais foi possível recolher informação financeira homogénea entre 2011 e 2018.

O Quadro 4.04 apresenta o valor das componentes do Balanço das entidades do setor empresarial local analisadas em 2018, bem como o respetivo peso das componentes do ativo e do passivo.

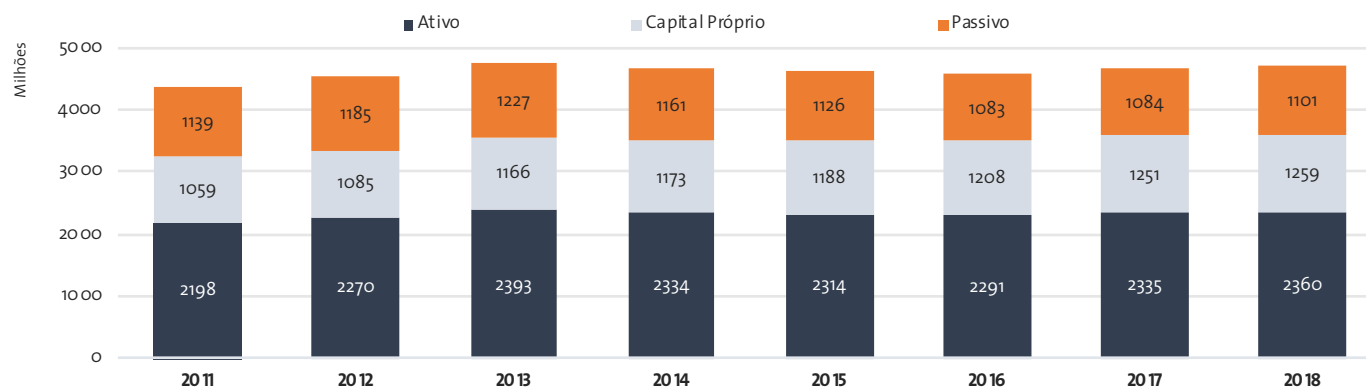
¹⁷⁷ A informação constante do quadro obtida através de diversos organismos, não nos permitiu estabelecer uma correlação direta entre as entidades dissolvidas no período em causa e as existentes nos anos subsequentes, sendo que pela simples operação aritmética dos dados constantes do quadro se poderá concluir pela criação, neste período, de 7 novas empresas. Contudo será uma conclusão empírica que não sustentaremos neste relatório por falta de dados objetivos que permitam validar esta conclusão

¹⁷⁸ Como referido no texto de apresentação deste capítulo, para efeitos de análise da situação económico-financeira do SEL relativo ao ano de 2018 considerou-se suficientemente representativos os valores obtidos dos relatos financeiros disponibilizados pelas 158 entidades empresariais (97% das empresas do sector) desvalorizando-se, para efeitos de análise global, a ausência de dados das cinco empresas que não enviaram em tempo regulamentar ao TC a informação financeira exigível, nem a disponibilizaram no respetivo site.

¹⁷⁹ De igual modo se procedeu em anos anteriores, isto é, a análise comparativa para um número alargado de anos apenas foi considerada para o conjunto de empresas que apresentaram no período em análise informação económico/ financeira homogénea.

¹⁸⁰ Informação obtida de 151 entidades empresariais para o período entre 2011 e 2018. Sempre que a análise se reporta só aos valores do ano de 2018, considera-se a informação das 158 empresas municipais. Daí os valores totais dos quadros evolutivos não coincidirem com os valores dos quadros referentes apenas ao ano económico de 2018. Decidimos proceder desta forma, pois considerou-se pertinente não se relevar toda a informação disponível mesmo que se tenha considerado relevante, para efeitos de extensão da análise a todo o Setor Empresarial Local, a análise de 151 empresas, as quais como se referiu supra representam 92,6% do SEL.

Gráfico 4.01 – Evolução dos grandes agregados do Balanço do SEL (151 entidades)

Quadro 4.04 – Ativo, Passivo e Capital Próprio das 158 entidades do SEL¹⁸¹ em 2018 e sua comparação com valores homólogos das 308 autarquias

Unidade: euros

Componentes do Ativo	SEL (158)		Município (308)		Peso SEL nos municípios
	Valor	%	Valor	%	%
Ativo não corrente	2 020 670 492	78%	37 141 860 178	89%	5,4%
Ativo corrente	560 511 259	22%	4 398 259 756	11%	12,7%
Total Ativo	2 581 181 751	--	41 540 119 933	--	6,2%
Passivo não corrente (médio e longo prazo)	631 982 290	53%	4 069 578 848	33%	15,5%
Passivo exigível não corrente	557 894 029	46%	3 089 042 354	25%	18,1%
Passivo corrente (curto prazo)	569 163 623	47%	8 227 097 731	67%	6,9%
Passivo exigível corrente	483 571 173	40%	1 153 682 628	9%	41,9%
Total Passivo Exigível	1 041 465 202	87%	4 242 724 983	35%	24,5%
Passivo exigível/ativo total	40,3%	--	10,2%	--	--
Total Passivo*	1 201 145 913	47%	12 296 676 579	30%	9,8%
Capital Próprio	1 380 035 838	53%	29 243 443 354	70%	4,7%
Capital Próprio + Passivo	2 581 181 751	--	41 540 119 933	--	6,2%

* Inclui proveitos diferidos

¹⁸¹ Aqui retomamos a análise com os dados das 158 empresas, pois apenas analisamos e comparamos os dados financeiros de 2018. Recordamos que apenas obtivemos destas a necessária informação económico financeira relativa a 2018, apesar das 163 empresas do setor estarem obrigadas a enviar ao TC, dentro do prazo estipulado, os Relatórios de Gestão e os mapas de prestação de contas.

Da observação do Quadro 4.04 conclui-se em relação ao ano económico de 2018:

- As 158 entidades do SEL¹⁸² consideradas na presente análise apresentaram, no seu conjunto, um ativo global de 2.581M€, constituído em 78% por ativos não correntes. O passivo contabilizado em 1.201,2 M€, manteve a preponderância do passivo não corrente (passivo de mlp) sobre o passivo corrente em +6 pp.
- Comparando o valor do ativo total do setor empresarial (2.581M€) com o ativo total dos 308 municípios (41.540M€) pode-se concluir que aquele representou 6,2% deste.
- Quanto à comparabilidade do passivo exigível do SEL com o passivo exigível dos 308 municípios, conclui-se que o passivo do SEL ao apresentar o valor de 1.041,5M€ (+4,1% que no ano transato) representou 24,5% do passivo exigível do universo dos municípios (4.242,7M€).

¹⁸² Conforme referido no ponto 4.1, só foi possível obter informação financeira, em 2018, de 158 entidades empresariais.

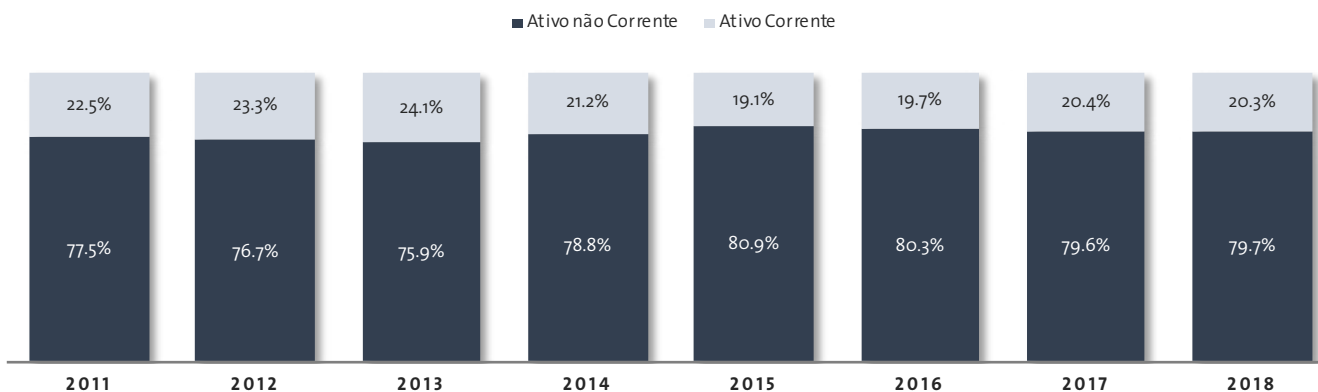
- Face aos números apresentados será de relevar que em 2018, o passivo exigível do SEL aumentou +4,1% enquanto, no mesmo ano económico, o passivo exigível dos 308 municípios baixou -9,7%.

4.1.2.1. Estrutura e Evolução do Ativo Não Corrente

O gráfico a seguir apresentado esquematiza a evolução do peso no ativo total, do ativo corrente e do ativo não corrente, entre 2011 e 2018 verificando-se alteração dos respetivos pesos a partir de 2014, sendo de salientar que o peso do ativo não corrente¹⁸³ continua preponderante no cômputo do ativo total. Acontece que em 2018 o valor do ativo não corrente aumentou +0,1% reforçando, ainda que ligeiramente, o seu peso na estrutura do ativo total passando a representar 79,7% do mesmo.

¹⁸³ Ativo fixo, com especial relevo para o imobilizado

Gráfico 4.02 – Estrutura do Ativo – 2011 a 2018¹⁸⁴



¹⁸⁴ Para o efeito consideraram-se os valores relativos às 151 entidades empresariais para as quais se dispõe de informação financeira entre 2011 e 2018.

Quadro 4.05 – Evolução do Ativo não Corrente das 151 Entidades Empresariais analisadas*

Unidade: euros

Componentes do Ativo não Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 17-18 %
Ativos Fixos Tangíveis	1 294 373 935	1 286 873 934	1 306 121 909	1 351 774 941	1 411 901 698	1 402 307 763	1 431 445 284	1 430 137 195	-0,1%
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	55 290	14 535 395	21 290 117	24 007 905	23 933 546	311 169	435 375	10 555 119	2324,4%
Propriedades de Investimento	126 733 316	126 816 964	166 072 862	152 393 235	136 077 096	134 329 196	135 265 407	129 832 824	-4,0%
Goodwill	29 517	28 516	13 516	13 441	28 441	25 597	68 169	50 917	-25,3%
Ativos Intangíveis	221 072 111	247 301 271	246 034 847	254 672 211	252 816 166	249 207 342	240 900 739	225 501 104	-6,4%
Ativos Biológicos	169 571	204 637	358 405	344 099	129 608	199 851	231 603	213 461	-7,8%
Participações Financeiras - MEP	27 879 639	34 746 792	26 203 874	19 459 687	19 816 094	18 386 257	19 520 468	19 292 372	-1,2%
Participações Financeiras - Outros	894 427	842 232	106 312	53 803	4 797	4 913	5 524	0	-100,0%
Acionistas/Sócios	694 972	464 031	10 759 461	13 747 200	16 100 000	16 100 917	16 100 000	16 100 000	-0,2%
Outros Ativos Financeiros	8 514 895	22 362 054	19 107 669	20 265 319	8 174 610	8 384 710	8 428 629	6 135 953	-27,2%
Ativos por Impostos Diferidos	5 359 652	5 619 759	5 412 786	3 232 006	2 437 008	3 278 055	2 661 463	2 261 127	-15,0%
Outras Contas a Receber	18 484 337	207 060	13 863 253	0	0	6 971 063	3 929 903	41 019 444	964,3%
Total do ativo não corrente	1 704 261 662	1 740 002 646	1 815 345 009	1 839 963 846	1 871 419 065	1 839 506 832	1 858 992 564	1 881 099 514	1,2%

* Inclui informação das 151 entidades empresariais com informação disponível para o período entre 2011/2017

No Quadro 4.05 apresenta-se a estrutura do ativo não corrente no universo SEL, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2011 e 2018.

Da análise do quadro conclui-se sobre a constituição e evolução do ativo não corrente das entidades do SEL analisadas em 2018:

– 76,6% do ativo não corrente era constituído por ativos fixos tangíveis e tangíveis em curso no total de 1 440,7 M€, tendo aumentado +0,6% (+8,8M€) em relação ao ano transato. É de anotar que 55,1% do valor dos ativos fixos tangíveis advieram de oito empresas municipais que apresentaram valores superiores a 50 M€. A entidade que registou maior valor em ativos fixos tangíveis foi a CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM, com 140,4 M€ conforme se poderá verificar no Quadro 4.06;

– Os ativos intangíveis, com um peso de 12% no total do ativo não corrente, foram o segundo elemento mais representativo do ativo não corrente ao totalizarem o valor de 225,5 M€, isto é, -15,4M€ (-6,4%) que o verificado no ano anterior;

– Uma só entidade empresarial – TRATOLIXO Tratamento de Resíduos Sólidos (Quadro 4.07) – contribuiu para 73,2% do total dos ativos intangíveis, num universo de 92 entidades¹⁸⁵ com ativos in-

tangíveis no valor de 165,1M€¹⁸⁶. Muito distante dos valores desta empresa surgiu, em segundo lugar, a empresa Águas de Gaia com o montante de 18,9 M€ de ativos intangíveis;

– Propriedades de investimento¹⁸⁷ foi outro ativo com um peso significativo no total do ativo não corrente (6,9%) ao registar o valor de 129,9 M€, apresentando uma descida de -4% (-5,4M€) em relação ao ano anterior, concordante com o verificado entre 2013 e 2016.

No Quadro 4.06 apresentam-se as entidades empresariais que, em 2018, apresentaram ativos fixos tangíveis com valor superior a 50M€.

No Quadro 4.07 apresentam-se as entidades que registaram valores superiores a 10 M€ no Ativo Intangível, em 2018.

¹⁸⁶ Valores que correspondem a programas de computador e, maioritariamente, a direitos de concessão (montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o objeto da concessão atribuída) resultantes da aplicação prospetiva dos princípios da IFRIC 12.

¹⁸⁷ De acordo com o SNC, Propriedades de Investimento são valores de terrenos ou edifícios, ou de partes de um edifício, ou ambos, detidos (pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira) com vista à obtenção de rendas ou para valorização do capital, ou para ambas as finalidades e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas, nem para venda no curso ordinário do negócio.

¹⁸⁵ As restantes 59 entidades do SEL, não apresentaram registo de ativos intangíveis

Quadro 4.06 – Entidades que apresentam valores superiores a 50 M€ em Ativos Fixos Tangíveis no ano de 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Fixos Tangíveis
CMPEA - Águas do Porto	Porto	140 434 858
AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	105 195 637
Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	97 795 285
Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	96 009 107
Águas do Ribatejo	*	86 040 454
ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	74 278 955
Águas de Santarém	Santarém	71 301 743
AC Aguas de Coimbra	Coimbra	60 383 945
EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	55 853 955

* Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%).

Quadro 4.07 – Entidades que apresentam valores superiores a 10M€ no Ativo Intangível em 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	Ativos Intangíveis
TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*	165 094 613
Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	18 967 157
ECOBEIRÃO - Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	**	10 469 822

* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela

Quadro 4.08 – Entidades com Participações Financeiras – MEP (Método de Equivalência Patrimonial) em 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	Participações Financeiras – MEP
1 AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	12 131 253
2 Companhia Carris de Ferro de Lisboa	Lisboa	10 421 462
3 ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	6 973 472
4 Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	Vila Franca do Campo	138 137
5 TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	Trancoso	49 000
6 Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos	*	510
Total		19 520 468

* Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%

– Continuando a observar no Quadro 4.05 a composição do ativo não corrente, verifica-se a descida em -1,2% de valor registado em Participações Financeiras – MEP ao apresentar o valor global de 19,3M€.

Dadas as repercussões que poderá ter na situação económico-financeira do setor empresarial local a criação de outras empresas por parte das entidades empresariais locais, apresenta-se a listagem das empresas locais com participações financeiras¹⁸⁸ noutras entidades (Quadro 4.08).

– Outro ativo não corrente, cuja evolução interessa analisar, é o valor de acionistas/sócios, o qual representa a dívida dos municípios ao sector empresarial local por via da não realização das

suas obrigações, enquanto acionista ou sócio. Este ativo só começou a traduzir um montante significativo a partir de 2013 ao ser contabilizado o valor de 10,8 M€, resultante do registo de uma única entidade: Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação, a qual se mantém, desde 2015 até ao presente ano económico, com o montante atualizado em 16,1M€. Outras obrigações de autarquias a empresas municipais, enquanto acionistas, foram sendo liquidadas, não surgindo qualquer registo contabilístico desde 2015, para além deste.

O Quadro 4.09 mostra a lista das entidades empresariais que registaram créditos sobre acionistas entre 2011 e 2018.

¹⁸⁸ Os valores resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial

Quadro 4.09 – Entidades com valores inscritos na rubrica Acionistas/Sócios entre 2011 e 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	Acionistas/ Sócios							
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Lisboa Ocidental, SRU, Soc. Reabilitação Urbana	Lisboa	0	0	10 759 461	13 746 466	16 100 000	16 100 917	16 100 000	16 100 000
EMEL - EMP de Mobilidade e Estacionamento	Lisboa	0	0	0	735	0	0	0	0
InvestBraga - Agência para a Dinamização Econ.	Braga	674 031	464 031	0	0	0	0	0	0
Nazaré Qualifica EM	Nazaré	20 941	0	0	0	0	0	0	0
Total		694 972	464 031	10 759 461	13 747 200	16 100 000	16 100 917	16 100 000	16 100 000

4.1.2.2. Estrutura e Evolução do Ativo Corrente

No Quadro 4.10 apresenta-se o montante desagregado do ativo corrente pelas suas diferentes componentes considerando o valor do conjunto de entidades empresariais cooptadas para análise do SEL, no período entre 2011/2018, bem como a respetiva variação ocorrida em 2018.

Da análise do quadro antecedente pode-se deduzir sobre a constituição e evolução do ativo corrente do SEL:

– A estrutura do ativo corrente alterou-se a partir de 2015 ao apresentar como ativo de maior valor a rubrica caixa e depósitos bancá-

rios. Esta componente do ativo corrente registou, em 2018, o valor de 184,7 M€ revelando um decréscimo de -5,7% (-11,2M€) mas mantendo, contudo, a posição dominante com o peso de 38,6%.

Apesar dos elevados montantes registados em Caixa e Depósitos Bancários apresentam-se no Quadro 4.11, as entidades empresariais com variações negativas superiores a 1M€, nesta rubrica do ativo corrente. Em 2018, para o decréscimo global deste ativo contribuíram 90 empresas das 151 consideradas, isto, é, 60% das mesmas.

Quadro 4.10 – Evolução do ATIVO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Componentes do Ativo Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 17-18
Inventários	26 939 094	26 356 259	32 114 751	36 773 723	35 072 932	29 102 383	29 925 397	29 642 050	-0,9%
Ativos Biológicos	49 740	131 636	216 171	272 957	238 333	232 461	199 179	125 462	-37,0%
Clientes	142 496 402	143 218 225	165 411 754	116 809 634	93 011 764	78 227 138	79 858 316	78 148 538	-2,1%
Capital Subscrito e não Realizado	0	749	749	749	749	510 926	510 926	512 015	0,2%
Adiantamentos a fornecedores	2 379 268	6 944 456	6 534 091	5 599 061	1 567 005	522 984	0	191	--
Estado e outros Entes Públicos	16 318 092	13 584 677	18 995 710	16 769 011	21 972 862	22 363 765	21 968 941	21 671 488	-1,4%
Acionistas/Sócios	13 703 744	13 447 224	9 832 740	1 708 997	946 764	1 889 435	1 413 006	944 823	-33,1%
Outras contas a receber	156 764 789	169 014 679	188 691 874	148 898 975	106 385 203	108 747 021	131 312 775	144 327 508	9,9%
Diferimentos	29 706 452	28 883 847	27 308 887	25 453 365	23 372 069	19 953 697	13 523 031	12 114 419	-10,4%
Ativos Financeiros detidos para negociação	15 117	396	2 787 436	5 827 626	127 478	65 223	0	0	--
Outros activos financeiros	9 709	845 171	736 043	1 046 121	1 383	14 374	1 542 456	6 332 386	310,5%
Ativos não correntes detidos para venda	5 240 914	5 439 070	5 156 000	5 402 210	2 104 612	99 000	111 055	111 055	0,0%
Caixa e Depósitos Bancários	99 947 743	121 961 137	119 401 033	129 234 527	158 060 629	190 118 530	195 948 670	184 721 513	-5,7%
Total do ativo corrente	493 571 066	529 827 525	577 187 239	493 796 958	442 861 782	451 846 938	476 313 753	478 651 447	0,5%

Quadro 4.11 – Entidades Empresariais com variações negativas superiores a 1 M€ em Caixa e Depósitos Bancários em 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	Caixa e Depósitos bancários		Diferença
		2017	2018	
AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo	*	4 866 560	0	-4 866 560
EMEL- Empresa Pública Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	16 728 615	12 203 437	-4 525 178
Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	4 098 031	1 720 577	-2 377 454
AC Águas de Coimbra	Coimbra	16 463 808	14 368 010	-2 095 799
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	2 424 435	595 014	-1 829 421
FAGAR - Faro Gestão de Águas e Resíduos	Faro	7 639 701	5 990 950	-1 648 750
GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	**	6 447 658	5 191 832	-1 255 826

* AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) - 51,00%

** CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%

Continuando a analisar os dados constantes do Quadro 4.10 pode-se afirmar:

- Outros dois ativos relevantes no conjunto dos ativos do SEL têm sido: Outras Contas a Receber, que em 2018, totalizou 144,3M€ (+9,9%) representando 30,2% do total do ativo corrente e Clientes, que apresentou o valor de 78,1M€, um peso de 16,3% no ativo corrente total e um decréscimo de -2,1% (-1,7M€) em relação ao ano anterior;
- Mais se verificou que a soma do valor de Clientes e de Outras Contas a Receber aumentou +5,4% (+11,3 M€), tendo contribuído para este acréscimo o aumento de outras contas a receber de 82

entidades empresariais;

- No Quadro 4.12 apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações negativas no ativo Clientes, sendo de anotar a diminuição de créditos a cobrar a Clientes, da empresa VRS, Sociedade de Gestão Urbana em -2,1 M€ e da empresa ECOBEIRÃO - Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão em -2,6 M€ .

- No Quadro 4.12 A apresentam-se as entidades empresariais com maiores variações positivas (com montantes superiores a 1M€) de Outras Contas a Receber, anotando-se os acréscimos verificados pela empresa BRAGAHABIT-Habitação em +4,8M€.

Quadro 4.12 – Entidades Empresariais com diminuição mais significativa de valor no ativo Clientes em 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	Clientes 2017	Clientes 2018	Diferença
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real de Sto. António	5 931 853	3 820 908	-2 110 945
ECOBEIRÃO - Sociedade para o Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*	3 320 932	706 673	-2 614 259
Resíduos do Nordeste	**	2 742 286	2 232 803	-509 483
TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	***	3 247 602	2 543 352	-704 250
Total do SEL (a)		79 100 359	80 540 804	1 440 445
Total de 308 município (b)		255 156 307	215 285 147	-39 871 161
Peso do SEL nos municípios (a/b)		31,0%	37,4%	6,4%

* Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela

** Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) - 41,0%; Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) – 37,0%; Associação dos Municípios do Douro Superior (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) – 22,0%.

*** AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.

Quadro 4.12 A – Entidades Empresariais com diminuição mais significativa de valor em Outras Contas a Receber em 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	Outras contas a receber		
		2017	2018	Diferença
BRAGAHABIT - Habitação	Braga	4 138	4 848 178	4 844 040
Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	Lisboa	0	3 739 972	3 739 972
Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	Resende	2 804	3 345 753	3 342 949
AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	14 162 635	15 444 910	1 282 276
Total do SEL (a)		131 312 775	144 327 508	13 014 733
Total de 308 município (b)		314 962 922	307 534 412	-7 428 510
Peso do SEL nos municípios (a/b)		41,7%	46,9%	5,2%

Continuando a observar o Quadro 4.10 refere-se, ainda:

- Outro ativo corrente que interessa relevar pela importância que reveste na estrutura económica de algumas entidades empresariais, embora o seu peso relativo tenha sido em 2018 de apenas 4,5%, são as dívidas do Estado e outros Entes públicos que apresentaram, em 2018, um decréscimo de -1,4% (-0,3 M€) ao registarem na totalidade 21,7M€;
- Considera-se também pertinente anotar, o facto de até 2015, a conta de adiantamentos a fornecedores ter apresentado valores elevados e não ter sido contabilizado qualquer valor em 2017, sendo o montante de 191 euros registado em 2018 de tal modo insignificante que, se poderá quase concluir a cessação generalizada da prática de pagamentos antecipados a fornecedores.
- De igual modo, se registou a continuação da inexistência de registo de valores em Ativos Financeiros detidos para negociação, em 2018;
- Um dos ativos disponíveis a curto prazo que interessa referir, face à notoriedade do seu registo no balanço com as alterações introduzidas com o SNC, são os ativos não correntes detidos para venda¹⁸⁹. Em 2018, o total destes ativos continuou igual ao valor re-

¹⁸⁹ Onde se incluem as quantias líquidas de depreciações e de perdas, de imparidade acumuladas, dos ativos classificados como não correntes detidos para venda, nos termos da NCRF 8 (ativos não correntes que a empresa não tem intenção de continuar a deter).

gistado em 2017, isto é, no montante de 111,1 mil euros. Este valor diz respeito a três entidades que mantiveram, em 2018, os valores inscritos em ativos não correntes detidos para venda: Figueira Do-mus com 65,9 mil euros, Prazilandia com 33 mil euros e Parkurbis com 12 mil euros.

4.1.2.3. Estrutura e Evolução do Capital Próprio

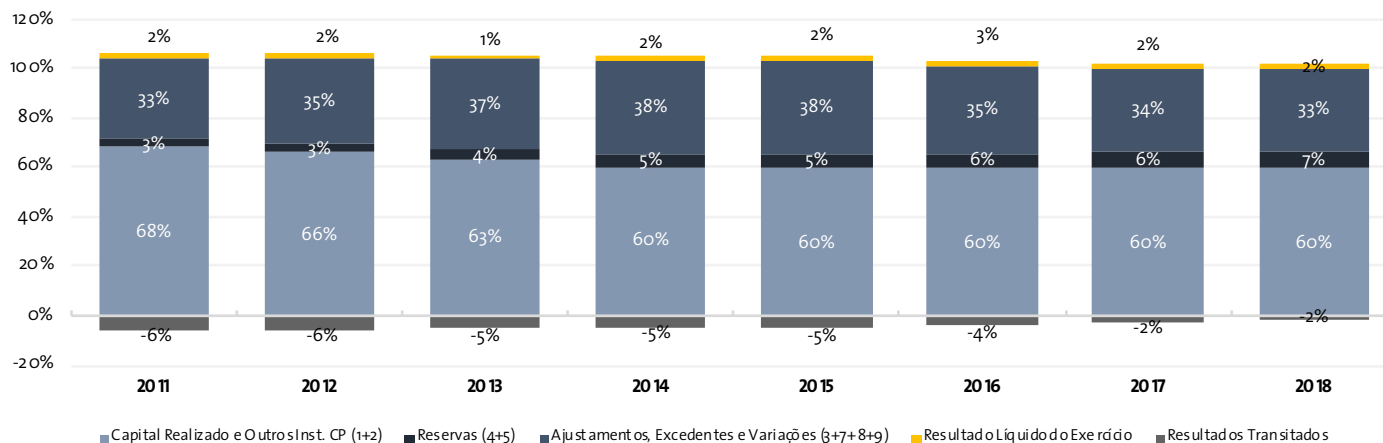
Em 2018, o valor considerado de capital próprio do SEL foi de 1.258,7 M€, apresentando o acréscimo pouco significativo de +0,6% em relação ao ano anterior.

O capital realizado¹⁹⁰ tem sido a componente de capital próprio de maior valor, representando, em 2018, 57% do mesmo. Totalizou o montante de 716,2 M€, isto é, +0,5% em relação ao ano anterior.

O Gráfico 4.03 e o Quadro 4.13 a seguir apresentados mostram o Capital Próprio do SEL, nos termos considerados para esta análise, desagregado nas suas diversas componentes, constatando-se que a estrutura se tem mantido sem grandes alterações, nomeadamente, no último quadriénio.

¹⁹⁰ A esta rubrica foi expurgada, em sede de implementação do SNC, o saldo da conta 261 – Acionistas c/ subscrição ou 262 – Quotas não liberadas, passando a evidenciar, apenas, o valor do capital subscrito e realizado contrariamente ao que acontecia no POC.

Gráfico 4.03 – Estrutura do Capital Próprio entre 2011 e 2018



Quadro 4.13 – Evolução do Capital Próprio¹⁹¹

Unidade: euros

Componentes do Capital Próprio	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 17-18 %
1 Capital Realizado	693 348 490	685 453 142	706 118 095	677 937 018	684 157 157	693 668 828	712 394 516	716 228 996	0,5%
2 Outros Inst. Cap. Pr.	29 362 575	29 351 414	30 588 237	30 588 237	27 910 766	27 910 767	33 719 775	33 788 674	0,2%
3 Prémios de Emissão	1 160 565	1 160 565	1 160 565	1 160 565	1 160 565	1 160 565	1 160 565	1 160 565	0,0%
4 Reservas Legais	8 369 637	10 302 206	12 081 860	13 849 759	16 138 559	19 171 806	21 684 617	25 228 884	16,3%
5 Outras Reservas	25 680 848	27 144 815	31 803 313	41 028 069	47 302 519	50 883 300	56 607 601	63 792 675	12,7%
6 Resultados Transitados	-65 108 561	-65 179 159	-54 465 861	-58 093 628	-63 448 983	-43 239 270	-26 945 913	-19 041 115	-29,3%
7 Ajusta. ativos financ.	11 383 734	18 013 123	14 037 039	11 857 285	12 148 621	23 441 717	41 414 670	11 972 783	-71,1%
8 Excedentes Revalorização	18 814 238	18 492 483	18 841 946	18 772 782	15 099 295	14 302 868	11 747 074	8 990 951	-23,5%
9 Outras Var. Cap. Prop.	316 474 103	342 878 077	396 186 557	417 260 294	418 037 780	389 527 059	375 116 793	395 977 874	5,6%
10 Resultado Líquido Período	19 769 216	17 286 703	9 184 212	18 651 498	29 503 324	31 366 333	24 025 577	20 606 434	-14,2%
Total do Capital Próprio SEL (a)	1 059 254 846	1 084 903 371	1 165 535 962	1 173 011 880	1 188 009 604	1 208 193 973	1 250 925 274	1 258 706 722	0,6%
Total de 308 município (b)	25 182 613 095	25 490 963 947	25 904 494 678	26 049 307 131	27 106 657 428	27 714 208 443	28 482 968 124	29 243 443 354	2,7%
Peso SEL nos municípios (a/b)	4,2%	4,3%	4,5%	4,5%	4,4%	4,4%	4,4%	4,3%	-2,0%

¹⁹¹ Recorda-se que os valores apresentados neste mapa, para efeitos de comparabilidade no período em causa, agregam os montantes registados pelas 151 entidades em relação às quais foi possível obter informação financeira homogénea para o conjunto destes oito anos. Todavia, como vem explicado no início deste capítulo, face à representatividade destas 151 entidades (92,6%) considera-se extensível a todo o SEL, as conclusões aduzidas a partir deste grupo de empresas municipais.

Observando o Quadro 4.13 relativo à evolução e composição do Capital Próprio, anota-se, ainda, em relação a 2018:

- É de realçar o peso elevado da rubrica outras variações no capital próprio¹⁹² cujo montante total, considerando o universo de 151 entidades empresariais, foi de 396M€ representando 31,5% do total do Capital Próprio e apresentando um acréscimo de +5,6% (+20,9M€);
- Mais se anota o decréscimo em -71,1% (-29,4M€) apresentado em ajustamentos em ativos financeiros ao totalizar 11,9M€, bem como, o facto de a verba de 11,7 M€ contabilizada em excedentes de revalorização, ter também registado o decréscimo de -23,5% (-2,8M€).
- O resultado líquido em 2018, do conjunto entidades empresariais analisadas, baixou -14,2% (-3,5M€) mantendo, no entanto, um valor global positivo de 20,5 M€.
- Os resultados transitados apresentaram uma valorização de

+29,3% passando de -26,9 M€ em 2017 para -19 M€ em 2018.

- Finalmente refere-se que tanto as reservas legais como as outras reservas aumentaram. As primeiras cresceram +16,3%, apresentando o montante de 25,2 M€ e as segundas cresceram +12,7% ao registarem o valor de 63,8 M€, em 2018.

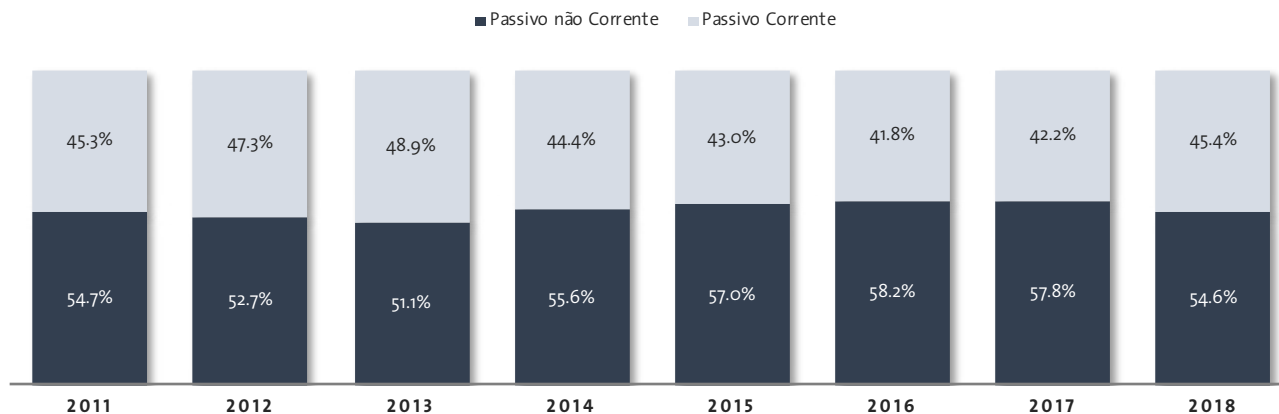
4.1.2.4. Estrutura e Evolução do Passivo

A análise conjunta do Gráfico 4.04 e do Quadro 4.14 permitirá concluir quanto à estrutura e evolução do passivo do SEL:

- No universo do SEL o passivo total cresceu +1,5% (+16,7M€) ao passar de 1.084,4 M€ para 1 101,0M€. Mais se verificou que para este acréscimo concorreu o aumento de valor do passivo corrente em +42,7M€ (+9,3%) tendo o passivo não corrente baixado -4,2% (-26M€).
- O peso do passivo não corrente (passivo de mlp) apresentou-se sempre superior ao do passivo corrente (passivo de curto prazo) entre 2011 e 2017, mantendo essa relação em 2018 embora com uma ligeira descida de -0,3pp.

¹⁹² A adoção do SNC provocou um grande impacto nas rubricas do Capital Próprio das entidades do SEL, aumentando de forma significativa os seus capitais próprios pela inclusão dos subsídios ao investimento atribuídos às empresas nas rubricas respectivas, designadamente em outras variações do capital próprio, que, pelo POC, eram classificados como proveitos diferidos.

Gráfico 4.04 – Estrutura do Passivo – 2011 a 2018¹⁹³



Quadro 4.14 – Estrutura e variação do Passivo entre 2011 a 2018

Unidade: euros

Componentes do Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 17-18 %
Passivo não corrente	622 445 449	624 803 678	627 220 270	644 907 427	641 837 411	630 689 400	626 808 279	600 767 290	-4,15%
Passivo corrente	516 131 533	560 123 123	599 775 777	515 841 498	484 433 955	452 470 393	457 572 763	500 276 949	9,33%
Passivo Total	1 138 576 982	1 184 926 801	1 226 996 046	1 160 748 925	1 126 271 365	1 083 159 793	1 084 381 042	1 101 044 239	1,54%

No Quadro 4.15 apresenta-se a estrutura do passivo não corrente das entidades consideradas para estudo do SEL, a comparação das respetivas componentes do Balanço e as variações estruturais mais relevantes entre 2011 e 2018.

¹⁹³ No universo das 151 entidades empresariais em relação às quais se obtiveram dados financeiros consistentes, para todo o período em análise.

Quadro 4.15 – PASSIVO NÃO CORRENTE (médio e longo prazo) das Entidades Empresariais¹⁹⁴ entre 2011 e 2018

Unidade: euros

Componentes do Passivo não Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição 17-18 (%)
Fornecedores	0	5 488 275	3 47 879	421 022	3 842 749	0	2 018 595	0	-100,0%
Provisões	27 395 094	35 228 281	30 226 799	33 373 653	32 755 384	40 858 910	39 889 381	45 617 828	14,4%
Financiamentos obtidos	444 867 563	411 216 342	435 063 176	479 457 231	477 339 856	479 649 855	467 569 579	437 931 183	-6,3%
Acionistas/ Sócios	0	10 219 703	9 000 000	10 419 330	4 500 000	0	0	0	0%
Estado e outros Entes Públicos	141 617	110 529	139 596	7 060	0	0	327 829	0	-100,0%
Respon. Benefícios pós-emprego	0	0	0	150	343	0	0	687	+100%
Passivos por Impostos Diferidos	74 361 681	96 898 569	45 492 772	29 583 341	19 879 969	17 097 274	21 246 628	16 417 962	-22,7%
Outras Contas a Pagar	57 195 158	65 641 978	106 950 048	91 645 640	103 519 110	93 083 361	95 756 267	100 799 629	5,3%
Diferimentos**	18 484 337	0	0	0	0	0	0	0	0%
Total do passivo ã corrente SEL	622 445 449	624 803 678	627 220 270	644 907 427	641 837 411	630 689 400	626 808 279	600 767 290	-4,2%
Total referente aos 308 municípios	4 997 066 121	4 370 685 307	4 485 918 913	4 401 926 480	4 129 533 560	3 699 199 080	3 428 500 980	3 089 042 354	-9,9%
Peso do passivo não corrente do SEL no valor homólogo dos municípios	12,5%	14,3%	14,0%	14,7%	15,5%	17,0%	18,3%	19,4%	6,4%

* Do total agregado da informação financeira de 151 entidades empresariais

** O montante apresentado em 2011 nesta rubrica é relativo apenas à empresa Águas e Parque Biológico de Gaia, EEM.

– Da análise do quadro antecedente sobre a constituição e evolução do passivo não corrente do SEL¹⁹⁴, conclui-se que em 2018, 72,9% do passivo não corrente era constituído por financiamentos obtidos no total de 437,9M€. Este valor representou uma diminuição de -29,6M€ (-6,3%) em relação a 2017.

– Anota-se que 79 empresas municipais apresentaram dívidas de médio e longo prazo, sendo que, destas, 44 empresas apresentaram dívidas de médio e longo prazo a outros credores que não os bancos. Mais se anota que 13 entidades empresariais aumentaram, em 2018, a dívida de médio e longo prazo resultante de financiamentos obtidos.

– Outra rubrica que convém referir é outras contas a pagar que apresentou um aumento de +5,3% (+5M€) ao totalizar 100,8M€ em 2018. No nosso entender esta rubrica económica deveria apresentar um valor residual. No entanto, o seu peso na estrutura da dívida de mlp foi ainda muito relevante ao representar 16,8% do passivo não corrente.

– Há a referir duas rubricas do passivo não corrente que continuaram a apresentar, em 2018, algum peso na estrutura deste passivo, embora com importância distinta, face à natureza económica das mesmas. Tratam-se dos passivos por impostos diferidos e das provisões. Os primeiros com o valor de 16,4M€ e representando 2,7% do passivo não corrente apresentaram um decréscimo de -22,7% (-4,8M€), as provisões que totalizaram 45,6M€, representaram 7,6% do passivo não corrente e traduziram um acréscimo de +14,4% (+5,7M€).

– Finalmente será de referir o facto de **em 2018 não se terem registado dívidas de mlp a fornecedores.**

No Quadro 4.16 listam-se as entidades que apresentaram maior descida de valor de empréstimos de médio e longo prazo em 2018.

¹⁹⁴ Tomando por medida as 151 entidades empresariais analisadas.

Quadro 4.16 – Entidades com maior descida de valor em Financiamentos Obtidos de MLP em 2018

Unidade: euros

	Entidade	Município	Financ. obtidos 2017	Financ. obtidos 2018	Diferença
1	TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	*	147 417 701	142 959 581	-4 458 120
2	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	33 003 338	28 815 198	-4 188 140
3	Viverfundão - Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraest.	Fundão	4 110 069	309 424	-3 800 645
4	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	39 938 369	36 611 420	-3 326 949
5	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real Sto. António	38 205 942	35 436 166	-2 769 776
6	GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	**	3 233 288	1 196 042	-2 037 246
7	BRAVAL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos	***	3 938 865	2 098 830	-1 840 035
8	Vimãgua - Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães (90%) e Vizela (10%)	13 201 403	11 747 196	-1 454 208
9	ADC - Aguas da Covilhã	Covilhã	8 184 484	6 842 200	-1 342 284
10	Trofaguas - Serviços Ambientais	Trofa	4 794 591	3 471 777	-1 322 814
11	Gaiurb - Urbanismo e Habitação	Vila Nova de Gaia	1 004 427	0	-1 004 427
12	Coimbra Inovação Parque	Coimbra	983 281	0	-983 281
13	Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Penafiel	3 091 898	2 167 129	-924 769
14	GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa	Lisboa	10 046 667	9 133 333	-913 333
15	Águas de Santarém	Santarém	14 253 019	13 348 005	-905 014
16	Águas do Ribatejo, EM,SA	****	16 857 192	15 972 568	-884 624
17	INOVA - Emp. de Desenv Econom e Social de Cantanhede	Cantanhede	3 702 787	2 925 576	-777 210
18	EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	*****	765 268	0	-765 268
19	Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	9 058 923	8 316 867	-742 056
20	Tavira Verde - Ambiente	Tavira	6 184 653	5 507 481	-677 172
21	AC Aguas de Coimbra	Coimbra	6 000 000	5 333 333	-666 667
22	ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	3 657 543	3 037 359	-620 184
23	Giatul - Gestão de Infra-Estruturas em Actividades Turísticas	Mafra	2 734 803	2 220 977	-513 826
24	EMEL- Emp. Púb. Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	3 639 446	3 161 033	-478 412
25	Praia Ambiente	V. Praia da Vitória	3 872 224	3 455 840	-416 384
26	EAMB - Esposende Ambiente	Esposende	2 141 358	1 741 937	-399 422
27	Ribeira da Teja - Produção de Energia Eléctrica	Vila Nova de Foz Côa	1 358 216	980 663	-377 553
28	Ambifaro-Gestão de Equipamentos Municipais	Faro	9 548 893	9 186 213	-362 680
29	Águas de S. João	São João da Madeira	784 995	424 998	-359 996
30	Nordeste Activo	Nordeste	461 204	124 481	-336 723
31	ECOBELIRÃO – Soc. tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	*****	1 533 519	1 221 909	-311 609
32	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	2 232 276	1 975 003	-257 273
33	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	*****	2 267 848	2 011 967	-255 882
34	Urbhorta - Construção, Gestão, Exploração de Projectos Desenv. Emp.	Horta	2 140 166	1 952 697	-187 469
35	TERAMB - Emp. Mun. Gestão e Valoriz. Ambiental Ilha Terceira	*****	1 998 141	1 815 123	-183 019

* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%; ** CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%; *** Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%); **** Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%); ***** Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%); ***** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela; ***** Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%); ***** Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%)

No Quadro 4.17 apresenta-se a desagregação do passivo corrente (dívidas a pagar a curto prazo) pelas suas diferentes componentes, no universo das 151 entidades empresariais com contas analisadas no período entre 2011 e 2018, bem como a respetiva variação no ano de 2018.

– Assim, em 2018, as componentes com maior peso no passivo corrente foram: Outras contas a pagar com o peso de 38,6% e o montante registado de 192,3M€ traduzindo um acréscimo de +26,9% (+ 40,9M€); Financiamentos obtidos com o peso de 21%, no montante de 105,1M€, apresentando um aumento de +4,2% (+4,3M€) e Fornecedores com o peso de 19,2% e uma diminuição de valor de -18,8% (- 22,1M€) ao registar o montante de 95,8M€.

– Face ao exposto, concorreu, fundamentalmente, para o aumento da dívida de curto prazo do SEL o acréscimo de volume de outras contas a pagar. Contudo, o enorme aumento de diferimentos ao registar-se o valor de 83,4M€ (+75,8% que em 2017) contribuiu, também, para acréscimo do montante global

de passivo corrente, pese embora aquele valor não seja, por regra, passivo exigível¹⁹⁵.

No Quadro 4.18 listam-se as entidades do SEL com maior acréscimo de empréstimos de curto prazo (financiamentos correntes e curto prazo).

Apresentam-se a seguir dois Rankings: o Ranking R65 com a listagem das 35 entidades empresariais com menor passivo exigível e o Ranking R66 com a listagem das 35 entidades empresariais com maior passivo exigível.

¹⁹⁵ Salvo numa situação de incumprimento dos projetos com financiamento comunitário suscetíveis de sanções e, ou, consequente devolução das verbas recebidas

Quadro 4.17 – Evolução do PASSIVO CORRENTE das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Componentes do Passivo Corrente	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação 16-17 %
Fornecedores	129 189 688	144 047 619	145 090 433	127 048 942	135 829 267	138 340 958	117 979 714	95 840 632	-18,8%
Adiantamentos de Clientes	1 931 632	3 362 378	2 488 234	2 163 477	2 911 375	3 127 477	6 225 332	1 934 704	-68,9%
Estado e outros entes públicos	12 697 254	14 850 102	15 249 183	14 026 199	15 424 718	15 176 506	15 879 085	16 908 015	6,5%
Acionistas/ Sócios	12 631 533	17 240 855	7 237 365	7 386 891	9 413 566	11 350 609	15 482 670	2 723 654	-82,4%
Financiamentos Obtidos*	151 045 358	171 157 257	178 250 816	131 084 947	109 741 917	82 291 502	100 881 086	105 149 640	4,2%
Outras contas a pagar	161 536 991	148 538 238	184 476 893	180 836 878	160 615 145	147 358 608	152 035 583	192 927 354	26,9%
Diferimentos	46 168 362	60 111 493	66 218 868	52 535 518	50 483 082	50 335 330	47 429 843	83 371 036	75,8%
Outros passivos financeiros	930 714	815 180	763 984	758 645	14 883	4 489 403	1 659 449	1 421 913	-14,3%
Total do passivo corrente SEL	516 131 533	560 123 123	599 775 777	515 841 498	484 433 955	452 470 393	457 572 763	500 276 949	9,3%
Total de 308 municípios	3 189 356 493	2 721 672 671	2 236 502 775	1 831 990 475	1 654 137 909	1 424 997 770	1 268 989 772	1 153 682 628	-9,1%
Peso SEL nos municípios	16,2%	20,6%	26,8%	28,2%	29,3%	31,8%	36,1%	43,4%	20,3%

* Com o SNC, esta rubrica engloba o valor das rendas vincendas num período inferior a um ano.

Quadro 4.18 – Entidades com maior aumento na rubrica financiamentos obtidos de curto prazo entre 2017 e 2018

Unidade: euros

	Entidade	Município	Financiamentos obtidos		Diferença
			2017	2018	
1	Viverfundão - Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestrut.	Fundão	815 038	4 427 126	3 612 088
2	Cascais Próxima	Cascais	11 400 000	13 985 000	2 585 000
3	Águas de Gaia	Vila Nova de Gaia	4 504 607	6 347 857	1 843 251
4	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	Vila Real Sto. António	2 896 080	4 712 367	1 816 287
5	TUB - Transportes Urbanos	Braga	4 245 999	5 787 059	1 541 060
6	Coimbra Inovação Parque	Coimbra	2 649 844	3 452 769	802 925
7	AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	Braga	6 969 419	7 755 833	786 414
8	Penafiel Verde - Entidade Empresarial Local	Penafiel	191 555	571 628	380 074
9	Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos	*	439 045	779 882	340 837
10	MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente	**	0	305 882	305 882
11	Maiambiente	Maia	0	261 224	261 224
12	Teatro Circo de Braga	Braga	304	260 556	260 252
13	Tavira Verde - Ambiente	Tavira	1 059 377	1 251 983	192 606
14	Nordeste Activo	Nordeste	1 352 726	1 535 217	182 491
15	Trofaguas - Serviços Ambientais	Trofa	1 157 946	1 338 966	181 020
16	EMEL- Emp. Púb. Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa	Lisboa	398 158	551 652	153 495
17	ICOVI - Infraestruturas e Concessões	Covilhã	476 541	622 185	145 643
18	Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	Cuba	237 048	346 067	109 019
19	Fesnima - Animação de Olhão	Olhão	6 079	103 210	97 132
20	Infraquinta - Empresa de Infra-Estruturas	Loulé	0	68 944	68 944
21	Figueira Domus - Gestão de Habitação	Figueira da Foz	748 564	812 461	63 897
22	ADC - Águas da Covilhã	Covilhã	1 512 574	1 567 292	54 718
23	VFC Empreendimentos – Activ. Desportivas, Recreativas e Turísticas	Vila Franca do Campo	168 176	221 320	53 144
24	Prazilandia -Turismo e Ambiente	Castanheira de Pera	56 162	104 562	48 399
25	Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património	Maia	246 307	283 312	37 005
26	Loures Parque - Estacionamento	Loures	0	36 460	36 460
27	Quinta de Tuberais - Ensino Profissional de Cinfães	Cinfães	60 000	95 000	35 000
28	Quintas de Melgaço	Melgaço	717 653	751 157	33 504
29	Vimãgua - Água e Saneamento de Guimarães e Vizela	Guimarães (90%) e Vizela (10%)	1 427 449	1 454 208	26 759
30	Águas de Santarém	Santarém	876 132	902 370	26 238
31	Nazare Qualifica	Nazaré	0	18 864	18 864
32	Penaparque 2 - Gestão e Promoção de Equipamentos	Penacova	10 535	25 419	14 884
33	Águas de S. João	São João da Madeira	344 962	359 828	14 866
34	BRAGAHABIT - Habitação	Braga	8 734	20 083	11 350
35	ECOBELRÃO – Soc. Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão	***	296 600	307 739	11 139
Total das 151 Empresas			100 881 086	105 149 640	4 268 553

* Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).

** AMISM - Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%

*** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela

R65 – Entidades do SEL com menor Passivo Exigível* em 2018

Unidade: euros

	Entidade	Município	Parti.	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017w	2018
1	TEGEC – Gest. Equip.Culturais e Lazer**	Trancoso	100%	776 292	1 003 546	1 473 582	1 439 412	1 239 468	1 221 189	1 237 058	0
2	WRC - Agência de Desenv.Regional	***	--	84 074	103 951	104 449	52 415	60 911	191 375	155 790	0
3	MOBITRAL - Móveis Tradicionais Alent.	F. Alentejo	87%	13 734	7 607	19 142	11 429	15 853	7 645	5 140	4 102
4	Ribeirapera	C. Pera	56%	37 080	37 846	35 303	34 859	33 817	37 920	13 609	14 235
5	Terras da Beira Baixa	Castelo Branco	96%	6 188	6 057	3 711	14 750	15 660	16 057	19 719	21 676
6	Emp. Transp. Colectivos Ilha Graciosa	S. C. Graciosa	78%	117 023	39 490	28 032	17 050	23 038	100 294	24 548	22 972
7	Habisolvis - Habitação Social	Viseu	100%	82 116	30 786	38 404	48 174	29 392	24 882	20 166	28 001
8	Herdade da Contenda	Moura	100%	16 422	59 770	68 023	68 023	29 844	31 637	33 670	31 569
9	CDN - Gestão e Promoção Parque Emp.	V.N. Barquinha	94%	46 375	39 690	35 858	14 795	18 761	29 589	33 583	34 493
10	Marina da Vila	V. F. Campo	100%	40 295	28 456	40 404	50 379	46 992	66 828	71 148	41 937
11	Mercados de Olhão	Olhão	100%	224 360	185 715	195 934	162 863	54 806	51 849	36 748	50 544
12	Figueira Parques - Estacionamento	F. Foz	70%	115 263	253 046	179 350	53 006	121 529	91 961	96 325	59 592
13	CampoMaior XXI	Campo Maior	100%	64 905	57 671	48 210	30 565	63 374	74 894	70 505	69 755
14	Companhia das Águas Caldas de Arêgos	Resende	100%	427 737	349 672	425 988	401 679	272 107	235 546	302 460	69 781
15	Penaparque 2 - Gestão e Prom. Equip.	Penacova	100%	17 959	42 198	38 756	38 555	54 395	29 520	65 742	70 893
16	ProRuris – EM Desenv. Rural de Vinhais	Vinhais	100%	98 000	111 601	125 520	83 525	86 049	106 709	84 025	77 618
17	Habitar S. João - Habitação	S. J. Madeira	100%	75 133	31 321	50 523	45 938	41 346	62 445	75 265	80 947
18	Ensino Profissional de Tomar	Tomar	50%	si	si	120 016	222 475	108 720	129 886	100 193	81 852
19	EMPDS – Promo. e Desenv. Social	Belmonte	100%	45 226	52 890	62 034	59 461	71 562	55 126	60 210	106 942
20	EMES - Estacionamento	Sintra	100%	62 836	136 764	101 330	95 900	147 272	146 705	166 721	135 339
21	Emp. Metropolitana de Estacionamento	Maia	100%	105 900	94 228	100 384	145 307	134 292	309 955	171 787	135 365
22	Naturnorte	São Vicente	97%	73 997	61 203	63 635	66 894	71 739	157 461	138 061	138 443
23	ALBIGEC	Castelo Branco	100%	88 656	93 348	102 610	169 393	161 586	146 883	139 933	141 571
24	PRODESO - Ensino Profissional	Coimbra	69%	56 434	231 730	215 568	84 085	69 309	145 626	220 241	146 821
25	Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	Melgaço	100%	179 766	197 584	203 988	207 283	97 227	118 375	149 170	147 372
26	TUMG - Transportes Urbanos	M. Grande	100%	500 337	230 480	226 521	228 715	556 566	270 222	234 165	148 589
27	CASFIG - Coordenação das Habitações	Guimarães	100%	131 691	206 449	352 795	258 228	352 676	259 676	250 278	150 317
28	EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	Rio Maior	80%	288 971	156 229	168 906	179 664	240 979	388 408	328 804	150 557
29	Lousada Seculo XXI	Lousada	100%	256 634	251 338	282 064	290 598	268 874	166 948	147 941	151 932
30	Aveiro Expo - Parque de Exposições	Aveiro	51%	822 166	956 872	1 060 611	881 237	810 248	833 153	688 346	162 440
31	GEMC - Gestão de Equipament. Chaves	Chaves	100%	584 790	398 763	189 921	355 327	118 518	175 135	93 194	164 707
32	Carnes de Vinhais	Vinhais	100%	si	si	si	si	si	si	300 499	175 763
33	Esposende 2000	Esposende	100%	343 830	464 863	302 812	285 565	282 052	213 413	192 063	179 551
34	EIRSU	****	--	677 849	622 311	315 454	169 063	177 327	432 455	496 310	183 991
35	NOVBAESURIS	Castro Marim	100%	258 624	221 029	145 969	260 695	113 200	145 348	227 957	191 635

* Passivo exigível = Passivo não corrente + Passivo Corrente – Provisões – Diferimentos – Passivos por Impostos Diferidos; ** À data da recolha de informação para este anuário, a empresa encontrava-se em liquidação; *** Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaiázere (0,18%), Anadia (69,20%), Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%), Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%), Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodrigo (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira (0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%), Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hospital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova (0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro do Sul (0,36%), Sertã (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%) e Vila Nova de Poiares (0,27%); **** Vila Franca do Campo (33,3%), Lagoa (Açores) (33,3%) e Ribeira Grande (33,3%).

R66 – Entidades do SEL com maior Passivo Exigível em 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	Parti.	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 TRATOLIXO	*	--	165 552 429	185 912 174	188 879 353	169 732 807	163 345 910	162 071 777	162 357 268	159 126 125
2 VRSA, Soc. Gestão Urbana	V.R.S. António	100%	51 691 277	57 498 139	66 409 565	65 249 124	72 178 380	73 960 023	79 026 433	72 891 733
3 Comp. Carris de Ferro	Lisboa	100%	si	si	si	si	si	si	86 222 004	66 369 006
4 AGERE	Braga	51%	58 351 445	60 746 777	66 438 274	65 637 387	64 990 483	64 140 581	62 505 381	62 503 860
5 Águas de Gaia	V.N. Gaia	100%	83 460 967	65 713 037	67 330 307	63 440 820	62 390 468	59 055 301	55 738 626	53 824 171
6 Águas do Ribatejo	**	--	31 334 735	32 227 007	43 461 091	43 299 831	41 038 025	37 215 538	36 494 361	35 556 575
7 EMEL	Lisboa	100%	21 163 364	22 093 903	23 981 899	16 825 924	32 348 100	43 599 759	31 423 209	27 523 952
8 Vimágua	***	--	31 265 042	29 023 902	31 622 005	32 839 386	30 722 653	29 645 453	26 276 480	26 957 508
9 CMPEA - Águas do Porto	Porto	100%	28 038 103	23 544 675	22 454 550	23 562 496	24 042 349	25 437 672	23 970 058	25 745 908
10 Águas de Santarém	Santarém	100%	15 682 117	16 236 615	16 416 390	27 921 189	26 514 042	26 262 882	25 213 222	24 492 480
11 Lisboa Ocidental, SRU	Lisboa	100%	5 489 691	5 465 316	11 428 699	14 776 671	16 963 216	17 178 823	16 862 025	20 458 861
12 GEBALIS	Lisboa	100%	30 568 936	28 943 604	28 630 437	22 560 197	22 932 468	19 193 396	17 698 997	19 545 020
13 AC - Águas de Coimbra	Coimbra	100%	20 639 222	17 469 450	19 488 122	17 472 068	21 295 364	15 003 312	16 143 443	17 039 831
14 Cascais Próxima	Cascais	100%	7 545 984	10 186 957	15 144 379	16 803 620	12 032 364	7 697 577	19 593 152	16 572 745
15 ADC - Águas da Covilhã	Covilhã	51%	21 429 496	21 073 818	19 417 366	19 652 417	17 017 119	17 480 225	16 476 738	15 860 761
16 Cidade em Ação	Ponta Delgada	100%	15 737 389	15 280 991	14 814 825	14 257 745	13 692 722	13 378 265	13 348 013	13 247 418
17 HABEVORA	Évora	100%	11 685 845	11 665 591	12 002 527	11 607 175	11 545 282	11 447 837	13 207 900	12 969 141
18 AMBIOLHÃO	Olhão	100%	23 815 153	26 848 260	25 568 909	24 287 141	22 862 350	11 002 114	11 342 113	12 936 647
19 BRAVAL	****	--	9 734 110	10 768 512	18 749 229	15 830 091	14 537 202	13 830 056	13 819 155	11 697 837
20 ECOBEIRÃO	*****	--	10 664 074	13 361 090	15 976 913	12 701 033	13 656 724	12 722 747	13 135 982	11 535 373
21 Ambifaro-	Faro	100%	1 512 956	182 606	127 901	329 528	12 919 676	12 645 436	12 852 960	11 475 784
22 Tavira Verde	Tavira	51%	13 107 319	11 769 592	10 770 431	10 671 846	9 916 904	10 097 680	10 642 638	11 375 759
23 Porto Vivo, SRU	Porto	100%	si	si	si	si	si	si	si	11 294 754
24 Termalstur - Termas	S. Pedro Sul	100%	14 122 707	13 772 067	13 679 356	12 653 978	12 164 273	12 149 534	12 146 565	10 928 485
25 Azores Parque	Ponta Delgada	51%	11 794 120	11 240 057	11 321 777	11 206 459	11 079 319	11 074 713	10 976 965	10 873 605
26 TUB - Transportes Urbanos	Braga	100%	10 483 382	8 886 453	8 400 116	8 476 492	8 045 889	7 750 360	7 628 864	10 852 252
27 FAGAR	Faro	51%	10 557 751	10 883 720	13 809 985	10 850 591	10 297 197	9 700 729	9 422 761	10 698 108
28 EMARP	Portimão	100%	2 829 237	16 512 912	18 184 509	17 367 097	11 625 506	8 473 376	8 642 783	10 525 694
29 EGECAC	Lisboa	100%	4 960 226	4 501 636	7 377 033	7 422 991	7 575 378	8 580 257	9 175 939	9 723 387
30 Figueira Domus	Figueira Foz	100%	15 481 561	14 783 910	14 270 697	13 532 867	12 778 849	11 694 701	10 627 871	9 719 171
31 Resialentejo	*****	--	769 795	8 190 657	10 989 869	11 913 480	12 294 833	10 062 009	10 110 230	9 018 857
32 EMAS - Água e San.	Beja	100%	3 496 667	4 745 664	5 753 758	5 565 365	5 798 773	5 954 209	8 138 892	8 949 464
33 Cascais Envolvente	Cascais	100%	323 159	392 717	469 918	474 671	440 179	467 688	8 446 067	8 506 667
34 Penafiel Verde	Penafiel	100%	9 330 539	6 949 402	9 216 905	9 602 105	8 665 426	7 551 329	8 797 252	8 339 954
35 TERAMB	*****	--	194 145	238 610	5 866 544	10 321 161	9 322 078	8 203 765	8 161 967	7 708 949

* AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%; ** Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%); *** Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%); **** Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%); ***** Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mor-tágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela ***** Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%); ***** Angra do Heroísmo (60,0%) e Praia da Vitória (40,0%).

4.1.3. Rendimentos, Gastos e Resultados das Entidades do SEL

4.1.3.1. Evolução dos Rendimentos e Ganhos e dos Gastos e Perdas

Embora este ponto do anuário se refira a entidades de natureza empresarial, as mesmas são entidades que prosseguem fins de natureza pública e que foram criadas por autarquias ou são participadas maioritariamente por estas, tendo na maior parte das situações recebido das mesmas competências delegadas. Assim, embora o resultado líquido seja um indicador fundamental para aferição da sustentabilidade económica das empresas, o seu nível não pode ser tomado, isoladamente, como elemento comparativo da eficiência e eficácia das entidades em apreço. Os resultados obtidos com os outputs gerados pela atividade das entidades empresariais do setor local deveriam ser os elementos reveladores do grau de satisfação das necessidades públicas que as mesmas perseguem e os indicadores fundamentais da sua eficácia e eficiência¹⁹⁶.

De qualquer modo anota-se que, em 2018, o SEL obteve um resultado líquido positivo no valor de 20,5 M € pese embora o mesmo tenha apresentado uma diminuição de -3,5 M€ (-14,5%) em relação ao ano anterior.

No Quadro 4.19 é apresentada a variação dos rendimentos e dos gastos das entidades empresariais locais objeto da análise deste anuário. A observação do mesmo torna perceptível a necessidade de se avaliar a evolução dos resultados económicos através da análise dos **resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos** e através da análise dos **resultados operacionais**.

– Em 2018, o volume de **resultados antes das depreciações, gastos de financiamento e impostos baixaram -4,2%** (-6,2M€) ao totalizar o valor de 140M€, o mesmo acontecendo aos **resultados operacio-**

nais que evidenciaram **a diminuição significativa de -15,4%** (-7,8 M€) ao apresentarem o valor 43M€. Ambos resultados já tinham apresentado, em 2017, decréscimo de valor, embora em menor percentagem.

– O **resultado antes dos impostos**, em 2018, ao registar o valor global de 30,9M€ (-5M€, -13,9%), manteve a tendência para o decréscimo já verificada no ano anterior, todavia, em menor proporção.

¹⁹⁶ Este anuário não pode ser o espaço para avaliar estes outputs pois tal situação exige muita informação que não está disponível ou que nunca foi recolhida.

Quadro 4.19 – Desagregação dos Rendimentos e Gastos das Entidades Empresariais pelas suas diferentes componentes

Unidade: euros

Estrutura de Rendimentos e Gastos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 17-18 (%)
Vendas e Serviços prestados	596 849 027	606 786 318	604 951 563	584 338 999	627 506 715	660 296 167	704 940 104	713 317 051	1,2%
Subsídios à Exploração	77 425 137	61 618 373	75 454 003	75 060 162	68 202 707	72 246 848	85 148 588	85 433 292	0,3%
Ganhos/Perdas Imputados Subsid. Associadas e Empreend.	2 782 210	414 400	772 254	854 837	697 127	709 744	89 055	592 161	564,9%
Varição nos Inventários da Produção	-2 215 269	-248 566	6 072 947	6 521 176	363 721	190 863	-160 552	276 468	-272,2%
Trabalhos para a Própria Entidade	13 490 188	12 618 271	2 734 866	2 727 303	3 335 795	3 162 086	3 245 241	2 858 649	-11,9%
CMVMC	-54 166 916	-56 672 047	-58 218 495	-56 636 277	-60 394 736	-65 627 749	-63 358 628	-61 265 025	-3,3%
Fornecimentos e Serviços externos	-330 074 305	-319 996 270	-325 730 666	-307 642 868	-314 310 350	-333 796 435	-378 087 260	-372 052 040	-1,6%
Gastos com o Pessoal	-187 461 013	-182 671 333	-201 675 805	-193 155 852	-198 039 067	-208 246 911	-221 177 114	-238 059 687	7,6%
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)	85 818	-1 394 824	-822 585	-22 446	-416 964	-371 210	-171 848	8 790	-105,1%
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	-8 995 677	-10 965 619	-8 161 143	-7 157 539	-9 043 128	-5 362 103	-4 774 359	-7 246 633	51,8%
Provisões (aumentos/reduções)	-3 160 970	-2 620 382	-2 755 170	-1 109 109	-711 547	-3 804 378	-3 492 589	-4 735 583	35,6%
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/Amortizáveis	21 769	-435 537	-695 856	-155 086	-6 366 233	2 974 647	0	-21 700	+100%
Aumentos/Reduções de Justo Valor	380	389	31 157	25 879	2 971	-2 865	-28 145	28 971	-202,9%
Outros Rendimentos e Ganhos	76 755 023	55 195 049	54 335 592	46 549 093	56 512 994	54 839 408	50 093 484	56 183 466	12,2%
Rendimentos e Ganhos em Investimentos não Financeiros	1 094 773	0	-39 888	0	0	0	0	0	0%
Outros Gastos e Perdas	-49 555 969	-20 326 564	-24 972 639	-22 977 434	-20 756 556	-27 231 910	-25 840 233	-35 085 539	35,8%
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	-20 956	0	0	0	-631 518	0	0	0	0%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	132 853 253	141 301 658	121 280 134	127 220 837	145 951 933	149 976 203	146 425 744	140 232 643	-4,2%
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-76 575 942	-81 060 021	-80 286 299	-77 834 756	-84 466 885	-92 682 071	-95 446 440	-97 020 798	1,6%
Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis	-124 029	-2 004 895	1 016 928	-3 031 387	-80 908	55 879	-165 861	-201 790	21,7%
Resultado Operacional (antes gastos financiamento e impostos)	56 153 282	58 236 742	42 010 763	46 354 694	61 404 140	57 350 011	50 813 443	43 010 055	-15,4%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	1 872 533	1 795 455	4 983 715	17 525 200	1 209 040	503 621	412 834	475 702	15,2%
Juros e Gastos Similares Suportados	-33 649 032	-37 219 581	-34 050 656	-37 352 097	-22 243 984	-15 257 374	-15 348 592	-12 594 493	-17,9%
Resultado Antes de Impostos	24 376 783	22 812 616	12 943 821	26 527 797	40 369 197	42 596 258	35 877 684	30 891 264	-13,9%
Imposto Sobre o Rendimento do ano	-4 607 568	-5 525 913	-3 846 403	-7 883 184	-10 864 865	-11 229 926	-11 852 108	-10 356 115	-12,6%
Resultado Líquido do ano	19 769 216	17 286 703	9 097 419	18 644 613	29 504 332	31 366 332	24 025 577	20 535 149	-14,5%

Quadro 4.20 – Total dos Rendimentos e Gastos antes dos impostos das Entidades Empresariais

Unidade: euros

Rendimentos e Gastos antes dos Impostos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 17-18 %
Total de Rendimentos	770 376 860	738 428 255	750 353 025	733 602 648	757 831 071	794 979 264	843 929 306	859 174 550	1,8%
Total de gastos antes dos impostos	-746 000 076	-715 615 639	-737 409 203	-707 074 851	-717 461 875	-752 383 006	-808 051 622	-828 283 286	2,5%
Resultado Antes de Impostos	24 376 783	22 812 616	12 943 821	26 527 797	40 369 197	42 596 258	35 877 684	30 891 264	-13,9%
Imposto Sobre o Rendimento do ano	-4 607 568	-5 525 913	-3 846 403	-7 883 184	-10 864 865	-11 229 926	-11 852 108	-10 356 115	-12,6%
Resultado Líquido do ano	19 769 216	17 286 703	9 097 419	18 644 613	29 504 332	31 366 332	24 025 577	20 535 149	-14,5%

- Da análise dos dois quadros antecedentes acrescerá referir em relação ao ano de 2018:
- O aumento dos rendimentos em +1,8% (+15,3M€) originado, em grande parte, pelo acréscimo de vendas e serviços prestados em +8,4,8 M€ (+1,2%) e pelo acréscimo de outros rendimentos e ganhos em +6,1M€ (+12,2%).
- Em relação aos gastos, verificou-se um aumento do seu valor total em +20,2M€ (+2,5%) resultante, essencialmente, do aumento de outros gastos e perdas em +9,2 M€ (+35,8%) e um acréscimo dos gastos com pessoal de +16,79M€ (+7,6%).

4.1.3.2. Resultados económicos das Entidades Empresariais Locais

Nos Quadros 4.21 e 4.22 apresentam-se alguns indicadores económicos das entidades empresariais do setor local.

- Da observação dos quadros 4.21 e 4.22 releva-se para o ano 2018:
- Do universo das 151 entidades empresariais analisadas, 124 (82,1%) obtiveram resultados líquidos positivos.
 - Os resultados operacionais apresentaram o decréscimo significativo de -7,8M€ (-15,4%), mantendo o ritmo de descida verificado no ano anterior.
 - O montante de juros e gastos similares ao baixar -17,9% influenciou positivamente o resultado antes dos impostos pois o seu peso nos resultados operacionais baixou 1%. Apresentam-se, de seguida, o Ranking R67 com as 35 entidades empresariais com melhor resultado económico em 2018 e o Ranking R68 com as 35 entidades empresariais com resultado económico mais fraco, neste mesmo ano.

Quadro 4.21 – Evolução da situação económica das Entidades Empresariais

	Entidades Empresarias (151)								Variação 17-18
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Resultados económicos	19 769 216 €	17 286 703 €	9 097 419 €	18 644 613 €	29 504 332 €	31 366 332 €	24 025 577 €	20 535 149 €	-3 490 428 €
Resultados económicos / (Vendas e serviços prestados)	3,3%	2,8%	1,5%	3,2%	4,7%	4,8%	3,4%	2,9%	-0,5%
Nº de entidades c/ resultados líquidos negativos	31	25	37	31	27	22	35	27	-8

Quadro 4.22 – Resultados Operacionais do Setor Empresarial Local

Unidade: euros

Entidades do SEL	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	56 153 282	58 236 742	42 010 763	46 354 694	61 404 140	57 350 011	50 813 443	43 010 055
Juros e Gastos similares suportados	-33 649 032	-37 219 581	-34 050 656	-37 352 097	-22 243 984	-15 257 374	-15 348 592	-12 594 493
Peso dos juros e gastos similares nos resultados operacionais	59,9%	63,9%	81,1%	80,6%	36,2%	26,6%	30,2%	29,3%
Nº de entidades c/ Resultados Operacionais + Gastos Financeiros negativos	35	33	43	35	27	22	33	27
Nº de entidades c/ resultados negativos antes de impostos	30	27	37	30	25	22	32	24

R67 – Entidades com melhor Resultado Económico em 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1 Companhia Carris de Ferro	Lisboa	si	si	si	si	si	si	4 969 561	8 663 796
2 AGERE	Braga	3 208 502	2 613 210	2 994 549	3 904 534	5 355 278	5 900 838	6 239 991	6 238 137
3 CMPEA - Águas do Porto	Porto	2 751 309	2 125 155	3 607 978	3 760 206	6 296 993	6 575 538	6 025 810	5 878 845
4 Águas do Ribatejo	*	611 108	1 504 323	1 828 492	762 474	1 534 051	1 592 315	2 166 172	1 676 155
5 EHATB	**	3 069 787	1 906 367	-37 008	1 435 888	687 425	1 188 760	-16 906	1 646 369
6 Vimágua	***	1 026 642	998 809	406 861	755 495	1 123 383	651 255	1 341 790	1 277 561
7 EMARP	Portimão	91 916	-315 345	688 767	1 245 948	1 192 371	1 938 021	2 281 331	1 140 471
8 ADC - Águas da Covilhã	Covilhã	622 766	841 572	797 891	1 042 938	1 045 699	1 096 927	833 669	755 056
9 Figueira Domus	F. Foz	-77 998	46 324	9 669	76 225	503 639	615 684	637 759	648 753
10 Tavira Verde - Ambiente	Tavira	173 617	279 163	19 987	3 116	301 938	861 738	515 839	640 520
11 Ribeira da Teja	VN Foz Côa	si	si	si	1 223 842	46 322	1 604 512	122 238	554 278
12 Parques Tejo	Oeiras	450 579	451 651	117 150	207 859	465 328	300 430	234 939	479 521
13 MUSAMI	****	6 246	25 617	543 388	395 022	308 239	396 132	399 112	416 620
14 Resialentejo	*****	-202 196	344 336	149 902	193 731	-7 221	170 610	164 636	397 796
15 EMEL	Lisboa	929 199	181 901	2 218 303	952 985	2 360 311	2 394 886	906 907	393 298
16 Resíduos do Nordeste	*****	503 165	554 436	282 275	344 408	249 503	144 039	99 133	386 684
17 Ambisousa	*****	229 023	147 820	128 005	17 049	64 922	109 344	1 329 999	364 382
18 Infraquinta	Loulé	34 467	173 490	63 190	151 886	478 871	747 727	1 192 371	327 107
19 Águas de S. João	S.J. Madeira	368 989	357 889	297 291	288 789	177 264	366 579	353 669	325 769
20 Naturnorte	São Vicente	-1 391	1 916	23 137	42 896	46 335	280 059	353 159	315 619
21 Águas de Santarém	Santarém	725 269	523 419	106 604	337 708	445 973	431 188	362 530	290 051
22 AC Águas de Coimbra	Coimbra	534 404	317 414	204 900	88 153	160 046	1 384 343	2 013 504	286 569
23 AMBILITAL	*****	637 688	492 391	726 523	583 582	440 894	362 953	412 049	280 607
24 FAGAR	Faro	427 432	987 399	589 885	241 149	632 966	899 403	518 243	259 286
25 Gaiurb - Urbanismo e Habitação	V.N. Gaia	554 226	646 846	123 695	28 240	34 575	19 225	-745 083	241 007
26 Lagos-em-Forma	Lagos	6 514	66 139	60 908	15 499	10 119	332 831	230 947	235 457
27 Oeiras Viva	Oeiras	99 343	-11 572	-232 959	41 250	163 652	209 252	122 635	222 976
28 INOVA	Cantanhede	435 740	503 965	687 045	346 090	591 234	167 497	266 692	220 881
29 Vitrus Ambiente	Guimarães	14 616	97 160	44 099	150 859	100 743	17 341	13 648	203 972
30 Giatul	Mafra	82 088	90 796	17 748	71 173	191 592	23 434	128 626	198 737
31 EM. de Ambiente do Porto	Porto	si	si	si	si	si	si	113 469	195 255
32 AMBIOLHÃO	Olhão	12 029	9 164	3 282	18 435	9 533	83 142	200 054	190 794
33 EMARVR	Vila Real	130 825	24 988	-152 796	377 457	317 334	183 005	299 752	184 600
34 GESAMB	*****	693 225	505 735	703 997	984 644	619 274	169 751	73 250	181 064
35 Quintas de Melgaço	Melgaço	88 184	6 117	30 555	42 002	66 163	52 021	99 287	162 574

* Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%); ** Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%); *** Guimarães (90,0%) e Vizela (10,0%); **** AMISM - Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%; ***** Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%); ***** Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) - 41,0%; Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) – 37,0%; Associação dos Municípios do Douro Superior (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) – 22,0%; ***** Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%; ***** AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) - 51,00%; ***** CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%

R68 – Entidades com mais fraco Resultado Económico em 2018

Unidade: euros

Entidade	Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	TEGEC – Gest. Equip.Culturais e Lazer	Trancoso	-84 476	-610 819	-426 930	-716 957	-711 314	-77 699	-94 040	-3 903 783
2	VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	V.R.S. António	63 769	140 134	14 183	37 772	-1 958 680	376 191	-1 567 700	-1 323 152
3	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecno.	Maia	-1 336 208	-1 731 984	-1 172 867	-824 835	320 685	-969 016	-102 228	-851 088
4	Coimbra Inovação Parque	Coimbra	-427 944	-303 888	-361 680	-449 330	-522 446	-351 531	-452 996	-736 835
5	Porto Vivo, SRU	Porto	si	si	si	si	si	si	si	-426 298
6	WRC - Agência de Desenvolv. Regional	*	7 943	4 044	1 037	-14 599	-131 711	48	-251 952	-352 607
7	HABEVORA - Gestão habitacional	Évora	17 908	22 939	27 486	-414 929	42 850	2 618	-48 057	-301 852
8	Cidade em Acção	P. Delgada	28 712	26 211	2 734	30 567	206 654	253 274	-271 965	-300 268
9	Azores Parque	P. Delgada	9 004	44 545	217 088	18 460	-273 706	-485 093	-323 297	-276 263
10	EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	Felgueiras	-162 828	-240 167	-251 521	-72 361	-133 138	-305 084	-92 145	-209 407
11	Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	Amadora	36 450	57 674	-170 723	-2 895	-435 575	-303 182	-327 042	-154 970
12	IserBatalha	Batalha	906	2 723	2 957	2 733	11 244	-58 773	-156 914	-145 582
13	Vila Solidária	V.F. Campo	-33 964	155 128	130 846	-119 638	-341 722	-108 271	-593 905	-91 217
14	Matadouro Regional de Monção	Monção	3 069	2 008	-32 795	14 683	-88 702	867	22 622	-89 698
15	Parkurbis, Parque de Ciência e Tecnologia	**	-51 624	67 321	-165 441	-242 036	9 341	-233 829	-214 973	-72 512
16	Gesloures - Gestão de Equip. Sociais	Loures	-111 092	-292 868	48 557	-243 335	3 558	49 908	30 037	-69 644
17	Cascais Próxima	Cascais	78 799	341 707	16 169	18 296	9 015	12 416	6 347	-58 576
18	CampoMaior XXI	Campo Maior	53 407	-1 165	6 187	9 173	-8 051	17 518	286	-46 757
19	Carnes de Vinhais	Vinhais	si	si	si	si	si	si	-53 059	-46 442
20	Companhia das Águas Caldas de Arêgos	Resende	2 617	727	-133 358	-107 652	4 911	-17 288	-107 759	-34 725
21	GEMC - Gestão de Equipamentos Chaves	Chaves	110 652	16 451	37 068	-252 136	15 606	-32 861	-26 980	-30 131
22	Metropolitano Ligeiro de Mirandela	Mirandela	-41 793	56 328	8 693	4 750	60 099	-4 356	1 255	-24 435
23	Interminho	Valença	-120 408	-113 272	-98 066	-37 511	-59 631	-51 514	74 418	-18 964
24	Terras da Beira Baixa	Castelo Branco	-74 917	1 153	5 143	12 792	-26 307	3 486	-27 215	-10 361
25	EMEC - EM de Educação e Cultura	Barcelos	165 629	90 669	-841 836	-260 380	898	-131 361	-227 313	-8 523
26	VFC Empreendimentos	V.F. Campo	9 766	-2 583 590	-283 262	20 402	-36 895	-8 571	-6 593	-5 857
27	Penaparque 2	Penacova	-18 239	-72	-87 466	1 523	-237	17 569	20 771	-4 703
28	EIRSU	***	32 863	30 770	29 223	33 832	28 196	1 876	-9 517	-2 404
29	Nordeste Activo	Nordeste	638	2 763	-77 930	37 492	9 031	9 919	-2 205	-1 759
30	AQUANENA	Alcanena	si	si	si	si	si	si	si	0
31	Vallis Habita	Valongo	50 592	85 006	53 009	24 360	6 820	33 196	5 900	290
32	Lisboa Ocidental, SRU	Lisboa	287	356	601	682	480	268	352	508
33	CDN - Gestão e Promoção Parque Emp.	V.N. Barquinha	4 045	1 868	-15 220	580	91	82	726	533
34	PERM - Parque Emp. Recup. Materiais	****	-2 572	818	2 943	1 689	92 415	7 849	11 731	823
35	MOBITRAL	F. Alentejo	-12 747	4 943	-7 472	-5 159	-3 296	8 406	10 594	833

* Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaizere (0,18%), Anadia (69,20%), Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%), Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%), Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodrigo (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira (0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%), Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hospital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova (0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro do Sul (0,36%), Sertã (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%) e Vila Nova de Poiares (0,27%); ** Covilhã (79,60%), Belmonte (0,20%) e Manteigas (0,20%); *** Vila Franca do Campo (33,3%), Lagoa (Açores) (33,3%) e Ribeira Grande (33,3%); **** Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%

4.1.4. Dissolução de Empresas do SEL – aplicação do artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto

Os dados apresentados neste ponto do Anuário sustentam-se no disposto no artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto¹⁹⁷, tendo a análise efetuada sido sustentada nos seguintes pressupostos:

- A deliberação de dissolução obrigatória de entidades empresariais resultará da verificação dos critérios previstos nas quatro alíneas do nº 1 do art.º 62º, os quais só produzem efeitos se verificados ininterruptamente em três anos consecutivos da gestão;
- Para efeitos de cálculo do disposto na alínea a), do n.º 1 do art.º 62º, considerou-se como gastos totais a soma dos valores apresentados em: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos; gastos com o pessoal; outros gastos e perdas e juros e gastos similares suportados;
- Para cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1 do art.º 62º, considerou-se como receitas totais¹⁹⁸ a soma dos valores das seguintes rubricas: vendas e serviços prestados; subsídios à exploração; trabalhos para a própria entidade; outros rendimentos e ganhos e juros e rendimentos similares obtidos;
- Decorrente do n.º 14 e 15 do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, não foram consideradas as empresas locais que exercem

¹⁹⁷ Artigo 62.º Dissolução das empresas locais

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
 - b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 % das suas receitas;
 - c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo, o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
 - d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.
- (...)

14 - O disposto na alínea a) do n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de ensino e formação profissional.

15 - O disposto no n.º 1 não é aplicável às empresas locais que exercem, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia.

¹⁹⁸ De referir que a Lei nº 69/2015, de 16 de julho, alterou o previsto na alínea b) considera para o efeito, apenas os subsídios de exploração atribuídos pela entidade pública participante.

atividades de ensino e formação profissional ou de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia.

O Quadro 4.23 apresenta as empresas que se encontravam em processo de dissolução à data de elaboração deste anuário¹⁹⁹. Para além destas foram dissolvidas, ainda, em 2018 as empresas indicadas no quadro 4.02 do ponto 4.1 deste capítulo.

Quadro 4.23 – Entidades em processo de dissolução

	Entidade	Tipo	Município
1	EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	EM	Felgueiras
2	TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	SA	Maia
3	Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	EM SA	Resende
4	TEGEC - Gestão de Equipamentos Culturais e de Lazer	EEM	Trancoso
5	VFC Empreendimentos - Empresa Municipal de Atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas	EM	V.F. Campo
6	Vila Solidária - Empresa Municipal de Habitação Social	EM	V.F. Campo
7	WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	EIM	*
8	EMPET - Parques Empresariais	EM	Tavira

* Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaiázere (0,18%), Anadia (69,20%), Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%), Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%), Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodrigo (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira (0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%), Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hospital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova (0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro do Sul (0,36%), Sertã (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%) e Vila Nova de Poiares (0,27%).

O número de municípios referido no Quadro 4.24 e no Quadro 4.25 resulta da simulação de aplicação do disposto no n.º 1 do art.º 62º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, realizada para efeitos de elaboração deste anuário não tendo sido consideradas as empresas que se encontravam em dissolução e identificadas no quadro 4.23.

Da análise às contas entre 2016 e 2018 (inclusive) verificaram-se as situações identificadas nos quadros supra referidos, sendo qualquer uma delas suficiente para início do processo de dissolução da respetiva entidade empresariais local, caso não tenha havido ou não haja, ainda, ocasião a retificações de mapas do Relato Financeiro que modifiquem a situação financeira, em qualquer um daqueles anos económicos.

¹⁹⁹ Informação colhida no próprio relato financeiro

Quadro 4.24 – Número de entidades do SEL em incumprimento do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012

Situações		Contas de 2016, 2017 e 2018
a)	Entidades com VPS / Custos totais inferiores a 50%, nos três anos	2
b)	Entidades com Subsídios à Exploração / Receitas superiores a 50%, nos três anos	2
c)	Entidades com EBITDA negativo nos 3 anos	0
d)	Entidades com Resultado Líquido do Exercício negativo, nos três anos	1
Total de entidades a serem dissolvidas		3

Quadro 4.25 – Entidades em incumprimento relativamente às quatro alíneas n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012

Alíneas do nº 1 do artigo 62º, cujos critérios se verificaram		Nº de Empresas em incumprimento
4 alíneas	alíneas a, b), c) e d)	0
3 alíneas	alíneas a), b) e c)	0
	alíneas a), b) e d)	0
	alíneas a), c) e d)	0
	alíneas b), c) e d)	0
2 alíneas	alíneas a) e b)	2
	alíneas a) e c)	0
	alíneas a) e d)	0
	alíneas b) e c)	0
	alíneas b) e d)	0
	alíneas c) e d)	0

Quadro 4.26 – Entidades cujas vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios (alínea a)

Entidade	Tipo	Município	VPS / Custos totais		
			2016	2017	2018
1 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM SA	Lisboa	5,6%	2,1%	2,1%
2 Naturtejo - Empresa de Turismo	EIM	*	6,9%	7,5%	6,5%

* Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.

Quadro 4.27 – Entidades cujo peso dos subsídios à exploração foi superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos (alínea b)

Entidade	Tipo	Município	Sub. à explor. /Receitas		
			2016	2017	2018
1 Lisboa Ocidental, SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana	EM SA	Lisboa	72,2%	75,5%	87,3%
2 Naturtejo - Empresa de Turismo	EIM	*	70,6%	93,4%	93,8%

* Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão.

Quadro 4.28 – Entidades com resultado líquido negativos nos últimos três anos (alínea d)

Unidade: euros

Entidade	Tipo	Município	Resultado Líquido do Período		
			2016	2017	2018
1 Azores Parque	EM SA	Ponta Delgada	-485 093	-323 297	-276 263

Os quadros 4.26, 4.27 e 4.28 apresentam as listagens das entidades do SEL que se encontravam em cada uma das situações previstas nas alíneas a), b), c) e d), do n.º 1 do art.º 62º da Lei nº 50/2012 e que foram contabilizadas nos quadros precedentes. Anota-se que não foi observada qualquer situação com um resultado operacional diminuído das amortizações e depreciações, negativo nos últimos 3 anos (alínea c)

4.2. Serviços Municipalizados

Conforme listagem apresentada no Quadro 4.29, em 2018 existiam 24 SM's tutelados por 26 municípios (o município de Oeiras e Amadora e o município de Loures e Odivelas partilham os mesmos serviços) estando 10 integrados em municípios de grande dimensão, 15 em municípios de média dimensão e 1 num município de pequena dimensão. De 2011 para 2018 o número de serviços municipalizados passou de 29 para 24 devido à extinção dos serviços municipalizados de água e saneamento de cinco municípios: Mirandela, Anadia, Va-

longo, Santo Tirso, Aveiro e da Guarda²⁰⁰. No computo dos 24 serviços municipalizados está incluído desde 2017, o serviço municipalizado criado pelo município de Faro - Serviços Municipalizados “Teatro municipal de Faro” - que assumiu as competências e finalidades da empresa municipal “Teatro Municipal de Faro, E.M.” dissolvida por força da aplicação da Lei 50/2012, de 31/08.

Observando o Quadro 4.29, verifica-se que dos 24 serviços municipalizados existentes, três são de transportes coletivos urbanos (sendo um destes também de fornecimento de água) e um de serviços culturais²⁰¹. Os restantes 20 serviços municipalizados são fornecedores de água e, ou, de saneamento básico, sendo que dois deles, incluem recolha de resíduos sólidos e um outro fornecimento de energia.

²⁰⁰ Extintos a a 31 de dezembro de 2017.

²⁰¹ Desenvolvidos através do Teatro Municipal de Faro

Quadro 4.29 – Mapa dos SMs e respetivas competências

	Municípios	Dimensão	Competências dos Serviços Municipalizados
1	Abrantes	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos sólidos
2	Alcobaça	M	SM de Água e Saneamento
3	Almada	G	SM de Água e Saneamento
4	Angra do Heroísmo	M	SM de Água e Saneamento
5	Barreiro	M	SM de Transportes Coletivos
6	Caldas da Rainha	M	SM de Água e Saneamento
7	Castelo Branco	M	SM de Água, Saneamento e Resíduos sólidos
8	Coimbra	G	SM de Transportes Urbanos
9	Faro	M	Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados
10	Leiria	G	SM de Água e Saneamento
11	Loures e Odivelas	G e G	SIM de Água e Saneamento
12	Maia	G	SM de Eletricidade, Água e Saneamento
13	Montijo	M	SM de Água e Saneamento
14	Nazaré	P	SM de Água e Saneamento
15	Oeiras e Amadora	G e G	SIM de Água e Saneamento
16	Peniche	M	SM de Água e Saneamento
17	Ponta Delgada	M	SM de Água e Saneamento
18	Portalegre	M	SM de Água e Transportes
19	Sintra	G	SM de Água e Saneamento
20	Tomar	M	SM de Água e Saneamento
21	Torres Vedras	M	SM de Água e Saneamento
22	Viana do Castelo	M	SM de Saneamento Básico
23	Vila Franca de Xira	G	SM de Água e Saneamento
24	Viseu	M	SM de Água e Saneamento

4.2.1. Estrutura do Ativo

No Quadro 4.30 apresenta-se a estrutura do ativo agregado dos 24 SM's evidenciando-se, no mesmo mapa, o ativo total dos mu-

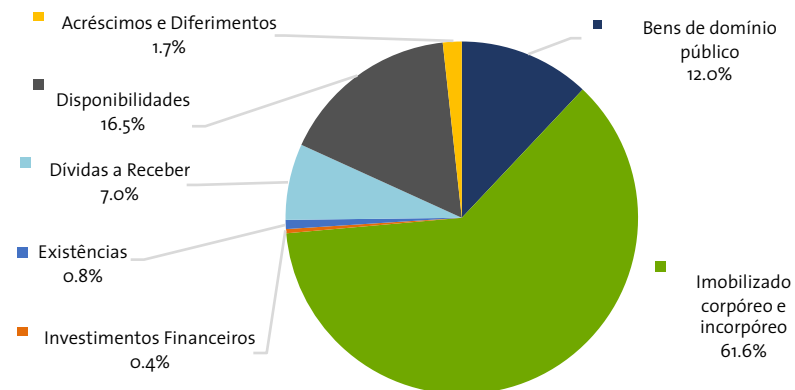
nicipios a que pertencem estes SMs permitindo a comparação das respetivas estruturas do Balanço. São comparáveis, ainda, com as componentes homólogas do universo municipal.

Quadro 4.30 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados, dos municípios a que correspondem e do universo dos municípios

Unidade: euros

Componentes do Ativo	Municípios (308)		Municípios c/SM's (26)		Serviços Municipalizados (24)		SM's / Municípios c/ SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Bens de domínio público	12 644 009 352	30,4%	2 573 100 063	30,4%	112 157 586	10,6%	4,4%
Imobilizado incorpóreo	78 131 878	0,2%	14 785 308	0,2%	1 546 401	0,1%	10,5%
Imobilizado corpóreo	19 924 621 277	48,0%	3 903 429 080	46,2%	579 104 802	54,9%	14,8%
Imobilizado em Curso	2 499 632 587	6,0%	357 579 534	4,2%	83 435 659	7,9%	23,3%
Total do imobilizado	35 146 395 095	84,6%	6 848 893 985	81,0%	776 244 447	73,6%	11,3%
Investimentos Financeiros	1 919 362 933	4,6%	460 019 791	5,4%	4 019 031	0,4%	0,9%
Existências	100 854 413	0,2%	10 573 893	0,1%	8 813 430	0,8%	83,4%
Dívidas a receber	616 868 860	1,5%	93 730 063	1,1%	73 630 659	7,0%	78,6%
Títulos Negociáveis	29 564 425	0,1%	16 548 192	0,2%	0	0,0%	0,0%
Depósitos e Caixa	2 129 108 900	5,1%	696 344 540	8,2%	173 784 663	16,5%	25,0%
Acréscimos de proveitos	1 549 718 789	3,7%	321 906 043	3,8%	17 562 195	1,7%	5,5%
Custos diferidos	48 246 520	0,1%	4 398 334	0,1%	674 817	0,1%	15,3%
Total	41 540 119 933	100%	8 452 414 841	100%	1 054 729 243	100%	12,5%

Gráfico 4.05 – Estrutura do Ativo dos Serviços Municipalizados



Quadro 4.31 – Evolução do Ativo dos Serviços Municipalizados entre 2011 e 2018

Unidade: euros

Componentes do Ativo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 17-18 %
Bens de domínio público	79 067 476	84 240 328	86 645 151	83 470 417	93 677 417	114 813 292	113 059 461	112 157 586	-0,8%
Imobilizado incorpóreo	1 916 560	1 421 549	1 176 700	756 900	766 467	896 825	1 247 777	1 546 401	23,9%
Imobilizado corpóreo	604 328 524	612 947 801	613 294 395	613 674 735	599 876 018	603 618 174	589 980 371	579 104 802	-1,8%
Imobilizado em Curso	73 144 024	59 604 507	41 622 326	56 896 314	70 893 101	45 319 207	64 619 080	83 435 659	29,1%
Total do imobilizado	758 456 585	758 214 185	742 738 572	754 798 367	765 213 003	764 647 498	768 906 689	776 244 447	1,0%
Investimentos Financeiros	4 019 031	4 019 031	4 019 031	1 634 017	1 634 017	4 019 031	4 019 031	4 019 031	0,0%
Existências	8 246 480	8 106 400	7 929 981	7 931 534	7 774 058	8 042 236	8 184 978	8 813 430	7,7%
Dívidas a receber	136 915 327	115 353 991	116 749 415	78 062 247	71 728 706	74 211 956	74 301 544	73 630 659	-0,9%
Títulos Negociáveis	160 000	160 000	160 000	0	0	0	0	0	0%
Depósitos e Caixa	95 846 167	99 429 077	102 817 052	144 976 837	166 947 721	181 525 832	180 393 564	173 784 663	-3,7%
Acréscimos de proveitos	13 027 592	15 200 150	11 966 382	13 575 210	13 819 466	15 875 518	18 133 907	17 562 195	-3,2%
Custos diferidos	545 315	526 106	534 910	549 830	517 115	1 451 741	1 202 812	674 817	-43,9%
Total	1 017 216 497	1 001 008 940	986 915 343	1 001 528 042	1 027 634 084	1 049 773 812	1 055 142 526	1 054 729 243	0,0%

– Da análise dos quadros e do gráfico anteriores verifica-se que a estrutura do ativo dos serviços municipalizados, com seria expectável, é diferente da estrutura do ativo dos municípios traduzindo a especificidade das funções para as quais foram criados. Assim, destacam-se o peso do imobilizado corpóreo (54,9%) resultante das infra-estruturas e equipamento relacionados com os serviços que prestam²⁰² e o valor das dívidas a receber dos utentes desses mesmos serviços - no total de 73,6 milhões de euros representando 7% do total do ativo dos SM's - com um volume equivalente a 78,6% das dívidas a receber do conjunto dos municípios que os tutelam.

– A grande dimensão de dívidas a receber por parte dos serviços municipalizados resultam, essencialmente, das dívidas dos utentes que usufruem da prestação do fornecimento de água e do serviço de saneamento²⁰³, sendo que em muitas das situações se

²⁰² Já se verificou que dois serviços municipalizados detêm a rede de transportes urbanos municipais, outro a distribuição de água e a rede de transportes, um outro um teatro municipal e os restantes prestam serviço de fornecimento de água e/ ou saneamento, sendo que dois destes incluem ainda recolha de resíduos sólidos e um terceiro o fornecimento e energia. Assim o imobilizado corresponderá, em cada caso, ao equipamento utilizado para o fornecimento de cada serviço com as suas especificidades.

²⁰³ O montante total das dívidas a receber dos serviços municipalizados que detêm a rede de de transportes e o Teatro de Faro, em 2018, totalizou apenas 3,3% das dívidas a receber de todos os serviços municipalizados.

transformar-se em créditos incobráveis. Em 2018, o volume destes créditos sobre terceiros, diminuiu apenas -0,9%, tendo, todavia, apresentado um decréscimo significativo de -46,2% em relação ao valor registado em 2011.

– Entendeu-se, também, relevante o peso das disponibilidades em depósitos e caixa no total de 173,8M€ (-3,7% que no ano anterior), representando, em dezembro de 2018, 16,5% do ativo total dos SM's, sendo que, a mesma rubrica na estrutura do ativo global dos municípios de tutela apresentou o peso de 8,2% e, no universo dos municípios, o peso homólogo de 5,1%.

Pela importância material que reveste a rubrica **dívidas a receber** importará analisar a sua composição e estrutura na globalidade dos SM's e comparara-la com o mesmo item, no ativo do grupo de municípios que tutelam os serviços municipalizados.

Os quadros Quadro 4.32 e 4.33 apresentam as principais componentes das dívidas a receber por valores agregados de todos os serviços municipalizados, do conjunto de municípios que os tutelam e do universo dos municípios.

Quadro 4.32 – Estrutura das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados, dos Municípios que os tutelam e do universo municipal

Unidade: euros

Dívidas a receber	Municípios (308)		Municípios c/SM's (26)		Serviços Municipalizados (24)		SM's / Municípios c/ SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a receber M/L prazo	76 102 150	12,3%	16 614 818	17,7%	1 812 438	2,5%	10,9%
Dívidas a receber curto prazo:	540 766 710	87,7%	77 115 246	82,3%	71 818 221	97,5%	93,1%
Empréstimos concedidos	2 004 443	0,3%	1 179 840	1,3%	0	0,0%	0,0%
Cientes, contribui. utentes	183 804 805	29,8%	18 836 741	20,1%	64 957 033	88,2%	344,8%
Estado e outros entes públicos	29 973 821	4,9%	2 558 416	2,7%	2 029 922	2,8%	79,3%
Administração Autárquica	7 544 185	1,2%	3 446 038	3,7%	150 658	0,2%	4,4%
Adiantamentos	9 903 286	1,6%	122 353	0,1%	62 434	0,1%	51,0%
Outros devedores	307 534 412	49,9%	50 971 859	54,4%	4 618 175	6,3%	9,1%
Outros curto prazo	1 758	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	-
Total de dívidas a receber	616 868 860	100%	93 730 063	100%	73 630 659	100%	78,6%

Quadro 4.33 – Evolução das Dívidas a Receber dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Dívidas a receber	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 17-18 %
Dívidas a receber M/L p.	0	0	1 719 316	1 257 922	302 604	5 150 687	3 417 287	1 812 438	-47,0%
Dívidas a receber curto prazo:	136 915 327	115 353 991	115 030 099	76 804 325	71 426 102	69 061 268	70 884 256	71 818 221	1,3%
Empréstimos concedidos	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Cientes, contribui. utentes	93 543 978	75 560 169	74 843 842	66 773 795	60 792 330	59 702 900	59 939 563	64 957 033	8,4%
Estado e outros entes públicos	1 613 486	1 932 082	1 627 002	1 626 924	2 397 129	2 615 067	2 656 233	2 029 922	-23,6%
Administração Autárquica	34 746 533	30 047 544	30 385 334	1 509 524	367 184	253 264	235 588	150 658	-36,1%
Adiantamentos	7 838	4 353	1 390 672	717 219	148 174	190 779	63 311	62 434	-1,4%
Outros devedores	7 003 491	7 809 843	6 783 249	6 176 863	7 721 283	6 299 258	7 989 560	4 618 175	-42,2%
Outros curto prazo	0	0	0	0	0	0	0	0	--
Total dívidas a receber	136 915 327	115 353 991	116 749 415	78 062 247	71 728 706	74 211 956	74 301 544	73 630 659	-0,9%

Da análise do quadro 4,32 pode-se concluir em relação ao ano de 2018:

- Do total das dívidas a receber pelos SM's no valor de 73,6 M€, 97,5% resultaram de dívidas de curto prazo e só 2,5% (1,8M€) traduziram dívida de mlp;
- Relativamente ao total dos créditos de curto prazo detidos pelo conjunto dos SM's, constata-se que o seu volume equivaleu a 93,1% dos créditos homólogos dos municípios que os tutelam;
- Mais se verificou que **88,2% das dívidas a receber de curto prazo** pelo conjunto dos SM's, provieram de **Cientes contribuintes e**

utentes. Comparando o peso destes créditos sobre terceiros com o peso homólogo no conjunto dos municípios de tutela dos serviços municipalizados e no universo dos 308 municípios, verifica-se que o peso das dívidas a receber de Clientes e utentes são muito inferiores nos municípios, apresentando o peso, respetivamente, de 20,1% e 29,8%.

Analisando a evolução das diversas componentes das dívidas a receber dos SM's conclui-se, ainda, a dezembro de 2018:

- A dívida a receber de mlp baixou -47% (-1,6M€) ao apresentar

o total de 1,8M€. Esta descida torna-se mais significativa quando comparada com o valor homólogo de créditos sobre terceiros de 5,2M€, registado em 2016, verificando-se uma diminuição, em dois anos, de -64,8% do volume de créditos desta natureza, vaticinando uma gestão mais zelosa por parte dos serviços municipalizados;

– A dívida a receber de curto prazo de clientes, contribuintes e utentes, que como se verificou no ponto anterior, representou o maior agregado de créditos sobre terceiros ao totalizar o valor de 65M€, apresentou um aumento de 8,4% (+5M€);

– O segundo crédito de curto prazo mais representativo na estrutura da dívida sobre terceiros dos SM's, é constituído pelas dívidas de outros devedores que somaram 4,6 milhões de euros, apresentando uma diminuição de -42,2% (-3,4M€). Este resultado reforça a avaliação, já aduzida, de uma gestão mais cautelosa por parte das administrações dos serviços municipalizados;

– Importa ainda assinalar a diminuição da dívida da Administração Autárquica aos SM's que, na maior parte das vezes, se referirá a indemnizações compensatórias. O total considerado foi de 150,7 milhares euros apresentando uma diminuição de -36,1% (-85 milhares de euros). Até 2013 esta dívida andava na ordem dos 30M€, diminuindo abruptamente para 1,5M€ em 2014. Deste último ano até 2018, a dívida dos municípios aos SM's baixou -90% (-1,4M€)²⁰⁴.

²⁰⁴ Esta diminuição drástica da dívida dos municípios aos seus serviços municipalizados poderá significar que, na generalidade, aqueles estarão a cumprir os contratos programa que estabelecem com os SM's viabilizando a sua sustentabilidade financeira.

– As dívidas do Estado²⁰⁵ aos SM's embora com peso (2,8%) pouco significativo no total dos créditos a receber, totalizaram 2M€ e apresentaram um decréscimo de -23,6% (- 626,3 milhares de euros).

4.2.2. Passivo dos SM's

Com os Quadros 4.34 e 4.35 que a seguir se apresentam pode-se comparar a estrutura do passivo global dos SM's com a correspondente das autarquias que os tutelam e com a dos municípios em geral, bem como, avaliar a evolução do passivo global dos SM's. Será, ainda, possível observar o peso do passivo dos serviços municipalizados no passivo dos municípios que os detêm.

Relativamente ao passivo importará apreciar as componentes relacionadas com as dívidas a terceiros já que os outros elementos, nomeadamente, os proveitos diferidos, não consubstanciam, nem jurídica nem economicamente, obrigações para os serviços municipalizados ou para as autarquias²⁰⁶.

²⁰⁵ Recuperação do IVA, na generalidade dos casos e que se referem a montantes a receber no ano económico seguinte face aos prazos de reembolso.

²⁰⁶ Salvo em situação de incumprimento dos programas comunitários ou outros financiamentos a fundo perdido, com exigência de evolução das verbas não aplicadas, ou incorretamente executadas.

Quadro 4.34 – Componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados, dos Municípios a que correspondem e do universo municipal

Unidade: euros

Passivo	Municípios (308)		Municípios c/SM's (26)		Serviços Municipalizados (24)		SM's / Municípios c/ SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Dívidas a Médio e Longo Prazo	3 089 042 354	25,1%	376 980 439	20,7%	23 994 486	6,7%	6,4%
Dívidas a Curto Prazo	1 153 682 628	9,4%	175 365 489	9,6%	52 271 241	14,5%	29,8%
Total de dívidas a terceiros	4 242 724 983	34,5%	552 345 928	30,4%	76 265 727	21,1%	13,8%
Provisões para riscos e encargos	980 536 493	8,0%	223 417 036	12,3%	17 636 104	4,9%	7,9%
Acréscimos de Custos	520 288 467	4,2%	97 298 472	5,3%	31 625 708	8,8%	32,5%
Proveitos diferidos	6 553 126 636	53,3%	946 081 997	52,0%	235 076 130	65,2%	24,8%
Total do Passivo	12 296 676 579	100%	1 819 143 434	100%	360 603 668	100%	19,8%

Quadro 4.35 – Evolução do Passivo dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Passivo	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 17-18 %
Dívidas a Médio e Longo p.	40 233 529	42 033 330	36 630 849	32 773 573	31 437 995	30 029 251	26 071 485	23 994 486	-8,0%
Dívidas a Curto Prazo	76 553 889	57 719 394	52 489 486	45 622 836	45 430 939	46 107 050	48 055 859	52 271 241	8,8%
Total dívidas a terceiros	116 787 418	99 752 724	89 120 335	78 396 409	76 868 933	76 136 301	74 127 344	76 265 727	2,9%
Provisões p/riscos e encargos	5 481 831	9 698 754	8 061 185	12 880 793	11 757 852	11 037 012	12 862 715	17 636 104	37,1%
Acréscimos de Custos	18 455 161	19 613 703	27 164 199	26 257 949	26 502 778	28 812 218	28 374 649	31 625 708	11,5%
Proveitos diferidos	272 120 281	272 058 281	255 194 764	256 921 620	255 647 025	253 549 106	243 708 393	235 076 130	-3,5%
Total do Passivo	412 844 691	401 123 462	379 540 483	374 456 771	370 776 589	369 534 638	359 073 101	360 603 668	0,4%

A leitura dos quadros anteriores permitirá concluir que:

- O total das dívidas a terceiros no conjunto dos SM's²⁰⁷ foi, em 2018, de 76,3 milhões de euros representando 13,8% do valor homólogo dos municípios de que advêm, tendo aumentado neste ano +2,1 milhões de euros, isto é, +2,9%, em contra-ciclo com a descida da dívida a terceiros verificada em todo o setor municipal²⁰⁸;
- Contudo, ao analisar a evolução da dívida a terceiros no conjunto dos serviços municipalizados, entre 2011 e 2018, releva-se a descida verificada neste espaço de tempo de - 40,5 M€ (- 34,7%) passando de 116,8 M€ em 2011 para 76,3 M€ em 2018;
- Observando a estrutura da dívida a terceiros dos serviços municipalizados no ano de 2018 verificou-se que as dívidas a terceiros de médio e longo prazo representaram 31,5% do total das dívidas²⁰⁹, ficando os restantes 68,5% a corresponder à dívida de curto prazo. Relativamente aos respetivos municípios de tutela a situação foi inversa, isto é, a dívida de médio e longo prazo teve um peso manifestamente superior à dívida de curto prazo, numa relação de 68,3% para 31,7%;

²⁰⁷ Não considerando provisões, acréscimos de custos e proveitos diferidos.

²⁰⁸ Até 2017, os SM's tinham acompanhado a descida da dívida a terceiros verificada em todo o sector municipal por via da alteração de condições e critérios de gestão económico-financeira, tanto no que se referiu ao controlo de compromissos como no que se reportou ao limite dos prazos médios de pagamento.

²⁰⁹ Excluindo provisões, acréscimos de custos e proveitos diferidos.

- A dívida de médio e longo prazo dos serviços municipalizados, em 2018, apresentou uma descida de -8% (-2,1 M€) em relação ao ano precedente, sendo que, em relação a 2011 apresentou uma quebra, bem mais significativa, de -40,4% (-16,2M€). Mais se anota que a descida da dívida de mlp foi relativamente superior à verificada no conjunto dos municípios, a qual resultou numa descida média de -5,6% no ano económico em análise;
 - Em dezembro de 2018, a dívida de curto prazo dos serviços municipalizados no valor de 52,3 milhões de euros apresentou um aumento de +8,8% (+4,2M€) contrariando a descida do item homólogo verificada pela globalidade dos municípios em -34,5%. Contudo, a dívida de curto prazo dos serviços municipalizados entre 2011 e 2018 desceu -24,3 M€ (-31,7%), o que não deixou de representar um grande esforço de controlo da dívida por parte dos serviços municipalizados durante este período, pese embora a subida verificada no ano em apreço.
- O gráfico 4.06 permite visualizar a evolução das diferentes componentes do passivo considerando a globalidade dos serviços municipalizados.

Gráfico 4.06 – Evolução das componentes do Passivo dos Serviços Municipalizados

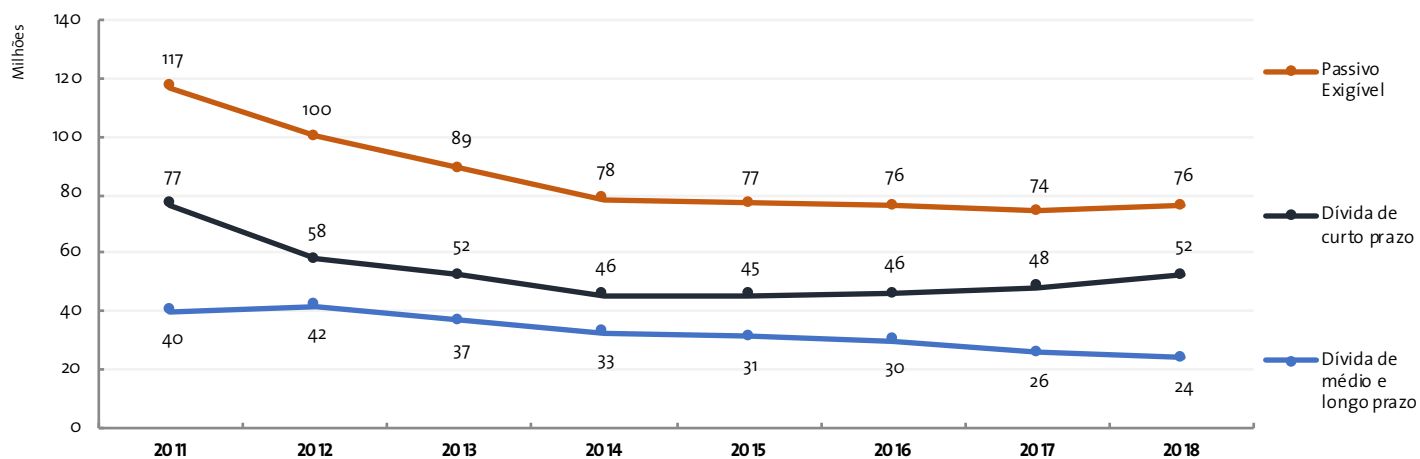
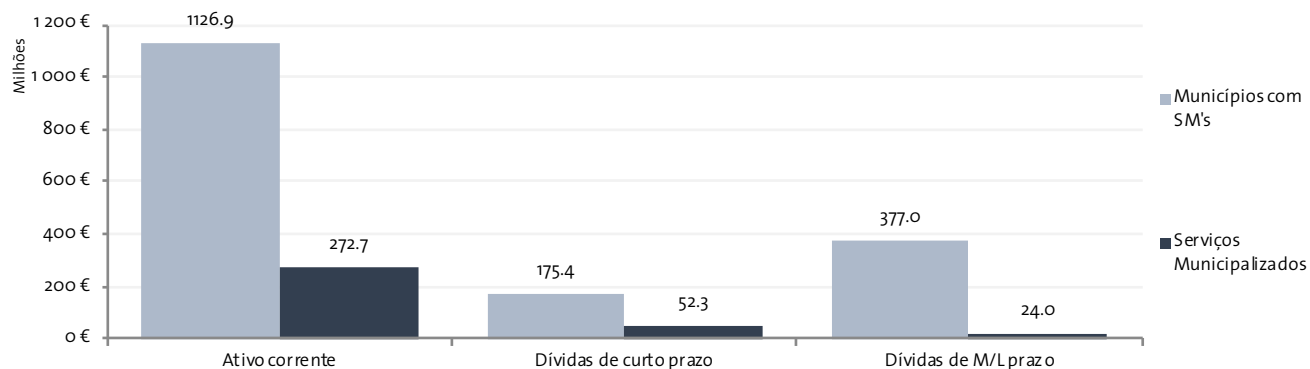


Gráfico 4.07 – Comparação da dívida e do ativo circulante entre SM's e Municípios c/ SM's



Quadro 4.36 – Passivo exigível dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Serviços Municipalizados	Passivo exigível								Varia. 17-18 %
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1 SMEAS da Maia	22 471 001	21 693 771	21 799 435	21 635 681	21 152 974	20 580 425	20 126 682	19 517 786	-3,0%
2 SIMAS de Oeiras e Amadora	7 131 359	9 342 798	10 561 242	11 002 780	10 826 247	12 411 818	10 204 826	16 004 736	56,8%
3 SMAS de Almada	8 911 995	7 951 025	7 458 723	7 522 486	9 172 795	8 656 663	9 621 846	7 606 928	-20,9%
4 SMAS de Viseu	4 420 975	4 197 165	3 492 034	3 710 827	4 466 608	5 163 667	5 605 404	5 188 932	-7,4%
5 SMTTC - Barreiro	5 619 526	5 210 111	4 777 664	4 476 787	4 305 031	4 349 547	4 427 122	3 069 743	-30,7%
6 SMAS - Alcobaça	15 470 848	10 207 330	8 506 495	3 066 398	1 127 164	5 033 615	4 237 502	3 656 274	-13,7%
7 SMAS de Sintra	7 461 646	5 857 468	2 749 559	2 197 940	2 921 043	2 842 653	2 552 680	2 520 977	-1,2%
8 SIMAR de Loures e Odivelas	11 193 689	7 138 744	4 627 469	3 918 115	3 280 274	2 705 627	2 242 938	1 988 113	-11,4%
9 SM de Angra do Heroísmo	3 205 822	2 448 534	2 285 806	2 272 692	1 877 068	1 636 248	1 737 753	1 532 122	-11,8%
10 SMAS de Leiria	8 611 003	7 816 292	6 237 591	4 972 302	3 556 446	2 872 914	1 656 232	2 615 734	57,9%
11 SMAS de Vila Franca Xira	586 030	680 121	701 394	741 103	2 137 060	1 097 516	1 536 758	665 649	-56,7%
12 SMA de Abrantes	459 918	434 629	534 969	486 192	506 310	471 992	1 533 814	1 914 056	24,8%
13 SMAS Torres Vedras	4 822 039	4 396 897	3 856 019	3 875 334	3 155 429	1 475 455	1 363 227	1 488 672	9,2%
14 SMAS de Tomar	2 488 117	1 863 073	1 572 339	1 318 322	1 505 516	1 183 440	1 249 257	2 357 726	88,7%
15 SM de Castelo Branco	1 302 019	1 435 031	1 532 998	1 499 719	1 721 508	1 417 711	1 228 414	1 172 510	-4,6%
16 SMSBVC - Viana Castelo	2 003 765	1 587 264	1 243 607	899 749	1 078 111	907 561	1 119 223	1 311 659	17,2%
17 Serviços Municip. de Nazaré	819 265	581 781	663 548	623 167	385 716	260 846	1 075 285	687 870	-36,0%
18 SMAS do Montijo	2 741 988	1 737 196	2 121 055	1 682 420	1 252 415	812 911	504 553	395 757	-21,6%
19 SMAS de Ponta Delgada	820 129	454 864	439 362	366 188	562 397	478 247	498 712	492 067	-1,3%
20 SMTUC - Coimbra	4 256 154	3 246 401	2 831 228	933 233	791 367	618 308	484 719	595 626	22,9%
21 SMAT Portalegre	679 158	539 975	560 270	462 951	305 491	303 191	475 674	579 867	21,9%
22 SMAS de Caldas da Rainha	922 887	553 704	407 835	546 813	524 631	513 260	433 342	429 024	-1,0%
23 SMAS de Peniche	388 084	378 551	157 389	178 564	205 705	216 184	116 188	308 179	165,2%
24 Teatro Municipal de Faro - SM	--	--	2 303	6 644	51 629	126 503	95 193	165 722	74,1%
Total	116 787 418	99 752 724	89 120 335	78 396 409	76 868 933	76 136 301	74 127 344	76 265 727	2,9%

– Com valores relevantes de passivo exigível apontam-se os SM's da Maia e os SM's de Oeiras / Amadora, que registaram, respetivamente, os montantes de 19,5M€ e de 16M€ embora com tendências evolutivas diferentes. O primeiro com uma diminuição de -3% e o segundo com um acréscimo de +56,8% em relação ao ano anterior. Anota-se que a soma da dívida destes dois serviços municipalizados representou 46,6% da dívida exigível ao total dos serviços municipalizados.

– Será de referir que, em 2018, dez dos vinte e quatro serviços municipalizados apresentaram acréscimo de passivo exigível, sendo que cinco deles apresentaram um aumento superior a 50%: SIMAS

de Oeiras e Amadora (+56,8%); SMAS de Leiria (+57,9%); SMAS de Tomar (+88,7%); SMAS de Peniche (+165,2%) e Teatro Municipal de Faro - Serviços Municipalizados (+74,1%).

4.2.3. Proveitos, Custos e Resultados dos Serviços Municipalizados

4.2.3.1. Custos dos Serviços Municipalizados (SM's)

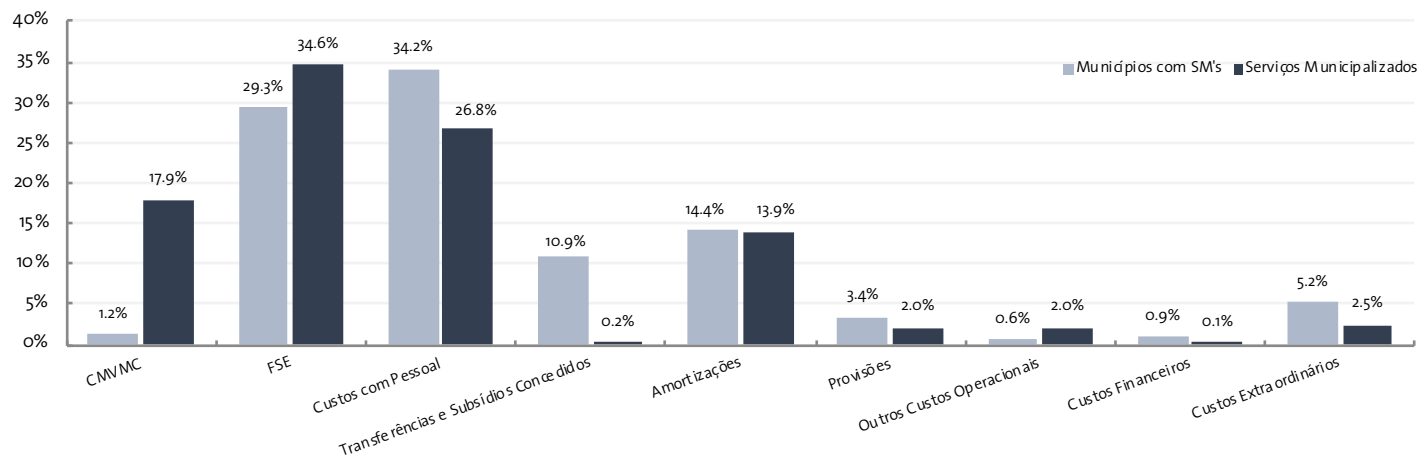
O Quadro 4.37 e o Gráfico 4.08 apresentam a estrutura dos custos dos SM's, comparando-a com a dos custos homólogos das autarquias que os tutelam e com a dos municípios em geral.

Quadro 4.37 – Estrutura dos custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem

Unidade: euros

Custos	Municípios (308)		Municípios c/SM's (26)		Serviços Municipalizados (24)		SM's / Municípios com SM's
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
CMVMC	187 626 661	2,4%	16 373 662	1,2%	74 073 672	17,9%	452,4%
Fornecimentos e serviços externos	2 132 512 724	27,2%	401 820 606	29,3%	143 087 255	34,6%	35,6%
Custos com Pessoal	2 446 552 729	31,2%	468 479 906	34,2%	110 627 909	26,8%	23,6%
Transferências e Subsídios concedidos	764 894 732	9,8%	149 873 463	10,9%	725 254	0,2%	0,5%
Amortizações	1 397 238 812	17,8%	197 203 138	14,4%	57 492 700	13,9%	29,2%
Provisões	183 149 152	2,3%	46 668 450	3,4%	8 236 333	2,0%	17,6%
Outros Custos Operacionais	46 103 738	0,6%	8 101 795	0,6%	8 402 184	2,0%	103,7%
Custos Financeiros	99 945 749	1,3%	11 708 707	0,9%	362 277	0,1%	3,1%
Custos Extraordinários	579 632 436	7,4%	70 693 132	5,2%	10 188 538	2,5%	14,4%
Total de custos	7 837 656 733	100%	1 370 922 859	100%	413 196 121	100%	30,1%

Gráfico 4.08 – Estrutura dos Custos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



Da leitura do quadro e do gráfico supra, conclui-se:

– A maior componente de custos em 2018 foi a de custos com fornecimentos e serviços externos com o peso de 34,6% nos custos totais, tendo apresentado um diferencial em relação ao peso dos custos com pessoal (estes representando 23,6% na estrutura de custos) de +7,9pp. Trata-se de uma situação inversa à verificada tanto na estrutura de custos dos municípios em geral, como no grupo dos municípios que detêm os serviços municipalizados. Em ambos os casos o peso dos custos com pessoal foi superior ao peso dos custos com fornecimentos e serviços externos em, respetivamente, +4pp e +4,9pp.

– Outro custo relevante na estrutura dos custos dos serviços municipalizados foi o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, o qual representou 17,9% dos custos totais ao apresentar, em 2018, o valor de 74,1M€.

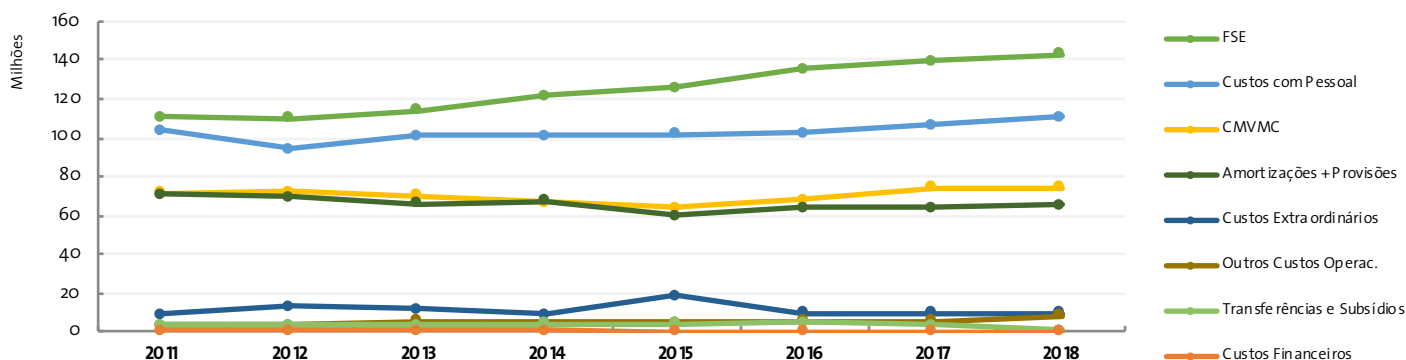
– Anota-se o peso elevado das amortizações representando 13,9% dos custos totais dos serviços municipalizados, sendo, todavia, inferior em 3,9pp ao peso médio verificado no universo dos municípios. Para complemento da informação prestada, apresenta-se no Quadro 4.38 e no Gráfico 4.09 a evolução dos valores das diferentes componentes dos custos dos serviços municipalizados entre 2011 e 2018.

Quadro 4.38 – Evolução dos custos dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Custos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varia. 17-18 %
CMVMC	71 651 401	72 293 055	69 993 248	66 815 575	63 904 297	68 553 630	74 500 488	74 073 672	-0,6%
Fornecimentos e serviços externos	111 051 120	110 047 018	114 383 707	121 855 363	126 045 011	135 742 593	139 411 386	143 087 255	2,6%
Custos com Pessoal	104 170 584	94 568 247	101 405 863	100 984 247	101 795 097	102 802 616	106 845 688	110 627 909	3,5%
Transferências e Subsídios concedidos	3 894 164	3 978 167	3 972 741	4 077 590	4 497 383	4 953 925	3 761 101	725 254	-80,7%
Amortizações	59 415 811	59 208 052	59 863 888	57 937 672	55 644 817	57 735 566	58 168 176	57 492 700	-1,2%
Provisões	11 286 899	10 044 464	6 144 293	9 398 509	4 425 100	6 214 427	5 746 892	8 236 333	43,3%
Outros Custos Operacionais	3 620 861	3 668 862	5 631 587	5 064 829	4 956 823	5 745 580	5 708 906	8 402 184	47,2%
Custos Financeiros	1 253 845	891 838	1 071 892	1 240 126	471 023	351 293	387 135	362 277	-6,4%
Custos Extraordinários	9 514 718	13 636 918	11 873 885	9 222 607	18 622 061	9 714 127	9 689 426	10 188 538	5,2%
Total de custos	375 859 401	368 336 620	374 341 102	376 596 519	380 361 611	391 813 757	404 219 198	413 196 121	2,2%

Gráfico 4.09 – Evolução das componentes de Custos dos Serviços Municipalizados



– Em complemento ao já referenciado supra, em 2018, os custos em fornecimentos e serviços externos ao totalizarem 143,1M€ apresentaram um crescimento de +2,6% (+3,7 M€) e os custos com pessoal ao somarem 110,6M€ aumentaram +3,5% (+3,8M€).
 – Bastante representativa foi a descida de custos registados em Transferências e Subsídios Concedidos, os quais baixaram -80,7% ao passarem de 3,8 M€ em 2017 para apenas 725 milhares de euros em 2018.

4.2.3.2. Proveitos dos SM'S

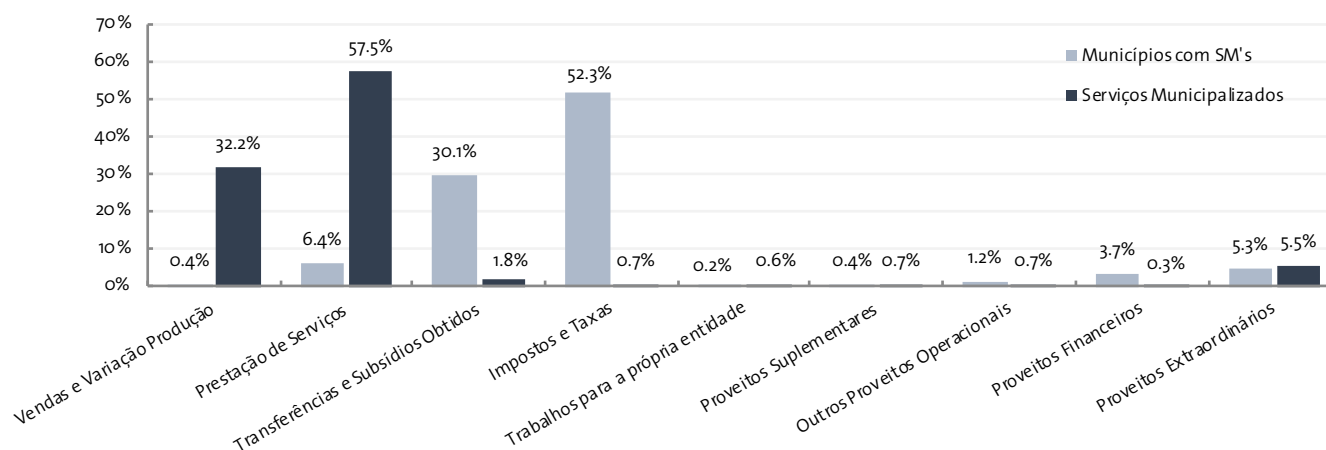
Os Quadros 4.39 e 4.40 bem como o Gráfico 4.10 apresentam a estrutura de proveitos dos serviços municipalizados, permitindo a sua comparação com os proveitos homólogos das autarquias que os tutelam e com os proveitos do universo dos municípios.

Quadro 4.39 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados, dos Municípios a que correspondem e do universo dos municípios

Unidade: euros

Proveitos	Municípios (308)		Municípios c/ SMs (26)		Serviços Municipalizados (24)		SM's / Municípios
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	%
Vendas e Variação da Produção	184 812 341	2,2%	6 233 334	0,4%	136 880 777	32,2%	2195,9%
Prestação de Serviços	703 941 872	8,5%	98 607 364	6,4%	244 058 830	57,5%	247,5%
Outras Situações	628 516	0,0%	337 683	0,0%	-102 282	0,0%	-30,3%
Impostos e Taxas	3 408 354 928	41,0%	799 242 149	52,3%	3 175 727	0,7%	0,4%
Transferências e Subsídios obtidos	2 879 248 942	34,6%	460 726 361	30,1%	7 677 040	1,8%	1,7%
Trabalhos para a própria entidade	16 859 635	0,2%	2 459 969	0,2%	2 681 424	0,6%	109,0%
Proveitos Suplementares	60 874 932	0,7%	6 719 878	0,4%	3 079 579	0,7%	45,8%
Outros Proveitos Operacionais	74 899 474	0,9%	18 219 799	1,2%	2 815 521	0,7%	15,5%
Proveitos Financeiros	217 569 730	2,6%	56 342 785	3,7%	1 140 419	0,3%	2,0%
Proveitos Extraordinários	763 016 848	9,2%	80 699 439	5,3%	23 270 190	5,5%	28,8%
Total de proveitos	8 310 207 217	100%	1 529 588 762	100%	424 677 224	100%	27,8%

Gráfico 4.10 – Estrutura dos Proveitos dos Serviços Municipalizados e dos Municípios a que correspondem



– Relativamente à estrutura dos proveitos, verifica-se uma grande diferenciação quanto à origem dos mesmos nas autarquias e nos serviços municipalizados. Assim, as principais fontes financeiras dos serviços municipalizados são a prestação de serviços e as vendas e variação da produção, respetivamente, com os pesos de 57,5% e de 32,2% no total dos proveitos. As autarquias ao transferirem para os serviços municipalizados as atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis²¹⁰, prescindiram dos respetivos proveitos, o que se refletiu na estrutura dos mesmos, representando o valor das correspondentes rubricas contabilísticas um peso muito menor nos proveitos totais – respetivamente 6,4% e 0,4%.

– Face ao exposto e decorrente da delegação de competências das autarquias nos serviços municipalizados, tanto o volume das **vendas e variação da produção** como o produto da **prestação de**

²¹⁰ Cujo preço de venda deverá, sempre, refletir o custo de todas as componentes de produção. Caso o preço de venda ao público seja inferior ao custo, por deliberação da Assembleia Municipal, aplicando-se preços sociais, os serviços municipalizados auferirão das correspondentes indemnizações compensatórias.

serviços do conjunto dos serviços municipalizados, não são comparáveis com os montantes de proveitos homólogos do grupo dos municípios que detêm os SM's, face ao elevado diferencial de valores. Os montantes registados em 2018 de **136,6 M€ de vendas e de 244,1 M€ de prestação de serviços** só serão comparáveis com os valores dos proveitos homólogos da globalidade dos municípios correspondendo, respetivamente, a 74,1% e 34,7% dos mesmos. **Anote-se a desproporção verificada quando se comparam os valores destes proveitos com os homólogos auferidos pelos municípios de tutela, registando-se as razões, respetivamente de 2195,9% e 247,5%.**

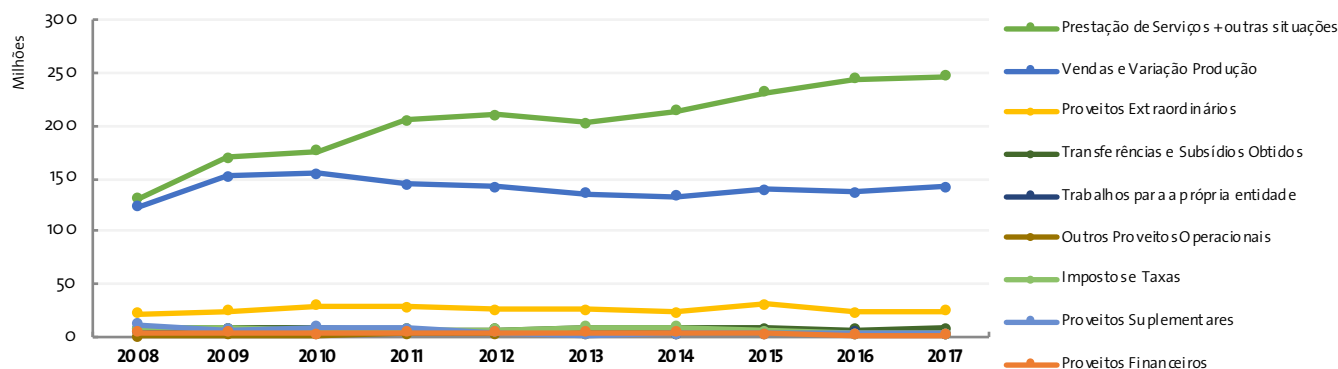
– Ainda em relação à estrutura de proveitos apresentada para o grupo dos SM's, aponta-se o **peso excessivo dos proveitos extraordinários** ao representarem 5,5% do total de proveitos e o montante de 23,3M€, em 2018. Observa-se, todavia, que a representatividade deste proveito, está em linha com a representatividade homóloga na estrutura de proveitos no conjunto dos municípios que tutelam os SMs (5,3%) e, foi inferior à verificada para o universo dos municípios (9,2%).

Quadro 4.40 – Evolução dos Proveitos dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

Proveitos	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varia. 17-18 %
Vendas e Variação da Produção	142 200 980	139 309 353	133 395 573	130 441 651	137 115 694	134 739 172	139 346 282	136 880 777	-1,8%
Prestação de Serviços	202 762 332	208 113 231	200 750 434	211 811 568	229 787 703	241 801 859	244 033 412	244 058 830	0,0%
Outras Situações	-254 218	-510 689	-76 402	-102 331	-431 710	-330 281	-118 192	-102 282	-13,5%
Impostos e Taxas	5 923 931	6 024 357	8 420 560	8 960 073	4 535 754	2 579 081	2 691 617	3 175 727	18,0%
Transferências e Subsídios obtidos	6 511 489	5 915 390	7 127 254	7 567 773	7 693 452	6 832 568	7 310 862	7 677 040	5,0%
Trabalhos para a própria entidade	3 645 958	3 482 793	3 383 349	2 933 570	3 331 466	3 179 124	2 760 847	2 681 424	-2,9%
Proveitos Suplementares	8 018 935	3 632 615	1 778 390	2 623 333	2 327 900	2 384 420	2 387 679	3 079 579	29,0%
Outros Proveitos Operacionais	1 850 598	2 057 412	2 191 571	2 457 235	2 083 342	2 704 164	2 909 464	2 815 521	-3,2%
Proveitos Financeiros	4 020 557	4 330 748	3 300 723	3 384 046	2 483 637	1 629 651	1 351 165	1 140 419	-15,6%
Proveitos Extraordinários	26 192 167	24 883 979	24 636 057	22 695 214	29 851 027	21 866 839	23 967 684	23 270 190	-2,9%
Total de proveitos	400 872 729	397 239 190	384 907 512	392 772 131	418 778 264	417 386 597	426 640 820	424 677 224	-0,5%

Gráfico 4.11 – Evolução das componentes de Proveitos dos Serviços Municipalizados



– Ainda em relação à evolução dos proveitos no conjunto dos serviços municipalizados verificou-se que em 2018 o volume total dos mesmos desceu -0,5% (-2M€), face ao registo global de 424,7 M€.

– Embora a descida percentual de proveitos oriundos das vendas e variação da produção tenha tido pouco significado (-1,8%), foi a rubrica económica que apresentou maior diminuição de valor (-2,5M€) ao totalizar o montante de 136,9M€. Quanto ao produto das prestações de serviços, verificou-se que o mesmo, na globalidade, teve o aumento quase impercetível de +0,01% (+25mil euros) ao apresentar o resultado de 244,1 M€.

– Não se pode deixar de referir o aumento de proveitos suplementares, os quais cresceram a uma taxa de +29% (+692 milhares de euros) ao totalizar, para todo o setor de SM's, o montante 3,1M€. De igual modo se anotam: a descida do montante registado em proveitos financeiros (-15,6%, -211 milhares de euros) ao somar 1,1M€ e, o acréscimo dos proveitos resultantes de impostos e taxas em +18% (+484 milhares de euros) ao registar a verba global de 3,2M€.

4.2.3.3. Resultados económicos dos SM's

No Quadro 4.41 apresentam-se os resultados económicos de 2018, dos serviços municipalizados e sua comparação com os resultados dos municípios em geral e com os do grupo dos municípios que detêm serviços municipalizados. No Quadro 4.42 apresenta-se a evolução dos resultados económicos da globalidade dos serviços municipalizados entre 2011 e 2018.

Quadro 4.41 – Informação sobre estrutura económica

	Municípios	Municípios com SMs	Serviços Municipalizados
N.º de entidades analisadas	308	26	24
População (INE 2018)	10 276 617	2 671 807	2 671 807
Custos com Pessoal/custos totais	31,2%	34,2%	26,8%
Resultados económicos	472 550 484€	158 665 903€	11 481 103€
Resultados económicos/Proveitos	5,7%	10,4%	2,7%
Resultados económicos por habitante	45,98 €	59,39 €	4,30 €
N.º de entidades com resultados negativos	121	3	5

Quadro 4.42 – Evolução da situação económica dos Serviços Municipalizados

Unidade: euros

	Serviços Municipalizados								Variação 17-18
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Nº de entidades analisadas	24	24	25	25	25	25	25	24	-1
População (INE)	2 669 804	2 668 450	2 661 014	2 655 250	2 657 586	2 661 143	2 666 344	2 671 807	5 463
Custos com Pessoal/custos totais	27,7%	25,7%	27,1%	26,8%	26,8%	26,2%	26,4%	26,8%	0,3%
Resultados económicos	25 013 328	28 902 570	10 566 410	16 175 612	38 416 653	25 572 840	22 421 622	11 481 103	-10 940 519
Resultados económicos/Proveitos	6,2%	7,3%	2,7%	4,1%	9,2%	6,1%	5,3%	2,7%	-2,6%
Resultados económicos por habitante	9,37 €	10,83 €	3,97 €	6,09 €	14,46 €	9,61 €	8,41 €	4,30 €	-4,11 €
N.º de entidades com resultados negativos	5	4	9	11	0	3	5	5	0
Resultados Operacionais	5 569 166	14 216 599	-4 424 594	559 085	25 175 074	12 141 769	7 179 334	-2 378 691	-9 558 025
Custos Financeiros	1 253 845	891 838	1 071 892	1 240 126	471 023	351 293	387 135	362 277	-24 858
N.º de entidades com Resultados Operacionais + Custos Financeiros negativos	15	11	16	17	10	14	12	15	3

Da comparação da estrutura económica e dos respetivos resultados entre os serviços municipalizados e as autarquias, o que se oferece reforçar ao já supra mencionado, será:

- Nos serviços municipalizados o peso dos custos com pessoal nos custos totais foi inferior ao verificado no universo dos municípios (-4,4pp) e ao verificado no conjunto das autarquias que os tutelam (-7,4pp);
- A razão entre os resultados económicos e os proveitos nos serviços municipalizados foi inferior em -3pp ao valor do mesmo índice no universo dos municípios e, bastante inferior (-7,7pp) ao determinado para o grupo dos municípios que detêm serviços municipalizados;
- De igual modo o índice que traduz os resultados económicos por habitante foi bastante inferior no contexto dos serviços municipa-

lizados (4,3€), aos homólogos obtidos no conjunto dos municípios de tutela (59,39€) e no universo dos municípios (45,98€).

Da análise da evolução da situação económica dos serviços municipalizados será de referir, ainda:

- Os resultados económicos na globalidade do SM's baixaram 10,9 M€, isto é, desceram 48,8%;
- Em 2018, cinco²¹¹ serviços municipalizados apresentaram resultados líquidos negativos e quinze serviços municipalizados apresen-

²¹¹ SMAS de Almada, SMAS de Tomar, SM de Castelo Branco, SIMAR de Loures e Odivelas e SMA de Abrantes. Em 2017 estiveram já nesta situação os SMAS de Almada, SMAS de Tomar e SMA de Abrantes.

taram resultados operacionais negativos quando acrescidos dos custos financeiros;

– Os resultados operacionais²¹², considerando a globalidade dos serviços municipalizados, surgem pela primeira vez, desde 2011, com sinal negativo ao registar -2,4M€, isto é, uma diminuição de -9,6M€. Apesar de se terem verificado resultados operacionais

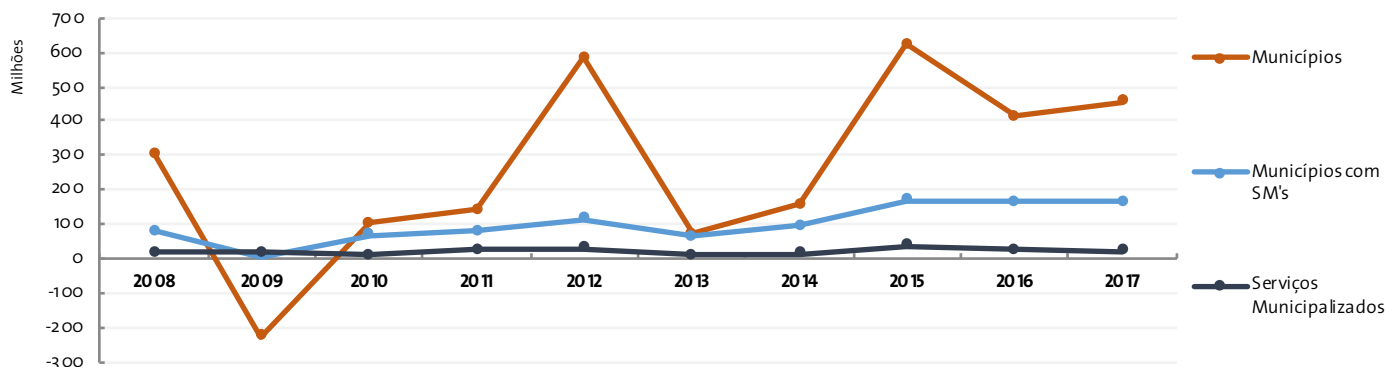
²¹² Poderia ser expectante que a diminuição dos resultados operacionais associados a aumento de custos e a uma diminuição de proveitos, num serviço público, pudesse traduzir uma maior produção de outputs que permitissem uma melhor satisfação das necessidades dos utentes e uma maior e mais eficaz cobertura de fornecimento de bens e serviços, bem como uma diminuição das tarifas para certos setores mais desfavorecidos da população. Pela simples análise das contas e dos relatórios não se obtêm indicadores para medição da satisfação dos utentes e da eficácia do serviço prestado, nem o conhecimento de políticas públicas que possam diferenciar a aplicação de taxas e tarifas de serviços a grupos específicos de munícipes.

negativos em quinze serviços municipalizados, contribuíram mais, para esta situação, dois desses serviços: SMAS de Almada com o resultado de -4.241.001€ e o SMAS de Viseu com o resultado de -4.014.744 €.

No Gráfico 4.12 comparam-se as linhas de evolução dos resultados económicos dos serviços municipalizados, do universo dos municípios e do grupo de municípios que tutelam serviços municipalizados.

Os Quadros 4.43 e 4.44 apresentam os serviços municipalizados, respetivamente, com resultados económicos positivos e negativos.

Gráfico 4.12 – Evolução dos Resultados Económicos



Quadro 4.43 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos positivos

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varia. 17-18 %
1 SIMAS de Oeiras e Amadora	8 838 822	9 831 645	7 933 249	10 736 758	14 672 922	9 719 478	8 040 679	3 682 093	-54,2%
2 SMAS de Ponta Delgada	1 162 685	1 176 921	1 057 706	1 433 834	1 755 895	2 218 560	2 809 732	2 750 759	-2,1%
3 SMAS de Leiria	-357 741	-1 412 836	-2 559 327	-170 005	2 626 873	4 195 399	4 625 046	2 750 000	-40,5%
4 SMEAS - Maia	1 392 008	1 585 798	616 081	276 236	831 421	1 012 871	1 887 912	1 356 209	-28,2%
5 SMSBVC - Viana Castelo	1 662 656	1 093 531	781 669	400 717	195 544	1 544 215	1 775 944	1 346 761	-24,2%
6 SMAS de Sintra	3 567 043	2 268 515	804 069	-214 957	1 315 273	-402 587	1 385 398	829 924	-40,1%
7 SMTIC - Barreiro	-525 493	440 627	293 981	-26 448	451 339	30 623	-205 600	670 729	-426,2%
8 SMAS de Vila Franca Xira	2 467 652	2 724 828	1 527 632	1 793 264	2 163 540	767 647	317 464	582 177	85,0%
9 SMAS de Caldas da Rainha	28 786	161 978	-504 056	-472 954	224 866	467 064	798 349	492 203	-38,3%
10 SMAS de Viseu	1 093 310	1 149 392	1 227 121	1 096 681	1 989 753	1 003 843	95 710	459 845	380,5%
11 SM de Angra do Heroísmo	92 696	-189 992	-304 082	-422 103	190 168	88 434	153 770	455 271	196,1%
12 SMAS Torres Vedras	399 616	1 034 206	-402 264	-780 789	4 576 143	1 368 728	1 268 625	299 391	-76,4%
13 SMAS do Montijo	-1 018 731	-249 338	-256 417	-200 646	53 768	116 454	545 585	288 849	-47,1%
14 SMTUC - Coimbra	-285 628	-87 648	189 638	-24 573	396 232	-164 048	187 729	231 311	23,2%
15 SMAS - Alcobaca	114 557	617 371	-1 279 119	-968 435	272 753	434 116	258 698	220 521	-14,8%
16 SMAT - Portalegre	70 824	22 162	-132 816	-91 635	174 193	105 794	738 338	142 944	-80,6%
17 SMAS de Peniche	580 528	96 672	-296 591	185 084	871 766	757 002	696 183	132 742	-80,9%
18 Teatro Municipal de Faro - SM	--	--	194 715	-93 070	77 557	-126 998	-132 698	45 957	-134,6%
19 Serviços Municip. de Nazaré	-105 812	528 634	127 388	150 726	240 558	79 903	118 607	192	-99,8%

Quadro 4.44 – Serviços Municipalizados com Resultados económicos negativos

Unidade: euros

Serviço Municipalizado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varia
1 SMAS de Almada	729 711	1 858 054	-1 152 202	1 144 922	1 682 631	415 110	-3 189 808	-3 429 488	7,5%
2 SMAS de Tomar	397 746	482 698	109 165	10 868	561 104	166 473	-238 793	-613 724	157,0%
3 SM de Castelo Branco	1 887 762	1 845 844	1 937 869	1 682 310	1 217 218	618 761	460 620	-538 136	-216,8%
4 SIMAR de Loures e Odivelas	2 729 229	3 549 157	597 424	660 311	1 832 517	1 122 819	181 971	-437 245	-340,3%
5 SMA de Abrantes	91 102	374 349	55 576	69 516	42 619	33 176	-157 837	-243 183	54,1%

4.3. Grupo autárquico

Consideramos Grupo Autárquico, “o grupo composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”¹⁶⁷.

¹⁶⁷ Número 3 do artigo 75.º da LFL

Apresentam-se, assim, as contas consolidadas¹⁶⁸ obtidas de 135¹⁶⁹ grupos autárquicos, conforme listagens que se elencam,

¹⁶⁸ Conforme disposto no n.º 1 do mesmo artigo 75.º da LFL, “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

¹⁶⁹ No ano de 2017 foi obtida informação de 144 grupos autárquicos. Em 2018, desses 144 grupos autárquicos, 9 deixaram de ser considerados como tal, por dissolução de entidades empresariais de intervenção municipal e outras 6 não apresentaram contas consolidadas.

sucessivamente no Quadro 4.46 (Principais componentes do Ativo em 2018); no Quadro 4.47 (Principais componentes do Património Líquido); no Quadro 4.48 (Principais componentes do

Passivo); no Quadro 4.49 (Principais componentes dos Gastos) e no Quadro 4.50 (Principais componentes dos Rendimentos), tendo-se optado pelos itens que se consideram mais ilustrativos da atividade financeira do grupo autárquico.

Entretanto outros cinco municípios apresentaram, em 2018, contas consolidadas: Boticas; Lajes do Pico; Ponta Delgada; São João da Madeira; Viana do Castelo e Vila Franca do Campo.

Quadro 4.46 – Principais componentes do Ativo 2018

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	Ativo fixo corpóreo, incorpóreo e bens de domínio público		Investimentos financeiros		Dívidas a receber		Disponibilidades		Outros ativos		Total ATIVO	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	2 542,734	2 726,698	153,310	54,406	79,710	110,911	160,064	230,699	184,654	187,053	3 120,472	3 309,767
Porto	1 302,349	1 432,717	123,324	38,408	6,071	22,415	88,368	111,577	101,135	104,643	1 621,247	1 709,761
Loures	1 313,357	1 339,675	19,848	16,536	4,204	7,345	27,458	31,841	34,717	38,798	1 399,585	1 434,196
Funchal	980,034	980,443	2,162	1,984	12,123	11,792	10,471	10,662	22,860	23,286	1 027,649	1 028,167
Sintra	582,956	664,549	85,456	84,779	2,665	9,966	144,401	157,561	68,063	72,524	883,541	989,378
Vila Nova Gaia	702,786	829,569	74,890	12,351	16,229	24,466	25,061	31,782	58,229	60,441	877,195	958,609
Coimbra	602,080	671,789	53,086	11,157	22,184	27,131	39,325	56,452	5,084	8,136	721,759	774,664
Matosinhos	629,617	630,436	4,094	3,788	16,750	17,179	37,275	39,019	39,949	39,999	727,685	730,421
Oeiras	475,561	550,382	19,804	17,053	3,304	14,147	114,014	127,528	12,255	14,011	624,939	723,121
Braga	466,024	583,251	58,497	24,585	13,006	13,112	2,995	4,808	35,834	36,497	576,356	662,252
Cascais	454,112	503,988	59,195	47,313	5,027	9,589	68,884	73,637	10,399	11,225	597,617	645,752
Guimarães	430,087	484,187	20,200	5,330	8,106	8,307	17,407	28,489	29,083	28,718	504,884	555,030
Maia	379,296	445,883	17,417	14,029	4,091	7,797	24,938	32,911	4,169	6,594	429,912	507,215
Amadora	281,455	351,878	10,290	10,265	5,674	14,442	93,051	102,417	24,678	25,594	415,147	504,597
Castelo Branco	327,962	358,387	54,091	5,239	0,158	2,873	30,533	102,179	7,584	8,415	420,328	477,094
V.F. Xira	353,731	405,520	4,566	4,566	9,111	10,799	25,791	29,539	21,331	22,439	414,530	472,862
Almada	289,197	343,331	35,321	34,276	4,501	8,156	36,923	43,194	38,201	38,146	404,144	467,103
Loulé	309,902	323,904	6,605	6,591	3,967	3,474	81,329	86,348	4,993	5,716	406,796	426,033
Viseu	200,030	335,316	19,584	13,861	2,816	2,902	24,776	28,040	21,907	24,076	269,114	404,195
Leiria	234,339	279,690	18,264	18,265	1,351	5,638	50,514	63,022	28,842	29,323	333,311	395,938
Portimão	273,499	306,042	34,814	10,534	8,661	8,222	23,993	33,910	26,800	28,232	367,767	386,939
Aveiro	268,323	268,330	7,689	7,689	6,018	6,143	49,241	49,317	4,736	4,737	336,005	336,215
Santa Maria Feira	268,889	269,828	4,666	3,639	3,295	3,426	33,969	34,047	23,431	23,672	334,250	334,612
Vila do Conde	278,118	278,118	3,418	3,418	0,551	0,551	11,758	11,758	17,708	17,708	311,553	311,554
Covilhã	185,815	283,200	70,973	1,560	2,216	4,331	0,911	2,253	13,948	17,905	273,863	309,248
Lagos	219,648	224,211	11,650	9,842	5,793	6,325	27,415	28,762	18,663	19,435	283,170	288,574

Grupo autárquico	Ativo fixo corpóreo, incorpóreo e bens de domínio público		Investimentos financeiros		Dívidas a receber		Disponibilidades		Outros ativos		Total ATIVO	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Mafra	225,743	229,015	9,061	1,524	3,417	4,091	17,021	17,819	27,099	27,450	282,341	279,899
Ponta Delgada	173,817	238,359	12,146	1,486	3,310	5,680	6,393	16,127	9,364	17,214	205,029	278,866
Viana do Castelo	209,238	239,831	24,988	24,988	2,629	8,909	2,022	3,927	0,102	0,289	238,979	277,944
V.R.S. António	127,697	174,282	43,518	47,072	4,458	38,961	1,004	3,465	7,882	8,445	184,560	272,225
Santarém	160,100	232,373	60,740	5,437	5,120	7,296	7,706	10,847	13,624	14,495	247,290	270,448
Odivelas	207,270	224,147	3,535	3,535	3,490	6,256	19,024	21,254	4,547	7,409	237,866	262,601
Valongo	217,277	236,153	1,669	1,654	1,433	1,510	5,415	6,199	15,893	15,896	241,687	261,412
Tavira	201,130	216,782	3,748	8,978	0,540	1,768	18,723	19,424	9,074	10,456	233,214	257,409
Barcelos	195,241	195,463	3,702	3,720	14,517	17,054	20,401	20,420	11,271	11,307	245,132	247,964
Pombal	229,180	229,344	1,754	1,435	1,591	1,790	10,037	10,478	0,909	0,964	243,471	244,011
Figueira da Foz	178,552	193,346	9,022	3,044	2,313	2,510	10,533	11,106	20,694	21,104	221,114	231,110
Bragança	192,943	202,391	10,309	9,293	1,512	2,344	9,031	9,175	7,101	7,116	220,897	230,319
Santo Tirso	192,415	193,317	4,336	4,329	12,095	12,120	3,007	3,190	10,310	10,312	222,163	223,268
Vila Real	136,956	177,118	49,421	10,883	0,655	2,361	1,880	7,955	8,284	9,389	197,197	207,705
Guarda	175,934	175,934	4,473	4,461	5,218	5,218	8,074	8,074	9,691	9,691	203,390	203,378
Évora	154,575	178,683	27,507	3,253	2,812	3,344	2,502	5,722	10,331	10,336	197,728	201,337
Paços de Ferreira	180,812	188,094	12,390	1,035	0,568	0,694	1,425	1,566	6,635	6,640	201,829	198,029
Faro	125,394	163,387	18,953	6,905	0,489	4,124	9,461	16,316	1,054	2,299	155,352	193,032
Abrantes	149,747	166,175	17,169	4,720	0,289	1,624	8,540	10,481	8,995	9,506	184,741	192,506
Felgueiras	159,258	166,084	4,269	1,957	2,253	5,476	6,890	7,306	8,898	8,928	181,569	189,752
Torres Vedras	137,289	165,204	4,899	5,171	1,515	3,055	4,781	11,795	2,499	4,114	150,984	189,340
Chaves	155,595	157,002	6,304	4,957	3,294	3,324	5,811	5,830	8,135	8,235	179,138	179,348
Póvoa de Varzim	164,267	164,409	3,327	2,911	2,497	2,558	2,461	2,727	1,466	1,634	174,017	174,240
S. J. Madeira	145,708	158,698	2,304	0,567	0,626	1,536	2,157	2,446	6,007	6,007	156,803	169,253
Fundão	141,407	144,394	4,494	6,106	7,041	8,236	1,359	1,393	5,359	5,397	159,660	165,526
Ribeira Grande	151,055	151,066	0,598	0,546	1,513	2,699	2,348	2,614	0,771	0,827	156,285	157,752
Caldas da Rainha	110,916	141,513	1,977	1,977	0,265	1,131	5,029	9,741	1,064	1,108	119,251	155,470
Torres Novas	135,748	135,748	5,055	5,055	0,894	0,894	2,568	2,568	8,640	8,640	152,905	152,905
Olhão	109,969	131,534	15,644	4,687	0,771	4,687	7,539	8,238	1,917	2,726	135,841	151,873
Cantanhede	91,706	132,656	16,214	1,540	1,180	3,181	3,024	3,874	6,904	8,035	119,029	149,285
Lousada	133,484	133,792	1,596	1,359	1,928	1,971	2,817	2,849	3,794	3,800	143,619	143,771
Barreiro	105,297	106,017	3,893	3,893	1,713	2,633	8,277	8,522	17,060	17,352	136,241	138,417
Arcos de Valdevez	129,328	129,328	1,120	1,719	1,231	1,231	2,680	2,680	2,919	2,919	137,279	137,878
Esposende	93,856	121,196	25,309	4,962	0,513	1,644	6,032	6,219	1,599	0,971	127,309	134,992
Beja	106,712	124,895	7,995	1,746	0,428	3,123	1,113	1,557	0,900	1,076	117,147	132,397
Sines	121,256	124,383	2,202	1,082	1,730	2,685	0,608	0,716	2,482	2,484	128,278	131,349
Marinha Grande	107,920	108,247	2,005	1,668	1,014	1,032	13,626	14,097	2,195	2,246	126,761	127,290

Grupo autárquico	Ativo fixo corpóreo, incorpóreo e bens de domínio público		Investimentos financeiros		Dívidas a receber		Disponibilidades		Outros ativos		Total ATIVO	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Moura	76,670	79,434	44,330	42,267	0,787	2,773	0,201	0,295	2,023	2,073	124,011	126,843
Palmela	107,568	107,940	3,035	2,845	2,776	2,844	11,037	11,055	1,609	1,613	126,025	126,298
Alcoçaba	87,347	101,349	2,680	2,650	0,595	1,254	13,559	13,809	1,394	1,863	105,574	120,925
Montijo	82,218	89,285	2,086	2,093	0,300	1,271	10,781	11,724	11,644	12,481	107,028	116,853
Mira	109,711	112,572	1,682	0,425	0,374	0,253	0,568	0,569	1,824	1,824	114,160	115,642
Tomar	93,137	100,028	7,837	3,355	2,806	1,955	3,431	3,535	6,137	6,404	113,347	115,276
V. F. Campo	98,936	98,936	2,816	2,816	1,730	1,730	0,933	0,933	0,182	0,182	104,597	104,597
Trofa	77,947	88,398	1,574	1,474	0,551	0,909	4,888	5,121	7,968	8,134	92,928	104,036
Coruche	87,729	87,729	3,248	3,248	0,164	0,164	12,174	12,174	0,710	0,710	104,026	104,026
Valpaços	94,905	94,905	4,794	4,794	0,214	0,214	2,118	2,118	1,819	1,819	103,850	103,850
Grândola	77,497	77,942	1,055	0,534	0,620	0,802	13,363	13,991	6,794	7,074	99,329	100,343
Rio Maior	84,603	85,519	4,751	3,591	1,251	1,809	2,047	2,494	5,453	5,504	98,106	98,917
Óbidos	79,489	84,058	1,996	1,600	3,835	4,229	0,728	1,409	7,018	7,417	93,066	98,712
C. Basto	87,361	89,355	2,634	0,484	0,481	0,794	0,698	1,154	1,265	1,265	92,440	93,052
Montalegre	82,634	82,634	4,637	4,637	0,283	0,283	2,414	2,414	2,109	2,109	92,076	92,076
Campo Maior	90,715	90,736	0,661	0,661	0,143	0,159	0,204	0,218	0,279	0,294	92,003	92,068
Praia da Vitória	57,331	68,397	17,627	18,351	0,923	2,020	0,181	0,632	0,479	0,536	76,541	89,936
Mirandela	71,925	73,416	3,513	2,379	0,791	1,168	1,461	1,713	0,339	0,342	78,029	79,019
Albergaria-a-Velha	69,836	69,836	1,904	1,904	0,108	0,108	2,749	2,749	4,288	4,288	78,885	78,885
Nordeste	71,088	72,671	2,149	0,677	0,102	2,042	1,669	1,672	0,195	0,234	75,203	77,295
Melgaço	53,821	69,181	11,470	0,740	1,037	2,066	0,662	1,087	1,620	3,146	68,610	76,220
Boticas	68,239	68,239	4,387	4,387	0,347	0,347	2,162	2,162	1,013	1,013	76,148	76,148
V. P. Aguiar	66,917	66,917	4,679	4,679	0,736	0,736	2,778	2,778	0,990	0,990	76,099	76,099
Mangualde	65,795	65,795	2,507	2,507	0,553	0,553	1,835	1,835	3,369	3,369	74,059	74,059
Póvoa de Lanhoso	65,011	65,538	1,309	0,554	2,331	2,251	0,960	0,995	3,075	3,337	72,687	72,676
Castro Marim	66,192	66,336	0,693	0,576	0,809	0,850	1,213	1,275	3,438	3,601	72,344	72,639
Benavente	57,068	57,068	3,438	3,438	0,178	0,178	3,556	3,556	7,479	7,479	71,718	71,718
Celorico de Basto	59,862	63,204	3,318	0,854	1,906	1,535	1,324	1,326	3,867	4,482	70,277	71,401
Batalha	68,595	68,606	0,539	0,494	0,114	0,153	1,163	1,262	0,923	0,625	71,334	71,141
Vizela	54,567	54,567	3,765	3,765	1,934	1,934	6,218	6,218	3,595	3,595	70,078	70,078
Sever do Vouga	59,137	59,141	1,172	1,172	0,742	0,773	2,765	2,767	1,860	1,863	65,675	65,715
São Pedro do Sul	46,169	59,754	3,664	0,474	1,916	0,875	0,678	0,732	2,752	3,028	55,179	64,863
Monção	59,535	59,586	2,813	2,813	0,316	0,377	1,176	1,180	0,193	0,193	64,032	64,149
V. N. Cerqueira	54,184	55,366	0,898	0,898	0,207	0,215	2,403	2,671	1,998	2,001	59,689	61,152
Almodôvar	54,776	54,776	1,174	1,174	0,527	0,527	2,488	2,488	1,023	1,023	59,988	59,988
Vieira Minho	50,445	51,992	3,676	0,749	5,602	5,621	0,311	0,320	0,770	0,776	60,804	59,458
Peniche	38,389	47,729	0,507	1,168	0,624	1,418	2,437	7,501	1,098	1,436	43,056	59,251

Grupo autárquico	Ativo fixo corpóreo, incorpóreo e bens de domínio público		Investimentos financeiros		Dívidas a receber		Disponibilidades		Outros ativos		Total ATIVO	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Nazaré	45,711	49,555	0,851	0,841	3,492	2,885	3,755	4,423	0,712	0,995	54,521	58,699
Ansião	53,561	53,561	0,980	0,981	0,116	0,116	1,881	1,881	1,719	1,719	58,257	58,258
Mortágua	51,784	51,784	0,813	0,814	0,146	0,146	3,275	3,275	1,915	1,915	57,934	57,935
V.N. Foz Côa	44,380	50,451	3,703	0,627	0,142	0,152	2,696	4,326	0,157	0,319	51,077	55,874
Lagoa (R.A.A)	53,726	53,726	0,370	0,320	0,309	0,358	0,566	0,673	0,591	0,578	55,562	55,654
Trancoso	49,245	49,674	2,618	2,060	0,613	0,854	0,779	0,995	1,659	1,659	54,913	55,242
Alcanena	31,465	49,572	12,057	0,587	0,346	0,353	0,763	0,894	3,550	3,524	48,181	54,929
V. N. Poiares	49,514	49,514	0,415	0,414	0,334	0,334	1,576	1,576	1,669	1,669	53,509	53,508
Ribeira de Pena	45,832	45,832	4,302	4,302	0,322	0,322	1,448	1,448	0,894	0,894	52,799	52,799
Valença	47,160	47,160	1,258	0,908	0,892	0,965	1,851	1,887	0,290	1,523	51,450	52,443
São Vicente	49,365	50,427	0,316	0,319	0,254	0,323	0,441	0,590	0,537	0,586	50,914	52,245
Proença-a-Nova	42,117	42,369	5,034	5,035	0,173	0,208	2,051	2,165	0,947	0,963	50,321	50,740
Sernancelhe	45,187	45,190	2,611	2,611	0,346	0,349	1,361	1,362	0,785	0,786	50,290	50,297
Castro Verde	39,714	39,714	6,073	6,113	0,082	0,082	0,635	0,635	1,296	1,296	47,799	47,840
S. Magos	40,243	40,243	1,339	2,898	0,432	0,432	1,251	1,251	2,737	2,737	46,001	47,560
Cinfães	43,383	43,395	1,569	1,437	0,034	0,715	0,981	1,020	0,913	0,939	46,881	47,507
C. Ansiães	36,232	36,234	1,394	1,352	1,839	1,816	3,105	3,155	0,206	0,207	42,776	42,764
Vila Flor	34,528	37,696	2,167	0,410	0,500	0,875	1,925	2,005	0,199	0,222	39,320	41,208
Vinhais	37,751	37,911	0,795	0,697	0,549	0,726	0,927	0,983	0,327	0,335	40,349	40,651
Mondim Basto	37,819	37,819	0,315	0,314	0,562	0,562	0,944	0,974	1,079	0,971	40,718	40,640
Penedono	34,948	34,948	0,432	0,337	1,093	1,093	2,671	2,671	0,357	0,357	39,502	39,407
Belmonte	36,911	36,912	0,369	0,361	0,362	0,370	0,166	0,181	1,170	1,208	38,978	39,032
Chamusca	33,824	33,824	1,992	1,992	0,198	0,198	2,578	2,578	0,435	0,435	39,027	39,027
Alpiarça	33,611	33,993	5,024	2,761	0,278	0,277	0,168	0,184	1,373	1,638	40,454	38,854
Torre Moncorvo	36,589	36,781	0,581	0,510	0,297	0,318	0,691	0,707	0,239	0,239	38,398	38,555
Santa Comba Dão	33,703	33,763	0,270	0,270	0,081	0,070	0,325	0,330	3,317	3,317	37,697	37,750
V.N. Barquinha	34,862	34,941	0,292	0,184	0,522	0,589	0,341	0,345	1,205	1,205	37,222	37,263
S. M. Penaguião	34,218	34,218	0,342	0,342	0,156	0,156	0,161	0,161	0,622	0,622	35,500	35,500
Manteigas	34,058	34,058	0,417	0,412	0,183	0,183	0,385	0,385	0,412	0,412	35,454	35,449
F. Alentejo	28,590	28,583	0,841	0,797	2,153	2,285	2,977	2,993	0,748	0,756	35,309	35,415
Lajes do Pico	34,269	34,269	0,198	0,198	0,225	0,230	0,040	0,041	0,261	0,261	34,992	34,998
C. Pêra	26,651	27,831	0,390	0,339	0,234	0,261	2,410	2,822	0,429	0,449	30,113	31,702
Góis	28,957	28,957	0,442	0,438	0,392	0,392	0,958	0,958	0,828	0,828	31,578	31,574
Cuba	24,854	24,881	1,858	1,833	0,069	1,589	0,347	0,357	0,435	0,439	27,563	29,099
Murça	22,935	22,977	0,347	0,331	0,958	1,239	0,342	0,356	0,591	0,603	25,172	25,507
TOTAL dos 135	24 121,745	26 403,383	1 628,650	836,490	401,844	609,205	1 658,292	2 030,984	1 261,914	1 328,867	29 072,445	31 208,930

Quadro 4.47 – Principais componentes do Património Líquido

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	Património		Reservas		Resultados transitados		Resultado do exercício		Subsídios, cedências, doações, ajustam. e outros		TOTAL Capital Próprio	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	2 059,985	2 069,524	256,998	344,894	-157,426	-230,424	51,277	71,293	5,629	-2,418	2 216,463	2 252,869
Porto	1 101,582	1 101,582	147,069	90,672	105,648	117,651	35,893	42,349	17,374	75,372	1 407,566	1 427,626
Loures	485,771	492,569	78,689	84,245	672,503	685,231	8,744	8,596	14,368	14,265	1 260,076	1 284,907
Sintra	254,391	277,928	130,100	56,825	336,274	403,443	21,944	21,598	35,264	107,969	777,973	867,763
Funchal	845,467	845,467	1,572	1,588	1,344	0,358	3,320	3,323	6,118	6,152	857,822	856,890
Oeiras	328,551	346,442	78,544	57,099	130,150	157,189	25,697	25,349	4,007	65,510	566,950	651,588
Vila Nova Gaia	393,029	393,284	14,309	17,521	120,807	104,092	24,039	25,165	46,011	46,026	598,195	586,087
Cascais	398,457	397,300	8,627	17,733	-11,021	-18,223	50,704	51,368	81,406	91,699	528,172	539,877
Matosinhos	478,209	478,433	2,894	2,905	30,787	31,298	4,776	4,909	16,030	16,030	532,697	533,575
Coimbra	368,242	369,821	55,889	62,255	30,571	31,144	2,864	2,374	45,074	45,488	502,639	511,083
Braga	206,082	196,704	34,180	37,058	193,754	177,915	6,089	3,930	4,265	38,068	444,370	453,675
Amadora	115,669	133,561	164,848	200,625	1,363	26,146	8,143	8,230	39,105	42,862	329,128	411,423
Almada	179,431	196,442	6,051	38,691	129,059	128,445	10,125	7,137	17,075	34,938	341,741	405,652
Castelo Branco	104,878	104,878	7,070	7,070	220,737	220,737	-1,165	-1,154	1,703	52,249	333,222	383,780
Vila Franca Xira	188,826	212,098	10,373	27,779	119,515	132,547	8,264	8,851	2,262	2,262	329,240	383,537
Guimarães	254,424	252,424	21,649	22,107	96,438	96,383	4,184	4,827	3,821	4,475	380,515	380,215
Maia	297,010	325,461	12,122	9,039	4,139	7,449	11,504	12,954	8,187	12,859	332,962	367,763
Loulé	99,215	99,215	164,340	164,340	18,139	23,410	11,735	13,257	1,730	4,881	295,159	305,103
Covilhã	216,089	216,089	0,007	0,007	-22,293	-22,595	-1,554	-1,377	5,098	89,925	197,347	282,050
Viseu	92,217	123,698	10,205	16,626	111,532	118,552	-3,573	-3,793	2,193	19,903	212,574	274,986
Leiria	102,626	123,332	37,765	39,379	64,859	72,199	16,735	16,371	6,046	6,253	228,031	257,534
Santa Maria Feira	87,821	87,821	26,853	26,892	115,667	114,207	16,467	16,482	5,514	5,514	252,322	250,916
Lagos	135,482	137,901	13,108	7,346	66,140	65,086	14,453	14,937	0,562	6,531	229,744	231,800
Vila do Conde	150,000	150,001	2,625	2,625	52,998	52,998	1,137	1,137	23,740	23,741	230,499	230,501
Portimão	219,161	219,161	69,975	74,830	-127,792	-122,848	16,677	17,468	26,724	27,879	204,745	216,489
Tavira	211,810	211,810	2,729	2,729	-7,952	-5,041	-9,711	-8,777	8,108	10,015	204,985	210,736
Valongo	240,289	240,289	0,414	2,118	-61,585	-61,590	7,185	7,182	2,380	19,458	188,682	207,457
Mafra	190,575	186,277	-6,681	-6,681	18,431	16,716	-4,782	-4,782	4,440	4,388	201,983	195,918
Odivelas	319,298	319,298	3,015	7,062	-152,625	-150,959	11,826	11,638	0,261	0,261	181,775	187,299
Ponta Delgada	89,977	97,283	5,600	20,261	43,684	55,234	-0,167	1,659	2,541	5,549	141,636	179,987
Figueira da Foz	213,769	213,719	0,165	0,165	-49,854	-49,959	1,728	1,723	3,549	7,617	169,357	173,266
Pombal	48,615	48,615	4,826	4,826	105,051	105,545	5,031	4,811	0,005	0,007	163,527	163,804
Viana do Castelo	60,351	66,532	78,747	83,163	0,000	7,367	3,024	4,371	1,420	1,420	143,542	162,852
Abrantes	140,066	141,252	3,251	3,251	14,071	12,996	1,439	1,435	0,285	0,546	159,114	159,481

Grupo autárquico	Património		Reservas		Resultados transitados		Resultado do exercício		Subsídios, cedências, doações, ajustam. e outros		TOTAL Capital Próprio	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Santo Tirso	130,236	130,236	1,117	1,117	11,749	12,109	0,435	0,424	6,234	6,600	149,772	150,486
Bragança	108,958	108,958	2,811	2,811	11,813	11,974	2,327	2,413	14,744	15,045	140,653	141,201
Aveiro	147,093	147,093	-0,786	-0,786	-28,328	-28,316	21,354	21,370	0,027	0,056	139,360	139,417
Santarém	135,277	113,790	6,374	6,314	7,641	7,437	6,033	6,030	2,985	2,625	158,309	136,196
Torres Vedras	29,259	42,821	26,108	27,794	20,318	23,385	6,677	6,669	20,069	31,734	102,430	132,405
Felgueiras	182,416	182,416	3,830	2,524	-55,582	1,323	-3,757	-3,499	2,073	-52,378	128,980	130,386
Vila Real	91,271	79,238	2,562	2,562	36,792	27,318	2,368	2,769	10,739	12,606	143,732	124,494
S. J. Madeira	106,385	106,385	5,980	4,860	3,209	3,214	0,182	0,359	2,978	7,583	118,733	122,402
Barcelos	23,182	23,184	9,749	9,800	81,765	81,529	2,678	2,965	0,267	0,272	117,641	117,751
Caldas da Rainha	80,119	107,216	0,777	7,335	-3,915	-3,845	0,791	1,283	0,625	0,625	78,398	112,615
Évora	183,881	178,354	0,630	1,067	-99,701	-98,131	2,186	2,234	24,556	25,990	111,551	109,514
Torres Novas	77,877	77,877	10,242	10,242	9,578	9,578	2,848	2,848	6,940	7,598	107,486	108,145
Guarda	108,036	108,027	0,734	0,734	-8,707	-8,707	-0,166	-0,169	7,756	7,747	107,653	107,632
Ribeira Grande	30,512	30,512	11,747	32,197	39,686	40,012	4,476	4,520	20,434	0,000	106,855	107,241
Póvoa de Varzim	62,653	62,653	2,065	2,077	24,540	24,528	3,779	3,779	13,181	13,417	106,219	106,454
Faro	115,970	116,063	0,294	0,297	-28,716	-34,244	5,821	7,347	15,029	16,125	108,398	105,588
Mira	91,165	91,165	11,644	11,644	-0,188	-0,197	-0,673	-0,663	0,000	1,232	101,948	103,180
Moura	200,254	198,559	0,000	0,025	-91,930	-91,874	-4,932	-4,921	0,737	1,273	104,129	103,062
Palmela	117,825	117,825	0,960	0,960	-18,695	-18,695	1,084	1,083	1,176	1,176	102,350	102,349
Marinha Grande	51,431	51,431	2,248	2,070	35,675	35,730	2,803	2,853	8,843	8,843	101,000	100,927
Barreiro	87,691	93,501	2,339	2,370	4,794	-3,928	6,768	7,351	0,377	0,415	101,969	99,709
Chaves	71,060	71,060	7,563	7,581	9,721	9,748	5,723	5,722	0,948	5,394	95,015	99,505
Esposende	45,980	45,980	27,815	27,815	1,752	1,764	1,315	1,380	22,064	22,064	98,926	99,003
Olhão	109,576	109,576	5,859	5,990	-32,015	-31,418	2,131	2,403	11,163	11,163	96,713	97,714
Montijo	66,940	71,213	1,388	1,520	14,759	14,708	5,312	5,393	0,272	2,101	88,669	94,934
Cantanhede	47,207	47,207	36,842	38,181	0,133	-0,568	4,647	4,738	3,253	3,303	92,081	92,860
Lousada	64,368	64,368	1,439	1,439	21,140	21,140	1,179	1,218	0,466	-1,166	88,591	86,999
Beja	77,432	76,952	0,596	0,596	-2,937	0,695	0,010	0,152	7,275	6,795	82,377	85,189
V.R.S. António	149,519	142,859	1,304	1,304	-64,885	-60,851	-3,991	-2,026	0,906	0,906	82,852	82,192
Grândola	37,023	36,792	2,184	2,400	11,294	11,294	5,053	5,053	24,854	25,032	80,409	80,570
Coruche	29,297	29,297	12,282	12,282	34,620	34,620	2,643	2,643	0,354	0,829	79,196	79,671
Arcos de Valdevez	39,358	39,886	28,407	28,407	10,521	10,589	0,057	0,060	0,000	0,528	78,343	79,470
Valpaços	140,844	140,844	1,149	1,149	-65,760	-65,760	-1,885	-1,885	1,972	1,708	76,320	76,056
Campo Maior	71,870	71,920	0,113	0,113	0,841	0,766	-0,124	-0,171	2,482	2,482	75,181	75,110
Sines	32,098	30,429	40,534	40,534	-1,342	-1,342	3,204	3,188	0,536	0,804	75,030	73,612
Alcobaça	33,705	36,713	3,954	4,006	23,470	18,630	0,158	0,314	0,091	9,824	61,379	69,487

Grupo autárquico	Património		Reservas		Resultados transitados		Resultado do exercício		Subsídios, cedências, doações, ajustam. e outros		TOTAL Capital Próprio	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Montalegre	100,786	100,786	0,000	0,000	-36,246	-36,246	-1,707	-1,707	2,405	2,020	65,238	64,853
C. Basto	52,177	50,568	0,189	0,212	11,715	12,353	-1,124	-1,155	1,955	2,161	64,911	64,139
V. F. Campo	75,677	75,677	0,194	0,194	-13,078	-13,078	0,255	0,255	0,188	0,188	63,236	63,236
Óbidos	40,805	40,805	2,421	2,421	19,226	19,226	-0,463	-0,446	0,008	0,516	61,997	62,521
Tomar	34,099	33,595	1,048	1,048	21,093	21,420	0,973	1,048	0,915	1,062	58,128	58,174
Rio Maior	52,018	52,018	1,168	1,177	0,207	0,193	2,394	2,430	0,192	0,339	55,980	56,156
Castro Marim	63,834	63,834	0,436	0,455	-7,836	-7,726	-1,677	-1,675	0,000	0,081	54,758	54,968
Benavente	42,161	42,161	1,975	1,975	5,566	5,566	0,464	0,464	3,762	4,298	53,928	54,464
Albergaria-a-Velha	61,952	61,954	0,205	0,205	-9,630	-9,638	-0,292	-0,286	0,875	0,877	53,110	53,112
Boticas	60,253	60,253	0,188	0,188	-7,871	-7,871	-1,148	-1,148	1,893	1,629	53,315	53,051
Mangualde	24,094	24,095	23,589	21,716	2,171	4,044	0,346	0,346	2,247	2,247	52,447	52,447
Praia da Vitória	41,261	41,414	0,367	0,398	-5,948	-7,037	-0,065	0,104	6,989	17,516	42,604	52,396
Batalha	56,223	56,223	0,000	0,000	-4,797	-4,995	-1,351	-1,496	0,115	0,115	50,190	49,847
Sever do Vouga	21,783	21,783	1,361	1,361	25,855	25,705	0,550	0,551	0,058	0,062	49,606	49,462
Póvoa de Lanhoso	41,896	41,553	1,571	1,571	3,420	3,534	0,473	0,456	0,203	0,203	47,562	47,317
Melgaço	13,999	13,999	28,903	30,274	0,000	0,198	0,210	0,233	0,126	2,350	43,239	47,055
Mortágua	44,335	44,336	0,816	0,816	0,679	0,679	0,068	0,068	0,118	0,131	46,015	46,029
Paços de Ferreira	87,830	87,830	1,279	1,279	-43,423	-47,255	1,967	2,085	0,510	0,511	48,164	44,449
Vizela	22,684	22,684	12,809	12,809	2,033	2,033	2,888	2,888	1,937	2,966	42,350	43,379
Lagoa (R.A.A)	11,417	11,417	28,773	29,827	1,134	1,171	0,271	0,270	1,043	0,000	42,637	42,685
Nordeste	40,348	38,505	3,731	0,638	4,781	2,835	0,632	0,700	0,000	0,000	49,492	42,678
Almodôvar	17,568	17,118	7,077	7,077	15,977	16,414	0,942	0,954	1,171	0,721	42,735	42,285
Ansião	29,976	29,977	1,014	1,014	9,166	9,166	0,101	0,101	0,947	0,976	41,205	41,234
Trofa	30,529	30,529	0,110	0,128	1,954	3,950	4,636	4,602	0,637	0,637	37,867	39,847
Monção	13,221	14,213	2,392	2,392	22,651	-0,986	1,003	0,914	0,102	22,753	39,369	39,286
Peniche	18,575	26,355	4,043	9,585	0,000	0,110	1,807	1,940	0,097	0,097	24,522	38,086
Sernancelhe	24,460	24,465	8,835	8,835	3,777	3,777	0,490	0,490	0,000	0,000	37,562	37,567
Proença-a-Nova	79,524	79,524	2,373	2,449	-42,976	-42,910	-1,736	-1,652	0,133	0,133	37,317	37,544
V. P. Aguiar	22,234	22,234	1,229	1,229	12,295	12,295	0,028	0,028	1,586	1,298	37,372	37,084
Fundão	39,351	39,352	0,564	0,564	-2,781	-2,310	-1,510	-1,525	0,000	0,000	35,625	36,082
Castro Verde	31,933	31,923	0,882	0,882	3,238	3,238	-0,518	-0,468	0,039	0,500	35,575	36,076
Alcanena	24,532	24,045	1,108	1,109	9,155	9,693	1,017	1,034	0,068	0,068	35,880	35,949
C. Ansiães	8,549	8,549	1,000	1,000	25,018	25,018	0,701	0,686	0,000	0,000	35,268	35,253
V. N. Foz Côa	31,189	31,189	1,692	1,692	-0,122	-0,122	0,469	0,609	0,000	1,402	33,228	34,769
V. N. Cerveira	12,400	12,702	1,164	1,164	15,935	16,928	0,877	0,852	2,829	2,836	33,204	34,483
Vieira do Minho	38,519	38,519	0,254	0,289	-6,278	-7,344	0,116	-0,303	0,447	0,757	33,058	31,918

Grupo autárquico	Património		Reservas		Resultados transitados		Resultado do exercício		Subsídios, cedências, doações, ajustam. e outros		TOTAL Capital Próprio	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Vila Flor	13,184	16,623	4,837	1,536	11,041	13,105	0,318	0,360	0,000	0,001	29,380	31,625
São Pedro do Sul	35,039	36,401	0,747	0,775	-2,815	-4,363	-0,167	-0,132	0,153	-1,246	32,957	31,436
Celorico de Basto	24,943	24,943	4,914	4,914	1,476	1,270	-1,080	-1,555	1,698	1,698	31,950	31,269
Chamusca	29,957	29,957	0,409	0,409	-0,227	-0,227	0,660	0,660	0,062	0,325	30,862	31,125
Cinfães	11,237	11,236	1,525	1,525	18,422	18,399	-0,220	-0,271	0,000	0,236	30,981	31,124
Penedono	17,056	16,972	0,416	0,416	12,977	12,975	-0,159	-0,167	0,000	-0,085	30,290	30,110
V. N. Poiares	35,171	35,171	0,218	0,218	-6,356	-6,356	-0,108	-0,110	0,000	0,017	28,925	28,941
Mirandela	17,033	17,033	1,535	2,305	8,541	5,438	2,242	2,363	1,273	1,300	30,625	28,440
Salvaterra Magos	26,618	27,072	0,698	0,698	-1,576	-0,709	0,074	0,312	0,086	0,540	25,901	27,914
Ribeira de Pena	44,564	44,564	0,265	0,265	-18,684	-18,684	-0,154	-0,154	1,308	1,044	27,299	27,035
Trancoso	61,317	61,187	0,000	0,004	-31,179	-31,725	-0,203	-4,109	0,091	-0,029	30,026	25,327
Mondim de Basto	13,927	13,927	1,120	1,122	8,958	8,980	0,867	0,864	0,000	0,008	24,872	24,900
Valença	8,578	8,578	0,859	0,944	13,349	13,403	1,179	1,155	0,000	0,000	23,965	24,080
Alpiarça	38,959	36,934	0,439	0,588	-13,987	-13,922	-0,353	-0,370	0,136	0,522	25,194	23,752
Ferreira Alentejo	17,463	17,463	0,944	0,944	3,442	3,416	1,335	1,336	0,235	0,241	23,418	23,400
Sta. M. Penaguião	11,000	11,000	2,508	2,508	11,001	11,001	-2,203	-2,203	0,595	0,595	22,901	22,900
Manteigas	28,454	28,450	0,088	0,088	-6,049	-6,049	-0,100	-0,101	0,164	0,160	22,557	22,548
Vinhais	23,661	23,655	2,743	2,774	-5,478	-5,428	-0,052	-0,065	0,000	-0,007	20,875	20,929
V. N. Barquinha	12,526	12,591	0,206	0,206	7,008	6,944	-0,117	-0,117	1,304	1,295	20,927	20,918
Góis	7,903	7,899	0,544	0,544	11,486	11,486	-0,039	-0,039	0,746	0,742	20,640	20,633
Santa Comba Dão	58,924	58,870	0,182	0,199	-36,605	-36,641	-2,191	-2,295	0,159	0,105	20,470	20,238
Castanheira Pera	29,369	29,360	0,309	0,309	-10,538	-10,538	0,443	0,548	0,170	0,311	19,754	19,991
São Vicente	5,252	5,252	1,066	1,066	13,243	14,121	-1,954	-1,638	0,000	0,000	17,607	18,800
Torre Moncorvo	65,925	65,925	0,848	0,919	-49,697	-49,843	0,190	0,181	1,535	1,535	18,801	18,718
Belmonte	42,131	42,131	0,218	0,219	-21,955	-21,949	-1,905	-1,925	0,228	0,228	18,719	18,705
Cuba	11,758	11,758	0,222	0,293	5,086	5,069	-0,107	-0,062	0,074	0,007	17,032	17,065
Murça	6,768	6,768	0,443	0,513	5,568	5,498	0,869	0,857	0,375	0,392	14,023	14,028
Lajes do Pico	16,581	16,581	0,000	0,000	-7,324	-7,334	1,910	1,927	0,018	0,018	11,185	11,190
Nazaré	12,811	22,297	0,308	0,308	-9,654	-14,604	1,099	1,187	0,264	0,264	4,828	9,452
TOTAL dos 135	15 995,432	16 215,388	1 894,153	2 002,959	2 071,758	2 171,680	464,744	498,751	722,971	1 169,712	21 149,058	22 058,490

Quadro 4.48 – Principais componentes do Passivo

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	Empréstimos (a)		Fornecedores e outros (b)		Total Passivo Exigível (c) = (a)+(b)		Provisões para riscos e encargos (d)		Acréscimos e Diferimentos (e)		Total do PASSIVO (f) = (c)+(d)+(e)	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	250,836	280,697	195,788	246,521	446,625	527,218	204,698	214,980	252,686	306,653	904,010	1 048,851
Vila Nova de Gaia	103,584	155,712	21,366	31,822	124,950	187,534	5,458	6,258	148,592	178,730	279,000	372,522
Porto	12,761	12,761	8,452	29,183	21,214	41,945	39,046	44,417	153,420	195,805	213,680	282,166
Coimbra	34,503	44,006	11,906	17,023	46,409	61,029	44,879	47,914	127,832	150,340	219,121	259,284
Braga	22,446	65,847	33,858	43,536	56,304	109,383	7,542	7,542	68,140	96,770	131,986	213,695
Vila Real Sto António	62,768	102,829	19,275	34,563	82,043	137,392	1,910	1,910	17,754	62,472	101,707	201,774
Matosinhos	45,656	45,656	5,094	6,244	50,750	51,900	7,454	7,454	136,784	137,492	194,988	196,846
Aveiro	87,556	87,556	14,753	14,874	102,309	102,430	4,172	4,172	90,164	90,197	196,645	196,798
Guimarães	33,209	50,579	7,061	16,907	40,270	67,486	1,358	1,393	82,742	103,936	124,369	172,815
Funchal	31,954	31,386	2,475	4,275	34,429	35,661	17,915	17,675	117,484	117,942	169,828	171,278
Portimão	116,819	13,615	11,322	116,623	128,141	130,238	9,206	9,259	25,676	31,439	163,022	170,936
Paços de Ferreira	43,588	43,928	4,065	3,989	47,653	47,916	51,743	51,743	54,270	53,921	153,665	153,580
Loures	23,752	24,044	6,416	7,641	30,168	31,685	72,645	73,485	36,696	44,119	139,509	149,289
Castelo Branco	3,860	3,860	1,401	2,776	5,261	6,636	0,354	8,352	81,491	128,872	87,106	143,860
Maia	31,081	26,052	8,211	43,837	39,292	69,889	4,967	2,475	52,690	67,074	96,950	139,439
Leiria	31,920	31,920	3,148	8,004	35,068	39,923	5,475	6,079	64,736	92,607	105,279	138,610
Santarém	32,508	46,759	17,849	21,923	50,357	68,682	8,008	7,092	30,616	58,478	88,981	134,252
Barcelos	9,284	10,691	4,502	4,327	13,786	15,017	75,682	74,972	38,024	40,230	127,492	130,219
Fundão	54,337	59,073	2,802	3,423	57,138	62,497	24,493	24,493	42,403	42,454	124,035	129,445
Viseu	13,259	14,816	7,935	10,914	21,194	25,729	2,538	2,835	32,807	100,644	56,540	129,209
Sintra	7,918	7,918	7,165	9,672	15,084	17,591	29,438	31,415	61,047	72,928	105,568	121,934
Loulé	24,460	25,170	8,658	12,428	33,118	37,598	1,870	2,880	76,649	79,477	111,637	119,955
Viana do Castelo	20,670	20,670	8,832	9,911	29,502	30,581	0,257	0,257	65,679	84,254	95,438	115,092
Cascais	35,054	62,612	16,313	31,722	51,367	94,335	9,982	11,501	8,095	0,039	69,444	105,874
Covilhã	26,887	39,629	10,327	16,269	37,214	55,898	0,179	0,409	39,123	48,996	76,515	105,303
Ponta Delgada	12,545	39,069	9,345	10,543	21,890	49,612	0,112	0,256	41,392	49,011	63,393	98,879
Amadora	18,009	18,009	4,496	12,560	22,506	30,569	7,828	7,792	55,686	58,570	86,019	96,931
Guarda	17,402	17,402	2,469	2,469	19,871	19,871	30,721	30,721	45,145	45,145	95,737	95,737
Évora	55,604	58,215	11,161	12,161	66,765	70,376	0,462	0,462	18,949	21,733	86,177	92,571
Vila Franca de Xira	26,168	26,168	3,369	3,881	29,538	30,050	9,553	9,553	46,199	49,722	85,290	89,325
Bragança	3,032	3,607	2,583	2,643	5,615	6,250	17,955	17,955	56,675	64,913	80,244	89,118
Faro	20,793	33,456	0,736	5,084	21,529	38,540	6,113	10,256	19,312	38,649	46,955	87,445
Chaves	22,027	22,036	10,488	10,562	32,515	32,598	0,975	0,975	50,634	50,715	84,123	84,288
Vila Real	10,919	14,594	1,382	4,912	12,301	19,506	0,040	2,511	41,124	62,203	53,465	84,221

Grupo autárquico	Empréstimos (a)		Fornecedores e outros (b)		Total Passivo Exigível (c) = (a)+(b)		Provisões para riscos e encargos (d)		Acréscimos e Diferimentos (e)		Total do PASSIVO (f) = (c)+(d)+(e)	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Maфра	2,150	4,881	11,522	12,324	13,672	17,206	9,653	9,653	57,034	56,965	80,358	83,824
Santa Maria da Feira	18,820	18,820	3,868	5,096	22,687	23,916	0,820	0,821	58,421	58,960	81,929	83,697
Vila do Conde	33,537	33,537	4,245	4,245	37,782	37,782	1,930	1,930	41,341	41,341	81,054	81,054
Pombal	3,797	3,797	3,428	3,488	7,225	7,284	0,945	0,945	71,773	71,978	79,943	80,207
Almada	26,236	26,236	3,430	4,360	29,666	30,597	3,117	3,796	29,620	44,413	62,403	78,806
Santo Tirso	18,747	18,887	9,250	9,272	27,998	28,159	0,672	0,672	43,721	43,894	72,391	72,726
Oeiras	13,479	13,504	13,694	22,767	27,173	36,271	13,783	13,901	17,033	21,361	57,989	71,533
Póvoa de Varzim	7,472	7,472	4,415	4,535	11,887	12,007	0,100	0,100	55,811	55,915	67,799	68,021
Trofa	25,944	30,754	1,652	2,146	27,595	32,900	3,191	3,191	24,274	28,098	55,061	64,189
Odivelas	23,421	23,421	3,911	4,538	27,333	27,960	1,550	2,178	27,209	32,660	56,092	62,798
Figueira da Foz	17,447	26,577	5,838	6,245	23,286	32,822	0,070	0,163	28,402	28,643	51,757	61,628
Felgueiras	6,844	7,016	4,944	5,449	11,788	12,466	2,640	2,644	38,161	44,257	52,589	59,367
Arcos de Valdevez	3,269	3,269	3,001	3,001	6,270	6,270	0,114	0,114	52,552	52,552	58,936	58,936
Sines	6,792	8,897	8,007	8,899	14,799	17,796	7,603	7,178	30,846	32,618	53,248	57,592
Torres Vedras	10,672	10,689	2,872	4,688	13,544	15,376	0,235	0,541	34,775	41,525	48,554	57,442
Tomar	6,734	6,734	12,303	12,221	19,037	18,955	0,498	0,640	35,684	37,655	55,219	57,250
Lagos	7,202	7,202	20,013	21,590	27,215	28,792	0,364	0,364	25,847	27,672	53,425	56,827
Cantanhede	8,452	14,637	3,120	4,840	11,573	19,477	0,206	0,206	15,168	36,742	26,947	56,424
Lousada	9,433	9,433	3,645	3,704	13,078	13,138	0,324	0,324	41,625	41,718	55,028	55,180
Olhão	15,759	22,898	0,595	6,424	16,354	29,322	0,046	0,046	22,727	24,791	39,127	54,159
Valongo	25,360	25,614	2,184	2,216	27,544	27,831	0,563	0,563	24,898	25,561	53,005	53,955
Alcobaça	2,276	2,276	1,786	5,192	4,063	7,468	15,717	15,717	24,416	29,563	44,195	52,748
Ribeira Grande	10,597	11,103	0,639	0,723	11,236	11,826	0,000	0,000	38,194	38,684	49,430	50,510
Mirandela	8,399	8,776	8,622	11,122	17,021	19,898	2,700	2,700	27,683	27,761	47,404	50,359
Nazaré	11,528	11,674	22,632	21,937	34,161	33,612	3,562	3,562	11,970	12,300	49,693	49,474
Praia da Vitória	6,521	16,259	1,473	2,430	7,995	18,689	0,000	0,000	25,943	29,380	33,937	48,069
Beja	8,086	11,957	1,103	5,786	9,188	17,743	0,000	0,826	25,582	28,428	34,770	46,998
São João da Madeira	3,845	6,725	2,207	3,032	6,052	9,757	0,255	0,255	31,762	36,916	38,069	46,928
Tavira	7,954	16,889	0,927	7,066	8,881	23,956	4,212	5,583	15,136	17,134	28,229	46,672
Torres Novas	12,595	12,595	0,922	0,922	13,517	13,517	0,470	0,470	31,432	31,432	45,419	45,419
Rio Maior	7,033	7,033	0,943	1,401	7,977	8,434	0,521	0,521	33,629	33,903	42,126	42,858
Caldas da Rainha	3,360	3,360	2,136	2,532	5,496	5,892	0,377	0,377	34,980	36,586	40,853	42,855
Vila Franca do Campo	20,310	20,310	0,213	0,213	20,523	20,523	0,100	0,100	20,738	20,738	41,361	41,361
Celorico de Basto	10,160	11,495	1,493	1,962	11,654	13,458	1,087	1,087	25,587	25,587	38,327	40,132
Vila Pouca de Aguiar	1,788	1,788	1,898	1,898	3,686	3,686	2,447	2,447	32,594	32,594	38,727	38,727
Barreiro	15,076	15,076	4,538	7,567	19,614	22,643	0,000	0,747	14,658	15,318	34,272	38,708

Grupo autárquico	Empréstimos (a)		Fornecedores e outros (b)		Total Passivo Exigível (c) = (a)+(b)		Provisões para riscos e encargos (d)		Acréscimos e Diferimentos (e)		Total do PASSIVO (f) = (c)+(d)+(e)	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Esposende	6,913	9,071	2,352	3,186	9,265	12,257	0,654	0,654	18,463	23,048	28,383	35,959
Nordeste	11,075	16,650	0,051	0,325	11,125	16,976	0,366	0,366	14,219	17,276	25,710	34,617
São Vicente	0,907	0,907	1,463	1,601	2,370	2,508	1,043	1,043	29,894	29,894	33,307	33,445
Abrantes	5,038	5,865	0,513	2,601	5,551	8,466	0,095	0,362	19,981	24,420	25,627	33,248
São Pedro do Sul	2,226	11,447	4,364	4,593	6,591	16,039	0,511	0,511	15,121	15,480	22,222	32,029
Óbidos	4,962	4,962	1,117	1,575	6,079	6,537	0,768	0,768	24,222	24,237	31,070	31,543
Trancoso	4,675	4,675	1,556	1,356	6,231	6,031	2,475	7,573	16,181	16,181	24,887	29,785
Cabeceiras de Basto	4,634	4,634	2,729	2,792	7,363	7,426	0,330	0,330	19,836	21,157	27,529	28,913
Valença	5,362	6,060	1,564	1,686	6,926	7,745	0,340	0,340	20,219	20,277	27,485	28,363
Melgaço	4,980	6,857	3,784	5,061	8,764	11,919	0,000	0,000	16,608	16,423	25,371	28,341
Vizela	10,944	10,944	1,627	1,627	12,571	12,571	0,472	0,472	14,685	14,685	27,728	27,728
Vieira do Minho	7,648	7,648	3,258	2,934	10,906	10,582	0,616	0,616	16,223	16,342	27,746	27,540
Valpaços	2,965	2,965	1,845	1,845	4,810	4,810	0,349	0,349	22,372	22,372	27,531	27,531
Montalegre	3,899	3,899	0,844	0,844	4,743	4,743	1,620	1,620	20,475	20,475	26,838	26,838
Vila Nova de Cerveira	4,000	4,120	1,278	1,282	5,278	5,401	0,138	0,138	21,070	21,130	26,485	26,669
Marinha Grande	0,760	0,760	1,025	1,154	1,785	1,914	0,464	0,526	23,511	23,533	25,760	25,972
Albergaria-a-Velha	4,374	4,374	1,545	1,545	5,918	5,918	0,124	0,124	19,733	19,733	25,775	25,775
Ribeira de Pena	3,674	3,674	1,825	1,825	5,499	5,499	0,387	0,387	19,614	19,614	25,500	25,500
Póvoa de Lanhoso	4,236	4,236	2,519	2,439	6,755	6,675	1,809	1,809	16,560	16,875	25,124	25,359
Monção	4,294	4,294	2,585	2,786	6,880	7,080	0,115	0,115	17,668	17,668	24,663	24,864
Coruche	1,310	1,310	1,610	1,610	2,920	2,920	0,000	0,000	21,910	21,910	24,830	24,830
Vila Nova de Poiares	15,260	15,247	0,240	0,253	15,500	15,500	0,359	0,359	8,725	8,725	24,584	24,584
Moura	4,505	4,330	2,696	3,827	7,202	8,157	0,048	0,048	12,632	16,242	19,882	24,448
Palmeira	10,069	10,069	3,999	4,093	14,067	14,162	1,124	1,124	8,484	8,578	23,675	23,864
Lajes do Pico	3,745	3,745	0,279	0,279	4,024	4,024	0,000	0,000	19,784	19,784	23,807	23,807
Boticas	0,540	0,540	0,566	0,566	1,105	1,105	0,000	0,000	21,727	21,727	22,833	22,833
Montijo	5,584	7,694	1,180	1,595	6,764	9,290	0,051	0,051	11,544	12,579	18,359	21,919
Mangualde	6,286	6,286	2,854	2,854	9,141	9,141	0,415	0,415	12,057	12,057	21,612	21,612
Batalha	1,558	1,558	1,290	1,300	2,848	2,857	0,246	0,246	18,049	18,191	21,143	21,294
Peniche	5,183	5,183	2,124	2,390	7,307	7,572	0,000	0,000	11,227	13,593	18,534	21,165
Vila Nova de Foz Côa	0,667	2,014	0,469	1,221	1,136	3,235	1,067	1,067	15,646	16,804	17,849	21,106
Belmonte	1,822	1,822	1,620	1,682	3,442	3,504	7,299	7,299	9,519	9,525	20,259	20,327
Salvaterra de Magos	3,351	3,331	0,760	0,780	4,111	4,111	0,001	0,001	15,988	15,988	20,100	20,100
Torre de Moncorvo	8,265	8,480	1,847	1,874	10,113	10,354	0,025	0,025	9,459	9,459	19,597	19,838
Grândola	4,393	4,393	2,218	2,528	6,612	6,921	0,180	0,182	12,128	12,669	18,920	19,773
Vinhais	2,764	2,793	0,963	1,187	3,727	3,980	0,000	0,000	15,747	15,768	19,474	19,748

Grupo autárquico	Empréstimos (a)		Fornecedores e outros (b)		Total Passivo Exigível (c) = (a)+(b)		Provisões para riscos e encargos (d)		Acréscimos e Diferimentos (e)		Total do PASSIVO (f) = (c)+(d)+(e)	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Alcanena	4,890	4,890	0,653	0,661	5,543	5,551	0,025	0,025	6,734	13,405	12,301	18,981
Benavente	1,130	1,130	1,335	1,335	2,465	2,465	0,000	0,000	15,325	15,325	17,790	17,790
Castro Marim	3,889	3,889	1,236	1,415	5,125	5,304	0,000	0,000	12,461	12,366	17,586	17,671
Santa Comba Dão	9,085	9,111	1,811	2,014	10,896	11,125	1,478	1,480	4,852	4,852	17,227	17,458
Almodôvar	3,244	3,244	0,719	0,719	3,963	3,963	0,000	0,000	13,291	13,291	17,253	17,253
Ansião	4,435	4,435	0,594	0,594	5,029	5,029	0,097	0,097	11,927	11,927	17,053	17,053
Campo Maior	0,323	0,323	1,474	1,525	1,797	1,848	0,000	0,000	15,025	15,110	16,822	16,958
Cinfães	0,226	0,321	3,092	3,200	3,318	3,521	0,553	0,553	12,028	12,544	15,899	16,618
Vila Nova Barquinha	2,587	2,587	0,827	0,846	3,415	3,433	0,401	0,401	12,479	12,495	16,295	16,330
Sever do Vouga	0,870	0,972	1,630	1,662	2,500	2,634	0,000	0,000	13,570	13,570	16,070	16,203
Mondim de Basto	6,133	6,133	0,827	0,720	6,960	6,853	0,219	0,219	8,668	8,668	15,846	15,740
Alpiarça	4,685	5,407	2,645	2,134	7,330	7,541	0,128	0,128	7,803	7,819	15,261	15,487
Mira	0,372	1,572	2,926	3,175	3,298	4,747	0,918	0,780	7,996	8,017	12,212	13,544
Proença-a-Nova	2,287	2,287	0,813	0,863	3,100	3,150	0,038	0,038	9,866	10,008	13,004	13,196
Lagoa (R A A)	5,498	5,498	0,441	0,503	5,939	6,001	0,095	0,095	6,891	6,873	12,925	12,969
Manteigas	3,404	3,404	0,882	0,882	4,287	4,287	0,207	0,207	8,403	8,403	12,897	12,897
Sernancelhe	1,523	1,523	0,593	0,593	2,116	2,117	0,053	0,053	10,559	10,560	12,728	12,730
Sta Marta Penaguião	1,533	1,265	1,065	1,334	2,598	2,598	0,000	0,000	10,001	10,001	12,599	12,599
Castro Verde	1,231	0,912	1,604	1,923	2,835	2,835	0,000	0,000	9,390	9,390	12,224	12,224
Cuba	1,729	2,075	0,738	0,783	2,467	2,859	0,005	0,005	8,059	9,170	10,531	12,034
Ferreira do Alentejo	2,842	2,966	0,597	0,599	3,439	3,565	0,000	0,000	8,451	8,451	11,890	12,016
Mortágua	1,932	1,932	0,180	0,180	2,112	2,112	0,122	0,122	9,685	9,685	11,919	11,919
Murça	4,018	4,213	0,429	0,512	4,447	4,725	0,000	0,000	6,702	6,754	11,149	11,479
Góis	1,525	1,525	1,269	1,269	2,794	2,794	0,013	0,013	8,130	8,130	10,937	10,937
Vila Flor	0,997	1,506	1,265	1,785	2,263	3,291	0,032	0,032	7,646	7,579	9,940	10,902
Castanheira de Pêra	4,242	4,351	0,152	0,328	4,394	4,679	0,000	0,045	5,966	5,978	10,359	10,702
Penedono	0,000	0,000	0,199	0,199	0,199	0,199	0,003	0,003	9,010	9,010	9,212	9,212
Chamusca	1,103	1,103	0,291	0,291	1,394	1,394	0,000	0,000	6,771	6,771	8,164	8,164
Carraceda de Ansiães	0,907	0,907	0,644	0,646	1,551	1,553	0,000	0,000	5,957	5,958	7,508	7,511
TOTAL dos 135	2 017,774	2 298,257	755,969	1 142,839	2 773,744	3 441,097	812,778	859,019	4 336,866	5 008,701	7 923,387	9 308,817

Quadro 4.49 – Principais componentes dos gastos (custos)

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	CMVMC		Fornecimentos e serviços externos		Gastos com pessoal		Amortizações		Outros gastos		Total dos GASTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	6,001	29,267	124,305	204,418	228,617	328,011	67,074	79,712	449,455	417,011	875,451	1 058,419
Porto	1,796	11,524	40,951	70,601	69,810	92,850	45,957	53,853	40,869	34,608	199,383	263,436
Sintra	1,138	16,088	39,795	62,914	54,050	72,496	19,126	26,738	36,349	37,944	150,458	216,180
Cascais	0,426	1,440	74,123	62,968	43,819	67,179	16,554	20,719	29,740	27,674	164,663	179,980
Vila Nova de Gaia	1,584	10,704	30,236	63,830	40,107	55,214	15,980	22,768	22,375	20,769	110,282	173,284
Oeiras	0,776	8,538	41,039	53,974	45,753	54,136	10,005	11,984	29,424	30,644	126,997	159,277
Loures	0,486	6,746	29,193	39,084	42,480	55,442	7,951	10,503	27,989	31,904	108,100	143,678
Braga	0,482	3,925	25,025	38,300	27,074	45,565	14,384	21,065	21,963	17,474	88,928	126,329
Matosinhos	0,776	0,831	27,188	30,754	35,066	39,461	19,456	19,693	30,141	30,099	112,627	120,838
Coimbra	1,036	10,711	22,802	31,573	26,804	42,726	8,343	13,586	22,478	17,206	81,463	115,802
Loulé	4,846	7,462	32,594	38,332	29,823	37,675	15,204	16,735	12,988	13,312	95,455	113,517
Almada	1,460	2,337	24,998	32,539	33,541	45,780	8,142	13,580	14,548	16,851	82,688	111,088
Guimarães	1,815	2,122	19,760	34,305	26,131	36,072	17,886	22,508	17,190	13,548	82,780	108,555
Amadora	1,366	8,922	20,350	29,977	30,724	36,136	7,960	9,400	19,839	20,536	80,239	104,971
Maia	0,699	6,139	15,166	26,268	19,169	26,156	18,173	22,057	10,382	11,160	63,589	91,780
Odivelas	0,127	4,836	24,224	32,095	23,557	31,644	6,451	8,272	10,518	14,040	64,877	90,887
Funchal	8,986	9,218	17,828	18,385	31,810	34,831	11,179	11,245	13,790	13,072	83,594	86,752
Vila Franca de Xira	0,058	5,128	18,090	23,390	18,210	21,468	14,001	16,331	12,903	14,971	63,261	81,289
Mafra	0,241	1,530	25,985	28,824	15,715	17,848	11,381	11,777	17,884	18,268	71,206	78,247
Viseu	0,578	1,265	23,208	28,719	13,647	17,512	8,794	14,570	9,530	9,171	55,757	71,237
Leiria	0,689	0,816	21,390	29,488	13,409	16,827	8,855	12,847	9,637	10,966	53,980	70,944
Portimão	0,453	3,247	11,441	19,137	15,671	23,005	7,756	10,655	8,122	9,672	43,443	65,717
Viana do Castelo	0,164	0,630	14,948	22,009	18,129	21,805	6,978	9,070	11,127	11,268	51,345	64,782
Castelo Branco	0,514	4,221	10,736	15,353	7,727	10,598	15,316	18,042	8,353	8,765	42,646	56,979
Torres Vedras	1,724	5,139	11,636	16,918	13,772	17,589	3,888	7,052	10,193	10,062	41,213	56,761
Barcelos	1,031	1,061	13,843	14,163	15,405	16,357	8,833	9,024	15,820	15,431	54,933	56,037
Santa Maria da Feira	1,156	1,199	18,538	22,091	14,701	16,585	8,296	8,513	8,868	7,252	51,558	55,640
Faro	0,002	2,315	8,547	16,313	14,872	20,318	5,619	8,280	6,792	6,126	35,833	53,352
Aveiro	0,597	0,597	14,585	15,313	12,957	13,109	8,398	8,404	15,483	15,578	52,021	53,001
Évora	3,783	3,783	11,346	11,741	18,569	18,841	8,300	8,719	8,830	8,606	50,827	51,689
Ponta Delgada	1,130	1,489	9,756	11,052	13,386	17,673	9,461	13,481	5,435	5,749	39,167	49,444
Vila do Conde	0,858	0,858	14,479	14,479	17,722	17,722	9,599	9,599	6,212	6,212	48,870	48,870
Tavira	0,479	1,780	5,785	9,579	8,908	13,018	11,385	12,270	12,292	11,283	38,849	47,931
Lagos	3,442	3,443	15,303	16,373	12,959	13,839	6,140	6,480	7,698	7,680	45,543	47,814
Santarém	0,114	0,385	9,616	12,177	14,111	17,913	4,646	7,711	8,743	9,243	37,230	47,428

Grupo autárquico	CMVMC		Fornecimentos e serviços externos		Gastos com pessoal		Amortizações		Outros gastos		Total dos GASTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Palmela	0,786	0,804	12,772	13,418	17,895	18,641	7,779	7,826	4,597	4,001	43,829	44,690
Valongo	0,578	0,578	13,974	13,954	12,203	12,429	10,998	11,195	6,021	6,064	43,775	44,220
Covilhã	0,108	0,390	7,646	13,634	6,891	10,334	13,127	14,890	4,725	4,699	32,496	43,947
Barreiro	0,398	2,291	12,898	12,736	15,781	19,723	3,671	4,045	5,192	4,952	37,940	43,747
Póvoa de Varzim	1,964	1,964	14,604	14,846	12,163	12,872	7,659	7,699	5,488	5,495	41,878	42,876
Guarda	2,421	2,421	12,609	12,609	11,382	11,382	7,851	7,851	6,553	6,556	40,815	40,818
Figueira da Foz	0,415	0,415	12,410	12,864	10,759	11,153	10,304	10,584	6,016	5,036	39,904	40,052
Felgueiras	1,980	1,989	8,848	9,845	10,684	11,582	9,294	9,698	7,225	6,104	38,031	39,217
Alcobaça	0,464	1,918	11,318	13,755	7,035	8,217	4,296	6,089	8,803	9,068	31,915	39,047
Vila Real	0,582	2,388	7,824	12,409	7,440	9,942	5,166	6,844	5,480	6,841	26,491	38,424
Santo Tirso	0,662	0,729	14,223	14,345	10,303	10,667	6,949	6,980	5,041	5,058	37,178	37,779
Olhão	0,070	2,147	6,681	11,544	9,544	13,572	5,152	5,977	4,528	2,576	25,975	35,815
Montijo	0,324	0,400	6,547	10,826	13,821	17,251	2,840	3,761	2,761	3,172	26,292	35,410
Bragança	0,726	0,728	11,804	12,094	7,205	7,406	6,038	6,488	7,732	7,315	33,504	34,031
Pombal	0,143	0,195	9,584	9,141	8,317	9,273	9,440	9,488	5,784	5,786	33,268	33,883
Chaves	2,179	2,236	7,813	8,192	8,959	9,926	5,609	5,629	6,238	6,209	30,797	32,192
Cantanhede	0,669	1,833	4,144	9,082	6,040	9,000	5,472	7,733	4,181	4,188	20,507	31,836
Beja	1,074	2,857	6,911	7,573	8,842	11,389	4,638	5,479	3,523	4,351	24,988	31,648
Vila Real Sto. António	0,048	1,328	7,823	10,279	7,294	9,915	2,452	2,779	7,608	6,804	25,225	31,105
Abrantes	0,227	0,364	5,633	9,783	7,121	9,355	6,151	7,719	4,191	3,813	23,323	31,034
Caldas da Rainha	0,121	1,318	8,858	10,889	6,061	7,549	3,965	5,525	5,427	5,487	24,433	30,769
Tomar	0,805	3,168	5,382	6,820	8,740	10,558	4,859	5,669	3,609	3,271	23,395	29,485
Lousada	0,968	0,980	8,212	8,371	10,081	10,477	3,107	3,132	4,294	4,158	26,662	27,119
Fundão	0,126	0,220	8,611	8,569	6,380	6,735	5,400	5,405	5,939	5,961	26,457	26,891
Sines	0,667	0,667	5,227	5,516	8,730	9,356	3,458	3,542	6,854	6,737	24,936	25,818
Paços de Ferreira	0,479	0,479	5,829	6,182	8,169	9,335	4,130	4,556	6,516	4,992	25,123	25,543
Esposende	0,149	1,506	6,486	8,395	5,214	7,829	2,073	3,401	3,942	2,919	17,865	24,050
Torres Novas	0,320	0,320	7,010	7,010	8,765	8,765	6,116	6,116	1,758	1,758	23,969	23,969
Grândola	0,526	0,526	6,075	6,863	9,525	10,060	2,898	3,077	3,220	3,363	22,245	23,889
Marinha Grande	0,169	0,169	8,562	8,935	5,653	5,843	4,372	4,412	3,761	3,345	22,518	22,704
Arcos de Valdevez	0,654	0,654	7,357	7,357	5,200	5,200	5,830	5,830	3,640	3,640	22,680	22,680
Moura	1,355	1,121	3,786	3,756	6,804	7,602	7,464	7,645	1,857	2,094	21,266	22,218
Peniche	1,032	2,306	3,674	5,677	6,446	7,869	1,794	3,026	2,059	2,252	15,006	21,131
Montalegre	0,548	0,548	5,436	5,436	4,575	4,575	6,730	6,730	3,744	3,744	21,032	21,032
Trofa	0,263	0,267	4,829	5,970	6,317	6,602	3,313	3,660	3,868	3,804	18,590	20,304
São João da Madeira	0,362	0,745	5,705	7,221	5,158	5,967	3,479	3,901	2,320	2,337	17,026	20,170
Nazaré	0,218	1,177	3,447	6,289	3,320	6,322	1,651	2,157	3,610	3,662	12,246	19,607

Grupo autárquico	CMVMC		Fornecimentos e serviços externos		Gastos com pessoal		Amortizações		Outros gastos		Total dos GASTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
São Pedro do Sul	0,092	0,194	3,870	5,159	6,623	8,627	3,361	3,888	1,374	1,603	15,320	19,473
Rio Maior	0,087	0,240	6,309	7,160	5,529	7,369	2,916	3,083	2,225	1,620	17,067	19,471
Valpaços	0,812	0,812	4,797	4,797	3,804	3,804	6,296	6,296	3,707	3,707	19,416	19,416
Mirandela	1,603	1,603	5,971	6,329	5,918	6,225	2,203	2,230	3,088	3,002	18,784	19,389
Praia da Vitória	0,118	0,145	1,832	3,750	3,668	5,505	2,369	2,897	4,242	4,771	12,230	17,068
Vila Pouca de Aguiar	0,655	0,655	4,296	4,296	5,013	5,013	3,762	3,762	3,298	3,298	17,024	17,024
Benavente	0,651	0,651	4,783	4,783	6,933	6,933	2,543	2,543	1,953	1,953	16,863	16,863
Ribeira Grande	0,398	0,398	6,409	6,152	5,026	5,328	2,642	2,654	2,282	2,295	16,756	16,828
Cabeceiras de Basto	0,011	0,011	3,734	4,155	4,988	6,027	4,324	4,427	2,506	2,163	15,564	16,784
Óbidos	0,172	0,188	4,934	6,102	5,059	5,768	2,343	2,484	2,128	2,158	14,636	16,701
Póvoa de Lanhoso	0,879	0,879	4,340	4,542	4,322	4,811	4,060	4,107	2,025	2,178	15,626	16,517
Coruche	0,527	0,527	4,505	4,505	6,322	6,322	3,486	3,486	1,566	1,566	16,406	16,406
Melgaço	0,220	2,877	3,351	3,610	4,558	5,393	2,373	2,780	1,513	1,618	12,015	16,277
Monção	0,155	0,217	4,673	4,738	4,970	5,125	2,740	2,750	3,311	3,366	15,849	16,195
Mangualde	0,952	0,952	5,827	5,827	4,862	4,862	2,527	2,527	1,865	1,865	16,033	16,033
Celorico de Basto	0,154	0,134	3,783	3,858	4,803	5,267	2,859	2,943	3,218	3,148	14,817	15,350
Trancoso	0,097	0,097	2,906	2,914	3,496	3,525	3,102	3,105	1,186	5,070	10,787	14,710
Albergaria-a-Velha	0,342	0,342	4,996	4,996	4,419	4,419	2,965	2,965	1,787	1,781	14,509	14,503
Castro Marim	0,981	1,116	5,314	5,320	2,981	3,556	3,102	3,123	1,386	1,095	13,764	14,210
Valença	0,181	0,181	4,830	4,999	5,133	5,133	2,067	2,067	1,727	1,762	13,938	14,142
Cinfães	0,000	0,006	4,342	4,582	4,098	4,218	2,642	2,645	2,259	2,263	13,341	13,714
Batalha	0,204	0,218	4,990	4,724	2,752	4,174	3,413	3,413	1,763	1,066	13,122	13,594
Vieira do Minho	0,273	0,375	3,626	3,414	3,316	4,342	2,818	2,875	2,067	1,742	12,100	12,747
Proença-a-Nova	0,506	0,530	3,468	3,541	2,828	3,012	4,237	4,299	1,550	1,256	12,589	12,638
Ribeira de Pena	0,635	0,635	2,436	2,436	3,353	3,353	3,787	3,787	2,365	2,365	12,575	12,575
Torre de Moncorvo	0,604	0,605	3,742	3,755	2,860	2,871	3,191	3,196	1,992	2,001	12,389	12,429
Vila Nova de Cerveira	0,137	0,148	3,793	4,014	4,049	4,182	2,591	2,603	1,667	1,429	12,236	12,377
Vizela	0,287	0,287	2,870	2,870	4,220	4,220	2,320	2,320	2,363	2,363	12,060	12,060
Vinhais	0,244	0,244	3,609	3,793	3,497	3,497	2,040	2,062	2,671	2,396	12,062	11,992
Boticas	0,452	0,452	2,914	2,914	2,444	2,444	4,004	4,004	1,713	1,713	11,527	11,527
Salvaterra de Magos	0,372	0,372	3,185	3,185	4,361	4,361	1,855	1,855	1,566	1,566	11,339	11,339
Almodôvar	0,404	0,404	3,103	3,103	4,122	4,122	2,002	2,002	1,678	1,678	11,309	11,309
Vila Nova de Foz Côa	0,469	0,469	3,118	3,350	3,044	3,098	1,547	2,211	1,891	2,095	10,068	11,223
Mira	0,159	0,159	4,603	4,453	3,775	3,797	1,689	1,772	0,935	0,986	11,161	11,168
Lagoa (R.A.A)	0,870	0,870	4,415	4,546	3,035	3,035	1,345	1,345	1,216	1,216	10,881	11,012
Alcanena	0,011	0,019	3,499	3,517	3,358	3,447	2,032	2,143	1,824	1,775	10,723	10,902
Castro Verde	0,352	0,352	2,459	2,459	4,003	4,003	2,006	2,006	1,886	1,886	10,705	10,705

Grupo autárquico	CMVMC		Fornecimentos e serviços externos		Gastos com pessoal		Amortizações		Outros gastos		Total dos GASTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Santa Comba Dão	0,138	0,138	2,650	2,677	2,577	2,577	3,325	3,343	1,861	1,921	10,551	10,656
Chamusca	0,096	0,096	2,861	2,861	3,183	3,183	2,232	2,232	1,894	1,894	10,266	10,266
Ansião	0,251	0,251	3,513	3,513	2,247	2,247	2,800	2,800	1,379	1,379	10,189	10,189
Mortágua	0,305	0,305	2,563	2,563	2,553	2,553	2,247	2,247	2,108	2,108	9,776	9,776
Ferreira do Alentejo	0,378	0,379	2,532	2,542	4,327	4,331	1,077	1,077	0,973	0,975	9,286	9,303
Sta. Marta Penaguião	0,418	0,418	1,932	1,932	2,565	2,565	2,845	2,845	1,462	1,462	9,222	9,222
São Vicente	0,000	0,086	1,791	1,908	1,369	1,793	3,394	3,434	1,790	1,879	8,345	9,100
Vila Flor	0,157	0,157	2,457	2,680	2,936	3,131	1,727	1,754	1,332	1,216	8,609	8,937
Belmonte	0,533	0,573	3,316	3,330	1,513	1,766	1,948	1,949	1,271	1,263	8,580	8,881
Vila Franca do Campo	0,133	0,133	2,080	2,080	2,580	2,580	2,940	2,940	1,133	1,133	8,865	8,865
Sever do Vouga	0,074	0,089	2,930	2,903	2,121	2,278	2,521	2,522	1,074	1,014	8,720	8,807
Campo Maior	0,665	0,665	2,001	2,199	3,780	3,929	1,217	1,230	0,835	0,582	8,497	8,605
Alpiarça	0,153	0,216	1,739	1,831	2,874	3,057	2,396	2,411	0,760	0,793	7,922	8,308
Sernancelhe	0,057	0,057	4,030	4,034	1,899	1,901	1,417	1,418	0,748	0,748	8,152	8,158
Mondim de Basto	0,107	0,107	1,996	2,066	2,901	3,009	1,971	1,971	1,170	0,996	8,144	8,149
Vila Nova de Poiares	0,238	0,238	2,402	2,402	2,237	2,237	1,952	1,952	0,964	0,965	7,793	7,795
Góis	0,275	0,275	2,441	2,441	2,922	2,922	0,996	0,996	1,082	1,082	7,716	7,716
Carrazeda de Ansiães	0,177	0,177	2,164	2,173	2,474	2,487	1,709	1,709	0,983	0,986	7,507	7,531
Vila Nova Barquinha	0,059	0,059	2,452	2,489	2,940	2,940	1,086	1,086	0,940	0,937	7,476	7,510
Murça	0,248	0,289	1,772	1,945	2,394	2,749	1,480	1,483	0,711	0,912	6,606	7,378
Cuba	0,371	0,371	1,217	1,570	2,392	2,838	1,136	1,145	0,813	0,883	5,929	6,807
Nordeste	0,188	0,205	0,867	1,092	1,335	1,633	1,918	2,037	1,298	1,149	5,605	6,117
Penedono	0,043	0,043	2,048	2,048	1,609	1,609	1,311	1,311	1,000	1,008	6,011	6,019
Manteigas	0,303	0,303	1,432	1,432	1,309	1,309	1,955	1,955	0,989	0,990	5,989	5,990
Lajes do Pico	0,230	0,230	0,929	1,119	1,888	1,888	1,605	1,605	0,995	0,825	5,645	5,665
Castanheira de Pêra	0,021	0,119	1,449	1,740	1,438	1,905	1,177	1,313	0,595	0,533	4,681	5,609
TOTAL dos 135	96,079	248,186	1 378,555	1 767,836	1 602,928	2 014,679	828,936	963,203	1 280,010	1 235,209	5 186,507	6 229,114

Quadro 4.50 – Principais componentes dos rendimentos (proveitos)

Unidade: milhões de euros

Grupo autárquico	Vendas e prestações de serviços		Transferências recebidas		Impostos e taxas		Rendimentos financeiros		Outros rendimentos		Total dos RENDIMENTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Lisboa	123,869	314,825	39,472	47,024	513,651	513,051	3,937	4,149	245,799	250,663	926,728	1 129,712
Porto	6,375	72,471	31,984	32,050	154,185	154,185	11,022	13,525	31,711	33,555	235,276	305,786
Sintra	5,780	69,178	51,031	51,031	102,407	102,872	6,913	7,115	6,271	7,582	172,402	237,778
Cascais	14,251	57,751	29,575	0,000	152,447	152,444	0,095	0,088	18,999	21,175	215,367	231,459
Vila Nova de Gaia	3,979	61,441	33,396	37,016	80,165	80,165	0,324	0,506	16,458	19,335	134,321	198,464
Oeiras	14,322	43,855	31,576	31,576	100,159	100,159	5,050	2,218	1,588	6,820	152,694	184,628
Loures	3,559	41,513	31,404	31,407	60,716	61,207	5,047	5,036	16,118	13,113	116,844	152,275
Braga	1,987	40,415	31,487	31,347	51,664	51,664	6,372	3,177	3,507	6,713	95,017	133,316
Loulé	18,665	36,968	13,048	13,655	65,290	65,240	5,246	5,261	4,941	5,651	107,190	126,774
Matosinhos	14,165	22,470	32,076	32,076	60,685	60,685	0,267	0,267	10,210	10,249	117,403	125,747
Almada	8,146	32,037	20,774	20,962	56,697	0,000	3,216	3,369	3,979	61,858	92,813	118,225
Coimbra	1,937	32,421	18,753	19,670	50,775	51,498	4,732	4,746	8,130	9,777	84,327	118,113
Guimarães	3,695	27,423	35,637	36,490	38,735	38,734	3,081	2,887	5,817	7,909	86,964	113,444
Amadora	9,765	34,894	35,865	34,379	38,356	38,356	1,244	1,359	3,153	4,213	88,382	113,201
Maia	7,632	35,330	15,090	15,235	47,164	46,859	0,403	0,291	4,805	6,508	75,094	104,224
Odivelas	2,890	29,378	23,024	23,024	41,940	42,314	7,286	5,090	1,565	2,721	76,703	102,525
Vila Franca de Xira	8,983	22,828	16,237	16,237	38,958	38,958	0,885	0,894	6,461	11,223	71,525	90,140
Funchal	21,231	24,183	14,260	14,277	37,475	37,475	0,019	0,019	13,929	14,121	86,914	90,075
Leiria	6,027	19,762	20,912	20,912	35,159	35,256	3,364	3,403	5,252	7,982	70,715	87,315
Portimão	1,918	24,052	9,787	9,860	39,676	39,676	2,479	2,029	6,260	7,479	60,121	83,096
Aveiro	4,913	5,905	13,168	13,168	38,889	38,889	3,046	3,046	13,359	13,379	73,375	74,387
Mafra	8,852	16,095	14,458	14,470	38,848	38,848	0,433	0,133	3,831	3,924	66,424	73,471
Santa Maria da Feira	8,316	12,351	20,836	20,836	30,826	30,826	0,123	0,115	7,925	7,994	68,026	72,122
Viana do Castelo	1,132	14,661	21,018	21,018	23,643	23,540	1,116	1,135	7,461	8,799	54,369	69,153
Viseu	3,786	16,150	18,184	18,300	23,963	23,963	4,033	3,961	2,218	4,970	52,184	67,345
Torres Vedras	3,102	17,209	14,964	14,988	24,071	24,237	0,156	0,253	5,597	6,743	47,890	63,430
Lagos	9,977	12,150	6,453	6,453	35,146	35,146	0,876	1,338	7,543	7,665	59,996	62,751
Faro	0,808	18,379	10,968	10,983	26,137	26,137	0,144	0,221	3,596	5,107	41,654	60,826
Barcelos	3,484	3,559	27,792	29,171	20,739	20,739	0,151	0,151	5,445	5,381	57,611	59,002
Castelo Branco	1,390	12,698	21,814	22,343	9,840	9,840	0,209	0,308	8,227	10,641	41,480	55,830
Évora	9,735	10,496	17,796	17,796	17,425	17,425	0,034	0,075	8,024	8,131	53,013	53,923
Santarém	1,905	11,655	17,960	17,758	16,874	16,874	3,087	2,716	3,436	4,456	43,263	53,459
Valongo	3,654	4,066	14,253	14,253	22,978	22,978	2,347	2,361	7,728	7,745	50,960	51,402
Ponta Delgada	3,431	15,053	15,303	15,248	15,348	15,348	1,976	0,976	2,943	4,478	39,000	51,103

Grupo autárquico	Vendas e prestações de serviços		Transferências recebidas		Impostos e taxas		Rendimentos financeiros		Outros rendimentos		Total dos RENDIMENTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Barreiro	7,805	13,195	11,567	11,761	19,994	19,994	0,006	0,006	5,336	6,142	44,708	51,099
Vila do Conde	6,925	6,925	15,828	15,828	23,270	23,270	0,006	0,006	3,977	3,977	50,007	50,007
Póvoa de Varzim	12,627	13,413	9,802	10,000	17,618	17,617	0,302	0,296	5,307	5,328	45,657	46,655
Palmela	10,633	11,448	9,175	9,175	24,165	24,165	0,000	0,000	0,939	0,992	44,913	45,780
Covilhã	3,618	14,907	14,463	14,816	10,800	10,800	0,058	0,017	2,004	2,387	30,943	42,927
Figueira da Foz	2,780	3,413	11,278	11,285	21,959	21,955	2,594	1,944	3,021	3,177	41,632	41,774
Vila Real	2,957	12,887	12,791	13,221	10,675	10,675	0,252	0,072	2,183	4,332	28,858	41,188
Montijo	3,957	10,087	8,604	11,292	17,990	18,053	0,005	0,005	1,047	1,365	31,604	40,803
Guarda	6,894	6,938	16,094	16,094	10,977	10,977	2,219	2,219	4,465	4,421	40,650	40,650
Alcobaça	1,990	8,505	12,299	12,299	13,517	13,583	2,223	2,246	2,044	2,726	32,073	39,360
Tavira	1,019	10,779	7,502	7,509	17,675	17,668	2,391	2,192	0,552	1,004	29,138	39,153
Pombal	5,960	6,325	15,326	15,340	10,671	10,671	1,726	1,727	4,615	4,630	38,299	38,693
Olhão	1,090	11,024	11,011	11,060	14,092	14,092	0,104	0,104	1,809	1,937	28,106	38,218
Santo Tirso	2,969	3,121	15,272	15,696	14,340	14,340	1,856	1,859	3,176	3,183	37,614	38,199
Chaves	5,295	6,673	15,417	15,427	9,991	9,991	1,974	1,974	3,843	3,848	36,520	37,914
Cantanhede	0,674	9,158	10,265	10,735	9,040	9,040	2,071	1,212	3,104	6,447	25,154	36,592
Bragança	5,856	5,933	15,399	15,492	7,747	7,747	1,917	1,911	4,913	5,279	35,831	36,362
Felgueiras	6,927	6,939	15,408	16,634	9,798	9,798	0,035	0,035	2,106	2,312	34,274	35,718
Abrantes	0,594	7,296	12,604	12,830	6,774	6,783	2,982	2,987	1,807	2,561	24,762	32,457
Caldas da Rainha	1,056	7,562	8,090	8,081	13,356	13,399	1,490	1,491	1,233	1,518	25,224	32,052
Beja	4,068	9,360	12,084	12,087	7,370	7,370	0,008	0,107	1,469	2,876	24,999	31,800
Tomar	1,351	7,039	12,020	12,020	7,252	7,252	1,564	1,598	2,181	2,624	24,368	30,533
Vila Real Sto. António	3,626	10,689	3,480	3,530	12,197	11,945	0,325	0,325	1,605	2,590	21,234	29,080
Sines	3,915	3,312	6,637	7,080	8,880	8,880	0,534	0,511	8,172	9,227	28,140	29,010
Grândola	2,402	3,724	7,673	7,632	15,057	15,057	0,044	0,000	2,122	2,544	27,297	28,957
Lousada	4,474	4,960	13,248	13,248	7,817	7,817	0,057	0,055	2,243	2,256	27,840	28,337
Paços de Ferreira	1,807	2,049	12,634	12,634	8,823	8,823	1,173	1,173	2,655	2,950	27,090	27,628
Torres Novas	2,181	2,181	11,585	11,585	8,990	8,990	1,670	1,670	2,390	2,390	26,817	26,817
Marinha Grande	6,649	6,874	6,884	6,884	10,156	10,155	0,080	0,080	1,552	1,564	25,321	25,557
Esposende	1,575	7,287	7,752	7,743	8,189	8,189	0,817	0,822	0,846	1,388	19,180	25,430
Fundão	2,562	2,963	12,808	12,813	5,716	5,716	0,014	0,014	3,846	3,859	24,947	25,366
Trofa	0,511	1,991	9,048	9,056	11,088	11,088	0,882	0,882	1,697	1,888	23,227	24,906
Peniche	3,429	9,089	5,699	5,692	6,719	6,719	0,001	0,022	0,965	1,549	16,813	23,071
Arcos de Valdevez	2,808	2,808	13,234	13,234	3,160	3,160	1,260	1,263	2,275	2,275	22,737	22,740
Rio Maior	3,519	4,894	8,134	9,413	4,800	4,571	1,461	1,437	1,547	1,591	19,461	21,906
Mirandela	2,220	2,732	11,416	11,611	5,269	5,269	0,007	0,007	2,114	2,131	21,026	21,750

Grupo autárquico	Vendas e prestações de serviços		Transferências recebidas		Impostos e taxas		Rendimentos financeiros		Outros rendimentos		Total dos RENDIMENTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Ribeira Grande	3,674	3,217	10,569	11,121	4,109	4,109	0,832	0,832	2,047	2,067	21,232	21,347
Nazaré	0,252	7,544	4,038	4,038	7,881	7,881	0,409	0,409	0,764	0,922	13,344	20,794
São João da Madeira	3,300	6,415	4,971	5,345	7,332	7,332	0,106	0,085	1,499	1,516	17,207	20,693
São Pedro do Sul	1,164	5,452	8,588	8,622	2,813	2,813	0,042	0,042	2,546	2,412	15,153	19,341
Montalegre	1,113	1,113	12,089	12,089	1,367	1,367	3,033	3,033	1,723	1,723	19,325	19,325
Coruche	0,946	0,946	12,211	12,211	3,350	3,350	1,312	1,312	1,231	1,231	19,049	19,049
Valpaços	1,240	1,240	10,537	10,537	2,385	2,385	1,886	1,886	1,485	1,485	17,531	17,531
Moura	1,440	1,567	10,132	10,990	2,596	2,596	1,088	1,088	1,078	1,249	16,334	17,490
Benavente	2,555	2,555	5,368	5,368	8,488	8,488	0,276	0,276	0,640	0,640	17,327	17,327
Praia da Vitória	0,174	3,674	7,406	8,819	2,866	2,866	0,048	0,004	1,671	1,810	12,164	17,172
Monção	1,397	1,586	9,602	9,631	3,148	3,148	1,326	1,326	1,378	1,418	16,852	17,109
Vila Pouca de Aguiar	1,471	1,471	8,676	8,676	2,954	2,954	1,099	1,099	2,851	2,851	17,052	17,052
Póvoa de Lanhoso	1,883	1,897	7,969	8,955	4,076	4,076	0,795	0,648	1,376	1,397	16,099	16,973
Melgaço	1,202	5,198	7,472	7,472	1,601	1,572	1,234	1,234	0,716	1,034	12,225	16,510
Mangualde	2,262	2,262	8,022	8,022	3,862	3,862	0,609	0,609	1,623	1,623	16,378	16,378
Óbidos	5,173	7,079	3,877	3,880	4,413	4,413	0,008	0,008	0,702	0,875	14,173	16,255
Cabeceiras de Basto	1,764	3,298	8,586	8,657	2,216	2,216	0,836	0,462	1,039	1,091	14,440	15,723
Valença	2,239	2,243	7,175	7,175	3,518	3,518	1,003	1,003	1,182	1,358	15,117	15,297
Vizela	1,194	1,194	7,009	7,009	5,080	5,080	0,067	0,067	1,598	1,598	14,948	14,948
Albergaria-a-Velha	1,048	1,048	6,437	6,437	5,235	5,235	1,054	1,054	0,442	0,442	14,217	14,217
Celorico de Basto	0,774	0,834	8,554	8,587	2,128	2,128	0,690	0,690	1,590	1,589	13,736	13,829
Cinfães	0,129	0,118	10,120	10,435	0,928	0,928	0,057	0,055	1,905	1,906	13,139	13,443
Vila Nova de Cerveira	1,631	1,672	7,135	7,204	2,684	2,684	0,425	0,426	1,238	1,243	13,113	13,229
Torre de Moncorvo	1,014	1,047	9,048	9,049	1,769	1,769	0,004	0,004	0,743	0,743	12,578	12,611
Castro Marim	2,443	2,856	3,679	3,694	4,511	4,511	0,007	0,007	1,447	1,467	12,088	12,535
Vinhais	0,359	0,814	9,694	9,694	0,757	0,757	0,629	0,629	0,571	0,582	12,011	12,476
Vieira do Minho	0,969	1,102	8,172	7,823	1,542	1,542	0,241	0,241	1,292	1,736	12,216	12,444
Ribeira de Pena	2,869	2,869	5,738	5,738	1,328	1,328	0,911	0,911	1,574	1,574	12,420	12,420
Almodôvar	0,552	0,552	9,371	9,371	1,349	1,349	0,360	0,410	0,619	0,581	12,251	12,263
Batalha	0,235	0,561	5,836	5,836	4,024	4,024	0,525	0,525	1,151	1,152	11,771	12,098
Vila Nova de Foz Côa	1,274	2,736	7,010	7,010	1,244	1,244	0,000	0,000	1,010	1,085	10,537	12,075
Alcanena	2,049	1,379	5,569	5,575	3,255	3,255	0,000	0,000	0,867	1,728	11,740	11,937
Salvaterra de Magos	0,858	0,836	6,157	6,157	2,822	2,822	0,746	0,984	0,830	0,852	11,413	11,651
Lagoa (R.A.A)	2,416	2,547	5,205	5,205	2,763	2,763	0,000	0,000	0,768	0,768	11,152	11,282
Proença-a-Nova	1,045	1,120	6,717	6,732	0,803	0,803	0,111	0,111	2,177	2,220	10,853	10,986
Chamusca	0,732	0,192	7,658	7,658	1,422	1,422	0,204	0,204	0,910	1,450	10,926	10,926

Grupo autárquico	Vendas e prestações de serviços		Transferências recebidas		Impostos e taxas		Rendimentos financeiros		Outros rendimentos		Total dos RENDIMENTOS	
	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.	Contas individ.	Contas consolid.
Ferreira do Alentejo	0,807	0,825	7,288	7,288	1,842	1,842	0,399	0,399	0,285	0,285	10,621	10,639
Trancoso	0,350	0,350	7,682	7,682	1,201	1,201	0,461	0,461	0,890	0,907	10,584	10,601
Mira	1,584	1,612	5,280	5,282	2,980	2,980	0,091	0,013	0,553	0,616	10,488	10,504
Boticas	1,051	1,051	6,315	6,315	0,707	0,707	1,118	1,118	1,187	1,187	10,378	10,378
Ansião	1,286	1,286	5,645	5,645	2,233	2,233	0,433	0,433	0,694	0,694	10,290	10,290
Castro Verde	1,041	1,041	6,165	6,165	1,835	1,835	0,338	0,388	0,808	0,808	10,187	10,238
Mortágua	0,450	0,450	6,024	6,024	1,695	1,695	0,702	0,703	0,972	0,972	9,843	9,844
Sever do Vouga	0,417	0,501	5,475	5,479	1,701	1,701	0,467	0,467	1,210	1,210	9,269	9,358
Vila Flor	0,596	0,890	6,647	6,750	0,749	0,749	0,050	0,016	0,885	0,892	8,927	9,297
Vila Franca do Campo	1,146	1,146	4,709	4,709	2,434	2,434	0,069	0,069	0,762	0,762	9,120	9,120
Mondim de Basto	0,455	0,455	6,520	6,520	0,885	0,885	0,288	0,288	0,864	0,864	9,012	9,012
Sernancelhe	0,966	0,972	5,696	5,696	0,681	0,681	0,623	0,623	0,677	0,677	8,642	8,648
Campo Maior	1,408	1,460	5,085	5,085	1,396	1,396	0,005	0,014	0,479	0,479	8,373	8,435
Santa Comba Dão	0,304	0,304	4,707	4,707	2,360	2,360	0,495	0,495	0,494	0,495	8,360	8,361
Murça	0,826	0,887	5,480	6,159	0,531	0,531	0,000	0,000	0,637	0,658	7,475	8,235
Carrazeda de Ansiães	0,621	0,621	6,349	6,358	0,757	0,757	0,003	0,003	0,478	0,478	8,208	8,217
Alpiarça	0,334	0,606	4,125	4,136	1,542	1,542	0,362	0,247	1,206	1,408	7,569	7,939
Vila Nova de Poiares	0,782	0,782	4,458	4,458	1,963	1,963	0,005	0,005	0,478	0,478	7,685	7,685
Góis	0,445	0,445	5,256	5,256	0,900	0,900	0,589	0,589	0,488	0,488	7,677	7,677
Lajes do Pico	0,568	0,595	4,084	4,094	0,486	0,486	0,183	0,183	2,234	2,234	7,555	7,592
São Vicente	0,269	1,329	4,449	4,460	0,758	0,758	0,000	0,000	0,916	0,916	6,391	7,462
Vila Nova Barquinha	0,804	0,839	4,547	4,547	1,497	1,497	0,015	0,014	0,496	0,496	7,359	7,394
Sta. Marta Penaguião	0,830	0,830	4,863	4,863	0,511	0,511	0,330	0,330	0,485	0,485	7,019	7,019
Belmonte	0,576	0,851	4,226	4,228	0,785	0,785	0,008	0,008	1,080	1,083	6,676	6,955
Nordeste	0,016	0,531	4,528	4,528	0,859	0,859	0,005	0,005	0,829	0,893	6,237	6,816
Cuba	0,558	0,558	3,522	4,436	0,834	0,834	0,347	0,317	0,561	0,600	5,822	6,745
Castanheira de Pêra	0,150	1,156	3,449	3,449	0,522	0,522	0,047	0,049	0,955	0,984	5,124	6,160
Manteigas	0,417	0,417	4,006	4,006	0,421	0,421	0,374	0,374	0,671	0,671	5,889	5,889
Penedono	0,349	0,349	4,308	4,308	0,283	0,283	0,232	0,232	0,679	0,679	5,852	5,852
TOTAL dos 135	556,629	1 577,473	1 600,174	1 599,313	2 674,929	2 619,140	152,839	144,009	666,681	792,149	5 651,251	6 732,084

CAPÍTULO 5

RANKING GLOBAL

5.1. Enquadramento e Metodologia

Nos capítulos anteriores foram apresentados Rankings que ordenam os municípios em diferentes aspetos financeiros, orçamentais, económicos e patrimoniais¹⁷⁰. Tal como acontece desde 2006, é apresentado um Ranking global que posiciona os municípios em função de variáveis e rácios financeiros que se entenderam mais apropriados para caracterizar comparativamente a sua gestão financeira. Com a comparação dos rácios e variáveis que se apresentam neste capítulo, pretende-se hierarquizar os municípios atendendo à valoração global da sua gestão económico-financeira refletiva nos documentos de prestação de contas.

Neste anuário mantém-se a composição do conjunto de rácios e variáveis adotadas na análise do ano económico anterior por se entenderem válidos os critérios que estiveram na base da sua constituição¹⁷¹.

5.2. Indicadores do Ranking Global

Para o Ranking Global mantêm-se os 11 indicadores selecionados no ano transato e apresentados no quadro 5.01, tendo sido seguida a seguinte metodologia para o posicionamento de cada município em relação a cada um deles, com exceção para o 6-º critério – Prazo Médio de Pagamento:

¹⁷⁰ Por falta de elementos informativos quanto ao custo de cada output produzido pelos municípios de acordo com as finalidades que se pretendem atingir, no cumprimento das competências que lhe são adstritas, não foi possível determinar indicadores de eficiência ou eficácia correlacionando cada sector da atividade municipal.

¹⁷¹ A apresentação de rankings de municípios tao longo deste anuário teve por objetivo sair do geral para o particular, particularizando a nossa análise e permitindo aos municípios verem-se refletidos na mesma. Não se pretendeu com os mesmos criar qualquer forma de pressão social, mas sim incentivar as autoridades locais a melhorarem os seus meios de governação. Mais se entendeu que a informação disponível para além de relevante era fidedigna e por isso passível de utilizar de forma comparativa através para cálculo e indicadores selecionados pelos autores deste anuário.

- Ordenaram-se, para cada indicador, os 308 municípios de acordo com a melhor prestação em relação à variável em análise, que nuns casos será o maior rácio ou valor e noutros o menor rácio ou menor valor, atribuindo-se ao primeiro de cada lista a pontuação máxima de 200 pontos e reduzindo-se um ponto para cada município seguinte na ordem descendente do posicionamento dos mesmos;
- Com este critério de pontuação apenas serão escalonados os 200 municípios melhor posicionados em cada indicador, desprezando-se a pontuação dos últimos 108 municípios para cada listagem considerada.
- No caso do indicador nº 6 – Prazo Médio de Pagamento (PMP) foi atribuída a pontuação de 100 pontos aos municípios com PMP inferior a 30 dias, 50 pontos aos municípios com um PMP superior ou igual a 30 dias e inferior a 60 dias, e o pontos aos restantes cujo PMP é superior ou igual a 60 dias;
- Manteve-se, para o ano económico de 2018, o novo indicador introduzido para 2017 (Passivo exigível de contas consolidadas/rendimentos próprios) uma vez que foi possível obter informação do balanço e demonstração de resultados consolidados de 135 grupos autárquicos Portugueses¹⁷². Optou-se para atribuir como pontuação máxima 100 pontos, pois é um indicador ainda em fase de validação dos dados.
- Assim, conhecendo-se os valores de 135 grupos municipais, para efeitos de cálculo deste indicador consideraram-se, em acréscimo, os valores das contas individuais de 173 municípios, optando-se para atribuir como pontuação máxima 100 pontos, pois é um indicador composto e ainda em fase de validação dos dados.
- Finalmente e resultante da conjugação dos 11 indicadores selecionados, a pontuação máxima a atribuir a um município poderá ser 2 000 pontos.

¹⁷² Para efeitos do cálculo do indicador XI indicador, obtido a partir das contas consolidadas foram consideradas 135 contas consolidadas, menos 9 que as obtidas para 2017, devido à extinção de entidades empresariais ou à diminuição do nível de participação relevante de municípios em outras. Apenas a autarquia de Portalegre, até à data de realização este anuário, não tinha apresentado contas consolidadas. Assim consideram-se 136 grupos autárquicos, sendo o tratamento e consideração para efeitos de obtenção do ranking global, bastante satisfatório.

Quadro 5.01 – Indicadores selecionados para ranking global da situação financeira dos municípios

N.º	Indicador	Fórmula	Fonte	Ordem de pontuação
1	Índice Liquidez	Dívidas a receber c.p. + disponibilidades	Balanço (Ativo)	Maior rácio = 200
		Dívidas a pagar curto prazo	Balanço (Passivo)	
2	Resultado Operacional deduzido de amortizações e provisões sobre os proveitos operacionais	Proveitos operacionais – (custos operacionais – amortizações – provisões)	Demonstração de Resultados	Maior rácio = 200
		Proveitos Operacionais		
3	Peso Passivo exigível no Ativo	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço (Passivo)	Menor rácio = 200
		Ativo Total - Bens de Domínio Público	Balanço (Ativo)	
4	Passivo por habitante	Dívidas totais (passivo exigível)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		N.º de habitantes	INE 2018	
5	Taxa de cobertura financeira da despesa realizada no exercício	Despesas comprometidas para o exercício	Controlo orçamental da despesa	Menor rácio = 200
		Receitas liquidadas	Controlo orçamental da receita	
6	Prazo Médio de Pagamentos	PMP a 31.12.2018 (n.º de dias)	DGAL	PMP < 30 = 100 PMP ≥ 30 < 60 = 50 PMP ≥ 60 = 0
7	Grau de execução do saldo efetivo	Receitas efetivas liquidadas - Despesas efetivas comprometidas	Controlo orçamental da receita e da despesa	Maior rácio = 200
		Receitas efetivas liquidadas	Controlo orçamental da receita	
8	Índice de Dívida Total	Dívida Total (passivo exigível - operações de tesouraria)	Balanço (passivo)	Menor rácio = 200
		Média das receitas correntes nos últimos 3 anos	Controlo orçamental da receita	
9	Índice de Superavit	Despesas Pagas + (depósitos e caixa – operações de tesouraria)	Controlo orçamental da despesa, balanço e fluxos de caixa	Maior rácio = 200
		Despesas comprometidas para o exercício	Controlo orçamental da despesa	
10	Impostos diretos por habitante	IMI+IMT+IUC+ derrama	Controlo orçamental da receita	Maior rácio = 200
		N.º de habitantes	INE 2018	
11	Peso Passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios	Dívidas a pagar (passivo exigível)	Balanço consolidado	Menor rácio = 100
		Rendimentos (proveitos) próprios	Demonstração de Resultados consolidada	
Pontuação máxima				2.000

Face ao exposto na introdução deste capítulo, mantém-se a justificação para a escolha de cada indicador supramencionado atualizando-se, apenas, os dados que permitem determinar o valor base de cada um, para o ano económico de 2018.

I. Índice Liquidez

Dívidas a receber de curto prazo + disponibilidades
Dívidas a pagar curto prazo

- Este indicador relaciona as dívidas a receber a curto prazo e os valores monetários disponíveis com as dívidas a pagar a curto prazo, permitindo verificar se um município terá ou não dificuldades em pagar os seus compromissos de curto prazo, bem

como determinar o correspondente grau de cobertura financeira das dívidas relacionadas com estes compromissos.

- Não foi atribuída pontuação aos três municípios que não apresentaram saldo em Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes (Carraceda de Ansiães, Nordeste, Santana e Tábua), no final do ano económico. Apesar de não se possuir informação suficiente para aferir razões substantivas para ausência deste registo contabilístico, entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios, a liquidação da receita foi registada apenas no momento da cobrança não obedecendo ao definido no POCAL.

R.69.A – 20 municípios com melhor índice de liquidez

	Município	Distrito	Dimensão	Índice Liquidez	Pontuação
1	Arronches	Portalegre	P	5841%	200
2	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	3557%	199
3	Mealhada	Aveiro	P	2618%	198
4	Portel	Évora	P	2544%	197
5	Santa Cruz das Flores	Açores	P	2279%	196
6	Tavira	Faro	M	2077%	195
7	Penedono	Viseu	P	1977%	194
8	Castanheira de Pera	Leiria	P	1956%	193
9	Alvito	Beja	P	1796%	192
10	Olhão	Faro	M	1736%	191
11	Castelo Branco	Castelo Branco	M	1603%	190
12	São Roque do Pico	Açores	P	1586%	189
13	Sintra	Lisboa	G	1542%	188
14	Faro	Faro	M	1468%	187
15	Ponta do Sol	Madeira	P	1380%	186
16	Albufeira	Faro	M	1365%	185
17	Vila Franca do Campo	Açores	P	1252%	184
18	Amadora	Lisboa	G	1240%	183
19	Alcácer do Sal	Setúbal	P	1178%	182
20	Marinha Grande	Leiria	M	1142%	181

II. Razão entre o Resultado Operacional (deduzido de amortizações e provisões) e os Proveitos Operacionais

Proveitos operacionais – (custos operacionais – amortizações – provisões)

Proveitos Operacionais

– Embora se entenda que um município não tem como objetivo o lucro, não deixa de ser merecedor de avaliação os resultados económicos apresentados, sobretudo os resultados opera-

cionais¹⁷³. Reforça este entendimento o facto de se verificar que nos últimos anos tem diminuído o número de municípios com resultados operacionais negativos, fruto de uma gestão mais adequada e equilibrada da afetação dos seus proveitos.

¹⁷³ Resultados antes dos resultados extraordinários e financeiros.

R.69.B – 20 municípios com melhor Resultado Operacional

	Município	Distrito	Dimensão	Resultado Operacional / Proveitos Operacionais	Pontuação
1	Penamacor	Castelo Branco	P	43,9%	200
2	Aveiro	Aveiro	M	43,4%	199
3	Nordeste	Açores	P	42,2%	198
4	Maia	Porto	G	41,8%	197
5	Covilhã	Castelo Branco	M	40,6%	196
6	Portimão	Faro	M	40,2%	195
7	Vila Franca do Campo	Açores	P	38,6%	194
8	Leiria	Leiria	G	37,4%	193
9	Ílhavo	Aveiro	M	37,0%	192
10	Barcelos	Braga	G	36,5%	191
11	Santana	Madeira	P	36,4%	190
12	Castelo Branco	Castelo Branco	M	36,3%	189
13	Velas	Açores	P	35,9%	188
14	Vizela	Braga	M	35,5%	187
15	Ribeira Brava	Madeira	P	35,3%	186
16	Angra do Heroísmo	Açores	M	35,2%	185
17	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	35,1%	184
18	Cantanhede	Coimbra	M	34,7%	183
19	Paredes	Porto	M	34,3%	182
20	Trofa	Porto	M	34,2%	181

III. Peso do Passivo exigível no Ativo¹⁷⁴

Dívidas a pagar (passivo exigível)
Ativo Total - Bens de Domínio Público

– Este indicador medirá o nível de comprometimento obtido pela dívida total sobre o ativo. Será mais um indicador exclusivamente de avaliação comparativa pois a sua execução será inverossímil¹⁷⁵ no enquadramento jurídico vigente dos municípios.

¹⁷⁴ Rácio de endividamento.

¹⁷⁵ Não está previsto constitucionalmente na Lei das Finanças Locais a possibilidade de extinção de uma autarquia liquidando-se todo o ativo do domínio privado para pagar o passivo

Trata-se de um indicador de comparabilidade para efeitos de medição da eficácia da gestão orçamental

– Para efeito do seu cálculo, deduziu-se ao ativo o valor de bens de domínio público, uma vez que estes não podem ser alienados sem a necessária desafetação. É de referir que em relação ao ano económico de 2018, apenas um município (Fornos de Algodres) apresentou uma dívida total a pagar superior ao valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público, pelo que este rácio se apresentou superior a 100% para esse município. Destaca-se pela positiva o facto de se identificarem 205 municípios com este rácio inferior a 20%.

R.69.C – 20 municípios com menor Peso do Passivo Exigível no Ativo

	Município	Distrito	Dimensão	Peso Passivo Exigível	Pontuação
1	Penedono	Viseu	P	0,6%	200
2	Lajes das Flores	Açores	P	1,0%	199
3	Mealhada	Aveiro	P	1,1%	198
4	Castelo de Vide	Portalegre	P	1,2%	197
5	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	1,2%	196
6	Castelo Branco	Castelo Branco	M	1,6%	195
7	Porto	Porto	G	1,6%	194
8	Marinha Grande	Leiria	M	1,9%	193
9	Alcácer do Sal	Setúbal	P	1,9%	192
10	Arronches	Portalegre	P	2,0%	191
11	Ponte de Sor	Portalegre	P	2,0%	190
12	Santa Cruz das Flores	Açores	P	2,2%	189
13	Sintra	Lisboa	G	2,3%	188
14	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	2,5%	187
15	Boticas	Vila Real	P	2,8%	186
16	Elvas	Portalegre	M	2,9%	185
17	Ponte de Lima	Viana do Castelo	M	3,0%	184
18	Redondo	Évora	P	3,3%	183
19	Mira	Coimbra	P	3,4%	182
20	Ponta do Sol	Madeira	P	3,5%	181

IV. Passivo por habitante

Dívidas totais (passivo exigível)
N.º de habitantes

Este indicador permite determinar o valor do passivo exigível (dívida global¹⁷⁶) por habitante, indexando o total do passivo à dimensão social do município relacionada com a população residente.

- Assim, média nacional dos passivos por habitante foi de 597 euros, tendo o município de Mealhada apresentado o menor valor de passivo por habitante (32,5 €/habitante) e o município de Fornos de Algodres o maior passivo por habitante (6.121 €/habitante).

¹⁷⁶ Inclui as dívidas a terceiros totais de curto prazo e de médio e longo prazo. Não inclui provisões para riscos e encargos, proveitos diferidos e acréscimos de custos.

V. Grau de cobertura das despesas: despesa comprometida / receita liquidada líquida

Despesas comprometidas para o exercício
Receitas liquidadas

- Um município não deve comprometer despesa a pagar no exercício, num valor superior ao que presume liquidar de receita. Embora a regra estabelecida pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso exija que os compromissos sejam indexados à receita cobrada, sempre será possível excecionar esta condição considerando, ainda a, receita certa a cobrar. Ora a receita certa a cobrar, será aquela que se sustenta em liquidações efetuadas com base em direitos adquiridos que permitirão, sempre, ao município receber a quantia liquidada. Este será o principal argumento para se incluir como denominador deste indicador as receitas liquidadas, item que, se entende ser de grande importância para análise da eficiência financeira, e que foi analisado no capítulo 2 do presente anuário.

R.69.D – 20 municípios com menor Passivo por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Passivo por habitante	Pontuação
1	Mealhada	Aveiro	P	32,5 €	200
2	Sintra	Lisboa	G	38,8 €	199
3	Ponta do Sol	Madeira	P	43,7 €	198
4	Marinha Grande	Leiria	M	46,5 €	197
5	Castelo de Vide	Portalegre	P	70,2 €	196
6	Alcobaça	Leiria	M	75,7 €	195
7	Penedono	Viseu	P	76,4 €	194
8	Benavente	Santarém	M	81,6 €	193
9	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	89,9 €	192
10	Alcácer do Sal	Setúbal	P	90,1 €	191
11	Ovar	Aveiro	M	91,1 €	190
12	Elvas	Portalegre	M	92,9 €	189
13	Lajes das Flores	Açores	P	93,1 €	188
14	Porto	Porto	G	98,5 €	187
15	Ponte de Lima	Viana do Castelo	M	100,3 €	186
16	Sátão	Viseu	P	100,6 €	185
17	Castelo Branco	Castelo Branco	M	100,8 €	184
18	Redondo	Évora	P	102,3 €	183
19	Caldas da Rainha	Leiria	M	106,6 €	182
20	Santa Cruz das Flores	Açores	P	110,0 €	181

- O indicador em apreço determina a capacidade dos municípios em responder aos seus compromissos, podendo indiciar uma situação de rutura financeira a repetição, em anos consecutivos, de um coeficiente maior um.
- Como receita liquidada considerou-se o total de receita liquidada deduzida das liquidações anuladas e acrescida do montante de saldo de gerência anterior contabilizado em previsões orçamentais corrigidas¹⁷⁷ ainda que não incluído na receita liquidada.
- A média nacional do peso da despesa comprometida relati-

¹⁷⁷ Os autores deste Anuário entendem que os saldos da gerência anterior não deverão ser integrados orçamentalmente enquanto a execução orçamental da receita liquidada não demonstrar uma execução de 100%, ou a possibilidade da mesma ser dessa ordem.

vamente à receita liquidada¹⁷⁸ dos 308 municípios foi de 101,1%¹⁷⁹ em 2018, sendo que 149 municípios apresentaram este rácio inferior a 100%.

- Assim, foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentaram este indicador superior a 100%.

¹⁷⁸ Acrescida do Saldo das gerências anteriores

¹⁷⁹ Situação já de si censurável e desrespeitadora das boas práticas de gestão, pois nunca deveria ocorrer assunção de compromissos, em valor superior à receita cobrada, ou, excepcionalmente à receita prevista receber com elevado grau de certeza. Anota-se que ainda existiu, em 2018, um município – Nazaré – cujo valor deste indicador foi superior a 200% (a despesa comprometida ultrapassou o dobro da receita liquidada).

R.6g.E – 20 municípios com melhor grau de cobertura das despesas

	Município	Distrito	Dimensão	Despesa comprometida / Receita liquidada líquida	Pontuação
1	Albufeira	Faro	M	59,5%	200
2	Velas	Açores	P	59,9%	199
3	Arronches	Portalegre	P	65,3%	198
4	Vila Franca de Xira	Lisboa	G	65,5%	197
5	Lagos	Faro	M	66,5%	196
6	Marinha Grande	Leiria	M	67,1%	195
7	Santa Cruz das Flores	Açores	P	67,7%	194
8	Alvito	Beja	P	67,8%	193
9	Penedono	Viseu	P	67,9%	192
10	Tavira	Faro	M	68,2%	191
11	Aveiro	Aveiro	M	70,5%	190
12	Alcochete	Setúbal	P	71,5%	189
13	Coruche	Santarém	P	71,8%	188
14	Azambuja	Lisboa	M	72,6%	187
15	Portimão	Faro	M	73,2%	186
16	Leiria	Leiria	G	74,2%	185
17	Loures	Lisboa	G	74,3%	184
18	Ponta do Sol	Madeira	P	75,7%	183
19	Santa Maria da Feira	Aveiro	G	76,6%	182
20	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	76,7%	181

VI. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

- O PMP, tendo sido sempre considerado na medição da eficiência financeira dos municípios, tem como limite, a partir da regulamentação apresentada na LCPA, os 90 dias.
- Verificou-se que, à data de dezembro de 2018, 36 municípios ainda apresentavam um prazo médio de pagamento superior a 90 dias. No entanto, é de destacar que 189 municípios apresentaram prazos médios de pagamentos inferiores a 30 dias.
- A alteração dos prazos de pagamento dos 103 municípios que no triénio 2013/2015 receberam financiamento ao abrigo do PAEL foi o seguinte: 20 municípios aumentaram o PMP em 2013, outros 20 aumentaram-no em 2014, 28 aumentaram em 2015, 32 aumentaram em 2016, 28 municípios em 2017 **e 49 municípios**

aumentaram o PMP em 2018 sendo que 13 destes municípios já tinham aumentado também, em 2017.

- Conforme foi referido no ponto 3.5.4 do capítulo 3, alguns municípios apresentam como prazo médio de pagamento (PMP) de zero, um, ou dois dias, prazos demasiado pequenos que podem traduzir a pouca fiabilidade deste indicador já referida em anteriores anuários e incompatíveis com a realidade decorrente dos procedimentos exigidos para a liquidação e pagamento das despesas públicas. Face ao exposto, entendeu-se atribuir a este rácio a pontuação de 100, a todos os municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias, e de 50 pontos aos que apresentam PMP entre 30 e 59 dias.
- O quadro seguinte resume a classificação atribuída.

Quadro.5.02 – municípios por intervalos no Prazo Médio de Pagamentos

Intervalo de PMP	Quantidade	Pontuação
Número de municípios com prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias	189	100
Número de municípios com prazo médio de pagamentos entre 30 dias e 59 dias	62	50
Número de municípios com prazo médio de pagamentos igual ou superior a 60 dias	57	0

VII. Grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

Receitas efetivas liquidadas - Despesas efetivas comprometidas

Receitas efetivas liquidadas

- Neste anuário, mantém-se a inclusão do rácio que relaciona o saldo efetivo¹⁸⁰ com as receitas efetivas. Entende-se que numa

¹⁸⁰ Diferença entre as receitas efetivas (receitas deduzidas dos ativos financeiros e dos passivos financeiros recebidos no ano económico em causa) e as despesas efetivas (despesa total deduzida dos ativos financeiros pagos e das amortizações de empréstimos).

boa prática de gestão autárquica, as receitas efetivas deveriam ser superiores às despesas efetivas. Estiveram nesta situação 92 municípios, em 2018.

- Foi atribuída a pontuação de zero aos municípios que apresentem este indicador com valores inferiores a zero, isto é que tenham apresentado um saldo efetivo negativo.

R.69.F – 20 municípios com maior grau de execução do saldo efetivo, na ótica dos compromissos

	Município	Distrito	Dimensão	Grau de execução do saldo efetivo	Pontuação
1	Ourém	Santarém	M	85,4%	200
2	Mourão	Évora	P	35,9%	199
3	Loures	Lisboa	G	31,3%	198
4	Funchal	Madeira	G	28,8%	197
5	Velas	Açores	P	27,2%	196
6	Portimão	Faro	M	26,0%	195
7	Calheta (R. A. A.)	Açores	P	24,0%	194
8	Alfândega da Fé	Bragança	P	22,3%	193
9	Azambuja	Lisboa	M	22,2%	192
10	Oliveira de Azeméis	Aveiro	M	22,1%	191
11	Vila Franca de Xira	Lisboa	G	21,9%	190
12	Nordeste	Açores	P	19,6%	189
13	Vila Franca do Campo	Açores	P	19,1%	188
14	Alcochete	Setúbal	P	19,1%	187
15	Lagos	Faro	M	17,1%	186
16	Arronches	Portalegre	P	17,1%	185
17	Guarda	Guarda	M	17,0%	184
18	Montijo	Setúbal	M	16,7%	183
19	Santa Cruz	Madeira	M	14,3%	182
20	Palmela	Setúbal	M	14,3%	181

VIII. Índice de Dívida Total

Dívida Total do município (passivo exigível - operações de tesouraria)

Média das receitas correntes dos 3 anos anteriores

- Refere a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), no seu artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores¹⁸¹, considerando-se como dívida total de operações orçamentais quaisquer formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.
- Dada a importância deste indicador na LFL, entendeu-se fundamental a sua inclusão no conjunto dos indicadores de eficiência financeira sendo de realçar que, com as informações disponi-

¹⁸¹ Isto é, o passivo exigível de natureza orçamental não pode ser superior, em dezembro de cada ano, a 150% da média das receitas correntes dos últimos três anos.

bilizadas¹⁸² ainda existiriam 23 municípios com este rácio acima do que será permitido por Lei (ver capítulo 3). Pelas razões já aduzidas no Capítulo 3, não foram incluídas as dívidas das entidades participadas, conforme está previsto pelo artigo 54º da mesma Lei.

- Considera-se passivo exigível o total de dívidas a pagar, ou seja, não se inclui neste indicador os montantes de provisões para riscos e encargos, proveitos diferidos ou acréscimos de custos, constituintes do passivo total, na organização contabilística instituída.
- Considerou-se, para efeitos de obtenção deste rácio, como saldo de operações de tesouraria o valor que consta no mapa de fluxos de caixa.
- Dada a importância do indicador em preço (passivo exigível), optou-se por não se considerar no ranking global dos 100 melhores os municípios que tivessem que apresentaram um quociente entre a dívida total e a média das receitas correntes dos 3 anos anteriores com valor superior a 150%.

¹⁸² Dizemos provavelmente uma vez que não incluímos a dívida de empresas municipais nem deduzimos exceções previstas por Lei.

R.69.G – 20 municípios com menor índice de dívida total do município*

	Município	Distrito	Dimensão	Índice de dívida total	Pontuação
1	Mealhada	Aveiro	P	0,6%	200
2	Penedono	Viseu	P	0,8%	199
3	Castelo de Vide	Portalegre	P	2,8%	198
4	Lajes das Flores	Açores	P	3,0%	197
5	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	3,7%	196
6	Marinha Grande	Leiria	M	4,0%	195
7	Pampilhosa da Serra	Coimbra	P	5,2%	194
8	Ponta do Sol	Madeira	P	5,2%	193
9	Alcácer do Sal	Setúbal	P	5,8%	192
10	Lagoa (Algarve)	Faro	M	5,9%	191
11	Sintra	Lisboa	G	7,0%	190
12	Sátão	Viseu	P	7,4%	189
13	Redondo	Évora	P	7,7%	188
14	Elvas	Portalegre	M	7,9%	187
15	Santa Cruz das Flores	Açores	P	8,0%	186
16	Boticas	Vila Real	P	9,9%	185
17	Porto	Porto	G	10,6%	184
18	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	P	10,8%	183
19	Ponte de Sor	Portalegre	P	11,3%	182
20	Alcobaça	Leiria	M	11,7%	181

* Não deduzidas as exceções previstas por Lei

IX. Índice de Superavit¹⁸³

Despesas Pagas + (depósitos e caixa – operações de tesouraria)

Despesas comprometidas

- Uma boa gestão financeira deveria refletir o pagamento dentro do ano económico das despesas comprometidas e executadas física e financeiramente. Assim, seria desejável que a razão entre as despesas pagas e os compromissos assumidos fosse próxima dos 100%, considerando neste computo a participação do saldo de caixa (excluídas as operações de tesouraria).
- No entanto, considerando que alguns compromissos podem não estar pagos à data de 31 de dezembro de 2018, por ainda não se terem transformado em obrigações, entendeu-se manter o indicador que traduz o grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos, considerando a existência de um Superavit sempre que a despesa paga acrescida do saldo final de tesouraria seja superior à despesa assumida para aquele ano económico, tenha sido ou não paga.
- Entende-se que este indicador ao relacionar o montante de compromissos assumidos, com o montante pago dos mesmos acrescidos das disponibilidades monetárias (excluídas das operações de tesouraria) existentes no final do ano económico, indicará o índice de superavit orçamental, pois traduzirá um valor de receita (incluindo saldos anteriores de tesouraria) superior ao valor de compromissos assumidos para o exercício económico em apreço.
- Assim, será expectável que este indicador seja igual ou superior a 100%¹⁸⁴ nos municípios com elevado execução do grau de despesa e com disponibilidades de caixa superiores ao valor dos

compromissos assumidos e por pagar.

- Em dezembro de 2018 apresentaram este rácio superior a 100%, 137 municípios.
- Dada a importância deste rácio, entendeu-se excluir do ranking global dos 100 melhores municípios, os que apresentaram um valor deste rácio inferior a 80%, pois, incluindo as disponibilidades monetárias existentes no final do económico só teriam capacidade financeira para pagar 80% dos compromissos correntes do exercício. Seriam sempre município com problemas de sustentabilidade económica pelo que, não deverão ser incluídos numa ranking que pretenderá identificar as mais eficientes e eficazes autarquias.
- O ranking R.69.H apresenta os 20 municípios com melhor grau de execução da despesa acrescida dos saldos orçamentais de tesouraria, relativamente aos compromissos do exercício assumidos.

¹⁸³ É o mesmo indicador que antes era designado por Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos.

¹⁸⁴ Considerando encargos assumidos de exercícios e executados fisicamente, mas não refletidos financeiramente por atraso e faturação ou outras razões não imputáveis ao município.

R.69.H – 20 municípios com melhor Grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos

	Município	Distrito	Dimensão	Grau de execução da Despesa	Pontuação
1	Arronches	Portalegre	P	230,2%	200
2	Amadora	Lisboa	G	195,1%	199
3	Sintra	Lisboa	G	169,1%	198
4	Albufeira	Faro	M	167,7%	197
5	Velas	Açores	P	166,7%	196
6	Oeiras	Lisboa	G	159,9%	195
7	Castelo Branco	Castelo Branco	M	156,4%	194
8	Marinha Grande	Leiria	M	148,9%	193
9	Santa Cruz das Flores	Açores	P	147,8%	192
10	Alvito	Beja	P	147,6%	191
11	Tavira	Faro	M	146,8%	190
12	Penedono	Viseu	P	146,0%	189
13	Alcochete	Setúbal	P	145,5%	188
14	Aveiro	Aveiro	M	144,2%	187
15	Portel	Évora	P	142,6%	186
16	Lagos	Faro	M	142,3%	185
17	Loulé	Faro	M	138,4%	184
18	Coruche	Santarém	P	138,3%	183
19	Azambuja	Lisboa	M	136,6%	182
20	Leiria	Leiria	G	135,7%	181

X. Impostos diretos por habitante

IMI+IMT+IUC+ derrama
N.º de habitantes

– Sendo os impostos diretos, a receita autárquica mais relevante proveniente diretamente dos rendimentos dos contribuintes residentes no município, mantém-se como um indicador importante para a determinação do ranking global das autarquias. Trata-se de um indicador que mede o nível de contribuição média de impostos por habitante. Embora não seja um indicador que isoladamente possa traduzir o grau de desenvolvimento

do município será sem dúvida um indicador que pode ajudar a avaliar o nível de autonomia financeira de um município e, assim, aferir a sua capacidade para investir em atividades que se reflitam favoravelmente em outros indicadores que medem a qualidade de vida da população.

– Relativamente a este indicador, a média destes impostos por habitante, em 2018, foi de 215 euros por habitante.

– De salientar que nos 10 primeiros municípios, 7 são do distrito de Faro. No entanto, esse valor pode não significar que os residentes paguem mais impostos que os de outros concelhos, mas que existirão receitas significativas de não residentes, nomeadamente IMI e IMT.

R.6g.I – 20 municípios com melhor índice de impostos por habitante

	Município	Distrito	Dimensão	Impostos por habitante	Pontuação
1	Vila do Bispo	Faro	P	1 120,9 €	200
2	Lagos	Faro	M	994,5 €	199
3	Loulé	Faro	M	976,1 €	198
4	Albufeira	Faro	M	944,9 €	197
5	Lagoa (Algarve)	Faro	M	942,6 €	196
6	Lisboa	Lisboa	G	938,5 €	195
7	Grândola	Setúbal	P	937,4 €	194
8	Portimão	Faro	M	746,9 €	193
9	Tavira	Faro	M	705,9 €	192
10	Cascais	Lisboa	G	647,7 €	191
11	Aljezur	Faro	P	609,8 €	190
12	Sines	Setúbal	P	602,5 €	189
13	Porto	Porto	G	591,7 €	188
14	Vila Real de Santo António	Faro	P	572,9 €	187
15	Azambuja	Lisboa	M	571,2 €	186
16	Óbidos	Leiria	P	540,0 €	185
17	Oeiras	Lisboa	G	533,9 €	184
18	Castro Marim	Faro	P	526,7 €	183
19	Nazaré	Leiria	P	500,4 €	182
20	Alcochete	Setúbal	P	493,9 €	181

XI. Peso do Passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios

Dívida Total do grupo autárquico (passivo exigível)

Rendimentos (proveitos) próprios

– Considera-se dívida total consolidada o passivo exigível, isto é, o total de dívidas a pagar do grupo autárquico, não se incluindo neste indicador os montantes de provisões para riscos e encargos, proveitos diferidos ou acréscimos de custos, constituintes do passivo total.

– Consideraram-se rendimentos próprios as vendas, as prestações de serviços e os impostos.

– Entre os 20 municípios com menor peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios, assinalaram-se com um asterisco (*) os casos em que foram considerados os valores das contas individuais dos municípios, fruto da inexistência de contas consolidadas ou, da não disponibilização das mesmas no final de agosto de 2019.

R.69.J – 20 municípios com menor peso do passivo exigível consolidado nos rendimentos próprios¹⁸⁵

	Grupo Municipal / Município	Distrito	Dimensão	Peso da dívida nos rendimentos próprios	Pontuação
1	Sintra	Lisboa	G	10,22%	100
2	Mealhada	Aveiro	P	10,62%	99
3	Marinha Grande	Leiria	M	11,24%	98
4	Lagoa (Algarve)	Faro	M	11,59%	97
5	Ponta do Sol	Madeira	P	15,90%	96
6	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	P	16,02%	95
7	Alcácer do Sal	Setúbal	P	17,09%	94
8	Porto	Porto	G	18,51%	93
9	Castelo de Vide	Portalegre	P	19,75%	92
10	Benavente	Santarém	M	22,32%	91
11	Oeiras	Lisboa	G	25,19%	90
12	São Brás de Alportel	Faro	P	26,66%	89
13	Albufeira	Faro	M	27,36%	88
14	Elvas	Portalegre	M	27,90%	87
15	Caldas da Rainha	Leiria	M	28,11%	86
16	Ovar	Aveiro	M	29,00%	85
17	Castelo Branco	Castelo Branco	M	29,45%	84
18	Loures	Lisboa	G	30,85%	83
19	Mafra	Lisboa	M	31,32%	82
20	Penedono	Viseu	P	31,51%	81

¹⁸⁵ Não deduzidas eventuais exceções previstas por Lei

5.3. Ranking Global dos municípios

- Com base no cômputo dos indicadores supra enumerados e com os pressupostos apresentados, listaram-se, mantendo o critério dos anos anteriores, pese embora o referido no parágrafo seguinte, os 100 municípios com pontuação global mais elevada, organizados por grupos de grande, média e pequena dimensão.
- Contudo, se atentarmos ao Quadro 5.03, verifica-se que só 64 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeira, na base dos indicadores selecionados para este Anuário, ao obterem uma classificação maior ou igual a 50% da pontuação total. A situação não é muito favorável aos restantes 244 municípios (79,2% do total dos municípios), que apresentaram uma pontuação inferior a 50% da pontuação total dos indicadores.
- Em relação à avaliação efetuada para 2018, aplicando os indicadores e critérios supra mencionados anota-se que dos 100 municípios com melhor classificação¹⁸⁶, 17 são de grande dimensão, 38 de média dimensão e 45 de pequena dimensão.

¹⁸⁶ Tendo em conta que só 63 obtiveram pontuação superior a metade da pontuação total considerada, 37, dos 100 considerados, estarão numa situação pouco saudável do ponto de vista da harmonia dos indicadores selecionados, podendo percecionar-se dificuldades num enquadramento de eficácia e eficiência financeira

- Anota-se, todavia, que foram excluídos do Ranking Global, os municípios que apresentaram um índice de dívida total (indicador 8) superior a 150% (dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores).
- Os municípios incluídos no Ranking dos 100 melhores classificados¹⁸⁷, são ainda apresentados por Distrito. De igual modo se procedeu para os municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.
- Considerando a pontuação total de 2.000 pontos, a pontuação máxima assinalada foi de 1.782 pontos, obtida pelo município de Sintra (município de grande dimensão), seguida pela pontuação de 1.756 atribuída ao município de Marinha Grande (município de média dimensão). O município de pequena dimensão que encabeçou a classificação dos municípios este grupo, o município de Ponta do Sol, obteve 1.537 pontos (76,9% da pontuação total máxima).

No Quadro 5.03 apresenta-se a distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida, para efeitos de medição de eficiência na gestão financeira.

¹⁸⁷ Com o constrangimento supra referido

Quadro 5.03 – Distribuição do número de municípios por intervalos de pontuação obtida para o Ranking Global

Pontuação	Pequenos	Médios	Grandes	Total
Pontuação global superior ou igual a 80% da pontuação total	0	3	3	6
Pontuação global superior ou igual a 70% e inferior a 80% da pontuação total	6	1	4	11
Pontuação global superior ou igual a 50% e inferior a 70% da pontuação total	21	19	7	47
Pontuação global inferior a 50% da pontuação total	159	75	10	244
Total	186	98	24	308

Face ao resultado da pontuação obtida por cada município no conjunto dos indicadores de eficiência global (11 indicadores com um valor total de 2.000 pontos), **verificou-se que 244 municípios obtiveram uma pontuação inferior a 1.000 pontos** (menos de 50% da pontuação total) e que, os restantes ficaram, na sua maioria (47 em 64 municípios) com pontuação entre 50% e 70% da pontuação total. Todavia, na sequência da apresentação dos resultados dos indicadores aplicados aos 308 municípios nos anos anteriores,

optou-se por manter a mesma metodologia e apresentar os 100 municípios com maior pontuação, indiferentemente da mesma ser inferior a metade da cotação total obtida com os referidos 11 indicadores.

Municípios com melhor eficiência financeira comparativa

R70.A – Ranking Global dos municípios de grande dimensão na lista dos 100 melhor classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2018	Posição 2017	Posição 2016	Posição 2015
1	Sintra	Lisboa	1 782	1º	1º	1º
2	Oeiras	Lisboa	1 634	3º	7º	5º
3	Porto	Porto	1 625	2º	2º	2º
4	Vila Franca de Xira	Lisboa	1 488	7º	4º	3º
5	Cascais	Lisboa	1 479	8º	19º	17º
6	Amadora	Lisboa	1 444	6º	5º	7º
7	Barcelos	Braga	1 439	9º	11º	11º
8	Almada	Setúbal	1 326	13º	8º	6º
9	Loures	Lisboa	1 323	4º	16º	8º
9	Santa Maria da Feira	Aveiro	1 323	10º	6º	10º
11	Odivelas	Lisboa	1 196	14º	18º	18º
12	Leiria	Leiria	1 176	5º	3º	4º
13	Maia	Porto	1 156	17º	9º	9º
14	Matosinhos	Porto	1 124	12º	15º	14º
15	Funchal	Madeira	966	21º	21º	19º
16	Vila Nova de Famalicão	Braga	844	16º	13º	20º
17	Coimbra	Coimbra	794	11º	12º	21º

R70.B – Ranking Global dos municípios de média dimensão na lista dos 100 melhor classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2018	Posição 2017	Posição 2016	Posição 2015
1	Marinha Grande	Leiria	1 756	1º	1º	2º
2	Lagoa (Algarve)	Faro	1 706	2º	3º	1º
3	Montijo	Setúbal	1 607	9º	18º	7º
4	Tavira	Faro	1 439	6º	6º	26º
5	Albufeira	Faro	1 393	3º	4º	3º
6	Alcobaça	Leiria	1 370	4º	8º	25º
7	Castelo Branco	Castelo Branco	1 355	7º	9º	11º
8	Lagos	Faro	1 311	13º	22º	30º
9	Mafra	Lisboa	1 297	10º	16º	8º
10	Palmela	Setúbal	1 272	20º	38º	36º
11	Benavente	Santarém	1 251	5º	10º	4º
12	Porto de Mós	Leiria	1 241	11º	12º	13º
13	Abrantes	Santarém	1 195	8º	20º	23º
13	Loulé	Faro	1 195	12º	5º	11º
15	Faro	Faro	1 172	27º	32º	47º
16	Ovar	Aveiro	1 146	23º	26º	10º
17	Bragança	Bragança	1 141	17º	11º	15º
17	Elvas	Portalegre	1 141	53º	54º	37º
19	Pombal	Leiria	1 097	15º	14º	17º
20	Azambuja	Lisboa	1 089	19º	24º	22º
21	Ourém	Santarém	1 062	48º	37º	6º
22	Oliveira de Azeméis	Aveiro	1 046	44º	67º	63º
23	Caldas da Rainha	Leiria	985	29º	35º	14º
24	Olhão	Faro	961	21º	21º	35º
25	Torres Vedras	Lisboa	941	31º	56º	66º
26	Silves	Faro	933	34º	28º	38º
27	Arouca	Aveiro	928	14º	13º	28º
28	Anadia	Aveiro	895	16º	6º	5º
29	Cantanhede	Coimbra	867	67º	61º	43º
30	Esposende	Braga	845	18º	15º	16º
31	Fafe	Braga	831	22º	33º	19º
32	Ponte de Lima	Viana do Castelo	810	38º	17º	41º
33	Barreiro	Setúbal	806	58º	77º	74º
34	Angra do Heroísmo	Açores	803	61º	41º	60º
35	São João da Madeira	Aveiro	799	57º	63º	56º
36	Estarreja	Aveiro	797	24º	29º	70º
37	Guarda	Guarda	788	91º	75º	69º
38	Viseu	Viseu	783	29º	18º	34º

R70.C – Ranking Global dos municípios de pequena dimensão integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente

	Município	Distrito	Pontuação 2018	Posição 2017	Posição 2016	Posição 2015
1	Ponta do Sol	Madeira	1 537	7º	9º	6º
2	Arronches	Portalegre	1 527	10º	10º	18º
3	Santa Cruz das Flores	Açores	1 509	4º	2º	1º
4	Penedono	Viseu	1 491	6º	5º	22º
5	Murtosa	Aveiro	1 452	2º	3º	2º
6	Vila Velha de Ródão	Castelo Branco	1 450	1º	1º	12º
7	Castelo de Vide	Portalegre	1 396	12º	8º	3º
8	Mealhada	Aveiro	1 366	3º	2º	9º
9	Vila Nova de Foz Côa	Guarda	1 341	17º	44º	47º
10	Coruche	Santarém	1 307	5º	4º	14º
11	Alvito	Beja	1 305	8º	7º	7º
12	Bombarral	Leiria	1 282	24º	57º	92º
13	Grândola	Setúbal	1 231	12º	90º	112º
14	São Brás de Alportel	Faro	1 193	9º	12º	11º
15	Alcácer do Sal	Setúbal	1 185	21º	41º	29º
16	Aljezur	Faro	1 177	35º	34º	24º
17	Portel	Évora	1 165	15º	56º	13º
18	Lajes das Flores	Açores	1 114	79º	73º	26º
19	Mortágua	Viseu	1 101	14º	6º	8º
20	Sátão	Viseu	1 095	37º	26º	56º
21	Alcochete	Setúbal	1 088	39º	122º	149º
22	Velas	Açores	1 087	32º	30º	23º
23	Ferreira do Alentejo	Beja	1 086	86º	59º	83º
24	Redondo	Évora	1 077	11º	11º	10º
25	Penamacor	Castelo Branco	1 074	38º	77º	105º
26	Chamusca	Santarém	1 045	44º	27º	36º
27	Aguiar da Beira	Guarda	1 030	23º	16º	43º
28	Alvaiázere	Leiria	986	22º	71º	145º
29	Santana	Madeira	982	27º	24º	16º
30	Mogadouro	Bragança	965	51º	64º	73º
31	Calheta (R. A. A.)	Açores	962	41º	42º	27º
32	Castanheira de Pera	Leiria	958	20º	20º	19º
33	Alcoutim	Faro	920	55º	60º	39º
34	Viana do Alentejo	Évora	918	72º	14º	41º
35	Cadaval	Lisboa	875	63º	31º	31º
35	Ponte de Sor	Portalegre	875	49º	21º	104º
37	Sever do Vouga	Aveiro	871	32º	40º	62º
38	Marvão	Portalegre	868	16º	15º	30º
39	Mora	Évora	864	34º	88º	97º
40	Calheta (R. A. M.)	Madeira	857	19º	52º	34º
41	Almeida	Guarda	845	30º	19º	15º
42	Barrancos	Beja	843	71º	86º	84º
43	Boticas	Vila Real	820	31º	17º	20º
44	Horta	Açores	805	49º	36º	72º
45	Alijó	Vila Real	782	74º	49º	121º

O quadro 5.04 resume o número dos municípios incluídos nos 100 melhor classificados por distrito.

Quadro 5.04 – Distribuição dos municípios, por Distrito, integrados na lista dos 100 melhor classificados globalmente

Distrito/região	Número de municípios				Nº de municípios da lista dos 100 melhor classificados				% de municípios
	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	
Aveiro	1	14	4	19	1	6	3	10	52,6%
Beja	0	2	12	14	0	0	3	3	21,4%
Braga	4	5	5	14	2	2	0	4	28,6%
Bragança	0	2	10	12	0	1	1	2	16,7%
Castelo Branco	0	3	8	11	0	1	2	3	27,3%
Coimbra	1	3	13	17	1	1	0	2	11,8%
Évora	0	1	13	14	0	0	4	4	28,6%
Faro	0	9	7	16	0	8	3	11	68,8%
Guarda	0	2	12	14	0	1	3	4	28,6%
Leiria	1	6	9	16	1	5	3	9	56,3%
Lisboa	8	5	3	16	7	3	1	11	68,8%
Portalegre	0	2	13	15	0	1	4	5	33,3%
Porto	5	12	1	18	3	0	0	3	16,7%
Santarém	0	11	10	21	0	3	2	5	23,8%
Setúbal	3	6	4	13	1	3	3	7	53,8%
Viana do Castelo	0	3	7	10	0	1	0	1	10,0%
Vila Real	0	2	12	14	0	0	2	2	14,3%
Viseu	0	3	21	24	0	1	3	4	16,7%
Região Autónoma dos Açores	0	4	15	19	0	1	5	6	31,6%
Região Autónoma da Madeira	1	3	7	11	1	0	3	4	36,4%
Total	24	98	186	308	17	38	45	100	32,5%

**R71.A – Ranking Global dos municípios do Distrito de Aveiro
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Murtosa	P	1 452
2	Mealhada	P	1 366
3	Santa Maria da Feira	G	1 323
4	Ovar	M	1 146
5	Oliveira de Azeméis	M	1 046
6	Arouca	M	928
7	Anadia	M	895
8	Sever do Vouga	P	871
9	São João da Madeira	M	799
10	Estarreja	M	797

**R71.B – Ranking Global dos municípios do Distrito de Beja
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Alvito	P	1 305
2	Ferreira do Alentejo	P	1 086
3	Barrancos	P	843

**R71.C – Ranking Global dos municípios do Distrito de Braga
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Barcelos	G	1 439
2	Esposende	M	845
3	Vila Nova de Famalicão	G	844
4	Fafe	M	831

**R71.D – Ranking Global dos municípios do Distrito de Bragança
com melhor pontuação**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Bragança	M	1.141
2	Mogadouro	P	965

**R71.E – Ranking Global dos municípios do Distrito de Castelo Branco
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Vila Velha de Ródão	P	1 450
2	Castelo Branco	M	1 355
3	Penamacor	P	1 074

**R71.F – Ranking Global dos municípios do Distrito de Coimbra
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Cantanhede	M	867
2	Coimbra	G	794

**R71.G – Ranking Global dos municípios do Distrito de Évora
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Portel	P	1.165
2	Redondo	P	1.077
3	Viana do Alentejo	P	918
4	Mora	P	864

**R71.H – Ranking Global dos municípios do Distrito de Faro
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Lagoa (Algarve)	M	1 706
2	Tavira	M	1 439
3	Albufeira	M	1 393
4	Lagos	M	1 311
5	Loulé	M	1 195
6	São Brás de Alportel	P	1 193
7	Aljezur	P	1 177
8	Faro	M	1 172
9	Olhão	M	961
10	Silves	M	933
11	Alcoutim	P	920

**R71.I – Ranking Global dos municípios do Distrito de Guarda
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Vila Nova de Foz Côa	P	1 341
2	Aguiar da Beira	P	1 030
3	Almeida	P	845
4	Guarda	M	788

**R71.J – Ranking Global dos municípios do Distrito de Leiria
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Marinha Grande	M	1 756
2	Alcobaça	M	1 370
3	Bombarral	P	1 282
4	Porto de Mós	M	1 241
5	Leiria	G	1 176
6	Pombal	M	1 097
7	Alvaiázere	P	986
8	Caldas da Rainha	M	985
9	Castanheira de Pera	P	958

**R71.K – Ranking Global dos municípios do Distrito de Lisboa
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Sintra	G	1 782
2	Oeiras	G	1 634
3	Vila Franca de Xira	G	1 488
4	Cascais	G	1 479
5	Amadora	G	1 444
6	Loures	G	1 323
7	Mafra	M	1 297
8	Odivelas	G	1 196
9	Azambuja	M	1 089
10	Torres Vedras	M	941
11	Cadaval	P	875

**R71.L – Ranking Global dos municípios do Distrito de Portalegre
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Arronches	P	1 527
2	Castelo de Vide	P	1 396
3	Elvas	M	1 141
4	Ponte de Sor	P	875
5	Marvão	P	868

**R71.M – Ranking Global dos municípios do Distrito de Porto
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Porto	G	1 625
2	Maia	G	1 156
3	Matosinhos	G	1 124

**R71.N – Ranking Global dos municípios do Distrito de Santarém
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Coruche	P	1 307
2	Benavente	M	1 251
3	Abrantes	M	1 195
4	Ourém	M	1 062
5	Chamusca	P	1 045

**R71.O – Ranking Global dos municípios do Distrito de Setúbal
com melhor pontuação global**

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Montijo	M	1 607
2	Almada	G	1 326
3	Palmela	M	1 272
4	Grândola	P	1 231
5	Alcácer do Sal	P	1 185
6	Alcochete	P	1 088
7	Barreiro	M	806

R71.P – Ranking Global dos municípios do Distrito de Viana do Castelo com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Ponte de Lima	M	810

R71.Q – Ranking Global dos municípios do Distrito de Vila Real com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Boticas	P	820
2	Alijó	P	782

R71.R – Ranking Global dos 5 melhores municípios do Distrito de Viseu com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Penedono	P	1 491
2	Mortágua	P	1 101
3	Sátão	P	1 095
4	Viseu	M	783

R71.S – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma dos Açores com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Santa Cruz das Flores	P	1 509
2	Lajes das Flores	P	1 114
3	Velas	P	1 087
4	Calheta (R. A. A.)	P	962
5	Horta	P	805
6	Angra do Heroísmo	M	803

R71.T – Ranking Global dos municípios da Região Autónoma da Madeira com melhor pontuação global

	Município	Dim.	Pontuação 2018
1	Ponta do Sol	P	1 537
2	Santana	P	982
3	Funchal	G	966
4	Calheta (R. A. M.)	P	857

Figura 2- 100 municípios com melhor eficiência financeira (a verde)



CAPÍTULO 6

RESUMO E CONCLUSÕES

Para conclusão da edição de 2018 do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, apresenta-se um resumo organizado de acordo com os capítulos do anuário e estruturado de modo a relevarem-se para cada caso em análise, os aspetos considerados pelos autores do anuário como positivos distinguindo-as das situações consideradas pontos fracos da gestão financeira municipal.

1. Independência Financeira:

– Considerou-se ao longo dos diferentes Anuários que um município apresenta **independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam pelo menos 50% das receitas totais**. Assim, face aos dados obtidos para este índice em 2018, anotam-se:

Aspetos positivos

– **Em 2018, verificou-se um crescimento de 0,1% pp, do índice de independência financeira atingindo um peso médio de 39,7%, para o universo dos municípios.**

– Foi significativo o valor médio da **independência financeira, apresentado pelos municípios de grande dimensão (67,5%)**, justificado, essencialmente, pelo maior volume de receita fiscal auferida por aqueles municípios, nomeadamente a proveniente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT).

– Entre 2008 e 2018 observou-se, em geral, um crescimento do índice de independência financeira nos municípios das regiões autónomas, mais acentuado na R.A. da Madeira (+10,3 pp) que na região

dos Açores (+9,5pp) atingindo, em 2018, os índices respetivos de 35,8% e de 27,4%.

Pontos fracos

– Considerando o universo dos municípios o **índice médio de independência financeira de 39,7% foi significativamente baixo.**

– Os municípios de pequena dimensão, para os quais a maior receita é representada pelas **transferências provenientes do OE através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) traduzindo, em média, 66,2% da receita total, apresentaram um índice médio de independência financeira de apenas 30%.**

– Para os 22 municípios de pequena dimensão cujas transferências do Estado representaram mais de 80% das receitas totais, a sua total ausência de independência financeira, nos termos considerados neste anuário será um fenómeno intransponível e impossível de alguma forma responsabilizar os municípios. Será um ponto fraco completamente exógeno à sua gestão.

– Verifica-se, face à estrutura da receitas legalmente definida para os municípios, que **apenas 82 municípios conseguiram apresentar uma independência financeira igual ou superior a 50%**, mais um que os contabilizados em 2017, mas, menos cinco que os verificados em 2016. Em contrapartida, diminuiu em menos dois, o número de municípios que apresentaram receitas próprias com níveis inferiores a 20%, totalizando 32 de pequena dimensão e 2 de média dimensão.

2. Orçamento e execução orçamental

Pontos fortes

Receitas:

– O ano de 2018 revelou a maior aproximação do valor do orçamento previsto ao montante da receita liquidada, demonstrando a **consolidação do processo de deflacionamento dos orçamentos iniciado em 2010 e fortalecido no biénio 2017/2018**.

– O ano de 2018 apresentou o **melhor rácio de receitas cobradas em relação às receitas previstas, com um nível médio de execução de 90%. Apresentou, também, o melhor rácio da execução da receita liquidada em relação à receita prevista, executando-a em 91,8%**. Este último indicador sinaliza a **melhoria do controlo orçamental por parte da generalidade dos municípios e, um maior rigor no cumprimento das regras orçamentais da previsão da receita**.

– A receita efetiva cresceu +250,6M€, traduzindo-se num aumento líquido de 3,2% e **representando 93,6% da receita total**.

– Em 2018, a totalidade das receitas provenientes de **Impostos e taxas superaram o total de transferências correntes e de capital, em 311,3M€**. Tratou-se da maior diferença verificada nos últimos dez anos.

– **173 Municípios não apresentaram qualquer valor de receitas creditícias**. Trata-se de um número elevado de municípios que não quiseram, ou não puderam utilizar empréstimos financeiros em 2018, contabilizando-se mais seis que em 2017.

– **O ano de 2018 foi um bom ano de coleta fiscal**, tendo sido cobrado em: **impostos diretos, indiretos, taxas e licenças, 3 470,2M€**, revelando a influência positiva do crescimento económico do país, na execução dos orçamentos municipais, nomeadamente, o peso do setor imobiliário nos grandes centros urbanos.

– Anota-se a continuidade de **aumento do IMT** ao crescer 17,6% (+150,4M€) em 2018, **apresentando o volume de 1 003,9M€**. Para

a maioria dos municípios, esta fonte de receita tornou-se a mais relevante, nomeadamente, **nos municípios de grande dimensão ao representar, em média, 37,3% do montante de impostos diretos cobrados**.

– **O IMI cresceu na globalidade +3,7% (+53,6M€) ao apresentar o montante total de 1 509,8M€, representando 48,7% do total dos impostos diretos cobrados**. Todavia, para os municípios de pequena dimensão esta receita representou 55,5% do total dos impostos diretos e para os municípios de média dimensão 56,3%. Face ao maior volume de outros impostos diretos arrecadados pelos municípios de grande dimensão, esta receita contribuiu para o seu valor total em 42,6%.

– **A manutenção do aumento do IUC em 2018 (+6,1%, +16 M€)** reforçou o impacto do crescimento económico na economia municipal. Este impacto manteve-se assinalável, com o valor de **308,4M€ de Derrama**, pese embora o mesmo tenha apresentado um decréscimo de -4,8% (-15,6M€) em relação a 2017.

– Em 2018 verificou-se que o número de municípios que **apresentaram, em simultâneo, descida de IMI e de IMT baixou de 47 para 14 municípios (menos 33, isto é, -70,2%)**. Esta situação poderá traduzir **uma maior sustentabilidade financeira dos municípios e, conseqüentemente, uma autonomia financeira mais consistente**.

– Outra receita municipal com crescimento assinalável em 2018 foi a resultante da **venda de bens e serviços correntes, a qual apresentou um crescimento de 2,9% (26M€) ao registar a cobrança de 885,4M€**. Contudo, a **venda de bens de investimento** apesar de apresentar um aumento de 5% totalizando 98,2M€, **baixou significativamente a taxa de crescimento verificada no ano transato de +38,7% (+26,1M€)**, com uma forte desaceleração do volume desta receita.

– **As transferências do Orçamento de Estado (OE)** que apresentaram uma forte descida entre 2010 e 2014, iniciaram um crescimento progressivo a partir de 2015 até ao presente ano económico de 2018 às taxas, respetivamente, de + 3,9%, +2,4%, +2,4% e +2,1%. **Em**

2018 esta receita no valor de 2 757,5M€ representou 87,3% do total das transferências recebidas pelos municípios.

– Em 2018, **os passivos financeiros no montante de 538,2 M€, baixaram ligeiramente em -19 milhões de euros (-3,3%). Contudo, anotam-se o aumento de valor das amortizações de empréstimos em + 775,4 milhões de euros**, montante bastante superior ao valor utilizado mesmo ano económico, o que traduz um aspeto positivo.

Despesas:

– No ano de 2018, **foram pagos 86,9% dos compromissos assumidos**. O volume da **despesa paga no total de 8,4 mil milhões de euros** representou um aumento (+3,7%, +299,8M€) tendo sido o valor mais elevado nos últimos dez anos.

– Em 2018, **116 municípios** (menos 2 que no ano transato) **apresentaram uma taxa de pagamento dos compromissos superior a 90%**, e, **173 municípios apresentaram acréscimo percentual de despesa paga**.

– Em 2018, **a despesa orçada no total de 10,9 mil milhões de euros**, cresceu apenas 3,9% (+405,8M€), isto é, evolui menos 4,1pp que em 2017, situação que poderá traduzir **uma forte redução de orçamentos inflacionados**. É de salientar o facto de a **despesa comprometida no valor de 9,6 mil milhões de euros**, ao crescer 3,7% (+343,6 M€), menos que o crescimento da despesa orçada, evoluiu a um nível inferior aquela, **validando a perceção de um maior controlo orçamental por parte dos municípios**.

– Comparando **o volume de receita cobrada acrescida dos saldos orçamentais que transitaram do ano anterior no total 10 mil milhões de euros**, com o volume de despesa comprometida, mais se reitera a possibilidade de melhoria do controlo orçamental da despesa do sector autárquico, **já que se assumiram despesas num total inferior ao volume de receita disponível para a pagar**.

– Em 2018, o peso relativo das duas componentes económicas da despesa assumida, despesa corrente e despesa de capital, manteve-se quase inalterável ao variar apenas 0,7% com vantagem para a

primeira e diminuição para a segunda, traduzindo respetivamente para 65,1% e 34,9% da despesa total.

– A mudança de estratégia de gestão autárquica com uma maior adequação das despesas ao volume de receita obtida, tem permitido uma **melhoria do rácio de pagamentos das despesas, mantendo-se, contudo, um diferencial significativo entre a percentagem de pagamento das despesas correntes e as de capital**. Assim, em relação às primeiras foram pagas **91,6% das mesmas** e em relação às segundas apenas **77,9%**, apresentando uma diferença de **13,7%**. As despesas de investimento foram as que, na generalidade, em 2018, **apresentaram menor índice de pagamento ao fixarem-se nos 69,4%**.

– Em 2018, **o investimento direto dos municípios ao totalizar 2 137,6 M€, apresentou um aumento de apenas +0,5% (+10,1M€)** tendo as transferências de capital no valor de **304,6M€ baixado -12,0% (-41,5M€)**. Assim, **o conjunto das transferências de capital e de aquisição de bens de capital que, se poderá classificar como o investimento total dos municípios baixou -1,3% (-31,4 M€)**.

– Em 2018, **todavia, 155 municípios apresentaram aumento do montante global de investimento direto, sendo que 56 deles apresentam aumento superior a 50%**.

– Em 2018, **a média do peso das despesas com pessoal no total das despesas autárquicas foi de 29,3%**, menos 0,5% que a verificada em 2017. Mais se releva o facto de 20 municípios apresentaram o volume de despesas com pessoal com um peso inferior a 20% da sua despesa total.

– Em 2018, **a despesa com aquisição de bens e serviços no total de 2 667,2M€, aumentou 2,3%**, tendo sido pago 83,4% das mesmas, isto é, -1,4% que no ano anterior. Esta despesa representou 27,7% do total da despesa assumida pelos municípios, tendo **122 municípios apresentado diminuição de encargos pagos nesta categoria de despesa corrente**.

– Uma vez que **a dívida de mlp em 2018 baixou -5,6% (-162,9M€)**,

considera-se positivo o aumento de volume de amortizações de empréstimos em + 5,2% (+38,1M€) por estar associado a uma **descida global da dívida autárquica de médio e longo prazo**. Mais se anota que do total dos 775,4 M€ de capital amortizado, 27,4%, isto é, 212,2M€ corresponderam a amortizações de empréstimos relacionados com os programas estatais do PREDE e do PAEL.

– Subtraindo ao volume total de encargos pagos pelos municípios em 2018, o montante de 33,2M€ de juros de mora pagos pelo municipal de Lisboa por condenação judicial, **o total de juros e outros encargos pagos pela globalidade dos municípios foi de 59 M€, isto é, menos 18 M€ (-30,4%) que em 2017**, considerando-se positiva esta descida de encargos financeiros. Mais se anota que, em 2018, **221 Municípios apresentaram diminuição da despesa paga em juros e outros encargos**.

Balanço Orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais:

– **O volume de receitas liquidadas acrescido dos saldos dos exercícios anteriores, foi superior ao volume de despesas assumidas em +499 M€** (saldo orçamental, na ótica dos compromissos e da liquidação da receita), **melhorando a performance em +69% (+203,5M€)**. Anota-se que este indicador só começou a apresentar valor positivo a partir de 2016. De salientar que **149 Municípios apresentaram saldo orçamental positivo**, isto é, um volume de receita liquidada acrescido do saldo de gerência superior ao total de despesa assumida, revelando **um maior ajustamento do valor da despesa ao valor da receita possível de cobrar** e demonstrando, assim, **um comportamento de boas práticas de gestão propícias à redução da dívida comercial**.

– Mais se anota, que a diferença entre a **receita cobrada** acrescida dos saldos da gerência anterior e a **despesa realizada** (despesa assumida) voltou pela terceira vez (já o tinha sido em 2016) a ser positiva **aparecendo reforçada com o valor de 327 M€ (+50,4% +109,5M€)**, **melhorando significativamente a sustentabilidade financeira do sector autárquico**.

– **127 municípios apresentaram um volume de receita liquidada igual ou superior ao total de despesa assumida, situação que re-**

força a análise do crescente ajustamento da despesa realizada à receita passível de ser cobrada, contribuindo de forma mais resolutiva para a desaceleração do crescimento da dívida comercial.

– Em 2018, o **saldo global ou saldo efetivo cresceu 230,9M€ M€ (+43,7%)**, ao apresentar o valor de 760M€, **sendo o terceiro ano consecutivo em que este saldo se apresenta positivo considerando a totalidade dos municípios**.

– **O saldo primário cresceu 240M€ (+38,8%) ao apresentar o valor de 857M€ em 2018, tendo contribuído para esta situação líquida 182 municípios**.

Pontos fracos

Receitas:

– Em 2018, pese embora a maior aproximação da previsão orçamental da receita à liquidação efetiva da mesma, tendo sido esta de 91,8%, **ficaram por cobrar¹⁸⁸ 909,9 M€ milhões de euros correspondente a 9,6% da receita liquidada**. Comparando a receita cobrada com a receita prevista, esta margem aumenta ligeiramente, tendo-se executado 90% da mesma. Esta taxa, por definição do POCAL traduz o **grau de execução da receita, tendo sido a mais elevada nos últimos dez anos**.

– A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão foram as transferências correntes e de capital que, no seu conjunto, representaram 62,7% da **receita cobrada**. **Para estes municípios a receita fiscal representou apenas 17,4%** do valor total arrecadado. Daí a **frágil independência financeira dos pequenos municípios**.

– No conjunto dos **municípios de média dimensão**, o peso das transferências no volume de receitas totais (36,9%) foi ligeiramente inferior ao peso das receitas fiscais (37,2%). Esta estrutura financeira torna este grupo de municípios mais dependente do recurso ao crédito, como atesta o facto do **volume de empréstimos bancá-**

¹⁸⁸ Receita liquidada – receita cobrada

rios representarem, em média, 9,2% da receita total, o peso mais elevado dos três grupos de municípios.

– Outro aspeto negativo a realçar no ano económico de 2018, refere-se à **descida da Derrama** em -4,8% após um crescimento da mesma no biénio 2016/2017.

– No conjunto dos municípios das regiões autónomas verificou-se um aumento do volume de empréstimos bancários. De referir que nos municípios dos **Açores** o recurso a novos empréstimos no valor de 15,5 milhões de euros (+175,7%, +9,9M€) resultou essencialmente dos empréstimos realizados pelo município de Nordeste. Quanto à Região da Madeira, o volume de receitas creditícias totalizou 36,3M€ (+80%, +29,1M€) e correspondeu fundamentalmente ao empréstimo realizado pelo município do Funchal no montante de 21,9M€. **Todavia, o volume de amortizações efetuado por cada região foi de 25,9M€ (+73,3%) nos Açores e de 42,1M€ (+92,9%) na Região da Madeira, o que lhes permitiu baixar o stock da dívida de mlp.**

Despesas:

– Em 2018 foram pagos 86,9% dos compromissos assumidos, no total de 8,4 mil milhões de euros, tendo ficado por pagar 13,1% dos mesmos, **traduzindo, assim, uma dívida comercial de 1,3 mil milhões de euros, a qual cresceu +3,6% (+43,8 M€).**

– A **conjugação dos encargos por pagar no ano, com os compromissos para anos futuros no valor de 8,8 mil milhões de euros, reforça a chamada de atenção para a necessidade de uma efetiva contenção de despesa nos anos subsequentes e uma gestão mais cuidadosa de assunção de encargos, de modo a poder garantir-se a cobertura financeira da despesa assumida e o enquadramento da despesa pública, quanto à sua eficácia e eficiência.**

– Em relação ao ano de 2018, comparando o volume de despesa compromissada no total de 9 624,1M€, com o volume de receita auferida pelos municípios acrescida do saldo da gerência anterior, no total de 9 951,1M€, conclui-se que o volume de encargos **assumidos pelo setor autárquico, na sua globalidade, se realizou com cober-**

tura financeira. Todavia, 176 municípios apresentaram situação invertida, com um volume de encargos assumidos superior, à soma da receita cobrada com o saldo da gerência anterior, demonstrando, por isso, **dificuldades de sustentabilidade financeira.**

– Em 2018 verificou-se que **168 municípios apresentaram um peso médio de despesa com pessoal superior ao peso da média nacional aferido em 29,3%.**

– Mais se anota, como ponto negativo o facto de, em 2018, **apenas ter sido paga 69,4% das despesas de investimento**, mantendo-se, no entanto, relativamente altos os índices de pagamento das restantes despesas assumidas pelos municípios.

– Em 2018, **155 municípios apresentaram descida do montante de investimento direto, com 27 municípios a registarem uma diminuição superior a 50%.**

– Em 2018, apesar de ter baixado o volume dos compromissos assumidos com transferências de capital, em -12% (-41,5M€), os municípios apenas conseguiram pagar, na sua generalidade, 76% dos mesmos.

Balanço Orçamental (receita versus despesa) e Saldos orçamentais

– Em 2018, no universo total dos municípios, **181 apresentaram uma diferença negativa entre o grau de execução das receitas líquidas e o grau de execução das despesas comprometidas.**

– Atendendo ao **equilíbrio orçamental nos termos da Lei das Finanças Locais**, verificou-se que o saldo corrente deduzido das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, baixou -4% (-49M€), sendo que se apresentou manifestamente menor no **grupo dos municípios de pequena dimensão**, representando para estes, apenas 34,5% do saldo médio contabilizado para os municípios de média dimensão e, 23,8% do saldo médio contabilizado, para os municípios de grande dimensão.

3. Informação patrimonial e Resultados económicos

Pontos fortes

Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

– Elevado cumprimento das regras do POCAL e como tal, forte fiabilidade da informação patrimonial e económica prestada nas Contas e Relatório Financeiro.

– Em cumprimento com o princípio da especialização dos exercícios verifica-se que todos os municípios procederam ao registo de acréscimo de custos, no respetivo ano económico, independentemente da receção da fatura ou do seu pagamento.

Ativo:

– Imobilizado corpóreo mantém-se como a componente do imobilizado com maior impacto no total dos ativos municipais representando 48% do mesmo.

– Em 2018, o **valor das dívidas** a receber no total de 617 M€ apresentaram **um decréscimo** de -45M€ (-6,8%) **revelando uma melhor performance dos municípios na cobrança dos seus créditos.**

Passivo

– **Em 2018 o passivo exigível** (excluindo a dívida não orçamental) **ao apresentar o valor de 4.023,6M€ revelou um decréscimo de -10,4%** (-468,2M€) em relação ao ano transato. Contribuiu para esta descida a **redução do stock da dívida de MLP em -9,9%** (-339,5M€) e, a **diminuição da dívida de curto prazo em -12,1%** (-128,7M€).

– Foi fator essencial da variação negativa da dívida de curto prazo, a descida do volume de dívidas a fornecedores, a qual apresentou **um decréscimo em relação ao ano anterior de -10,3%** (-76,4M€).

Anota-se que 57,5% da dívida de curto prazo (663,1 milhões de euros) no final de 2018, dizia respeito a dívida a fornecedores (dívida comercial). Contudo, será de relevar a **descida global da dívida bancária de curto prazo em -52,3M€** (-16,2%) ao totalizar 271,5M€.

– Da análise das contas verificou-se que só **99 municípios dos 159 abrangidos pelo conjunto de programas de apoio PREDE, PPTH, PAEL, ATU e FAM apresentaram descida da dívida de curto prazo entre 2008 e 2018.**

– Dos 103 municípios que recorreram a empréstimos ao abrigo do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), 22 acabaram de liquidar o capital em dívida em 2018 e, outros 31 municípios já tinham amortizado a totalidade em 2017.

– Quanto à utilização da linha de empréstimos ao abrigo do PREDE (Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas ao Estado), dos 92 municípios que recorreram a esta linha de apoio financeiro e que se encontravam a proceder à liquidação do capital utilizado, 19 liquidaram a totalidade do capital em dívida no final de 2018, sendo que outros 5 o tinham feito em 2017.

– Em 2018, **262 municípios baixaram o valor do passivo exigível destacando-se, por apresentarem uma descida igual ou superior a 50%, os municípios Vila Velha de Ródão (-55%), Lajes das Flores (-54%), São Vicente (-52%) e Porto (-50%).**

– Não se pode deixar e anotar que o volume de provisões para riscos e encargos baixou -3,1% (-31 M€), totalizando 980,5M€ no universo dos 308 municípios.

– Em 2018, **considerando o universo dos 308 municípios, o valor da dívida total ficou distante 60,6 pp do limite máximo da dívida total determinado com base nos artigos 52º e 83.º da Lei das finanças locais, aumentando esse distanciamento em +6,7 pp relativamente ao verificado em 2017. Face ao exposto mantém-se a afirmação de que “os sucessivos decréscimos, desde 2013, do valor do índice do limite à dívida total (razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios) é um ótimo indicador da progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias”.**

– Em dezembro de 2018 todos os municípios utilizadores da linha de financiamento do Programa Pagar a Tempo e Horas (PPTH) tinham liquidado a totalidade dos empréstimos obtidos.

Resultados:

– Em 2018, **os resultados líquidos continuaram a crescer, embora a ritmo menos acelerado, apresentando uma taxa de +3,3%, ao totalizar 472,6M€, tendo contribuído para esta situação, 187 municípios.**

– Os **resultados operacionais, no total de 171,5M€, apresentaram um crescimento de +6%** e, mantiveram-se pelo quarto ano consecutivo, positivos. Refere-se que, **114 municípios contribuíram para a melhoria da situação económica do setor autárquico ao apresentarem resultados operacionais positivos.**

– Os **resultados operacionais antes de amortizações e provisões (EBIDTA) cresceram 1%**, mantendo a evolução positiva já apontada em 2017, ao apresentar o valor global de 1 751,9 M€.

Pontos fracos

Fiabilidade do Balanço e da Demonstração dos Resultados Económicos

– Em 2018, 33 municípios continuaram a não apresentar registo de valores relativos a terrenos e recursos naturais na conta 45 – «Bens de Domínio Público».

– Relativamente ao cumprimento do **princípio da especialização do exercício** no que respeita à contabilização dos **subsídios ou transferências recebidas consignadas à aquisição de bens de investimento amortizáveis, em proveitos diferidos** e não como proveitos do exercício, verifica-se que em 2018 ainda houve municípios que não apresentaram qualquer registo nesta conta do passivo.

– Em 2018, **62 municípios não apresentaram registo de provisões.** Apesar de não se ter obtido informação que sustente as razões pelas quais estes municípios não procederam a este tipo de registo contabilístico face à variedade de atividades desenvolvidas pelas

autarquias, **não se pode concluir pela inexistência de situações que exigissem o registo de possíveis perdas, nomeadamente, dívidas de clientes e utentes, situações de contencioso ou incumprimento de contratos.**

– Relativamente às **Dívidas a receber de Clientes, Contribuintes e Utentes** verifica-se que em 2018, quatro municípios não apresentaram saldo na respetiva conta, no final do ano económico. Entende-se que tal situação poderá significar que nestes municípios, a liquidação da receita foi registada apenas no momento da cobrança, não obedecendo ao definido no POCAL.

Ativo:

– O valor das **obras em curso do domínio público**, com acentuada diminuição de investimento público até 2016, tinha apresentado em 2017 um ligeiro crescimento patrimonial de + 56M€ (+ 6,4%) sugerindo um aumento de investimento público. **Todavia, em 2018, apresentou um decréscimo de -7,5% (-69,6M€), atestando uma involução do investimento público de natureza municipal.**

– Apresentando-se como um ponto crítico da gestão autárquica a persistência de alguns municípios em concederem **empréstimos de curto prazo a terceiros**, anota-se que **36 municípios mantiveram a prática deste ato financeiro em 2018.**

– Os **Depósitos e Caixa, em 2018, representaram 5,1% do ativo total. Da leitura dos relatórios de Gestão não se vislumbrou qualquer razão plausível para uma percentagem tão relevante do ativo se manter em caixa, no final de cada ano económico.** Serve aqui referir que estes montantes (excluídos das operações de tesouraria) conformam os saldos de gerência que transitam para o ano seguinte, possibilitam aos municípios, através da sua inclusão orçamental após encerramento das contas, aumentar as dotações orçamentais disponíveis. **Poderá ser uma forma, por vezes materialmente relevante, de os municípios inflacionarem as dotações orçamentais com orçamentos rectificativos.**

– Em 2018, 194 municípios apresentaram valores inscritos em **clientes contribuintes e utentes de cobrança duvidosa**, no total de

21,3 M€. Estes valores, muito provavelmente, transformar-se-ão em imparidades ou valores incobráveis fazendo baixar o valor patrimonial de cada um desses municípios.

– A **dívida do Estado** aos municípios poderá refletir, essencialmente, o montante de cobrança de impostos que o Ministério das Finanças efetuou por conta dos municípios, no final do ano económico, e cuja entrega aos mesmos só se concretizar no ano económico seguinte, incluindo eventuais liquidações já vencidos de protocolos celebrados entre o Estado e os municípios, ou mesmo, o valor de IVA a recuperar por estes. **Estas dívidas aos municípios apresentaram em 2018, um acréscimo de +16,7% (+4,3M€) ao totalizarem o registo de 30,0M€. São verbas em relação às quais os municípios se vêm privados de aplicar no pagamento dos seus encargos, dentro do mesmo ano económico.**

Passivo

– Os 46 municípios que em 2018 apresentaram aumento de valor do passivo exigível contribuíram para um acréscimo de dívida do setor autárquico em + 68,4M€. **Contudo, este valor foi compensado pela diminuição da dívida apresentada pelos restantes municípios, o que permitiu uma diminuição do passivo exigível em -454,8M€.**

– Em 2018, **225 municípios constituíram provisões para riscos e encargos**, sendo que, 33 deles apresentaram valores superiores a 5M€.

– A 30 de dezembro de 2018 apesar de existirem ainda 37 municípios com prazo médio de pagamento aos fornecedores superior a 90 dias, verifica-se que, em relação à situação detetada em 2011, 80% desses municípios (148 municípios) superaram este constrangimento. Concluindo: **no final do ano económico de 2018, 12% dos municípios ainda pagavam a mais de 90 dias**, pese embora tenha sido significativa a adesão dos municípios ao programa de financiamento “Pagar a Tempo e Horas (PPTH)”, em anos imediatamente anteriores.

– Em 2018, pese embora o progressivo decréscimo registado desde 2013 do número de municípios que excedem o limite de endividamento, verificou-se que **23 municípios apresentarem uma dívida**

total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, sendo, por isso, obrigados, no exercício subsequente, à redução de dívida em pelo menos 10pp do montante em excesso, até que o limite da mesma seja cumprido. Estes 23 municípios deveriam, por isso, contrair empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

– Cinco municípios que apresentaram em 2018 um montante da dívida, excluindo empréstimos, superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, teriam, também, que ter requerido o saneamento financeiro do município com aplicação do respetivo plano de saneamento e, a obrigatoriedade de contrair um empréstimo para este fim.

– **Outros sete municípios, em 2018, deveriam ter sido compelidos a contrair empréstimo para saneamento financeiro**, pois demonstraram em dezembro de 2017 um valor da dívida total entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente cobrada nos três anos anteriores.

– Três municípios apresentaram em dezembro de 2017 uma dívida total superior a 3 vezes a média de receita dos 3 últimos exercícios. **Por esta razão deveriam ter aderido ao procedimento de recuperação financeira municipal em 2018.**

– **Em Dezembro de 2018, quarenta e cinco municípios apresentaram sinais de alerta precoce nos termos do n.º1 do artigo 56.º da LFL.** Efetivamente àquela data, estes municípios, apresentaram um valor de dívida total igual ou superior à média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios o que lhes permitiria a contração de empréstimos para saneamento financeiro.

– Outros treze municípios ao apresentarem, em dezembro de 2018, o valor da dívida total superior a 1,5 vezes a média da receita corrente líquida e inferior a 2,25 vezes, essa média, seria-lhes também permitido a contração de empréstimos para saneamento financeiro.

– Em 2018, **120 municípios** apresentaram em dezembro de 2017 uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. Destes, **57 municípios** tinham apresentado a mesma situação em 2016, pelo que deveriam em 2018 ter contraído empréstimos para saneamento financeiro, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros.

– Em dezembro de 2018, **28 municípios** apresentaram um montante da receita corrente cobrada bruta, inferior à despesa corrente paga, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Quer dizer que, **estes 28 municípios apresentaram um saldo corrente negativo se, deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, quando calculado na base dos pagamentos.**

– No final do ano económico de 2018, **104 municípios apresentaram o Saldo Corrente negativo, na base da despesa corrente assumida** e deduzido das amortizações médias dos empréstimos. Destes municípios, **62 apresentaram um valor absoluto dessa diferença negativa, superior a 5% das receitas totais cobradas.**

– A 30 de dezembro de 2018 apesar de existirem ainda 36 municípios com prazo médio de pagamento aos fornecedores, superior a 90 dias, verifica-se que em relação à situação detetada em 2011, **80% desses municípios superaram este constrangimento. Assim, no final do ano económico de 2018, apenas 11,7% dos municípios, ainda pagavam a mais de 90 dias.**

Resultados:

Em 2018, **121 municípios** apresentaram resultados económicos negativos e **194 municípios** apresentaram resultados operacionais negativos.

Em 2017 os resultados económicos foram, consideravelmente diferentes nos três grupos de municípios. Anota-se, por preocupante a situação **dos municípios de pequena dimensão, que apresentaram, na globalidade o resultado negativo de -38,7M€.**

4. Setor empresarial Local (SEL)

Pontos fortes

– Em 2018 a conta **clientes** ao apresentar o valor de 78,1M€ (16,3% no ativo corrente total) revelou um decréscimo de -2,1% (-1,7M€) em relação ao ano anterior, demonstrando uma maior eficácia na cobrança de créditos sobre terceiros;

– No universo do SEL embora o passivo total tenha crescido +1,5% (+16,7M€) ao passar de 1.084,4M€ para 1 101,0M€, o **passivo não corrente baixou - 4,2% (-26M€).**

– **O peso do passivo não corrente** (passivo de mlp) apresentou-se sempre superior ao do **passivo corrente** (passivo de curto prazo) entre 2011 e 2017, **mantendo essa relação em 2018** embora com uma ligeira descida de -0,3pp.

– Em 2018, a conta **Fornecedores** com o peso de 19,2% no passivo corrente, **apresentou uma diminuição de -18,8%** (- 22,1M€) ao registar o montante de 95,8M€.

– Em 2018, os **financiamentos obtidos de médio e longo prazo**, constituindo 72,9% do passivo não corrente, no total de 437,9M€, **diminuíram -29,6M€ (-6,3%).**

– Em 2018, **os rendimentos aumentaram +1,8% (+15,3M€)** originado, em grande parte, pelo acréscimo de vendas e serviços prestados em +8,4,8 M€ (+1,2%) e pelo acréscimo de outros rendimentos e ganhos em +6,1M€ (+12,2%).

– **Em 2018, o SEL apresentou um resultado líquido positivo no valor de 20,5M€**, pese embora, tivesse revelado uma diminuição de -3,5 M€ (-14,5%) em relação ao ano anterior.

– O montante de **juros e gastos similares ao baixar -17,9%** influenciou positivamente o resultado antes dos impostos pois o seu peso nos resultados operacionais baixou 1%.

Pontos fracos

– Em 2018 a conta do ativo “**outras contas a receber**” - representando 30,2% do total do ativo corrente - ao totalizar 144,3M€ apresentou um acréscimo de +9,9%, **traduzindo algumas dificuldades de cobrança em relação a direitos constituídos.**

– No universo do SEL **o passivo total cresceu +1,5% (+16,7M€)** ao passar de 1.084,4M€ para 1 101,0M€. Mais se verificou que para este acréscimo concorreu **o aumento de valor do passivo corrente em +42,7M€ (+9,3%) tendo o passivo não corrente baixado -4,2% (-26M€).**

– **O passivo exigível do conjunto do SEL aumentou 4,1% enquanto, no mesmo ano económico de 2018, o passivo exigível dos 308 municípios baixou 9,7%.**

– Em 2018, a rubrica “**outras contas a pagar**” – com o peso de 38,6% no passivo corrente – ao registar o montante de 192,3M€ **apresentou um acréscimo de +26,9% (+ 40,9M€).**

– Também **os financiamentos obtidos de curto prazo**, com o peso de 21% no passivo corrente, ao registarem o montante de 105,1M€ **revelaram um aumento de +4,2% (+4,3M€), contribuindo para o aumento do passivo exigível de SEL.**

– **Os gastos aumentaram +20,2M€ (+2,5%)** resultante, essencialmente, do acréscimo de outros gastos e perdas em +9,2 M€ (+35,8%) e **do aumento de gastos com pessoal em +16,79M€ (+7,6%).**

– Os **resultados operacionais** apresentaram o decréscimo significativo de -7,8M€ (-15,4%), mantendo o ritmo de descida já verificado no ano anterior.

5. Serviços Municipalizados

Pontos fortes

– Em 2018, **a dívida a receber de mlp baixou -47% (-1,6M€)** ao apresentar o total de 1,8M€. Esta descida torna-se mais significativa, quando comparada com o valor homólogo de créditos sobre terceiros de 5,2M€ registado em 2016, **verificando-se, assim, uma diminuição, em dois anos, de -64,8% do volume de créditos desta natureza, vaticinando uma gestão mais zelosa por parte dos serviços municipalizados.**

– De igual modo, o segundo crédito de curto prazo mais representativo na estrutura da dívida sobre terceiros dos SMs - dívidas de **outros devedores** - ao somarem 4,6 milhões de euros em 2018, **apresentaram uma diminuição de -42,2% (-3,4M€).** Este resultado reforça a avaliação de uma gestão mais cautelosa por parte das **administrações dos serviços municipalizados.**

– É de assinalar a **diminuição da dívida da Administração Autárquica aos SMs** que, na maior parte das vezes, se referirá a indemnizações compensatórias. O total considerado, em 2018 foi de 150,7 milhares euros apresentando uma diminuição de -36,1% (-85 milhares de euros). **Até 2013 esta dívida era de 30 M€, diminuindo abruptamente para 1,5M€, em 2014. Deste ano até 2018, a dívida dos municípios aos SMs baixou - 90% (-1,4M€).**

– A **dívida de médio e longo prazo** dos serviços municipalizados, em 2018, **apresentou uma descida de -8% (-2,1M€)** em relação ao ano precedente, sendo que, **em relação a 2011 apresentou uma quebra, bem mais significativa, de -40,4% (-16,2M€).** Será de relevar que a descida da dívida de mlp foi relativamente superior à verificada no conjunto dos municípios, a qual resultou numa descida média de -5,6% no ano económico em análise.

– Nos serviços municipalizados o peso dos custos com pessoal nos custos totais foi inferior ao verificado no universo dos municípios em -4,4pp e, ao verificado, no conjunto das autarquias que os tutelam em -7,4pp.

– É de referir o aumento de **proveitos suplementares**, os quais cresceram a uma taxa de +29% (+692 milhares de euros) ao totalizar, para todo o setor de SMs, o montante 3,1M€. De igual modo se anotam: a **descida do montante registado em proveitos financeiros** (-15,6%, -211 milhares de euros) ao somar 1,1M€ e, o **acréscimo dos proveitos resultantes de impostos e taxas** em +18% (+484 milhares de euros) ao registar a verba global de 3,2M€.

Pontos fracos

– Verifica-se que as dívidas a receber dos SMs provêm essencialmente das dívidas de clientes, contribuintes e utentes que totalizaram em dezembro de 2018 o valor de 65M€, tendo aumentado, neste ano, +8,4% (+5M€). Mais se anota que o valor destes créditos sobre terceiros representou 88,2% das dívidas a receber de curto prazo pelo conjunto dos SMs, enquanto que o peso dos créditos homólogos no universo dos municípios apresentaram o peso de 29,8%.

– Em 2018, o **total das dívidas a terceiros** no conjunto dos SMs foi de 76,3 milhões de euros **tendo aumentado**, neste ano, **+2,1M€**, isto é, +2,9%, **em contra-ciclo com a descida da dívida a terceiros verificada em todo o setor municipal**.

– Em dezembro de 2018, a **dívida de curto prazo dos serviços municipalizados no valor de 52,3 milhões de euros apresentou um aumento de +8,8% (+4,2M€) contrariando a descida do item homólogo verificada pela globalidade dos municípios em -34,5%**. Contudo, a dívida de curto prazo dos serviços municipalizados entre 2011 e 2018 desceu -24,3 M€ (-31,7%), o que não deixou de representar um grande esforço de controlo da dívida por parte dos serviços municipalizados durante este período, pese embora a subida verificada no ano em apreço.

– Será de referir que, em 2018, dez dos vinte e quatro serviços municipalizados apresentaram acréscimo de passivo exigível, sendo que, cinco deles apresentaram um aumento superior a 50%.

– Em relação à evolução dos **proveitos, no conjunto dos serviços municipalizados**, verificou-se que, em 2018, o volume total dos mesmos **desceu - 0,5% (-2M€)**, face ao registo global de 424,7 M€.

– Os **resultados económicos na globalidade do SMs baixaram 10,9 M€, isto é, desceram - 48,8%**.

– Os **resultados operacionais**, considerando a globalidade dos serviços municipalizados, **surgem pela primeira vez, desde 2011, com sinal negativo ao registar -2,4M€, isto é, uma diminuição de -9,6M€**. Apesar de se terem verificado resultados operacionais negativos em quinze serviços municipalizados, contribuíram essencialmente para esta situação, dois desses serviços.

6. Ranking global

– Para uma pontuação total de 2.000 pontos, a pontuação máxima registada foi de **1.782 pontos** e foi assinalada por **Sintra**, município de grande dimensão. A segunda maior pontuação foi de **1.756**, tendo sido atribuída ao município de **Marinha Grande**, município de média dimensão. O município **Ponta do Sol**, de pequena dimensão, encabeçou a classificação dos municípios deste grupo ao obter **1.537** pontos, isto é, 76,9% da pontuação total máxima.

– Anota-se que, resultante da aplicação do Ranking Global, **só 64 municípios se poderão considerar com um nível satisfatório de eficácia e eficiência financeiro - com base nos indicadores selecionados por este Anuário - ao obterem uma pontuação total maior ou igual a 50% da pontuação global**. Em face deste computo, a situação não foi muito favorável aos restantes 244 municípios (79,2% do total dos municípios), os quais apresentaram uma pontuação global inferior a 50% da pontuação total do Ranking Global., isto é, uma pontuação inferior a 1.000 pontos.

– Anota-se dos 64 municípios mencionados no parágrafo anterior, 47 obtiveram uma pontuação entre 50% e 70% da pontuação total.

– Considerando a lista dos 100 municípios com melhor pontuação - face ao exposto nos pontos anteriores 36 apresentaram pontua-

ção inferior a 1000 pontos - 17 municípios são de grande dimensão, 38 de média dimensão e 45 de pequena dimensão. Representando os pequenos municípios 60,1% do total dos municípios, conclui-se que, genericamente, os municípios de pequena dimensão são os que apresentam maior dificuldade em integrar o ranking dos 100 melhores municípios, em termos de eficácia financeira, situação justificada, essencialmente, pelo baixo valor de receitas provenientes de impostos.

– Numa análise por distritos, verificou-se que os distritos de Lisboa, Faro, Leiria, Setúbal, e Aveiro foram os que conseguiram integrar mais de metade dos seus municípios na lista dos 100 melhores municípios.

ANEXO I

DADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DO MUNICÍPIOS, EMPRESAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS, 2018

Notas:

1) Pelos motivos apresentados na nota introdutória ao capítulo 4, não estão incluídas as cooperativas de interesse público
 2) Apresentam-se no final da lista, e não integrados nos municípios, as empresas municipais com mais de 3 municípios participantes.

3) As entidades com serviços municipalizados e/ou empresas municipais formam um grupo autárquico, apresentando-se valores das contas consolidadas. Conseguiu-se obter 135 contas consolidadas, faltando, no mínimo, as identificadas com SI (sem informação).

Unidade: euros

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Abrantes	-	157 779 654	1 439 014	5 038 493	512 695	25,30%	289 220	326	35 377
SM		Abrantes	100%	11 607 658	-243 183	0	1 914 056	-	664 642	93	-
Grupo		Contas consolidadas	-	159 258 139	1 435 450	5 864 958	2 601 116	-	1 624 164	-	35 377
CM	M	Águeda	-	65 534 922	205 485	2 014 836	3 216 788	17%	1 791 585	441	45 992
CM	P	Aguiar da Beira	-	49 652 016	-1 048 951	1 586 642	126 590	25,60%	117 832	92	4 740
CM	P	Alandroal	-	14 683 242	110 598	15 936 969	812 950	209,80%	434 528	191	5 064
CM	M	Albergaria-a-Velha	-	53 531 651	-291 897	4 373 510	1 544 934	41,20%	108 482	228	24 128
Grupo		Contas consolidadas	-	53 110 220	-286 100	4 373 510	1 544 934	-	108 482	-	24 128
CM	M	Albufeira	-	203 121 206	9 265 717	11 055 660	6 113 961	18,90%	6 795 309	1 125	41 123
CM	P	Alcácer do Sal	-	48 482 809	671 422	135 952	919 039	5,80%	7 165 952	405	11 712
CM	P	Alcanena	-	30 485 316	1 016 691	4 889 965	652 959	51,80%	346 479	156	12 860
EM SA		AQUANENA - EM de Águas e Saneamento	100%	16 554 216	0	0	1 399 589	-	0	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	35 948 709	1 034 240	4 889 965	660 537	-	352 848	-	12 860
CM	M	Alcobaça	-	61 003 454	157 932	2 276 179	1 786 357	11,70%	594 601	311	53 641
SMAS		Alcobaça	100%	6 673 982	220 521	0	3 656 274	-	933 341	54	-
Grupo		Contas consolidadas	-	68 177 097	313 543	2 276 179	5 191 925	-	1 254 368	-	53 641
CM	P	Alcochete	-	36 539 998	4 278 358	3 078 703	4 882 759	53,40%	956 488	340	19 505
CM	P	Alcoutim	-	22 751 219	484 589	915 638	390 301	14,20%	88 181	181	2 244
CM	M	Alenquer	-	54 925 923	1 621 576	4 586 011	2 834 580	31,80%	410 624	535	43 596
CM	P	Alfândega da Fé	-	37 323 605	390 542	17 011 212	242 293	230,20%	804 221	142	4 568
CM	P	Alijó	-	28 317 103	1 816 702	11 904 362	1 453 245	124,50%	309 476	128	10 703
CM	P	Aljezur	-	22 111 486	675 611	2 420 659	317 539	28,20%	153 192	169	5 599

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Aljustrel	-	30 049 490	917 094	3 694 197	3 963 888	80,80%	679 133	207	8 285
CM	G	Almada	-	332 174 960	10 125 256	26 236 403	3 429 975	34,60%	4 501 276	1 642	168 987
SMAS		Almada	100%	43 383 025	-3 429 488	0	7 606 928	-	6 916 284	473	-
EM SA		ECALMA-Estacionamento e Circulação	100%	284 051	19 855	0	321 259	-	53 591	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	388 297 371	7 137 005	26 236 403	4 360 420	-	8 155 860	-	168 987
CM	P	Almeida	-	30 858 081	316 630	1 775 510	883 379	23,20%	670 803	150	5 926
CM	M	Almeirim	-	50 759 374	-2 159 515	5 607 974	559 330	46,70%	266 703	255	22 569
CM	P	Almodôvar	-	41 771 570	941 763	3 243 867	718 713	37,40%	526 847	200	6 746
Grupo		Contas consolidadas	-	42 734 535	953 826	3 243 867	718 713	-	526 847	-	6 746
CM	P	Alpiarça	-	25 887 723	-353 160	4 684 692	2 644 825	131,30%	277 670	145	7 087
Grupo		Contas consolidadas	-	23 366 353	-369 635	5 406 783	2 134 256	-	277 218	-	7 087
CM	P	Alter do Chão	-	26 834 327	-29 983	740 556	541 904	21,80%	903 296	134	3 191
CM	P	Alvaiázere	-	36 228 956	-1 816 188	1 884 412	366 501	32,40%	116 400	81	6 626
CM	P	Alvito	-	18 461 494	828 163	1 014 246	145 688	27,10%	875 556	110	2 462
CM	G	Amadora	-	319 586 343	8 143 299	18 009 203	4 496 357	25,70%	5 673 569	1 703	181 724
SIMAS		Oeiras e Amadora	-	156 856 477	3 682 093	0	16 004 736	-	17 698 377	419	-
EM		Amadora Inovation, E. M. Unipessoal, Lda.	100%	387 947	-154 970	0	227 958	-	981 079	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	407 666 358	8 229 530	18 009 202	12 560 042	-	14 441 890	-	181 724
CM	M	Amarante	-	91 845 002	-668 342	12 210 013	3 525 530	58 %	1 105 497	559	53 366
CM	P	Amares	-	26 459 860	124 488	4 361 386	2 209 023	53,50%	193 239	201	18 114
CM	M	Anadia	-	87 281 079	-1 329 887	3 558 137	790 898	23,20%	869 489	241	27 298
CM	M	Angra do Heroísmo	-	91 900 555	2 982 233	12 071 742	1 003 105	88,60%	7 639 320	224	33 903
SMAS		Angra do Heroísmo	100%	7 663 932	455 271	0	1 532 122	-	608 570	158	-
EM		TERAMB	60 %	28 424 980	3 564	1 998 141	5 710 808	-	1 054 069	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	33 903
CM	P	Ansião	-	41 319 066	101 400	4 434 951	594 159	60,20%	116 103	101	12 106
Grupo		Contas consolidadas	-	41 205 588	101 447	4 434 951	594 159	-	116 103	-	12 106
CM	M	Arcos de Valdevez	-	77 316 426	57 067	3 269 380	3 000 556	25,10%	1 231 263	285	20 970
Grupo		Contas consolidadas	-	78 942 053	60 256	3 269 380	3 000 556	-	1 231 263	-	20 970
CM	P	Arganil	-	37 302 503	-1 042 270	1 594 445	1 658 193	26,70%	988 292	188	11 068
CM	P	Armamar	-	21 485 149	-53 971	3 596 277	1 183 744	65,20%	186 981	176	5 792
CM	M	Arouca	-	44 794 534	1 167 611	1 753 812	656 239	14,50%	7 492	176	20 861
CM	P	Arraiolos	-	38 393 874	-13 142	2 767 152	515 015	42,60%	161 214	142	6 944
CM	P	Arronches	-	23 120 023	1 022 544	509 090	66 935	12,30%	18 951	97	2 860
CM	P	Arruda dos Vinhos	-	22 134 199	448 696	3 312 067	1 829 041	50,40%	872 395	225	15 082
CM	M	Aveiro	-	120 281 482	21 353 962	87 555 651	14 753 457	203,80%	6 017 745	589	77 916
EM		Aveiro Expo - Parque de Exposições	51 %	59 496	33 287	0	162 440	-	147 247	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	139 416 552	21 369 862	87 555 651	14 874 093	-	6 142 908	-	77 916

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice. Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Avis	-	42 871 456	-1 054 742	1 218 797	645 656	27,20%	250 979	165	4 249
CM	M	Azambuja	-	48 639 067	1 877 142	10 164 076	876 496	69,30%	1 487 737	314	22 445
CM	P	Baião	-	46 900 855	795 407	4 029 195	2 006 759	43 %	100 067	288	18 891
CM	G	Barcelos	-	115 062 422	2 678 095	9 284 037	4 501 695	25,30%	14 517 050	641	116 531
EM		EMEC - EM de Educação e Cultura	100%	-599 322	-8 523	1 189 500	287 827	-	2 785 002	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	117 745 512	2 965 264	10 690 920	4 326 579	-	17 053 786	-	116 531
CM	P	Barrancos	-	8 284 250	-24 809	920 579	138 265	28,70%	127 936	88	1 645
CM	M	Barreiro	-	95 201 081	6 767 941	15 075 698	4 538 245	49,40%	1 713 016	755	75 419
SMTC		Transp. Colectivos do Barreiro	100%	-3 198 812	670 729	0	3 069 743	-	980 470	191	-
Grupo		Contas consolidadas	-	99 709 366	7 351 341	15 075 698	7 566 959	-	2 632 560	-	75 419
CM	P	Batalha	-	51 540 894	-1 350 512	1 557 602	1 290 477	21,80%	114 145	135	15 840
EM		IserBatalha - Gestão equip. e serviços i.g.	100%	-276 537	-145 582	0	547 672	-	156 158	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	49 846 508	-1 496 094	1 557 602	1 299 722	-	153 466	-	15 840
CM	M	Beja	-	82 323 606	10 417	8 085 764	1 102 648	39,10%	427 845	477	33 550
EEM		EMAS - Água e Saneamento	100%	12 209 549	42 344	3 871 127	5 078 337	-	2 099 296	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	85 399 081	151 506	11 956 891	5 786 124	-	3 123 413	-	33 550
CM	P	Belmonte	-	21 667 255	-1 904 511	1 821 775	1 619 782	63,50%	362 131	52	6 407
EM		EMPDS-Promoção e Desenvolvimento Social	100%	59 246	6 088	0	106 942	-	111 180	-	-
EIM SA		Parkurbis, Parque de Ciência e Tecn. Covilhã	0,20%	1 978 278	-72 512	1 750 730	401 232	-	196 434	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	18 705 056	-1 925 217	1 821 775	1 681 951	-	369 802	-	6 407
CM	M	Benavente	-	48 029 233	463 904	1 129 508	1 335 259	13,40%	178 039	353	30 214
Grupo		Contas consolidadas	-	53 927 948	463 904	1 129 508	1 335 259	-	178 039	-	30 214
CM	P	Bombarral	-	40 480 000	926 471	1 306 184	628 690	21,90%	654 223	158	12 533
CM	P	Borba	-	15 910 989	-319 650	5 913 089	556 083	98,10%	291 149	170	6 790
CM	P	Boticas	-	54 016 182	-1 148 082	539 603	565 877	9,90%	346 798	118	5 059
Grupo		Contas consolidadas	-	53 315 110	-1 148 082	539 603	565 877	-	346 798	-	5 059
CM	G	Braga	-	439 561 099	6 089 092	22 446 137	33 858 070	69,10%	13 005 809	1 442	181 919
EM		AGERE - Águas, Efluentes e Resíduos	51 %	74 528 486	6 238 137	36 571 031	25 932 829	-	20 780 837	-	-
EM		BRAGAHABIT - Habitação	100%	14 093 700	154 158	20 083	1 585 087	-	5 804 374	-	-
EM		InvestBraga - Agência p/ Dinamiz. Económica	100%	403 884	16 194	75 000	534 127	-	751 667	-	-
EM SA		Teatro Circo de Braga	100%	1 253 540	20 690	260 556	273 925	-	617 936	-	-
EM		TUB - Transportes Urbanos	100%	1 283 907	37 252	8 301 933	2 550 319	-	1 711 840	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	448 557 091	3 930 452	65 846 944	43 535 722	-	13 112 110	-	181 919
CM	M	Bragança	-	142 812 934	2 326 719	3 031 674	2 583 008	14,10%	1 511 950	356	33 586
Grupo		Contas consolidadas	-	141 201 127	2 412 755	3 606 674	2 643 141	-	2 343 760	-	33 586
CM	P	Cabeceiras de Basto	-	65 584 609	-1 124 358	4 633 983	2 729 439	57,20%	481 300	261	15 699
Grupo		Contas consolidadas	-	64 139 423	-1 154 787	4 633 983	2 792 126	-	793 734	-	15 699
CM	P	Cadaval	-	18 013 979	844 401	1 819 701	673 367	20,20%	756 554	182	13 627

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
CM	M	Caldas da Rainha	-	77 606 931	790 759	3 359 695	2 136 244	20,90%	265 105	328	51 540
SMAS		Caldas da Rainha	100%	34 216 921	492 203	0	429 024	-	899 387	90	-
Grupo		Contas consolidadas	-	112 614 611	1 282 962	3 359 695	2 532 264	-	1 131 488	-	51 540
CM	P	Calheta (R.A.A.)	-	4 987 386	1 120 403	1 890 963	139 158	47,80%	53 261	93	3 205
CM	P	Calheta (R.A.M.)	-	40 434 092	314 836	2 711 674	990 708	38,90%	46 861	136	10 865
CM	M	Câmara de Lobos	-	41 896 544	111 954	5 321 224	1 969 935	65,40%	100 738	213	33 732
CM	P	Caminha	-	18 703 610	-1 516 771	4 468 133	18 173 141	155,10%	1 728 989	271	15 873
CM	P	Campo Maior	-	75 526 147	-123 899	323 454	1 473 597	21,90%	143 313	186	7 907
EM		CampoMaior XXI	100%	-70 947	-46 757	0	69 755	-	15 219	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	75 110 233	-170 656	323 454	1 524 618	-	158 532	-	7 907
CM	M	Cantanhede	-	86 488 966	4 646 860	8 452 475	3 120 272	58,20%	1 180 033	235	35 068
EM SA		INOVA - Emp. Desenv Econom e Social	100%	24 594 651	220 881	3 743 737	2 659 148	-	1 096 115	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	92 860 476	4 737 880	14 636 688	4 840 175	-	3 180 903	-	35 068
CM	P	Carrazeda de Ansiães	-	35 987 127	700 819	907 040	643 581	16,70%	1 838 887	118	5 683
Grupo		Contas consolidadas	-	35 253 409	685 798	907 040	645 559	-	1 816 288	-	5 683
CM	P	Carregal do Sal	-	26 926 553	-1 499 101	2 243 830	359 502	40,50%	1 878	121	9 290
CM	M	Cartaxo	-	-14 212 964	1 138 709	51 813 439	973 057	408,60%	13 438 023	318	23 740
CM	G	Cascais	-	474 067 265	50 703 803	35 054 195	16 313 164	30,60%	5 027 171	1 959	212 474
EM SA		EMAC - Empresa Municipal de Ambiente	100%	1 870 916	47 897	2 456 986	3 391 769	-	1 734 516	-	-
EM SA		Cascais Envolvente	100%	1 591 521	101 286	7 999 067	507 600	-	542 293	-	-
EM SA		Cascais Próxima	100%	1 414 168	-58 576	13 985 000	2 587 745	-	12 132 472	-	-
EM SA		Cascais Dinâmica	99,70%	28 524 872	25 183	3 000 000	1 094 166	-	955 649	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	539 877 362	51 368 137	62 612 366	31 722 477	-	9 588 750	-	212 474
CM	P	Castanheira de Pêra	-	19 311 078	443 036	4 241 526	152 159	97,80%	233 753	66	2 650
EM		Prazilandia -Turismo e Ambiente	100%	1 012 715	101 773	104 562	166 298	-	12 978	-	-
EM SA		RIBEIRAPERÁ	55,80%	318 177	6 431	6 440	7 795	-	14 645	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	21 000 131	548 398	4 351 207	327 572	-	261 376	-	2 650
CM	M	Castelo Branco	-	357 525 248	-1 165 185	3 860 084	1 401 290	16,10%	158 452	389	52 192
SMASR		Castelo Branco	100%	50 750 407	-538 136	0	1 172 510	-	1 057 824	124	-
EM SA		ALBIGEC	100%	569 026	36 914	0	141 571	-	50 183	-	-
EM SA		Terras da Beira Baixa, Soc. Des. Agro Indúst.	96 %	612 742	-10 361	0	21 676	-	37 313	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	333 233 619	-1 153 720	3 860 084	2 776 304	-	2 873 189	-	52 192
CM	P	Castelo de Paiva	-	19 792 822	239 420	5 577 115	2 314 967	86,90%	1 197 838	141	15 567
CM	P	Castelo de Vide	-	44 539 278	-1 605 196	92 326	114 979	2,80%	68 270	149	2 951
CM	P	Castro Daire	-	71 410 315	-1 050 870	3 503 364	1 911 920	33,90%	160 122	289	13 928
CM	P	Castro Marim	-	56 434 924	-1 676 877	3 889 364	1 235 904	40,40%	808 823	147	6 274
EM SA		NOVBAESURIS	100%	330 026	1 569	0	191 635	-	148 446	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	54 968 072	-1 675 308	3 889 364	1 415 103	-	850 431	-	6 274

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Castro Verde	-	32 432 462	-517 956	1 231 061	1 603 763	32,50%	81 622	204	6 946
Grupo		Contas consolidadas	-	35 615 090	-467 702	912 270	1 922 554	-	81 622	-	6 946
CM	P	Celorico da Beira	-	17 243 774	2 059 196	14 208 275	2 264 282	197%	247 862	203	6 978
CM	P	Celorico de Basto	-	33 150 620	-1 080 458	10 160 171	1 493 381	98,20%	1 905 820	260	19 075
Grupo		Contas consolidadas	-	31 269 114	-1 555 056	11 495 389	1 962 410	-	1 535 350	-	19 075
CM	P	Chamusca	-	30 186 684	660 027	1 102 577	291 232	13,90%	198 040	152	9 253
Grupo		Contas consolidadas	-	30 862 273	660 027	1 102 577	291 232	-	198 040	-	9 253
CM	M	Chaves	-	89 413 328	5 722 667	22 026 910	10 487 940	108,90%	3 293 599	443	39 345
EM SA		GEMC – Gestão Equipamentos Mun. Chaves	100%	1 394 465	-30 131	9 000	155 707	-	30 650	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	95 059 771	5 721 764	22 035 910	10 562 373	-	3 324 249	-	39 345
CM	P	Cinfães	-	32 168 094	-201 939	226 414	3 091 939	20,80%	34 452	241	18 470
EM		Quinta de Tuberais - Ensino Prof. de Cinfães	100%	133 180	1 611	95 000	155 995	-	916 867	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	30 888 616	-270 643	321 419	3 199 649	-	715 385	-	18 470
CM	G	Coimbra	-	496 161 529	2 863 955	34 502 901	11 905 957	55,20%	22 183 898	1 221	133 724
SMTUC		Transportes Urbanos de Coimbra	100%	-918 094	231 311	0	595 626	-	859 649	451	-
EM		AC Águas de Coimbra	100%	63 262 532	286 569	6 000 000	11 039 831	-	6 092 478	-	-
EM SA		Coimbra iParque	92,70%	4 658 601	-736 835	3 452 769	2 544 204	-	1 411 988	-	-
EM		PRODESO - Ensino Profissional	69%	271 293	67 598	50 500	96 321	-	1 468 719	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	515 380 116	2 373 930	44 006 170	17 023 211	-	27 130 913	-	133 724
CM	P	Condeixa-a-Nova	-	59 523 039	-3 477 635	1 390 912	2 789 458	39,10%	347 178	178	17 597
CM	P	Constância	-	21 961 042	-110 488	1 724 962	383 231	39,40%	141 296	102	4 002
CM	P	Coruche	-	76 542 393	2 642 859	1 310 136	1 609 670	16,30%	164 178	353	17 629
Grupo		Contas consolidadas	-	79 195 975	2 642 859	1 310 136	1 609 670	-	164 178	-	17 629
CM	P	Corvo	-	6 639 556	-243 522	509 497	12 373	35,40%	25 959	35	465
CM	M	Covilhã	-	184 391 161	-1 553 575	26 886 697	10 327 326	150,40%	2 216 267	297	47 127
EM		ADC - Aguas da Covilhã	51%	13 673 474	755 056	8 409 492	7 451 269	-	10 679 937	-	-
EEM		ICOVI - Infraestruturas e Concessões	100%	76 894 141	114 208	3 659 544	2 663 195	-	552 891	-	-
EIM SA		Parkurbis	79,60%	1 978 278	-72 512	1 750 730	401 232	-	196 434	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	203 944 686	-1 377 436	39 629 022	16 268 713	-	4 330 909	-	47 127
CM	P	Crato	-	22 416 690	-37 989	2 997 996	447 332	49,60%	245 169	110	3 185
CM	P	Cuba	-	16 100 999	-107 092	1 729 407	737 548	53%	68 648	120	4 599
Soc.		Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz	100%	57 703	19 030	346 067	116 418	-	1 595 946	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	17 064 863	-61 907	2 075 475	783 314	-	1 588 594	-	4 599
CM	M	Elvas	-	67 847 501	-4 423 762	714 397	1 208 453	7,90%	557 358	245	20 706
CM	M	Entroncamento	-	20 670 804	788 444	7 094 326	2 819 612	83,80%	1 392 346	308	21 214
CM	M	Espinho	-	61 588 116	-2 862 242	9 054 418	15 485 208	101,60%	1 154 045	524	29 484
CM	M	Esposende	-	97 407 157	1 315 389	6 912 875	2 352 439	47,80%	512 887	166	34 057
EEM		EAMB - Esposende Ambiente	100%	22 582 646	63 816	2 141 379	2 736 990	-	1 077 782	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice. Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
EEM		ESPOSENDE 2000	100%	504 061	6 105	16 698	162 853	-	59 963	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	99 032 623	1 379 627	9 070 953	3 186 347	-	1 643 670	-	34 057
CM	M	Estarreja	-	60 620 901	979 662	5 528 034	2 530 189	53,90%	453 862	190	25 965
CM	P	Estremoz	-	21 571 870	449 098	5 843 460	1 179 242	60,90%	629 424	208	12 816
CM	M	Évora	-	101 219 988	2 186 031	55 604 230	11 161 218	165,80%	2 812 257	1 022	52 454
EM		HABEVORA - Gestão habitacional	100%	14 778 576	-301 852	2 611 186	10 357 955	-	533 569	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	108 765 595	2 234 089	58 215 417	12 161 050	-	3 343 889	-	52 454
CM	M	Fafe	-	83 692 980	-1 750 505	4 064 532	2 409 660	17,60%	111 022	443	48 271
CM	M	Faro	-	102 521 361	5 821 116	20 792 931	735 918	56,30%	489 244	780	60 974
SM		Teatro Municipal de Faro	100%	146 233	45 957	0	165 722	-	87 054	10	-
EM		Ambifaro	100%	3 201 399	16 588	9 548 893	1 926 891	-	592 105	-	-
EM		FAGAR - Faro Gestão de Aguas e Resíduos	51 %	19 954 186	259 286	3 114 342	7 583 766	-	4 183 045	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	105 587 144	7 347 483	33 456 166	5 083 612	-	4 124 030	-	60 974
CM	M	Felgueiras	-	133 560 846	-3 757 354	6 843 898	4 944 228	36,60%	2 253 189	655	56 576
EM		ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	100%	5 342 507	12 164	103 471	241 661	-	272 948	-	-
EM		EMAFEL - Ambiente de Felgueiras	100%	-209 407	-209 407	0	209 407	-	0	-	-
EM		EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	99 %	181 473	46 842	69 000	263 273	-	2 949 651	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	130 385 566	-3 499 331	7 016 369	5 449 162	-	5 475 788	-	56 576
CM	P	Ferreira do Alentejo	-	21 972 202	1 335 018	2 842 028	597 216	34,60%	2 153 361	225	7 848
EM		MOBITRAL - Móveis Tradicionais Alentejanas	87 %	24 701	833	0	4 102	-	7 524	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	23 399 576	1 335 743	2 966 422	598 505	-	2 285 279	-	7 848
CM	P	Ferreira do Zêzere	-	57 538 471	-2 049 937	3 548 745	303 424	45,30%	158 383	120	7 989
CM	M	Figueira da Foz	-	166 460 917	1 727 888	17 447 210	5 838 403	59,90%	2 313 159	494	58 866
EM		Figueira Domus - Gestão de Habitação	100%	5 257 113	648 753	9 129 328	589 843	-	179 203	-	-
EM SA		Figueira Parques - Estacionamento	70 %	951 146	1 662	0	59 592	-	12 340	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	169 482 001	1 722 630	26 576 538	6 245 131	-	2 509 562	-	58 866
CM	P	Figueira de Castelo Rodrigo	-	19 130 572	-170 915	2 746 123	2 963 588	70 %	136 080	140	5 652
CM	P	Figueiró dos Vinhos	-	28 823 288	-3 221 426	1 595 785	3 312 311	77,50%	140 877	140	5 608
CM	P	Fornos de Algodres	-	-4 730 865	334 197	27 697 732	218 970	512,90%	159 269	86	4 561
CM	P	Freixo de Espada à Cinta	-	24 213 906	-76 185	9 709 315	3 000 972	208,80%	535 194	159	3 312
CM	P	Fronteira	-	30 771 468	-330 583	1 494 497	471 709	44,60%	1 326 118	88	2 986
CM	G	Funchal	-	855 817 676	3 320 375	31 953 776	2 475 240	48,10%	12 122 688	1 558	104 129
EM		Frente MarFunchal	100%	-438 278	1 866	490 142	1 766 914	-	1 395 817	-	-
EM		Sociohabitafunchal	100%	120 023	16 951	0	275 155	-	223 989	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	856 889 615	3 323 398	31 386 353	4 274 817	-	11 791 809	-	104 129
CM	M	Fundão	-	37 161 535	-1 509 661	54 336 875	2 801 592	261,10%	7 040 733	271	26 719
EM		Viverfundão	100%	3 165 347	32 730	4 736 550	710 082	-	1 194 843	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	36 081 262	-1 524 515	59 073 425	3 423 451	-	8 235 576	-	26 719

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Gavião	-	24 951 094	215 762	941 284	272 120	19,60%	265 242	114	3 347
CM	P	Góis	-	20 605 320	-38 953	1 525 286	1 269 124	35,60%	391 859	169	3 825
Grupo		Contas consolidadas	-	20 636 592	-38 944	1 525 286	1 269 124	-	391 859	-	3 825
CM	P	Golegã	-	20 206 871	143 642	1 540 932	1 434 737	52,90%	124 570	114	5 375
CM	G	Gondomar	-	192 692 284	-1 692 279	33 625 833	59 057 421	145 %	5 699 349	1 501	165 631
CM	P	Gouveia	-	68 961 687	-2 719 763	3 286 760	1 616 674	44 %	60 107	174	12 486
CM	P	Grândola	-	69 081 774	5 052 726	4 393 254	2 218 310	29,50%	619 554	422	14 570
EM		Infraestrutura - Infraestruturas	74,10%	706 444	59 151	1 464	819 993	-	458 547	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	80 570 130	5 052 726	4 393 254	2 528 013	-	801 888	-	14 570
CM	M	Guarda	-	119 580 816	-165 638	17 401 895	2 469 175	69,70%	5 217 674	533	39 103
Grupo		Contas consolidadas	-	107 641 168	-168 837	17 401 895	2 469 175	-	5 217 674	-	39 103
CM	G	Guimarães	-	376 351 810	4 183 918	33 208 879	7 060 635	49,10%	8 105 993	1 609	152 792
EEM		CASFIG - Coordenação das Habitações	100%	561 655	6 458	0	150 317	-	51 889	-	-
EM SA		Vitrus Ambiente	100%	924 801	203 972	622 877	792 495	-	494 638	-	-
EIM SA		Vimágua	90 %	22 388 342	1 277 561	13 201 403	13 756 104	-	3 188 712	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	382 215 390	4 827 268	50 578 663	16 907 299	-	8 306 718	-	152 792
CM	P	Horta	-	56 224 760	-91 799	2 411 329	747 685	32,70%	2 396 878	153	14 542
EEM		Urbhorta.	100%	512 334	9 646	2 140 166	217 346	-	504 570	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	14 542
CM	P	Idanha-a-Nova	-	61 141 149	-769 178	3 825 379	1 641 075	35,70%	581 589	234	8 157
CM	M	Ílhavo	-	111 006 429	4 757 311	8 362 851	4 823 681	57,30%	4 693 321	287	38 405
CM	M	Lagoa (Algarve)	-	109 890 634	1 821 106	1 864 399	1 848 857	5,90%	2 026 662	418	22 748
CM	P	Lagoa (R.A.A)	-	42 366 263	270 836	5 497 966	440 712	63,90%	309 303	134	14 681
EIM SA		EIRSU	33,30%	301 185	-2 404	0	183 991	-	166 401	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	42 685 378	270 034	5 497 966	502 990	-	358 290	-	14 681
CM	M	Lagos	-	214 338 271	14 452 907	7 201 857	20 012 689	57,30%	5 793 186	680	30 442
EM SA		Lagos-em-Forma	100%	1 245 811	235 457	0	604 202	-	164 973	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	231 746 478	14 936 516	7 201 857	21 589 885	-	6 324 520	-	30 442
CM	P	Lajes das Flores	-	10 198 755	-496 954	0	136 266	3 %	12 266	74	1 464
CM	P	Lajes do Pico	-	9 115 413	1 909 917	3 744 999	278 603	85,90%	224 536	84	4 498
Grupo		Contas consolidadas	-	11 190 462	1 926 627	3 744 999	278 603	-	229 536	-	4 498
CM	M	Lamego	-	42 825 606	-6 317 807	28 694 881	6 510 039	186,90%	506 520	282	24 959
CM	G	Leiria	-	216 832 079	16 734 939	31 919 781	3 148 319	54 %	1 351 128	668	124 857
SMAS		Leiria	100%	31 555 956	2 750 000	0	2 615 734	-	4 325 709	133	-
Grupo		Contas consolidadas	-	257 327 622	16 371 055	31 919 781	8 003 505	-	5 637 661	-	124 857
CM	G	Lisboa	-	2 170 149 955	51 277 293	250 836 259	195 788 402	66,50%	79 710 247	7 721	507 220
EM SA		EGEAC	100%	4 615 439	34 755	0	9 723 387	-	4 503 331	-	-
EM SA		GEBALIS	100%	2 992 530	33 280	10 046 667	9 498 353	-	6 107 675	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice. Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
EM SA		Lisboa Ocidental, SRU	100%	17 055 593	508	16 100 000	4 358 861	-	19 852 867	-	-
EM SA		EMEL	100%	41 424 999	393 298	3 712 686	23 811 266	-	1 333 875	-	-
EM SA		Companhia Carris de Ferro de Lisboa	100%	94 409 123	8 663 796	1 505	66 367 501	-	23 765 095	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	2 260 916 438	71 293 040	280 697 116	246 520 919	-	110 911 128	-	507 220
CM	M	Loulé	-	279 692 687	11 735 429	24 460 226	8 657 529	25,50%	3 967 214	1 536	68 873
EM SA		Infralobo	51 %	1 287 463	58 334	0	2 109 961	-	721 738	-	-
EM SA		Inframoura	51 %	974 044	31 518	504 870	2 735 976	-	836 268	-	-
EM SA		Infraquinta	51 %	4 842 042	327 107	254 669	1 638 364	-	512 933	-	-
EM SA		Loulé Concelho Global	100%	2 026 055	56 703	709 658	595 813	-	21 545	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	306 078 204	13 257 183	25 169 885	12 427 642	-	3 474 446	-	68 873
CM	G	Loures	-	1 252 127 273	8 744 045	23 751 511	6 416 347	28,50%	4 204 489	2 206	211 359
SIMAR		Loures e Odivelas	-	41 927 367	-437 245	0	1 988 113	-	7 626 537	950	-
EM		Gesloures	100%	2 515 578	-69 644	256 500	619 071	-	115 683	-	-
EM		Loures Parque	100%	1 325 339	117 250	36 460	223 750	-	35 642	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	1 284 906 998	8 596 480	24 044 471	7 640 588	-	7 345 414	-	211 359
CM	M	Lourinhã	-	86 968 477	-2 601 743	10 229 021	746 873	58,30%	1 803 826	410	25 670
CM	P	Lousã	-	39 469 267	-1 257 988	2 625 472	1 801 036	33,90%	1 045 990	201	17 128
CM	M	Lousada	-	87 429 262	1 178 502	9 433 106	3 645 325	51,80%	1 928 156	610	46 790
EM		Lousada Seculo XXI	100%	237 224	1 726	0	151 932	-	44 011	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	88 591 392	1 218 045	9 433 106	3 704 397	-	1 971 469	-	46 790
CM	P	Mação	-	30 655 809	-1 777 637	2 269 790	695 331	34,80%	247 274	173	6 323
CM	P	Macedo de Cavaleiros	-	20 728 548	741 237	3 916 571	11 103 837	100 %	395 657	259	14 550
CM	M	Machico	-	39 211 984	-1 512 161	2 509 489	2 630 118	57,20%	371 666	174	20 094
CM	P	Madalena	-	15 042 733	1 036 356	2 509 659	2 050 476	82,50%	259 359	98	5 875
CM	M	Mafra	-	206 277 571	-4 782 012	2 150 173	11 521 560	21,20%	3 416 528	920	84 008
EM SA		Giatal	100%	6 067 899	198 737	2 731 266	1 712 237	-	915 937	-	-
SA		Matadouro Regional de Mafra	93,30%	1 577 955	86 962	0	548 347	-	587 085	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	196 075 461	-4 782 012	4 881 439	12 324 268	-	4 090 551	-	84 008
CM	G	Maia	-	312 427 192	11 504 225	31 081 105	8 211 386	55,60%	4 091 361	1 000	137 727
SMEAS		Maia	100%	36 263 451	1 356 209	16 744 107	2 773 679	-	4 051 695	149	-
EM		Empresa Metropolitana de Estacionamento	100%	409 931	61 691	0	135 365	-	24 615	-	-
EM		Espaço Municipal – Renov. Urb. e Gest. Pat.	100%	7 788 347	2 874	2 258 315	1 688 133	-	1 450 847	-	-
EM		Maiambiente	100%	3 089 442	1 640	261 224	1 153 035	-	2 068 653	-	-
SA		TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia	51 %	-3 830 522	-851 088	0	4 003 016	-	302 559	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	367 775 560	12 953 546	26 052 135	43 837 259	-	7 797 118	-	137 727
CM	P	Mangualde	-	50 512 345	345 532	6 286 476	2 854 115	63,50%	553 017	229	18 618
Grupo		Contas consolidadas	-	52 446 923	345 542	6 286 476	2 854 115	-	553 017	-	18 618
CM	P	Manteigas	-	22 657 478	-100 382	3 404 465	882 343	84,70%	182 537	62	3 037

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
EIM SA		Parkurbis	0,20%	1 978 278	-72 512	1 750 730	401 232	-	196 434	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	22 552 185	-101 171	3 404 465	882 343	-	182 537	-	3 037
CM	M	Marco de Canaveses	-	35 705 873	3 168 740	21 730 804	2 320 381	92,40%	187 129	370	51 661
CM	M	Marinha Grande	-	99 012 858	2 803 332	759 723	1 024 947	4 %	1 013 695	247	38 404
EM SA		TUMG - Transportes Urbanos	100%	627 182	5 529	0	148 589	-	67 495	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	101 317 217	2 852 578	759 723	1 153 810	-	1 031 639	-	38 404
CM	P	Marvão	-	28 202 360	-844 737	630 401	421 814	24 %	267 700	100	3 054
CM	G	Matosinhos	-	528 034 201	4 775 955	45 655 764	5 094 192	47,70%	16 749 574	1 921	174 382
EM		Matosinhoshabit	100%	868 058	136 328	60 439	735 016	-	171 331	-	-
EM SA		MS Matosinhos Sport	100%	370 730	39 451	20 660	1 065 515	-	369 917	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	533 575 229	4 908 791	45 655 764	6 243 851	-	17 178 890	-	174 382
CM	P	Mealhada	-	66 006 871	-791 027	0	645 528	0,60%	7 494 114	295	19 892
CM	P	Meda	-	21 293 837	136 650	4 651 909	530 928	71 %	81 196	163	4 617
CM	P	Melgaço	-	42 177 970	210 326	4 979 751	3 783 997	77,30%	1 037 431	274	8 144
EM		Melsport - Melgaço Desporto e Lazer	100%	10 358 389	2 320	0	147 372	-	672 052	-	-
SA		Quintas de Melgaço	62,90%	3 232 532	162 574	773 327	881 988	-	1 035 554	-	-
EM		Cura Aqueae-Termas de Melgaço	51 %	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	47 878 852	233 454	6 857 171	5 061 345	-	2 065 676	-	8 144
CM	P	Mértola	-	50 826 058	828 592	1 831 129	468 220	18,20%	134 875	267	6 202
CM	P	Mesão Frio	-	3 579 139	63 136	4 421 695	1 193 213	130,10%	167 394	104	3 996
CM	P	Mira	-	103 198 440	-672 822	372 356	2 925 784	31,20%	373 742	195	11 831
Grupo		Contas consolidadas	-	102 098 874	-663 486	1 572 111	3 174 640	-	253 297	-	11 831
CM	P	Miranda do Corvo	-	51 187 690	830 461	563 853	1 268 187	17,70%	935 845	169	12 687
CM	P	Miranda do Douro	-	33 004 374	-1 104 722	4 440 889	577 946	49,10%	157 452	158	6 877
CM	M	Mirandela	-	28 204 648	2 241 693	8 398 983	8 622 007	84,90%	790 851	294	21 808
SA		Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90 %	-1 615 462	-24 435	20 826	1 820 556	-	22 323	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	28 660 234	2 363 322	8 776 092	11 122 304	-	1 168 137	-	21 808
CM	P	Mogadouro	-	53 328 349	-2 493 029	1 503 989	600 127	15 %	193 638	134	8 481
CM	P	Moimenta da Beira	-	30 649 782	574 045	1 258 544	5 028 473	66,30%	241 992	132	9 729
CM	M	Moita	-	135 959 169	446 662	6 510 238	4 034 260	32,70%	3 495 738	692	64 526
CM	P	Monção	-	38 322 879	1 003 292	4 294 409	2 585 187	45,50%	315 918	254	17 902
EM		Matadouro Regional de Monção	100%	-83 826	-89 698	195	200 537	-	61 239	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	39 285 602	913 594	4 294 409	2 785 918	-	377 157	-	17 902
CM	P	Monchique	-	49 616 301	-1 679 199	1 122 412	776 062	19,90%	221 305	222	5 182
CM	P	Mondim de Basto	-	24 378 845	867 113	6 133 097	826 514	89,80%	562 474	134	6 985
Grupo		Contas consolidadas	-	24 900 407	864 332	6 133 097	720 115	-	562 474	-	6 985
CM	P	Monforte	-	13 609 794	-116 570	1 319 939	727 772	39,60%	191 347	141	2 989
CM	P	Montalegre	-	66 617 468	-1 707 297	3 899 003	844 120	25,60%	282 655	265	9 090

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice. Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
Grupo		Contas consolidadas	-	65 237 927	-1 707 297	3 899 003	844 120	-	282 655	-	9 090
CM	P	Montemor-o-Novo	-	38 296 646	-15 522	941 977	1 721 388	14,60%	537 763	333	15 740
CM	M	Montemor-o-Velho	-	70 632 969	1 487 465	12 983 037	2 041 542	96,50%	2 970 025	195	25 230
CM	M	Montijo	-	83 989 329	5 311 600	5 583 571	1 180 415	25 %	299 511	819	56 887
SMAS		Montijo	100%	3 901 451	288 849	0	395 757	-	611 026	94	-
Grupo		Contas consolidadas	-	94 933 761	5 392 633	7 694 303	1 595 468	-	1 270 606	-	56 887
CM	P	Mora	-	22 729 224	-404 037	1 587 194	288 974	29,10%	625 043	147	4 188
CM	P	Mortágua	-	45 829 018	67 536	1 932 244	180 249	25,90%	146 089	143	8 856
Grupo		Contas consolidadas	-	46 016 149	67 708	1 932 244	180 249	-	146 089	-	8 856
CM	P	Moura	-	109 539 289	-4 931 685	4 505 309	2 696 344	54,90%	787 440	359	13 749
EM		Herdade da Contenda	100%	215 197	15 016	0	31 569	-	68 874	-	-
EM SA		Logica - Sociedade Gestora do Tecnológico	79 %	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	102 394 627	-4 921 077	4 329 946	3 827 349	-	2 773 461	-	13 749
CM	P	Mourão	-	9 296 715	-97 354	5 671 863	1 426 192	141,80%	75 914	159	2 456
CM	P	Murça	-	12 778 434	869 147	4 017 936	429 463	72,40%	957 817	118	5 480
Grupo		Contas consolidadas	-	14 027 743	857 231	4 212 936	511 992	-	1 239 382	-	5 480
CM	P	Murtosa	-	52 749 768	516 313	827 532	526 231	14,80%	14 785	66	10 244
CM	P	Nazaré	-	4 491 739	1 098 713	11 528 413	22 632 346	295,50%	3 492 291	170	14 180
SMAS		Nazaré	100%	4 536 069	192	0	687 870	-	1 309 370	80	-
EM		Nazare Qualifica	100%	11 286	87 895	145 933	1 293 275	-	900 232	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	9 224 670	1 186 799	11 674 346	21 937 433	-	2 885 224	-	14 180
CM	P	Nelas	-	23 274 692	-532 283	10 609 619	2 779 951	143,50%	201 203	184	13 030
CM	P	Nisa	-	31 608 487	522 478	2 410 702	600 448	30 %	196 634	227	6 149
CM	P	Nordeste	-	45 527 400	632 156	11 074 534	50 747	230,10%	102 335	71	4 875
EM SA		Nordeste Activo	100%	1 473 583	-1 759	1 659 698	651 928	-	2 159 005	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	42 677 973	699 683	16 650 482	325 395	-	2 042 128	-	4 875
CM	P	Óbidos	-	62 488 416	-462 815	4 962 277	1 116 533	46,60%	3 834 543	271	11 719
EM		Óbidos Criativa	100%	1 576 014	13 357	0	396 601	-	220 809	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	67 169 416	-445 915	4 962 277	1 574 906	-	4 229 326	-	11 719
CM	M	Odemira	-	47 648 140	719 584	5 268 952	2 097 791	25,90%	825 990	453	24 621
CM	G	Odivelas	-	168 432 609	11 826 348	23 421 280	3 911 414	39,10%	3 490 033	1 143	159 602
SIMAR		Loures e Odivelas	-	41 927 367	-437 245	0	1 988 113	-	7 626 537	950	-
Grupo		Contas consolidadas	-	199 803 297	11 638 157	23 421 280	4 538 303	-	6 255 542	-	159 602
CM	G	Oeiras	-	544 995 128	25 697 268	13 478 614	13 694 240	17,80%	3 304 335	2 393	176 218
SIMAS		Oeiras e Amadora	-	156 856 477	3 682 093	0	16 004 736	-	17 698 377	419	-
EEM		Oeiras Viva	100%	1 175 324	222 976	0	552 456	-	337 802	-	-
EM SA		Parques Tejo - Parqueamentos de Oeiras	100%	4 808 035	479 521	0	505 707	-	95 278	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	651 588 153	25 348 668	13 503 867	22 767 361	-	14 147 005	-	176 218

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Oleiros	-	69 759 715	-8 408 304	1 374 375	1 114 422	28,10%	341 891	114	5 045
CM	M	Olhão	-	94 580 330	2 130 615	15 758 955	595 362	68 %	771 140	515	44 607
EEM		Fesnima - Animação de Olhão	100%	334 257	63 369	454 031	140 463	-	126 916	-	-
EM		Mercados de Olhão	100%	222 406	17 696	0	50 544	-	93 289	-	-
EM		AMBIOLHÃO	100%	14 618 292	190 794	6 684 576	6 252 072	-	6 125 891	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	97 713 526	2 402 732	22 897 562	6 424 162	-	4 687 097	-	44 607
CM	M	Oliveira de Azeméis	-	148 070 585	5 542 180	9 331 706	4 474 385	39,60%	2 349 380	780	66 113
CM	P	Oliveira de Frades	-	37 258 433	-85 162	3 492 913	1 074 598	54,10%	304 532	157	9 920
CM	M	Oliveira do Bairro	-	63 047 047	466 181	6 132 240	1 640 231	48,40%	441 216	270	23 944
CM	P	Oliveira do Hospital	-	22 323 477	122 944	4 682 516	515 815	38,50%	327 781	221	19 331
CM	M	Ourém	-	136 494 235	712 831	6 473 684	2 497 695	31,20%	779 085	376	44 068
CM	P	Ourique	-	16 515 380	725 688	2 100 809	3 355 236	67,30%	118 336	265	4 653
CM	M	Ovar	-	123 943 718	-3 657 350	1 033 389	3 894 722	15 %	496 097	364	54 120
CM	M	Paços de Ferreira	-	45 162 226	1 967 386	43 587 658	4 065 270	213,30%	567 637	413	56 709
EM SA		Gespaços	100%	11 233 856	29 764	340 000	292 154	-	1 359 185	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	44 448 986	2 084 795	43 927 658	3 988 588	-	693 649	-	56 709
CM	M	Palmela	-	101 191 163	1 084 000	10 068 717	3 998 612	31,60%	2 776 238	892	64 214
EM		Palmela Desporto	100%	274 873	6 266	0	192 699	-	72 635	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	102 433 863	1 083 426	10 068 717	4 093 103	-	2 844 403	-	64 214
CM	P	Pampilhosa da Serra	-	37 678 136	19 237	0	840 153	5,20%	1 445 373	144	4 052
CM	M	Paredes	-	160 038 010	-1 791 275	29 870 723	19 987 598	123,40%	3 250 361	577	86 072
CM	P	Paredes de Coura	-	39 070 892	272 101	3 658 899	983 493	41,40%	49 731	157	8 560
CM	P	Pedrógão Grande	-	28 899 717	-1 106 895	1 681 207	1 229 901	45,30%	228 610	80	3 429
CM	P	Penacova	-	30 513 049	-954 669	1 000 581	637 099	13,50%	315 906	148	13 812
EM		Penaparque 2	100%	97 167	-4 703	25 419	45 474	-	81 807	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	13 812
CM	M	Penafiel	-	129 489 429	2 760 454	7 910 220	16 807 582	79,50%	900 966	617	69 922
EEM		Penafiel Activa	100%	359 259	86 911	0	212 964	-	140 366	-	-
EM		Penafiel Verde	100%	11 643 583	79 246	2 738 757	5 601 197	-	2 479 961	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	69 922
CM	P	Penalva do Castelo	-	26 123 017	306 352	1 290 897	741 510	20,60%	125 186	86	7 175
CM	P	Penamacor	-	42 550 667	2 044 440	2 156 134	708 972	29,70%	413 168	87	4 831
CM	P	Penedono	-	33 253 240	-159 189	0	199 291	0,80%	1 092 550	80	2 610
Grupo		Contas consolidadas	-	30 194 954	-167 306	0	199 291	-	1 092 550	-	2 610
CM	P	Penela	-	20 322 400	-959 643	2 205 677	903 822	49 %	231 718	106	5 439
CM	M	Peniche	-	22 714 859	1 807 089	5 182 590	2 124 319	45,70%	624 365	371	26 487
SMAS		Peniche	100%	13 622 827	132 742	0	308 179	-	894 952	80	-
Grupo		Contas consolidadas	-	38 086 413	1 939 831	5 182 590	2 389 810	-	1 418 267	-	26 487

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice. Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
CM	P	Peso da Régua	-	16 649 902	-2 984 766	13 506 371	5 392 686	157,70%	982 812	274	15 830
CM	P	Pinhel	-	21 726 369	-1 900 737	5 085 223	3 180 698	82 %	211 851	164	8 607
CM	M	Pombal	-	156 341 802	5 031 224	3 796 947	3 428 327	13,70%	1 590 779	429	51 684
EEM		Pmugest - Pombal Manutenção Urbana	100%	823 192	1 311	0	303 961	-	461 064	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	163 803 533	4 810 561	3 796 947	3 487 538	-	1 789 878	-	51 684
CM	M	Ponta Delgada	-	142 444 089	-166 589	12 545 186	9 344 884	66,30%	3 310 057	553	67 864
SMAS		Ponta Delgada	100%	38 441 221	2 750 759	0	492 067	-	1 956 523	220	-
EM SA		Azores Parque	51 %	-111 805	-276 263	10 470 136	403 469	-	243 363	-	-
EM SA		Cidade em Acção	100%	370 840	-300 268	13 183 571	63 846	-	132 490	-	-
EM SA		Coliseu Micaelense	99,80%	10 310 565	109 158	2 870 592	158 478	-	36 490	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	179 986 804	1 659 200	39 069 485	10 542 745	-	5 679 911	-	67 864
CM	P	Ponta do Sol	-	40 286 210	237 437	106 636	266 649	5,20%	198 919	75	8 544
CM	P	Ponte da Barca	-	39 321 972	762 287	4 337 054	2 589 457	64,40%	3 358 632	243	11 210
CM	M	Ponte de Lima	-	126 801 076	-924 791	804 384	3 357 077	12,90%	3 540 963	532	41 499
CM	P	Ponte de Sor	-	67 976 109	382 491	0	1 920 724	11,30%	1 388 543	261	15 092
CM	M	Portalegre	-	66 119 716	873 299	15 706 240	6 416 247	134,40%	4 512 600	310	22 359
SMAT		Água e Transporte de Portalegre	100%	4 262 497	142 944	0	579 867	-	507 834	59	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	22 359
CM	P	Portel	-	26 916 590	-550 110	1 544 580	574 632	23,60%	285 050	212	5 870
CM	M	Portimão	-	185 275 517	16 677 456	116 819 115	11 321 669	259,90%	8 661 262	853	55 416
EM SA		EMARP - Águas e Resíduos de Portimão	100%	43 154 688	1 140 471	0	10 525 694	-	5 468 856	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	216 002 943	17 467 768	13 614 886	116 622 944	-	8 221 832	-	55 416
CM	G	Porto	-	1 242 504 462	35 893 051	12 761 487	8 452 472	10,60%	6 070 841	2 994	215 284
EM		CMPEA - Águas do Porto	100%	134 811 884	5 878 845	0	25 745 908	-	15 308 410	-	-
EM		CMPH - Domus Social	100%	1 028 627	28 119	18 146	6 417 722	-	5 578 906	-	-
EM		CMPL - Porto Lazer	100%	2 712 128	64 966	0	3 483 078	-	1 653 473	-	-
EM		Gestão de Obras Públicas da CM do Porto	100%	1 308 948	1 907	2 835	3 752 661	-	2 749 820	-	-
SA		Porto Vivo, SRU	100 %	3 618 259	-426 298	10 800 000	494 754	-	91 264	-	-
EM		Empresa Municipal de Ambiente do Porto	100%	897 099	195 255	0	4 658 958	-	2 607 448	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	1 427 594 049	42 349 232	12 761 487	29 183 229	-	22 415 377	-	215 284
CM	M	Porto de Mós	-	48 916 972	720 102	1 704 296	1 082 188	13,20%	636 480	306	23 288
CM	P	Porto Moniz	-	18 888 831	553 822	1 773 773	238 165	42,60%	597 390	60	2 350
CM	P	Porto Santo	-	75 273 636	-1 142 493	524 302	1 255 460	39,40%	4 283	111	5 176
CM	M	Póvoa de Lanhoso	-	47 372 782	472 625	4 236 051	2 518 972	45,80%	2 331 309	193	21 446
EM		EPAVE - Escola Profissional do Alto Ave	100%	756 373	66 886	0	476 159	-	665 400	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	47 316 550	456 051	4 236 051	2 439 365	-	2 251 325	-	21 446
CM	M	Póvoa de Varzim	-	102 439 806	3 778 756	7 472 225	4 415 209	26,60%	2 496 602	614	62 510
EEM		Varzim Lazer	100%	416 880	5 463	0	222 503	-	227 407	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
Grupo		Contas consolidadas	-	106 218 561	3 778 756	7 472 225	4 534 632	-	2 558 218	-	62 510
CM	P	Povoação	-	32 483 213	750 111	1 786 084	3 263 517	91,10%	320 142	93	5 954
CM	M	Praia da Vitória	-	42 774 889	-65 362	6 521 284	1 473 228	84,50%	923 476	160	21 331
EM SA		Praia Ambiente	100%	3 044 463	46 472	4 017 594	736 939	-	677 408	-	-
EM		TERAMB	40 %	28 424 980	3 564	1 998 141	5 710 808	-	1 054 069	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	41 867 854	104 396	16 258 615	2 430 010	-	2 019 990	-	21 331
CM	P	Proença-a-Nova	-	39 155 550	-1 736 217	2 287 259	812 951	33,80%	173 059	140	7 390
Grupo		Contas consolidadas	-	37 544 221	-1 651 681	2 287 259	863 026	-	208 355	-	7 390
CM	P	Redondo	-	28 541 255	-1 697 351	259 468	393 868	7,70%	505 446	258	6 387
CM	P	Reguengos de Monsaraz	-	34 183 496	-2 285 696	12 982 115	7 844 962	190,60%	588 207	237	10 036
CM	P	Resende	-	41 299 258	412 732	4 968 962	801 005	59 %	311 163	251	10 241
EM SA		Companhia das Águas de Caldas de Arêgos	100%	3 289 014	-34 725	0	69 781	-	3 348 827	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	10 241
CM	P	Ribeira Brava	-	69 078 055	113 240	2 349 373	1 355 735	56,60%	73 025	90	12 411
CM	P	Ribeira de Pena	-	27 727 359	-154 340	3 673 665	1 825 112	50,50%	322 423	167	6 031
Grupo		Contas consolidadas	-	27 299 365	-154 340	3 673 665	1 825 112	-	322 423	-	6 031
CM	M	Ribeira Grande	-	102 257 005	4 475 721	10 597 123	638 814	65,60%	1 513 442	241	32 698
EIM SA		EIRSU	33,30%	301 185	-2 404	0	183 991	-	166 401	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	107 241 374	4 519 696	11 103 123	723 145	-	2 699 287	-	32 698
CM	M	Rio Maior	-	53 593 495	2 394 337	7 033 270	943 287	47 %	1 251 294	293	20 340
EM SA		DESMOR - Gestão Desportiva de Rio Maior	100%	576 925	1 935	0	466 890	-	168 706	-	-
EM		EPRM - Escola Profissional de Rio Maior	80 %	835 333	27 481	0	150 557	-	461 753	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	56 059 727	2 430 131	7 033 270	1 400 609	-	1 809 465	-	20 340
CM	P	Sabrosa	-	20 572 232	-1 217 851	2 024 938	506 336	36,10%	1 394 560	136	5 917
CM	P	Sabugal	-	36 455 110	730 729	4 327 775	1 279 035	33,10%	572 789	185	10 748
CM	M	Salvaterra de Magos	-	25 884 507	74 162	3 350 553	760 130	39,20%	431 713	226	21 268
Grupo		Contas consolidadas	-	27 460 089	312 008	3 330 553	780 130	-	431 713	-	21 268
CM	P	Santa Comba Dão	-	22 663 920	-2 190 860	9 084 665	1 811 241	149,20%	81 479	132	10 506
Grupo		Contas consolidadas	-	20 292 816	-2 294 727	9 111 255	2 013 876	-	69 841	-	10 506
CM	M	Santa Cruz	-	16 991 665	3 178 159	14 096 149	2 866 803	84,10%	558 730	340	44 744
CM	P	Santa Cruz da Graciosa	-	17 690 874	488 532	1 288 449	127 429	39,30%	156 977	64	4 225
Soc.		Empresa Transportes Colect. Ilha Graciosa	78,40%	181 083	1 412	0	22 972	-	61 088	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	4 225
CM	P	Santa Cruz das Flores	-	17 139 481	-107 397	176 506	61 570	8 %	44 193	48	2 164
CM	G	Santa Maria da Feira	-	233 338 512	16 467 252	18 819 542	3 867 918	36,90%	3 294 543	762	138 525
EEM		Feira Viva Cultura e Desporto	100%	1 057 969	8 063	0	1 674 635	-	192 407	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	250 915 548	16 482 018	18 819 542	5 096 361	-	3 426 332	-	138 525
CM	P	Santa Marta de Penaguião	-	25 263 987	-2 203 410	1 533 383	1 064 930	41,40%	156 487	143	6 649

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
Grupo		Contas consolidadas	-	22 900 601	-2 203 401	1 264 652	1 333 661	-	156 487	-	6 649
CM	P	Santana	-	31 721 748	-1 760 583	587 166	321 597	15 %	34 984	83	6 750
CM	M	Santarém	-	151 375 479	6 032 848	32 508 171	17 849 174	141,80%	5 120 328	720	57 398
EM SA		Águas de Santarém	100%	55 272 148	290 051	14 250 374	10 242 106	-	4 570 644	-	-
EM SA		Viver Santarém.	100%	79 323	3 767	0	1 583 285	-	533 959	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	136 195 688	6 030 270	46 758 545	21 923 408	-	7 296 205	-	57 398
CM	M	Santiago do Cacém	-	53 519 493	1 541 688	6 810 892	1 548 104	35,70%	1 339 328	522	28 725
CM	M	Santo Tirso	-	149 657 971	435 261	18 747 407	9 250 267	83,60%	12 095 199	375	68 221
Grupo		Contas consolidadas	-	150 542 100	423 883	18 887 407	9 271 990	-	12 120 188	-	68 221
CM	P	São Brás de Alportel	-	27 565 218	-1 111 403	980 930	616 847	12,50%	500 860	251	10 416
CM	M	São João da Madeira	-	118 635 394	181 714	3 844 876	2 206 641	35,10%	626 289	262	21 761
EM SA		Águas de S. João	51 %	1 752 070	325 769	784 826	847 092	-	694 724	-	-
EM		Habitar S. João - Habitação	100%	305 358	1 360	0	80 947	-	225 108	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	122 324 926	359 364	6 725 204	3 031 611	-	1 535 840	-	21 761
CM	P	São João da Pesqueira	-	24 517 189	-584 670	3 038 817	4 312 511	90,70%	553 231	72	7 154
CM	P	São Pedro do Sul	-	32 540 205	-166 720	2 226 247	4 364 330	46,60%	1 915 824	358	15 488
EM SA		Termalístur - Termas	100%	3 193 888	35 040	9 374 705	1 553 780	-	247 682	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	32 833 865	-131 670	11 446 531	4 592 584	-	875 069	-	15 488
CM	P	São Roque do Pico	-	18 846 175	-1 110 666	3 747 897	74 952	100,30%	210 124	48	3 264
CM	P	São Vicente	-	19 560 553	-1 953 527	906 860	1 463 001	47,70%	254 282	61	5 150
EM SA		Naturnorte	97,10%	1 193 018	315 619	0	138 443	-	68 915	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	18 800 043	-1 637 908	906 860	1 601 443	-	323 198	-	5 150
CM	P	Sardoal	-	15 240 396	-900 517	2 877 622	1 101 601	73 %	157 288	161	3 739
CM	P	Sátão	-	21 122 765	615 183	156 327	1 010 516	7,40%	140 500	168	11 602
CM	M	Seia	-	14 086 657	677 678	39 780 549	727 855	207,70%	599 737	226	22 412
CM	G	Seixal	-	183 772 550	14 702 065	74 453 818	12 825 674	101,60%	6 011 736	1 541	166 835
CM	P	Sernancelhe	-	36 909 033	490 241	1 523 240	592 583	23,40%	346 498	84	5 384
Grupo		Contas consolidadas	-	37 567 351	490 250	1 523 278	593 480	-	349 179	-	5 384
CM	P	Serpa	-	61 722 206	-1 689 719	5 690 665	2 977 977	62 %	218 965	353	14 374
CM	P	Sertã	-	45 366 823	29 358	1 965 646	866 525	21,20%	542 422	212	14 682
CM	M	Sesimbra	-	108 459 519	2 378 919	13 607 541	4 388 145	40,90%	16 128 502	851	51 559
CM	G	Setúbal	-	294 706 566	632 809	28 536 693	23 704 182	71,90%	34 749 856	1 279	115 758
CM	P	Sever do Vouga	-	49 337 167	549 577	870 033	1 630 048	25,20%	741 571	109	11 403
Grupo		Contas consolidadas	-	49 511 865	551 213	972 033	1 661 796	-	773 214	-	11 403
CM	M	Silves	-	74 621 730	4 723 230	6 515 034	3 409 443	29,40%	824 659	668	36 174
CM	P	Sines	-	72 327 890	3 203 956	6 792 044	8 007 212	81,90%	1 729 532	393	13 631
Grupo		Contas consolidadas	-	73 756 687	3 187 933	8 897 329	8 899 166	-	2 684 579	-	13 631
CM	G	Sintra	-	752 909 843	21 944 019	7 918 439	7 165 122	7 %	2 664 656	3 065	388 434

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
SMAS		Sintra	100%	85 146 310	829 924	0	2 520 977	-	7 418 689	899	-
EM SA		EMES - Estacionamento	100%	1 320 549	18 406	0	135 339	-	53 633	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	867 444 607	21 598 120	7 918 439	9 672 195	-	9 966 234	-	388 434
CM	P	Sobral de Monte Agraço	-	17 737 318	-292 039	2 349 777	1 890 104	53,90%	359 968	163	10 490
CM	P	Soure	-	42 965 863	638 527	3 479 824	301 666	30 %	270 929	230	17 277
CM	P	Sousel	-	14 335 874	232 108	2 487 251	2 175 089	78,60%	472 467	176	4 454
CM	P	Tábua	-	20 085 221	-800 302	3 315 407	5 082 809	101,70%	4 082 827	154	11 403
CM	P	Tabuaço	-	27 408 605	-433 966	5 455 684	6 419 798	177,90%	1 497 304	96	6 017
CM	P	Tarouca	-	11 509 440	-557 553	7 829 146	4 217 537	148,80%	280 187	229	7 761
CM	M	Tavira	-	207 538 595	-9 710 839	7 953 982	927 358	33,30%	539 587	415	24 750
EM		Tavira Verde - Ambiente	51 %	4 651 572	640 520	6 759 464	4 616 295	-	755 810	-	-
EM		EMPET - Parques Empresariais	96 %	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	210 736 453	-8 777 457	16 889 199	7 066 344	-	1 768 499	-	24 750
CM	P	Terras de Bouro	-	51 978 422	246 490	2 438 066	283 977	33 %	493 358	192	6 405
Grupo		Contas consolidadas	-	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	6 405
CM	M	Tomar	-	57 448 381	973 064	6 734 193	12 302 537	90,40%	2 805 776	453	36 902
SMAS		Tomar	100%	4 482 361	-613 724	0	2 357 726	-	2 172 699	110	-
Soc.		Ensino Profissional de Tomar	50 %	476 719	10 320	0	81 852	-	463 196	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	58 026 371	1 048 110	6 734 193	12 220 638	-	1 955 393	-	36 902
CM	M	Tondela	-	59 131 987	361 600	4 425 797	2 905 547	35,20%	200 618	264	26 548
CM	P	Torre de Moncorvo	-	20 645 333	189 694	8 265 198	1 847 448	96,60%	297 378	145	7 716
Grupo		Contas consolidadas	-	18 717 012	180 956	8 480 056	1 873 725	-	318 142	-	7 716
CM	M	Torres Novas	-	104 174 947	2 848 006	12 595 199	921 771	64,20%	894 300	484	34 970
Grupo		Contas consolidadas	-	107 485 703	2 848 006	12 595 198	921 772	-	894 300	-	34 970
CM	M	Torres Vedras	-	94 972 560	6 676 815	10 671 847	2 872 179	32,20%	1 515 091	633	78 220
SMAS		Torres Vedras	100%	26 534 111	299 391	0	1 488 672	-	1 610 247	152	-
EM		Promotorres – Promo.Eventos e Gest. Equip.	100%	259 071	49 414	16 801	850 141	-	350 109	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	131 897 511	6 669 476	10 688 648	4 687 661	-	3 055 363	-	78 220
CM	P	Trancoso	-	30 184 149	-202 704	4 674 970	1 556 004	68 %	612 654	196	8 946
EEM		TEGEC - Gestão Equip. Culturais e de Lazer	100%	-4 016 157	-3 903 783	0	0	-	440 997	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	25 457 341	-4 109 352	4 674 970	1 356 004	-	853 651	-	8 946
CM	M	Trofa	-	29 399 813	4 636 444	25 943 624	1 651 744	135,60%	550 847	284	38 317
EM		Trofaguas - Serviços Ambientais	100%	4 487 305	32 176	4 810 743	1 857 514	-	515 611	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	39 846 580	4 601 888	30 754 367	2 145 908	-	908 844	-	38 317
CM	M	Vagos	-	50 461 721	-1 754 500	4 599 436	8 476 657	103 %	2 138 483	173	22 685
CM	M	Vale de Cambra	-	53 449 053	2 604 882	10 813 743	1 737 364	89,60%	1 479 098	186	21 399
CM	P	Valença	-	22 786 313	1 178 939	5 362 381	1 563 943	48,40%	891 541	283	13 283
EM		Interminho - Soc. Gest. Parques Empresariais	100%	469 914	-18 964	697 355	121 738	-	73 755	-	-

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
EM		Interminho - Soc. Gest. Parques Empresariais	100%	469 914	-18 964	697 355	121 738	-	73 755	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	24 080 138	1 154 947	6 059 736	1 685 681	-	965 296	-	13 283
CM	M	Valongo	-	181 187 011	7 184 736	25 360 320	2 183 536	81,90%	1 433 077	539	96 570
EM		Vallis Habita – Gest. Empreend. Habitac.	100%	19 422 131	290	253 925	64 276	-	99 700	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	207 456 957	7 182 076	25 614 246	2 216 495	-	1 509 811	-	96 570
CM	P	Valpaços	-	78 478 382	-1 885 294	2 965 480	1 844 677	25 %	213 819	171	14 932
Grupo		Contas consolidadas	-	76 319 700	-1 885 294	2 965 480	1 844 677	-	213 819	-	14 932
CM	P	Velas	-	16 971 182	1 306 747	3 168 454	42 150	62,30%	81 354	73	5 137
CM	P	Vendas Novas	-	30 346 234	-655 598	2 543 304	599 165	37,40%	512 954	208	11 259
CM	P	Viana do Alentejo	-	15 722 478	6 597	1 044 432	486 147	22,70%	215 246	108	5 142
CM	M	Viana do Castelo	-	139 907 396	3 023 850	20 670 256	8 831 853	57,20%	2 629 157	960	84 636
SMSB		Viana Castelo	100%	19 310 599	1 346 761	0	1 311 659	-	6 511 838	208	-
Grupo		Contas consolidadas	-	162 852 151	4 370 611	20 670 256	9 911 083	-	8 908 566	-	84 636
CM	P	Vidigueira	-	9 423 105	-1 243 013	2 790 832	1 492 730	64,90%	532 916	207	5 498
CM	P	Vieira do Minho	-	32 915 997	116 305	7 648 072	3 258 408	111,10%	5 601 855	146	11 898
Grupo		Contas consolidadas	-	31 918 002	-303 257	7 648 072	2 934 140	-	5 621 051	-	11 898
CM	P	Vila de Rei	-	23 075 663	11 882	1 530 627	294 116	34,10%	645 299	121	3 321
CM	P	Vila do Bispo	-	22 692 360	777 704	984 797	3 842 269	44 %	504 590	235	5 154
CM	M	Vila do Conde	-	223 136 221	1 136 630	33 537 004	4 245 126	83,40%	551 407	1 104	79 579
Grupo		Contas consolidadas	-	230 500 102	1 136 617	33 537 004	4 245 126	-	551 407	-	79 579
CM	P	Vila do Porto	-	39 659 793	10 791	4 070 057	86 109	85,70%	86 866	86	5 623
CM	P	Vila Flor	-	28 513 130	317 858	997 402	1 265 100	19,80%	500 376	148	6 073
Grupo		Contas consolidadas	-	30 306 503	359 808	1 506 027	1 784 739	-	875 132	-	6 073
CM	G	Vila Franca de Xira	-	278 195 544	8 264 048	26 168 481	3 369 302	48,80%	9 111 128	846	141 603
SMAS		Vila Franca Xira	100%	54 296 803	587 177	0	665 649	-	1 687 530	171	-
Grupo		Contas consolidadas	-	383 536 807	8 851 225	26 168 481	3 881 185	-	10 798 659	-	141 603
CM	P	Vila Franca do Campo	-	62 990 069	254 597	20 309 792	212 766	273,20%	1 729 950	89	11 078
EM		Marina da Vila - Indústrias Marinas e Recreio	100%	81 364	1 031	83	41 853	-	105 828	-	-
EM		VFC Empreendimentos	85 %	-207 869	-5 857	370 737	1 845 604	-	73 327	-	-
EM		Vila Solidária - EM de Habitação Social	100%	-605 155	-91 217	0	1 049 480	-	294 292	-	-
SA		Atlântico Vila	Si	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-
EIM SA		EIRSU	33,30%	301 185	-2 404	0	183 991	-	166 401	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	63 235 818	254 597	20 309 792	212 766	-	1 729 950	-	11 078
CM	P	Vila Nova da Barquinha	-	21 036 786	-116 743	2 587 157	827 431	52,70%	521 873	153	7 402
EM SA		CDN - Gestão e Promoção do Parque Emp.	94,30%	114 792	533	0	34 493	-	66 856	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	20 933 174	-116 708	2 587 157	845 671	-	588 729	-	7 402
CM	P	Vila Nova de Cerveira	-	32 484 497	876 609	3 999 732	1 277 826	41,50%	206 983	249	8 877
Grupo		Contas consolidadas	-	34 483 266	852 463	4 119 732	1 281 528	-	215 423	-	8 877

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas.de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
CM	G	Vila Nova de Famalicão	-	221 123 471	1 473 386	21 421 343	10 049 178	40,40%	2 422 541	1 423	131 738
CM	P	Vila Nova de Foz Côa	-	32 855 496	469 262	666 957	469 406	10,80%	141 915	169	6 541
EM		Ribeira da Teja - Produção Energia Eléctrica	56 %	5 340 811	554 278	1 347 780	500 088	-	152 290	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	34 768 914	608 565	2 014 437	1 220 944	-	151 973	-	6 541
CM	G	Vila Nova de Gaia	-	571 901 738	24 039 151	103 584 036	21 365 661	103,90%	16 228 847	1 903	299 938
EM SA		Águas de Gaia	100%	65 248 650	126 313	42 959 277	10 864 894	-	7 598 424	-	-
EM		Gaiurb - Urbanismo e Habitação	100%	11 104 430	241 007	67 284	3 052 827	-	806 107	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	586 087 211	25 165 358	155 711 685	31 822 034	-	24 465 596	-	299 938
CM	P	Vila Nova de Paiva	-	12 915 997	733 587	2 453 240	768 501	52,50%	177 996	114	4 723
CM	P	Vila Nova de Poiares	-	27 598 810	-108 440	15 259 619	240 478	231,20%	334 384	114	6 929
Grupo		Contas consolidadas	-	28 923 982	-109 598	15 247 480	252 617	-	334 384	-	6 929
CM	P	Vila Pouca de Aguiar	-	38 237 925	27 911	1 788 228	1 898 079	18 %	736 327	220	12 009
Grupo		Contas consolidadas	-	37 372 278	27 911	1 788 228	1 898 079	-	736 327	-	12 009
CM	M	Vila Real	-	139 953 592	2 367 701	10 918 812	1 381 824	45,70%	655 479	344	49 868
EM		EMARVR - EM Água e Resíduos Vila Real	100%	28 190 019	184 600	3 675 220	3 758 546	-	2 558 062	-	-
EM		VRS - Vila Real Social	100%	10 190 554	1 696	0	207 795	-	140 749	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	123 484 447	2 769 464	14 594 032	4 912 440	-	2 360 575	-	49 868
CM	P	Vila Real de Santo António	-	86 857 329	-3 991 371	62 767 735	19 275 494	410,20%	4 458 213	346	18 888
EM SA		VRSA, Sociedade de Gestão Urbana	100%	42 242 879	-1 323 152	40 148 533	32 743 199	-	53 423 246	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	70 450 704	-2 025 780	102 828 655	34 563 496	-	38 961 384	-	18 888
CM	P	Vila Velha de Ródão	-	25 840 009	61 207	143 475	141 363	3,70%	333 527	131	3 167
CM	M	Vila Verde	-	58 133 486	-529 460	14 247 212	2 323 868	69,10%	693 504	356	46 865
CM	P	Vila Viçosa	-	18 619 053	-267 197	2 683 546	516 637	50,90%	316 814	140	7 719
CM	P	Vimioso	-	17 791 427	573 874	2 585 042	582 596	35,80%	94 815	126	4 070
CM	P	Vinhais	-	21 005 100	-51 828	2 763 811	962 908	31,10%	549 008	171	7 847
EEM		ProRuris – EM de Desenv. Rural de Vinhais	100%	95 960	1 575	0	77 618	-	140 721	-	-
EM		Carnes de Vinhais	100 %	32 889	-46 442	29 387	146 376	-	35 929	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	20 903 696	-64 695	2 793 198	1 186 901	-	725 658	-	7 847
CM	M	Viseu	-	215 460 872	-3 573 149	13 258 603	7 935 437	38,80%	2 816 385	729	96 991
SMAS		Viseu	100%	22 662 822	459 845	0	5 188 932	-	2 240 411	171	-
EM		Habisolvis - Habitação Social	100%	217 232	914	0	28 001	-	42 706	-	-
SA		WISEUNOVO - SRU – Soc. Reabilitação Urb.	55 %	966 773	2 705	222 349	186 629	-	115 448	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	274 986 292	-3 793 043	14 815 584	10 913 869	-	2 901 891	-	96 991
CM	M	Vizela	-	39 473 163	2 887 873	10 944 016	1 626 704	92,40%	1 933 580	240	23 840
EIM SA		Vimágua - Água e San. Guimarães e Vizela	10 %	22 388 342	1 277 561	13 201 403	13 756 104	-	3 188 712	-	-
Grupo		Contas consolidadas	-	42 349 912	2 887 873	10 944 016	1 626 704	-	1 933 580	-	23 840
CM	P	Vouzela	-	42 425 736	-1 256 050	4 776 240	476 163	66,70%	241 099	186	9 661

Tipo	#	Designação	Particip. Mun.	Património líquido	Resultados Líquidos	Dívidas a terceiros		Índice Dívida Total	Dívidas de terceiros	N.º de trab.*	N.º de hab.**
						Empréstimos	Outras				
EIM		Águas do Ribatejo, EM,SA	-1	59 411 798	1 676 155	18 921 328	16 635 247	-	5 010 157	-	-
EIM		AMBILITAL - Invest. Ambientais no Alentejo	-2	11 909 385	280 607	75 521	1 971 751	-	1 349 052	-	-
EIM		Ambisousa - EIM Tratam. Gestão Res. Sól.	-3	10 077 483	364 382	0	3 253 985	-	2 223 942	-	-
EIM		BRAVAL - Valorização e Tratam. Res. Sól.	-4	15 356 016	81 809	5 139 444	6 558 393	-	4 613 109	-	-
EIM SA		ECOBEIRÃO - Trat. Res. Sól. Planalto Beirão	-5	415 099	8 592	1 529 648	10 005 725	-	894 526	-	-
EIM		Ecolezíria - Tratamento de Resíduos Sólidos	-6	1 877 423	111 681	0	1 522 611	-	1 447 914	-	-
EIM SA		EHATB - Emp. Hidro. Alto Tâmega Barroso	-7	12 611 893	1 646 369	768 378	2 639 158	-	1 599 901	-	-
EIM		GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos	-8	13 549 318	181 064	1 321 414	4 218 084	-	2 480 382	-	-
EIM		MINHOCOM - Gestão Infraestrut. Telecom.	-9	13 865 787	113 022	0	1 245 421	-	385 471	-	-
EIM SA		Municíпия, SA – Emp. Cartografia e Sist. Info.	-10	3 342 948	6 093	25 254	760 185	-	2 418 814	-	-
EIM		MUSAMI - Op. Municipais do Ambiente	-11	7 952 355	416 620	1 300 000	1 077 859	-	1 138 691	-	-
EIM		Naturtejo - Empresa de Turismo	-12	246 864	1 061	226 000	343 703	-	67 127	-	-
EIM		PERM - Parque Emp. de Recup. de Materiais	-13	3 058 911	823	2 664 281	917 343	-	814 252	-	-
EIM		Resialentejo – Trat. Valorização de Resíduos	-14	3 974 104	397 796	2 791 848	6 227 009	-	1 652 830	-	-
EIM		Resíduos do Nordeste	-15	13 765 485	386 684	859 468	4 699 856	-	2 660 437	-	-
EIM		TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos	-16	23 220 906	30 378	147 424 350	11 701 775	-	11 459 951	-	-
EIM		WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	-17	13 407	-352 607	0	0	-	13 407	-	-
EIM		RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos	-18	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-
EIM SA		VALICOM - Gestão Infraestruturas Telecom.	-19	Si	Si	Si	Si	-	Si	-	-

* Fonte: Direção-Geral das Autarquias Locais; N.º relativo a 2016.

** Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

- (1) Almeirim (15,45%), Alpiarça (5,40%), Benavente (16,44%), Chamusca (8,15%), Coruche (15,03%), Salvaterra de Magos (14,19%) e Torres Novas (25,34%)
- (2) AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Aljustrel e Ferreira do Alentejo) - 51,00%
- (3) Associação de Municípios do Vale do Sousa (Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) - 100%
- (4) Amares (3,7%), Póvoa de Lanhoso (4,2%) Terras de Bouro (2,4%), Vila Verde (5,0%), Vieira do Minho (5,7%) e Agere (Braga) (79,0%)
- (5) Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela
- (6) RESIURB - Associação de Municípios para o Tratamento de resíduos Sólidos (Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos) - 100%
- (7) Boticas (16,7%), Chaves (16,7%), Montalegre (16,7%), Ribeira de Pena (16,7%), Valpaços (16,7%) e Vila Pouca de Aguiar (16,7%)
- (8) CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa) – 60%
- (9) Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) - 51,0%
- (10) Aguiar da Beira, Albergaria-a-Velha, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barcelos, Boticas, Bragança, Cabeceiras de Basto, Carregal do Sal, Castelo Branco, Covilhã, Figueira da Foz, Fundão, Góis, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Lagoa, Lamego, Leiria, Loulé, Mafra, Maia, Mangualde, Monchique, Mourão, Oeiras (56,71%), Olhão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Paredes, Penacova, Penamacor, Ponta Delgada, Ponte da Barca, Portalegre, Portimão, Santa Marta Penaguião, Santiago do Cacém, São João da Madeira, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Sertã, Sesimbra, Sever do Vouga, Silves, Sines, Sintra, Tavira, Trofa, Vale de Cambra, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Poiares, Viseu, Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, Associação para o Des. Baixo Guadiana, Associação de Municípios do Vale Douro Norte, Associação de Municípios do Douro Superior (AMDS), Associação de Municípios PEFICA, Associação de Municípios do Norte Alentejano, Associação de Municípios de Alta Estremadura, e Associação de Municípios do Distrito Évora
- (11) AMISM - Associação de município da Ilha de São Miguel (Lagoa, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo) – 100%
- (12) Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Nisa e Vila Velha de Ródão
- (13) Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (Arouca, Oliveira de Azeis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra) – 51%
- (14) Almodôvar (12,5%), Barrancos (12,5%), Beja (12,5%), Castro Verde (12,5%), Mértola (12,5%), Moura (12,5%), Ourique (12,5%) e Serpa (12,5%).
- (15) Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (Alfândega da Fé, Carraceda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor) - 41,0%; Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais) – 37,0%; Associação dos Municípios do Douro Superior (Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa) – 22,0%.
- (16) AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos - 100%.
- (17) Albergaria-a-Velha (0,55%), Almeida (0,18%), Alvaiázere (0,18%), Anadia (69,20%), Arganil (0,36%), Batalha (0,36%), Belmonte (0,18%), Cantanhede (0,73%), Castanheira de Pera (0,18%), Castelo Branco (1,09%), Celorico da Beira (0,18%), Coimbra (3,09%), Covilhã (1,09%), Figueira da Foz (1,27%), Figueira de Castelo Rodrigo (0,18%), Góis (0,18%), Guarda (0,91%), Manteigas (0,18%), Mealhada (0,36%), Mira (0,18%), Miranda do Corvo (0,18%), Montemor-o-Velho (0,55%), Mortágua (0,18%), Nelas (0,36%), Oliveira de Frades (0,18%), Oliveira do Bairro (0,55%), Oliveira do Hospital (0,36%), Pampilhosa da Serra (0,18%), Pedrogão Grande (0,18%), Penacova (0,36%), Penalva do Castelo (0,18%), Penela (0,18%), Porto de Mós (0,18%), São Pedro do Sul (0,36%), Sertã (0,18%), Sever do Vouga (0,18%), Soure (0,36%), Tábua (0,18%) e Vila Nova de Poiares (0,27%).
- (18) Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha.
- (19) Associação de Municípios do Vale do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira) – 51,0%; Arcos de Valdevez; Caminha; Esposende; Ponte da Barca; Ponte de Lima; e Viana do Castelo.

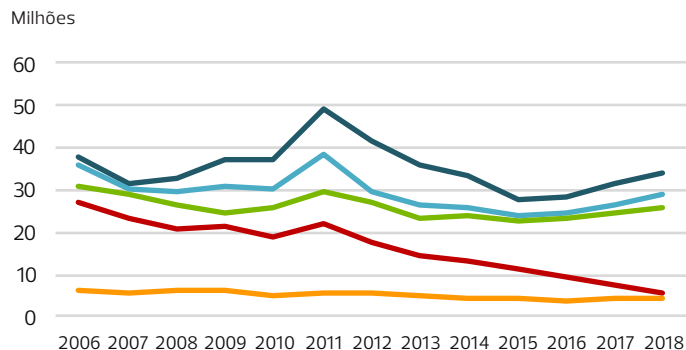
ANEXO II

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA POR MUNICÍPIO (por ordem alfabética)*

*Os dados referentes à população são dos Censos 2011

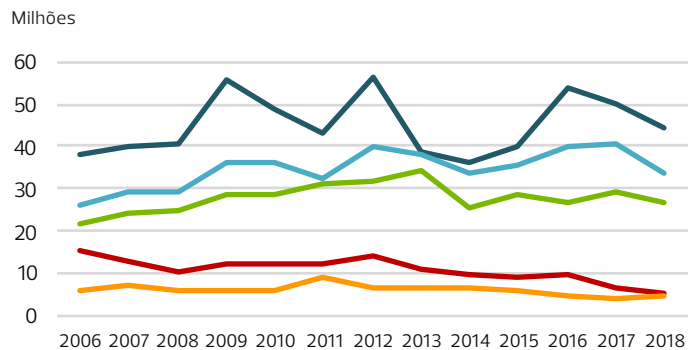
Abrantes

39 325
HABITANTES



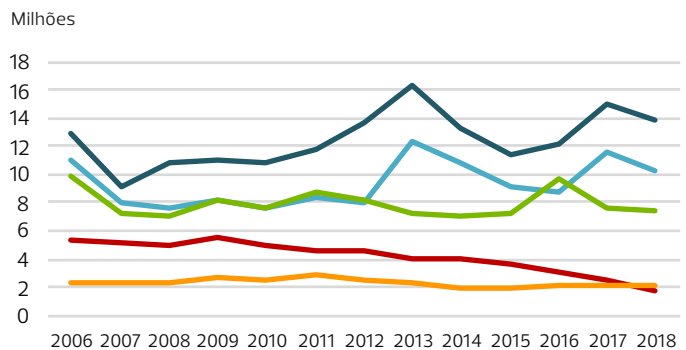
Águeda

47 729
HABITANTES



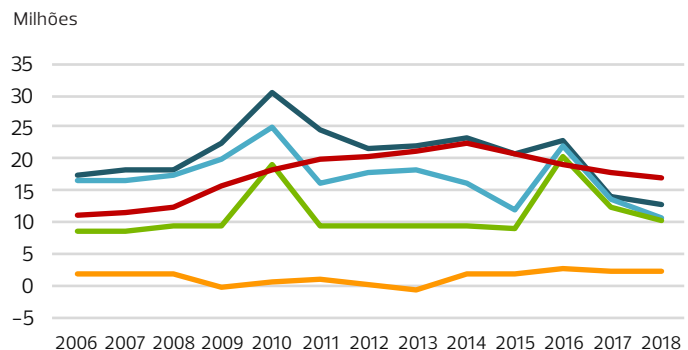
Aguiar da Beira

5 473
HABITANTES



Alandroal

5 843
HABITANTES

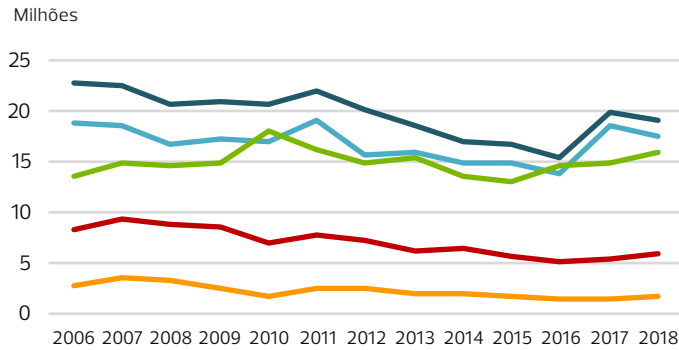


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

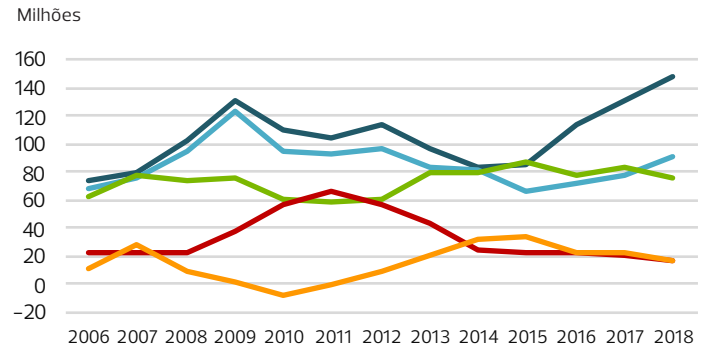
Albergaria-a-Velha

25 252
HABITANTES



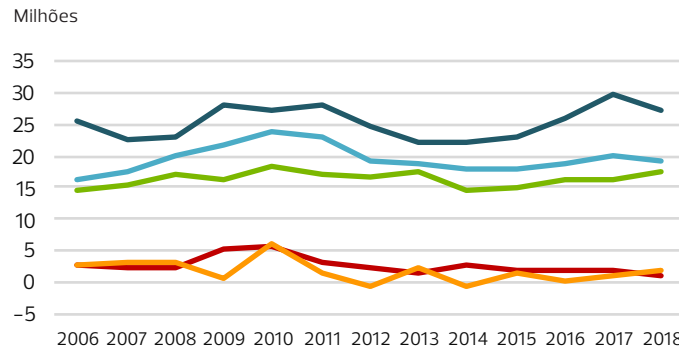
Albufeira

40 828
HABITANTES



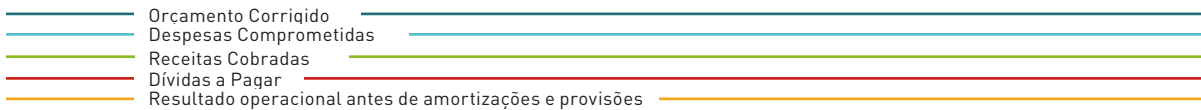
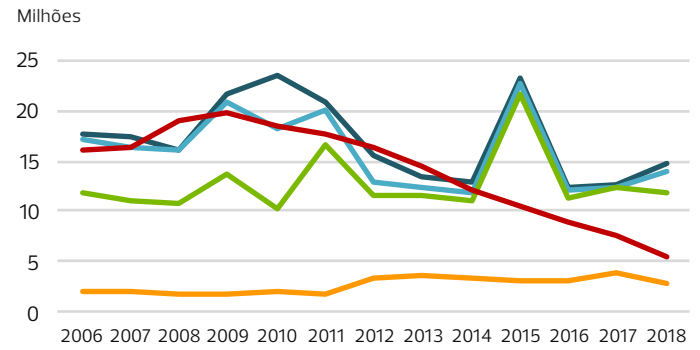
Alcácer do Sal

13 046
HABITANTES



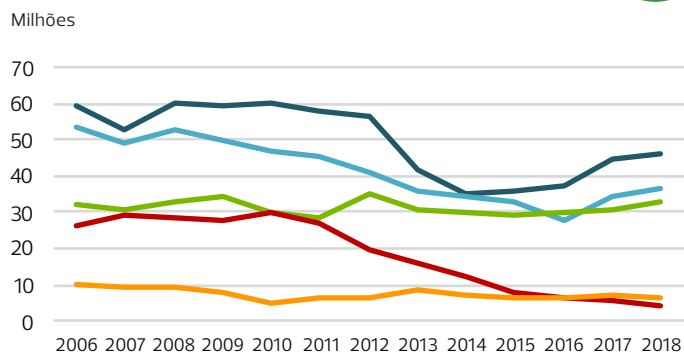
Alcanena

13 868
HABITANTES



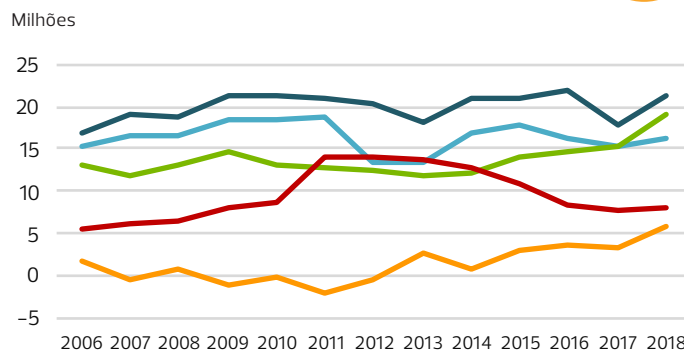
Alcobaça

56 693
HABITANTES



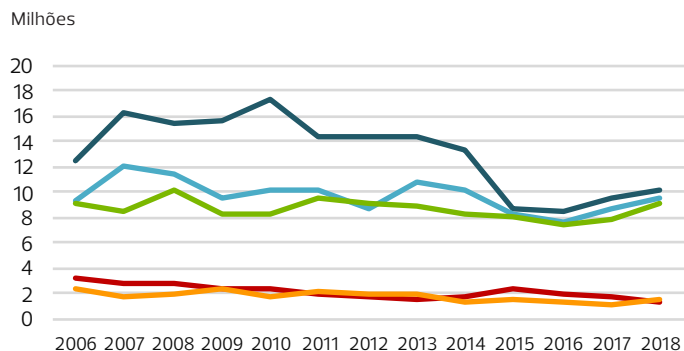
Alcochete

17 569
HABITANTES



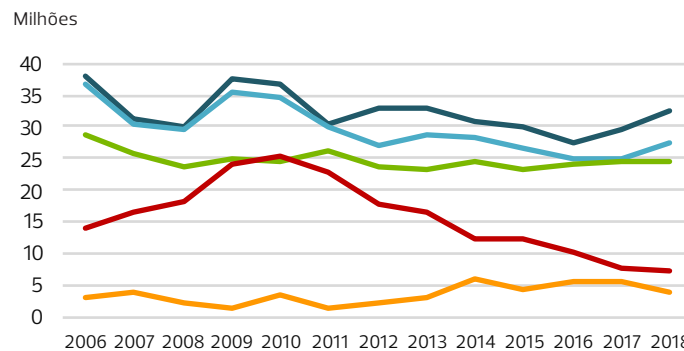
Alcoutim

2 917
HABITANTES



Alenquer

43 267
HABITANTES

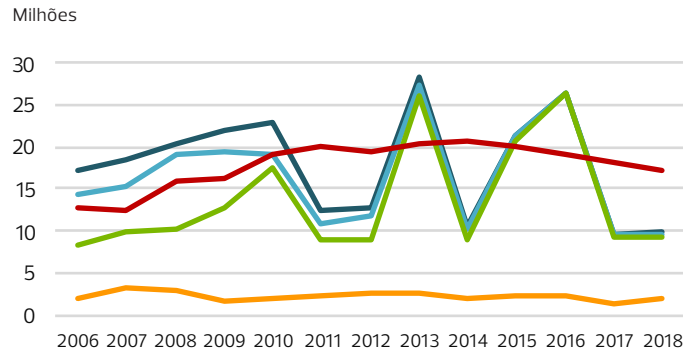


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

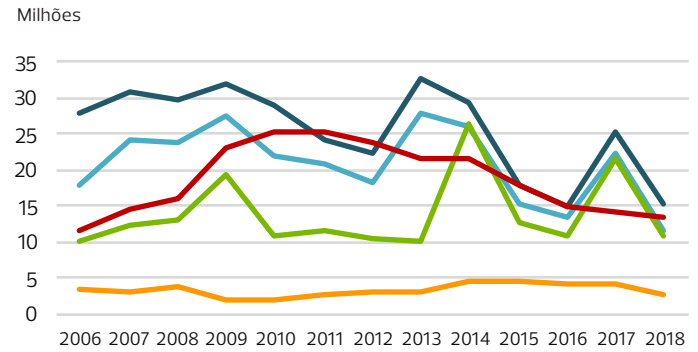
Alfândega da Fé

5 104
HABITANTES



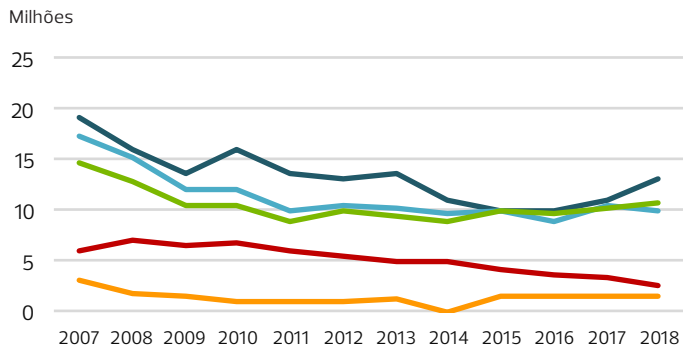
Alijó

11 942
HABITANTES



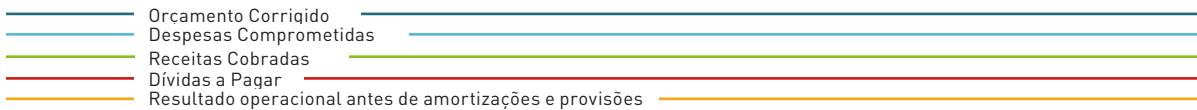
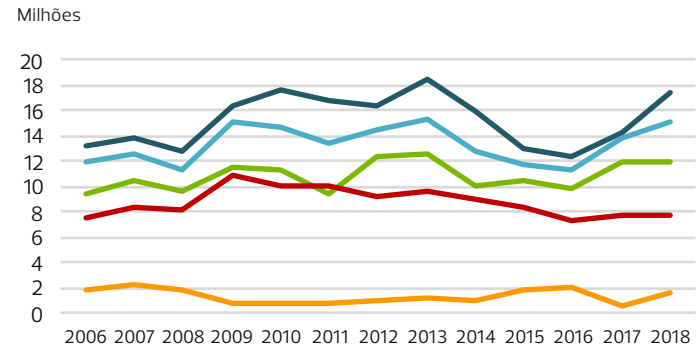
Aljezur

5 884
HABITANTES



Aljustrel

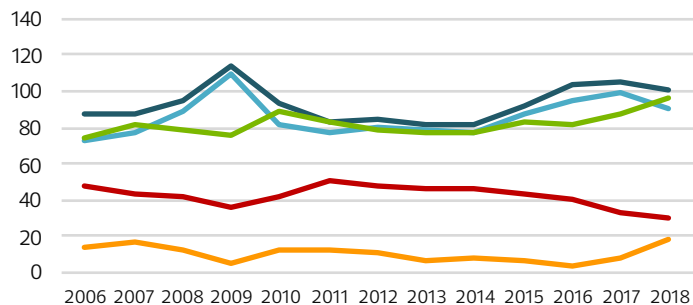
9 257
HABITANTES



Almada

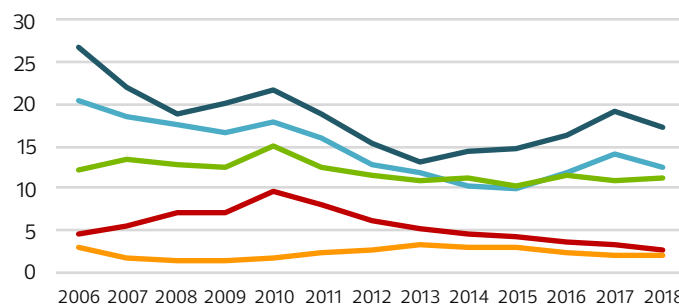
174 030
HABITANTES

Milhões



Almeida

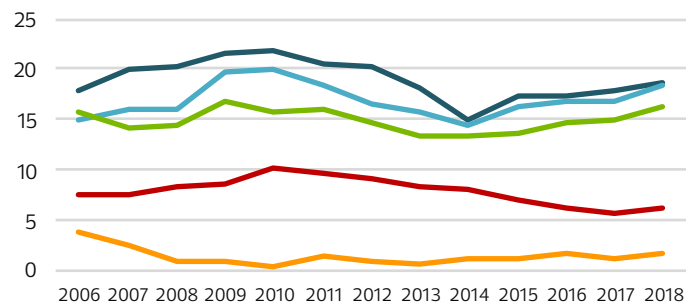
7 242
HABITANTES



Almeirim

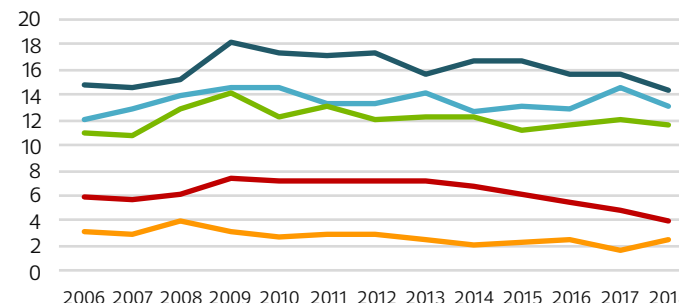
23 376
HABITANTES

Milhões



Almodôvar

7 449
HABITANTES



LEGENDA

Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande
>100 000 hab.

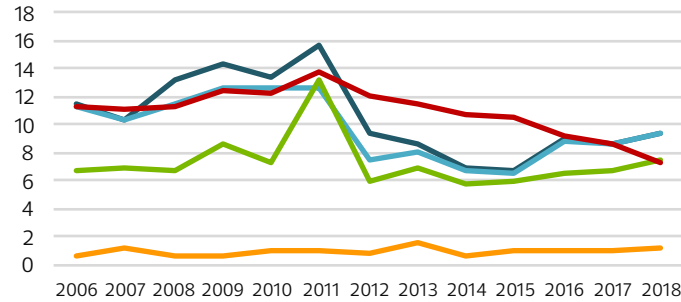
Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

Alpiarça

7 702
HABITANTES

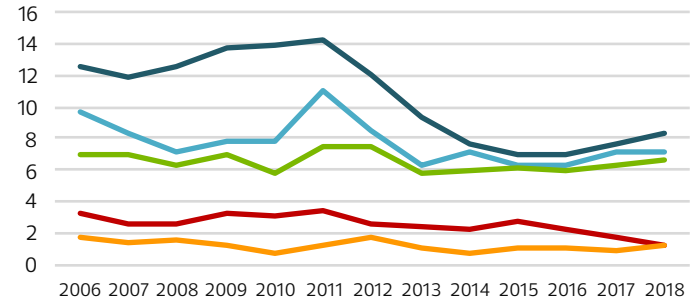
Milhões



Alter do Chão

3 562
HABITANTES

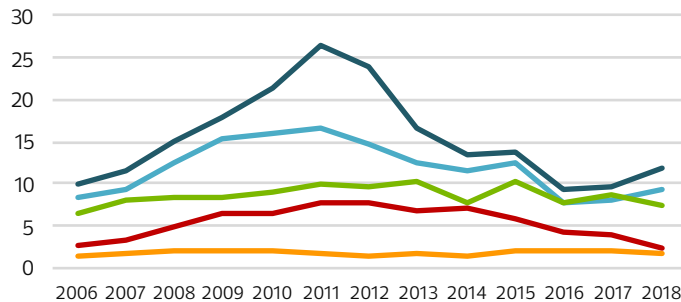
Milhões



Alvaiázere

7 287
HABITANTES

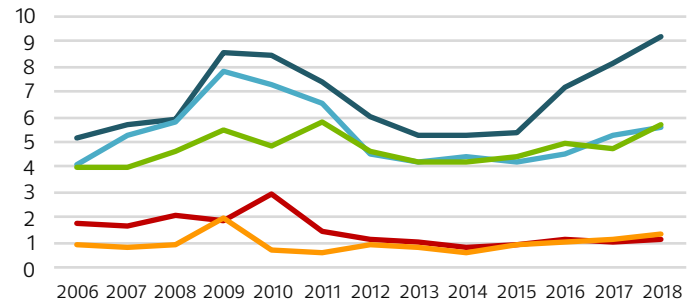
Milhões



Alvito

2 504
HABITANTES

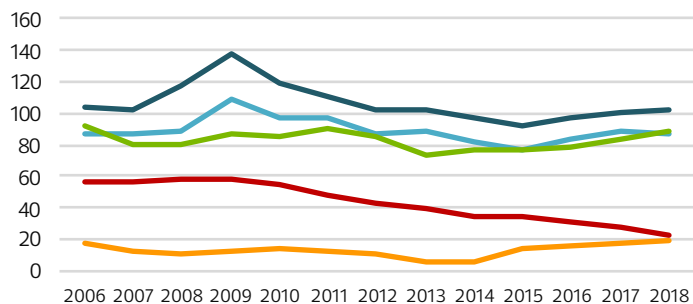
Milhões



Amadora

175 136
HABITANTES

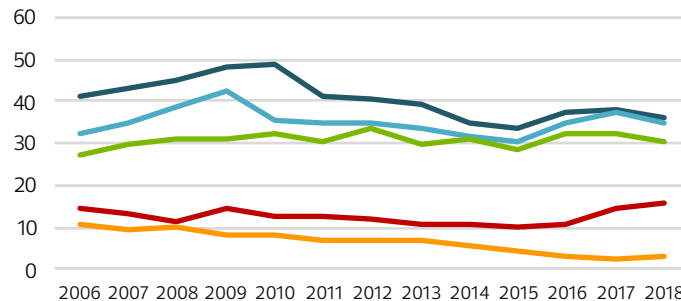
Milhões



Amarante

56 264
HABITANTES

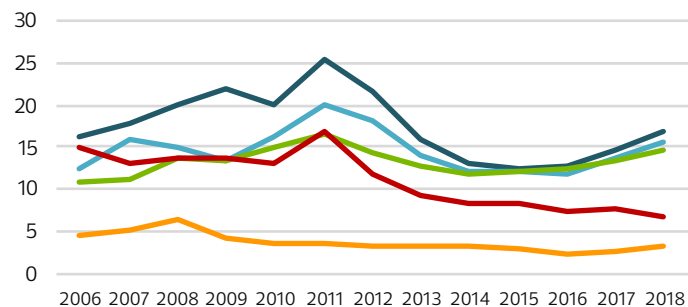
Milhões



Amares

18 889
HABITANTES

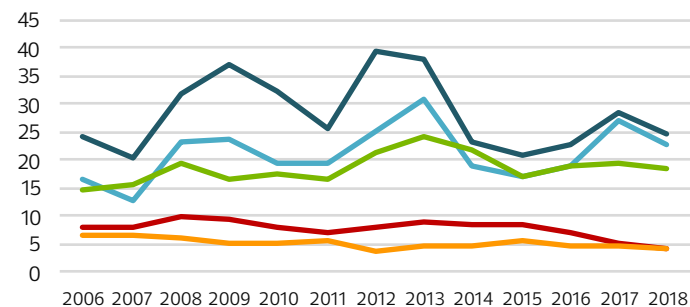
Milhões



Anadia

29 150
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

Orçamento Corrigido
Despesas Comprometidas
Receitas Cobradas
Dívidas a Pagar
Resultado operacional antes de amortizações e provisões

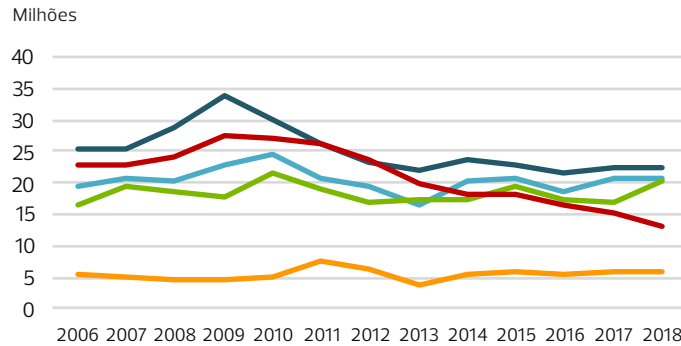
Grande
>100 000 hab.

Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

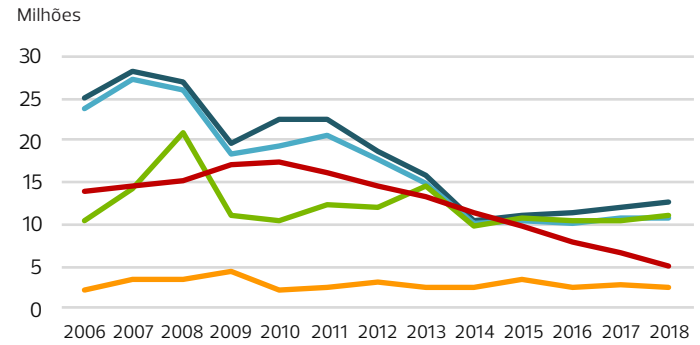
Angra do Heroísmo

35 402
HABITANTES



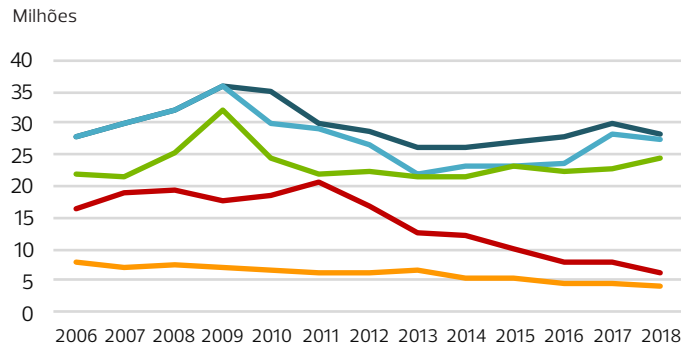
Ansião

13 128
HABITANTES



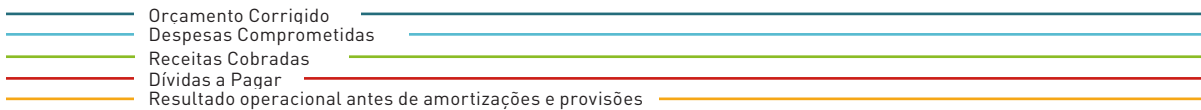
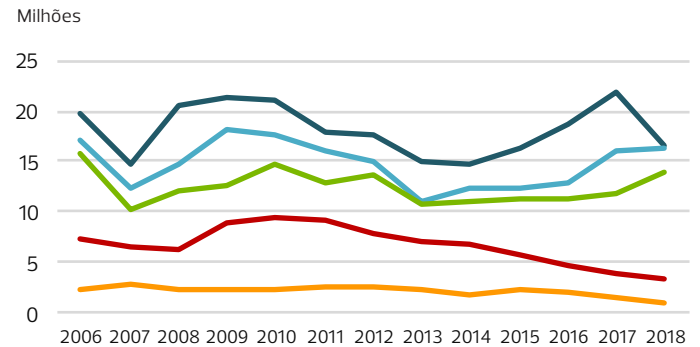
Arcos de Valdevez

22 847
HABITANTES



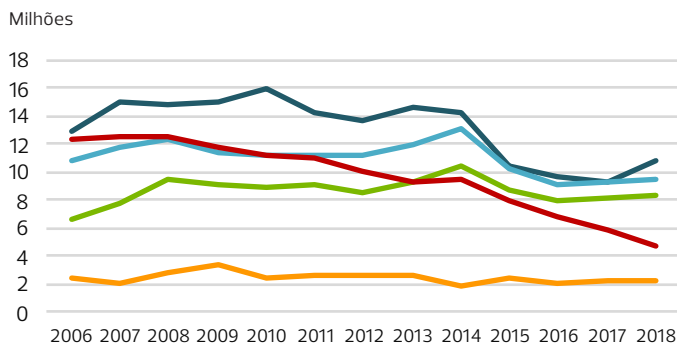
Arganil

12 145
HABITANTES



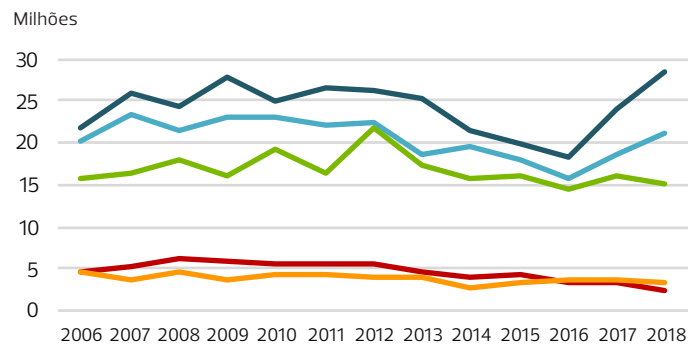
Armamar

6 297
HABITANTES



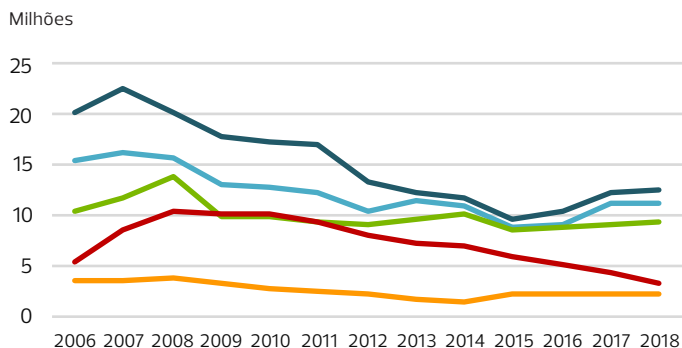
Arouca

22 359
HABITANTES



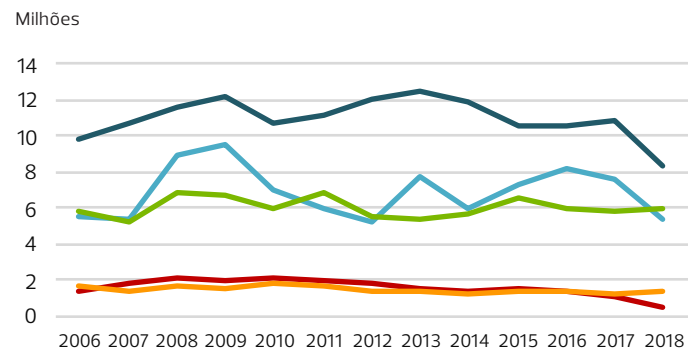
Arraiolos

7 363
HABITANTES



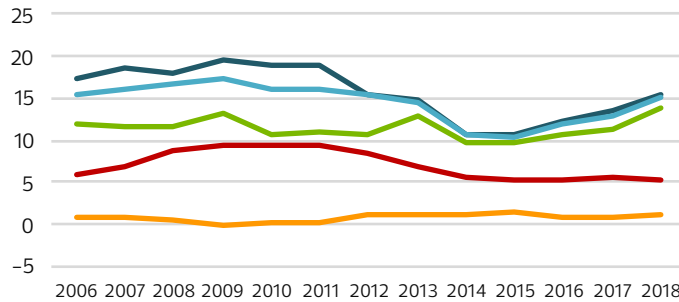
Arronches

3 165
HABITANTES



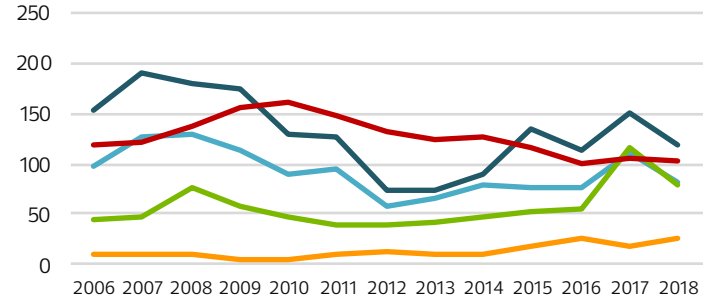
Arruda dos Vinhos

13 391
HABITANTES



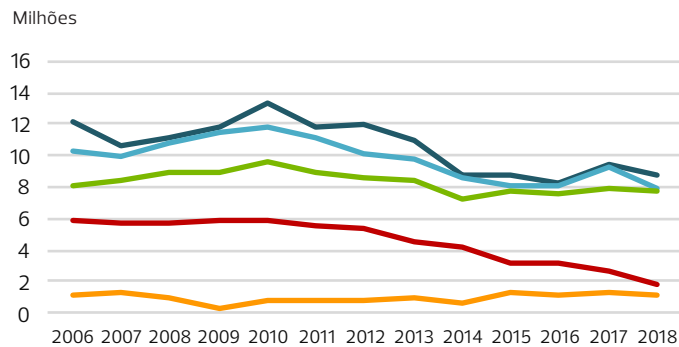
Aveiro

78 450
HABITANTES



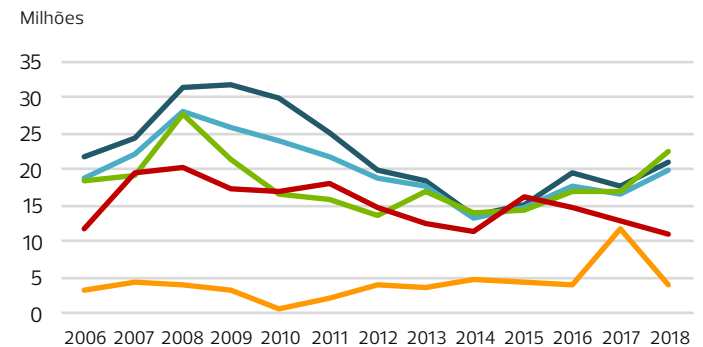
Avis

4 571
HABITANTES



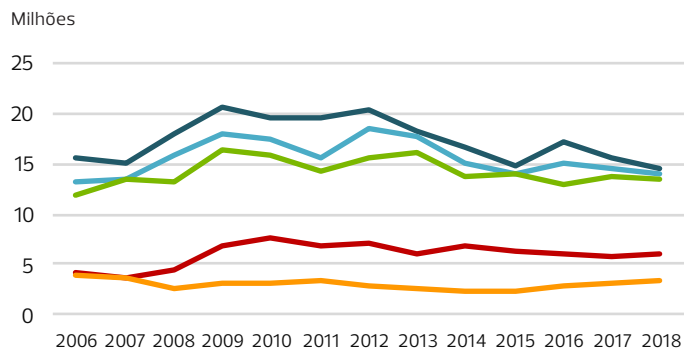
Azambuja

21 814
HABITANTES



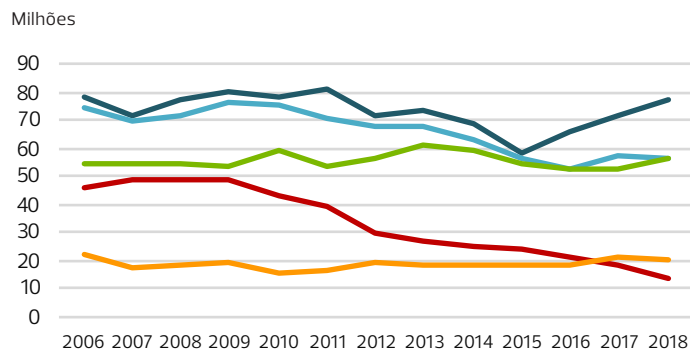
Baião

20 522
HABITANTES



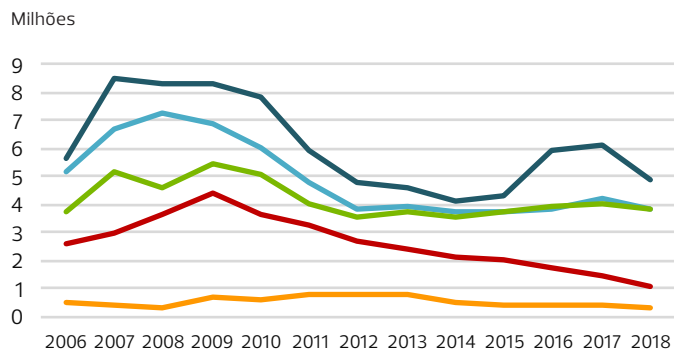
Barcelos

120 391
HABITANTES



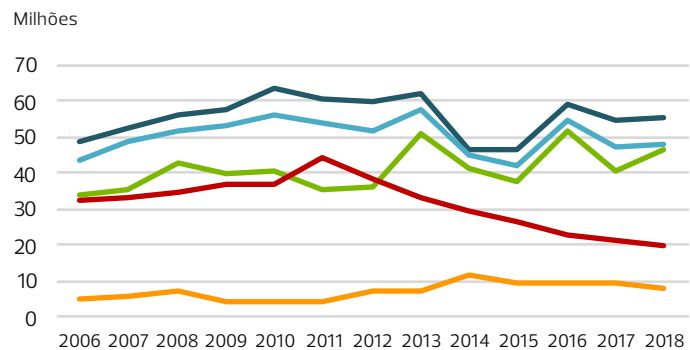
Barrancos

1 834
HABITANTES



Barreiro

78 764
HABITANTES

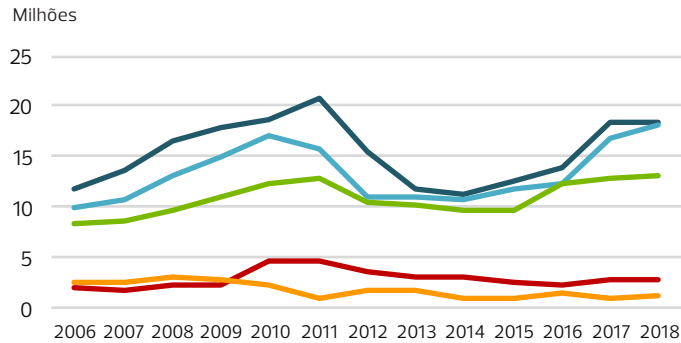


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

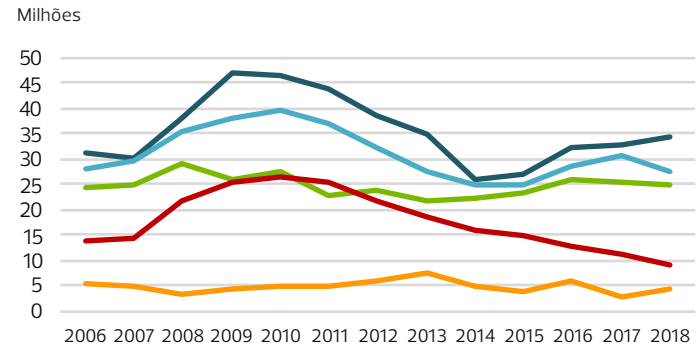
Batalha

15 805
HABITANTES



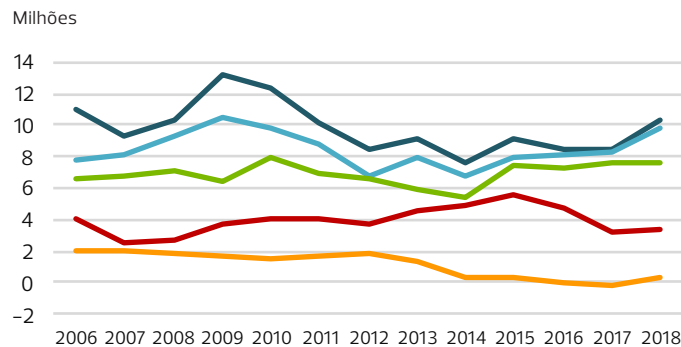
Beja

35 854
HABITANTES



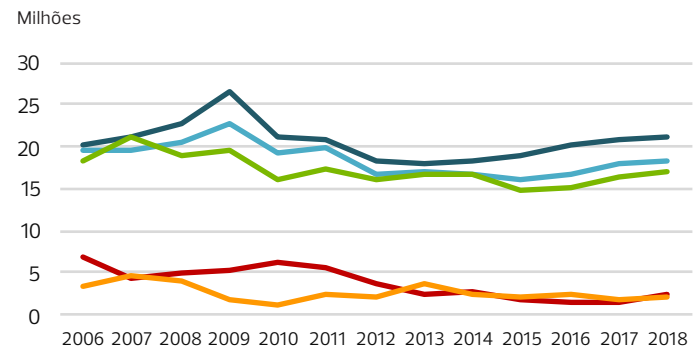
Belmonte

6 859
HABITANTES



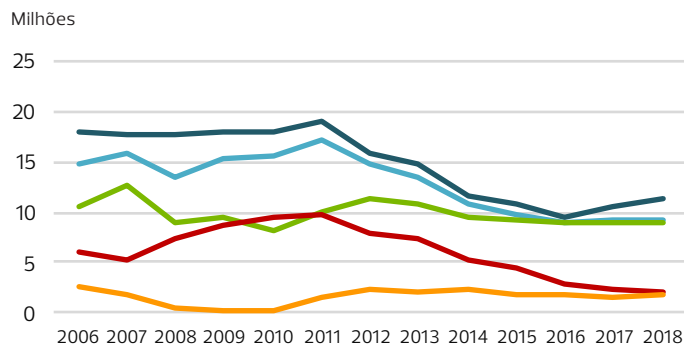
Benavente

29 019
HABITANTES



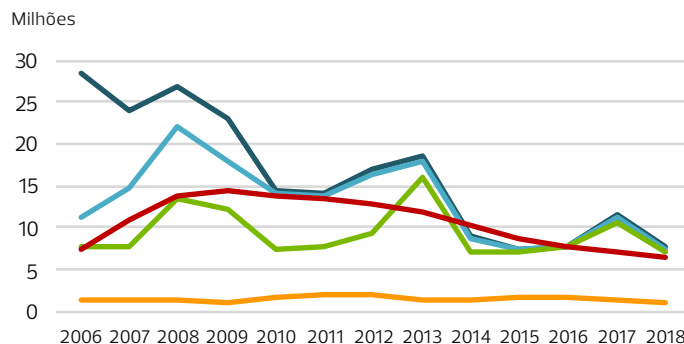
Bombarral

13 193
HABITANTES



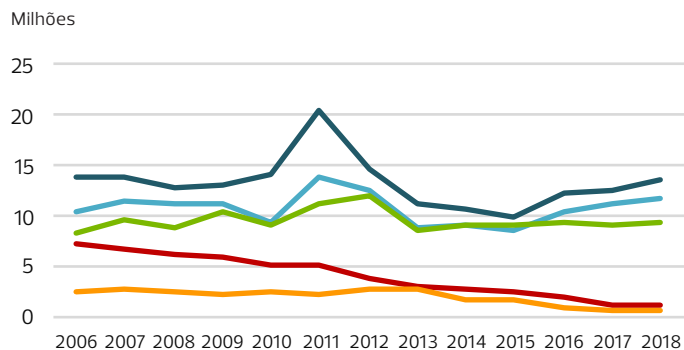
Borba

7 333
HABITANTES



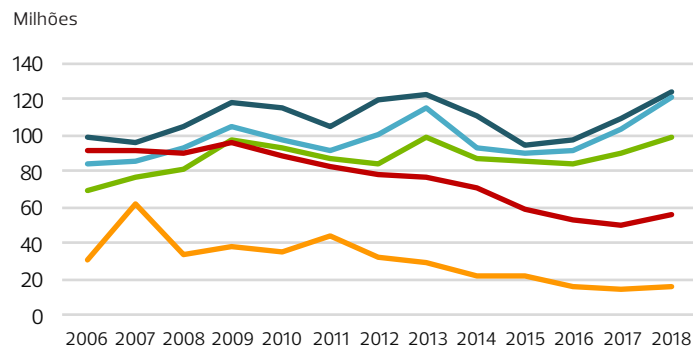
Boticas

5 750
HABITANTES



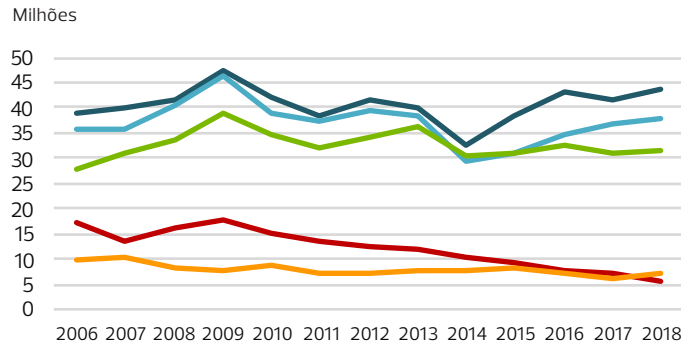
Braga

181 494
HABITANTES



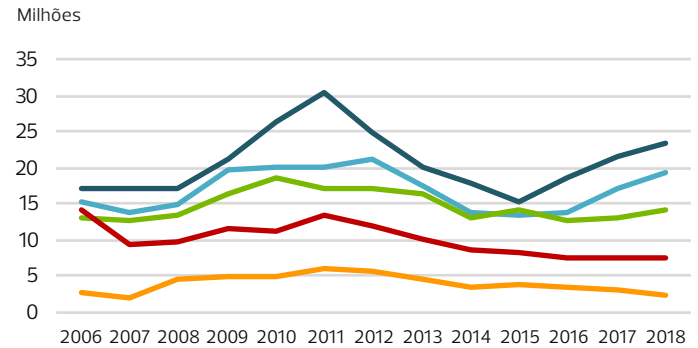
Bragança

35 341
HABITANTES



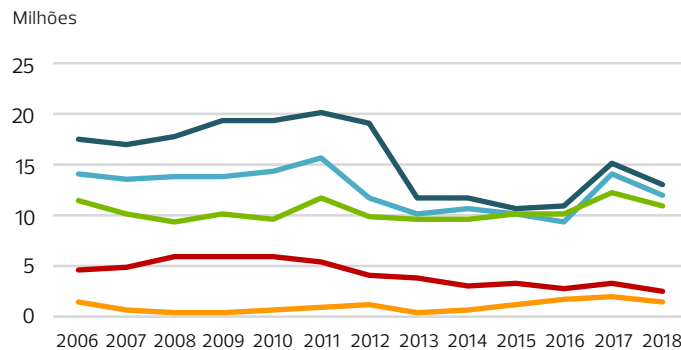
Cabeceiras de Basto

16 710
HABITANTES



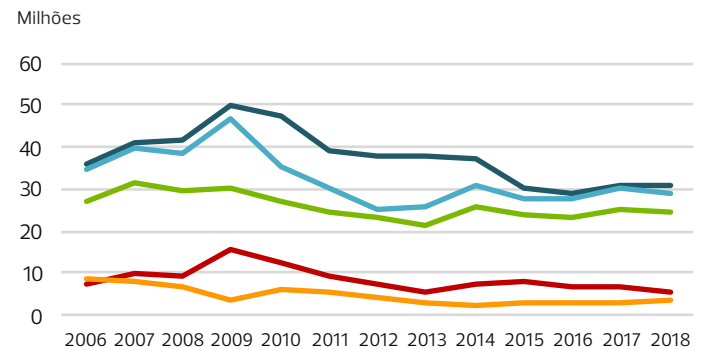
Cadaval

14 228
HABITANTES



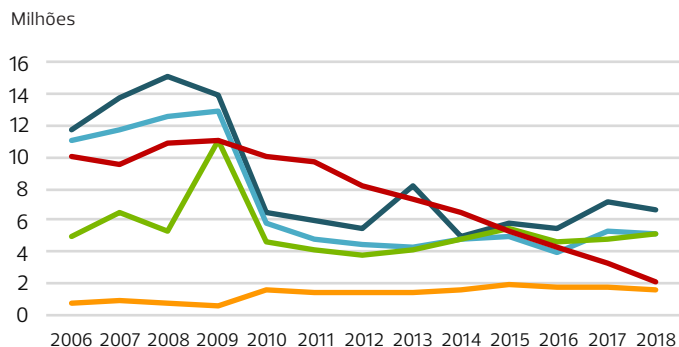
Caldas da Rainha

51 729
HABITANTES



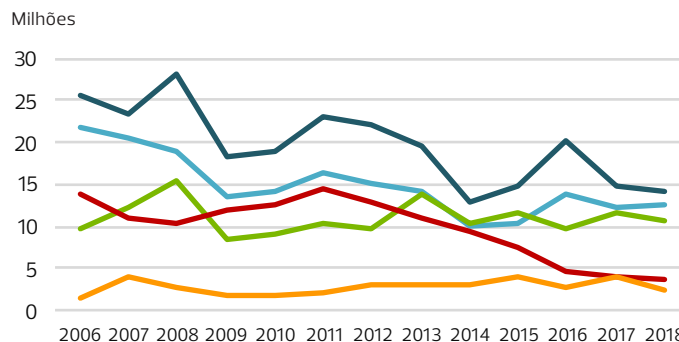
Calheta (R. A. A.)

3 773
HABITANTES



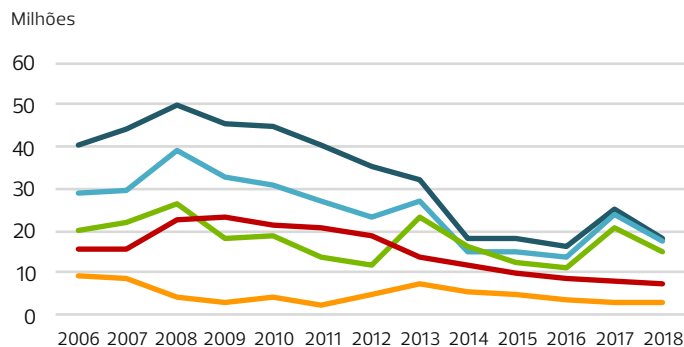
Calheta (R. A. M.)

11 521
HABITANTES



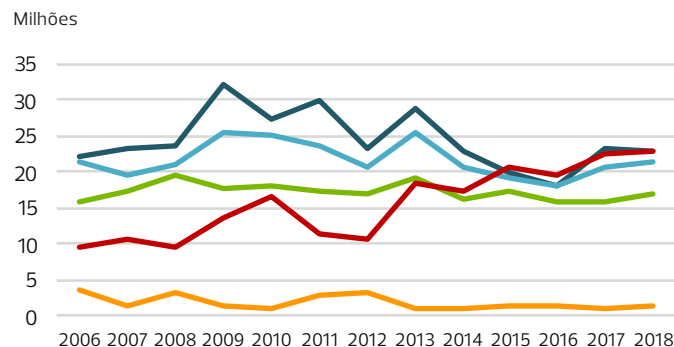
Câmara de Lobos

35 666
HABITANTES



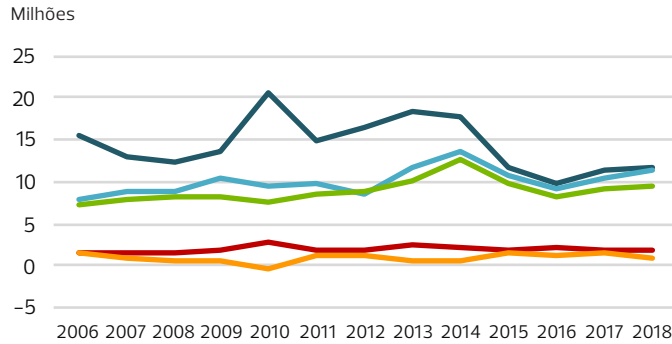
Caminha

16 684
HABITANTES



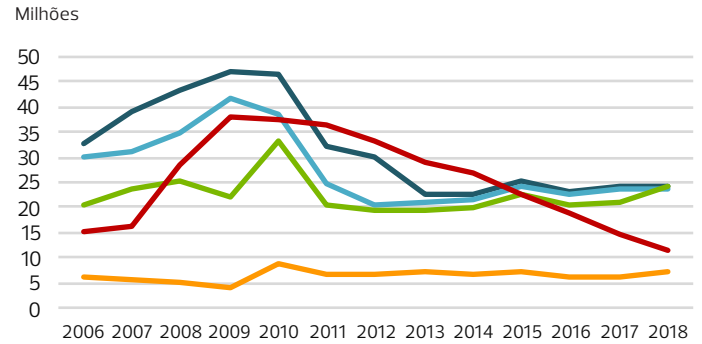
Campo Maior

8 456
HABITANTES



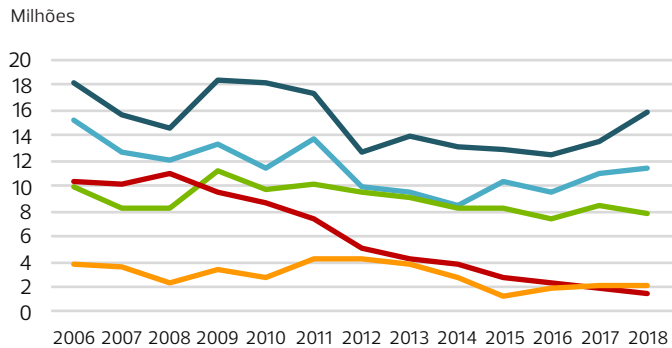
Cantanhede

36 595
HABITANTES



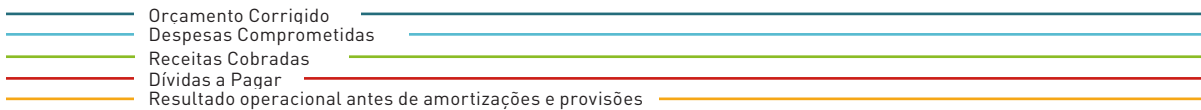
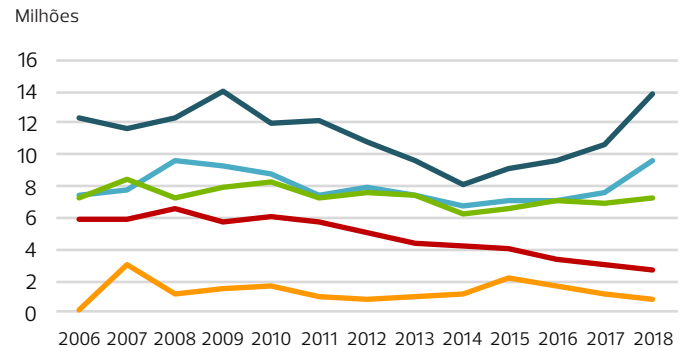
Carrazeda de Ansiães

6 373
HABITANTES



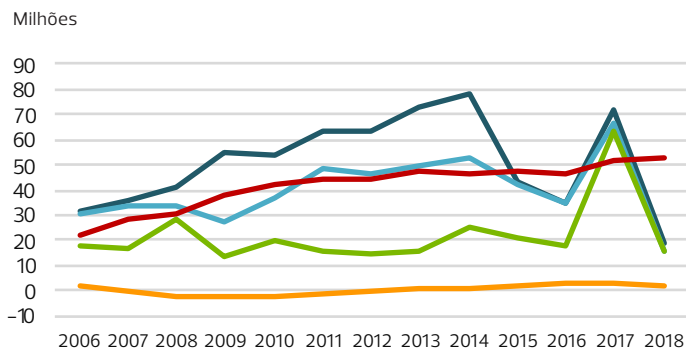
Carregal do Sal

9 835
HABITANTES



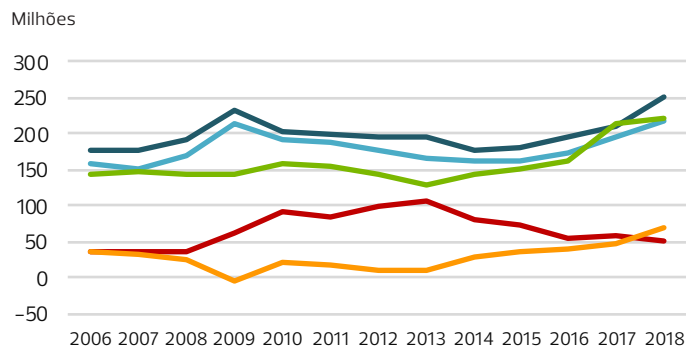
Cartaxo

24 462
HABITANTES



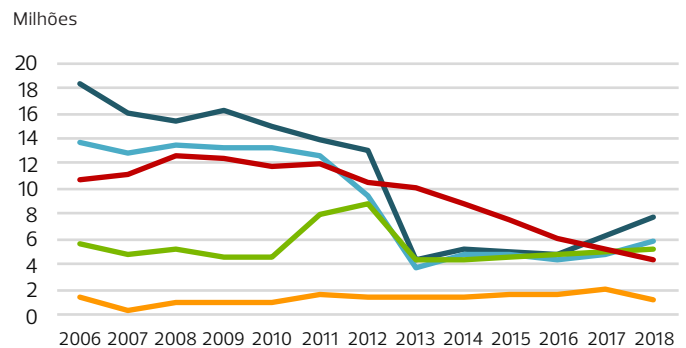
Cascais

206 479
HABITANTES



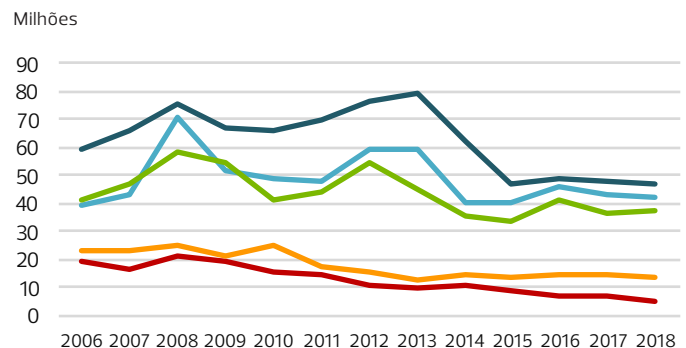
Castanheira de Pêra

3 191
HABITANTES



Castelo Branco

56 109
HABITANTES

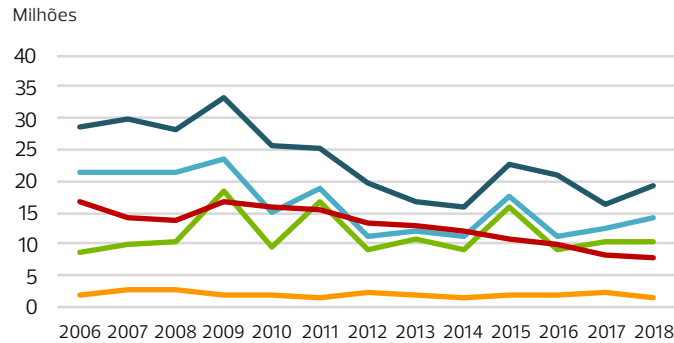


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab.
Médio <100 000 hab.
Pequeno <20 000 hab.

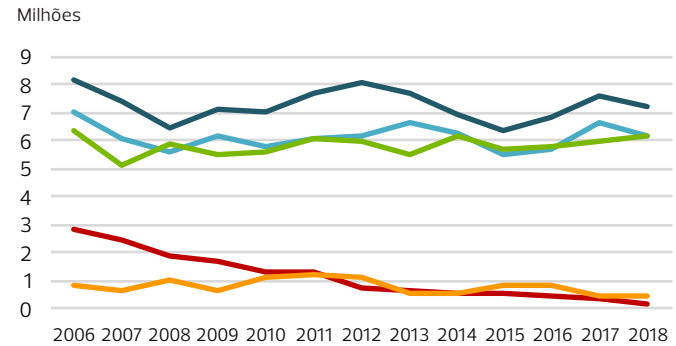
Castelo de Paiva

16 733
HABITANTES



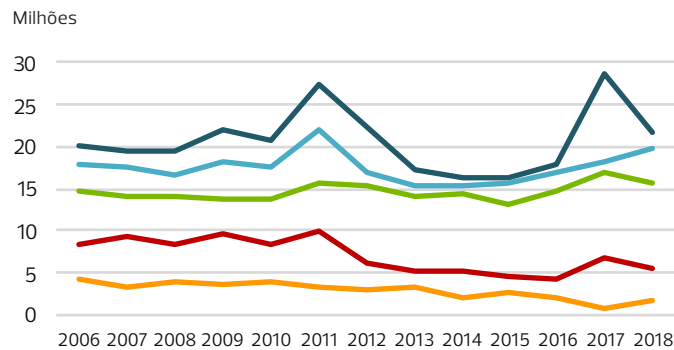
Castelo de Vide

3 407
HABITANTES



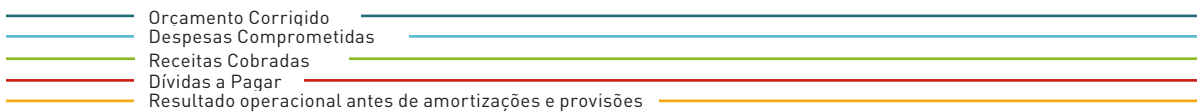
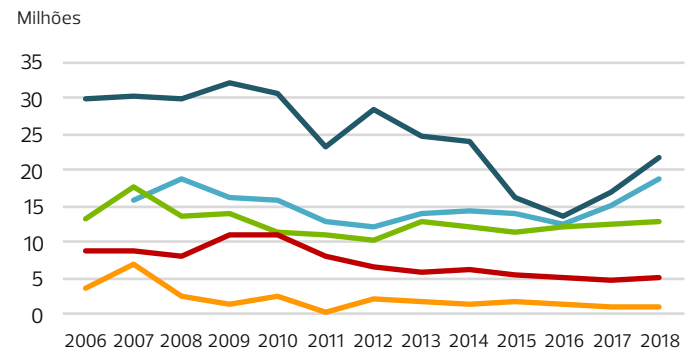
Castro Daire

15 339
HABITANTES



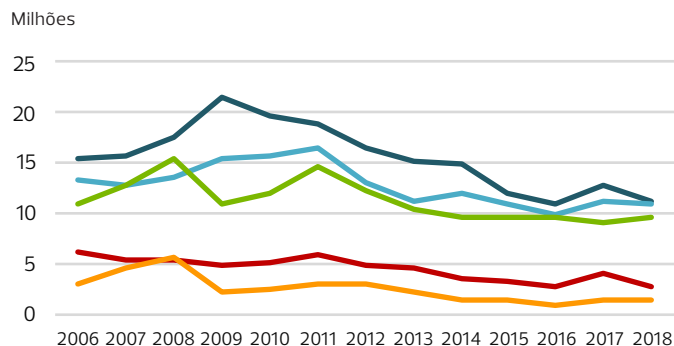
Castro Marim

6 747
HABITANTES



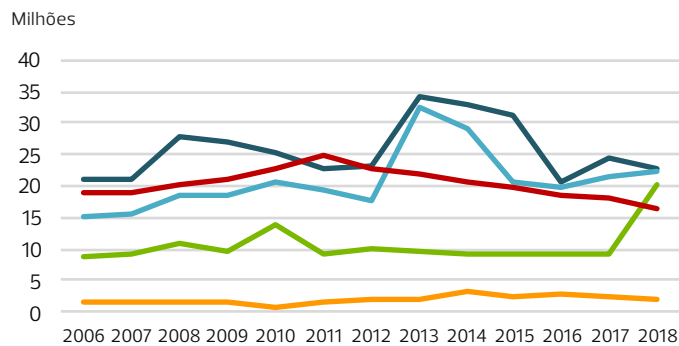
Castro Verde

7 276
HABITANTES



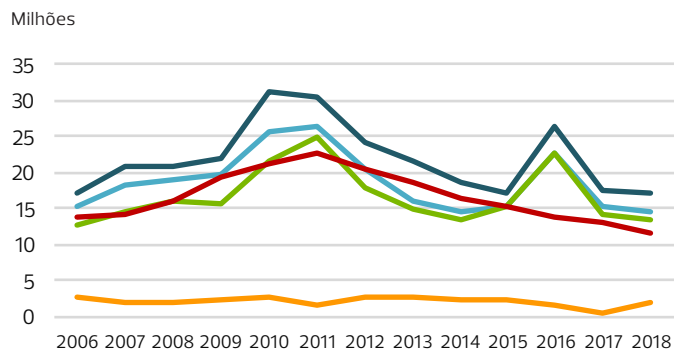
Celorico da Beira

7 693
HABITANTES



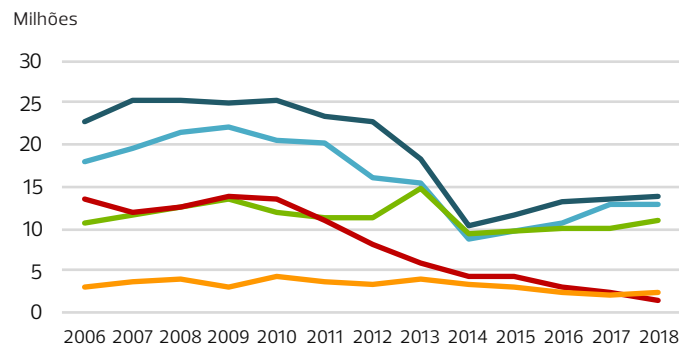
Celorico de Basto

20 098
HABITANTES



Chamusca

10 120
HABITANTES

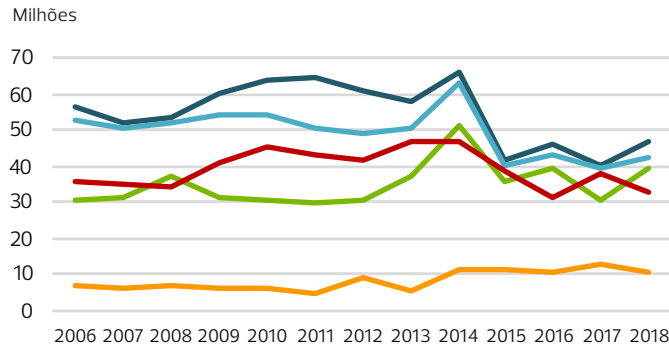


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

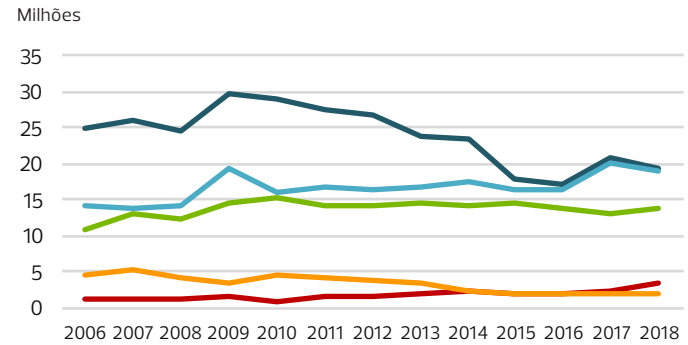
Chaves

41 243
HABITANTES



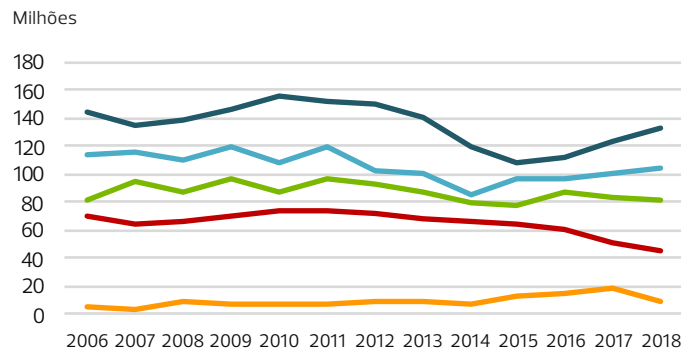
Cinfães

20 427
HABITANTES



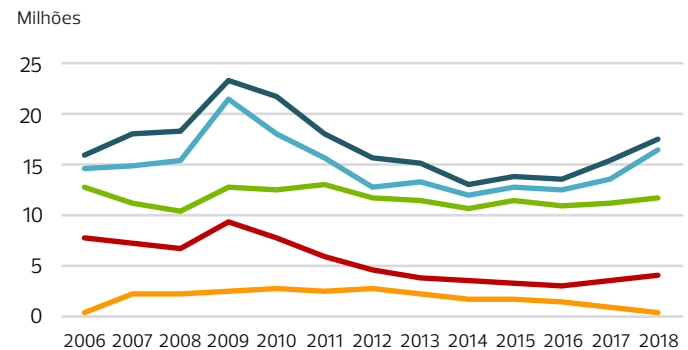
Coimbra

143 396
HABITANTES



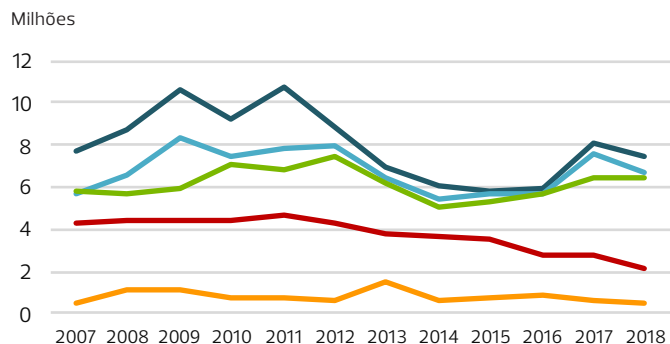
Condeixa-a-Nova

17 078
HABITANTES



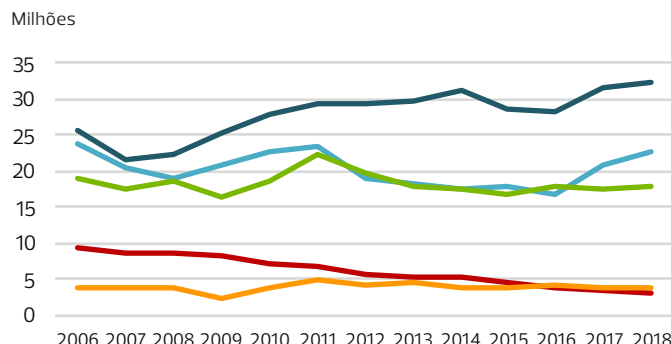
Constância

4 056
HABITANTES



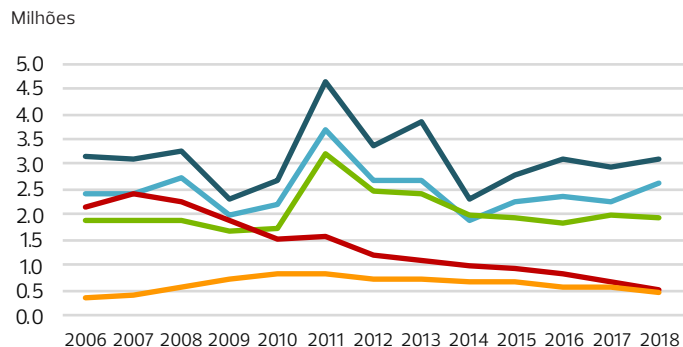
Coruche

19 944
HABITANTES



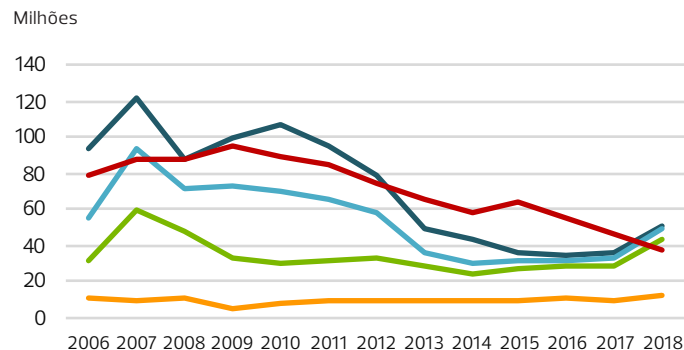
Corvo

430
HABITANTES



Covilhã

51 797
HABITANTES

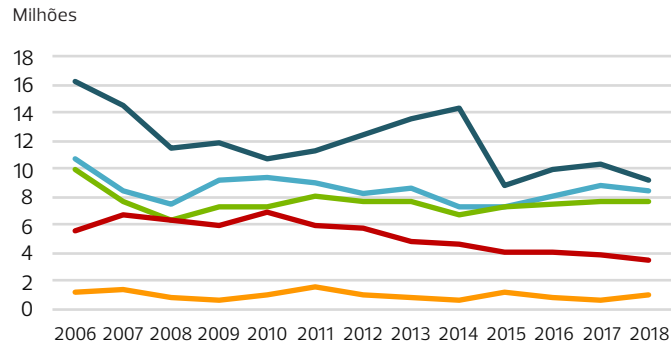


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

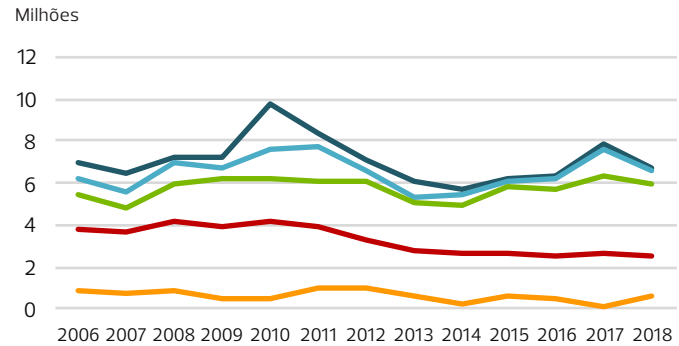
Crato

3 708
HABITANTES



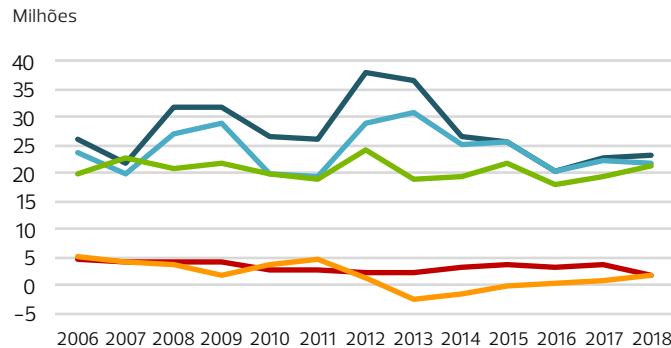
Cuba

4 878
HABITANTES



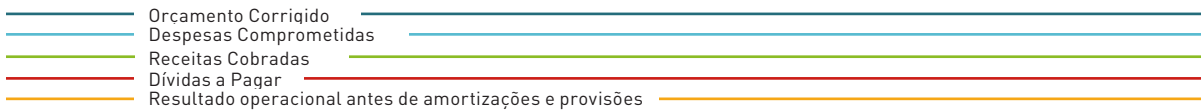
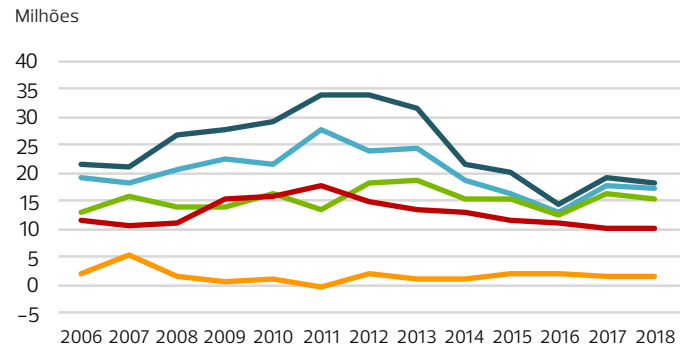
Elvas

23 078
HABITANTES



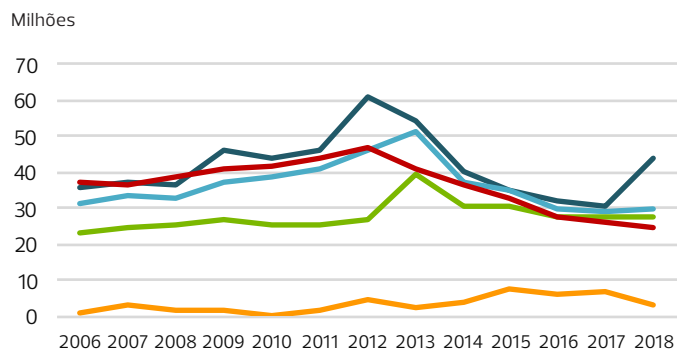
Entroncamento

20 206
HABITANTES



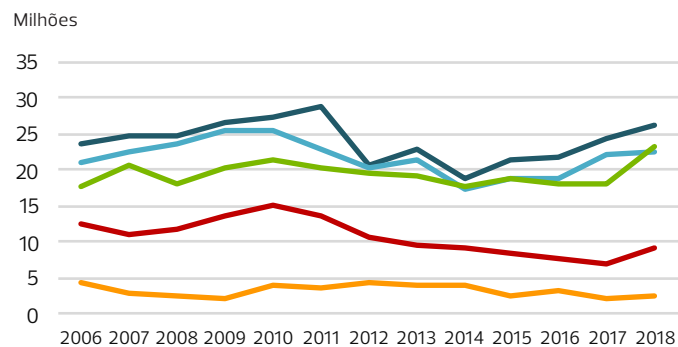
Espinho

31 786
HABITANTES



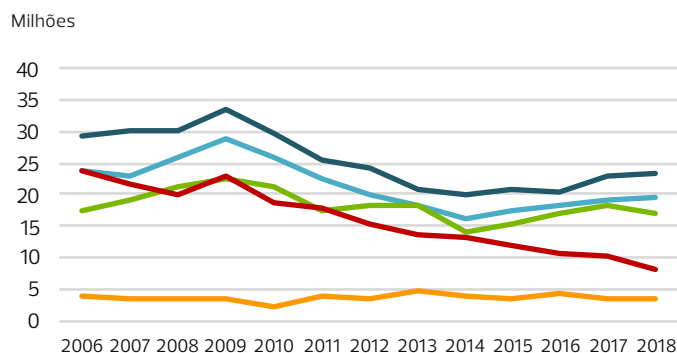
Esposende

34 254
HABITANTES



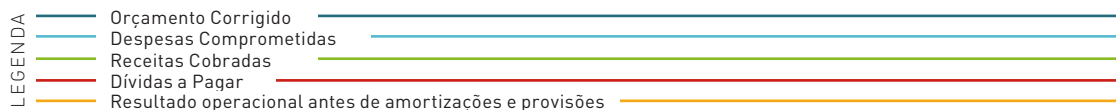
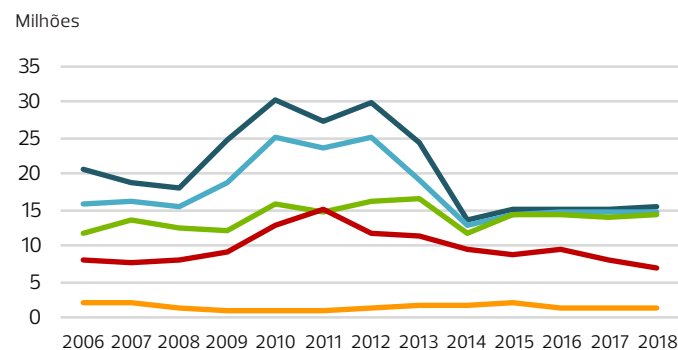
Estarreja

26 997
HABITANTES



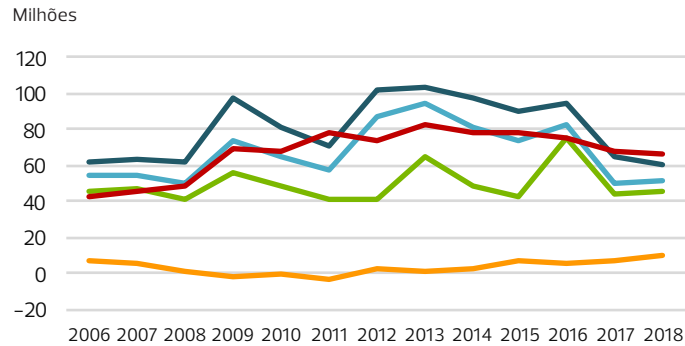
Estremoz

14 318
HABITANTES



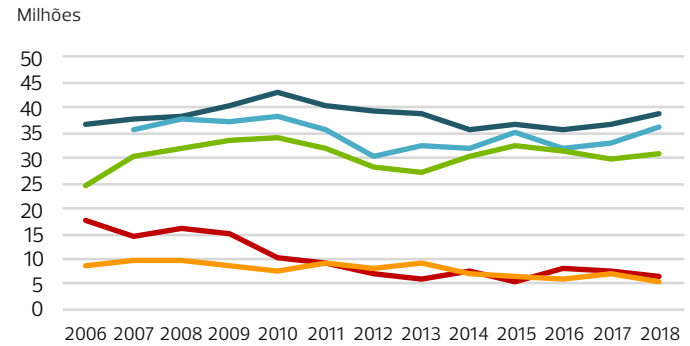
Évora

56 596
HABITANTES



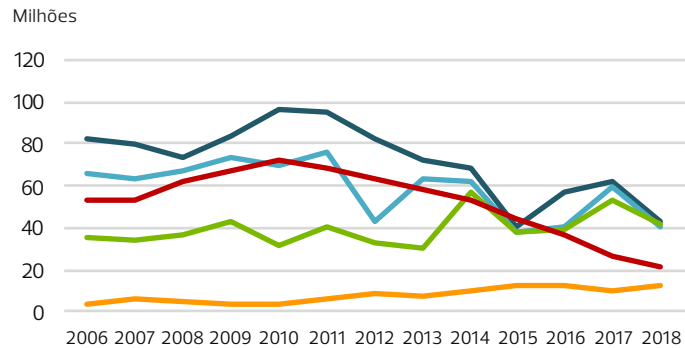
Fafe

50 633
HABITANTES



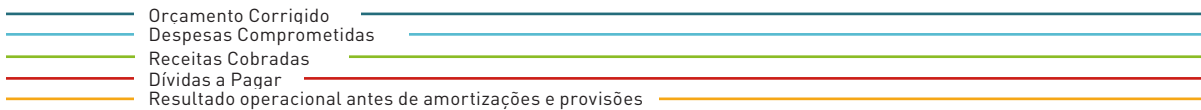
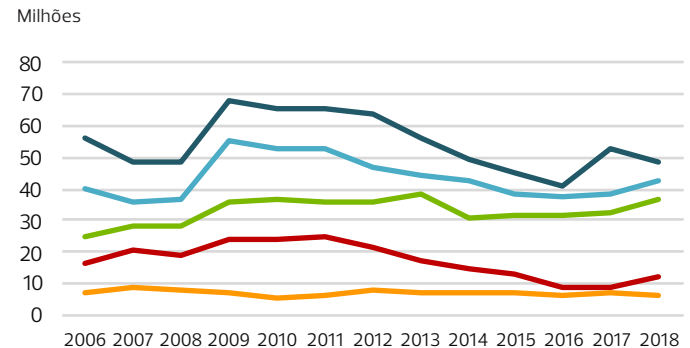
Faro

64 560
HABITANTES



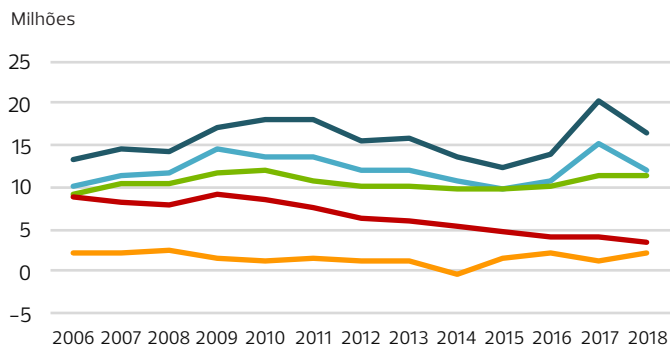
Felgueiras

58 065
HABITANTES



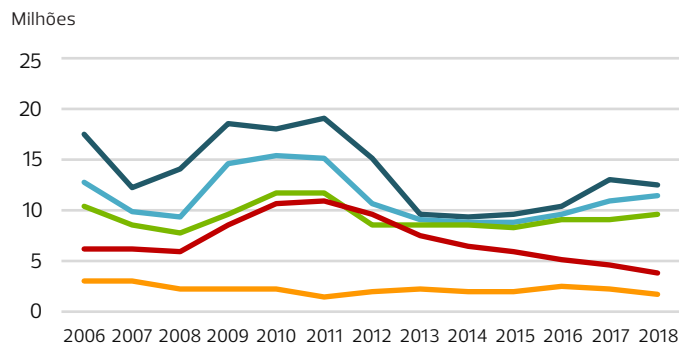
Ferreira do Alentejo

8 255
HABITANTES



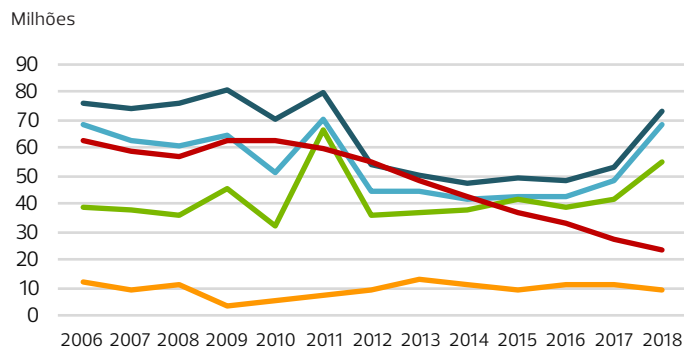
Ferreira do Zêzere

8 619
HABITANTES



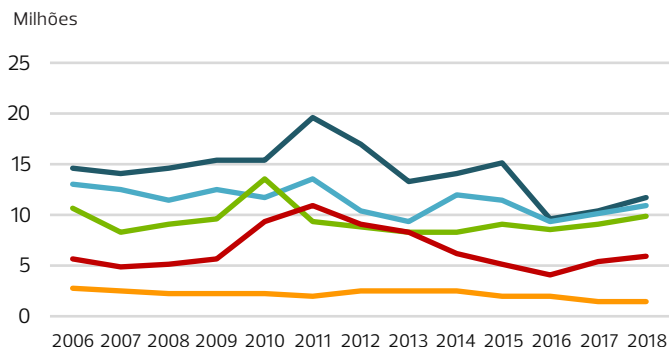
Figueira da Foz

62 125
HABITANTES



Figueira de Castelo Rodrigo

6 260
HABITANTES

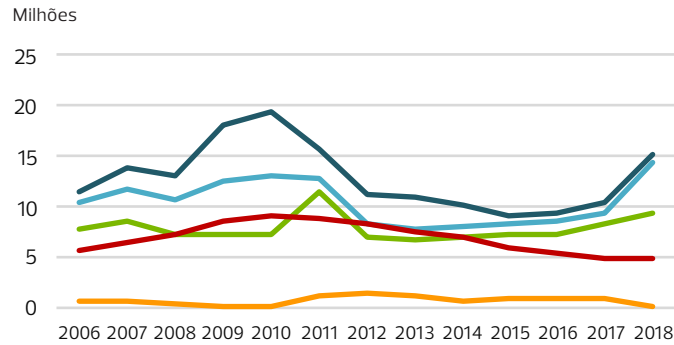


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

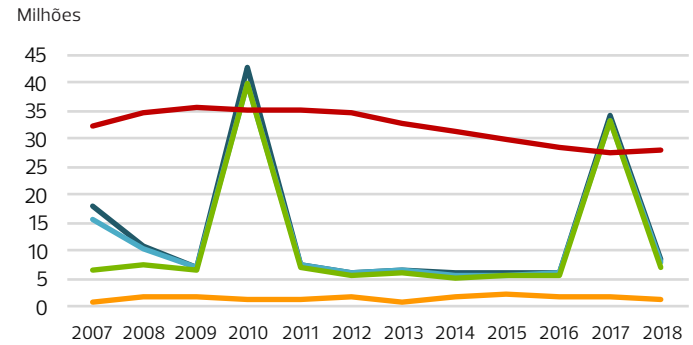
Figueiró dos Vinhos

6 169
HABITANTES



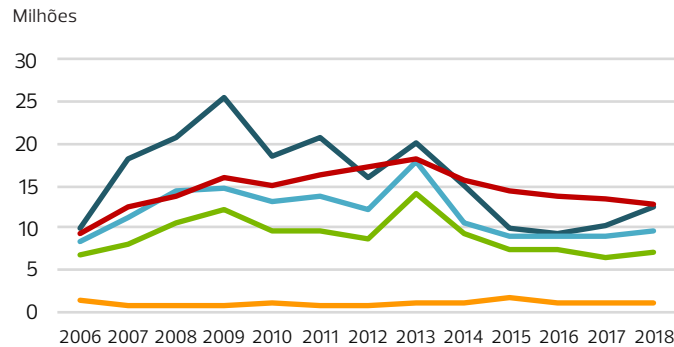
Fornos de Algodres

4 989
HABITANTES



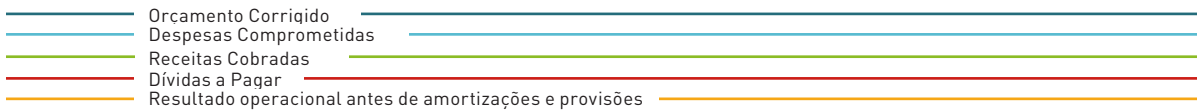
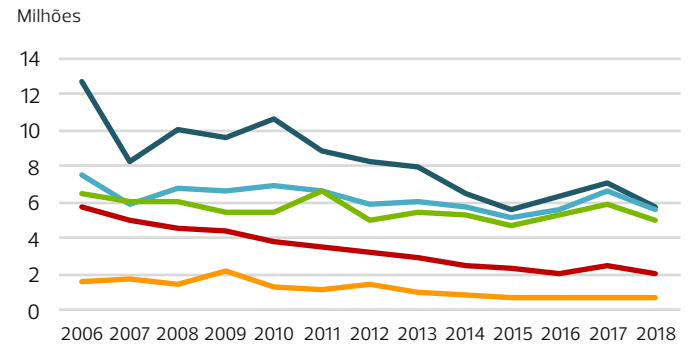
Freixo de Espada à Cinta

3 780
HABITANTES



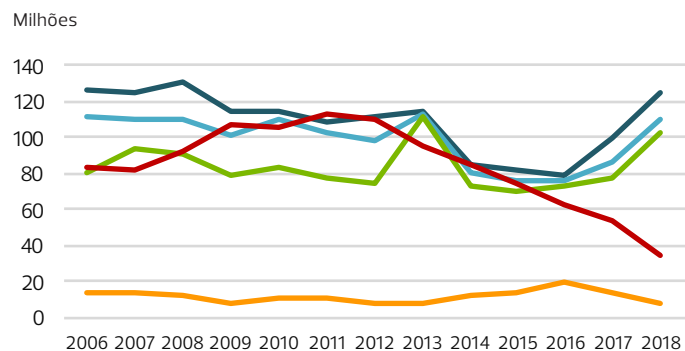
Fronteira

3 410
HABITANTES



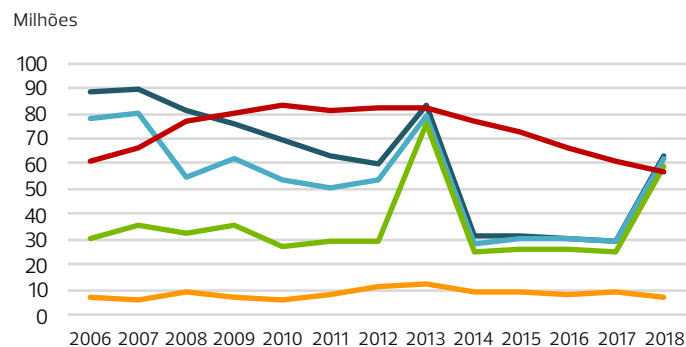
Funchal

111 892
HABITANTES



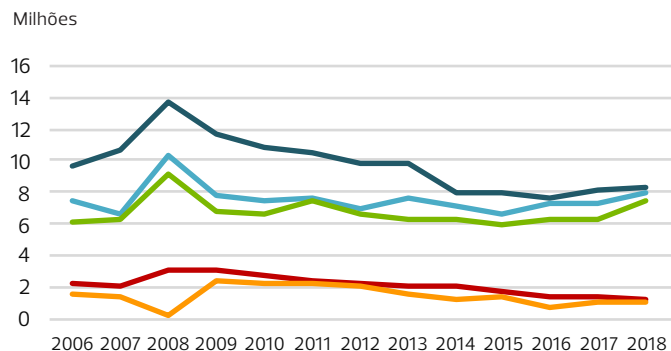
Fundão

29 213
HABITANTES



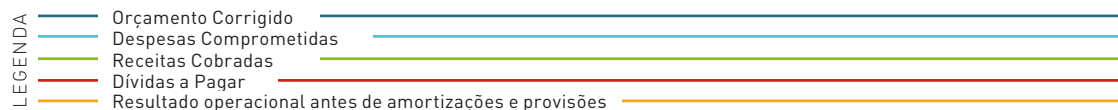
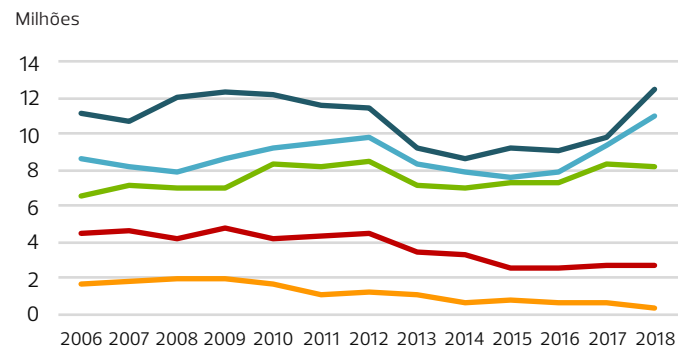
Gavião

4 132
HABITANTES



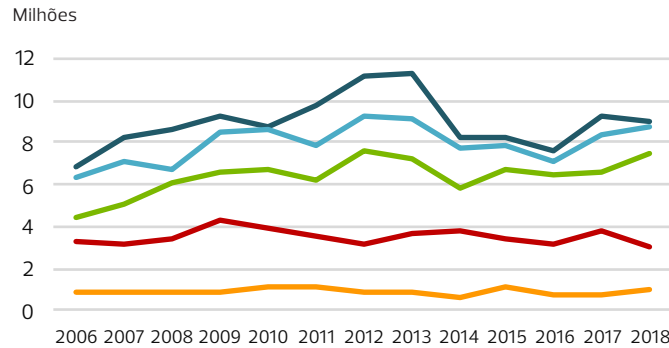
Góis

4 260
HABITANTES



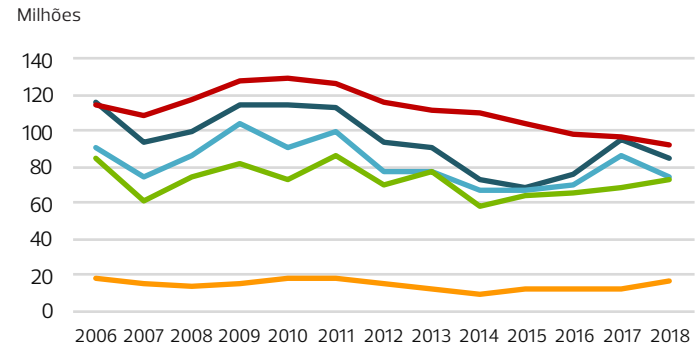
Golegã

5 465
HABITANTES



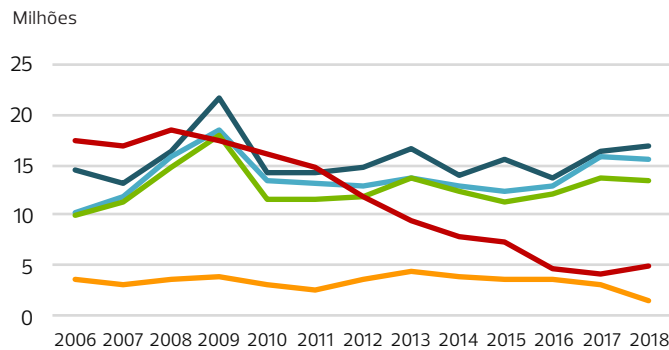
Gondomar

168 027
HABITANTES



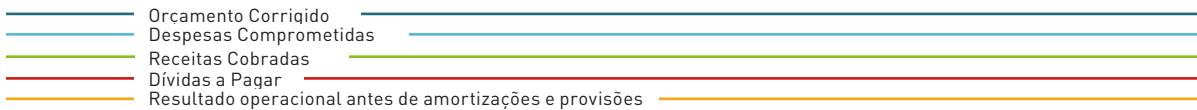
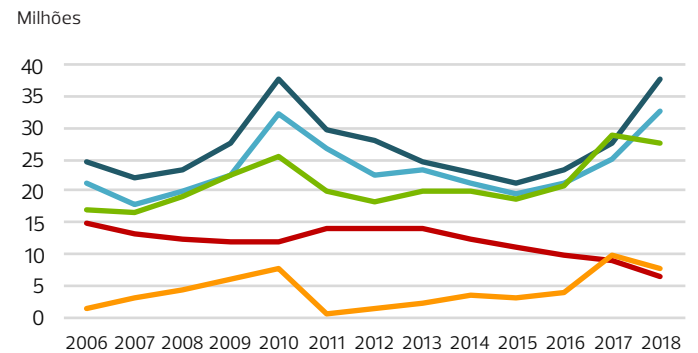
Gouveia

14 046
HABITANTES



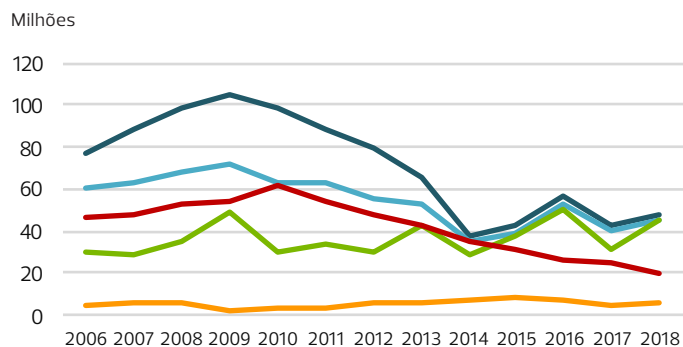
Grândola

14 826
HABITANTES



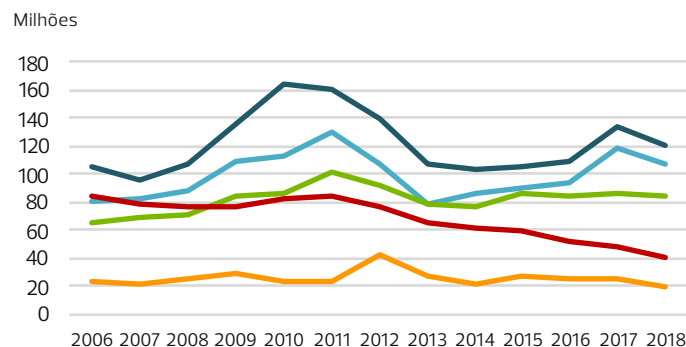
Guarda

42 541
HABITANTES



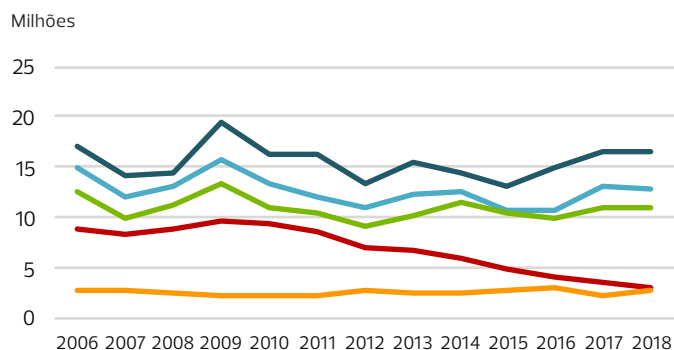
Guimarães

158 124
HABITANTES



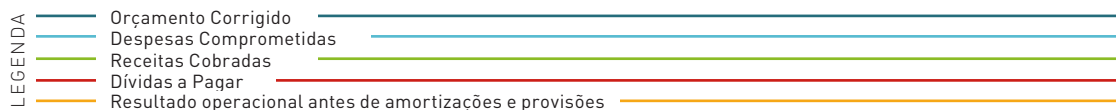
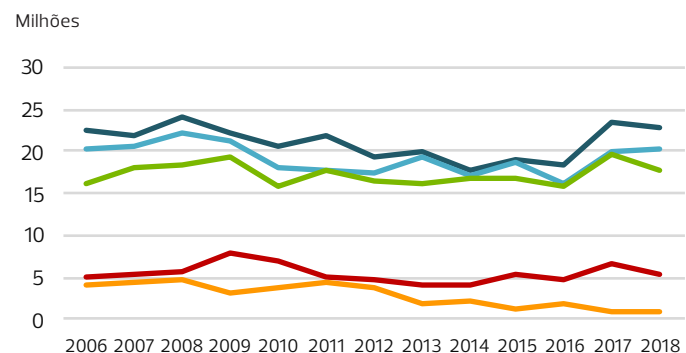
Horta

14 994
HABITANTES



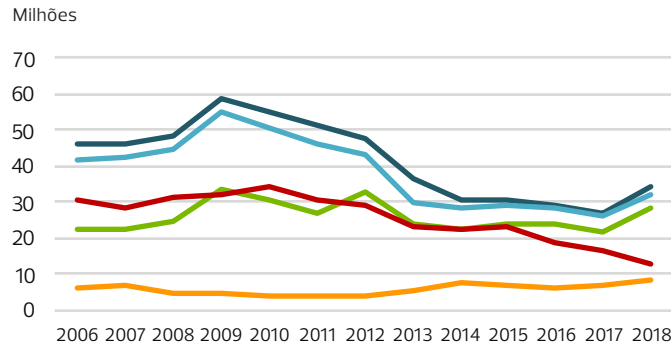
Idanha-a-Nova

9 716
HABITANTES



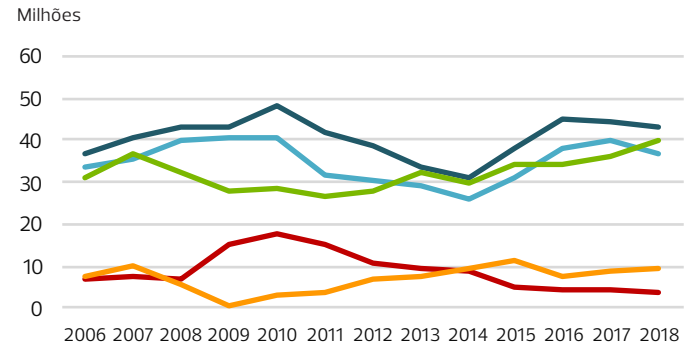
Ílhavo

38 598
HABITANTES



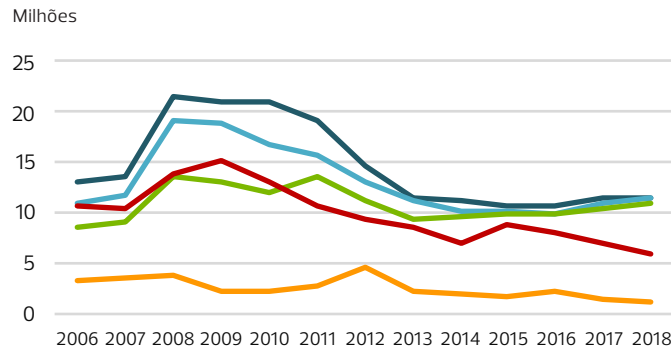
Lagoa (Algarve)

22 975
HABITANTES



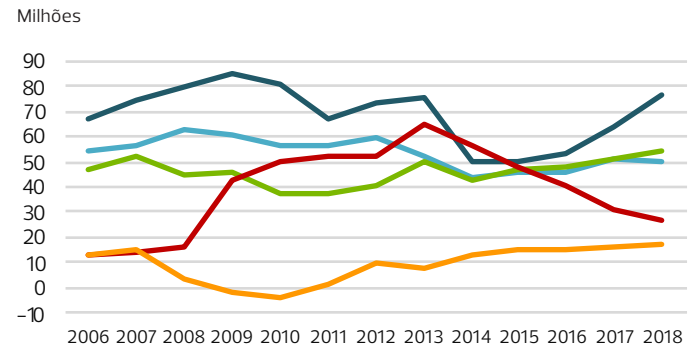
Lagoa (R.A.A)

14 442
HABITANTES



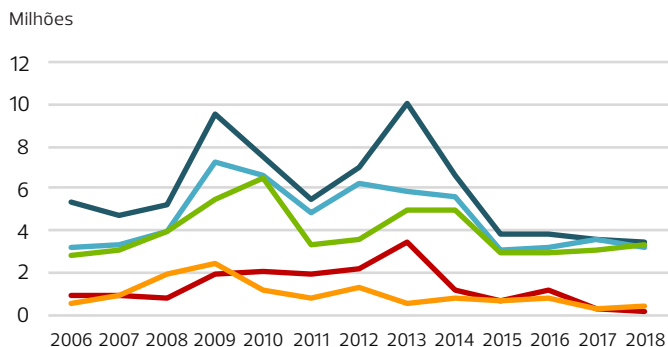
Lagos

31 049
HABITANTES



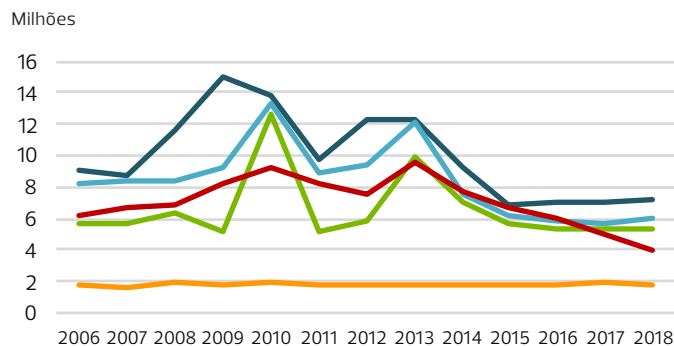
Lajes das Flores

1 504
HABITANTES



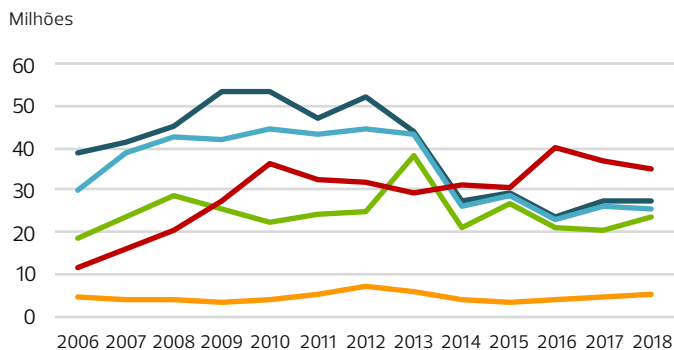
Lajes do Pico

4 711
HABITANTES



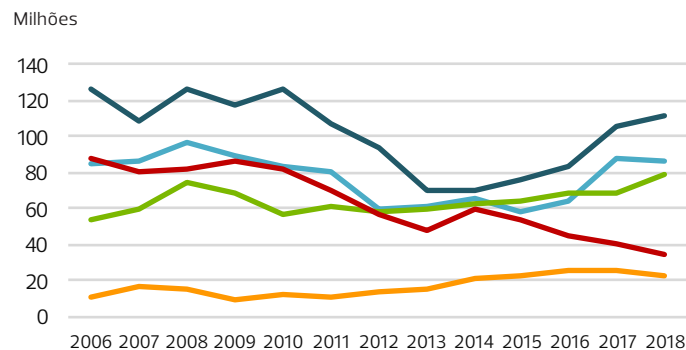
Lamego

26 691
HABITANTES



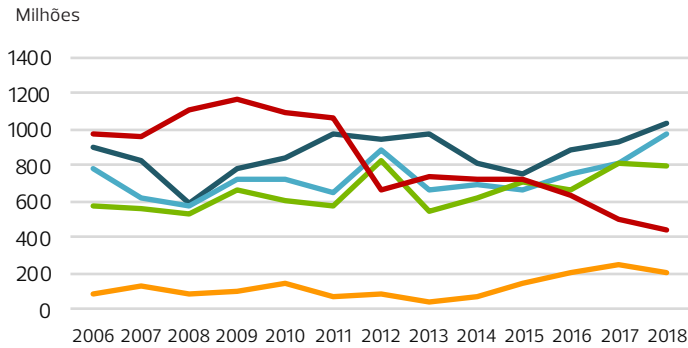
Leiria

126 897
HABITANTES



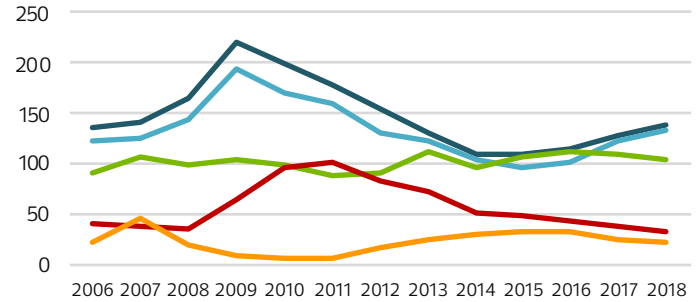
Lisboa

547 733
HABITANTES



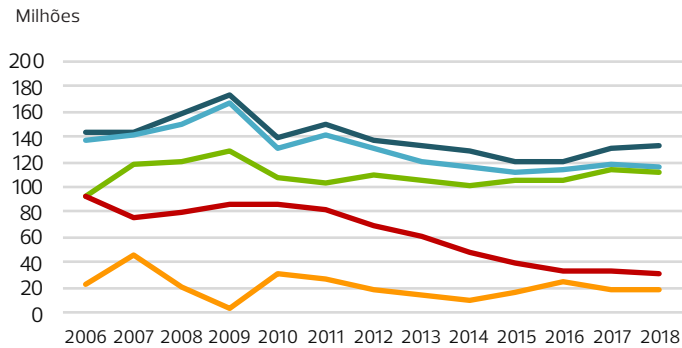
Loulé

70 622
HABITANTES



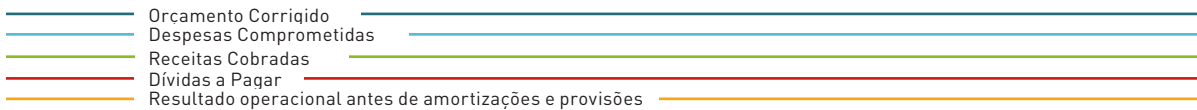
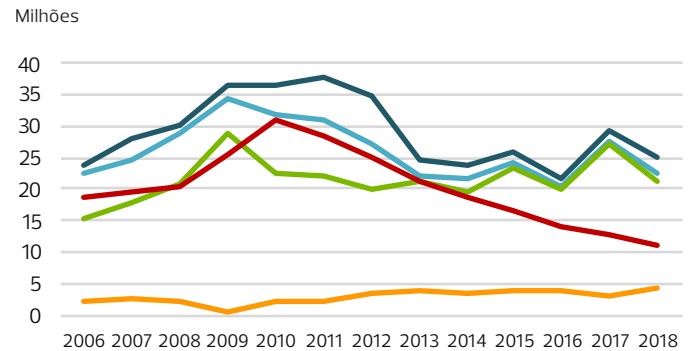
Loures

205 054
HABITANTES



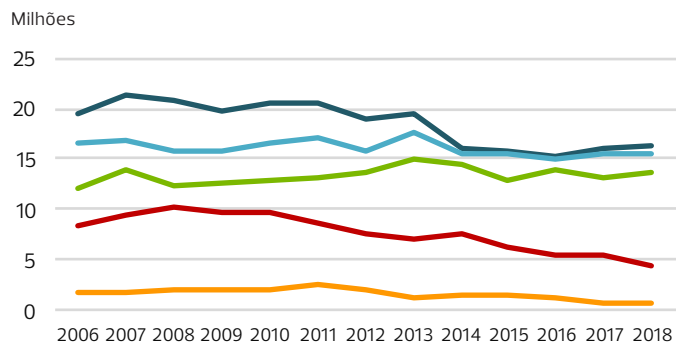
Lourinhã

25 735
HABITANTES



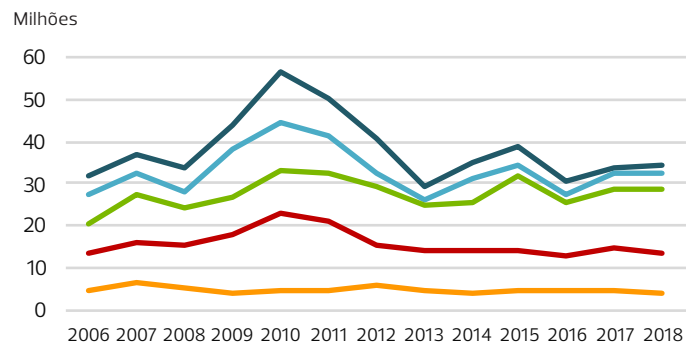
Lousã

17 604
HABITANTES



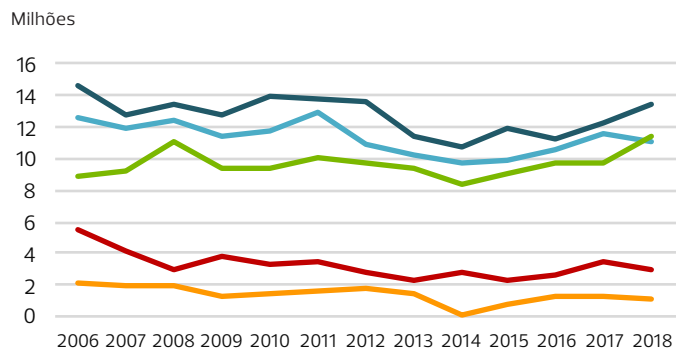
Lousada

47 387
HABITANTES



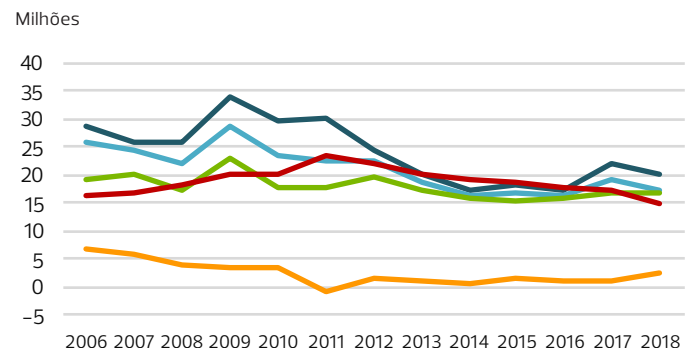
Mação

7 338
HABITANTES



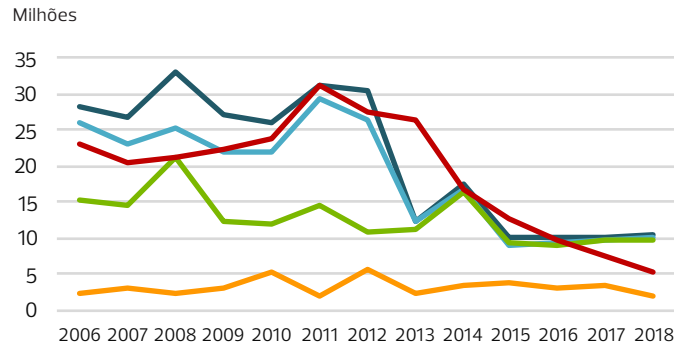
Macedo de Cavaleiros

15 776
HABITANTES



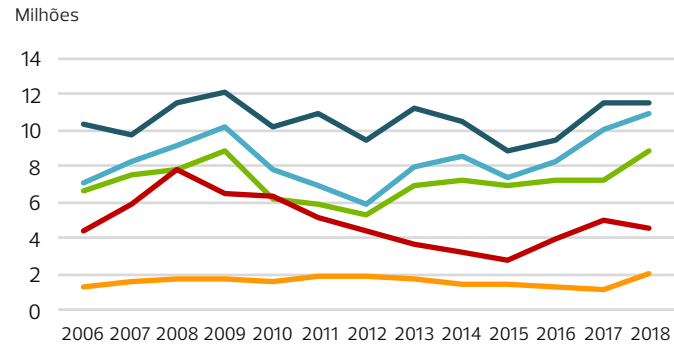
Machico

21 828
HABITANTES



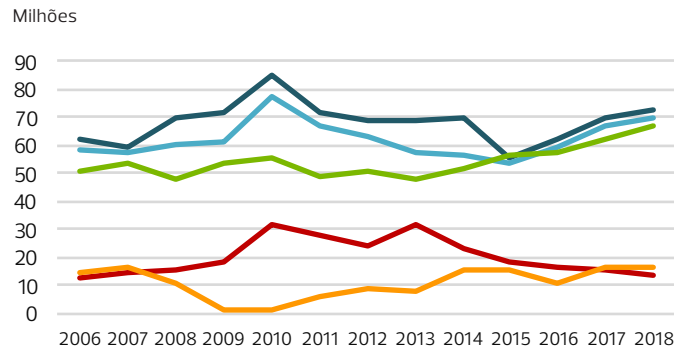
Madalena

6 049
HABITANTES



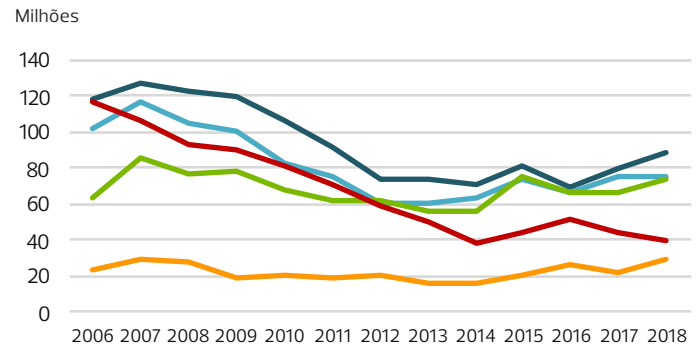
Mafra

76 685
HABITANTES



Maia

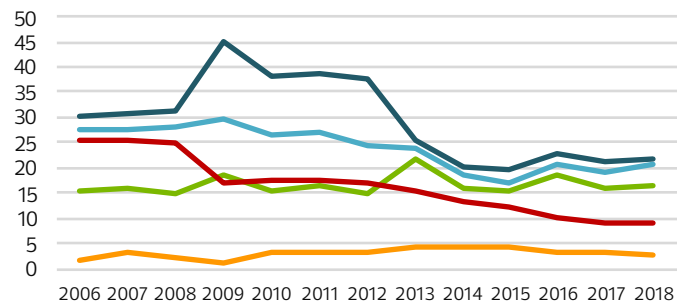
135 306
HABITANTES



Mangualde

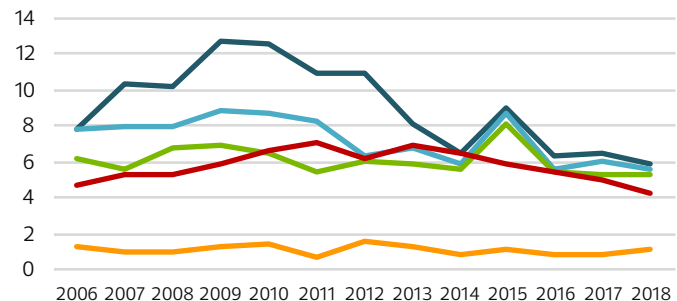
19 880
HABITANTES

Milhões



Manteigas

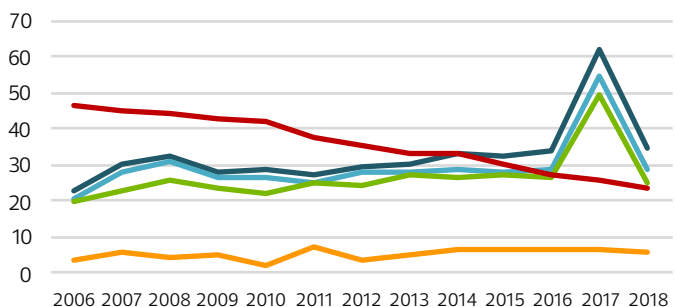
3 430
HABITANTES



Marco de Canaveses

53 450
HABITANTES

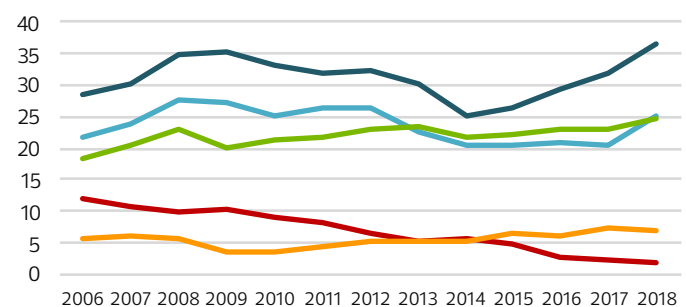
Milhões



Marinha Grande

38 681
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

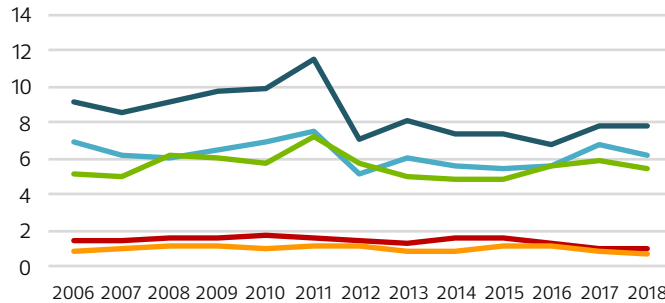
- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

Marvão

3 512
HABITANTES

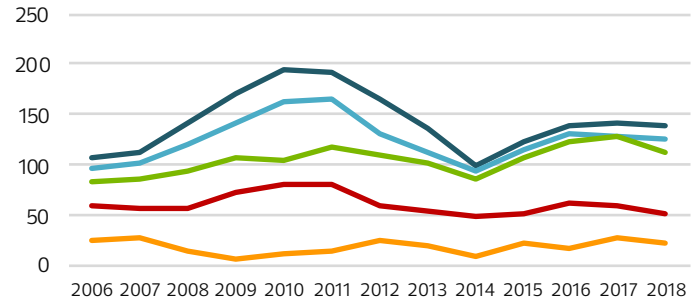
Milhões



Matosinhos

175 478
HABITANTES

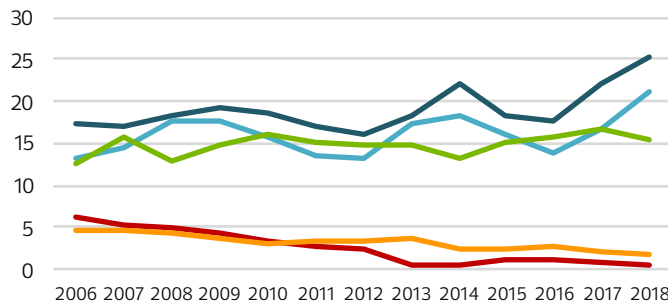
Milhões



Mealhada

20 428
HABITANTES

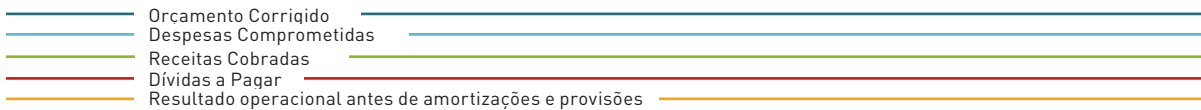
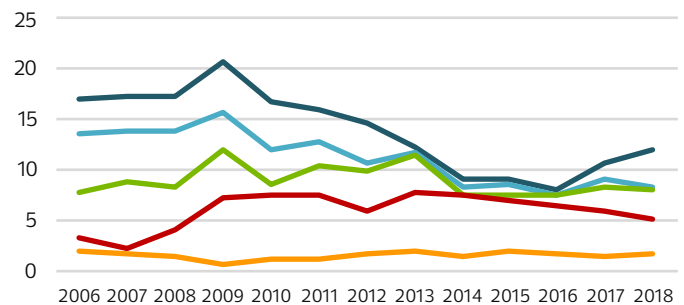
Milhões



Meda

5 202
HABITANTES

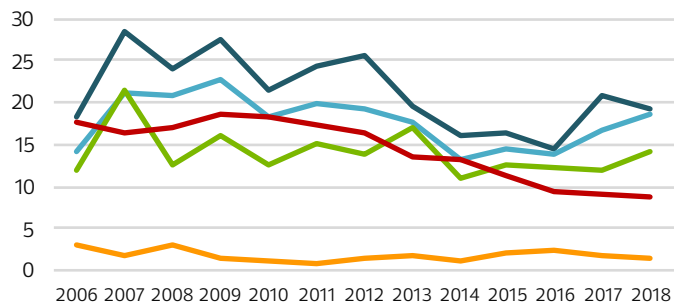
Milhões



Melgaço

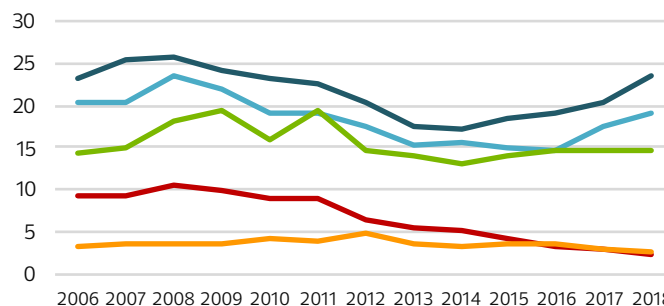
9 213
HABITANTES

Milhões



Mértola

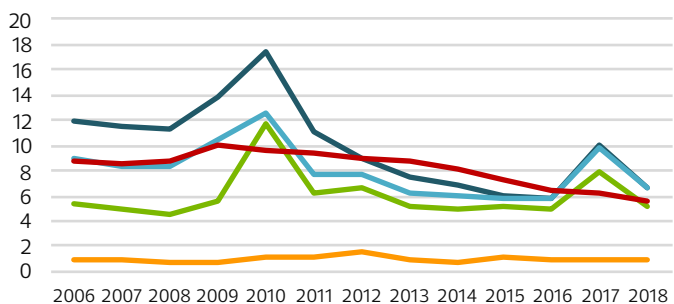
7 274
HABITANTES



Mesão Frio

4 433
HABITANTES

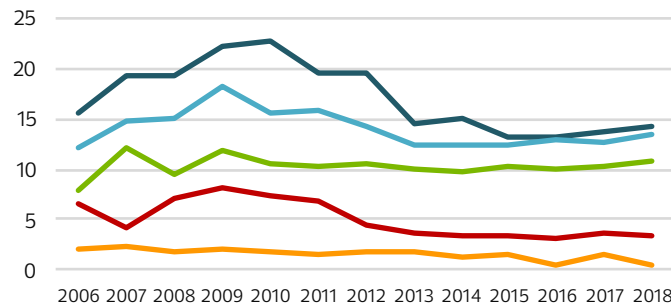
Milhões



Mira

12 465
HABITANTES

Milhões



LEGENDA

- Orçamento Corrigido
- Despesas Comprometidas
- Receitas Cobradas
- Dívidas a Pagar
- Resultado operacional antes de amortizações e provisões

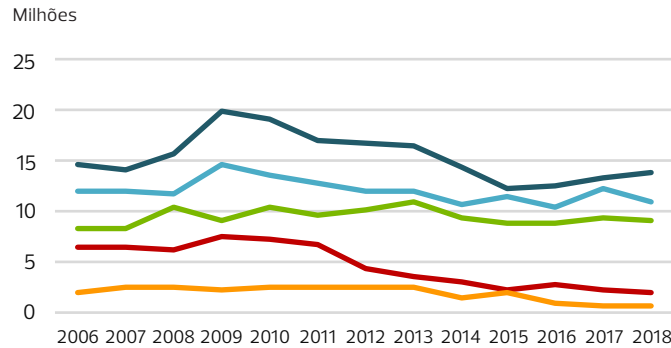
Grande
>100 000 hab.

Médio
<100 000 hab.

Pequeno
<20 000 hab.

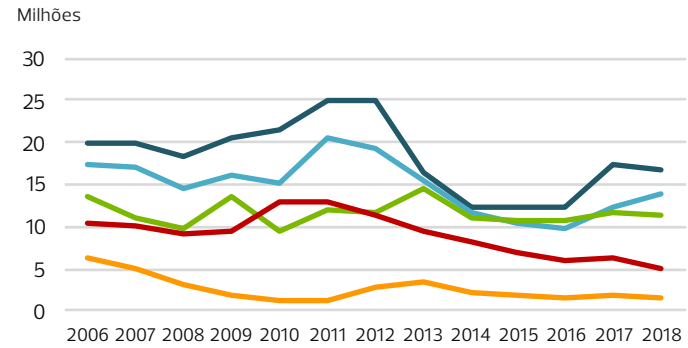
Miranda do Corvo

13 098
HABITANTES



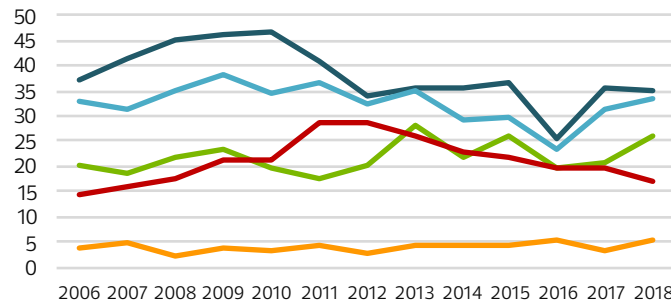
Miranda do Douro

7 482
HABITANTES



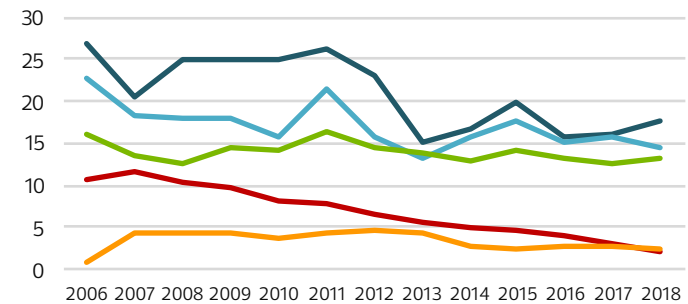
Mirandela

23 850
HABITANTES



Mogadouro

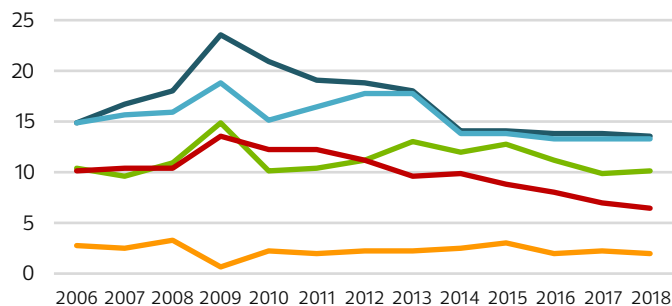
9 542
HABITANTES



Moimenta da Beira

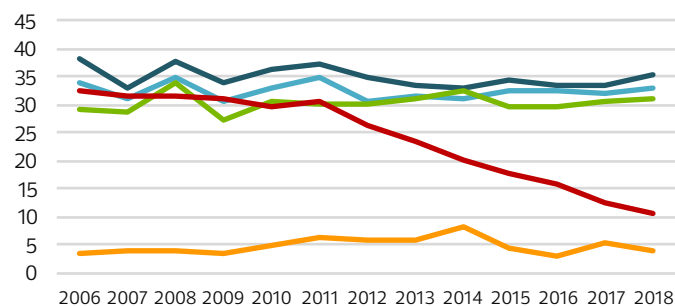
10 212
HABITANTES

Milhões



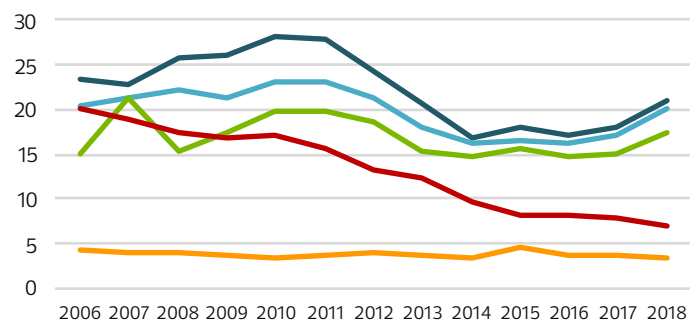
Moita

66 029
HABITANTES



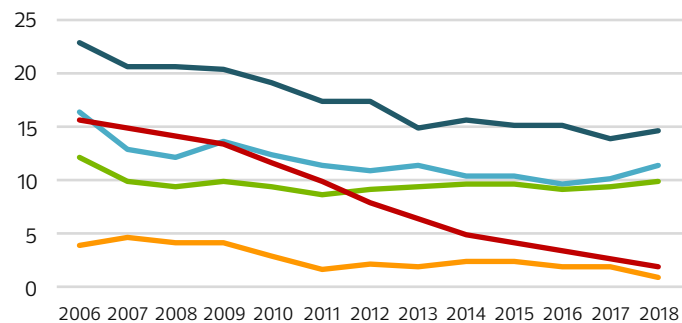
Monção

19 230
HABITANTES



Monchique

6 045
HABITANTES

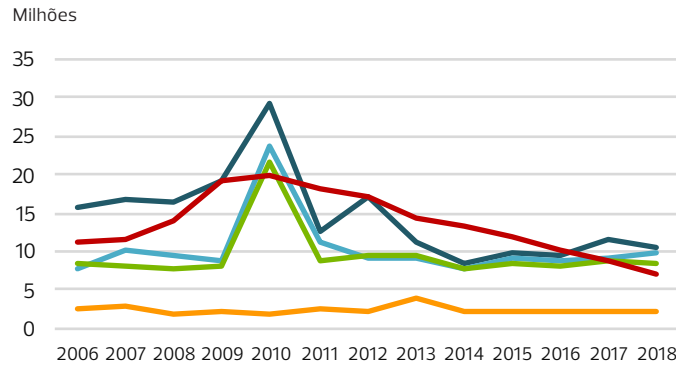


LEGENDA



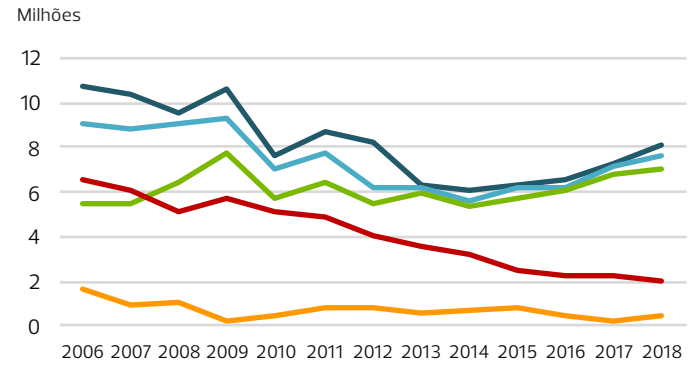
Mondim de Basto

7 493
HABITANTES



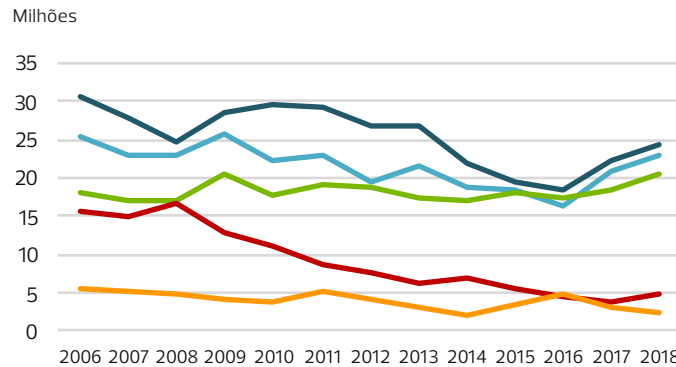
Monforte

3 329
HABITANTES



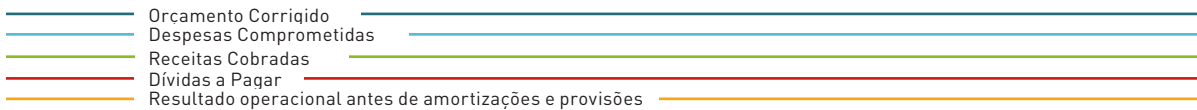
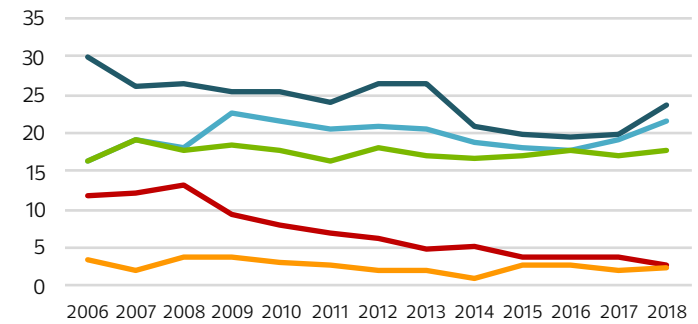
Montalegre

10 537
HABITANTES



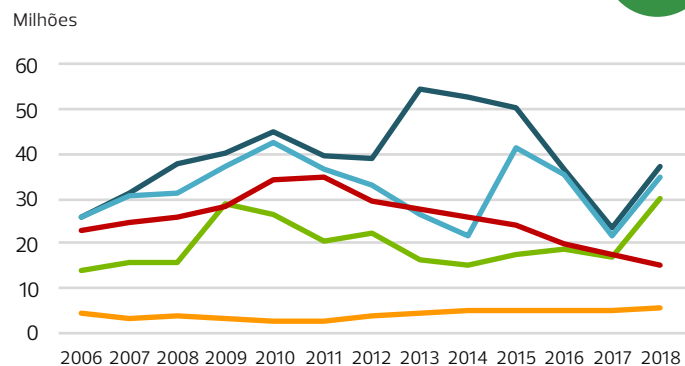
Montemor-o-Novo

17 437
HABITANTES



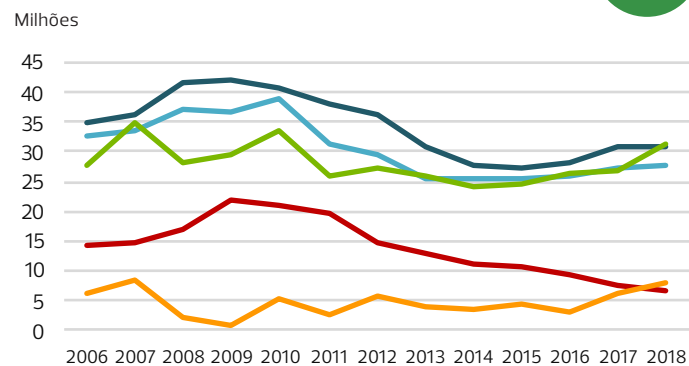
Montemor-o-Velho

26 171
HABITANTES



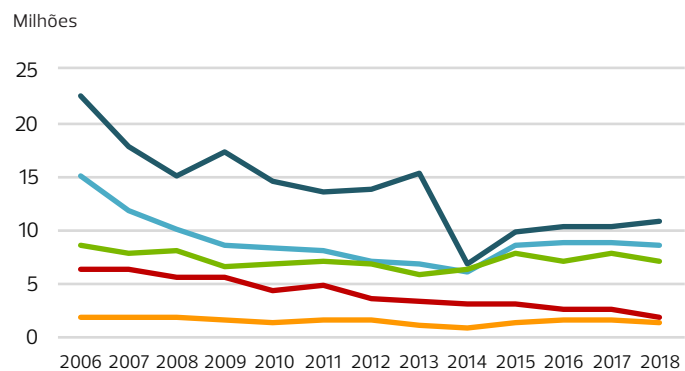
Montijo

51 222
HABITANTES



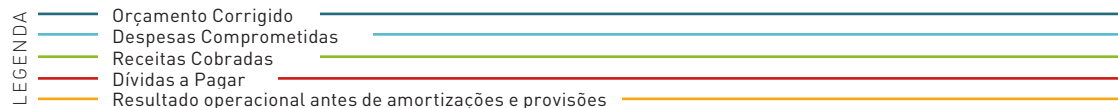
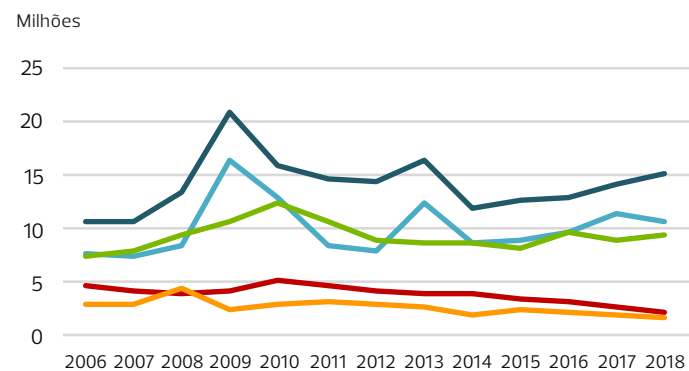
Mora

4 978
HABITANTES



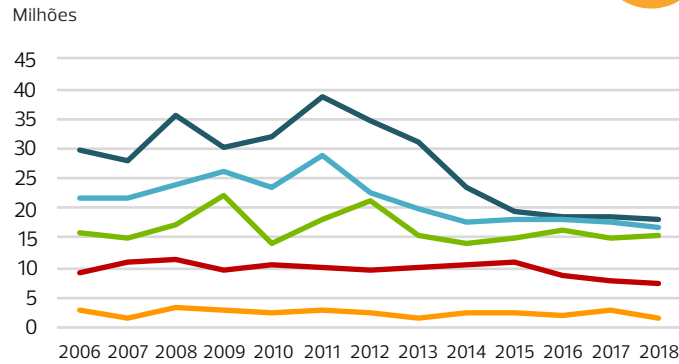
Mortágua

9 607
HABITANTES



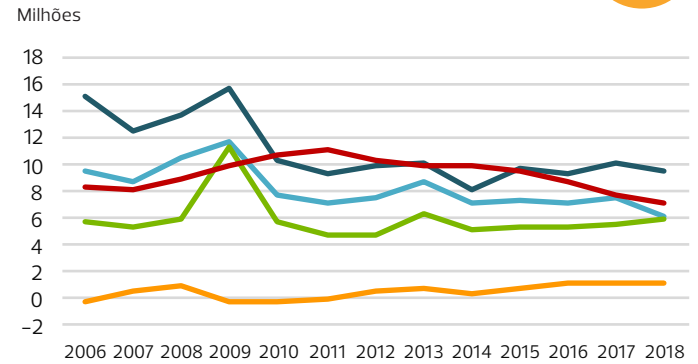
Moura

15 167
HABITANTES



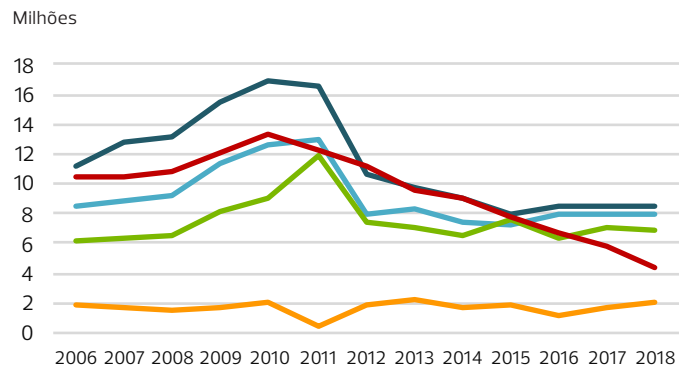
Mourão

2 663
HABITANTES



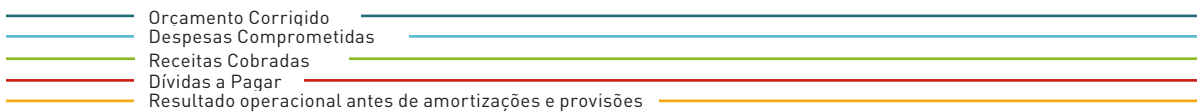
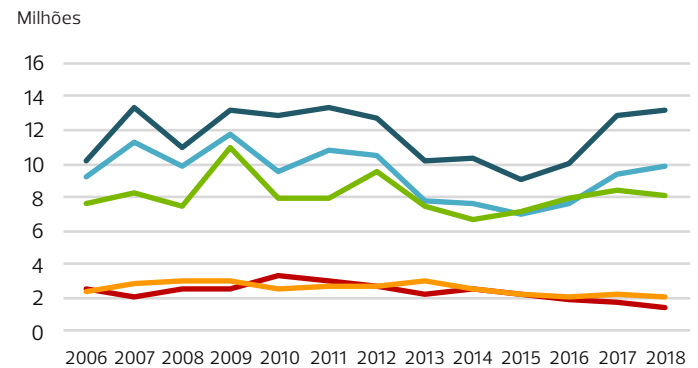
Murça

5 952
HABITANTES



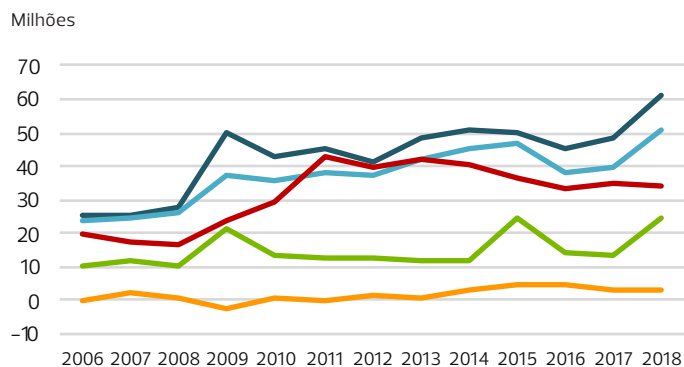
Murtosa

10 585
HABITANTES



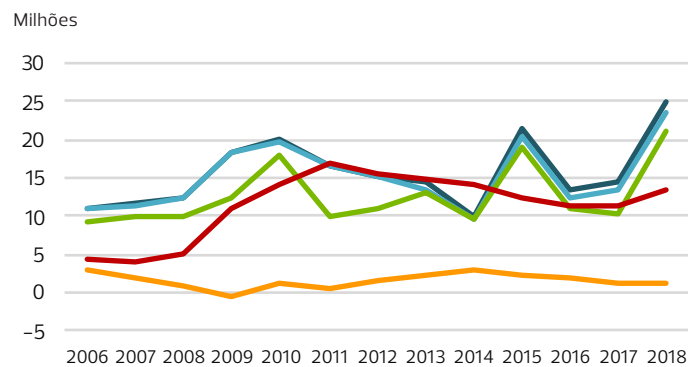
Nazaré

15 158
HABITANTES



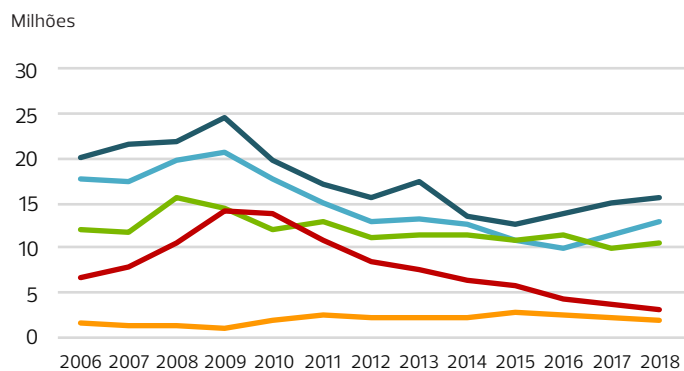
Nelas

14 037
HABITANTES



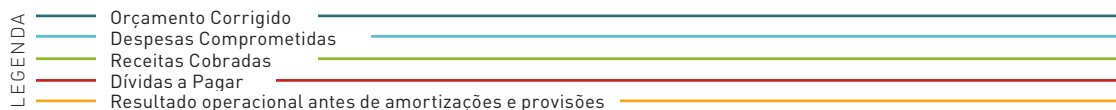
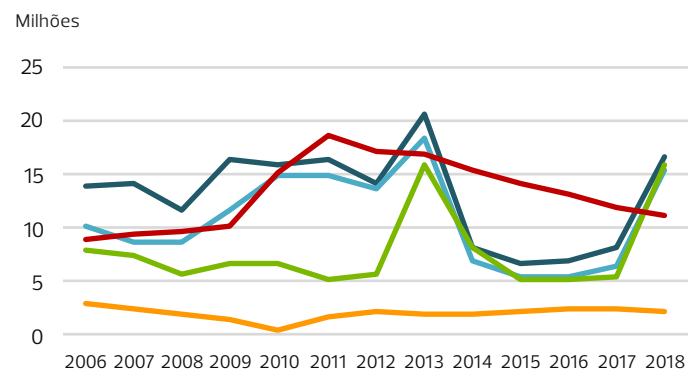
Nisa

7 450
HABITANTES



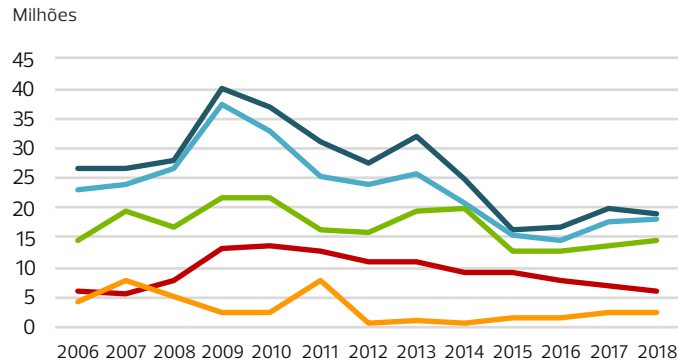
Nordeste

4 937
HABITANTES



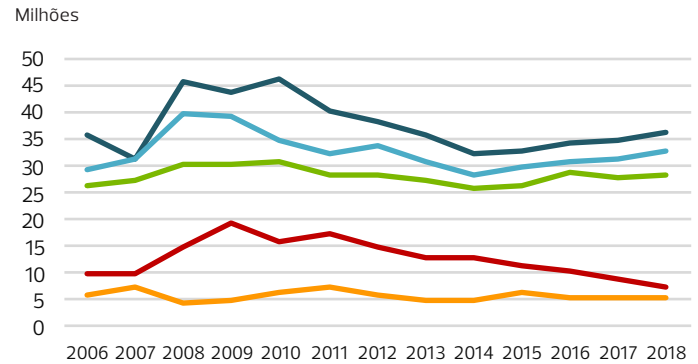
Óbidos

11 772
HABITANTES



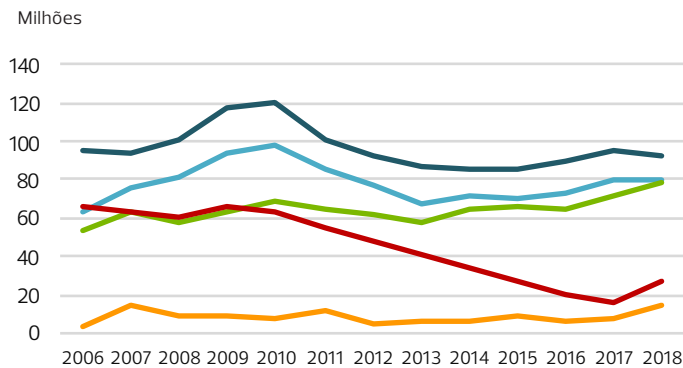
Odemira

26 066
HABITANTES



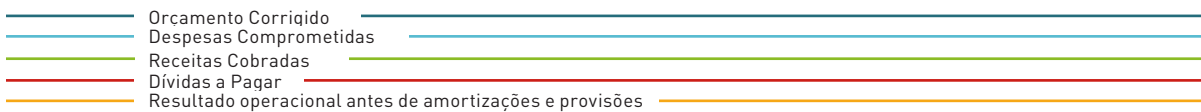
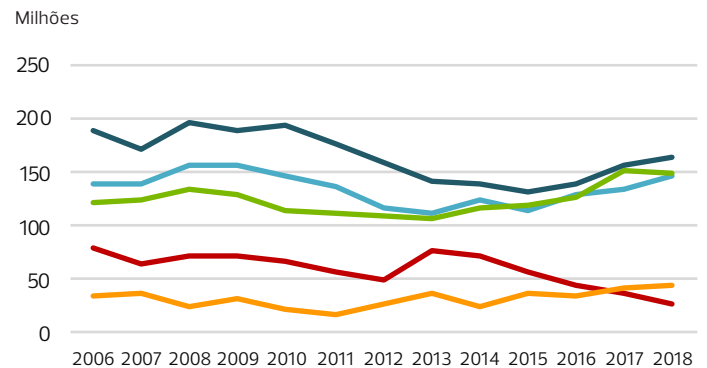
Odivelas

144 549
HABITANTES



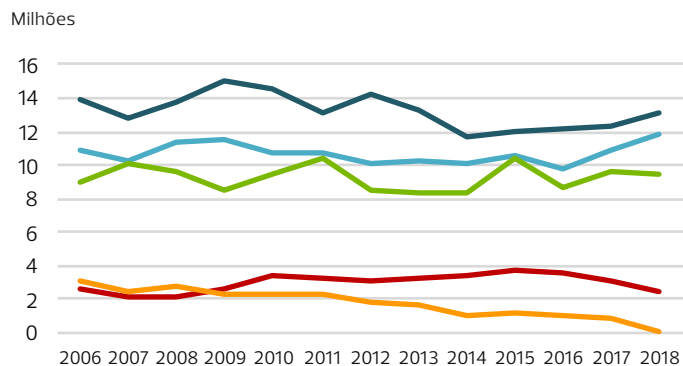
Oeiras

172 120
HABITANTES



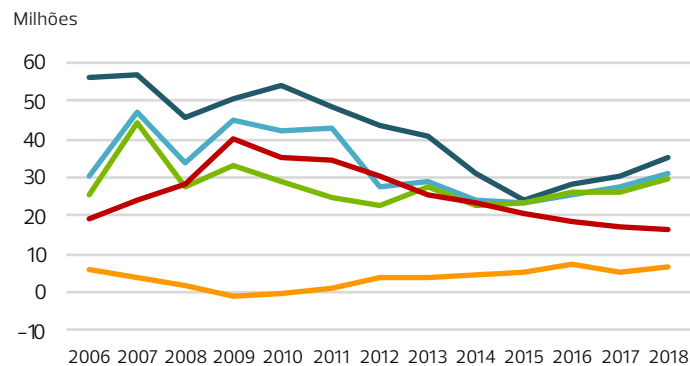
Oleiros

5 721
HABITANTES



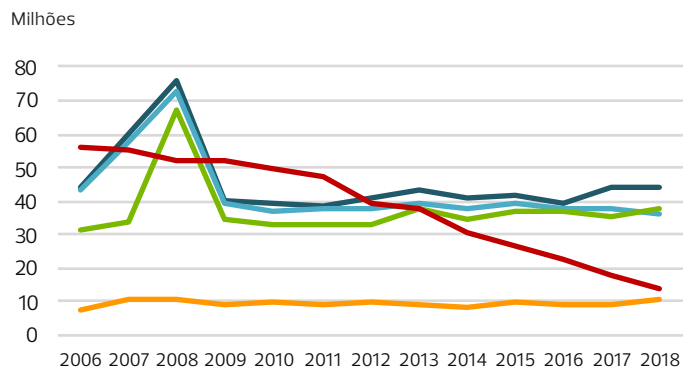
Olhão

45 396
HABITANTES



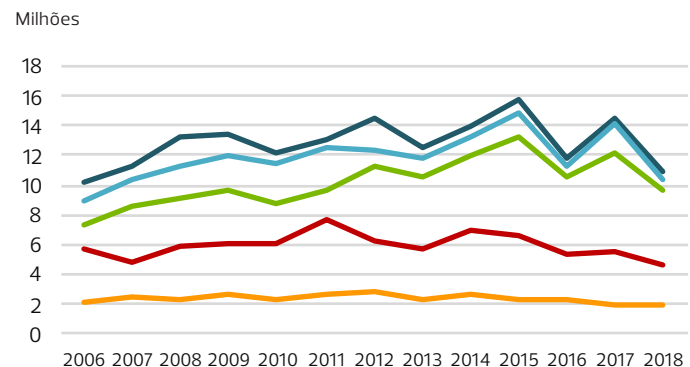
Oliveira de Azeméis

68 611
HABITANTES



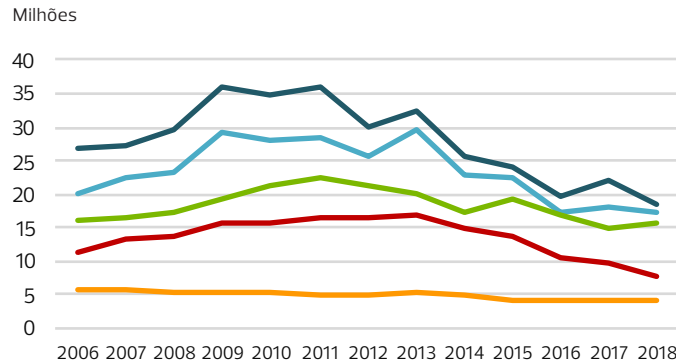
Oliveira de Frades

10 261
HABITANTES



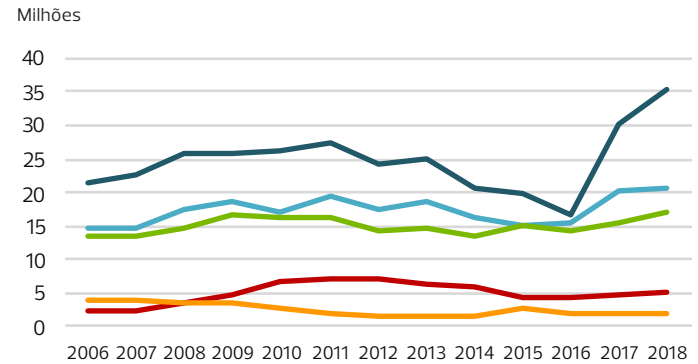
Oliveira do Bairro

23 028
HABITANTES



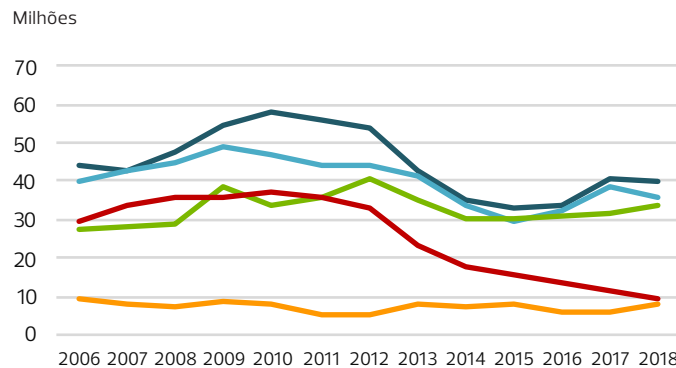
Oliveira do Hospital

20 855
HABITANTES



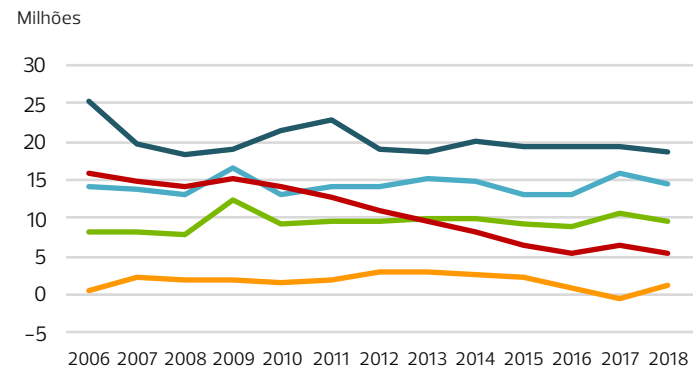
Ourém

45 932
HABITANTES



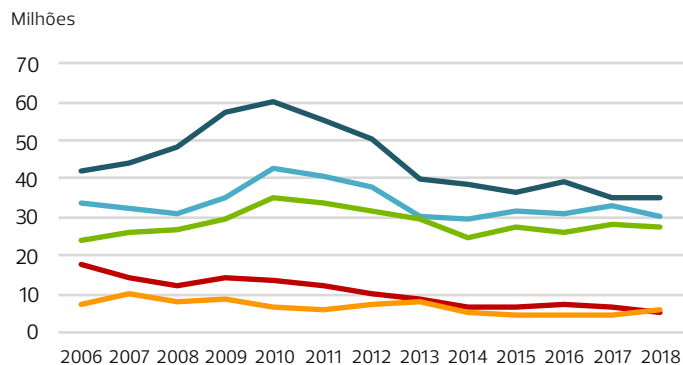
Ourique

5 389
HABITANTES



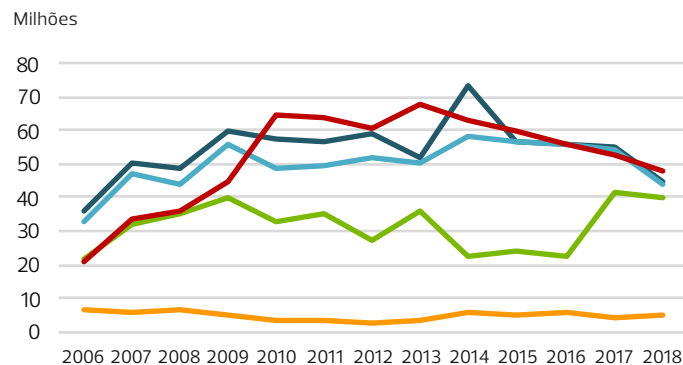
Ovar

55 398
HABITANTES



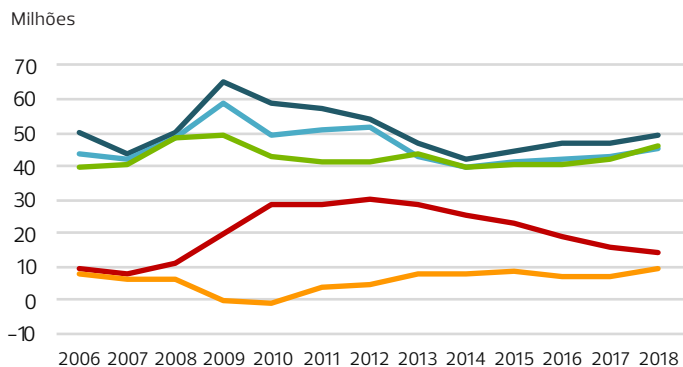
Paços de Ferreira

56 340
HABITANTES



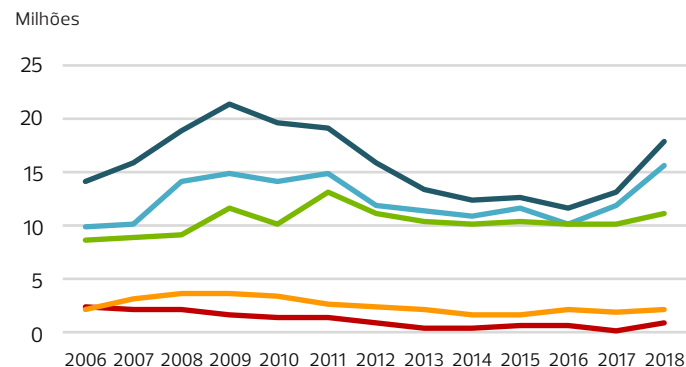
Palmela

62 831
HABITANTES



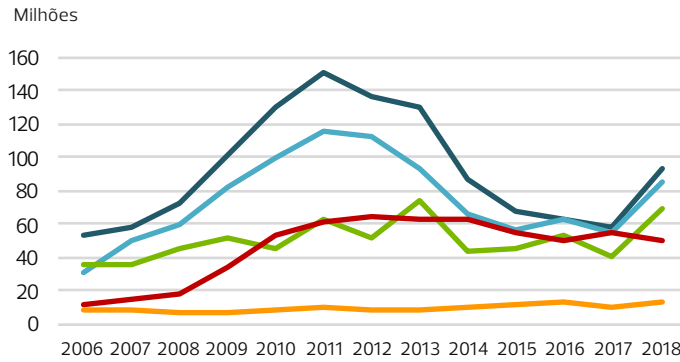
Pampilhosa da Serra

4 481
HABITANTES



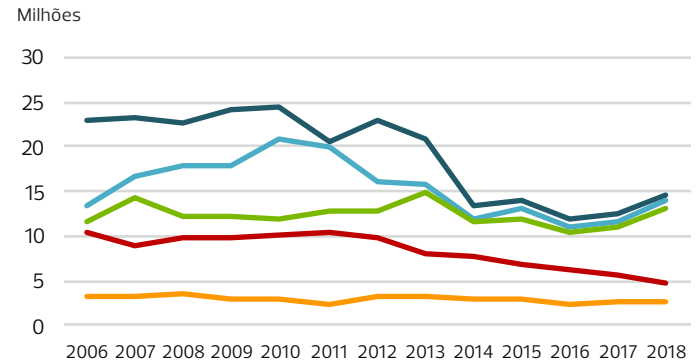
Paredes

86 854
HABITANTES



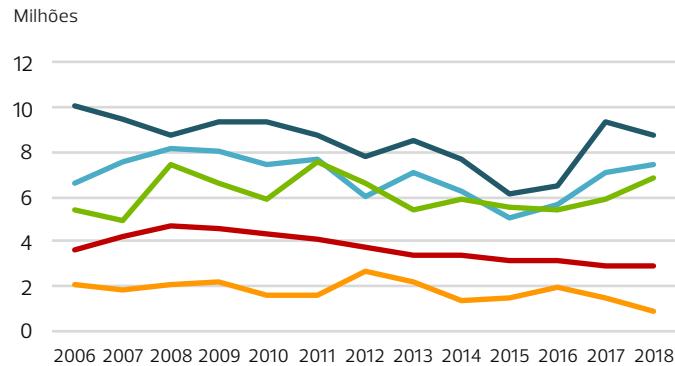
Paredes de Coura

9 198
HABITANTES



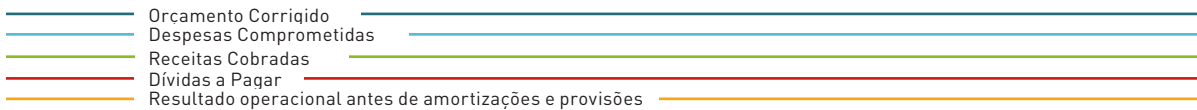
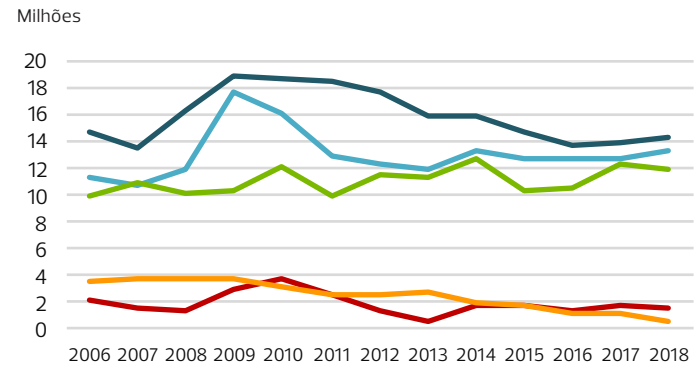
Pedrógão Grande

3 915
HABITANTES



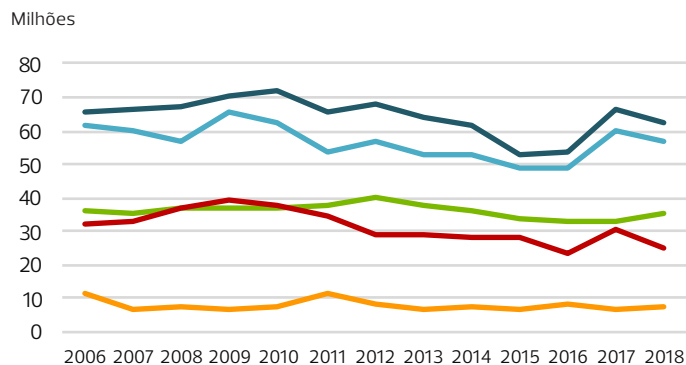
Penacova

15 251
HABITANTES



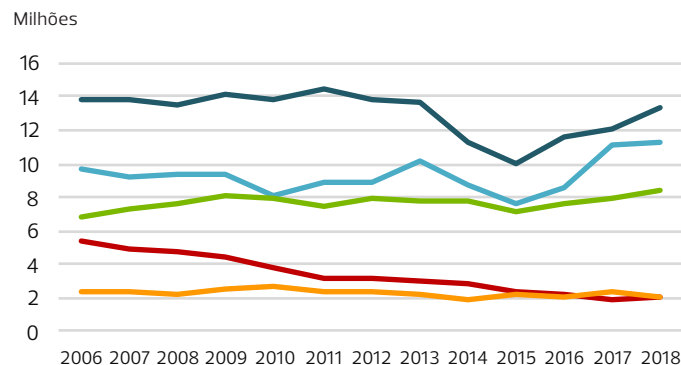
Penafiel

72 265
HABITANTES



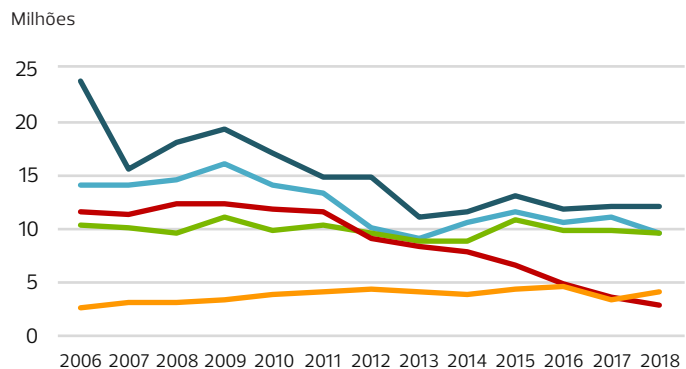
Penalva do Castelo

7 956
HABITANTES



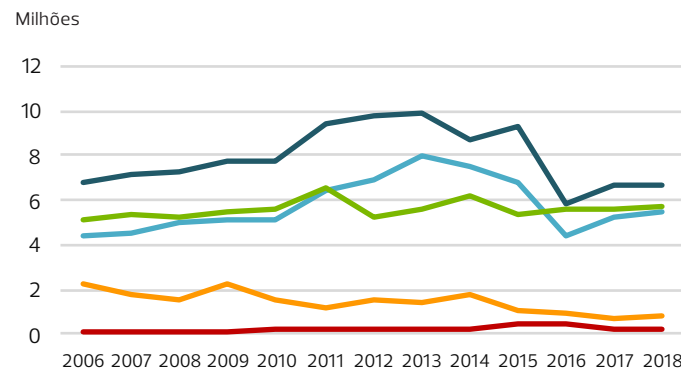
Penamacor

5 682
HABITANTES



Penedono

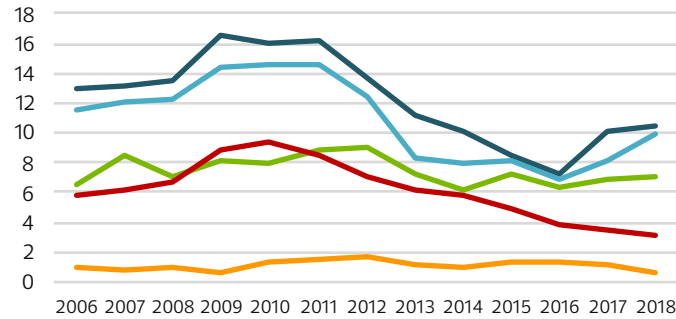
2 952
HABITANTES



Penela

5 983
HABITANTES

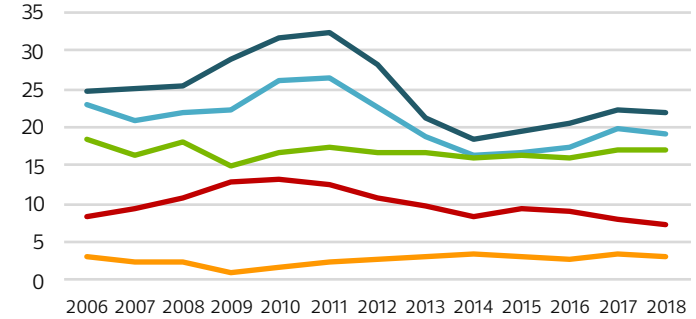
Milhões



Peniche

27 753
HABITANTES

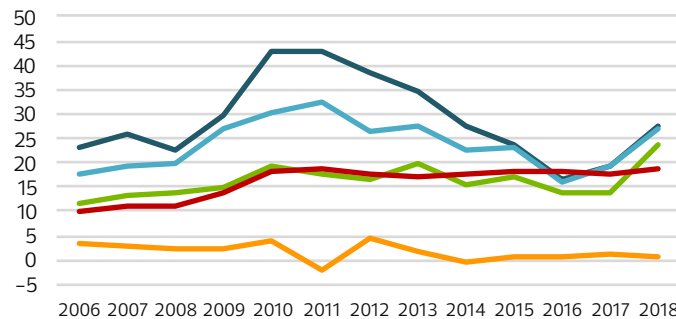
Milhões



Peso da Régua

17 131
HABITANTES

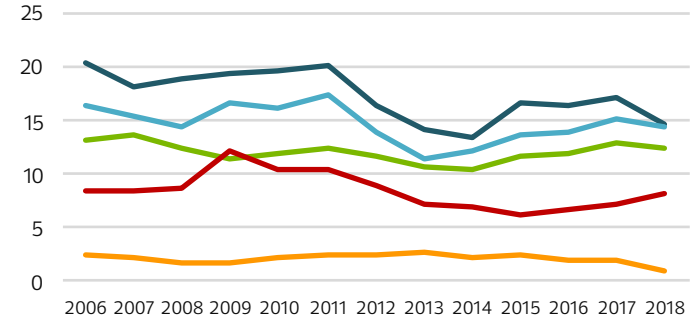
Milhões



Pinhel

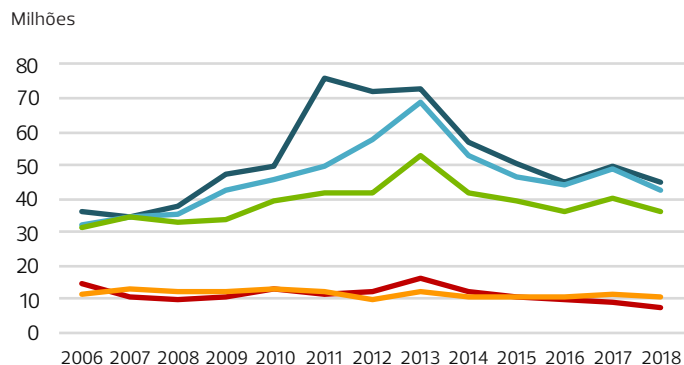
9 627
HABITANTES

Milhões



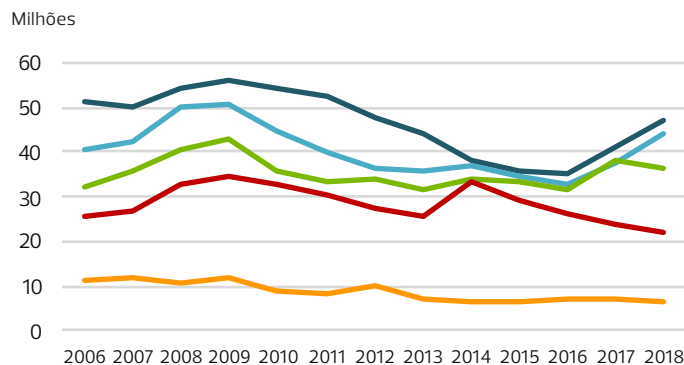
Pombal

55 217
HABITANTES



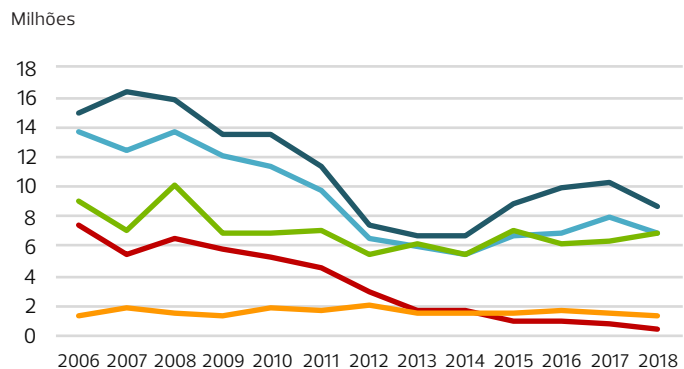
Ponta Delgada

68 809
HABITANTES



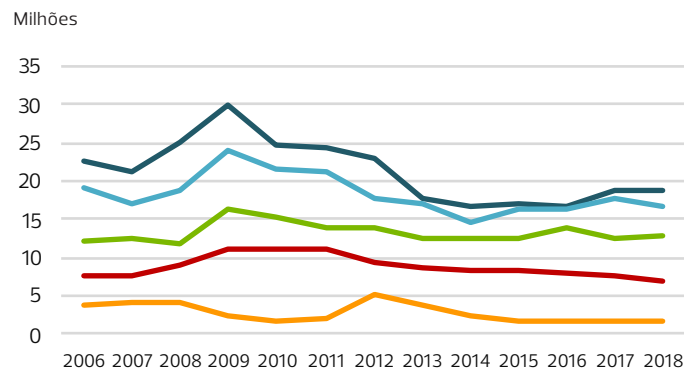
Ponta do Sol

8 862
HABITANTES



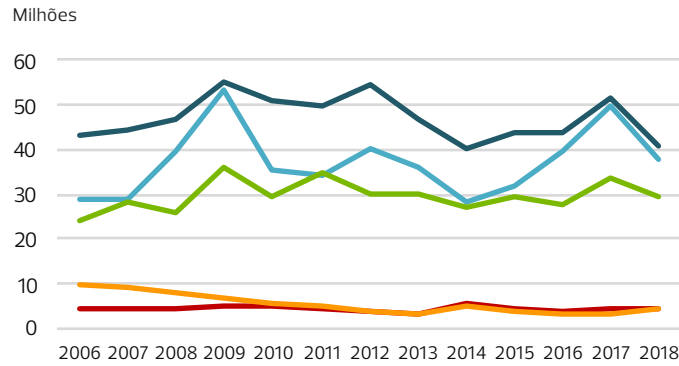
Ponte da Barca

12 061
HABITANTES



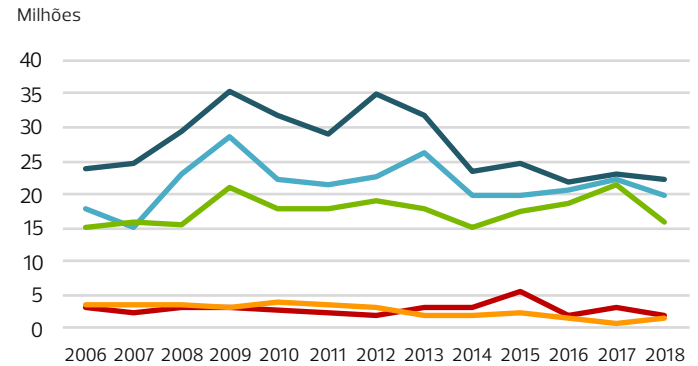
Ponte de Lima

43 498
HABITANTES



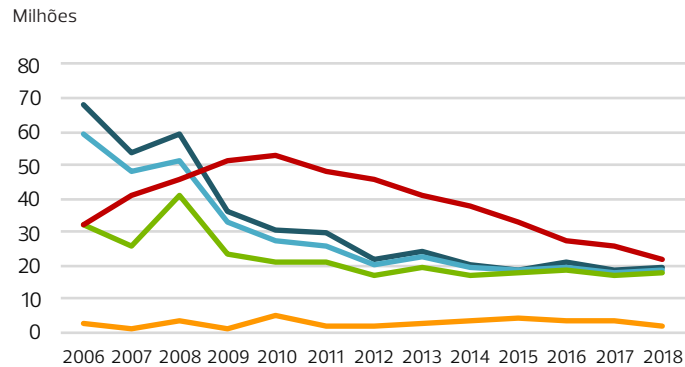
Ponte de Sor

16 722
HABITANTES



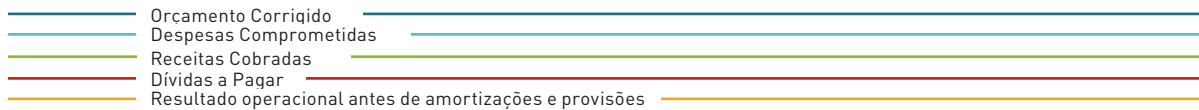
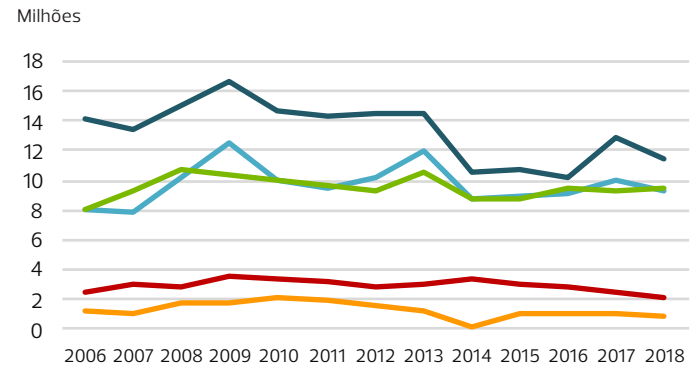
Portalegre

24 930
HABITANTES



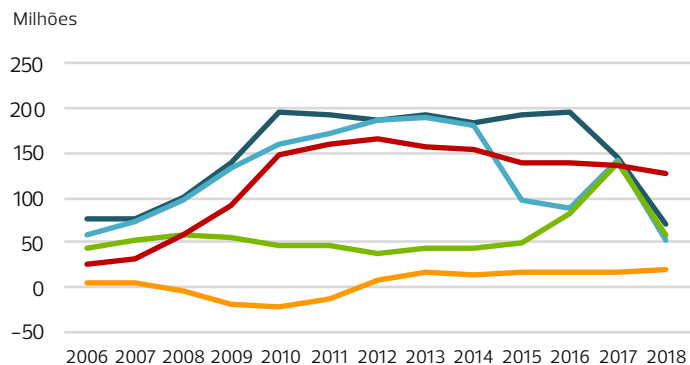
Portel

6 428
HABITANTES



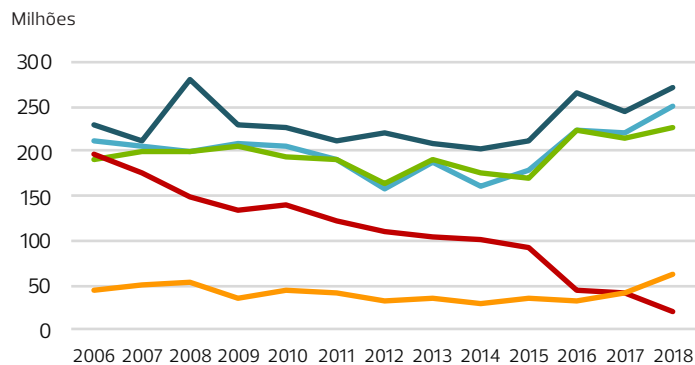
Portimão

55 614
HABITANTES



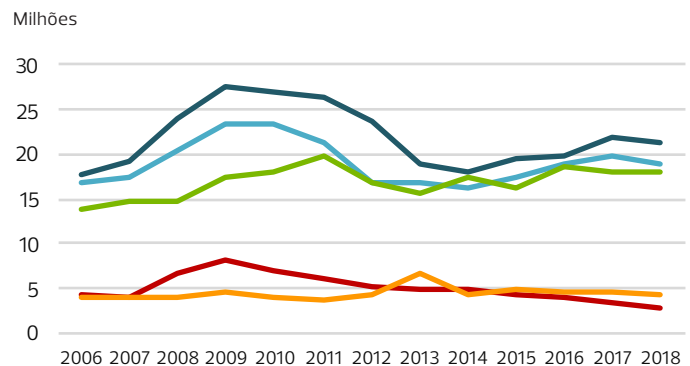
Porto

237 591
HABITANTES



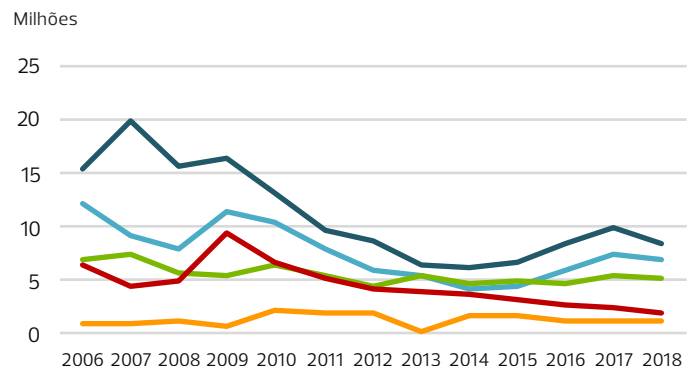
Porto de Mós

24 342
HABITANTES



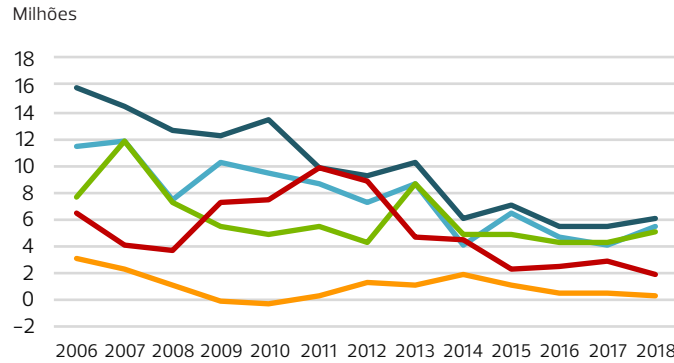
Porto Moniz

2 711
HABITANTES



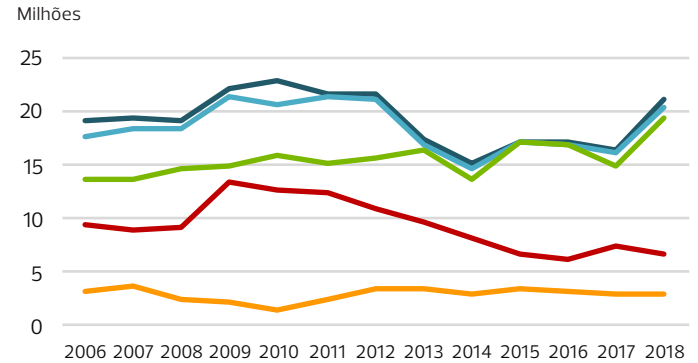
Porto Santo

5 483
HABITANTES



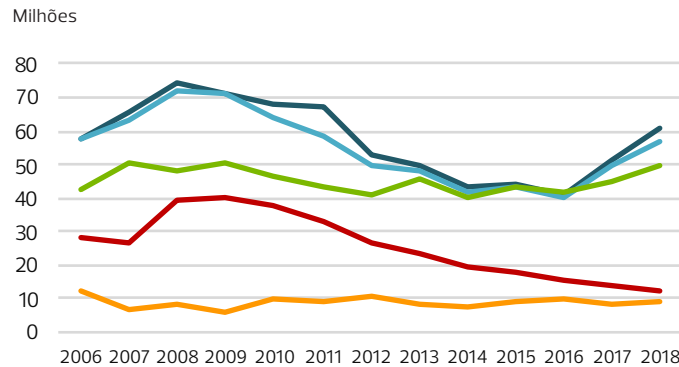
Póvoa de Lanhoso

21 886
HABITANTES



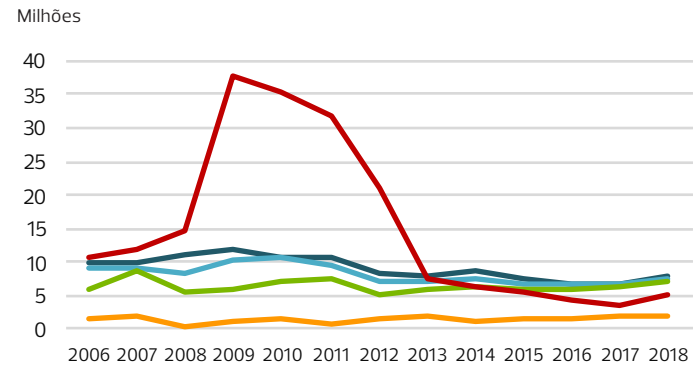
Póvoa de Varzim

63 408
HABITANTES



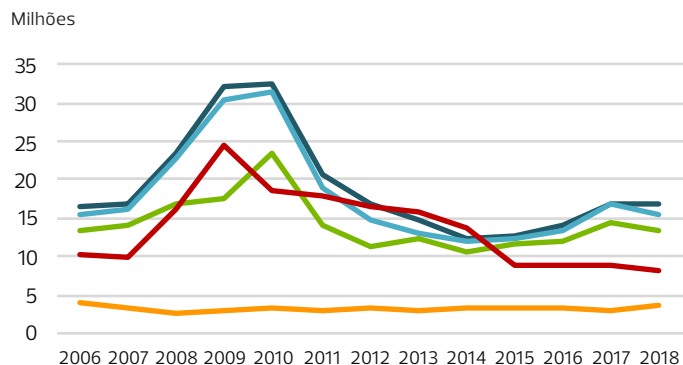
Povoação

6 327
HABITANTES



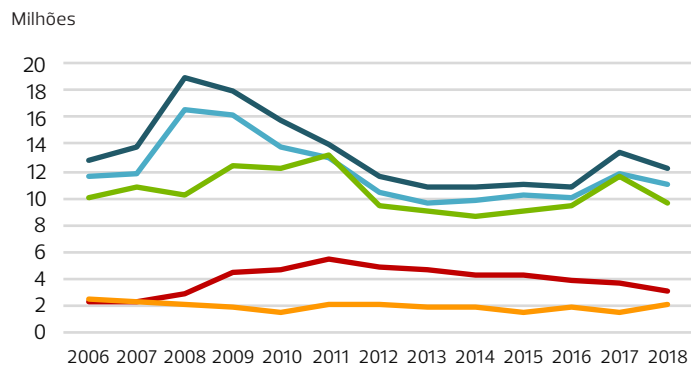
Praia da Vitória

21 035
HABITANTES



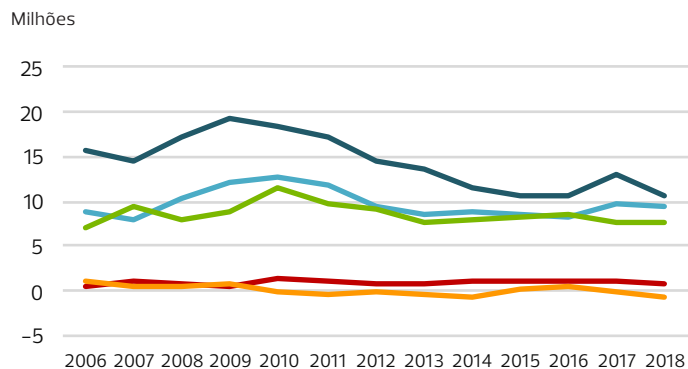
Proença-a-Nova

8 314
HABITANTES



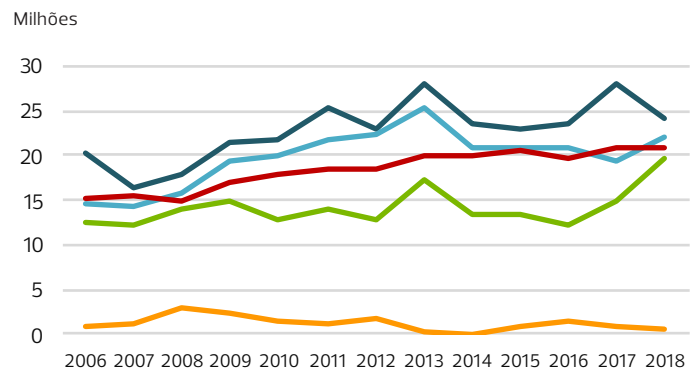
Redondo

7 031
HABITANTES



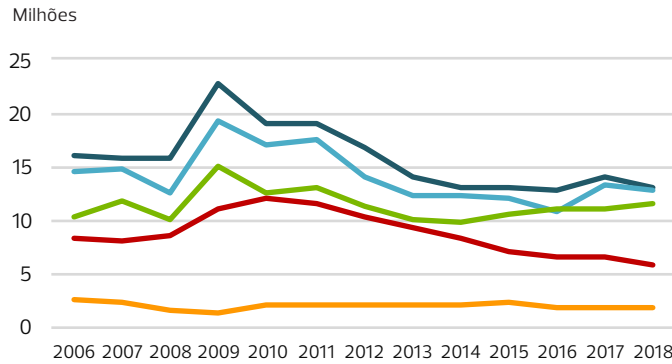
Reguengos de Monsaraz

10 828
HABITANTES



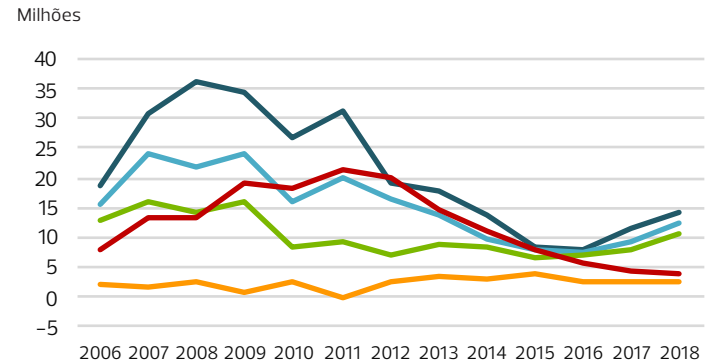
Resende

11 364
HABITANTES



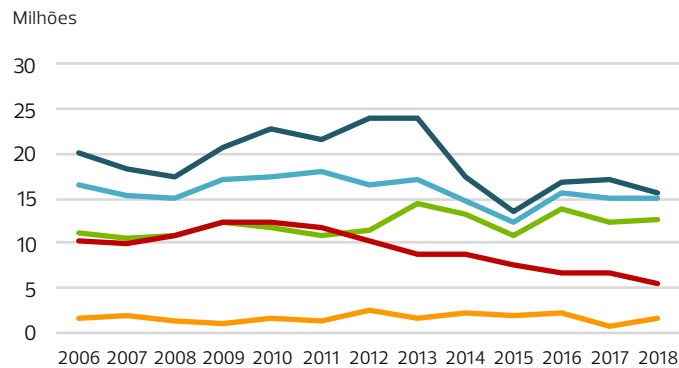
Ribeira Brava

13 375
HABITANTES



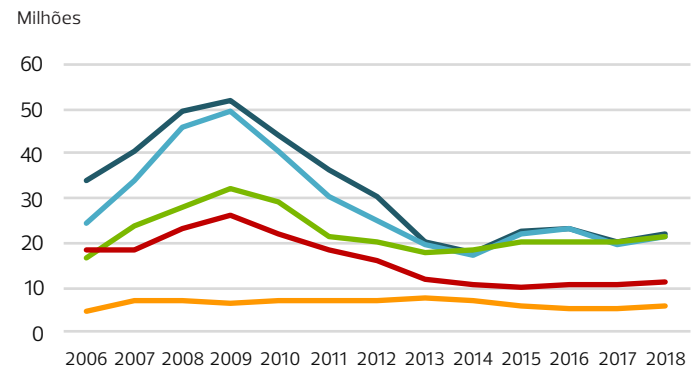
Ribeira de Pena

6 544
HABITANTES



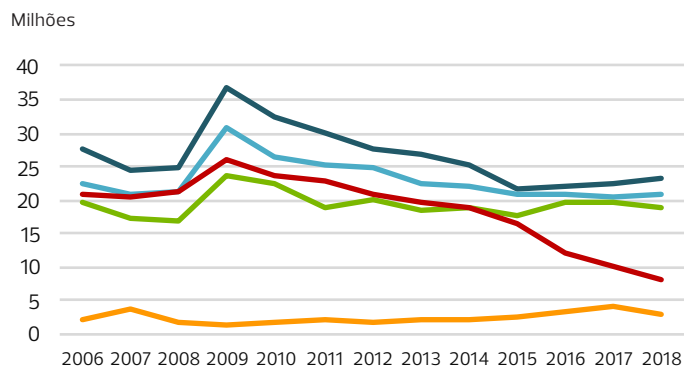
Ribeira Grande

32 112
HABITANTES



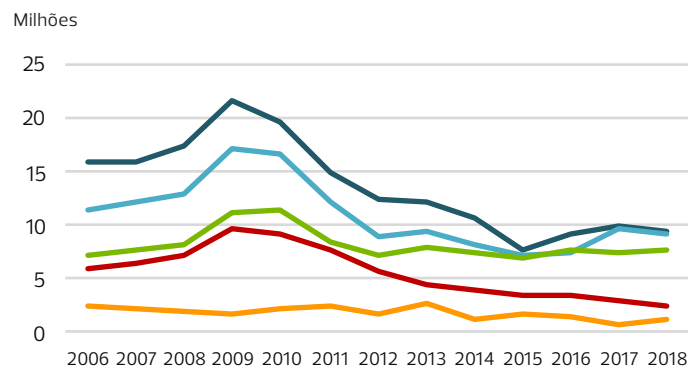
Rio Maior

21 192
HABITANTES



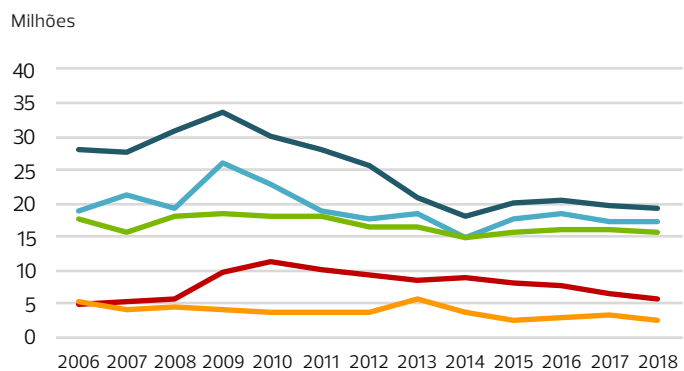
Sabrosa

6 361
HABITANTES



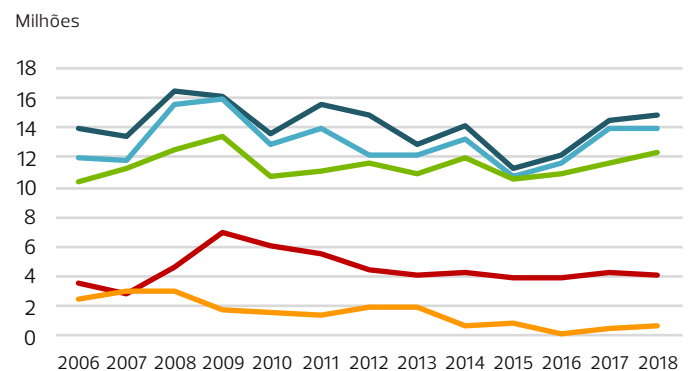
Sabugal

12 544
HABITANTES



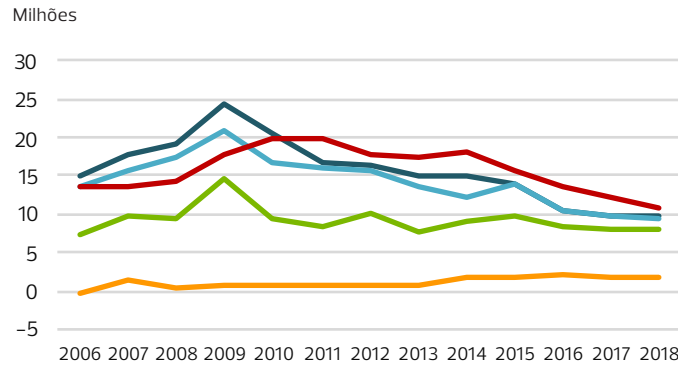
Salvaterra de Magos

22 159
HABITANTES



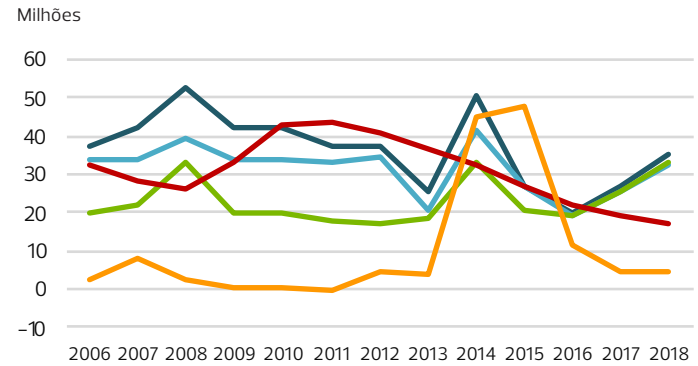
Santa Comba Dão

11 597
HABITANTES



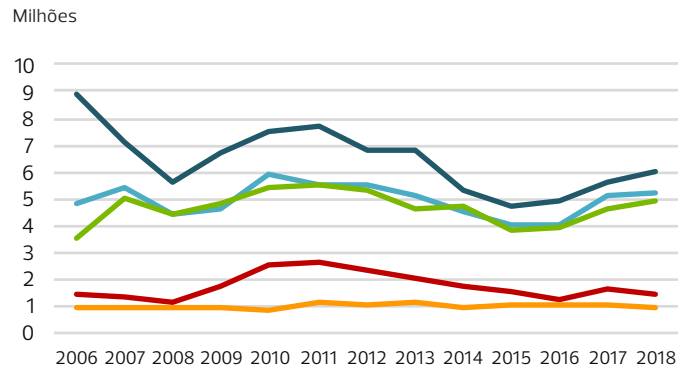
Santa Cruz

43 005
HABITANTES



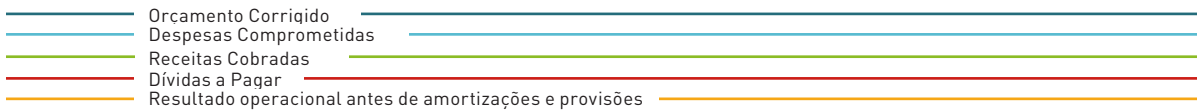
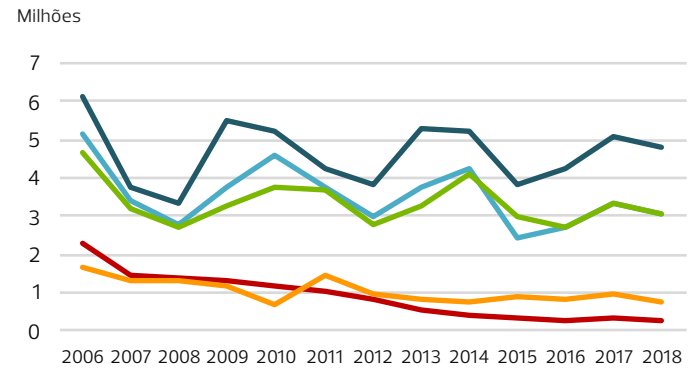
Santa Cruz da Graciosa

4 391
HABITANTES



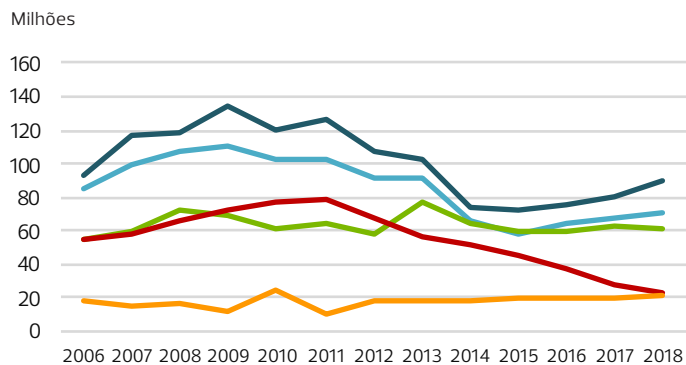
Santa Cruz das Flores

2 289
HABITANTES



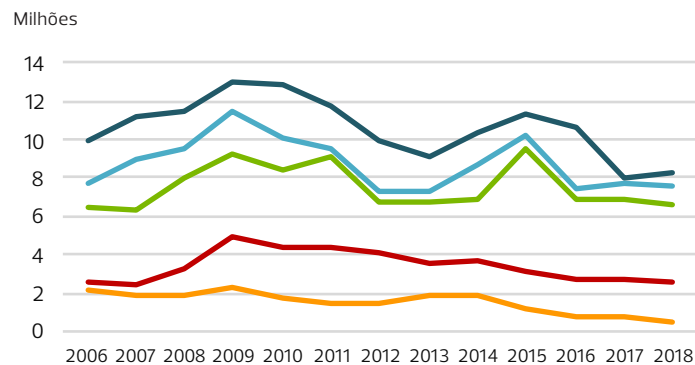
Santa Maria da Feira

139 312
HABITANTES



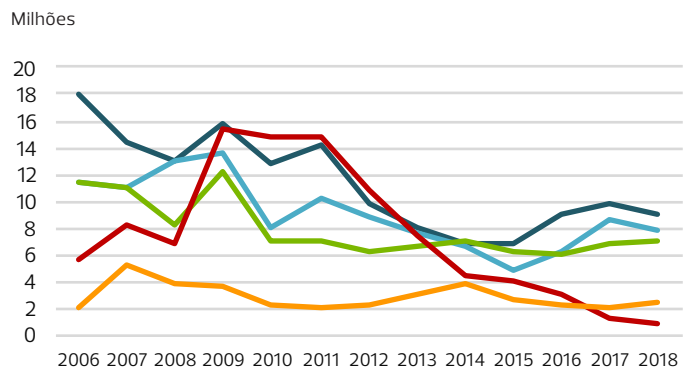
Santa Marta de Penaguião

7 356
HABITANTES



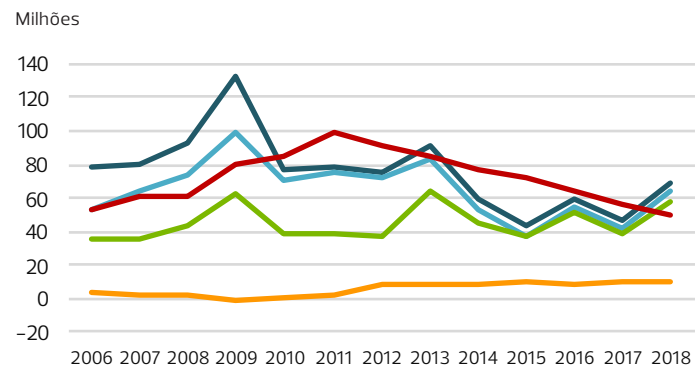
Santana

7 719
HABITANTES



Santarém

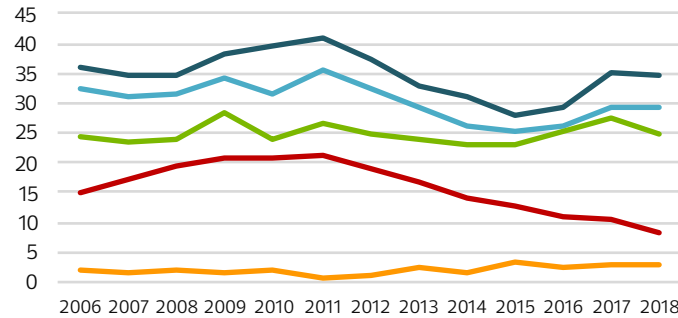
62 200
HABITANTES



Santiago do Cacém

29 749
HABITANTES

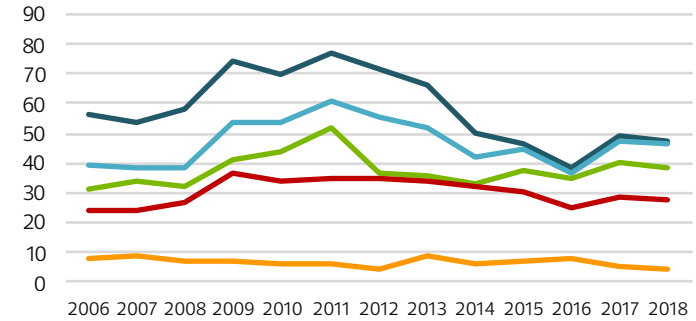
Milhões



Santo Tirso

71 530
HABITANTES

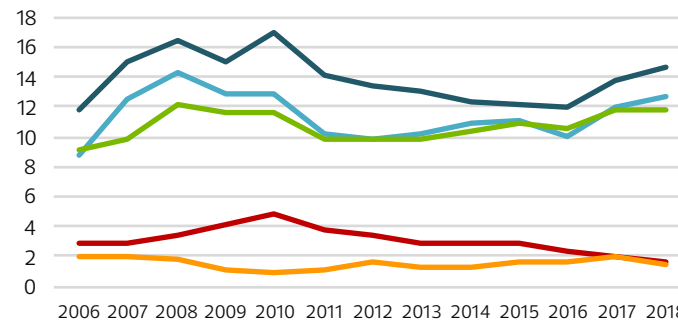
Milhões



São Brás de Alportel

10 662
HABITANTES

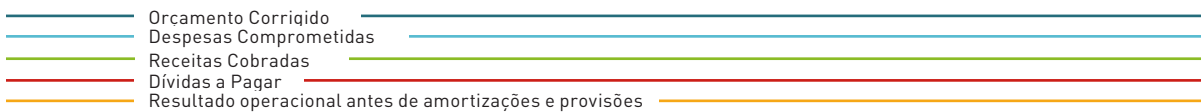
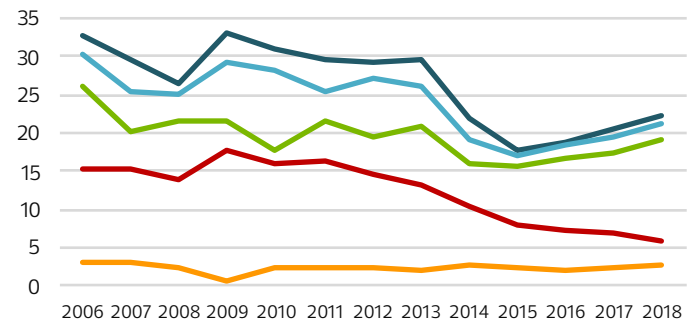
Milhões



São João da Madeira

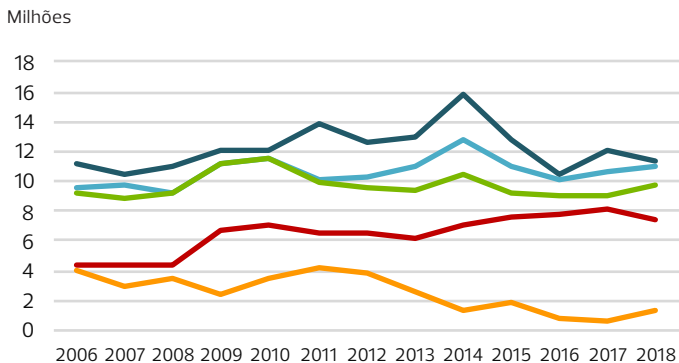
21 713
HABITANTES

Milhões



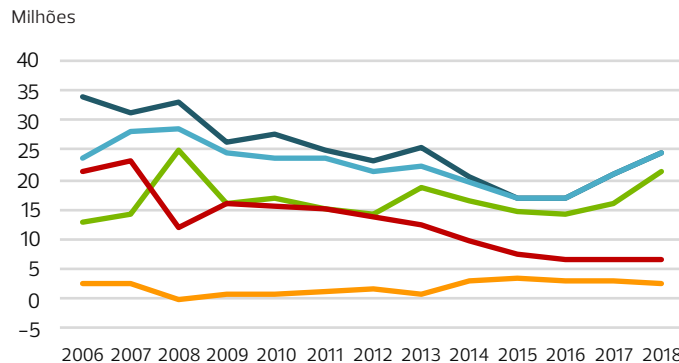
São João da Pesqueira

7 874
HABITANTES



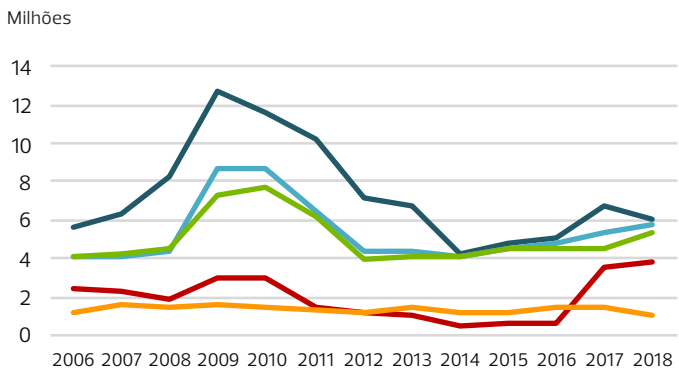
São Pedro do Sul

16 851
HABITANTES



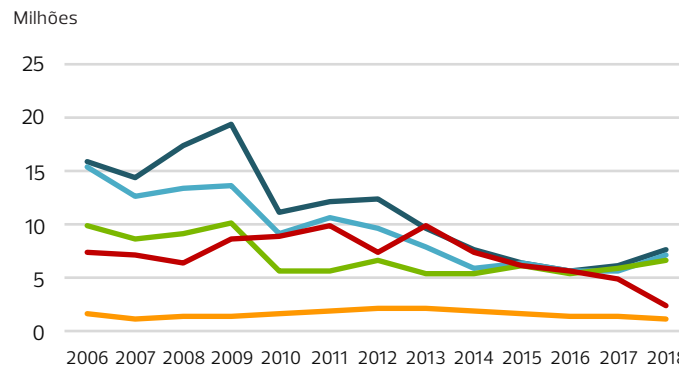
São Roque do Pico

3 388
HABITANTES



São Vicente

5 723
HABITANTES

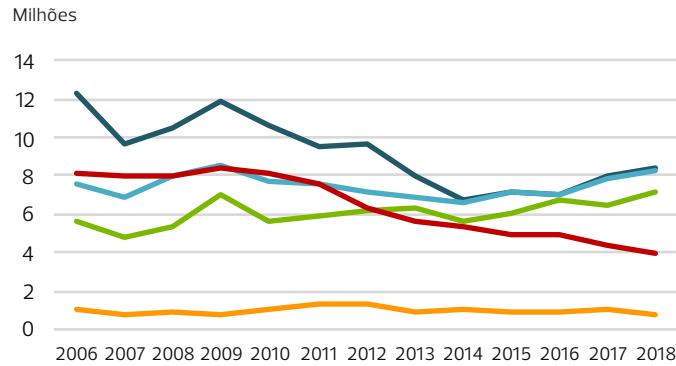


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

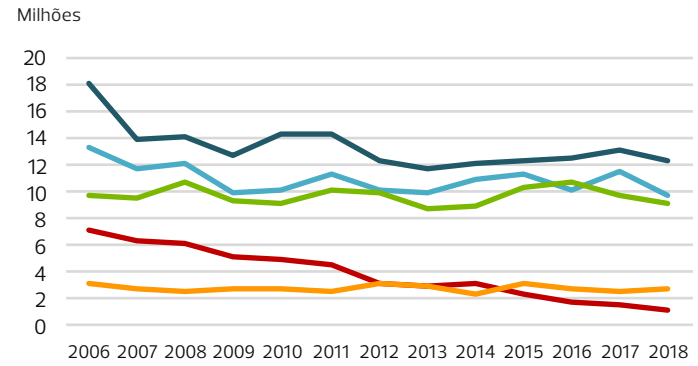
Sardoal

3 939
HABITANTES



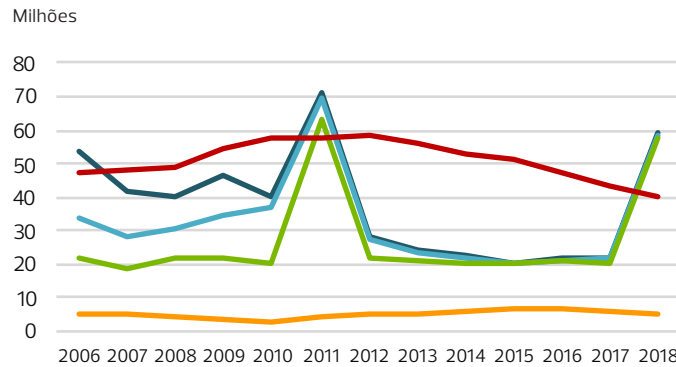
Sátão

12 444
HABITANTES



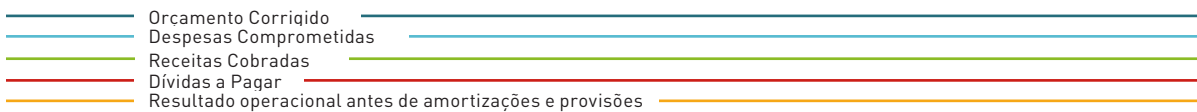
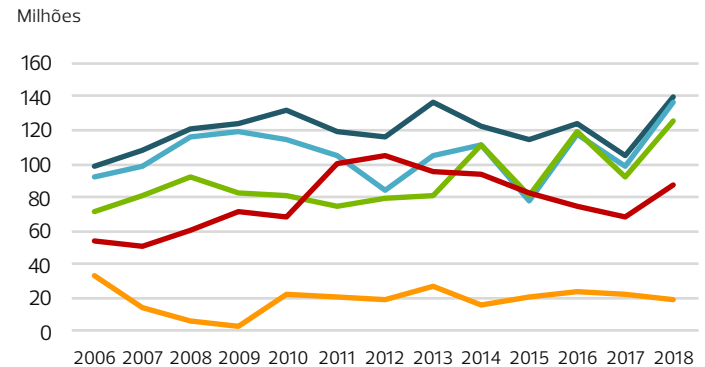
Seia

24 702
HABITANTES



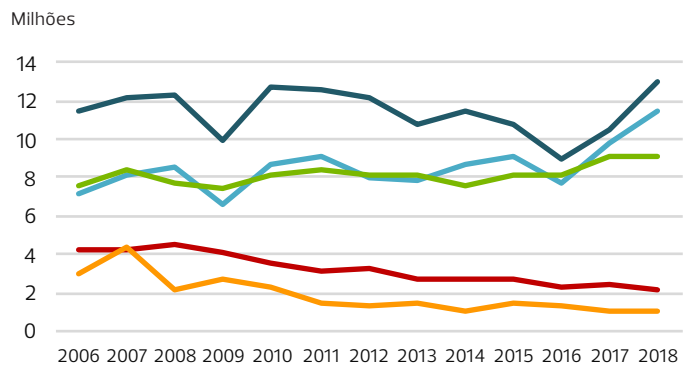
Seixal

158 269
HABITANTES



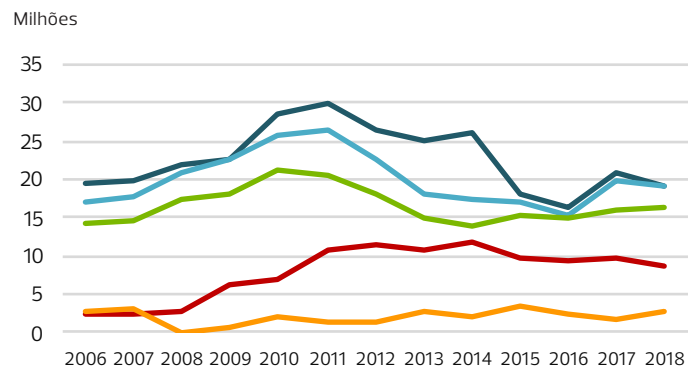
Sernancelhe

5 671
HABITANTES



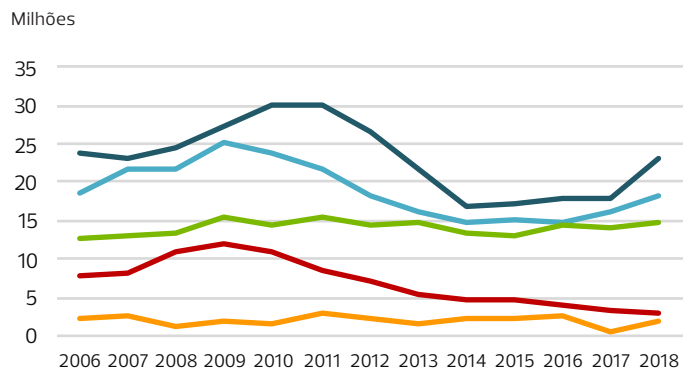
Serpa

15 623
HABITANTES



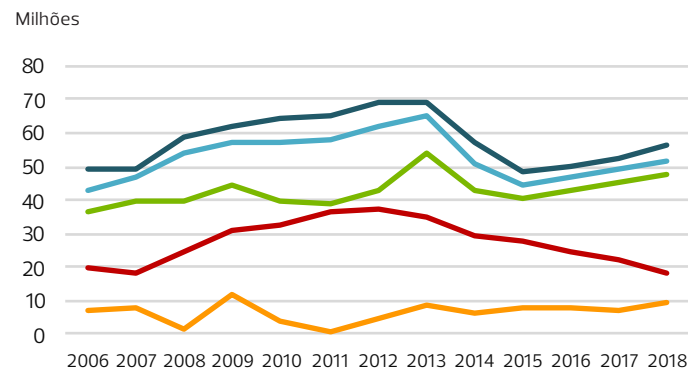
Sertão

15 880
HABITANTES



Sesimbra

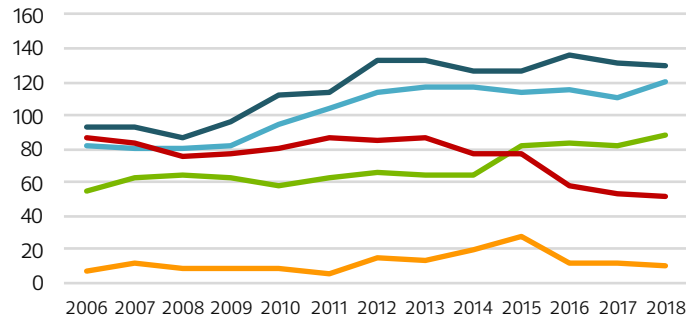
49 500
HABITANTES



Setúbal

121 185
HABITANTES

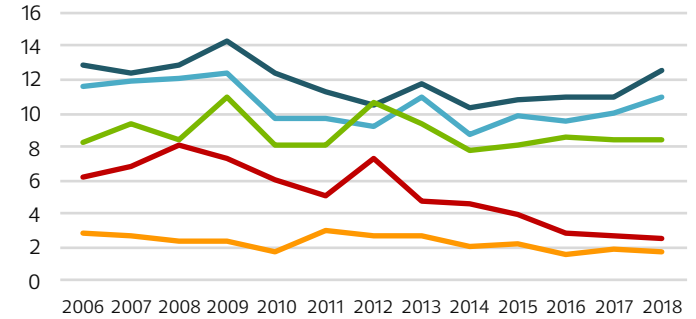
Milhões



Sever do Vouga

12 356
HABITANTES

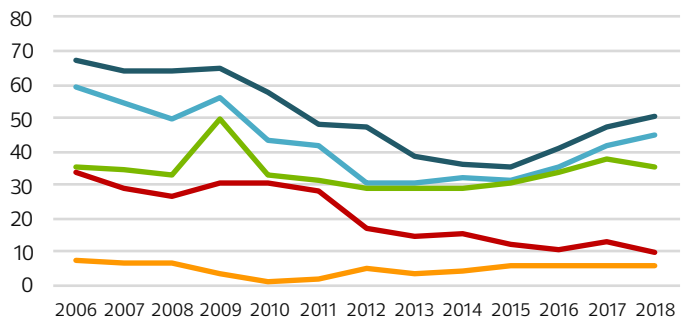
Milhões



Silves

37 126
HABITANTES

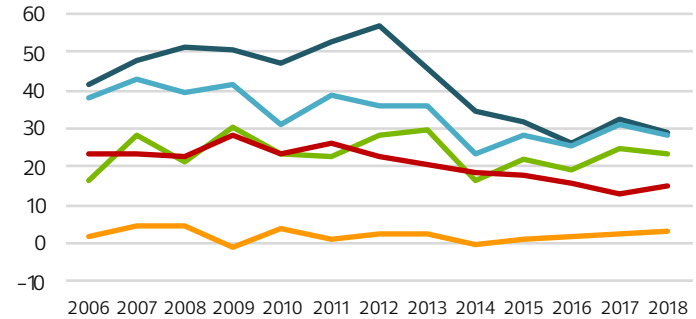
Milhões



Sines

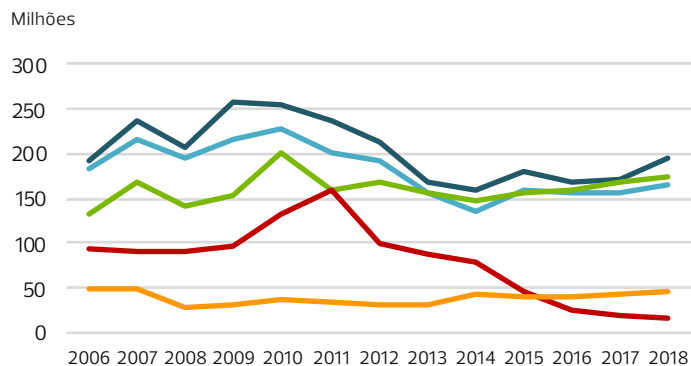
14 238
HABITANTES

Milhões



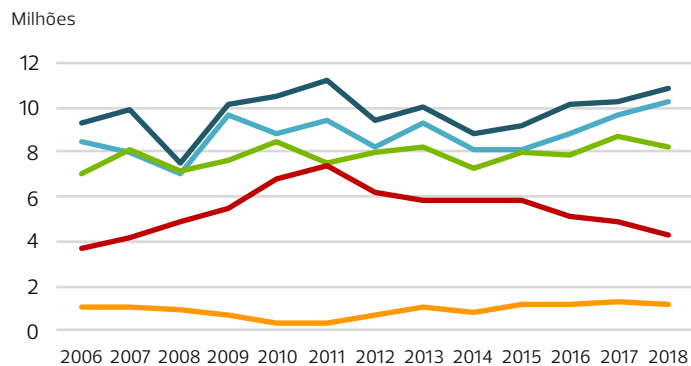
Sintra

377 835
HABITANTES



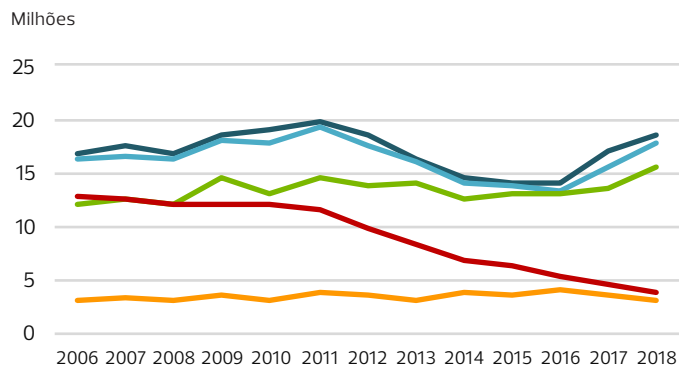
Sobral de Monte Agraço

10 156
HABITANTES



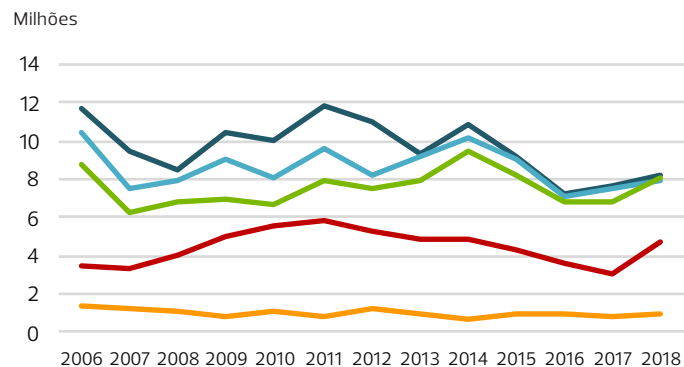
Soure

19 245
HABITANTES



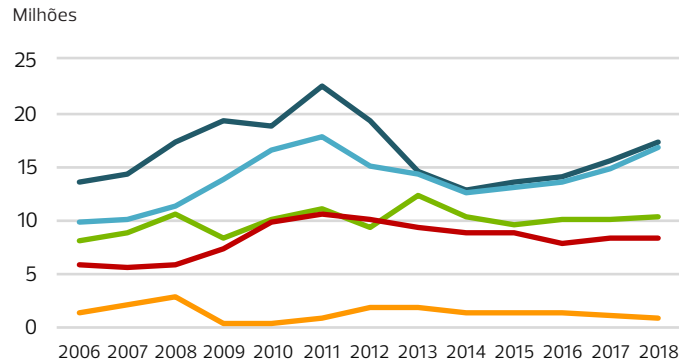
Sousel

5 074
HABITANTES



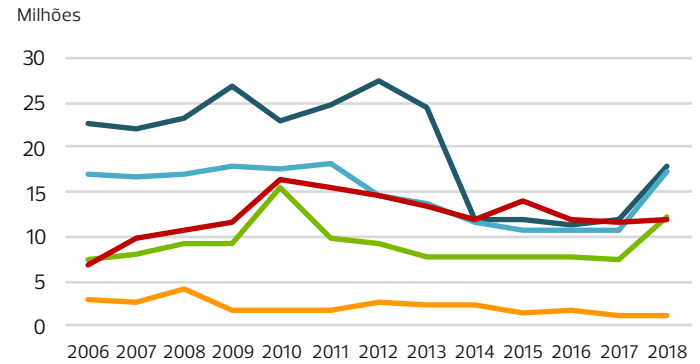
Tábua

12 071
HABITANTES



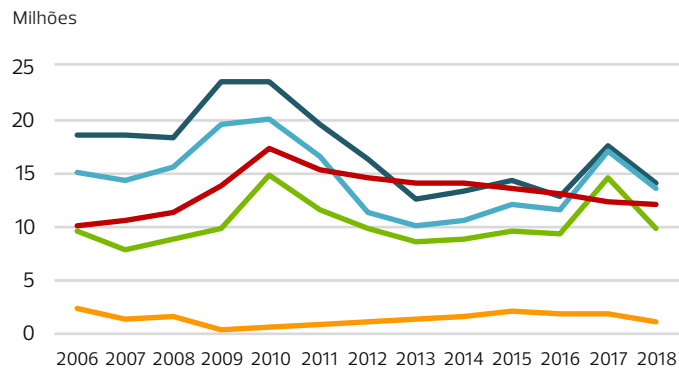
Tabuaço

6 350
HABITANTES



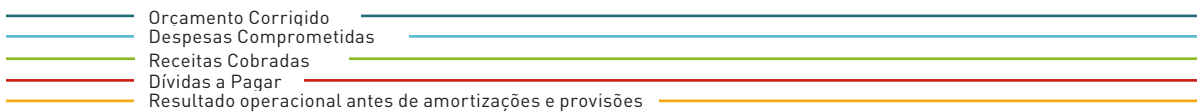
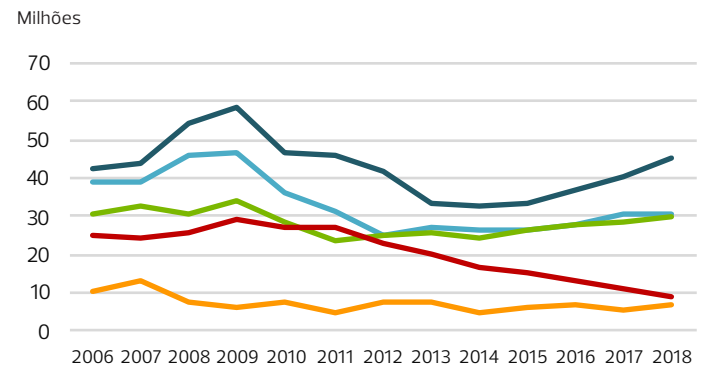
Tarouca

8 048
HABITANTES



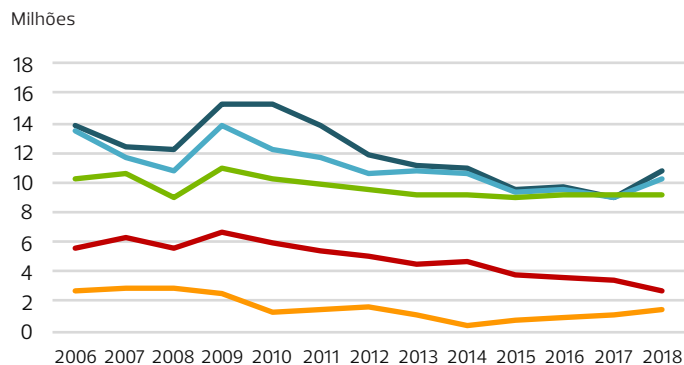
Tavira

26 167
HABITANTES



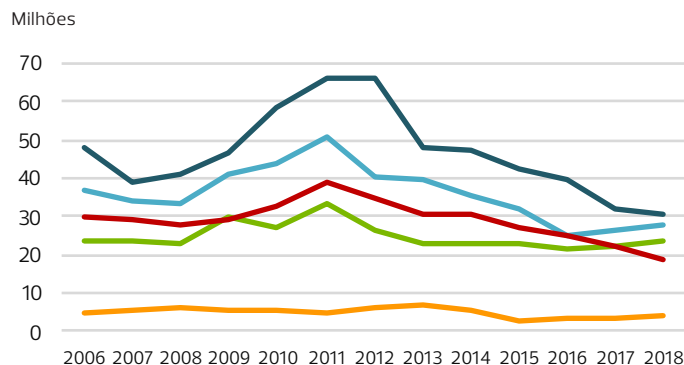
Terras de Bouro

7 253
HABITANTES



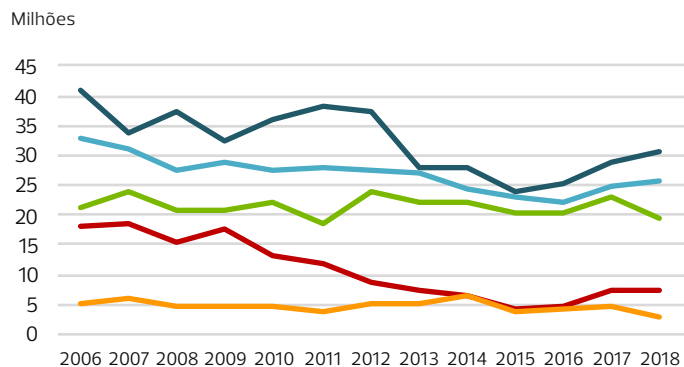
Tomar

40 677
HABITANTES



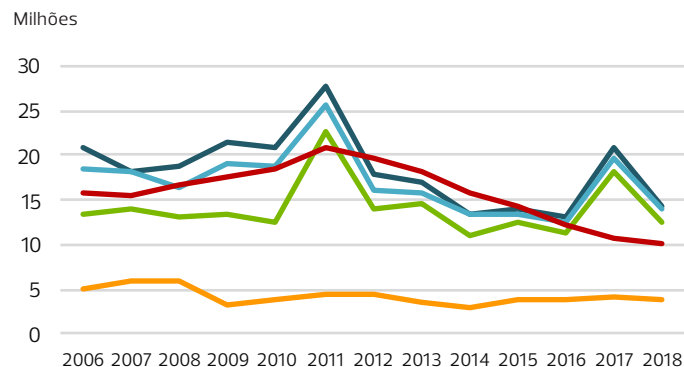
Tondela

28 946
HABITANTES



Torre de Moncorvo

8 572
HABITANTES

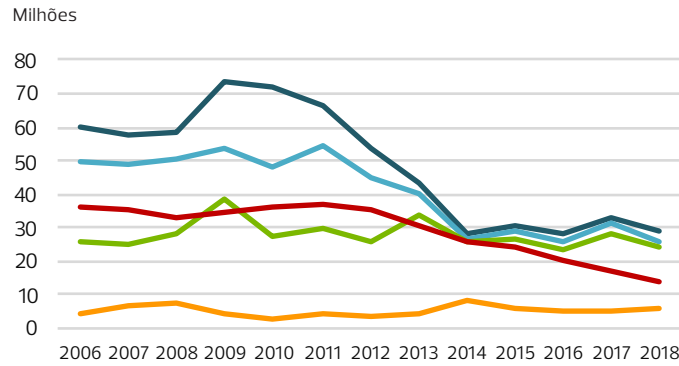


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

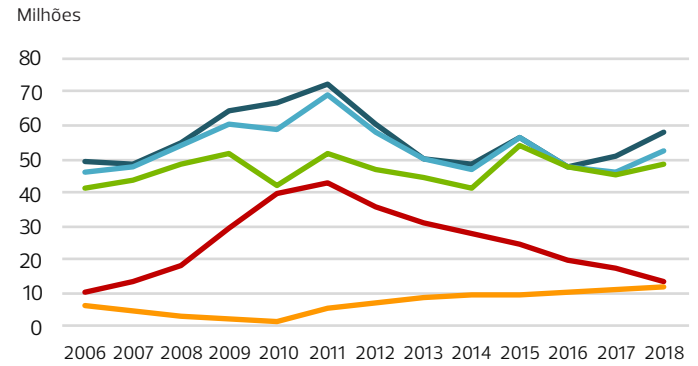
Torres Novas

36 717
HABITANTES



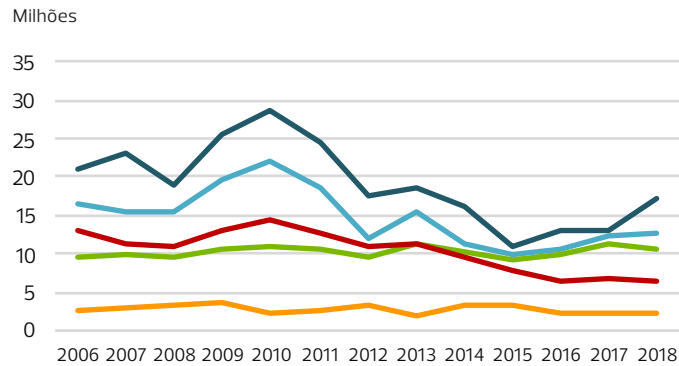
Torres Vedras

79 465
HABITANTES



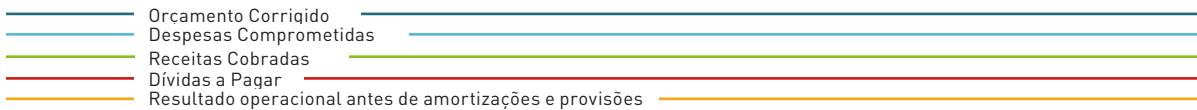
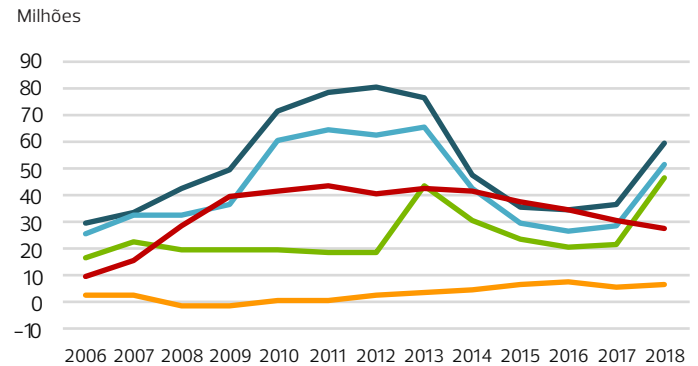
Trancoso

9 878
HABITANTES



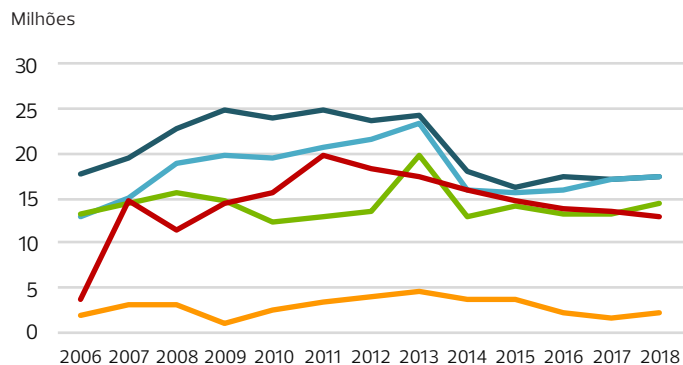
Trofa

38 999
HABITANTES



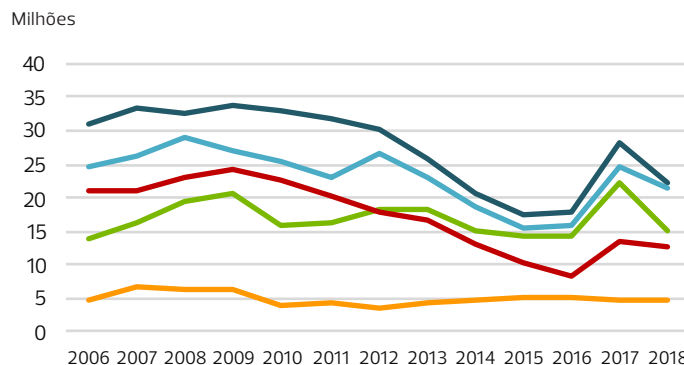
Vagos

22 851
HABITANTES



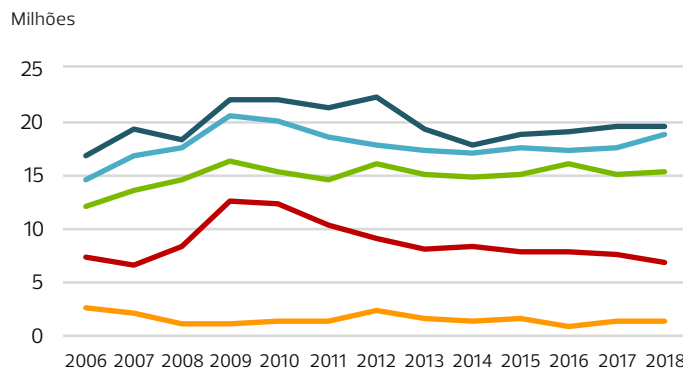
Vale de Cambra

22 864
HABITANTES



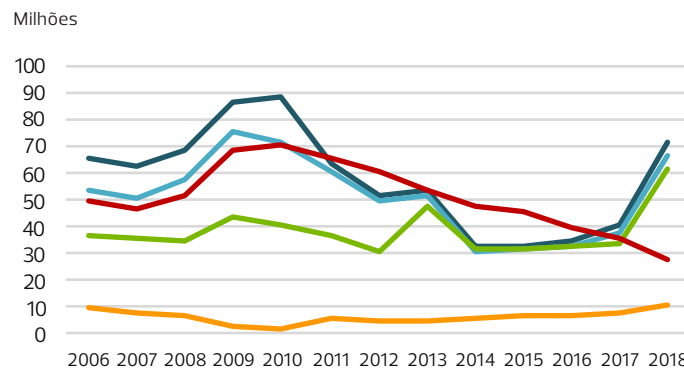
Valença

14 127
HABITANTES



Valongo

93 858
HABITANTES

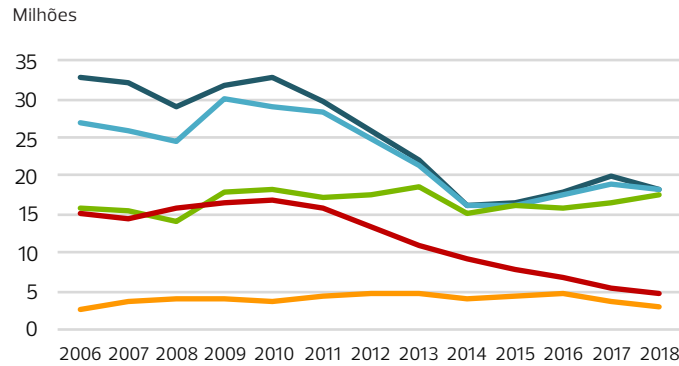


- LEGENDA
- Orçamento Corrigido
 - Despesas Comprometidas
 - Receitas Cobradas
 - Dívidas a Pagar
 - Resultado operacional antes de amortizações e provisões

Grande >100 000 hab. Médio <100 000 hab. Pequeno <20 000 hab.

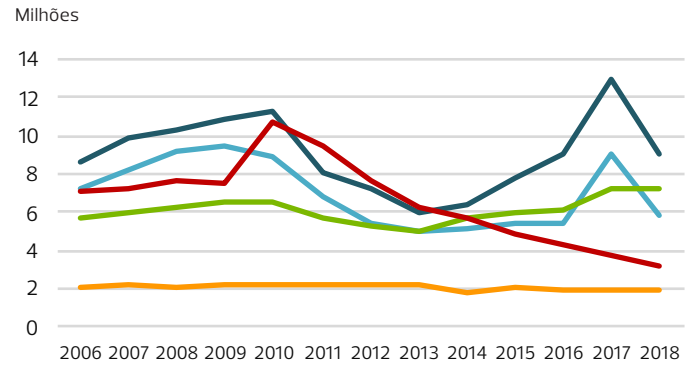
Valpaços

16 882
HABITANTES



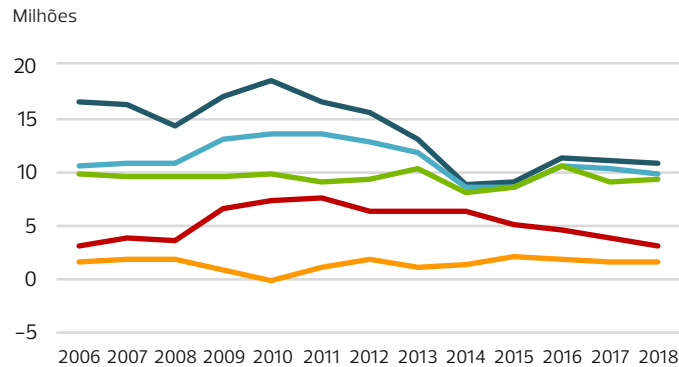
Velas

5 398
HABITANTES



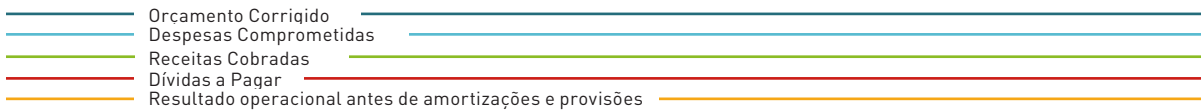
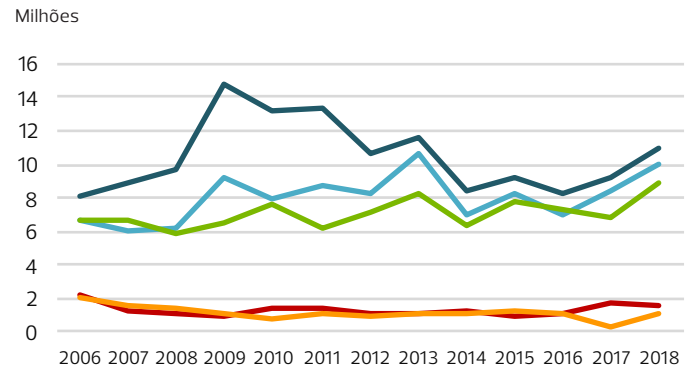
Vendas Novas

11 846
HABITANTES



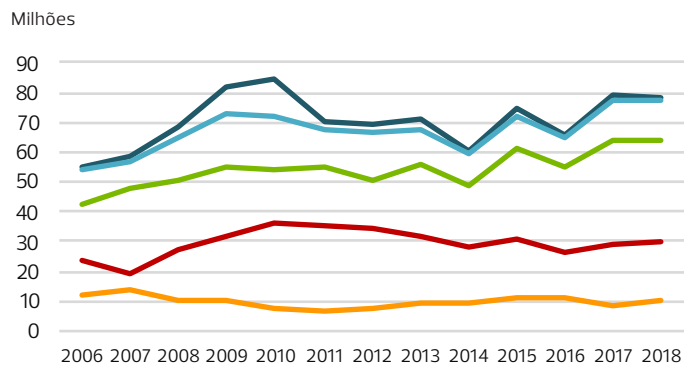
Viana do Alentejo

5 743
HABITANTES



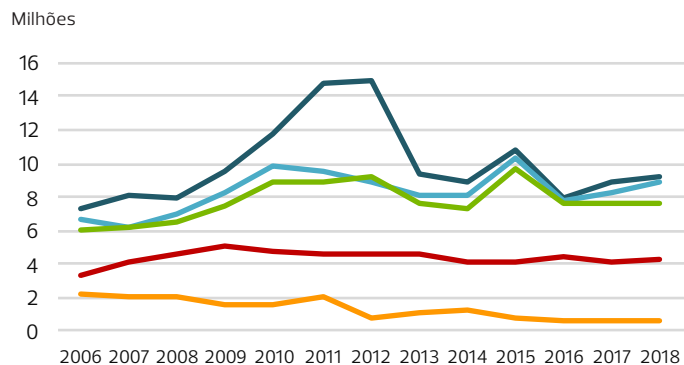
Viana do Castelo

88 725
HABITANTES



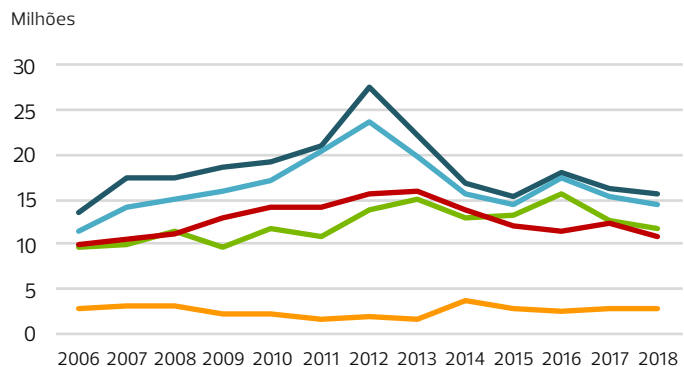
Vidigueira

5 932
HABITANTES



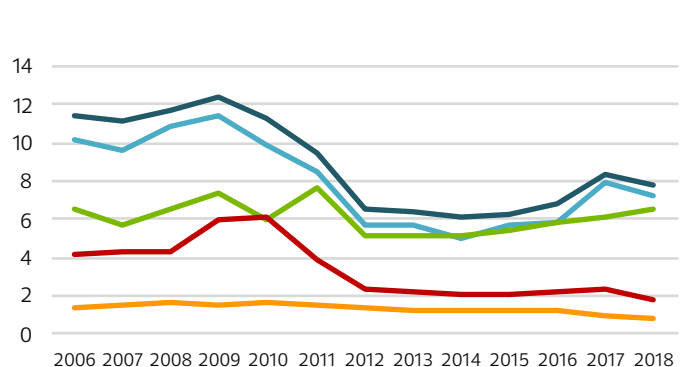
Vieira do Minho

12 997
HABITANTES



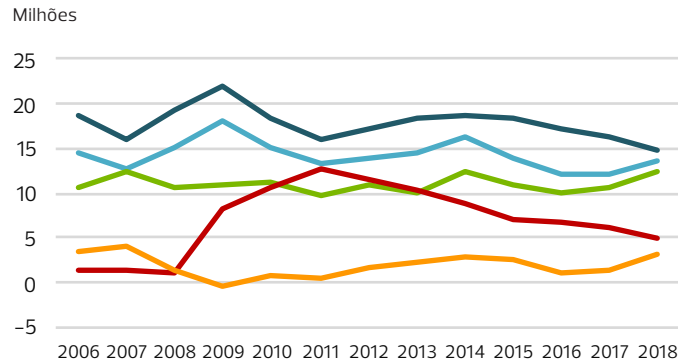
Vila de Rei

3 452
HABITANTES



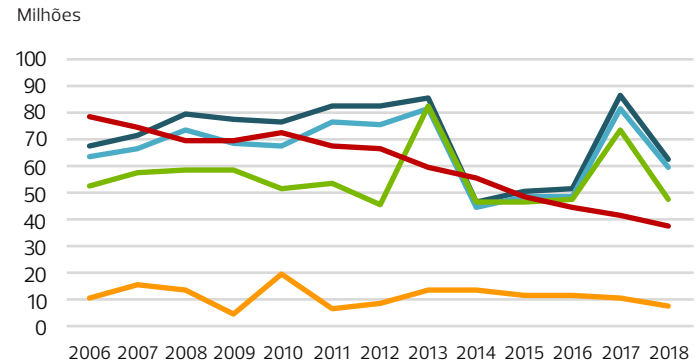
Vila do Bispo

5 258
HABITANTES



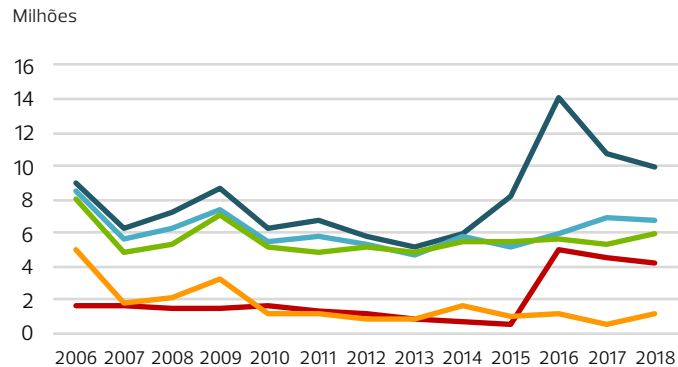
Vila do Conde

79 533
HABITANTES



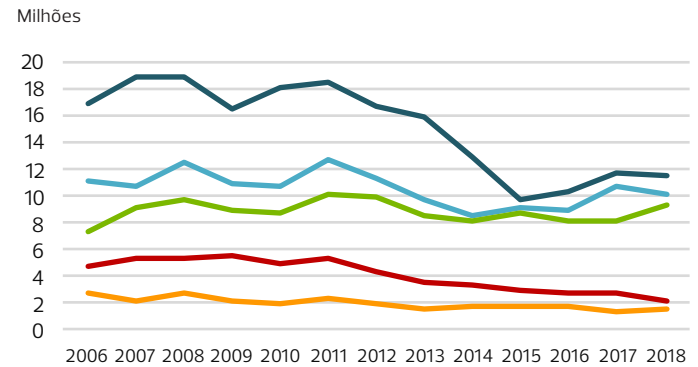
Vila do Porto

5 552
HABITANTES



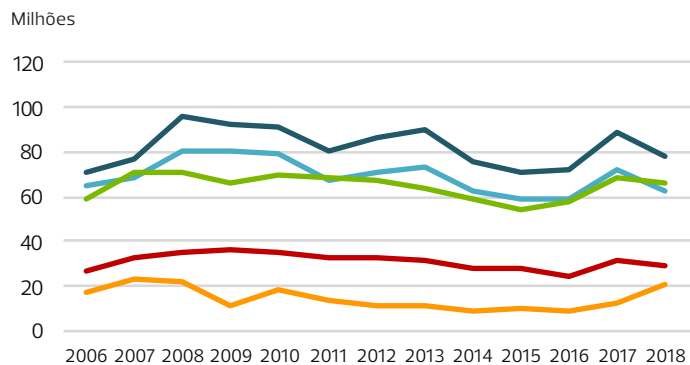
Vila Flor

6 697
HABITANTES



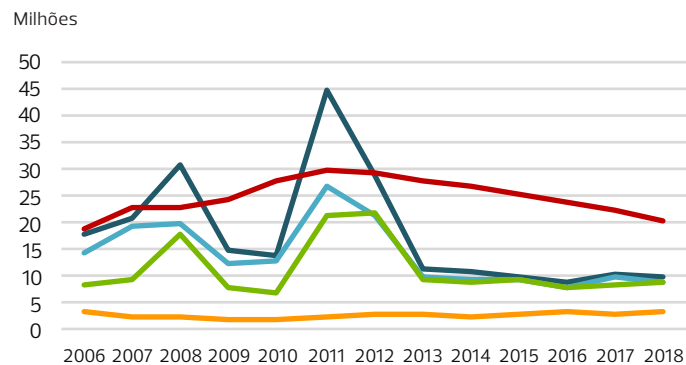
Vila Franca de Xira

136 886
HABITANTES



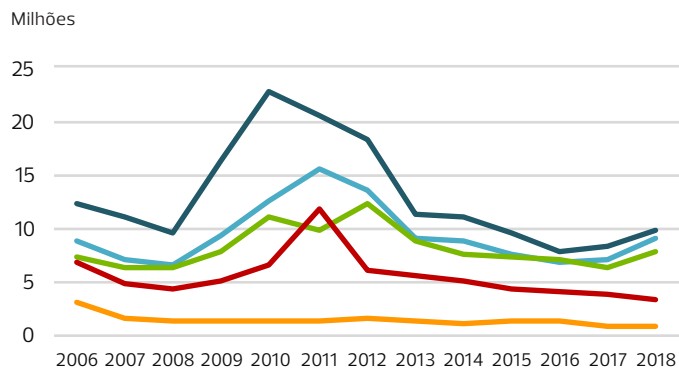
Vila Franca do Campo

11 229
HABITANTES



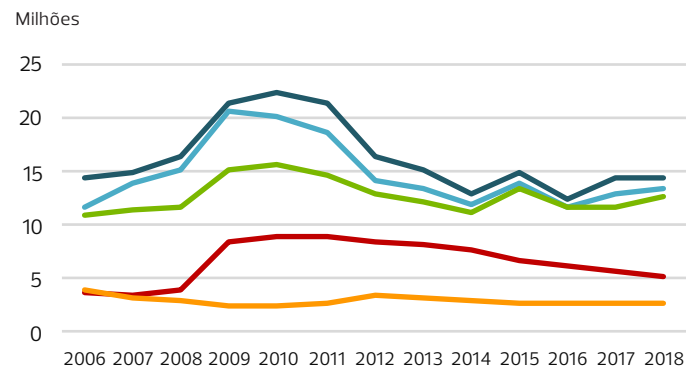
Vila Nova da Barquinha

7 322
HABITANTES



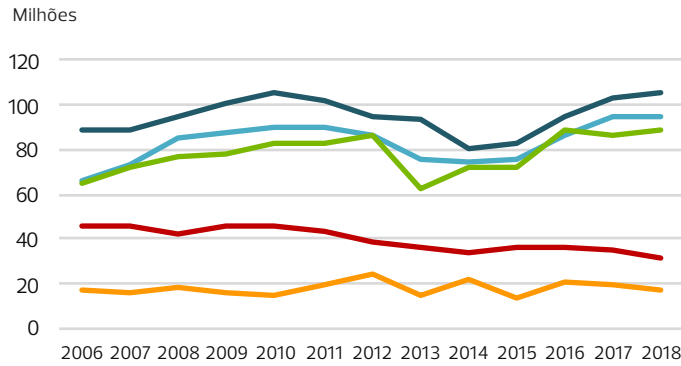
Vila Nova de Cerveira

9 253
HABITANTES



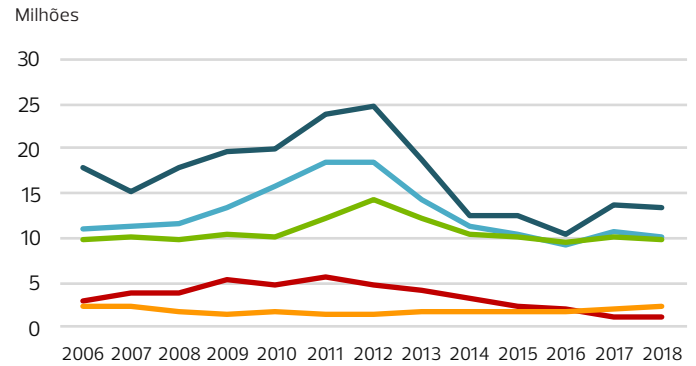
Vila Nova de Famalicão

133 832
HABITANTES



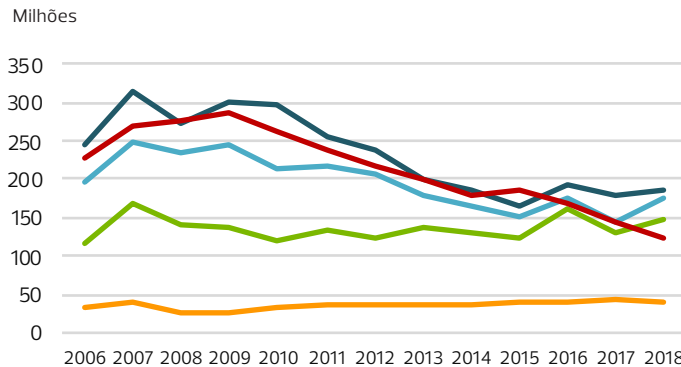
Vila Nova de Foz Côa

7 312
HABITANTES



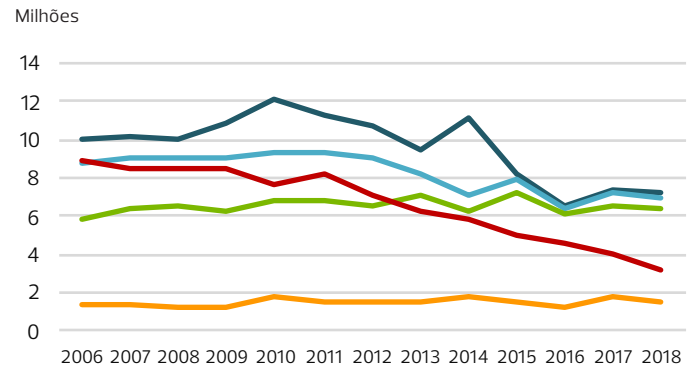
Vila Nova de Gaia

302 295
HABITANTES



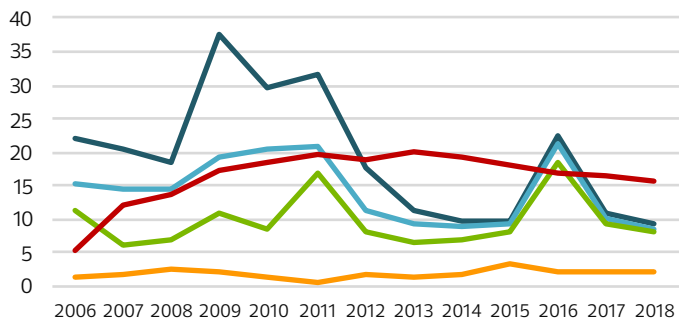
Vila Nova de Paiva

5 176
HABITANTES



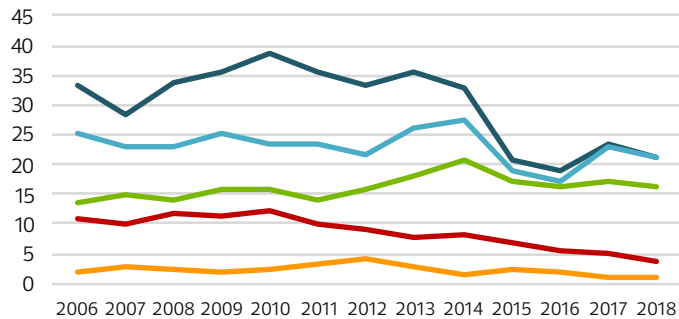
Vila Nova de Poiares

7 281
HABITANTES



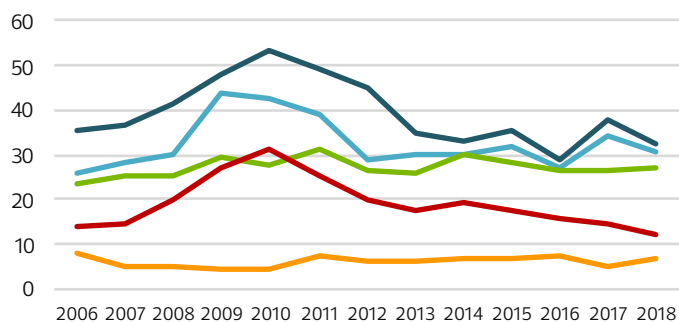
Vila Pouca de Aguiar

13 187
HABITANTES



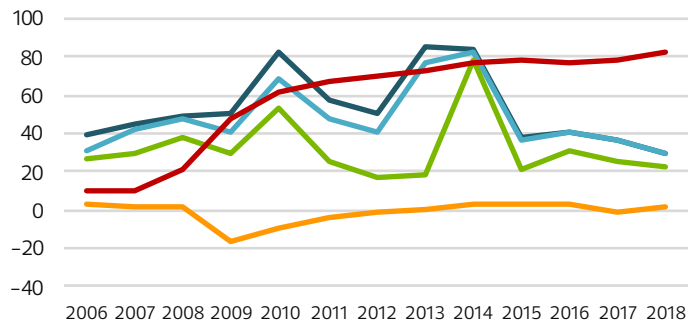
Vila Real

51 850
HABITANTES



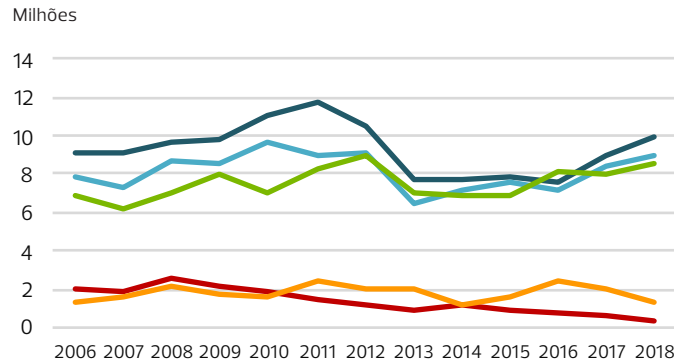
Vila Real Santo António

19 156
HABITANTES



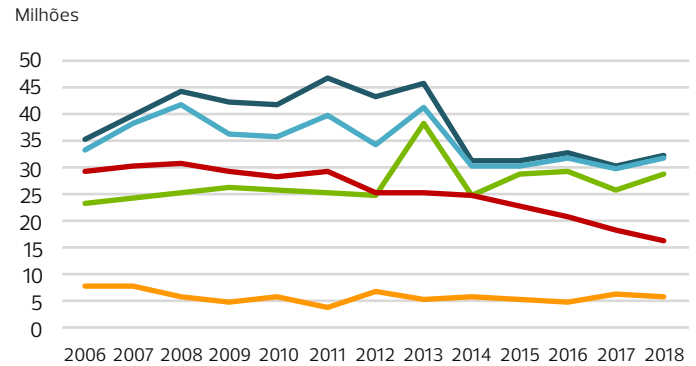
Vila Velha de Ródão

3 521
HABITANTES



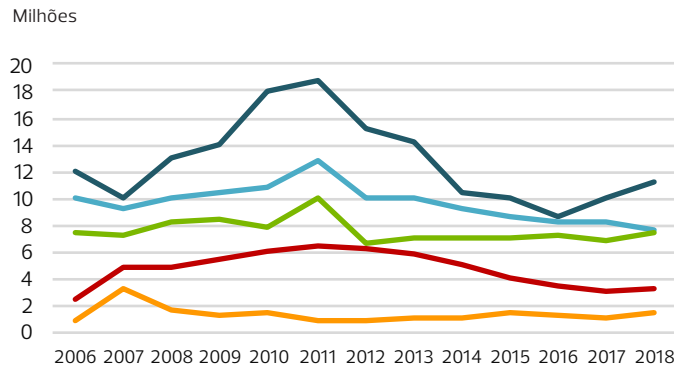
Vila Verde

47 888
HABITANTES



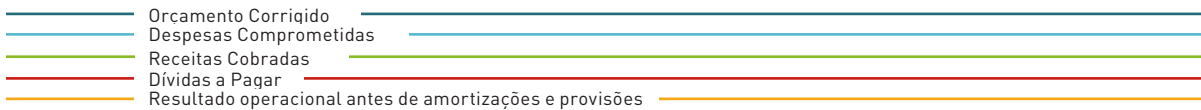
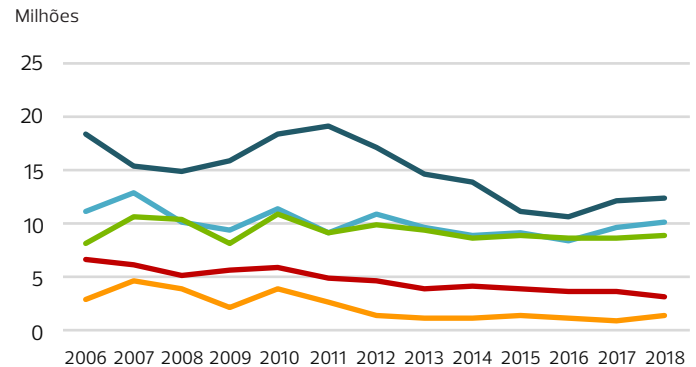
Vila Viçosa

8 319
HABITANTES



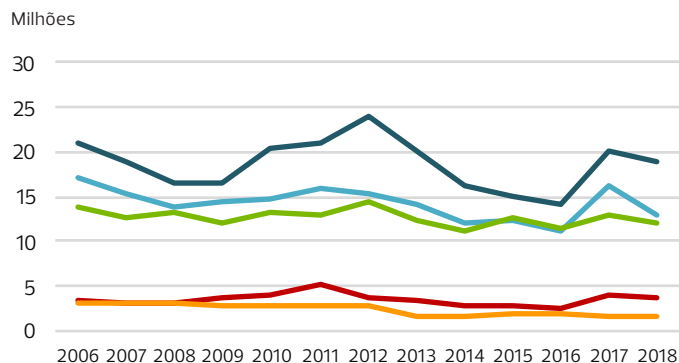
Vimioso

4 669
HABITANTES



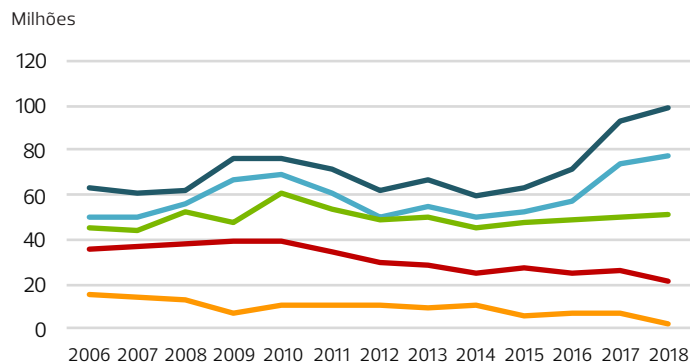
Vinhais

9 066
HABITANTES



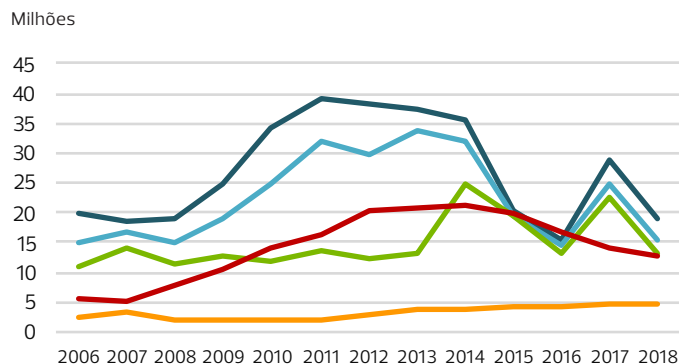
Viseu

99 274
HABITANTES



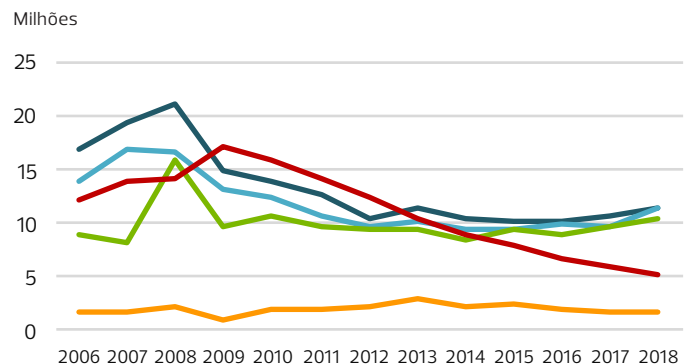
Vizela

23 736
HABITANTES



Vouzela

10 564
HABITANTES



Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA)

O Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF), unidade de investigação científica do IPCA criada em 30 de março de 2007, tem como Missão contribuir para o conhecimento nas áreas científicas da Contabilidade e da Fiscalidade, através da produção de investigação aplicada de qualidade e da disseminação e transferência de conhecimento para a sociedade.

O CICF tem relações estabelecidas com outras instituições de investigação científica, nacionais e internacionais, com o propósito de fomentar e melhorar a investigação científica aplicada ao contexto nacional, e mantém também um contacto permanente com agentes económicos, enfatizando a realização de projetos de investigação aplicada às regiões locais. São mantidas relações de cooperação com organizações públicas e privadas para o desenvolvimento destes projetos.

De forma a promover a investigação aplicada e aprofundar o conhecimento nos temas mais relevantes e emergentes da Contabilidade e Fiscalidade, acrescentando valor nas áreas nucleares do CICF, este encontra-se estruturado em quatro grupos de investigação: Contabilidade Pública; Contabilidade e Responsabilidade Social; Contabilidade Financeira e de Gestão; e Fiscalidade.

Investigadora

Maria José Fernandes

Colaboradoras

Ana Maria Teixeira

Ana Rita Abreu

Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) – Universidade do Minho

O Centro de Investigação em Ciência Política (CICP) é uma Unidade de I&D da Universidade do Minho em parceria com a Universidade de Évora, dedicado à atividade de investigação dentro do domínio científico da Ciência Política, articulando perspetivas diferenciadas, mas complementares nesta área. A estratégia de investigação do CICP, desenvolvida por quatro grupos de investigação interdisciplinares e interligados, engloba os domínios da Administração e Políticas Públicas e Relações Internacionais e sustenta o objetivo de promover para um ambiente de investigação que produza contributos relevantes para a Ciência Política.

Além este objetivo principal, o CICP visa promover ações de formação contínuas, a organização e divulgação de atividades científicas, a prestação de serviços especializados à comunidade nos seus domínios de investigação.

Investigadores

Pedro Camões

Susana Jorge



TC
TRIBUNAL DE
CONTAS



IPCA

CICF CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciência Política